



**XXVI
Jornada
do Gelne**

Área Temática 20
**Sociolinguística e
Dialetoлогия**

**ANAIS ELETRÔNICOS DA XXVI JORNADA DO GRUPO DE
ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO NORDESTE**

Capítulo da obra *Pesquisas em Língua, Linguística e Literatura no Nordeste:
uma Jornada de quase 40 anos do Gelne*. ISBN 978-85-66530-69-8



“TE” E “LHE” COMO CLÍTICOS DATIVOS DE 2ª PESSOA EM CARTAS PESSOAIS CEARENSES

FRANCISCO JARDES NOBRE DE ARAÚJO – UFC
HEBE MACEDO DE CARVALHO – UFC

Introdução

Para a 2ª pessoa do singular na função de dativo, a língua portuguesa herdou da língua latina a forma átona ‘te’ (< *ti* < *tibi*), além da forma tônica ‘ti’, de mesmo étimo, usada, para essa função, com as preposições ‘a’ ou ‘para’. A primeira dessas formas, na fase moderna da língua, entrou em concorrência com ‘lhe’ (< *lhi*, *li* < **eli* < *illi*), oblíquo de 3ª pessoa usada na referida função para substituir expressões de tratamento como ‘o senhor’, ‘Vossa Mercê’, ‘Vossa Senhoria’ etc.

Assim, diferentemente de ‘te’, que tem como referência o interlocutor, mesmo que de forma genérica, ‘lhe’ tanto pode ser usado para 3ª quanto para a 2ª pessoa.

Entretanto, conforme Bagno (2011), o único uso que se observa de ‘lhe’ no português brasileiro falado é o de referência à 2ª pessoa, de modo que sua referência à 3ª só persiste nos gêneros mais formais da modalidade escrita.

Em cartas pessoais, gênero que, para Marcuschi (2001, p. 38), aproxima-se da oralidade pelo tipo de linguagem e pela natureza da relação entre os indivíduos, temos a possibilidade de verificar muitos dos aspectos comuns na fala espontânea. Por essa razão, partimos da observação de cartas pessoais para a análise da variação ‘te’~‘lhe’ com função de dativo, além de que, nesse tipo de carta, é bastante comum o remetente dirigir-se a seu interlocutor (o destinatário) através de uma forma pronominal, seja do caso reto (‘tu’, ‘você’, ‘o senhor’ etc.), seja do caso oblíquo (‘te’, ‘ti’, ‘lhe’ etc.).

Os exemplos abaixo, retirados de uma mesma carta da amostra, ilustram a variação aqui analisada:

(01) Comunico-LHE o recebimento de Vossa carta [C003]

(02) pessu-TE desculpa dos eros e da letra [C003]

A amostra analisada é composta de 186 cartas, redigidas entre 1940 e 1999, por pessoas não ilustres, que viveram e/ou ainda vivem no estado do Ceará. São todas correspondências de cunho pessoal enviadas para parentes, amigos ou alguém íntimo – namorado(a), noivo(a), marido/mulher. Embora não tenha sido considerado como grupo de fator de variação o subgênero da carta pessoal na pesquisa, têm-se na amostra cartas de família, cartas de amigo, cartas de amor. Do total, 94 cartas têm autoria masculina e 92 têm autoria feminina.

Lopes e Machado (2005), Sales (2007), Andrade (2011) e Rumeu (2013) são alguns exemplos de trabalhos de natureza sociolinguística realizados no Brasil cujos corpora são cartas pessoais, apesar das dificuldades em coletar material escrito a mão e/ou datilografado de autoria popular, como uma carta pessoal, um bilhete, um cartão postal. Material assim costuma ser destruído tão logo perde a importância afetiva ou é de difícil acesso ao pesquisador devido ao caráter íntimo que faz com o que seus donos não os compartilhem para estudos. Somente o acaso pode pôr nas mãos do pesquisador documentos de natureza pessoal pertencentes a sincronias passadas, diferentemente do que ocorre com bancos de dados sincrônicos, por exemplo, em geral planejados e constituídos previamente para o fim da pesquisa científica. Quanto aos documentos históricos, Labov (1994, p. 11) afirma que eles, além de, muitas vezes, não favorecerem a localização de informações precisas acerca da caracterização do perfil social dos autores, nem sempre refletem os legítimos traços de sua língua vernacular.

O presente estudo objetiva, de modo geral, apresentar uma análise acerca da variação entre as formas ‘te’ e ‘lhe’ na função de dativo com referência à 2ª pessoa do singular em cartas pessoais. Controlamos três variáveis linguísticas, a saber: tipo semântico do verbo; estrutura do verbo da oração; posição do clítico na oração; e duas variáveis extralinguísticas: a década em que as cartas foram escritas e o sexo do remetente.

Tendo sido verificada em dados orais em estudos anteriores (ALMEIDA, 2009; LOPES, CAVALCANTE, 2011), a variação ‘te’~‘lhe’ dativo em dados escritos é, portanto, o foco deste estudo, que se interessa por investigar como tal fenômeno se deu

ao longo do século XX no português escrito usado por cearenses, qual a relação entre tal variação e o sexo do remetente e como os fatores linguísticos selecionados interferem na escolha de uma das formas em variação.

Após a leitura atenta de cada carta da amostra, as ocorrências de ‘te’~‘lhe’ foram armazenadas digitalmente, codificadas e submetidas à análise através do Gold-Varb X, pacote de programas computacionais bastante utilizado em pesquisas de Sociolinguística Variacionista (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Os resultados da análise serão apresentados posteriormente na seção destinada a isso.

Pressupostos teóricos

O estudo aqui apresentado insere-se no conjunto de trabalhos da área da Sociolinguística laboviana sobre a variação pronominal no português brasileiro. Para Labov (1972; 1994), a língua mantém com a sociedade uma relação de influência mútua, de modo que cada um desses sistemas, heterogêneos por natureza, reflete as mudanças que ocorrem no outro. Assim, constantes forças linguísticas/internas e extralinguísticas/externas condicionam as línguas humanas e refletem o funcionamento dinâmico destas. Tal funcionamento, embora heterogêneo, é estruturado, ordenado e passível de ser estudado.

A heterogeneidade ordenada das línguas, quer sincronicamente, quer diacronicamente, é uma das concepções básicas defendidas por Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) que lançaram as bases para uma abordagem inerentemente histórica e social aos estudos da linguagem. Para eles, a mudança nas línguas pressupõe variação e esta ocorre por causa de fatores ligados aos falantes, aos quais não se deu muita importância no Estruturalismo, a primeira grande corrente linguística do século XX a qual tem como nome mais representativo o mestre suíço Ferdinand de Saussure.

Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) concebem a variável linguística como uma representação abstrata do percurso realizado pela concorrência entre duas ou mais formas variantes motivada simultaneamente por fatores linguísticos e extralinguísticos passíveis de quantificação estatística. Considerando que as gramáticas em que ocorre uma mudança linguística são gramáticas de comunidades de fala, os autores defendem ser necessário que o estudo da natureza heterogênea sistemática da língua se oriente pelo princípio que dissocia a estrutura linguística da homoge-

neidade e descreva de forma ordenada as variações que ocorrem numa língua que serve à comunidade na qual é usada.

A Teoria da Variação e Mudança Linguística concebida por Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) considera que as línguas naturais são continuações históricas que acompanham as gerações sucessivas de indivíduos, sendo as mudanças que ocorrem numa língua ao longo do tempo resultados da variação entre as formas linguísticas durante certo período. Os estudos de Sociolinguística variacionista têm como alguns problemas centrais: (i) investigar quais restrições/condicionamentos linguísticos e sociais atuam na variação e mudança linguística; (ii) descrever como são observadas o encaixamento das mudanças, em ambas as estruturas linguística e social; (iii) analisar quais fatores podem explicar a atuação da mudança linguística, com causas provenientes do estímulo e das restrições sociais e da estrutura linguística. Labov (1994) afirma que há casos de variação estável em que uma determinada variante permanece, ao longo dos séculos, refletindo comportamento linguístico do indivíduo estável por todo o tempo de sua vida, e a comunidade, consequentemente, permanece estável; não havendo, portanto, variação para analisar. Assim, a variação estável na comunidade de fala não envolve mudança.

Localizar documentos que sobreviveram às intempéries do tempo e que atendam as exigências da pesquisa é a principal dificuldade enfrentada por quem se dedica a estudar sincronias linguísticas passadas através de textos não publicados, como cartas. Outra dificuldade é que, muitas vezes, os documentos localizados não deixam claros os aspectos sociais dos autores, exigência fundamental em estudos de natureza sociolinguística. Labov (1994, p. 11) afirma que, embora se saiba que o que foi escrito, não se sabe nada acerca do que foi entendido nem se tem condições nenhuma de desenvolver experimentos controlados sobre a compreensão transdialética. Para ele, trabalhando com documentos antigos, “nosso conhecimento do que era distintivo e do que não era é severamente limitado, uma vez que não podemos usar o conhecimento dos falantes nativos para diferenciar variantes distintivas de não distintivas.”¹

1. No original: “Our knowledge of what was distinctive and what was not is severely limited, since we cannot use the knowledge of native speakers to differentiate nondistinctive from distinctive variants.” (Tradução nossa)

Silvestre (2007), ampliando a discussão de Labov acerca das dificuldades de se trabalhar com fontes escritas remotas, acrescenta que os dados históricos do passado são insatisfatórios para a descrição empírica por vários motivos:

Em primeiro lugar, porque se conservaram no meio escrito; esta circunstância (...) faz com que os textos apareçam muitas vezes ilhados e desprovidos dos componentes do contexto e situação em que se originaram (...). Em segundo lugar, os textos do passado são meros restos de *corpora* textuais muitíssimo mais amplos, que sobreviveram por acaso, daí, segundo Labov, seu caráter fragmentário; deste modo, em geral, nem todos os estilos, registros ou as variedades vinculáveis ao passado das línguas estão representados no conjunto de textos que se conservam, e a própria quantidade e diversidade dos dados sobreviventes varia enormemente de uns períodos a outros por circunstâncias totalmente aleatórias. Tampouco está testemunhada a produção de falantes pertencentes a todos os níveis sociais de comunidades históricas, pois, até pouco tempo, somente os falantes masculinos de classe média a alta tinham acesso à escrita. (SILVESTRE, 2007, p. 35-6)²

Todas estas dificuldades apresentadas pelo autor nos foram impostas, como se verá na seção em que descrevemos a amostra, de modo que tivemos de nos esforçar para tirar o melhor proveito possível dos “maus dados”, como aconselha Labov (1994) ao tratar da Linguística Histórica.

A Linguística Histórica, segundo Labov (1994, p. 11), pode ser pensada como “a arte de fazer o melhor uso dos maus dados”, e os documentos históricos tanto são valiosos porque mostram, de alguma forma, o modo como a língua era usada em

2. No original: “En primer lugar porque se han conservado en el medio escrito; esta circunstancia (...) hace que los textos aparezcan muchas veces aislados y desprovistos de los componentes del contexto y situación en que se originaron (...). En segundo lugar, los textos del pasado son meros restos de corpus textuales muchísimo más amplos, que han sobrevivido por azar, de ahí, según Labov, su carácter fragmentario; de este modo, en general, no todos los estilos, registros, o las variedades vinculables al pasado de las lenguas están representados en los textos que se conservan, y la propia cantidad y diversidad de los datos supervivientes varía enormemente de unos períodos a otros por circunstancias totalmente aleatorias. Tampoco está atestiguada la producción de hablantes pertenecientes a todos los niveles sociales de comunidades históricas, pues, hasta hace poco tiempo, sólo los hablantes masculinos de rango medio a elevado tenían acceso a la escritura.”

determinada época, quanto são empobrecidos porque esses documentos sobrevivem por acaso, não por intenção, de modo que a seleção disponível é o produto de uma série imprevisível de acidentes históricos. Para ele,

As formas linguísticas em tais documentos são frequentemente distintas do vernáculo dos autores e, em vez disso, refletem esforços de captar um dialeto normativo que nunca foi a língua nativa de nenhum falante. Como resultado, muitos documentos são marcados com os efeitos da hipercorreção, da mistura de dialetos e de erros do escrevente. (LABOV, 1994, p. 11 – tradução nossa).³

Constituindo alternativas interessantes de se conhecer sincronias passadas, os documentos antigos – sobretudo cartas pessoais - têm sido usados como *corpus* de análise em diversos estudos diacrônicos ou de estágios do português brasileiro em épocas anteriores àquela coberta por projetos de gravação e formação de bancos de dados da fala de determinadas capitais e cidades menores, dos quais são exemplos o de Sales (2007), o de Oliveira e Lopes (2007), o de Andrade (2011), o de Silva (2011), o de Rumeu (2013) e o de Oliveira (2015).

As cartas pessoais têm sido consideradas documentos históricos importantes para o estudo da variação e mudança linguística nos estudos da Sociolinguística Variacionista com dados de língua escrita, uma vez que são correspondências realizadas de uma pessoa para outra apresentando, assim, marcas de tratamento dispensadas pelo remetente ao destinatário, além de usos que caracterizam a variedade linguística empregada pelo autor, sobretudo quando são escritas numa linguagem menos monitorada, mais coloquial ou, conforme Rumeu (2011, p. 112), por serem textos mais “soltos” em relação aos preceitos da norma padrão, o que favorece o aparecimento de formas em competição.

Buscando analisar os possíveis condicionadores linguísticos e extralinguísticos da variação das formas pronominais ‘te’ e ‘lhe’ com função de dativo em cartas pes-

3. No original: “The linguistic forms in such documents are often distinct from the vernacular of the writers, and instead reflect efforts to capture a normative dialect that never was any speaker’s native language. As a result, many documents are marked with the effects of hypercorrection, dialect mixture, and scribal error.”

soais escritas no estado do Ceará, o estudo aqui apresentado se desenvolve à luz dos pressupostos sociolinguísticos acima apresentados focando, especificamente, no problema das restrições (*the constraints problem*).

Sobre as formas pronominais te e lhe dativas

As relações sociais podem ser simétricas ou assimétricas. Brown e Gilman (1960) chamam as primeiras de relações de “solidariedade” – quando os interlocutores apresentam condições sociais comuns (mesma faixa etária, mesmo status social etc.) ou certo grau de intimidade entre si – e as segundas de relações de “poder” – quando um dos interlocutores ocupa uma posição superior, seja pela idade, seja pelo status social, seja pela ocupação de um cargo, seja pela força física. Para eles, tais relações são refletidas na linguagem através das formas usadas por um interlocutor para se dirigir ao outro:

Pode-se dizer que uma pessoa tem poder sobre outra na medida em que ela é capaz de controlar o comportamento da outra. O poder é um relacionamento entre, no mínimo, duas pessoas e é não recíproco no sentido de que ambos não podem ter poder na mesma área de comportamento. O poder semântico é, de forma semelhante, não recíproco; o superior usa T e é tratado por V. (BROWN; GILMAN, 1960, p. 255 – tradução nossa)⁴

As letras T e V mencionadas na citação acima vêm, respectivamente, de *tu* e *vos*, em latim, quando *tu* era usado para uma pessoa íntima ou socialmente inferior e *vos* para uma pessoa não íntima ou socialmente superior. Observando o uso de pronomes distintos nas relações de poder e nas relações de solidariedade em diversas línguas, Brown e Gilman elaboraram a Teoria T-V, segundo a qual as línguas codificam lexicalmente as relações entre os interlocutores; assim, nas relações si-

4. No original: “One person may be said to have power over another to the degree that it is able to control the behavior of the other. Power is a relationship between at least two persons, and is non-reciprocal in the sense that both cannot have power in the same area of behavior. The semantic power is similarly non-reciprocal, the superior uses T and receives V.”

métricas e nas assimétricas respectivamente, usam-se *du* e *Sie* em alemão, *tu* e *vous* em francês, *tu* e *Lei* em italiano, *tú* e *Usted* em espanhol europeu etc.

No caso do português, a codificação dessas relações se dava, a princípio, pelas formas ‘tu’ (forma T) e ‘você’ (forma V), cada uma com suas respectivas formas oblíquas e possessivas: ‘te’, ‘ti’, ‘contigo’ e ‘teu’ como formas T e ‘o’/‘a’, ‘lhe’, ‘se’, ‘si’, ‘consigo’ e ‘seu’ como formas V. Entretanto, no português brasileiro, essa distinção se perdeu na língua falada, de modo que ‘tu’ e ‘você’ podem aparecer na mesma situação comunicativa com os mesmos referentes.

A competição entre as formas T e as formas V, segundo Duarte (1993), acentuou-se nas primeiras décadas do século passado, resultando em variações diversas (‘tu’~‘você’, ‘te’~‘lhe’, ‘teu’~‘seu’ etc.) verificadas praticamente em todo o território brasileiro. A autora, que verificou a variação ‘tu’~‘você’ em textos teatrais durante o período de 1845 até 1992, concluiu que a distinção entre as formas T e V se atenuou por volta da década de 1930, mesmo período apontado por Rumeu (2013) ao estudar o uso de ‘você’ em cartas de uma família carioca escritas em fins do século XIX e na primeira metade do século XX.

O estudo aqui apresentado foca na variação ‘te’~‘lhe’, bastante frequente em muitas regiões do Brasil. Em algumas áreas, predomina o uso de ‘te’, como em São Paulo (RAMOS, 1997) e em grande parte de Minas Gerais (MOTA, 2008), justamente nas regiões onde ‘tu’ caiu em desuso; em outras, como no Ceará (ARAÚJO, 2014) e na Bahia (ALMEIDA, 2009), predomina o uso de ‘lhe’, embora ‘tu’ seja bastante frequente.

As gramáticas tradicionais prescrevem o uso de ‘lhe’ apenas como objeto indireto com referência a pessoas, respeitando sua origem latina (de *illi*, dativo do demonstrativo *ille*, “aquele”, fonte do pronome português ‘ele’). Entretanto, alguns autores, como Monteiro (1994) e Nascentes (2003), atestam seu uso também como objeto direto. Em Araújo e Carvalho (2015), a mesma amostra aqui analisada serve como *corpus* para um estudo acerca da variação ‘te’~‘lhe’ na função de acusativo (objeto direto). O exemplo que segue foi retirado dessa amostra e exemplifica a referida variação:

(03) Você não imagina como LHE esperei na agência [...] Não sei bem o que eu faria se algum dia eu TE reencontrasse [C058].

Note-se, em (03), que a forma 'lhe' assume valor de 2ª pess., aparecendo em variação com a forma 'te' numa mesma carta.

Além do uso acusativo, outro uso de 'lhe' tem contrariado a gramática normativa, que é sua referência unicamente à 2ª pessoa na língua falada. Tanto Araújo e Carvalho (2015) quanto Sales (2007, p. 66) só encontraram 'lhe' com referência à 2ª pessoa, o destinatário, nas cartas analisadas nas respectivas pesquisas.

O uso de você (contração da expressão de tratamento cerimonioso 'Vossa Mercê') com referência à 2ª pessoa alterou "substancialmente o comportamento do preenchimento dos sujeitos ao longo do século XX, visto que o aumento da frequência de uso das formas plenas está intimamente ligado ao aumento da produtividade do você." (MACHADO, 2006, p. 99). Tendo 'você' entrado em competição com 'tu' e, assim, adquirido também a função de forma T, passou-se a recorrer a expressões nominais para substituir as formas V. Como bem afirma Lopes (2007, p. 116), "a implementação de 'você' e 'a gente' no sistema de pronomes pessoais gerou uma série de reorganizações gramaticais, tanto no subsistema de possessivos, quanto no de pronomes que exercem função de complementos diretos ou indiretos."

A autora discorda da prescrição normativa da uniformidade de tratamento, pois defende que a combinação entre as formas do paradigma de 'tu' e as formas do paradigma de 'você' já se tornou uma característica muito natural do português brasileiro.

Lopes e Cavalcante (2011, p. 35) defendem que, em decorrência da variação 'tu' e 'você', que ocorre de forma variável em diversas regiões brasileiras (com domínio de 'tu' em algumas áreas, de 'você' em outras, ausência de variação em outras), todas as formas oblíquas e possessivas de tais pronomes apresentam variação (nominativo: 'tu'~'você'; acusativo: 'te'~'lhe'~'você'~Ø; dativo: 'te'~'lhe'~'a'/'para você'; possessivo: 'teu'~'se').

Como se percebe, as autoras apontam que ocorre variação no dativo não só entre as formas oblíquas ('te' e 'lhe'), mas também entre estas e sintagmas preposicionados, os quais, por sua vez, também apresentam variação quanto ao uso da preposição ('a' ou 'para'). Em nossa pesquisa, focamos somente na variação entre as formas oblíquas mencionadas.

Nascentes (2003, p. 447), acerca do uso de 'lhe', diz que seu emprego dativo se atenuou, sendo as expressões 'a ele', 'para ele', 'a você' e 'para você' preferíveis na língua falada.

Levando em conta tudo o que foi exposto, buscamos investigar e apresentar neste artigo em que medida as cartas escritas por cearenses retratam a alternância ‘te’~‘lhe’ com função de dativo, qual a tendência de uso e que motivações linguísticas e sociais, como os anos em que os textos foram escritos e o sexo dos remetentes influenciam na ocorrência dessa variação.

Na seção seguinte, detalhamos a metodologia empregada para a coleta e a codificação das cartas que constituem o *corpus* desta pesquisa.

Procedimentos metodológicos

Para atender, ao máximo, às exigências metodológicas propostas pela Sociolinguística Variacionista, o *corpus* da pesquisa aqui apresentada constitui-se de 186 documentos escritos cuja composição obedeceu aos seguintes critérios: os documentos deveriam ser do gênero carta pessoal; deveriam ser de autoria de homens ou mulheres, cearenses, não ilustres, que moravam no estado ou que haviam migrado para outros estados pouco tempo antes de escrever a carta; os detentores das cartas deveriam dispor de, pelo menos, quatro informações relacionadas aos remetentes, que eram: a) a faixa etária; b) a naturalidade e o tempo de moradia no Ceará; c) as circunstâncias da carta (situação do remetente e motivos da carta); e d) a relação com o destinatário. Além disso, as cartas poderiam ser apenas do subgênero carta de família, carta de amigo ou carta de amor, desconsiderando-se as cartas circulares, as cartas de corrente⁵, etc.

Quanto à função dos pronomes em variação, consideramos dativo, conforme Camara Jr. ([1970] 2015, p. 118), o pronome que expressa “um ponto terminal de referência” podendo ser parafraseado por um substantivo ou um pronome substantivo por intermédio da preposição ‘a’ (ou ‘para’). Assim, os pronomes na função de dativo são empregados:

5. Estamos chamando “cartas de corrente” aquelas que o remetente envia várias cópias para destinatários diversos, com o pedido de que estes façam o mesmo enviando-lhe de volta uma cópia, sem deixar quebrar a corrente.

- a) com VIs ou com VTIs ou que regem as preposições ‘a’ ou ‘para’, indicando atribuição (‘ocorrer a’, ‘acontecer a’, ‘pertencer a’, ‘caber a’ etc.) ou interesse (‘importar a’, ‘interessar a’ etc.);
- b) com VTDIs que expressam entrega (‘dar algo a’, ‘entregar algo a’, ‘doar algo para’ etc.) ou apresentação (‘apresentar algo a’, ‘mostrar algo a’, ‘indicar algo a’ etc.);
- c) indicando a quem se destina o objeto direto, independentemente do verbo (ex. “Assar um bolo para alguém” → “Assar-lhe um bolo”);
- d) indicando a quem pertence o objeto direto, independentemente do verbo (ex.: “Acariciar-te os cabelos”);
- e) com certos substantivos e adjetivos, como complemento destes (‘amor a’, ‘útil a’).

Todas as ocorrências dos clíticos ‘te’ e ‘lhe’ da amostra em estudo foram computadas somente quando atendiam a um dos casos acima descritos.

Descrição da amostra

A amostra utilizada na presente pesquisa compreende 186 cartas pessoais das quais a mais antiga data de 07 de janeiro de 1940 e a mais recente é de 08 de dezembro de 2000. As cartas foram distribuídas em três pares de décadas, a saber: anos 1940/50 (26 cartas), anos 1960/70 (80 cartas) e anos 1980/90 (80 cartas).

Como se percebe, não conseguimos distribuir ortogonalmente as cartas em células referentes ao período em que elas foram escritas, uma vez que encontramos poucas cartas do primeiro par de décadas em comparação com as cartas dos demais pares. Também não conseguimos distribuir as cartas em quantidades iguais ou aproximadas em células referentes a faixa etária, a escolaridade, a grupo social, a relação remetente–destinatário. Dos aspectos extralinguísticos, a única organização mais equilibrada possível de se fazer foi quanto à autoria das cartas, pois conseguimos dispô-las nas duas categorias de forma equilibrada: cartas de autoria masculina (14 nos anos 1940/50, 40 nos anos 1960/70 e 40 nos anos 1980/90) e cartas de autoria feminina (12 nos anos 1940/50, 40 nos anos 1960/70 e 40 nos anos 1980/90). O quadro abaixo ilustra a organização que fizemos da amostra:

Quadro 1: Amostra de cartas pessoais cearenses por décadas

Cartas pessoais cearenses				
períodos autoria	1940/50	1960/70	1980/90	Total
masc.	14	40	40	
fem.	12	40	40	
total	26	80	80	

Passemos agora a detalhar as variáveis linguísticas e extralinguísticas consideradas durante a análise dos dados.

Variáveis

Variável dependente

A variável dependente é a alternância entre os clíticos dativos 'te' e 'lhe' com função de 2ª pessoa.

Variáveis Independentes

As variáveis linguísticas controladas na análise foram três: posição do clítico (verbo na 1ª posição absoluta, próclise após conjunção, próclise após advérbio, próclise após substantivo, próclise após pronome, próclise após verbo auxiliar, próclise após preposição, ênclise); tipo semântico do verbo (verbos de atividade, cognitivos, *dicendi*, existenciais, materiais, perceptivos, relacionais, sentimentais); e estrutura do verbo da oração (forma simples, forma perifrástica);

Essas três variáveis serão explicitadas a seguir:

POSIÇÃO DOS CLÍTICOS

Os vocábulos ‘te’ e ‘lhe’ são denominados “clíticos” em razão de serem átonos e se apoiarem em outro vocábulo, antes ou depois dele “para, juntos, constituírem um único grupo acentuado” (BAGNO, 2011, p. 740). Conforme Bagno (2011), tais vocábulos, na sincronia atual do português brasileiro, apresentam apenas duas posições em relação ao verbo: antes (próclise) ou depois (ênclise).

Pagotto (1992), Coelho (2003) e Schei (2003) realizaram pesquisas sobre a colocação pronominal no português brasileiro e concluíram que a tendência geral é a próclise, usando-se a ênclise apenas em textos formais, em discursos monitorados e em certas expressões idiomática (p. ex. “Valei-me!”, “Dane-se!”, “Danou-se!” etc.). Assim sendo, consideramos a hipótese de que a posição mais recorrente nas cartas analisadas seria a próclise, pois a carta é um gênero escrito que se aproxima muito da fala (MARCUSCHI, 2001).

Estudando a colocação pronominal no português europeu e no português brasileiro, Cavalcante, Duarte e Pagotto (2011) apresentam uma tipificação dos casos de posição do clítico a qual adaptamos para esta pesquisa:

- a. Próclise em início de oração (absoluta, principal ou subordinada reduzida):
 - (04) TE desejo felizes dias de vida [C165]
 - (05) Termino TE desejando fé, esperança e caridade [C108]
- b. Próclise após conjunção
 - (06) e TE manda dizer que [C124]
 - (07) pedimos ao nosso bondoso Deus que LHE conceda uma outra oportunidade [C043]
- c. Próclise após advérbio
 - (08) agora TI pergunto [C122]
- d. Próclise após substantivo
 - (09) Os meus filhos TE pedem a benção [C004]
- e. Próclise após pronome
 - (10) eu TE escrevo estas poucas linhas [C061]
 - (11) e o mesmo LHE desejo [C025]

f. Próclise após verbo auxiliar

(12) O Juvito tem LHE escrito? [C002]

g. Próclise após preposição

(13) Há dias era para LHE escrever [C126]

h. Ênclise

(14) Comunicu-TE o recebimento de sua carta [C001]

TIPO SEMÂNTICO DO VERBO

Esse grupo de fatores foi definido conforme a proposta de Scheibman (2000), que categoriza os verbos nos seguintes tipos semânticos:

a. verbos de cognição (cognitivos): os que descrevem alguma atividade mental, como 'conhecer', 'saber', 'pensar', 'lembrar', 'esquecer', 'decorar' etc.;

b. verbos de atividade corporal: os que descrevem gestos ou interações corporais, como 'comer', 'beber', 'dormir', 'fumar' etc.;

c. verbos existenciais: os que expressam existência ou acontecimento, como 'ser', 'acontecer', 'ocorrer', 'estar', 'haver' etc.;

d. verbos de sentimento (sentimentais): os que indicam emoção, desejo, como 'sentir', 'querer', 'desejar', 'necessitar' etc.;

e. verbos materiais: os que se referem a ações ou atitudes concretas ou abstratas, como 'fazer', 'ir', 'ensinar', 'trabalhar', 'usar', 'brincar' etc.;

f. verbos de percepção (perceptivos): os que indicam percepção ou atenção, como olhar, ver, ouvir, encontrar etc.;

g. verbos possessivos/relacionais: os que indicam posse ou pertinência, como 'ter', 'possuir', 'pertencer', 'condizer' etc.;

h. verbos relacionais: os que se expressam uma característica do ser, como 'ser', 'parecer', 'tornar-se', 'ficar' etc.;

i. verbos dicendi: os que indicam ações verbais, como 'dizer', 'falar', 'perguntar', 'exclamar', 'prometer' etc.

Como a presente pesquisa foca nos clíticos dativos, sua ocorrência se torna mais comum com verbos *dicendi* e com verbos materiais, uma vez que os demais tipos normalmente exigem um clítico acusativo como complemento. Partimos da hipótese de que os verbos *dicendi* favorecem o uso de 'lhe' por expressarem certo distanciamento entre os interlocutores, adequando-se assim a um pronome que se usava inicialmente como forma de cortesia.

ESTRUTURA DO VERBO DA ORAÇÃO

Para esta pesquisa, codificamos os verbos, quanto à estrutura, em formas simples (escrevo) e em formas perifrásticas (tem escrito, devo escrever) e aventamos a hipótese de que a forma 'lhe' seria mais usual com formas perifrásticas, que são mais recentes no idioma.

Exemplos de 'te'/'lhe' dativo com formas simples nas cartas:

(

15) Comunicu-TE o recebimento de sua carta [C001]

(16) Comunico-LHE o recebimento de Vossa carta [C003]

Exemplos de 'te'/'lhe' com formas perifrásticas nas cartas:

(17) Iracema vai LHE escrever algumas cousas [C002]

(18) estou TE escrevendo [C098]

Variável extralinguística

Devido às dificuldades impostas pela natureza do *corpus*, como já comentamos anteriormente, não nos foi possível considerar os aspectos sociais dos autores, de modo que apenas duas variáveis extralinguísticas foram levadas em conta na análise: a década e o sexo do remetente.

DÉCADAS EM QUE AS CARTAS FORAM ESCRITAS

Na amostra, as cartas foram estratificadas por décadas e sexo dos remetentes. As cartas estão estratificadas pelas seguintes décadas:

- a. Décadas de 1940 e 1950
- b. Décadas de 1960 e 1970
- c. Décadas de 1980 e 1990

A nossa expectativa era de que uso de 'lhe' com referência à 2ª pessoa em alternância com o uso de 'te' se acentuasse ao longo das décadas nas cartas cearenses.

SEXO DO REMETENTE

Partimos do pressuposto teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista de que homens e mulheres se expressam de maneira diferente, buscamos compreender qual a atuação do sexo do remetente na variação das formas pronominais 'te' e 'lhe'.

- a. Cartas de homens (94)
- b. Cartas de mulheres (92)

Nossa hipótese, antes de realizarmos a análise, era a de que nas cartas de mulheres ocorreriam mais 'te' do que nas cartas de homens.

Análise das formas *te~lhe* em cartas cearenses

Ao todo, foram coletadas 477 ocorrências, 320 são de 'te' e 'lhe' dativo, sendo as demais 157 de 'te' e 'lhe' acusativo (ARAÚJO; CARVALHO, 2015). Os resultados em termos totais da rodada realizada com a alternância 'te'~'lhe' dativo, objeto deste estudo, podem ser conferidos na tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Frequência de uso de 'te' e 'lhe' como dativo nas cartas cearenses

Formas	Ocorr./Total	%
'te'	147/320	46%
'lhe'	173/320	54%

Segundo a tabela, percebemos uma variação acirrada entre as formas clíticas na função de dativo, com predomínio de 'lhe'.

Feita a rodada através do GoldVarb X, o programa selecionou como variáveis significativas dois grupos de fatores: a posição do clítico e o tipo semântico do verbo.

Ressalte-se que apesar de predominar nas cartas da amostra como pronome de 2ª pessoa, 'lhe' foi usado com referência à 3ª pessoa somente em uma carta da década de 40, como comprova o trecho (19):

(19) disse a Dina que quando o Maneco veio de Mossoró que esteve em Lajes e Angico foi em casa della, Dina, mas de uma vez seduzi-la não somente com palavras prostituídas, como agindo, dizendo a Dina que LHE servise de mulher, pois pretendia formicar com ella, dizendo que a esposa era doente e não podia ficar separado de mulher, o que ella rezistiu muito que a última vez que ELLE a procurou, foi em um estado tão vergonhoso, dizer que ella LHE fizesse isto e ella repreendeu-o, que não seria falda a seu marido [C002]

Esse dado reflete as mudanças no paradigma pronominal por que tem passado o português brasileiro. O uso do pronome 'lhe' com referência à 3ª pessoa parece inexistir nas cartas pessoais do Ceará.

Posição dos pronomes 'te'~'lhe' em relação ao verbo

A tabela mostra que a posição de próclise favorece o uso da forma 'te' e desfavorece o uso da forma 'lhe'. Contudo, após conjunções (52%), após advérbios (53%) e após verbos auxiliares (62%) o 'lhe' foi mais frequente do que o 'te'.

Os resultados desse grupo de fatores podem ser conferidos na tabela seguinte:

Tabela 2: Posição dos clíticos 'te' e 'lhe' nas cartas cearenses

Posição dos clíticos	'TE'	'LHE'	TOTAL
Próclise em início de oração	11 (100%)	0(0%)	11
Próclise após conjunções	12 (48%)	13 (52%)	25
Próclise após advérbios	17 (47%)	19 (53%)	36
Próclise após substantivos	9 (60%)	6 (40%)	15
Próclise após pronomes	26 (63%)	15 (37%)	41
Próclise após verbo auxiliar	22 (38%)	36 (62%)	58
Próclise após preposição	19 (50%)	19 (50%)	38
Ênclise	31 (32%)	65 (68%)	96
Total	147 (46%)	173 (54%)	320

Dos casos de próclise, chama a atenção o predomínio de 'te' (100%) justamente quando o uso contradiz o que prega a tradição gramatical, que é a colocação do pronome oblíquo em início de oração. Tal uso é bastante comum na fala coloquial e nos gêneros textuais escritos menos monitorados, o que sinaliza para uma harmonia com o traço [-informal] de 'te'. Em outras palavras, na colocação pronominal que caracteriza a escrita menos monitorada, menos formal, o uso de 'te', que sempre foi uma forma T, é exclusivo. São exemplos dessas ocorrências:

(20) ...cujo objetivo é TE remeter esta circular... [C010]

(21) graça ao bom Deus tudo aqui em nosso lar está em paz, TE desejo o mesmo [C075]

(22) Minhas cunhadas gostaram tanto da senhora e TE acharam bonita, te mandam abraços [C088]

Exemplos de 'lhe' em ênclise (posição em que esta forma predominou sobre 'te'):

(23) Comunico-LHE o recebimento de Vossa carta [C003]

(24) Desejamo-LHE Bôas Festas [C008]

(25) aqual com prazer respondo-LHE [C034]

Tendo sido a posição do clítico um grupo de fatores selecionado como significativamente pelo programa, apresentamos abaixo os resultados da forma inovadora 'lhe' com função de 2ª pessoa em relação à variável posição:

Tabela 3: Uso de *lhe* quanto à posição em relação ao verbo

Posição dos clíticos	'LHE'	P. R.
Próclise em início de oração	0/11 (0%)	–
Próclise após conjunções	13/25 (52%)	0.467
Próclise após advérbios	19/36 (53%)	0.467
Próclise após substantivos	6/15 (40%)	0.374
Próclise após pronomes	15/41 (37%)	0.292
Próclise após verbo auxiliar	36/58 (62%)	0.573
Próclise após preposição	19/38 (50%)	0.441
Ênclise	65/96 (68%)	0.613
Total	173/ 320 (54%)	-

Os resultados em peso relativo confirmam a ênclise como ambiente linguístico favorecedor da forma 'lhe'.

Tipo semântico do verbo

Ao examinarmos a relação entre o tipo semântico do verbo e o clítico preso a ele com a função de dativo na amostra, partimos da hipótese de que verbos que expressam sentimento ('querer'⁶, 'desejar', 'agradar' etc.) desfavorecem o uso de 'lhe' como 2ª pessoa, uma vez que esse pronome, por ter sido muito usado como oblíquo das formas de cortesia ('Vossa Mercê', 'Vossa Senhoria'), carrega ainda traços de formalidade e distanciamento, sendo por isso evitado com verbos que exprimem intimidade e proximidade.

A tabela 4 apresenta os resultados referentes ao tipo semântico do verbo em função do clítico 'lhe'. Ressalte-se que verbos perceptivos, verbos cognitivos e de atividade corporal não ocorreram na amostra na análise em tela.

Tabela 4: O tipo semântico do verbo e o uso do *lhe*

Tipo semântico do verbo	Ocorr./Total	%	P. R.
<i>Dicendi</i> (dizer, comunicar etc.)	80/137	58	0.529
Materiais (fazer, escrever, dar etc.)	70/147	48	0.450
Sentimentais (querer, desejar, agradar etc.)	13/23	56	0.585
Possessivo-relacionais (pertencer, dever etc.)	5/5	100	–
Existenciais (ser, acontecer etc.)	4/6	68	0.729
Atividade corporal (pegar, abraçar, segurar etc.)	1/2	50	0.505
Total	173/320	54	–

6. Segundo a GT, o verbo "querer", quando significa "estimar", "ter alguém como querido", é transitivo indireto, regendo, portanto, o *OI* (DAT).

Conforme a tabela acima, os verbos mais frequentes nas ocorrências de pronome oblíquo átono dativo são, como já comentado, os verbos *dicendi*. Nestes, a forma 'lhe' predomina sobre a forma 'te' em 58,4% dos casos com peso relativo de 0.529.

Na amostra, identificamos 29 verbos do tipo *dicendi* dos quais 'comunicar' foi o que mais favoreceu o uso de 'lhe': do total de 12 ocorrências dessa forma verbal 10 selecionaram o clítico 'lhe'. Já nas 19 ocorrências da expressão 'dar notícia' houve apenas 5 ocorrências de 'lhe'. Exemplos desses usos podem se verificar a seguir.

- (26) Comunico-LHE o recebimento de Vossa carta [C003]
- (27) E, por falar nisto, quero comunicar-LHE que tenho pelo menos três viagens para este mês [C022]
- (29) Estou te escrevendo para TE dar uma notícia [C086]
- (29) A finalidade destas poucas linha e somente para TE dar minhas notícias [C096]
- (30) É com muita saudade que te escrevo estas linhas somente para TE dar as nossas notícias [C156]

Exemplos dos poucos usos de 'lhe' com a expressão "dar notícias" são:

- (31) Tem esta fins dar-LHE minhas notícias [C014]
- (32) Vou por meio destas poucas linhas é somente para dar-LHI nossas notícias [C090]

Já a nossa hipótese para os verbos sentimentais ('querer', 'desejar' etc.) não se confirmou na amostra, pois 'lhe' foi mais usado com esses verbos do que 'te', com peso relativo de 0.585. Exemplos dessas ocorrências são:

- (33) ...de que minha pretensão não LHE agrade [C045]
- (34) termino desejando-LHE muitas felicidades [C068]
- (35) Da mana que muito LHE quer bem [C134]

Apesar do baixo número de ocorrências (6) de verbos existenciais, é possível afirmar que esses verbos foram os que mais favoreceram o uso de 'lhe', com peso relativo (0.729). Foram seis ocorrências apenas, sendo cinco com o verbo 'ser' + adjetivo, casos em que o dativo corresponde ao "complemento nominal" da NGB. O outro caso foi com o verbo 'acontecer', em que o dativo corresponde ao item "a" do que estamos chamando de dativo, conforme explicitado na seção de Procedimentos Metodológicos. Desses seis casos de verbos existenciais, transcrevemos dois:

(36) Sou-LHE devedor [C043]

(37) que tudo de bom LHE aconteça [C067]

Em linhas gerais, do ponto de vista do tipo semântico do verbo da oração, o clítico 'lhe' foi mais frequente com verbos existenciais, verbos sentimentais e verbos *dicendi*.

Estrutura do verbo

Quanto à estrutura do verbo ao qual se prende o clítico, classificamos as formas verbais da amostra em simples e perifrástica (verbo auxiliar ou modal + forma nominal). As formas simples prevalecem sobre as formas perifrásticas na amostra, como fica claro na tabela abaixo:

Tabela 5: Frequência de uso da estrutura verbal ao qual se prende o clítico

Forma	Ocorr./Total	%
Simples	215/320	67
Perifrástica	105/320	33

Ao analisarmos o uso dativo de 'te'~'lhe' em estruturas verbais simples ou perifrásticas, partimos da hipótese de que as formas perifrásticas, por serem mais recentes no idioma (SERAFIG, 2008), favoreceriam o uso de 'lhe', que é uma forma

mais recente para a 2ª pess. do que *te*. A tabela 5 abaixo mostra se nossa hipótese foi confirmada:

Tabela 6: Frequência de uso de 'lhe' dativo conforme a estrutura verbal

Forma	Ocorr./Total	%
Simples	109/215	51
Perifrástica	64/105	61

Como se depreende da tabela, nossa hipótese foi confirmada: 'lhe' foi mais recorrente na amostra com as formas perifrásticas do que com as formas simples, ocorrendo em 61% dos casos, de que são exemplos as seguintes ocorrências:

(38) Mais tarde vou LHE enviar um interessante dialogo que Jesus me deu [C011]

(39) Desculpe em ter LHE tomado o tempo [C034]

(40) estou LHE devendo duas cartas [C044]

Décadas

As cartas da amostra cobrem o período que vai de 1940 a 2000, ou seja, as quatro últimas décadas do Século XX. Apresentamos agora como se deu o uso das formas clíticas 'te' e 'lhe' ao longo desse período:

Tabela 7: Frequência de *te* e *lhe* por décadas do século XX

Décadas	TE	LHE
1940-50	25 (49%)	26 (51%)
1960-70	61 (44%)	77 (56%)
1980-90	61 (46%)	70 (54%)
Total	147 (46%)	173 (54%)

Como se depreende da tabela acima, a alternância 'te'~'lhe' seguiu, nas cartas da amostra, sem muita oscilação, predominando sempre a forma 'lhe'. No primeiro período analisado (décadas de 1940 e 1950), a variação seguiu bastante acirrada, mas 'lhe' abriu uma diferença de 12 pontos percentuais sobre 'te' nas duas décadas seguintes, mas sofreu um leve declínio de uso nas décadas finais, embora ainda tenha permanecido predominante. O gráfico mostra a trajetória aqui descrita:

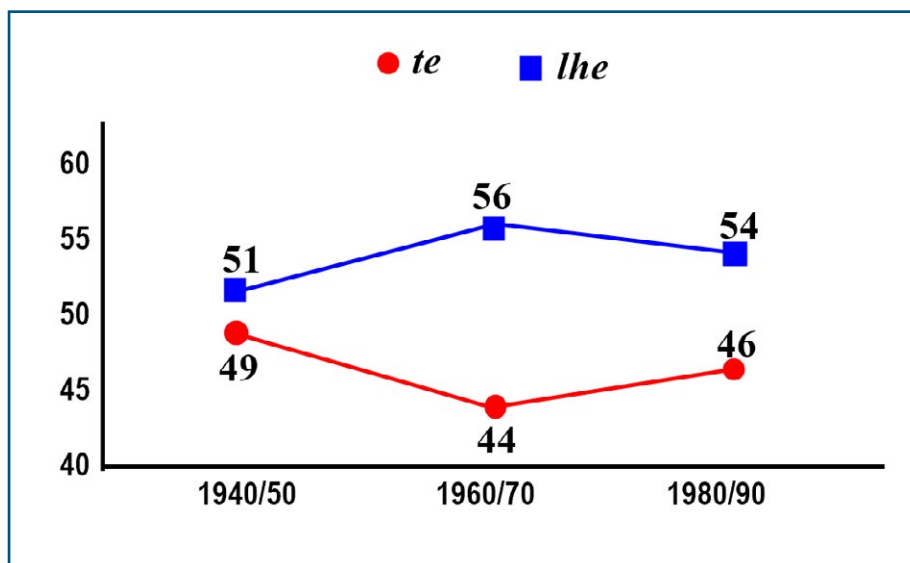


Gráfico 1: Frequência de 'te' e 'lhe' por décadas do século XX

Antes de realizarmos as rodadas, supomos que, no período de 1940 a 1959, a forma predominante de clítico de 2ª pess. fosse 'te', uma vez que, de acordo com a pesquisa de Duarte (1993), o declínio do uso de 'tu' (do qual 'te' é a forma objetiva) em favor de 'você' (cuja forma objetiva é 'lhe') intensifica-se a partir da década de 1930. Além disso, Oliveira e Lopes (2007) mostraram que, nas 97 cartas trocadas por um casal de noivos do Rio de Janeiro entre os anos 1936 e 1937, 'te' predomina de forma bastante acentuada sobre 'lhe' naquelas cartas. No entanto, 'lhe' revelou-se mais frequente do que 'te' nas cartas cearenses já na década de 1940 (51%), em competição bastante acirrada com seu concorrente (49%).

Quanto ao segundo período considerado, a análise mostrou que a frequência de 'lhe' (56%) foi maior do que a de 'te' (44%) nas cartas da amostra, sendo, portanto, 'lhe' mais usual do que 'te'. Para esse período, havíamos presumido que as duas formas apresentavam frequência de uso equilibrada, como consequência

da reanálise iniciada décadas antes, mas fomos contraditos pelos resultados. Nas décadas de 80 e 90 (54% e 46%, respectivamente) é onde há maior equilíbrio no uso dessas formas.

Oliveira (2015, p. 88), em estudo realizado sobre a variação dos pronomes dativos de 2ª pessoa em cartas cariocas e fluminenses (1880-1980), observou uma tendência predominante ao uso do clítico 'te' em mais da metade da amostra em três quartos do período focalizado. Contudo no período de 1956-1980 a forma pronominal 'te' sofre uma diminuição percentual de frequência, sendo nesse último período em que há maior equilíbrio no emprego das estratégias pronominais 'te' (30,0%) e 'lhe' (24,5%). Nas cartas do Ceará, predominou o clítico 'lhe' ao longo das décadas do século XX em estudo, apresentando uma distribuição regional, em termos quantitativos, diferente das cartas cariocas, o que parece refletir uma variação regional encontrada em alguns falares do nordeste (cf. BAGNO, 2011, p. 765).

Sexo do remetente

Das 186 cartas, 94 foram escritas por homens e 92 foram escritas por mulheres. A recorrência aos clíticos 'te' e 'lhe' com valor de 2ª pess. foi 56, 2% em cartas de homens e 43,8% em cartas de mulheres.

Observando-se apenas o uso de 'lhe', percebemos que há uma leve diferença em seu uso por homens ou por mulheres:

Tabela 8: Frequência de 'lhe' por sexo dos remetentes

Sexo	Ocorr./Total	%
Homens	95/173	53
Mulheres	78/173	56

Como se pode observar, nas cartas da amostra, as mulheres usam mais 'lhe' do que os homens. Dependendo do ponto de vista adotado, essa tendência confirma as hipóteses dos estudiosos: se considerarmos como mais provável ocorrer 'lhe'

em vez de 'te' em cartas devido ao traço [+formal] atribuído àquela forma e a esse gênero textual em comparação com a fala, os dados comprovam o pensamento de Labov (1990; 2001) que afirma que, em estratificação sociolinguística estável, homens usam com frequência mais alta de formas não padrão do que mulheres. Assim também pensa Fisher (1958), para quem as mulheres tendem a conservar as formas linguísticas, evitando as inovações.

Porém, se considerarmos que 'te' é menos formal e, portanto, mais esperável em cartas pessoais trocadas entre amigos, os dados contradizem o que afirma Tannen (1990), que ressalta que homens tendem a manifestar um estilo mais independente, sem muito envolvimento com seu interlocutor. Assim, os homens usariam menos *te*, que "indicaria mais aproximação e intimidade" (MONTEIRO, 1994), o que não aconteceu na amostra.

Nas cartas de homens da amostra, a forma 'te' ocorreu com mais frequência, como mostram trechos de duas cartas de amigo, uma escrita na década de 40 (41) e outra na década de 70 (42).

(41) Comunicu-TE o recebimento de sua carta, fiquei siente de tudo e muito satisfeito com as boas noticias, graças a Deus. [...] Pessu-TE ler esta carta a todos quantos se interessarem saber dos acontecidos. [...] No mas espera tambem novos mensageiros que TE mando juto a esta. [C001]

(42) quero dizer-TE que a falta de tempo é pouco, agora que sobrou um pouco para TE escrever. [...] Deus TE dê a luz e TE guie como cristão até os dias que ele TE proporcionar neste mundo [C102]

Considerações finais

Na produção das 186 cartas escritas por cearenses, o controle da alternância 'te' e 'lhe' como clíticos de 2ª pess. na função de dativo evidenciou as frequências de 46% e 54%, respectivamente, o que mostra um predomínio de 'lhe' sobre 'te'. Tal predomínio parece-nos estar relacionado com a função primária desse pronome, uma vez que 'lhe' veio de *illi*, dativo de *ille*, "aquele" em latim.

Na amostra analisada, a posição enclítica favorece o uso de 'lhe' com 67% de uso, revelando-o conservador quanto à posição do complemento verbal prescrita pela tradição gramatical portuguesa. A forma *te* apresentou 33% de uso nessa posição.

Quanto ao tipo semântico de verbo, os que mais favoreceram o uso do 'lhe' dativo na amostra analisada foram, nesta ordem, os verbos relacionais ('pertencer a', 'caber a' etc.) – 100%, os verbos existenciais ('ser', 'acontecer' etc.) – 67%, e os verbos *dicendi* ('dizer', 'comunicar', 'contar' etc.) – 58%.

Em relação à estrutura do verbo, 'lhe' foi mais frequente (61%) nas formas perifrásticas, mas ficou numa competição muito acirrada com 'te' nas formas simples: 51% de 'lhe' e 49% de 'te'.

Considerando-se a variação 'te'~'lhe' ao longo das décadas, a amostra revelou que a competição entre as duas formas era bastante acirrada nos anos 1940 e 1950, mas 'lhe' foi mais frequente nas quatro últimas décadas do século XX (60-70;80-90) nas cartas escritas por cearenses.

Finalmente, quanto ao sexo dos remetentes, as mulheres usaram mais 'lhe' do que os homens, o que pode indicar que as remetentes possam seguir a tendência de associar o traço [+formal] de 'lhe' com a modalidade escrita.

Partindo da posição de Marcuschi (2001), em que escrita e fala são entendidas como parte de um *continuum*, é possível estabelecer uma comparação entre este trabalho e a pesquisa de Almeida (2009) sobre o mesmo fenômeno na fala de Salvador (BA): ambos constataram uma acirrada variação das formas 'te'~'lhe', como domínio de 'lhe'. Interessante notar que, assim como a pesquisa de Almeida (2009) constatou um retorno de 'te' à fala soteropolitana entre as gerações mais jovens, a presente pesquisa constatou, nas cartas cearenses, a mesma tendência entre as cartas das décadas de 1980 e 1990, que foram, em sua maioria, escritas por remetentes mais jovens do que os remetentes dos demais períodos analisados.

Referências

- ALMEIDA, G. de S. *Quem te viu quem lhe vê: a expressão do objeto acusativo de referência à segunda pessoa na fala de Salvador*. 2009. 193f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- ANDRADE, M. L. da C. V. de O. Gênero social e norma linguística: estudo de formas de tratamento em cartas pessoais. In: PRETI, D. (org.). *Variações na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2011, p. 111-131.
- ARAÚJO, F. J. N. *A variação te/lhe em cartas pessoais de cearenses no século XX*. 2014. 151f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- _____. CARVALHO, H. M. *Te e lhe como clíticos acusativos de 2ª pessoa em cartas pessoais cearenses*. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, 1 (1): 62-80, jan. | jun. 2015
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The Pronouns of Power and Solidarity. *American Anthropologist* 4 (6), p. 24-39, 1960.
- CAVALCANTE, C. R., O.; DUARTE, M. E. L.; PAGOTTO, E. G. *Clíticos no século 19: uma questão de posição social?* 2011. [no prelo] Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbXZaWx2aWFyZXxneDozMDJkMzRjNmU3MTVkZjg1>
- COELHO, T. M. S. *A sínclise dos substantivos pessoais átonos no português oral culto de Fortaleza: aspectos sociolinguísticos*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, 2003.
- DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, A.; KATO, M. A. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- FISCHER, J. L. Social influences on the choice of linguistic variant. *Word*, 1958, n. 14, p. 4756.
- LABOV, W. *Language in the Inner City: Studies in the Black English Vernacular*. Philadelphia: University of Alabama Press, 1972.
- _____. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. In: *Language, Variation and Change*, vol. 2. Issue 02. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 205-254.
- _____. *Principles of Linguistic Change: Internal factors*. Oxford / Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.
- _____. *Principles of Linguistic change*. Volume II: Social Factors. Oxford: Blackwell, 2001.
- LOPES, C. R. S. Pronomes pessoais. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs.). *Ensino de gramática – descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 103-119.
- _____. CAVALCANTE, S. A cronologia do ‘voceamento’ no português brasileiro: expansão de você sujeito e retenção do clítico *te*. *Linguística*. Rio de Janeiro, vol. 25, p. 30-65, jun. 2011.

- _____.; MACHADO, A. C. M. Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre a segunda e a terceira pessoas nas cartas dos avós. In.: LOPES, C. R. S. (Org.) *A Norma Brasileira em Construção*. Fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, FAPERJ. 2005, p. 45-66.
- MACHADO, A. C. M. *A implementação de “Você” no quadro pronominal: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século XX*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, 108 p.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.
- MOTA, M. A. *A variação dos pronomes ‘tu’ e ‘você’ no português oral de São João da Ponte (MG)*. 2008. 125f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade federal de Minas Gerais, Uberlândia, 2008.
- NASCENTES, A. *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.
- OLIVEIRA, R.; LOPES, C. *Retratos da mudança no sistema pronominal: Usos tratamentais cariocas na diacronia e sincronia*. Edital Jovem Cientista da FAPERJ, Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.sigma-foco.scire.coppe.ufrj.br/UFRJ/sigma/projetos/consulta/relatorio.stm?app=PROJETOS&codigo=15418&buscas_cruzadas=ON>
- OLIVEIRA, T. L. de. Os pronomes dativos de 2ª pessoa na escrita epistolar carioca. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, 1 (1): 81-98, jan. | jun. 2015.
- PAGOTTO, E. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Unicamp, Campinas, 1992.
- RAMOS, J. O uso das formas *você, ocê* e *cê* no dialeto mineiro. In: HORA, D. (Org). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997. p. 43-59.
- RUMEU, M. C. de B. As relações de poder e de solidariedade na sociedade carioca os séculos XVIII e XIX. *Revista Todas as Letras R* (Mackenzie. online), v. 13, p. 115-126, 2011.
- _____. *Língua e sociedade: a história do pronome “Você” no português brasileiro*. Rio de Janeiro: Ítaca, 2013.
- SALES, I. A. *Aspectos linguísticos e sociais no uso de pronomes em cartas pessoais baianas*. 2007. 385f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. *Goldvarb X - A multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. 2005.
- SCHEI, Ane. *A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP. São Paulo, 2003.

- SCHEIBMAN, J. Local patterns of subjectivity. *In*: BYBEE, J.; HOPPER, P. (eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000. p. 61-90
- SERAFIM, R. L. *Do Gerúndio ao Gerundismo*: Mudança e Preconceito Linguístico. 81f. Monografia (Bacharelado em Letras) – Universidade Federal de Brasília, Salvador, 2008.
- SILVA, E. N. A., A variação entre as formas pronominais da segunda pessoa “tu” e “você” em cartas de 1930. *In*: SILEI, 2, 2011. Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU, 2011, p. 132-53.
- SILVESTRE, J. C. C. *Sociolingüística histórica*. Madrid: Editorial Gredos, 2007.
- TANNEN, D. *You just don't understand: women and men in conversation*. New York: William Morrow and Company Inc., 1990. Disponível em: < <http://www.stanford.edu/~eckert/PDF/fischer1958.pdf>> . Acesso em: 11 jun. 2013.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1996].

A CONCORDÂNCIA DE NÚMERO NO SINTAGMA VERBAL: UMA ABORDAGEM SOCIOLINGUÍSTICA DA PRODUÇÃO TEXTUAL DE ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DE JUAZEIRO-BA

CARLOS WILSON J. PEDREIRA (MPLE/UFPB)

PROF. DR. DERMEVAL DA HORA (MPLE/UFPB)

PROFA. DRA. JULIENE L. R. PEDROSA (MPLE/UFPB)

Introdução

Ao analisar as produções escritas dos alunos do 1º e 2º anos do Ensino Médio, enquanto professor de língua portuguesa, constatamos dificuldades quanto ao emprego adequado de regras gramaticais, principalmente, no que diz respeito às regras de concordância verbal.

Essa situação nos motivou a desenvolver uma atividade (sequência de aula) de intervenção com a finalidade de contribuir para o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, mais precisamente da concordância verbal, levando em conta a dinamicidade e heterogeneidade da língua.

Vivemos numa sociedade permeada por diferenças histórico-cultural-geográficas e essas diferenças se refletem na língua, já que é um produto social e está sujeita às transformações pelas quais a sociedade passa. Assim, não se pode conceber a língua como um bloco homogêneo e estático, deve-se, portanto, considerá-la como um produto social influenciada pela variação diastrática, diafásica, diacrônica (cf. FLYDAL apud. Bechara, 1994).

Dessa forma, os aspectos aqui trabalhados fornecerão aos alunos algumas respostas que buscam para compreender a concordância verbal. Servirá para os docentes como reflexão sobre os mecanismos da variação da concordância verbal no português com a finalidade de empreender uma prática pedagógica consciente e respeitosa para um trabalho efetivo com a variação linguística em sala de aula.

Para tanto, temos por objetivo geral promover o ensino da concordância verbal de terceira pessoa do plural no 1º e 2º anos do Ensino Médio, partindo de seus próprios textos, enfatizando as variedades da língua, bem como a necessidade de adequação linguística tendo em vista os níveis de linguagem e a situação de comunicação.

Com isso, pretendemos estimular os alunos a construírem o conceito do fenômeno linguístico da concordância verbal a partir da análise de seus próprios textos e de outros gêneros textuais, assim como possibilitar reflexões a partir do uso da língua diante do fenômeno analisado, fazendo com que os alunos reconheçam quando este se mostra adequado ou inadequado, tendo em vista o texto em sua totalidade.

Além disso, buscaremos fazer os alunos entender os diversos usos da concordância verbal de terceira pessoa do plural a partir de gêneros como: o relato pessoal, texto dissertativo-argumentativo, a tirinha, anúncio publicitário, letra de música, artigo científico com o intuito de refletir sobre a adequação ao contexto comunicativo e, conseqüentemente, desenvolver habilidades de escrita relacionadas à variedade formal da língua pondo em evidência a compreensão da concordância verbal.

Espero, com esta atividade, contribuir para um melhor aprendizado dos alunos, como também para um ensino de Língua Portuguesa que reforce que a língua não é a gramática tradicional e que toda língua está sujeita a variações linguísticas atreladas a condições extralinguísticas, como idade, sexo, região, escolaridade, classe social etc., portanto, não existe uma forma linguística intrinsecamente melhor ou mais difícil do que outra.

Algumas palavras sobre a concordância verbal

A concordância é a harmonia existente na oração em que determinados elementos concordam com outros. Para Góis (1955, p. 25), “a concordância estabelece uma relação de identidade entre a palavra regida e a palavra regente, entre o termo modificador e o termo modificado”.

Já para Bechara (2009), concordância significa a adaptação de palavras determinantes ao gênero, número e pessoa das palavras determinadas presentes na oração.

Cunha e Cintra (1985), a variabilidade do verbo deve estar em conformidade ao número e à pessoa do sujeito, dessa maneira, à medida que o verbo muda, o sujeito, elemento integrante da oração, deve de fato concordar com ele, evitando ainda que possa ocorrer a repetição desse sujeito, servindo, assim, como elemento de coesão.

Quando se usa a gramática normativa, faz-se necessário obedecer às normas de concordância, ou seja, para escrever um texto em um ambiente formal, quer seja acadêmico, quer seja profissional, devemos monitorar a linguagem escrita, fazendo, assim, o uso da variante urbana de prestígio.

A concordância verbal tem sido entendida como um fenômeno gramatical no qual a forma de uma palavra numa sentença é determinada pela forma de outra palavra com a qual tem alguma ligação gramatical. E costuma ser um tema muito valorizado nas aulas de Língua Portuguesa, especialmente na avaliação da produção textual dos alunos.

A não-realização da regra de concordância verbal, no português do Brasil, constitui, sem dúvida, um traço de diferenciação social, de cunho estigmatizante, que se revela, com nitidez, no âmbito escolar. O forte contraste entre o uso ou não do mecanismo de concordância e as políticas de ensino, espelhadas em práticas didático-pedagógicas fundamentadas em gramáticas que pressupõem uma norma única, indicam a necessidade de se conhecerem as regras em uso pelas diversas comunidades de falantes.

Por vezes, a gramática tradicional busca recursos para explicar a variabilidade que envolve a concordância verbal, legitimando-a, embora de forma não explícita. Nesse sentido, faz normalmente a distinção entre concordância gramatical e concordância ideológica. A concordância gramatical é aquela que atende às exigências postuladas na regra geral, enquanto a ideológica (ou silepse ou sínese) envolve as realizações que não se enquadram nas regras básicas propostas pela gramática.

Desenvolvimento das atividades

Para a realização da sequência de aula, propusemos ações e metas a serem alcançadas. Tais ações e metas foram desenvolvidas em sala de aula através de atividades individuais e em duplas, seguindo oito momentos que se complementam entre si.

1º Momento: A produção de dois textos. Um relato pessoal em que os alunos iriam contar um momento que marcou a vida deles, mas nada muito pessoal e íntimo. O outro foi a produção de um texto dissertativo-argumentativo sobre o uso do celular em sala de aula. Já que a maioria não se separa do celular, queríamos saber o que eles achavam sobre a proibição do uso do celular em sala de aula na hora da aula.

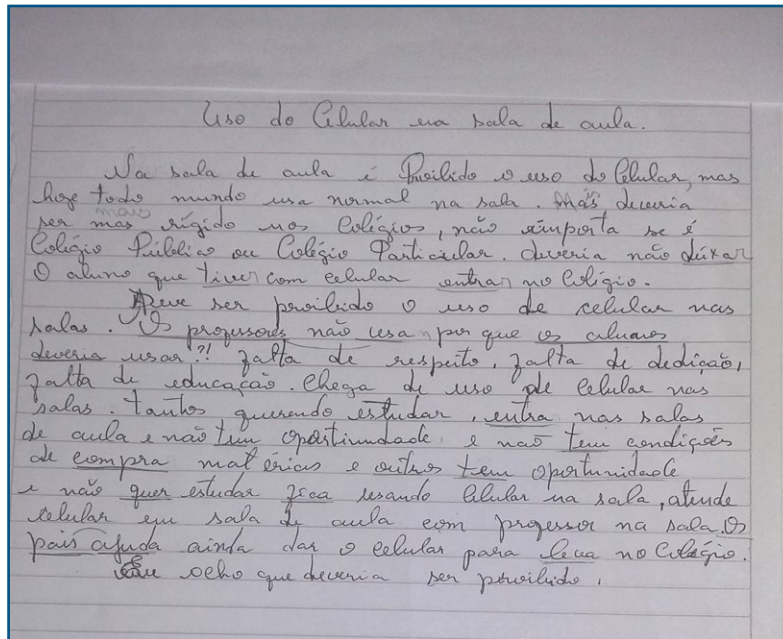
2º Momento: Ler as produções dos alunos e selecionar os aspectos relacionados à concordância verbal que sejam representativos das necessidades de aprendizagem dos alunos. Nesse momento o objetivo não é o aluno dominar a terminologia gramatical, mas compreender o fenômeno linguístico em estudo pelo uso.

Exemplo de Relato Pessoal

Em 20/06/2015, de manhã eu fui estorvo muito ansioso para que chegasse às 13:00 horas do tarde, esse era o horário que eu ia viajar, não pensava muito nas próximas seis horas dentro de um carro, mas pensava mesmo na hora de chegar, estava pensando nas pessoas que ia encontrar, minha avó, minha avó e minha tia, eu estava mais focado em um amigo que eu tinha visto meses que eu não via. A gente foi tendo comêzinhos de ir para o parque, mas tinha um problema ali ele era evangélico e o parque era em uma pista de São João então ele não podia ir, nós resolvemos ir primeiro o amigo, fomos ele, minha irmã e eu. Chegando lá realizei-se o culto e voltamos para casa, pois buscar minha tia que ia ao parque com a gente, então fomos nós quatro chegamos lá fomos ao parque durante três horas, e depois minha tia e minha irmã queriam ir no posto, eu disse que eu ia com minha irmã porque meu amigo não podia ir, elas foram, então ele me chamou para uma festa lá perto, então nós fomos para o lado mais escuro do praça, sentamos no banco, nós conversamos durante uma hora, fomos de novas ridas, de tudo o que tinha acontecido nos tempos que não nos vimos ele ficou a maior parte do tempo falando para o movimento do praça, quando tinha pouco gente ele sentou mais perto de mim, eu vi e nós continuamos a conversar depois de um minutos ele começou a puxar a mão no meu braço e no meu cabelo, novamente a praça se esvaziou de gente, uns quinze minutos depois ficou sozinho então nós fomos, mas eu lembrei da minha tia e minha irmã a gente tinha que voltar

ele pediu para ficar mais um tempinho então ficamos, depois eu falei que nós tínhamos que voltar, então voltamos, encontramos os dois, nós saímos naturalmente. Como amigos que eram quase irmãos, três horas depois voltamos para casa, nós ainda nos beijamos no caminho, sem eles perceberem.

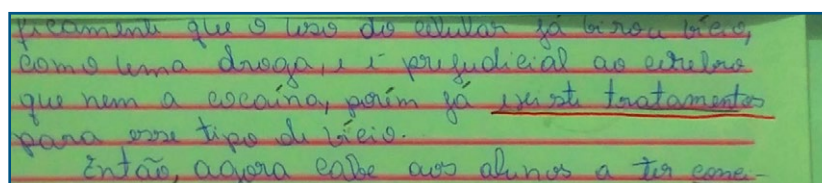
Exemplo de texto opinativo



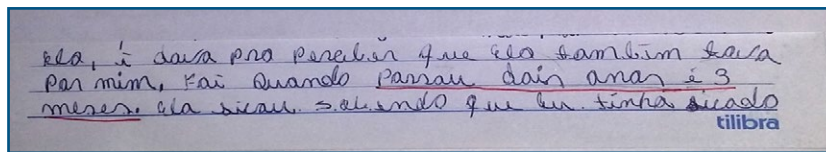
3º Momento: Inicia-se apresentando algumas situações para o aluno observar o uso da concordância verbal. Por exemplo: ***“Os ladrões fugiu sem levar nada”*** e ***“Os ladrões fugiram sem levar nada”***. Problematicam-se com os alunos os usos dessas concordâncias, esclarecendo que há variação linguística em situações de uso oral, de acordo com a situação comunicativa, já na situação de escrita, a gramática normativa defende que o verbo concorde com o sujeito em pessoa e número. Em seguida, mostramos alguns exemplos do texto dos alunos, relacionados às dificuldades apresentadas por eles:

a) Com o sujeito posposto ao verbo:

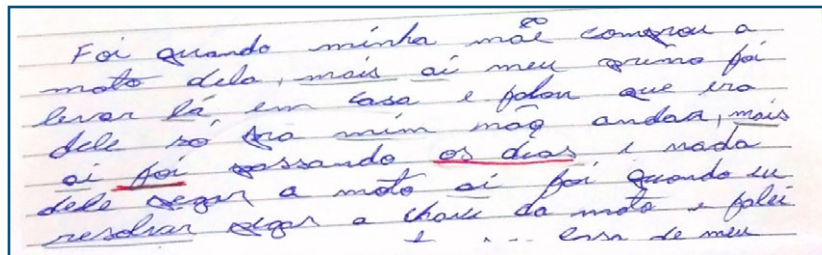
Ex1.: “...existe tratamentos para esse tipo de vício.”



Ex2.: "...Foi quando passou dois anos e 3 meses."

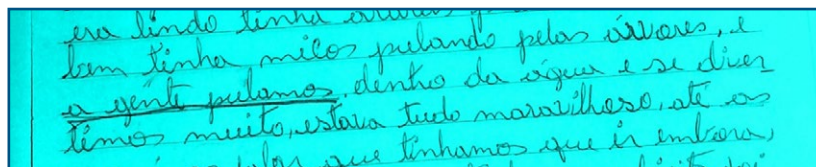


Ex3.: "... mais aí foi passando os dias..."



b) Com a concordância ideológica, que é aquela em que o termo flexionado (verbo, adjetivo ou pronome) concorda com a ideia de número, gênero ou pessoa associada ao referente do sujeito da oração, também chamada de **silepse**:

Ex1.: "...a gente pulamos dentro da água e se divertimos muito..."

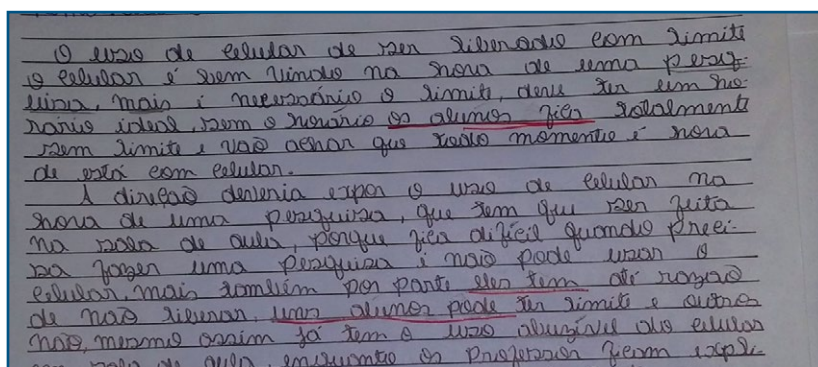


c) Com verbos menos salientes fonicamente, como em **fica/ficam, bebe/bebem**, por exemplo, em que as diferenças morfofonológicas são menos perceptíveis. Diferentemente dos verbos, **dispor/dispuser, é/são, cuja** saliência fônica é mais acentuada ou perceptível.

Ex1.: "... os alunos fica totalmente..."

Ex2.: "...por parte eles tem até razão..."

Ex3.: "...uns alunos pode ter limite e outros não,..."



Conversamos com os alunos sobre a necessidade das palavras “combinarem entre si” numa frase, e explicamos que chamamos de **concordância verbal** quando se trata da combinação entre verbo e sujeito.

As pesquisas sociolinguísticas têm demonstrado que os aspectos linguísticos mais importantes para que ocorra a variação da concordância são a **saliência fônica** e a **posição dos elementos no sintagma**. Com relação aos aspectos extralinguísticos, um dos mais importantes para entender a variação da concordância de número no Português Brasileiro é a escolaridade dos falantes.

4º MOMENTO: Apresentamos alguns trechos selecionados dos textos dos alunos para serem revisados coletivamente. Em seguida, os alunos, em dupla, para socializarem entre si, deveriam ler os trechos e identificar os aspectos que precisam ser revistos.

5º MOMENTO: Após esse trabalho, serão devolvidas as produções de cada um dos estudantes para que trabalhem em dupla, revisando juntos os seus textos no que se refere aos aspectos discutidos. Solicitar a reescrita do trecho revisado. Esse procedimento é importante para que se evite que o aluno fique reescrevendo várias vezes o seu texto por inteiro, o que pode causar cansaço e desinteresse.

6º MOMENTO: Depois de realizada a revisão, é proposta aos alunos a organização de algumas regras dos aspectos estudados, utilizando os trechos revisados de seus textos. É interessante, neste momento, não recorrer às definições impostas pelos livros e gramáticas, para, em seguida,

comparar as definições deles com às dos livros e gramáticas. A finalidade aqui não é criar definidores de conceitos gramaticais, mas fazer o aluno chegar às suas conclusões em relação a como se deve fazer uso da concordância verbal, levando em conta os determinados contextos de interação comunicativa.

7º MOMENTO: Nesta etapa, algumas atividades para reforçar o conhecimento e a reflexão sobre a concordância verbal foram propostas. Os alunos responderam às questões e, na sequência, discutimos coletivamente sobre a presença ou não da concordância nos textos trabalhados, mostrando os aspectos relacionados à variação linguística e, consequentemente, aos juízos de valores que muitas vezes são atribuídos a esses usos. Para melhor ilustrar nossa proposta, segue o conjunto de atividades que trabalhamos.

1. Leia o quadrinho a seguir e em seguida responda aos questionamentos propostos:



Fonte: <http://desordempublica.com.br/2012/04/16/o-discurso-do-chico-bento/>

- Quem está discursando no quadrinho? O que está reivindicando?
- Qual é a variedade linguística utilizada pela personagem?
- Como é vista pela sociedade a variedade linguística utilizada?
- Houve compreensão por parte dos interlocutores no discurso da personagem?

- e. Levando em conta a situação comunicativa a variedade linguística utilizada pela personagem é adequada? E em relação ao gênero quadrinho, a variedade linguística é adequada?
- f. A fala da personagem poderia ser dita de outra forma, maneira? Como? Em que situação?
- g. Do ponto de vista da gramática normativa, o que chama a atenção na fala da personagem? Explique.

2. Leia com atenção a tira abaixo e responda às questões:



- a. Em uma das falas da tira podemos identificar o uso da concordância ideológica. Transcreva o trecho em que isso ocorre.
- b. Justifique o modo como essa concordância foi feita.
- c. Casos de concordância ideológica como a exemplificada na tira podem ser alvo de preconceito linguístico, Por quê?

3. Leia o texto abaixo.

EDUCAÇÃO! EDUCAÇÃO! (PARTE 3)

Sonho com Dona Teteca, minha implacável professora de português. Ela aparece, brandindo um exemplar do JB com a segunda parte do artigo Educação! Educação!

Passa-me um sabão danado. [...]

- Seu analfabeto! Não foi assim que te ensinei! Não podes errar concordância! Assustado, leio um texto meu que o JB publicou no domingo passado: "Um dos

romances que mais marcou minha adolescência...”

Sinto um frio na espinha e balbucio:

- Desculpe dona Teteca... Eu me distrai. [...]

Conformado, pego uma resma de papel e começo a escrever, pensando: “Poxa, logo num texto sobre educação!”

Acordo, sobressaltado e ofegante. Perdão, leitores.

(UTZERI, Fritz. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 jul., 2003)

a. No texto transcrito. Fritz Utzeri relata o pesadelo que teve com sua professora de português. Por que o autor sentiu um “calafrio na espinha” ao lembrar-se do que tinha escrito na coluna do jornal?

b. “Poxa, logo num texto sobre educação!”. Por que o autor faz essa declaração, considerando o pesadelo que teve?

c. No penúltimo parágrafo, Fritz Utzeri sugere que, assim que foi criticado pela professora, corrigiu o erro. Reescreva a frase que gerou o pesadelo do autor, construindo a concordância que, em geral, costuma ser utilizada nesse caso.

4. Com base no anúncio publicitário/propaganda abaixo, responda ao que se pede.

Este ano a Lew, Lara ganhou os maiores prêmios da propaganda. Foram 3 medalhas de ouro no Clube de Criação de São Paulo, uma das premiações mais importantes do Brasil. Em Cannes, a premiação mais importante do mundo, foram 6 finalistas e um leão de bronze. Além de 3 medalhas e o grande prêmio de Comercial do Ano no Voto Popular, onde quem vota é quem mais entende de propaganda: o consumidor.

Este anúncio é para comemorar o Prêmio Voto Popular que a gente ganhamos.

Fórmula para o sucesso: Comercial do Ano no Prêmio Voto Popular

Lew, Lara

concordância ideológica ou silepse

Fonte: Folha de S. Paulo. São Paulo, 3 set. 2004.

- a. Quem é o interlocutor a quem a propaganda se dirige?
- b. Há alguma relação entre a variedade linguística utilizada pela agência e o público a qual a propaganda se dirige?
- c. Em qual variedade linguística a forma “a gente ganhamos” se enquadra?
- d. Analise com base na gramática normativa a concordância verbal da forma “a gente ganhamos”?

Leia a letra da canção de Marisa Monte feita em homenagem ao denominado profeta Gentileza, conhecido nos anos 1980 por fazer pregações e inscrições sob um viaduto no Rio de Janeiro.

Gentileza

Apagaram tudo
Pintaram tudo de cinza
A palavra no muro
Ficou coberta de tinta
Apagaram tudo
Pintaram tudo de cinza
Só ficou no muro
Tristeza e tinta fresca
Nós que passamos apressados
Pelas ruas da cidade
Merecemos ler as letras
E as palavras de Gentileza [...]

(MONTE, Marisa. Memórias, crônicas e declarações de amor. EMI, 2000.)

- a. Na música, quem é o responsável por ter apagado os dizeres do profeta no muro ou ter pintado por cima deles?
- b. Releia a oração: “Só ficou no muro/Tristeza e tinta fresca.” Explique a concordância do verbo.

6. Leia a tira.



- Explique por que a personagem diz que o nome *Osmar* é um erro de concordância?
- No segundo quadrinho, o humor é construído com uma brincadeira linguística com o nome dos gêmeos. Explique.

8º MOMENTO: Para finalizar a sequência proposta, realizamos uma avaliação dos conteúdos trabalhados. Nela, observamos a participação e a interação dos alunos com as atividades propostas. Levamos em consideração as atividades de análises dos diversos gêneros textuais, propostas através de discussões em grupo, da escrita e da reescrita dos textos produzidos pelos alunos, além do reconhecimento das variedades linguísticas. Consideramos, principalmente, o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita associadas ao ensino da concordância verbal.

Alguns resultados

Para resumir os nossos resultados, reforçamos que analisamos as produções textuais de 78 alunos. Dois gêneros textuais foram utilizados: 40 relatos pessoais de alunos do Fundamental e Médio e 38 textos opinativos do Fundamental e Médio.

De uma forma geral, os resultados nos mostraram que independente do nível de escolarização, ou ainda, de ser uma escola pública ou privada, o índice de não concordância verbal foi semelhante, uma vez que **08 produções do 9º ano da es-**

cola pública e 08 produções da escola privada, totalizando 16 produções, e **08 produções da 3º ano médio da escola pública e 07 produções da privada**, totalizando 15 produções, apresentaram desvios do uso de concordância verbal.

Percebemos, também, que o gênero Relato foi mais propício à incidência de desvios de concordância, muito embora no texto opinativo, os desvios de concordância também tenham sido bastante observados. Porém, percebemos que muitos desses desvios, independente do gênero, acontecem em estruturas verbo-sujeito e com verbos que apresentam menos saliência fônica como atestam pesquisas de Naro & Scherre (1997, 1999), Rodrigues (1987), Bortoni (2014). Esse dado nos revela que, de maneira geral, na escrita, os alunos seguem o uso padrão de concordância verbal.

Outro dado relevante e que precisa ser mencionado é que, com as atividades desenvolvidas, os alunos têm demonstrado maior compreensão do fenômeno variável de concordância verbal e, conseqüentemente, têm conseguido aplicá-lo de maneira mais reflexiva tanto durante as atividades e como em produções, minimizando o uso da concordância coloquial. Como nosso trabalho com a concordância não está concluído, pretendemos ter resultados mais mensuráveis ao final de todas as etapas, já que nosso propósito é de realizar um novo momento de produção textual, com gêneros semelhantes aos utilizados, que nos permita analisar o uso da concordância verbo-sujeito de forma comparativa aos resultados obtidos com as produções iniciais, além de mostrar as etapas de desenvolvimento do trabalho.

Considerações finais

Com o desenvolvimento desta sequência de aula, percebemos que os alunos sentiram-se menos constrangidos com seus “erros” e motivados a ver que a língua que eles falam não é errada, tosca, nem grosseira, mas diferente, adequada a determinadas situações e inadequada a outras, dependendo da situação de interação comunicativa.

Reforçamos que a língua foi apresentada e estudada através de situações concretas, ou seja, por meio de textos produzidos pelos próprios alunos, o que permitiu uma maior autonomia para que eles pudessem identificar como se constroem os princípios da concordância verbal, bem como as adequações e inadequações diante

de textos variados (em funcionalidade e em graus de formalidade), como sugere Vieira (2007).

Ficou evidente também que o interesse dos alunos é maior quando eles lidam com a realidade da qual fazem parte, pois se sentem atores e ativos, já que estão lidando com situações reais de leitura e escrita.

As reflexões apresentadas sobre o ensino da concordância verbal sublinham a importância do aproveitamento dos estudos linguísticos para uma prática de ensino que é pautada em norma padrão real, depreendidas dos diversificados contextos de uso da língua.

A partir dos objetivos centrais do ensino de Língua Portuguesa, é importante promover o raciocínio lógico-científico do aluno, com base em atividades reflexivas, para que ele desenvolva o conhecimento acerca da concordância verbal e esteja consciente da valoração sociolinguística da concordância ou da não-concordância, de modo a fazer opções linguísticas conscientes na produção de textos orais e escritos.

Reiteramos a importância e a necessidade do ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa, desde que seja um ensino dentro dos parâmetros condizentes com a realidade dos alunos. Por isso, acreditamos que, com as atividades desenvolvidas, conseguimos contribuir para o aprendizado, fazendo com que o aluno se aproprie do fenômeno concordância verbal e consiga reconhecer quando há concordância e quando não há, e se isso constitui “erro” ou interfere na significação dos textos.

Referências

- ABAURRE, Luiza M., ABAURRE, Bernadete M., MARCELA, Pontara. *Português: Contexto, Interlocução e Sentido*. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2013.
- BECHARA, Ivanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2009.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris et al. *Por que a escola não ensina gramática assim*. São Paulo: Parábola, 2014
- CAMPOS, Arruda Tereza Maria. *Português: Vozes do mundo 3: LITERATURA, Língua e Produção de texto*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

- GERALDI, J.W. *Portos de Passagem*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GÓIS, C. *Sintaxe de Concordância*. 11.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1995.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARTINS, J.S. *Redação publicitária: teoria e prática*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- SANDMANN, Antônio. *A Linguagem da Propaganda*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- SANT'ANNA, A. *Propaganda: teoria, técnica e prática*. 7.ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1998.
- VIEIRA, S. R. & BRANDÃO, S. F. *Ensino de Gramática: descrição e uso*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

A CONTRAFACTUALIDADE SOB O OLHAR DO TEMPO, ASPECTO, MODALIDADE E DA REFERÊNCIA

NARA JAQUELINE AVELAR BRITO / UFRN

Introdução

Neste artigo, buscaremos analisar de que maneira as categorias de Tempo, Aspecto, Modalidade e Referência¹ (TAMR) são importantes ao entendimento do fenômeno da contrafactualidade. Para tanto, utilizaremos amostras de fala extraídas de entrevistas televisivas veiculadas em diversas partes do Brasil, dados estes que integram o *corpus* exclusivamente elaborado para a pesquisa de mestrado intitulada “A expressão do condicionado contrafactual em construções ‘se p, então q’” (BRITO, 2014). É importante salientar que nosso estudo inicial acerca das contrafactuais na referida pesquisa teve como foco a alternância entre o futuro do pretérito (FP) e o pretérito imperfeito (PI) no condicionado, ou seja, na oração principal. Objetivamos aqui alargar tal escopo trazendo à tona um questionamento sobre como as categorias TAMR podem ser utilizadas para explicar e delimitar o valor contrafactual das sentenças. Assim, buscaremos i) analisar as estruturas contrafactuais de acordo com TAMR; ii) verificar os valores temporais, aspectuais e modais das formas alternantes FP e PI; e, por fim, iii) apresentar, ainda que em caráter parcial, os resultados concernentes à análise da relevância de cada categoria na expressão do fenômeno da contrafactualidade.

Nossa pesquisa é toda pautada nos pressupostos teóricos e metodológicos do funcionalismo de vertente norte-americana e da sociolinguística variacionista de orientação laboviana. Apesar de cada teoria conter características únicas que as

1. Para o contexto aqui proposto, utilizaremos tais termos com letra maiúscula para diferenciá-los de seus outros significados.

diferenciam entre si, podemos trabalhar com a convergência de muitos aspectos que lhes são comuns ou similares, o que resulta em um trabalho de orientação sociofuncionalista (Cf. TAVARES, 1999; 2003; NARO; BRAGA, 2000; TAVARES; GÖRSKI, 2013). Mesmo que o presente trabalho foque mais na análise funcionalista givoniana sobre o domínio funcional TAM, a sociolinguística está presente na constituição da pesquisa como um todo.

Iniciaremos com a abordagem do conceito de contrafactualidade, apresentando também o ambiente sintático e pragmático-discursivo de sua realização. Ao introduzirmos a explanação das categorias TAMR em relação ao fenômeno da contrafactualidade, faremos uma breve apresentação de seus conceitos, pautando nossa análise em dados extraídos de nosso *corpus*. Esperamos, ao final deste artigo, apresentar uma visão geral do domínio funcional TAM, assim como da Referência, no tocante ao entendimento do tão complexo e ainda pouco explorado fenômeno da contrafactualidade.

Contrafactualidade

Poucos fenômenos da linguagem são tão intrigantes quanto a expressão da contrafactualidade. Despertando o interesse de filósofos, psicólogos, historiadores, linguistas, dentre outros, o estudo das contrafactuais vêm se alargando. Tão complexa quanto seu uso em si é a sua definição. Para Lemos (2010), as

[...] contrafactuais são simplesmente condicionais cujos antecedentes e consequentes são inalteravelmente falsos (em virtude de serem contrários aos fatos) e, portanto, sua análise por implicação material redundaria sempre na verdade do condicional, mesmo quando a contrafactual se mostra intuitivamente falsa” (idem, *ibidem*, p. 1).

Para Byrne e Quelhas (1999), a contrafactualidade pode ser encarada como um recurso linguístico cuja função primordial é tida como preparação a um evento futuro (função preparatória) ou a de expressar um arrependimento por algo realizado (função afetiva).

Propor-se a analisar linguisticamente as contrafactuais significa trazer imediatamente a campo as categorias TAMR, pois, mesmo se tratando de um fenô-

meno essencialmente discursivo, sua morfologia também é relevante. Destarte, muitos aspectos tornam-se necessários à extração do valor contrafactual, tanto aqueles advindos do contexto pragmático-discursivo quanto aqueles de ordem morfossintática.

De maneira geral, as estruturas condicionais são apresentadas como pertencentes ao conjunto de orações subordinadas adverbiais condicionais, estas cumprindo primordialmente o papel de expressar desejo, vontade e levantar hipóteses, ou ainda, como nos diz Bechara (2004), são aquelas sentenças que expressam “um fato que não se realizou ou, **com toda certeza, não se realizará**” (idem, ibidem, p. 498; grifo nosso).

Buscando delinear uma definição mais acurada para as construções condicionais, Neves (2000) pontua que a ideia de condicionalidade “se apoia basicamente numa hipótese, razão pela qual o termo **período hipotético** é o que está presente, nos estudos clássicos, como designação genérica das construções **condicionais**” (NEVES, 2000, p. 832; grifos da autora). A autora parte do princípio de que o fato não realizado no condicionante gera um não-fato no condicionado, caracterizando-se, assim, a contrafactualidade. Ela compartilha em parte a definição assumida pela tradição gramatical que divide as condicionais em três tipos específicos, cujos valores diferem entre si: a) factual; b) eventual/potencial; e c) contrafactual.

As contrafactuais se diferem das demais em muitos sentidos. Primeiramente pela sua estrutura morfossintática, uma vez que as factuais são basicamente expressas em tempo presente. As potenciais se diferenciam das contrafactuais principalmente pelas suas características pragmático-discursivas, ou seja, a identificação do valor modal concernente a cada tipo, em muitos casos, só será possível a partir da análise do contexto e da intenção comunicativa na qual cada construção foi empregada.

A construção *Se o botafogo vencesse, voltaria à liderança* ilustra muito bem a distinção do valor potencial daquele contrafactual, pois, quando retirada e analisada fora de seu contexto discursivo mais amplo para o qual foi produzida, tal sentença nos mostra, através de suas marcas verbais (imperfeito do subjuntivo simples e futuro do pretérito simples), que a oração subordinada apresenta uma hipótese que se mostra potencialmente possível de realização. Porém, outro resultado é imediatamente obtido quando a mesma construção é reinserida no em seu contexto co-

municativo real: “Pois é, se o Botafogo vencesse, voltaria à liderança, mas o Flamengo conseguiu um empate e no último lance do jogo no maracanã”. Destarte, o que era possível torna-se impossível frente ao contexto denotador de passado e isso atesta como a análise das condições pragmático-discursivas são essenciais para o nosso trabalho.

Conforme exemplo acima citado, todas as construções contrafactuais de nosso *corpus* são compostas de acordo com a fórmula lógica ‘**se p, então q**’, em que ‘se’ é a conjunção condicional por excelência; ‘p’ carrega consigo a condicional; e ‘q’, por sua vez, traz consigo o condicionado, conforme ilustrado no quadro abaixo:

Quadro 1: Construção ‘se p, então q’ – baseado em Neves (2000)

ORAÇÃO 1	ORAÇÃO 2
“p” Condição para a realização Oração subordinada Prótase	“q” Consequência/resultado da resolução da condição enunciada Oração nuclear ou principal Apódose
<i>se o Botafogo vencesse,</i>	<i>voltaria à liderança</i>

Olhando mais especificamente para ‘q’, pontuamos que há nele uma alternância entre formas verbais, codificada canonicamente através de formas verbais em -ria/-va (cf. AZEREDO, 2008; NEVES, 2000; CASTILHO, 2010), ou seja, entre as formas futuro do pretérito e do pretérito imperfeito do indicativo.

Assim, partiremos para a análise do domínio funcional TAMR tendo em mente que as contrafactuais são aquelas construções que carregam em sua estrutura linguística uma reflexão sobre o “não fato”, ligadas à criação de especulação, gerando uma sentença contrária à realidade, o que, de acordo com Brito (2014), “é o momento em que entra em cena a expressão da ficção através do ato linguístico”.

Abordaremos agora as categorias gramaticais Tempo, Aspecto e Modalidade², assim como a Referência, tomando como base não apenas as formas verbais alter-

2. Também denominadas por Givón (1984, 1993, 2001, 2002) de “domínio funcional complexo”, cujos valores estão basicamente atrelados às formas verbais das construções linguísticas.

nantes futuro do pretérito e pretérito imperfeito, mas a construção contrafactual como um todo.

Tempo e Referência

As relações estabelecidas entre o valor temporal dos verbos e a situação comunicativa não são biunívocas. Na análise de estruturas complexas em que ocorre sobreposição de eventos, torna-se necessário recorrer não apenas ao momento da enunciação como também ao momento do evento em relação a um ponto de referência. Assim nos dizem Coan *et al.* (2006) quando afirmam que, devido ao grande número de relações estabelecidas dentro de uma dada estrutura complexa, apenas a análise do tempo verbal em si torna-se ineficiente, o que, ecoando Reichenbach (1947), traz à tona a necessidade da inserção de um ponto de referência.

Alguns linguistas vêm tentando mostrar a complexidade da definição do *tempo verbal* baseando-se nos estudos de Reichenbach (1947). Tal autor, assumindo uma perspectiva lógico-filosófica, divide a expressão do tempo verbal em três pontos:

MF – momento da fala

ME – momento do evento

MR – momento da referência

Ancorada nessa tripartição, Corôa (2005) afirma que:

[o momento da fala] corresponde ao tempo do acontecimento discursivo, ou ao ‘tempo de enunciação’, de que nos fala Benveniste; [o momento do evento] diz respeito ao tempo em que se dá o evento de que o discurso fala, ou o ‘tempo do enunciado’, nos termos de Benveniste; [e o momento da referência] remete aos acontecimentos naturais ou históricos que, culturalmente, tomamos como referência: é o tempo dos relógios e calendários. (CÔROA, 2005, p. 9)

Freitag (2003, p. 393) nos diz que, de acordo com os três pontos de Reichenbach, “a nuance temporal codificada linguisticamente fica mais próxima da situação temporal ocorrida”. Tal distribuição temporal dos verbos diz respeito: i) ao momento

do evento, ou momento da situação, fazendo alusão ao tempo de acontecimento real do evento; ii) ao momento do ato de fala que é definido como o instante no qual se profere a sentença, o momento da enunciação; e, por fim, iii) ao momento ou ponto de referência que “serve como um parâmetro para determinar o momento da situação, estabelecido em relação ao momento de fala” (FREITAG, 2007, p. 68).

Gorski *et al.* (2002, p. 225), por sua vez, afirmam que:

Os pontos de referência podem ser fornecidos linguisticamente, como formas verbais, expressões adverbiais, informações precedentes; ou pragmaticamente, através de pistas do contexto situacional, inferências, conhecimento compartilhado.

No que concerne à análise do valor temporal das construções condicionais, é perceptível que a condicionalidade pode ser tripartida na expressão do: a) presente, b) passado, e c) futuro:

- a. Se não *tem*, a gente *concorda*.
- b. Se não *tivesse*, a gente *concordava*.
- c. **Se não *tiver*, a gente *vai concordar***³.

O item ‘b’, com valor de passado, apresenta a condicional contrafactual. Pensando na representação lógica de Reichenbach, tomamos a expressão codificada pelo imperfeito do subjuntivo ***se não tivesse*** como a Referência, que é anterior ao momento da fala, que, por sua vez é posterior ao momento do evento que, nesse caso, foi codificado pela forma verbal no pretérito imperfeito do indicativo ***concordava***. Destarte, podemos inserir o valor temporal referente às formas verbais FP e PI que codificam o condicionado contrafactual na linha dos três pontos de Reichenbach da seguinte maneira: MR – ME – MF: o MR é anterior ao ME, que é anterior ao MF⁴

3. Dado original: “Solução tem, dinheiro tem. Se não tivesse a gente concordava, certo?” Exemplo retirado do nosso *corpus* de pesquisa.

4. ME = momento do evento (ou MS= momento da situação) / MF = momento do ato de fala / MR = momento de referência.

Seguindo tal modelo, podemos realizar a seguinte representação na linha temporal:

<i>Um desespero, que a sorte era pra mim. Foi falta de condição, mesmo. Se a mulher tivesse me pagado o pagamento inté no dia, nem que passasse fome eu tinha pagado o jogo.</i>
-----MR-----ME-----MF-----

Analisando a construção contrafactual acima, verificamos que o valor temporal presente na apódose é aquele de indicar um evento futuro em relação a um passado. Trata-se de um excerto de uma reportagem que ressalta a tristeza de um homem que acertou os números da mega sena, mas que não fez o pagamento do jogo nas Casas Lotéricas porque sua patroa (a mulher por ele referida) não efetuou o pagamento de seu salário no prazo previsto. Temos como ponto de referência (MR) *se a mulher tivesse me pagado*, que é anterior ao momento da fala (MF), considerando este como o dia em que a reportagem foi realizada e veiculada na televisão: sete de janeiro de 2013. O (MF), por sua vez, é posterior ao momento do evento (ME) devido ao fato de este projetar o evento *tinha pagado* a um futuro a partir de uma perspectiva passada (o MR), mas anterior ao MF (no momento da fala, a mega sena já havia sido, inclusive, sorteada).

Em suma, qual a importância do Tempo e da Referência temporal para a expressão das contrafactuais? Por pertencer às subordinadas adverbiais condicionais, é evidente que as contrafactuais se enquadram dentro de um ambiente morfossintaticamente delimitado pelas gramáticas tradicionais, cuja regra geral afirma que a marcação na forma verbal garante na sua identificação. Porém, Iatridou (2000) nos alerta para o fato de que, muitas vezes, ao tratarmos de condicionais, “estamos lidando com a morfologia de tempo passado que não recebe uma interpretação de tempo passado” (idem, ibidem, p. 235) o que a mesma autora nomeia de *Fake Past* ou *Fake Tense*.

Tendo isso em mente e concordando com Neves (2000, p. 840) quando nos diz que devemos atentar para a constituição modo-temporal da apódose e da prótase, assim como para o contexto ao qual se insere a sentença, concluímos que a

análise do Tempo é capaz de confirmar se há contrafactualidade apenas nos casos de uso de formas verbais compostas, como ilustrado no exemplo *Se ele tivesse acertado, seria muito bom pra ele*. Porém, na grande maioria dos casos, o tempo verbal não é capaz de indicar sozinho o valor contrafactual da sentença. Como dito acima, as condicionais potenciais e as contrafactuais podem ser coincidentes em termos de estrutura, o que pode levar o analista a fazer comparações equivocadas entre sentenças com valores modais distintos. Destarte, verificamos que tanto o Tempo quanto a Referência verbais devam ser analisados em sintonia a outras categorias e níveis para que o valor contrafactual seja identificado.

Aspecto

Geralmente definida como a categoria gramatical que apresenta os valores internos do *tempo verbal*, o Aspecto não possui uma subdivisão fixa, nem em termos de nomenclatura, nem em relação aos valores internos constitutivos da ação verbal. Freitag (2011, p. 5) pontua que a “noção de aspecto envolve a ideia de configuração interna do tempo em eventos”. Segundo Travaglia (1981, p. 2),

o aspecto é uma categoria que, embora “localizada” no verbo, sofre a influência dos mais diversos elementos presentes na frase e é impossível estudá-lo sem tratar-se de sua relação com tais elementos, o que seguidamente, exige um estudo, esquematização e posicionamento sobre os mesmos”.

Vejamos o seguinte exemplo

Repórter: Eu acho que o marido da senhora ganhou.

Entrevistada1: Ganhou não. É história que não ganhou não. ***Se ele tivesse ganhado eu já tava doidinha nessa rua aqui.***

No caso da constituição temporal da forma verbal apresentada na prótase (pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo), o Aspecto tende para a perfectividade que, por via de regra, apresenta um processo já concluído (anterior a outro igualmente passado). Analisando a forma verbal empregada no condicionado (*eu já tava doidi-*

nha), verificamos a presença do pretérito imperfeito que, em oposição ao pretérito perfeito, possui aspecto imperfectivo por não ter seu tempo de duração delimitado. Porém, devemos atentar ao fato de que a forma verbal *tava* está sendo empregada com valor de futuro do pretérito, cuja função é a de indicar uma suposta ação futura em relação a um fato passado, não podendo, portanto, ser analisada em base à sua imperfectividade.

Para Travaglia (1985, p. 52), no momento em que a forma verbal pretérito imperfeito passa a “expressar uma situação que seria consequência de outra que não ocorreu”, ou seja, no momento em que assume o valor modo-temporal concernente ao futuro do pretérito, deixa de marcar Aspecto. Assim, PI perde o valor aspectual imperfectivo, passando a assumir uma “marcação de tempo futuro, que atribui à situação uma espécie de realização *virtual*, abstrata, pois ainda não ocorreu de fato” e esta “noção de futuro agrega a esses tempos um valor modal” (TRAVAGLIA, 1985, p. 70).

Vale lembrar também que Câmara Jr. (1967, p. 43) apresentou uma explicação bastante pertinente em relação ao uso do pretérito imperfeito pelo futuro do pretérito afirmando que: “a distinção **aspectual** entre os tempos determinou [...] uma maior opção pelas formas imperfeitas para o futuro do pretérito propriamente dito, porque, como **cursivas**, é que **se opõem espontaneamente ao presente**” (*grifos do autor*).

Após analisarmos as categorias de Tempo, juntamente com a Referência, e Aspecto, passemos à caracterização da Modalidade, especificando os conceitos pertinentes a essa tipologia e fazendo as devidas conexões com as funções específicas das formas verbais FP e PI enquanto possuidoras de uma mesma significação: a expressão do condicionado contrafactual, analisando também a estrutura contrafactual em toda a sua composição.

Modalidade

A Modalidade é tida como a codificação linguística da atitude/julgamento/avaliação do falante em relação à proposição enunciada. Bybee *et al.* (1984, p. 176) consideram a Modalidade como “a gramaticização das atitudes e opiniões (subjativas) do falante”. No âmbito funcionalista, defende-se que “a atitude do falante não

se restringe somente à proposição, mas alcança também o ouvinte e o próprio falante, ou seja, envolve os participantes da situação comunicativa” (BITTENCOURT, 2012, p. 80).

Givón (1995) subdivide a categoria da modalidade em duas partes⁵: a) Epistêmica – *verdade, probabilidade, certeza, crença, evidência, possibilidade*; e b) Deôntica – *desejo, preferência, intenção, obrigação, manipulação, permissão*. O autor parte da tradição lógica aristotélica que postulava quatro modalidades proposicionais expressas na linguagem humana:

Quadro 2: (GIVÓN, 2002, p. 301 – quadro 38)

Tradição lógica	Equivalente comunicativo
a. verdade necessária	Pressuposição
b. verdade factual	asserção <i>realis</i>
c. verdade possível	asserção <i>irrealis</i>
d. não verdade	asserção negativa

Ele afirma que, em meio às “típicas orações adverbiais de escopo *irrealis*”, encontram-se as orações condicionais. Analisando o escopo das condicionais factuais e eventuais/potenciais, não é difícil identificarmos, respectivamente, a modalidade *realis* e a *irrealis*: apresentam o fato como certo (verdade factual) ou possível de acontecer (verdade possível). Todavia, o mesmo não ocorre com a modalidade contrafactual, alvo de nosso estudo. Vejamos o seguinte exemplo:

[...] se tivesse feito, hoje ele estava servindo pra abastecer algumas cidades lá vizinhas, num tava precisando de ir buscar lá em Parelhas como estamos, pegamos agora.

5 Também denominadas de *submodos irrealis*.

O dado acima revela que a construção de um determinado açude não foi realizada e, em relação ao desejo de tê-lo ‘hoje’, o evento torna-se impossível (já que a construção não foi sequer iniciada), servindo apenas como recurso argumentativo do falante no confronto com a realidade. Sendo esta uma característica intrínseca da contrafactualidade, Givón (2002, p. 311) pontua que construções desse tipo “se enquadram no escopo modal da negação”.

Ainda segundo o autor, a contrafactualidade carrega em sua estrutura morfossintática um valor temporal marcado no passado e um valor modal inserido no menor dos graus de *irrealis*, ou melhor, o extremo *irrealis* (GIVÓN, 2001).

Freitag *et al.* (2013), tratando das funções semântico-discursivas condicionalidade, iminencialidade e habitualidade no âmbito do passado, fizeram a inserção de tais funções “em uma escala de gradação de modalidade, partindo do [+*irrealis*] ao [-*irrealis*]” em um *continuum* organizado de acordo com a proposta de Givón (1995, 2001). Buscando abarcar as três funções semântico-discursivas citadas, as autoras apresentaram o seguinte quadro:

Quadro 3: (FREITAG *et al.*, 2013, p. 6 – quadro 1)

<i>Irrealis</i> 1 – corresponde ao <i>realis</i> ; apresenta situações fortemente assertadas – factuais. No nível do analista, a factualidade se verifica no contexto linguístico concomitante à função ou pressuposta.
<i>Irrealis</i> 2 – corresponde ao grau mínimo de <i>irrealis</i> ; está correlacionado a situações que provavelmente/eventualmente ocorreram. No nível do analista, a factualidade se verifica no contexto linguístico subsequente, inter/intratópico.
<i>Irrealis</i> 3 – corresponde a situações impossíveis de ocorrerem. No nível do analista, a não factualidade se verifica no contexto linguístico concomitante à função.
<i>Irrealis</i> 4 – corresponde ao grau máximo de <i>irrealis</i> , pois a asserção é negada. No nível do analista, se verifica linguisticamente pelo marcador de negação.

No que concerne ao valor condicional, Freitag *et al.* (2013) concordam em parte com o que diz a gramática tradicional: a Modalidade é a categoria de maior relevância. Todavia, tratando mais especificamente da Modalidade *irrealis*, elas afirmam que, em decorrência “do conjunto de traços linguísticos contextuais que interferem

no grau de certeza da asserção”, torna-se possível a análise de acordo com os níveis apresentados no quadro acima (FREITAG *et al.*, 2013, p. 7).

Assim, pensando especificamente na contrafactualidade, podemos inseri-la no nível 3 da escala de gradação da modalidade proposta por Freitag *et al.* (referente a situações impossíveis de acontecerem) e no grau máximo de certeza (há certeza total de que a situação não irá acontecer):

CONTRAFACTUAIS	MÁXIMA CERTEZA
	MÁXIMO <i>IRREALIS</i>

Verificamos, portanto, que é dentro da categoria da Modalidade que o fenômeno da contrafactualidade encontra seu maior aporte, não isolando de todas as outras categorias que, em seus contextos específicos, também dão luz à compreensão de tal fenômeno.

Considerações

A partir da análise das categorias de Tempo, Aspecto, Modalidade e da Referência, vimos que a Modalidade é a peça mais importante na identificação do valor contrafactual. Olhando não apenas para as formas verbais futuro do pretérito e pretérito imperfeito, mas a construção contrafactual como um todo, vimos que, embora possamos enquadrá-las sem maiores dificuldades dentro do sistema temporal/aspectual do português brasileiro e inseri-las na linha de referência temporal como feito anteriormente, não conseguimos obter as explicações semânticas e pragmático-discursivas concernentes à contrafactualidade olhando apenas para tais categorias. Portanto, é através da Modalidade que alcançamos uma explicação mais ampla da função que exerce no discurso.

Referências

- AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BITTENCOURT, D. L. R. *A construção condicional hipotética e a modalidade: uma inter-relação lógica*. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n.º 44, junho de 2012. p. 75-96.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2004.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.
- BYRNE, R. M. J.; QUELHAS, A. C. *Raciocínio contrafactual e modelos mentais*. *Análise Psicológica*, v. 27, n. 4, 1999. p. 713-721.
- BRITO, N. J. A. *A Expressão do condicionado contrafactual em construções “se p, então q” no português brasileiro*. Natal: UFRN, 2014. Dissertação de Mestrado.
- CAMARA Jr., J. M. *A forma verbal portuguesa em -ria*. Georgetown: Georgetown University, 1967.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- COAN, M.; BACK, A.; REIS, M.; FREITAG, R. *As categorias verbais tempo, aspecto, modalidade e referência: pressupostos teóricos para uma análise semântico-discursiva*. *Estudos Linguísticos XXXV*, p. 1463-1472, 2006. [1463 / 1472]
- CORÔA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos em português: uma introdução à sua interpretação semântica*. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2005.
- FREITAG, R. M. K. Traços aspectuais do pretérito imperfeito do indicativo e do passado progressivo no português em contextos de variação. *Revista Letras (Curitiba)*, v. 72, p. 251-271, 2007.
- _____. *Problemas teórico-metodológicos para o estudo da variação linguística nos níveis gramaticais mais altos*. *Matraga*, v. 16, n. 24, 2011. p. 115-132, RJ, 2009.
- _____; ARAUJO, A. *Passado condicional no português: formas e contextos de uso*. *Caligrama*, v. 16, n. 2, 2009. p. 199-228. 2011.
- _____; MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. *Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro: potencialidades e limitações*. *Alfa*, v. 53, n. 3, p. 917-944, 2012.
- _____; ARAUJO, A.; BARRETO, E. A. *Emergência e regularização de usos em categorias verbais do português: gradações de modalidade nos valores condicional, iminencial e habitual no domínio do passado perfectivo*. 2013. Mimeo.
- GIVÓN, T. *A functional-typological introduction*. Vol. 1, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1984.
- _____. *Verbal Inflections: Tense, Aspect, Modality and Negation*. In: *English Grammar: a functional-based introduction*. Vol I. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1993.
- _____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: J. Benjamins. 1995.
- _____. *Syntax*. v. 1 e 2. Amsterdam: J. Benjamins. 2001.
- GORSKI, E. M. *Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis*. In: VAN-

- DRESEN, P. (Org.). *Variação e mudança no português falado na região Sul*. Pelotas: Educat, 2002. p. 217-268.
- IATRIDOU, S. *The grammatical ingredients of counterfactuality*. In: Linguistic Inquiry, Volume 31, Number 2, p. 231-270. Spring 2000.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. [tradução de Marcos Bagno e Maria Marta Pereira Scherre] São Paulo: Parábola, 2008.
- LEMOS, P. M. F. *Prospectos para uma nova teoria de contrafactuais*. In: XIV Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF, 2010, Águas de Lindóia. Atas do XIV Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF, 2010. p. 461-461.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.
- REICHENBACH, H. *Elements of symbolic logic*. New York: Macmillan Company, 1947.
- TAVARES, M. A. A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo socio-funcionalista. Florianópolis: UFSC, 2003. Tese de Doutorado.
- _____. *Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística*. Interdisciplinar, v. 17, Ed. Esp., Abralín/SE, Itabaina/SE, p. 27-47. 2013.
- _____; GÖRSKI, E. M. *Bases teórico-metodológicas para uma interface sociofuncionalista*. 2013. Mimeo.
- TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão verbal*. Uberlândia: EDUFU, 1981.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. [tradução de Marcos Bagno] São Paulo: Parábola, 2006.

A PRONÚNCIA VARIÁVEL DE -NDO

DANY THOMAZ GONÇALVES – MESTRANDO USP

Introdução

Desde o final da década de 70, têm sido realizados estudos sobre diversos fenômenos de variação do português falado no Brasil, dentre eles, o apagamento do segmento fonético [d] na sequência -ndo. Como já mostraram outros estudos, este processo é localizado basicamente no sufixo de gerúndio, alcançando dificilmente palavras pertencentes a outras classes gramaticais. Esta assimilação de [d] no sufixo de gerúndio é de larga extensão no português brasileiro, podendo ser constatada em diferentes regiões. Mollica (1989), Cristófaró Silva (1996), Martins (2001; 2006), Dalpian & Méa (2002), Honório (2005), Ferreira (2010).

Autores clássicos como Amaral (1920), Marroquim (1934), Melo (1971), consideram o fenômeno como uma característica do falar “caipira”, próprios de falantes “incultos e rudes”. Conclui-se para que tais autores, tal fenômeno é estigmatizante. Outros autores, mais precisamente Mollica (1989) e Martins (2001), no entanto, classificam o fenômeno como não marcado socialmente, ou seja, uma variação que não está sujeita a correção e discriminação.

Neste anteprojeto retomamos este fenômeno com o objetivo de depreender sua trajetória na comunidade de fala carioca, através de um estudo em tempo real de curta duração e comparar o resultado com amostras da fala paulistana. Propomos a análise do morfema de gerúndio -ndo que, na oralidade, pode ser produzido como [nu] (jantanu, bebenu, caminhanu) em consequência do processo fonológico de apagamento da oclusiva alveolar [d].

Não há, contudo, análises dessa variável na fala paulistana. O presente trabalho propõe, então, analisar os padrões de realização dessa variável nas entrevistas do Projeto SP2010 (MENDES & OUSHIRO, 2012) que reúne amostras da fala paulistana coletadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociolinguística da USP, na forma de gravações e transcrições.

Pressupostos teóricos

Neste estudo, focalizamos a assimilação de [d] no sufixo de gerúndio, sob a perspectiva de pressupostos relacionados à variação e mudança linguística que constituem a visão epistemológica da Sociolinguística Variacionista. A sociolinguística tem por objeto de estudo os padrões de comportamento linguístico observáveis dentro de uma comunidade de fala, com base no pressuposto de que o sistema linguístico que serve a uma comunidade heterogênea e plural deve ser também heterogêneo e plural para desempenhar plenamente as suas funções, rompendo-se, assim, a tradicional identificação entre funcionalidade e homogeneidade.

Na perspectiva Sociolinguística iniciada por Labov (1972), seguindo a tradição dos estudos de Meillet, a língua não é mais vista como um sistema homogêneo, mas sim inerentemente heterogêneo. A variação é uma propriedade regular do sistema e o falante tem competência linguística para lidar com regras variáveis.

De acordo com Weinreich; Labov; Herzog (2006 [1968]), variação é o processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto linguístico com o mesmo significado. Dois requisitos são primordiais para que ocorra variação: as formas precisam ser intercambiáveis no mesmo contexto, manter o mesmo significado e pertencer ao mesmo nível estrutural.

Vale ressaltar que, na abordagem laboviana, a noção de variação inerente está ligada diretamente à noção de heterogeneidade ordenada. Uma evidência de que a heterogeneidade é organizada ou sistematizada é o fato de os indivíduos de uma comunidade se entenderem, se comunicarem, apesar das variações ou diversificação linguística.

Segundo Labov (2008 [1972], p.188), “uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam todas as mesmas formas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua”. Ainda de acordo com o autor, “os membros de uma comunidade de fala compartilham um conjunto comum de padrões normativos, mesmo quando encontramos variação altamente estratificada na fala real”. (LABOV, 2008[1972], p.225)

De acordo com a Sociolinguística Variacionista, a variação é sistemática e não aleatória, cabendo ao pesquisador desvendar esta sistematicidade. Desta forma, o papel do pesquisador é:

como se caracteriza uma determinada variação, de acordo com as propriedades da língua, verificar seu *status* social positivo ou negativo, entender o grau de comprometimento do fenômeno variável no sistema e diagnosticar se as variantes em competição acham-se em processo de mudança seja no sentido de avanço seja no de recuo da inovação. Em última análise, tem que concluir e avaliar se se trata de variação estável ou de mudança em progresso. (MOLLICA, 2004, p.10)

Um aspecto central no quadro da Sociolinguística Variacionista é a relação entre variação e mudança. Os processos de mudança que se verificam em uma comunidade de fala se atualizam na variação observada em cada momento nos padrões de comportamento linguístico observados nessa comunidade, sendo que, se a mudança implica necessariamente variação, a variação não implica necessariamente mudança em curso (cf. WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968, LABOV, 1972, 1974, 1982, 1994;). Uma contribuição inegável da Sociolinguística Variacionista é a ênfase na possibilidade de depreender a mudança no seu curso de instalação **na** língua.

De acordo com o pressuposto anteriormente citado, há uma diferença entre variação estável e mudança em progresso. Na variação estável, a predominância de uma variante sobre a outra é controlada socialmente, dado que as distribuições por faixa etária apresentam um padrão que se repetirá em todas as gerações. Este padrão permite inferir variação ainda se manterá por um longo período, sem que o uso da variante acarrete no desaparecimento da outra. Quando se fala em mudança em progresso, uma das variantes torna-se praticamente categórica dentro da comunidade de fala. Neste caso, as distribuições por faixa etária revelam um padrão que aponta o possível aumento gradativo de tal variante em sucessivas gerações de falantes. De acordo com Weinreich; Labov; Herzog (2006[1968]), a mudança linguística é transmitida dentro da comunidade como um todo.

Tanto a variação quanto a mudança são consequências naturais de uma dinâmica interna da língua e do fato de que os falantes de uma língua estão inseridos em um contexto social. Além disto, as pressões sociais que se exercem ao longo da vida dos indivíduos podem ter consequência no seu uso linguístico, levando-o a se ajustar ou a se afastar de padrões que são estigmatizados pelo grupo social.

Metodologia

Segundo Coutinho (1967), o apagamento de [d] no sufixo -ndo em gerúndios não é recente e remonta ao latim. Diversos dialetólogos do português já o notavam, embora o classificassem como linguajar caipira (AMARAL, 1920; MARROQUIM, 1934). O fenômeno é descrito mais frequentemente como um caso de assimilação de [d] que, segundo Ferreira (2010, p.27) “é favorecida por o segmento nasal ter os mesmos traços de ponto de articulação da consoante /d/ adjacente, ou seja, /n/ e /d/ são [+anterior] e [+coronal]”.

Estudos realizados em diferentes pontos do país mostram que o apagamento de /d/ em -ndo é um fenômeno bastante geral no português, controlado tanto por fatores linguísticos, como a extensão da palavra e o contexto seguinte, e extralinguísticos, como gênero, idade e escolaridade. Por exemplo, Mollica (1989) descreve a redução do gerúndio no dialeto carioca; Cristófarro Silva (1996) discute a interação entre os componentes fonológico e morfológico na assimilação de [d] em -ndo ; Martins (2001) descreve o apagamento da oclusiva dental na fala de João Pessoa; Honório (2005) estuda a assimilação na escrita de escolares ; Oliveira e Marin (2005) elaboram um estudo acústico de base experimental da redução do gerúndio sob a perspectiva da teoria da Articulação Fonológica; Martins (2006) descreve o processo fonológico para o dialeto mineiro e Ferreira (2010) investiga em que medida o fenômeno em análise é condicionado por fatores de natureza interna e externa, utilizando-se de uma perspectiva morfofonológica e da teoria da Fonética Acústica.

Uma questão central na assimilação de [d] em -ndo diz respeito à própria natureza do fenômeno. A maioria dos trabalhos recentes considera que se trata de um fenômeno fonológico, outros afirmam que é de caráter morfofonológico, já que ocorre mudança no morfema indicativo de gerúndio. Para Ferreira (2010) o fenômeno envolve um componente de natureza lexical por se aplicar somente a morfemas de gerúndio, embora se comporte como regra variável, condicionado por fatores de natureza interna e externa.

Outro aspecto controverso envolve a variação na realização de [d] nas formas de gerúndio: variação estável ou mudança em progresso? Para Mollica (1989), com base em dados da comunidade de fala carioca, trata-se de uma variação estável, em

que possivelmente as duas variantes continuariam a existir, sem que uma suplantasse a outra. No entanto, Ferreira (2010), com base na comunidade de fala de São José do Rio Preto, encontra indicações de mudança. Evidências mais seguras para determinar a natureza da assimilação de [d] em -ndo, exige, portanto, observações em tempo real de curta duração, uma lacuna que este projeto se propõe a preencher. Haveria na comunidade paulistana uma forma de censura, embora não explícita, que bloquearia a expansão da assimilação de [d] nas formas de gerúndio?

Um outro objetivo deste estudo é o de verificar se as variáveis linguísticas como extensão do vocábulo, vogal temática da forma verbal e contexto seguinte operam também na fala paulistana? Há correlações significativas da assimilação de [d] em -ndo com variáveis sociais como sexo, idade e escolaridade?

Outra questão diz respeito à importância do item lexical na apagamento de /d/ em -ndo. Com relação a este ponto, duas posições se confrontam: a do modelo neogramático, que defendia que toda e qualquer mudança sonora atingiria todo o léxico de forma abrupta em frequências semelhantes em todas as palavras em que ela pode ocorrer, e o modelo de difusão lexical que segundo Oliveira (1991:93) “prevê que as mudanças sonoras sejam foneticamente abruptas e lexicalmente graduais”. Desta forma, podemos afirmar que a expansão de uma mudança sonora é gradativa, atingindo primeiramente as palavras que tem uma frequência muito alta na língua. Esta posição é defendida, por exemplo, por Bybee (2012:261) que “palavras que ocorrem com mais frequência no contexto de mudança mudam mais rapidamente do que aquelas que ocorrem com menos frequência nesse contexto”.

Um dos objetivos deste estudo, de acordo com a Teoria da Difusão Lexical e de Bybee (2002) é controlar a ocorrência da assimilação de acordo com a frequência do item lexical.

Para desenvolvimento desta pesquisa, os dados levantados da fala paulistana referente ao ProjetoSP2010 serão submetidos a uma análise quantitativa, com a ajuda do programa R, que permitirá identificar os fatores mais relevantes para a compreensão do processo de assimilação de [d] em sufixo de gerúndio.

A amostra da fala paulistana é composta por 60 entrevistas sociolinguísticas que estão estratificados da seguinte maneira:

Quadro 1 - Grupos de fatores definidores da amostra SP2010 e perfis sociolinguísticos dos informantes.

Sexo/Gênero (F/M)	Faixa Etária (1/2/3)	Escolaridade (C/S)	Perfil sociolinguístico
Feminino	20-34 anos	Até Ens. Médio	1 . F1C
		Ens. Superior	2 . F1S
	35-59 anos	Até Ens. Médio	3 . F2C
		Ens. Superior	4 . F2S
	60+ anos	Até Ens. Médio	5 . F3C
		Ens. Superior	6 . F3S
Masculino	20-34 anos	Até Ens. Médio	7 . M1C
		Ens. Superior	8 . M1S
	35-59 anos	Até Ens. Médio	9 . M2C
		Ens. Superior	10 . M2S
	60+ anos	Até Ens. Médio	11 . M3C
		Ens. Superior	12 . M3S
12 perfis x 5 informantes = 60 gravações			

Fonte: MENDES & OUSHIRO, 2012

Considerações finais

Como se vê, a questão da assimilação de [d] em morfemas de gerúndio ainda coloca algumas questões e tem muito a acrescentar aos estudos sociolinguísticos, principalmente no que se refere à sua natureza de variação estável ou mudança em progresso.

Uma vez que em São Paulo as pesquisas concluídas são referentes ao interior do estado como Ferreira (2010), cabe a esta pesquisa abrir caminhos para futuras pesquisas na área levando em consideração a fala paulistana.

Referências

- AMARAL, A. (1920). *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1982.
- BYBEE, Joan. 2002. *Word frequency and context of use in the lexical diffusion of phonetically conditioned sound change*. *Language Variation and Change* 14: 261-290.
- COUTINHO, I. de L. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1967.
- CRISTÓFARO SILVA, T. *Fonologia: por uma análise integrada à morfologia e à sintaxe*. In: Cadernos do Departamento de Letras Vernáculas. Anais da 2ª. Semana de Estudos Portugueses. v. 2, p. 56-65. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 1996. Disponível em: <<http://www.projetoaspa.org/cristofaro/publicacao/pdf/originais/artigos/integrada.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2014.
- DALPIAN, L.; MÉA, C. P. D. *Do latim ao português: estudos fonético/fonológico*, 2002. Relatório de pesquisa referente ao Edital 05/2001-PRPGP. Disponível em: <www.unifra.br/professores/laurindo/versao%20final%20pesquisa%202002.doc>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- FERREIRA, J.S. *O apagamento do /d/ em morfema de gerúndio no dialeto de São José do Rio preto*. Dissertação (Mestrado em educação) Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.
- HONÓRIO, D. de S. *As alterações de escrita em textos de alunos do ensino médio: consequências da oralidade e de convenções ortográficas*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - UNISINOS. 2005. Disponível em: <www.eafce.gov.br/downloads/dissertacaodenise.doc>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- LABOV, W. (1972). *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Carolina Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- _____. *Language change as a form of communication*. In Albert Silverstein (ed.), *Human Communication*. Hillsdale, NJ: Erlbaum. 1974Pp. 221-256.
- _____. *Building on empirical foundations*. In W. Lehmann & Y. Malkiel (eds.), *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam/Phila: John Benjamins. 1982 Pp. 17-92.
- _____. 1994. *Principios del cambio lingüístico: factores internos*. Versión española de Pedro Martín Butragueño. Gredos: Madrid, 1996.
- _____. 1994. *Principios del cambio lingüístico: factores sociales*. Versión española de Pedro Martín Butragueño. Gredos: Madrid, 1996.
- MARROQUIM, M. *A língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco)*. São Paulo: Nacional, 1934.
- MARTINS, E. F.. *Atlas linguístico do Estado de Minas Gerais: o princípio da uniformidade da mudança linguística nas características fonéticas do português mineiro*. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Ano 4, n. 7, ago. 2006. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/educacao/revel/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

- MARTINS, I. F. de M. *Apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo “ndo” na fala de João Pessoa*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.
- _____. *Apagamento da oclusiva dental /d/: perspectivas variacionista e fonológica*. In: HORA, D. da. *Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade*. João Pessoa: ILAPEC, 2004. p. 55-82.
- MELO, G. C. de. (1946). *A língua do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- MENDES, Ronald Beline & OUSHIRO, Livia. *O paulistano no mapa sociolinguístico brasileiro*. Alfa, vol.56(3), 973 – 1001, 2012.
- URL <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4942/4369>
- MEYERHOFF, Miriam. *Introducing Sociolinguistics*. London & NY: Routledge, 2006.
- MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MOLLICA, M. C. *Um padrão etário recorrente em fenômenos de variação fonológica*. Estudos Linguísticos XVII Anais de Seminários do GEL. São Paulo, 1989.
- OLIVEIRA, L.; MARIN, S. *Patterns of velum coordination in Brazilian Portuguese*. PAPI. 2005. Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha. 2005.
- OLIVEIRA, M. A. de. *The neogrammarian controversy revisited*. In: International Journal of the sociology of language, Berlin, v. 89, n.1, 93-105, 1991.
- PAIVA, M. da Conceição, & DUARTE, M.EL. (Orgs.) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003.
- PAIVA, M. da Conceição, & SILVA, Vera Lúcia Paredes. *Cumprindo uma pauta de trabalho: contribuições recentes do PEUL*. Alfa, rev. linguíst. (São José Rio Preto), vol.56, no.3, p.739-770, 2012.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola editorial, 2006.

A REPRESENTAÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO DE TERCEIRA PESSOA A PARTIR DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS

ERICK AUGUSTO CABRAL (UFRRJ)

Neste artigo, trataremos do ensino de coesão referencial no que diz respeito ao objeto direto anafórico de terceira pessoa num *continuum* de oralidade-letramento, nos termos de Bortoni-Ricardo (2004). Assim, foram selecionados três gêneros, organizados nesse *continuum*: HQs, representativas de textos mais orais; crônicas, consideradas textos intermediários na escala oralidade/letramento; reportagens, textos tidos como representantes de maior grau de letramento pelo compromisso mais direto com a tradição gramatical que costumam apresentar.

Acerca da realização do objeto direto que retoma um item já mencionado no discurso (objeto direto anafórico) no português do Brasil, estudos sociolinguísticos, como os de Duarte (1989), Freire (2000, 2005, 2011) e Averbug (1998, 2000, 2007) dentre outros, apontam quatro variantes¹:

a. Pronome átono ou clítico

“Um belo dia o menino maluquinho resolveu mudar seu visual para ‘impressionar’[uma menina]_i muito linda. Ele a_i chamou para sair na sexta-feira.”

b. Pronome reto

“Um dia o menino maluquinho resolveu mudar de visual para ‘fica’ bonito para [uma garota da escola dele]_i que chamou ela_i pra ‘sai’(...)”

1. Os exemplos foram selecionados a partir das produções dos alunos na atividade de diagnose (anexo 13).

c. SN (sintagma nominal) anafórico²

"(...) pegou-se [uma frigideira]_i botou **a frigideira**_i pra 'traz' (...)"

d. Objeto nulo

"(...) ele estava cansado d[o visual]_i porque os outros achavam___i estranho e ele ficou envergonhado e quis trocar ___i, ele achou ___i ruim assim mesmo."

Segundo esses estudos, a variante prestigiada pela tradição gramatical (o pronome átono) apresenta baixo uso na língua oral espontânea, sendo mais empregado na chamada escrita culta, quando então atinge índices bem significativos (cf. FREIRE, 2005). Tal constatação leva a concluir que essa variante, no português do Brasil, é produto do processo de letramento, já que aparece com mais força somente na escrita de indivíduos cultos.

Nossa intenção será, pois, (a) verificar quais estratégias de representação do objeto direto anafórico de terceira pessoa aparecem na escrita dos alunos de 9º ano do EF ao longo do *continuum* oralidade-letramento; (b), verificar se a escolarização exerce ou não efeito sobre a escrita do aluno; (c) levar tais alunos a perceber a pertinência das referidas variantes em eventos de oralidade ou de letramento (cf. BORTONI-RICARDO, 2004), levando-os a empregar em diferentes contextos linguísticos tanto o pronome átono (a variante prestigiada pela tradição) quanto as demais variantes, sem discriminar essas últimas em favor da primeira, tal como propõem os PCN (1998).

Este artigo procurou investigar e analisar a frequência das variantes candidatas à representação do objeto direto anafórico de terceira pessoa (clítico acusativo, SN anafórico, objeto nulo e pronome lexical) em textos de alunos do 9º ano do EF, por meio de gêneros textuais diversos distribuídos ao longo do contínuo oralidade-letramento (cf. BORTONI-RICARDO, 2004). Tal intento foi alcançado a partir de uma sequência didática que conduziu os estudantes a uma reflexão quanto ao uso dessas variantes, seja em textos como maior grau de letramento, como as reportagens, seja em textos mais próximos da oralidade como as HQs e as crônicas.

2. Há também o SN anafórico representado pelo demonstrativo *isso*, que costuma retomar uma oração inteira: [João trabalha assiduamente]_i, mas ninguém reconhece **isso**_i.

As atividades direcionadas para o trabalho de coesão textual com foco no objeto direto anafórico de terceira pessoa mostraram uma carência, por parte dos alunos, de conceitos necessários para o entendimento das estruturas coesivas textuais, como a noção de pronome, de objeto direto e de referenciação. Assim, direcionamos as atividades com o intuito de sanar essas questões, verificadas nas etapas iniciais. O que percebemos foi a falta dessas noções para uma efetiva continuidade do trabalho com coesão textual. Cabe, dessa forma, uma crítica ao sistema escolar tradicional que pauta o ensino de língua portuguesa na descrição gramatical, um equívoco, pois o estudante chega ao último ano do EF sem dominar essas descrições gramaticais e sem conseguir produzir textos coerentes e coesos.

Verificaremos, neste momento, se os objetivos traçados neste trabalho foram alcançados. Esses objetivos procuraram:

- (a) verificar quais estratégias de representação do objeto direto anafórico de terceira pessoa aparecem na escrita dos alunos de 9º ano do EF ao longo do *continuum* oralidade-letramento;
- (b) verificar se a escolarização exerce ou não efeito sobre a escrita do aluno;
- (c) levar tais alunos a perceber a pertinência das referidas variantes em eventos de oralidade ou de letramento (cf. BORTONI-RICARDO, 2004), levando-os a empregar em diferentes contextos linguísticos tanto o pronome átono (a variante prestigiada pela tradição) quanto as demais variantes, sem discriminar essas últimas em favor da primeira, tal como propõem os PCN (1998).

Em relação ao objetivo (a), verificamos que o levantamento dos dados da atividade de diagnose (etapa 2), quanto ao uso das variantes candidatas à representação do objeto direto anafórico de terceira pessoa, revelou que o clítico acusativo está pouco presente na escrita dos estudantes de nono ano do EF, ratificando as pesquisas de Duarte (1989), Cyrino (1993), Averbug (2000) e Freire (2000) que apontam, em geral, o clítico acusativo de 3ª pessoa como a forma menos usada para representar

o objeto direto no PB. Para os autores, a manutenção dos clíticos acusativos de 3ª pessoa no português brasileiro atual deve-se à ação normativa da escola, ou seja, o uso da variante de prestígio, o clítico acusativo, está diretamente ligado ao processo de escolarização. Ainda nesta atividade inicial, obtivemos a confirmação de uma preferência acentuada pelas outras variantes, principalmente, pelo pronome lexical e pelo SN anafórico, que assim, passam a ocupar a posição de objeto direto no PB.

No caso do pronome lexical, vale ressaltar quão criticado e marginalizado é pelas gramáticas tradicionais e pelos compêndios escolares. Isso porque a escola, em geral, nada mais faz do que reproduzir as prescrições da gramática tradicional, sem mostrar que há, no PB, contextos para a ocorrência de todas as variantes. Segundo estudo de Averbug (2000)

o sistema escolar, preso à prescrição gramatical, continua a lhe impor uma presumível norma culta, desconhecendo as outras variantes, o que provoca um enorme impasse: o dialeto que o aluno traz (e até, por que não, aquele que o professor essencialmente usa?) se encontra distante da variedade pretendida e prestigiada. O que fazer então?

Portanto, conforme mencionado, o pronome lexical e o SN anafórico foram as estratégias utilizadas pelos estudantes para representação desse objeto direto, em preterimento ao clítico acusativo e ao esvaziamento da categoria (objeto nulo), o que corrobora com estudos já mencionados nesta pesquisa de que no PB há uma preferência pelo pronome lexical na representação do objeto direto anafórico de terceira pessoa, Averbug (2000), Freire (2005 e 2011), entre outros.

Sobre o objetivo (b), constatamos que a escolarização exerce efeito sobre a escrita dos alunos, confirmando pesquisas que atestam ser a variante culta, no PB, um produto do processo de letramento, já que aparece com mais força somente na escrita de indivíduos escolarizados (cf. FREIRE, 2005).

Basta compararmos o levantamento das ocorrências de objetos diretos anafóricos de terceira pessoa da atividade de diagnose, etapa 2, (tabela 1, p.75) com as ocorrências da etapa 7 para verificarmos um aumento significativo no uso do clítico, confirmando que o uso dessa variante não é um processo natural, não faz parte da gramática do aluno, e sim de um processo que ocorrerá via escolarização, como já mencionado oportunamente nesta pesquisa.

Podemos, dessa forma, afirmar que esse aumento se deu pela influência das atividades de conscientização aplicadas até o momento.

Em relação ao objetivo (c), procuramos, romper com preconceitos criados e estabelecidos por um certo grupo letrado, preconceitos esses repetidos, incansavelmente, pela escola, e que somente marginalizam os usos que se distanciam daquele descrito pela tradição gramatical, mas que, no entanto, já estão enraizados na escrita formal e informal do PB. Buscamos, assim, criar meios mais democráticos para o ensino consciente de coesão textual a partir da representação do objeto direto anafórico de terceira pessoa, contemplando as principais variantes utilizadas no PB.

Portanto, vale destacar, que, de acordo com a proposta desta pesquisa, fomos além de um ensino pautado na prática normativo-prescritiva, valorizando o clítico acusativo na representação do objeto direto. Procuramos conscientizar os alunos sobre a pertinência do uso das outras variantes tão recorrentes na língua oral e na língua escrita do PB, eliminando assim o preconceito linguístico existente ainda hoje no ambiente escolar e reconhecendo um uso real de outras estruturas na nossa língua portuguesa.

De forma geral, registramos as ocorrências de objetos diretos anafóricos presentes nos textos, com atividades direcionadas, e em seguida, realizamos o levantamento das variantes utilizadas pelos grupos para a representação do objeto direto anafórico, onde começamos a verificar um aumento relativo no uso do clítico acusativo ao longo do contínuo, porém não exatamente como descreve a tradição gramatical, o que sugere um trabalho mais amplo e permanente de letramento, conforme verificado nos exemplos a seguir:

“-Por que você **a** odeia”?

“Quer saber, vou derrubá-**la**”.

“Então ela se perdeu e o ‘refor-so’ do exército ajudou a ‘encontrá**la**’”.

“Ela se esbarrou num moço e caiu no chão, e ele **a** levantou”.

“Faz ele ir até a tocha para vê-**la** de perto”.

Nestas etapas registramos ainda e mais fortemente ocorrências de todas as outras formas candidatas à representação do objeto direto anafórico pronome lexical, objeto nulo e SN anafórico:

“Ela conhecia **ele** de algum lugar”.

“Ele também perdeu o filho dele, então foram procurar **eles** juntos”.

“...ela saiu correndo e deixou sua agenda cair. Ele pegou sua agenda e levou (x) para o seu apartamento”.

“Percebeu que perdeu 26 pessoas e o reforso militar procurou **essas 26 pessoas**”.

“...ela saiu correndo e deixou sua agenda cair. Ele pegou **sua agenda** e levou (x) para o seu apartamento”.

Ao trabalharmos com gêneros que se encontram distribuídos ao longo do contínuo oralidade-letramento, percebemos que, por meio da intervenção pedagógica proposta neste trabalho, os alunos construíram seu processo de letramento, transitando entre os textos com traço de [+ oralidade] a textos com traço de [+ letramento], porém apresentaram certos problemas, visto que a variante que representa um traço descontínuo na escrita do letrado brasileiro (FREIRE, 2005, 2011), como o pronome reto, ainda ocorreu nos textos que exigiam [+ letramento] dos alunos. Isso mostra a necessidade de intensificar o trabalho de letramento dos estudantes, o que evidentemente não é feito somente por meio de uma única sequência didática, mas sim por uma formação continuada que engloba os anos anteriores e continuamente, do ensino médio. Procuramos, ainda, desenvolver sua plena capacidade criativa, ao contemplar os diferentes usos linguísticos no que diz respeito ao aspecto da utilização de anafóricos na realização do objeto direto

Concluimos que o papel da escola deve ir além do ensino do registro “culto” da língua, deve estar voltado para as habilidades de leitura e de escrita e, mais tarde, quando essas habilidades estiverem bem desenvolvidas, ao ingressarem no Ensino Médio, trabalhar com a descrição gramatical. No entanto, não restringir o ensino de língua portuguesa ao registro culto, mas ir além, mostrando aos alunos todas as possibilidades de uso do idioma. Faz-se necessário um trabalho uníssono entre todos os níveis de educação, como propõe Averbug (2000: 130):

Para sanar esses e outros problemas, reforça-se a necessidade de um maior intercâmbio entre universidades e escolas, pesquisadores, pedagogos e professores de Ensino Fundamental e Médio, num esforço

conjunto para que os trabalhos já realizados sejam traduzidos e transformados em aliados para o exercício consciente e responsável dos profissionais e para uma atuação mais efetiva sobre o desempenho dos usuários da língua. Não será com exercícios mecânicos, nem com maciças (e maçantes) aulas de descrição gramatical e análise sintática que o aluno passará a dominar estratégias mais formais, distantes de sua fala. Se assim fosse, os professores já teriam obtido sucesso.

A escola deve, pois, trilhar caminhos outros que não o de classificar as manifestações linguísticas dentro do ambiente escolar como certa ou errada, o que só gera mais preconceito. Ao contrário, a escola é o espaço onde todas as formas de expressão linguística deve ser trabalhada e valorizada de forma natural como o são as línguas em todas as suas épocas.

Esperamos, portanto, que este trabalho sirva aos diversos profissionais e estudantes que se interessem por um ensino que contemple a variação linguística e que estes, entendam a língua como uma unidade viva e em constante evolução. Que os profissionais ligados ao ensino de língua portuguesa possam romper o rótulo imposto por uma sociedade elitista e façam do ambiente escolar um espaço democrático e aberto a novas realizações. Se isso ocorrer, nosso objetivo terá sido alcançado.

Referências

- AVERBUG, Mayra Cristina Guimarães. *Variação Linguística e Ensino: em foco o objeto direto anafórico*. In: BERNARDO, Sandra Pereira; MENEZES, Vanda Cardoso de (orgs). Estudos da Língua: renovação e síntese, Anais do XVIII Congresso da Assel-Rio, 1998.
- _____. *Objeto direto anafórico e sujeito pronominal na escrita de estudantes*. Dissertação de mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- _____. *Variedades linguísticas nas escolas brasileiras: pronomes nominativo, acusativo e dativo*. In: LOBO, Maria; COUTINHO, Maria Antónia (orgs). XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Coimbra, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- _____. (et al). *Por que a escola não ensina gramática assim? - 1.ed.* São Paulo: Parábola editorial, 2014.
- _____. *Manual de Sociolinguística*. São paulo: Contexto, 2014.

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília : MEC/SEF, 1998.
- CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. *Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos*. In: KATO, Mary A. & ROBERTS, Ian. (orgs.) *Português brasileiro — uma viagem diacrônica*. Campinas, UNICAMP, 1993.. p. 19-34.
- DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia. *Clítico acusativo, Pronome Lexial e categoria vazia do português do Brasil*. In: TARALLO, Fernando (org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes (Editora Unicamp), 1989. p. 19-34.
- FREIRE, Gilson Costa. *A realização do acusativo e do dativo de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. Tese de doutorado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 2005. pp. 7-28
- _____. *Acusativo e dativo anafóricos de 3ª pessoa na escrita brasileira e lusitana*. ABRALIN, v.10, n.1 jan / jun 2011. p. 12-32.

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM POEMAS DA LITERATURA BRASILEIRA

VIVIANE MARIA DA SILVA (UPE/CAMPUS MATA NORTE)

ELIANE MARIA PIMENTEL LIMA LIRA (UPE/CAMPUS MATA NORTE)

MARINALVA DE SOUSA (UPE/CAMPUS MATA NORTE)

CLEBER ATAÍDE (UFRPE)

Introdução

A temática da variação linguística faz-se presente de forma expressiva em textos de nossa literatura produzidos não só durante a fase inicial do movimento modernista como também ao longo de seu desenvolvimento.

Segundo Cândido (1999, p. 68), o Modernismo brasileiro pode ser considerado um movimento literário diferenciado uma vez que vem rever a cultura nacional trazendo para a produção artística e literária uma visão contextualizada com características próprias de nossa realidade. O referido autor ainda acrescenta que:

[...] os modernistas valorizaram na poesia os temas quotidianos tratados com prosaísmo e quebraram a hierarquia dos vocábulos, adotando as expressões coloquiais mais singelas, mesmo vulgares, para desqualificar a solenidade ou a elegância afetada. Neste sentido, combateram a mania gramatical e pregaram o uso da língua segundo as características diferenciais do Brasil, incorporando o vocabulário e a sintaxe irregular de um país onde as raças e as culturas se misturam (CÂNDIDO, 1999, p. 70).

A compreensão de língua como elemento cultural e identidade de um povo dialoga com os pressupostos da Sociolinguística, uma vez que essa estuda a variação linguística e suas relações com os contextos sociais de uso. Para esse campo de estudos linguísticos, o processo de variação é legítimo e deve ser compreendido de forma benéfica e não depreciativa.

Com duas ramificações, Variacionista e Educacional, a Sociolinguística trouxe uma contribuição bastante significativa para a compreensão dos fenômenos linguísticos e para o ensino de língua. Fortaleceu-se, a partir daí, que a forma linguística utilizada pelos indivíduos com maior nível de escolarização não era superior à variedade usada pelos indivíduos representantes das camadas populares, e sim, apenas mais uma possibilidade de uso da língua. A esse respeito os PCNs apontam que:

[...]em uma sociedade como a brasileira, marcada por intensa movimentação de pessoas e intercâmbio cultural constante, o que se identifica é um intenso fenômeno de mescla linguística, isto é, em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades linguísticas, geralmente associadas a diferentes valores sociais. (BRASIL, 1998, p. 29)

Analisa-se, nesse artigo, poemas dos escritores: Oswald Andrade, Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade que além de transcrever os falares populares, levantaram reflexões sobre os usos linguísticos e a constituição da língua portuguesa falada no Brasil.

A fim de possibilitar uma reflexão sobre a temática da variação linguística em poemas dos referidos autores modernistas, esse estudo estrutura-se inicialmente na apresentação dos pressupostos da Sociolinguística Variacionista e Educacional através dos estudos de Labov (2008); Bagno (2007); Bortoni-Ricardo (2004) entre outros. Em seguida é apresentada a configuração do movimento modernista e é traçado um perfil dos autores cujos textos são analisados, com fundamento em Bosi (2015) entre outros. Na sequência é realizada uma análise e reflexão acerca do tratamento da variação nos poemas modernistas selecionados. Por fim, as considerações finais.

Sociolinguística Variacionista e Educacional: princípios e configuração

O estudo sistemático da língua enquanto ciência – linguística – teve seus princípios consolidados por Ferdinand Saussure no início do século XX. O status científico dessa área dos estudos da linguagem, permitiu o desenvolvimento de várias

perspectivas teóricas. Segundo Marcuschi (2014), na perspectiva estruturalista, a língua era compreendida como um fenômeno social, entretanto era analisada como um código e um sistema de signos desatrelada do sujeito e das influências do meio social. Essa forma de conceber a língua solidificou a valorização da estrutura linguística e fortaleceu a perspectiva de ensino pautada na norma padrão.

A partir dos anos 60 do século XX, outras linhas de pesquisa linguística ganharam força, dessa vez o sujeito e as condições sociais de uso foram postos em questão. Essa mudança de perspectiva denominou-se *Guinada Pragmática*, de acordo com Marcuschi (2014, p. 39), “A partir dos anos de 1960, surgiram a Pragmática, a Sociolinguística, a Psicolinguística, a Análise do Discurso, a Análise da Conversação, a Etnolinguística e, neste contexto, também a Linguística Textual.” Nesse momento passou-se da análise da forma para a análise dos usos linguísticos.

Dentre as teorias que se detiveram a estudar os usos da língua, esse trabalho se aterá em discorrer sobre a Sociolinguística. Essa teoria teve seus pressupostos esboçados por William Labov (1962). Para esse campo de estudos, tudo o que diz respeito aos usos linguísticos, contexto cultural, histórico e situacional, deve ser considerado ao se pensar em uma língua. O estudo teórico da variação motivou uma vertente educacional que, no Brasil, vem sendo amplamente discutida e difundida por Bortoni-Ricardo.

Para Labov (2008, p. 21):

Não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo.

Dessa forma, a análise sociolinguística se dá tanto em tempo atual (sincronicamente) quanto na perspectiva histórica (diacronicamente) e não é apenas descritiva, visto que, fornece explicações quanto às tendências de mudanças linguísticas. Ou seja, descreve e analisa os usos da língua. Interessa ao pesquisador sociolinguista, de acordo com Beline (2014, p. 125):

Verificar se os falares de uma mesma língua apresentam diferenças nos seus modos de falar de acordo com o lugar em que estão (variação diatópica), de acordo com a situação de fala, ou registro (variação diafásica), ou ainda de acordo com o nível socioeconômico do falante (variação diastrática)

Sendo assim, de maneira geral, a variação linguística pode ser agrupada em três categorias: variação diatópica, diastrática e diafásica. Cada categoria apresenta níveis de variação a partir da gramática de uma língua – fonético, morfológico, sintático e lexical.

A variação diatópica, também denominada variação geográfica, diz respeito às diferenças observáveis no falar de indivíduos de diferentes regiões. Esse tipo de variação engloba sotaques, expressões regionais e diferenças semânticas que um mesmo vocábulo pode assumir em localidades distintas. Conforme Beline (2014, p. 122), a pronúncia da letra R, “o /r/ (flap paulistano) e o /h/ (aspirado carioca)” no final de sílabas, por exemplo, como em *ama/r/* e *ama/h/*, marcam a variação diatópica no nível fonético, ou seja, na composição sonora de um vocábulo. As palavras “jerimum” e “abóbora” referem-se a um mesmo vegetal, porém são utilizadas em regiões diferentes constituindo, portanto, variação diatópica no nível lexical. Já a preferência pelo uso da ênclise no falar lusitano em contraste com uso da próclise no falar brasileiro marca variação diatópica no nível sintático.

A variação diastrática, também denominada variação social, diz respeito aos falares que caracterizam o nível de escolarização e classe social dos falantes. Esse tipo de variação engloba formas estigmatizadas da fala e está no centro do denominado preconceito linguístico. A substituição da pronúncia representativa da letra “r” pela pronúncia da letra “l” em palavras como *planta/pranta*; *claro/craro*; *bloco/broco*, marcam alteração no nível fonético. Além de caracterizar uma região específica, áreas interioranas, estigmatiza o falante, dessa forma pode ser considerada variação diastrática ou diatópica no nível fonético.

A variação diafásica diz respeito às escolhas linguísticas realizadas pelos usuários da língua dependendo do grau de formalidade estabelecido pela situação de comunicação e pelos interlocutores. A ausência da pronúncia do som da letra “r” para marcar o infinitivo em verbos, comum em situações de fala menos formais, é uma variação que altera a estrutura da palavra, dessa forma, trata-se de variação

diafásica no nível morfológico. Para Beline (2014, p. 123): “se estabelecemos a hipótese de que o falante nativo de PB (português brasileiro) “apaga” partes da palavra quando está em situação de bastante informalidade [...] temos um caso de variação diafásica. ”

O novo olhar sobre a língua fornecido pela Sociolinguística Variacionista culminou em um movimento de ligação entre essa teoria e o ensino de línguas, a Sociolinguística Educacional. Um ponto fundamental nessa nova perspectiva de estudo incidiu sobre o estigma do erro, ao se constatar que o dialeto de maior prestígio social, embora “considerado melhor socialmente, em termos de estrutura e funcionalidade não é nem melhor nem pior do que o dialeto da comunidade do aluno.” (VOTRE; CEZÁRIO, 2012, p. 152). O que não quer dizer que a escola não deva mais se preocupar com questões normativas, pelo contrário, o que se pretende é levar o indivíduo a perceber o caráter dinâmico da língua.

A esse respeito, Bortoni-Ricardo (2004), chamou a atenção para o papel da escola de ampliar a competência comunicativa dos aprendizes e não de homogeneizá-la, ou seja, considerar o repertório linguístico dos estudantes e apresentá-los a outras formas e às possibilidades de uso que cada uma possui.

A partir da década de 90 com a implementação dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e com as discussões fomentadas pela Sociolinguística, a língua falada passou a ser considerada pelo ensino, dessa forma, abriu-se precedente para o tratamento da variação linguística na escola. Uma vez que não se compreendia a língua falada como objeto de ensino, e sim, exclusivamente, a escrita, que era analisada através de textos literários clássicos, tidos como modelos ideais para a escrita.

A fim de proporcionar o diálogo da Sociolinguística com a literatura, próxima seção, apresentamos o projeto modernista dos poetas brasileiros para tentar evidenciar como a temática da variação linguística já estava presente na produção literária do início do século XX.

Movimento modernista no Brasil e autores

Com o advento do Modernismo no início do século XX, as concepções literárias mudaram e assim ascenderam as ideias de uma língua brasileira, visto que se buscava fortalecer a identidade nacional. Passou-se a valorizar a maneira de falar das massas populares, que aos poucos foi fazendo parte dos poemas modernistas de

muitos escritores, sendo essa para o movimento, a legítima representação do povo, ao contrário do português lusitano.

Abordando sobre o Modernismo no Brasil convém ressaltar o movimento pré-modernista. Segundo Araujo (2012, p. 120) “diante da impossibilidade de atribuir ao Pré-modernismo o estatuto de movimento, alguns autores passam a compreendê-lo como um período de transição.”

Este período não chegou a ser reconhecido como escola literária. Estendeu-se até a Semana da Arte Moderna ocorrida em fevereiro de 1922 em São Paulo. De acordo com Bosi (2015, p. 409), “1922, por exemplo, presta-se muito bem à periodização literária: a Semana foi um acontecimento e uma declaração de fé na arte moderna”. Já em relação ao Modernismo tem-se que:

Mas, tendo esse movimento nascido das contradições da República Velha que ele pretendia superar, e, em parte, superou; e tendo suscitado em todo o Brasil uma corrente de esperanças, oposições, programas e desenganos, venceu fundo a nossa literatura lançando-a a um estado *adulto e moderno* perto do qual as palavras de ordem de 22 parecem fogachos de adolescente” (BOSI, 2015, p. 409).

Destacam-se neste período representantes de várias áreas culturais: escultura, música, pintura e literatura. Neste último campo, surgem escritores como Mário Raul Moraes de Andrade, Oswald de Souza Andrade e Manuel Bandeira considerados ícones dessa renovação artística que se consolidava. Segundo Bosi (2015, p. 369), esses três autores “passam a registrar inovações radicais” em relação à linguagem literária.

Sobre Mário de Andrade (1893-1945), podemos dizer que o mesmo foi poeta, escritor, crítico literário, musicólogo, folclorista e ensaísta brasileiro. E sempre defendeu a valorização da cultura do povo brasileiro que se expressa, principalmente na linguagem falada. Antônio Cândido, a respeito desse autor, afirma que:

Mário de Andrade adotou como base da sua obra o esforço de escrever numa língua inspirada pela fala corrente e os modismos populares, não hesitando em usar formas consideradas incorretas, desde que legitimadas pelo uso brasileiro. Com isso, foi o maior demolidor da “pureza vernácula” e do “culto da forma” (CÂNDIDO, 1999, p. 71).

Quanto a José Oswald de Souza Andrade (1890-1954), considerado por Cândido (1999, p. 72) como “o grande agitador do Modernismo”, em viagem pela Europa, em 1912, aos 22 anos, o autor acabou sendo influenciado pelos movimentos de vanguarda que ocorriam naquele continente na época. Oswald defendia a valorização da cultura popular de nosso país, através da linguagem falada pelo povo, da afirmação de nossa própria identidade e do entendimento de que a cultura colonizadora não era o modelo legítimo, uma vez que a ideia predominante era de que os povos colonizados eram tidos como “bárbaros” em contraposição à cultura civilizada europeia.

Um dos representantes mais importantes do movimento Modernista foi *Manuel Carneiro de Souza Bandeira*. Natural da cidade do Recife, tornou-se além de poeta, professor de Literatura, crítico literário e artístico. Bosi (2015, p. 386 - 387), afirma que:

O esforço de romper com a dicção entre parnasiana e simbolista de Cinza das Horas foi plenamente logrado enquanto fez de Bandeira um dos melhores poetas do verso livre em português, e, a partir de ritmo dissoluto, talvez o mais feliz incorporador de motivos e termos prosaicos à literatura brasileira”.

Manuel Bandeira destaca-se pela habilidade de apresentar, em seus poemas os mais variados temas. “Essa familiaridade superior no tratamento do amor, da morte, da natureza, da existência diária, faz da sua poesia experiência interior de cada um de nós, humanizando a vida sem nenhum sentimentalismo.” (CÂNDIDO, 1999, p. 76).

Considerado por Cândido (1999, p. 80) como “o primeiro grande poeta brasileiro nascido intelectualmente dentro do Modernismo, sem laivo de passado nem perigo de voltar a ele” o poeta, contista, jornalista e cronista brasileiro, Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) representa outro ícone para o Movimento modernista, uma vez que fez a diferença no Modernismo mineiro e trouxe um novo jeito de escrever, de forma poética, os acontecimentos cotidianos.

Análise dos poemas

Um dos autores mais representativos do período modernista a abordar a temática da variação linguística em poemas foi Oswald de Andrade. Podemos destacar dentre as reflexões suscitadas por ele as que se encontram fundadas no manifesto “antropofágico”. Segundo Morel (2013, p.95), o viés antropofágico do Modernismo buscou “contrapor-se a uma elite intelectual que, segundo seus idealizadores, só repetia mecanicamente a produção europeia.” Apresentamos aqui dois poemas representativos desse ideal defendido pelo autor: Pronominais e Brasil.

Nos poemas “Pronominais” e “Brasil”, é possível perceber o tratamento dado à variação linguística por esse autor:

Brasil (Oswald de Andrade)

*O Zé Pereira chegou de caravela
E perguntou pro guarani de mata virgem
-Sois cristão?
-Não, Sou bravo, sou forte sou filho da morte
Tetê tetê Quizá Quizá Quecê!
Lá de longe a onça resmungava Uu! Ua!
uu!
O negro zonzo saído da fornalha
Tomou a palavra e respondeu
-Sim pela graça de Deus
Canhem Babá Canhem Babá Cum Cum!
E fizeram o carnaval.*

Pronominais (Oswald de Andrade)

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro

Em “Pronominais”, o nacionalismo se manifesta em relação à linguagem, ocorre uma ruptura com os padrões da língua literária culta em busca de uma língua brasileira capaz de incorporar os “erros” gramaticais, vistos por Oswald como contribuições para a definição da nacionalidade.

O contraste entre as formas “Dê-me um cigarro” e “Me dá um cigarro” levanta uma reflexão sobre o padrão de uso linguístico lusitano, pronome enclítico, e o padrão de uso linguístico brasileiro, pronome proclítico. Estabelece-se assim a variação diatópica no nível sintático. Sendo a forma proclítica, “Me dá”, considerada legítima,

pois é mais funcional no Brasil. Essa variação também poderia ser classificada como diastrática, uma vez que pode revelar maior ou menor nível de escolarização do usuário, já que a língua padrão ensinada na escola obedece aos moldes europeus.

Já no poema “brasil”, o autor chama a atenção para a mistura de povos que constituiu a língua portuguesa do Brasil.

A construção da etnia brasileira, com o português, o índio e o negro: “O Zé Pereira chegou de caravela”, “guarani de mata virgem” e “o negro zonzinho saído da fornalha” é apresentada de forma irreverente. A letra minúscula na escrita de “brasil” sugere que não há uma pureza ou singularidade na constituição do país enquanto nação, certamente em decorrência dessa mistura. Ou seja, o “brasil” não seria um, mas vários. O poeta afirma que a mistura das raças, costumes, culturas e religiões culminou na formação do povo brasileiro que assim fez o carnaval.

A construção “sois cristão” representa uma estrutura sintática lusitana na qual a conjugação dos verbos para a segunda pessoa faz parte da fala cotidiana, ao contrário do Brasil em que predomina a conjugação do verbo em terceira pessoa na referência à segunda. Sendo assim, representa-se uma ocorrência da variação diatópica no nível sintático. E mais uma vez as divergências entre a língua do Brasil e a de Portugal são colocadas em questão.

O escritor Manuel Bandeira, genialmente, fez uso em seus textos de expressões utilizadas pelo povo, a fim de representar de forma mais precisa a identidade nacional. No poema “Evocação do Recife” é possível perceber o índice histórico que traduz a memória cultural de um povo, demonstrando seus conflitos e valores, alegrias e belezas:

Evocação do Recife (Manuel Bandeira)

Recife	[...]
Não a Veneza americana	
Não a Mauritsstad dos armadores das Índias Ocidentais	A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Não o Recife dos Mascates	Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Nem mesmo o Recife que aprendi a amar depois	Língua certa do povo
— Recife das revoluções libertárias	Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil
Mas o Recife sem história nem literatura	Ao passo que nós
Recife sem mais nada	O que fazemos
Recife da minha infância	É macaquear
A rua da União onde eu brincava de chicote-queimado	A sintaxe lusíada
e partia as vidraças da casa de dona Aninha Viegas	A vida com uma porção de coisas que eu não entendia bem
Totônio Rodrigues era muito velho e botava o pincenê	Terras que não sabia onde ficavam
na ponta do nariz	Recife...
Depois do jantar as famílias tomavam a calçada com cadeiras	Rua da União...
mexericos namoros risadas	A casa de meu avô...
A gente brincava no meio da rua	Nunca pensei que ela acabasse!
Os meninos gritavam:	Tudo lá parecia impregnado de eternidade
Coelho sai!	Recife...
Não sai!	Meu avô morto.
	Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro
	como a casa de meu avô.

Há no texto o registro de expressões que representam a fala do povo, assim como referência direta a ela. Para Bandeira, a continuidade da história humana era feita pela fala. “A língua não me chegava pelos jornais nem livros/ Vinha da boca do povo na língua errada do povo”. Bandeira colhe do povo simples os subsídios para a construção de sua poética.

A questão da existência de uma língua brasileira que precisa ser incorporada pela literatura é apresentada de forma direta, quando se refere à “língua certa do povo” e ao “português do Brasil”. Nesse poema, podemos ver o uso da variação diastrática presente nos versos “Totônio Rodrigues era muito velho e botava o pincenê”, variações que ocorrem em virtude das especificidades dos grupos sociais.

No trecho “[...] Porque ele (o povo) é que fala gostoso o português do Brasil/Ao passo que nós/ O que fazemos/ É macaquear/ A sintaxe lusíada [...]” O autor propõe uma reflexão profunda sobre os falares lusitano e brasileiro, ele deixa bem claro que o povo, pouco fundamentado nas prescrições gramaticais, é que, de fato, utiliza a língua de forma funcional. Enquanto que os intelectuais, grupo dos quais o autor faz parte, não tem legitimidade, pois sustenta-se nos moldes linguísticos do português europeu.

Mário de Andrade foi um profundo pesquisador dos costumes do povo brasileiro e, dessa forma, tentou imprimir em muitas de suas obras as peculiaridades desse povo, bem como a crítica aos que buscavam padrões que não representavam autenticamente o Brasil. Podemos observar isso no trecho do poema “Lundu do escritor difícil”.

Lundu do escritor difícil (Mário de Andrade)

Eu sou um escritor difícil
Que a muita gente enquizila,
Porém essa culpa é fácil
De se acabar numa vez:
É só tirar a cortina
Que entra luz nesta escurez.

Cortina de brim caipora,
Com teia caranguejeira
E enfeite ruim de caipira,
Fale fala brasileira

Que você enxerga bonito
Tanta luz nesta capoeira
Tal-e-qual numa gupiara.

Misturo tudo num saco,
Mas gaúcho maranhense
Que pára no Mato Grosso,
Bate este angu de caroço
Ver sopa de caruru;
A vida é mesmo um buraco,
Bobo é quem não é tatu! [...]

O autor valoriza as diferenças culturais e étnicas presentes no Brasil e, ao mencionar questões do estrangeiro, faz uma crítica ao escritor que se torna um estrangeiro, um inadaptado em seu próprio país por não valorizar os diferentes falares nacionais. Nos versos da segunda estrofe: “Fale fala brasileira/ Que você enxerga bonito”, é possível perceber esse posicionamento do autor ao atribuir à fala brasileira a possibilidade de melhorar até a forma de enxergar o seu entorno.

Na terceira estrofe o autor chama atenção para a variação linguística diatópica ao mencionar a mistura regional que constitui o território nacional e consequentemente a língua em uso.

Carlos Drummond de Andrade faz uma reflexão acerca da língua ensinada na escola em contraste com a língua em uso cotidiano. Observa-se o posicionamento do autor a esse respeito no poema “Aula de Português”:

Aula de Português (Carlos Drummond de Andrade)

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender

A linguagem
na superfície estrelada de letras,
sabe lá o que ela quer dizer?

Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.

Figuras de gramática, esquipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, seques-
tram-me.

Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.
O português são dois; o outro, misté-
rio.

Percebe-se na primeira estrofe desse poema uma afirmação por parte do eu-lírico em relação à intimidade que ele possui com a linguagem informal, falada no cotidiano das pessoas e dele mesmo, e representada no segundo verso “na ponta da língua”. Nota-se também que ele reforça as características desse falar no terceiro e quarto versos quando ele prazerosamente diz: “tão fácil de falar/ e de entender”.

Na segunda estrofe, entretanto, a linguagem é apresentada como algo inatingível, incompreensível apresentada pela escola. Refere-se aqui à linguagem formal, à norma culta, presente nos textos escritos e representada pela metáfora “superfície estrelada de letras”.

Na terceira estrofe, tem-se a figura do professor como um transmissor da norma padrão com o papel de desmatar a ignorância do aluno como se esse indivíduo nada soubesse em relação à língua com a qual se comunica diariamente deixando o eu – lírico machucado, caído, retirado de seu contexto.

Na última estrofe percebe-se diante das circunstâncias a revelação feita pelo eu-lírico de que diante desse paradoxo de linguagem não consegue mais usar nem a variedade linguística popular nem a variedade padrão ensinada na escola. O que termina por concluir que em relação à nossa língua temos dois tipos de português: um tão compreensível e um outro tão misterioso.

Considerações finais

É válido destacar que: “A literatura expressa a sociedade; ao expressá-la, ela a muda, contradiz ou nega. Ao retratá-la, inventa-a, ao inventá-la, revela-a.” (PAZ, 1986, p. 209). É possível perceber na literatura modernista o caráter representativo da língua na busca pela identidade nacional através dos variados usos linguísticos.

No que diz respeito a presença de variantes diversas nos textos, percebemos que os autores Oswald de Andrade e Mário de Andrade se valeram de forma mais expressiva, quantitativamente falando, de termos da linguagem popular. Entretanto, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade colocaram a temática da variação linguística em discussão de forma bastante significativa nos textos aqui analisados e, dessa forma, tornaram a análise tão rica quanto os demais autores.

Considerando que a Sociolinguística Educacional visa discutir a variação linguística em âmbito escolar e, dessa forma, ampliar a competência comunicativa dos aprendizes acreditamos que a escola deva se valer dos textos modernistas aqui apresentados, além de outros com os quais eles dialogam, não apenas com a perspectiva de categorizar os tipos e níveis de variação linguística presentes neles. Sobre tudo, é indispensável que seja feita uma profunda reflexão sobre a presença de usos linguísticos populares nessas obras e a realização contínua de um paralelo entre o português do Brasil e o português de Portugal.

Referências

- ARAUJO, Jean Marcel Oliveira. O pré-modernismo: a luta entre passadistas, modernos e modernistas no campo artístico brasileiro. *Pensares em Revista*, n. 1, 2012.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2015.
- BORTONI-RICARDO, S.M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BELINE, Ronald. A variação linguística. In: FIORIN, José Luiz. *Introdução à linguística I*. Objetos de análise. 6.ed. 3.reimp. São Paulo: Contexto, 2014.

- CANDIDO, Antonio. *Iniciação à Literatura Brasileira* (Resumo para principiantes). 3ª ed. São Paulo: Humanitas. 1999. 98p
- CEZARIO, Maria M; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTA, M. E. (Org.). *Manual de Linguística*. 2. ed. 1.reimp. São Paulo: Contexto, 2012.
- GARBAS Jr, Nilson. Linguística Histórica. In: MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Cristina. *Introdução à Linguística*. São Paulo: Cortez, 2012.
- LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: parábola Editorial, 2008.
- MARCUSCHI, L.A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 1. ed. 9. reimp. São Paulo: Parábola, 2014.
- MOREL, Ana Paula M. Entre a antropologia e a literatura: a antropofagia de Oswald de Andrade. *Revista de Ciências Sociais*, v. 44, n. 2, 2013.

ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO: INTERAÇÕES ENTRE PROFISSIONAIS E PACIENTES DE UM SERVIÇO DE SAÚDE PÚBLICO UNIVERSITÁRIO

MÁRCIA IVO BRAZ¹

Introdução

A língua e a linguagem, enquanto instrumento de comunicação compartilhado e faculdade comunicativa, estão presentes nas mais diversas situações de interação entre as pessoas. Existem as situações cotidianas onde a comunicação não exige formalidades, descortinando intimidade e trivialidade, como por exemplo uma conversa em casa com a família, comprando algum produto em uma loja etc. Por outro lado, há situações onde a linguagem e a língua se revestem de formalidade, assumindo um outro tipo de condição, onde as figuras de linguagem e os dizeres populares muitas vezes sequer fazem parte do repertório que parte de um viés mais técnico e terminológico.

Partilhar termos específicos de uma área de especialidade faz parte do processo comunicativo quando se está em um ambiente acadêmico e/ou profissional, porém, nem todos têm acesso às formas mais especializadas da fala, seja por não fazer parte do grupo social ou mesmo não ter escolaridade, acesso a culturas diversas, etc.

As desigualdades sociais acabam por trazer uma ruptura não somente relacionada ao acesso aos bens de consumo, mas também a outras formas de conhecer, dentre elas a própria forma de expressar-se, que evidencia uma situação de prestígio ou de falta de prestígio. Essa questão é trabalhada pela sociolinguística, que tem como objeto de estudo os padrões de comportamento linguístico presentes em uma comunidade de fala, desenvolvendo investigações que correlacionam aspectos linguísticos e sociais.

1. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem - Universidade Católica de Pernambuco. Professora do Departamento de Ciência da Informação – Universidade Federal de Pernambuco.

São comuns cenas onde os que possuem nível social e escolar diferenciado, como profissionais de saúde e seus pacientes, estes muitas vezes demonstrando falhas na comunicação simplesmente por não compreenderem a linguagem do outro, evidenciando as relações assimétricas de poder entre os dois atores. Nesse sentido, temos algumas pesquisas que demonstram essas situações, a exemplo de Souza (2006), que desenvolveu uma brilhante pesquisa a respeito dos aspectos sociolinguísticos nas interações entre médicos e pacientes e de Studart (2008), que identificou uma lacuna na interação entre profissionais de saúde e pacientes portadores de Disfunção Temporomandibular², onde constatou-se que a forma como o profissional de saúde lidava com as queixas do paciente poderiam atenuar os impactos da dor.

São inúmeras as circunstâncias que ocorrem entre equipes de saúde e as pessoas que são acometidas por algum mal ou doença; através dessas pesquisas, é possível perceber que as situações de comunicação têm impacto não apenas na forma como o paciente expõe suas queixas, mas também na postura do profissional em perceber essas comunicações, refletindo efeitos no tratamento e no bem-estar do paciente.

Assim, motivados pelas constatações acima mencionadas, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma análise da conversação a partir da gravação em áudio e registro de diálogos com a utilização das indicações para transcrição apontadas por Marcuschi (1998) entre uma equipe de atendimento em enfermagem, formada por acadêmicos, com pacientes de terceira idade de um serviço de saúde público universitário.

A contribuição deste trabalho está em verificar como ocorrem as interações entre profissionais de saúde e pacientes, quais as características da organização da conversa, condução dos turnos etc., e em que sentido a maior abertura para a fala do paciente, conforme propõe o serviço de saúde analisado, pode influenciar nas relações entre os sujeitos e de que modo se aproxima ou se distancia das situações narradas pelas pesquisas de Souza (2006) e Studart (2008). O contexto de observação de onde foram realizadas as transcrições ocorreram em um serviço de saúde público universitário formado por acadêmicos de graduação em enfermagem, com pacientes de terceira idade.

2. Condição onde existe um tipo de anomalia na articulação que liga o maxilar ao crânio, causando dores intensas na face.

A metodologia utilizada é de natureza exploratória, buscando inicialmente subsídios na literatura e sua posterior aplicação/observação em contexto real. Para realizar a análise da conversação, foram gravadas em áudio consultas de uma equipe de atendimento em enfermagem, formada por acadêmicos, com pacientes de terceira idade de um serviço de saúde público universitário.

A estrutura do trabalho está organizada da seguinte maneira: inicialmente as discussões teóricas, tratando das questões sociolinguísticas, das pesquisas sobre interação médico e paciente, considerações sobre a análise da conversação, análise das consultas através das transcrições e conclusões da pesquisa.

Sociolinguística: variedades da língua em foco

Diante da pluralidade de estudos e definições acerca da Sociolinguística, questão já apontada por Borges Neto (2004) que destaca que essa pluralidade favorece o desenvolvimento da área pelo fato de uma teoria – ou poucas – não dar conta de todos os fenômenos linguísticos, apresenta-se uma conceituação inicial:

É uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo (MOLLICA, 2013, p. 9).

Essa definição perpassa diversas teorias e linhas de investigação, visto que o conceito aparece pela primeira vez, de acordo com Monteiro (2000, p. 25) “[...] em 1950 para referir-se às perspectivas conjuntas que os linguistas e sociólogos mantinham face às questões sobre as influências da linguagem na sociedade e, especialmente, sobre o contexto social da diversidade linguística”.

Pelo fato das línguas constituírem-se fenômenos da comunicação humana nas mais diversas organizações sociais, tornam-se objeto de investigação também das diversas ciências, o que já indica uma certa desordem conceitual. Porém, neste trabalho, assume-se um viés com inclinação às questões da fala e aos desdobramentos em contextos determinados, observando aspectos tratados na conversação.

Santos (2014, p. 25), afirma que

É curioso saber que, desenvolvida em grande parte por William Labov, a Sociolinguística permitiu o estudo científico de fatos linguísticos excluídos até então do campo dos estudos da linguagem, devido a sua diversidade e consequente dificuldade de apreensão. Por meio de pesquisas de campo, a Sociolinguística, inspirada no método sociológico, registra, descreve e analisa sistematicamente diferentes falares, elegendo, assim, a variedade linguística como seu objeto de estudo.

Embora o termo apareça apenas na década de 1950, os princípios mais importantes residem já nas teorias de Saussure, Chomsky e finalmente em Labov, uma vez que os recortes feitos pelo estruturalismo e pelo gerativismo influenciaram a Sociolinguística.

Primeiramente Saussure observa o comportamento de dois sistemas com as acepções de sincronia (no tocante à língua) e diacronia (relacionada à fala), contudo, as observações seriam desenvolvidas isoladamente, não contemplando o momento da realização. Na mesma vertente, Chomsky continua o eixo da teoria de Saussure ao considerar um objeto de estudo homogêneo e a competência (em compreender a língua) em detrimento do desempenho (realização da língua no momento da fala) tendo, portanto, entre as considerações estruturalistas e gerativistas questões que serão contrapostas pelo quadro sócio-variacionista onde a heterogeneidade da língua ocupa o plano central das investigações.

A sociolinguística, que herdou de teorias precedentes a partir de Weinreich, Labov e Herzog, teve como embasamento o empirismo da língua, havendo também alguns princípios, dentre eles (CABRAL, 2014, p. 91-92):

- a) A língua é um sistema heterogêneo e ordenado, sendo assim, é estruturado por regras;
- b) A competência linguística do falante comporta a heterogeneidade da língua, pois o falante tem a competência de aquisição e de uso, sabendo escolher qual forma usar em cada situação distinta;
- c) Não existe falante de estilo único, pois como justificado acima, se o falante sabe adaptar as formas de uso a situações diferentes, certamente ele tem mais de uma forma, sendo todos os falantes bidialetais ou multidialetais;

d) As formas da língua veiculam, além de significados representacionais/gramaticais, significados sociais e ou estilísticos, ou seja, o falante, dependendo da situação, mostra mais ou menos formalidade, por exemplo;

e) Fatores linguísticos e sociais encontram-se intimamente relacionados no desenvolvimento da mudança linguística.

Explicações apenas de um ou outro aspecto falharão ao descrever as regularidades que podem ser observadas nos estudos empíricos do comportamento linguístico.

Dessa forma, os aspectos que são abarcados pela Sociolinguística compreendem as diversas situações que podem interferir no modo como a língua é realizada entre os falantes, bem como as implicações para esses atores, como é o caso dos jogos de poder, as modalidades de prestígio etc. que são trabalhadas no presente estudo, como é o caso da interação entre profissionais de saúde e pacientes que será tratada adiante.

Interação entre profissionais de saúde e pacientes

A comunicação, apontada como característica intrínseca à natureza humana, tem como uma das formas de realização a fala, através da qual os indivíduos interagem cotidianamente. Goffman (1976) observa que a linguagem é elemento essencial da comunicação e essencialmente dialógica. Deste modo, a fala, presente nas interações cotidianas é portadora de características individuais e sociais das mais diversas, além de que, conforme Marcuschi (1998, p. 14) “a conversação é a primeira das formas de linguagem a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicamos pela vida afora. Em suma [...] é o gênero básico da interação humana”.

Porém, as condições de participação dos sujeitos no diálogo podem variar de acordo com o contexto, como é o caso das relações de poder e as condições socioeconômicas. Nesse sentido, temos os *diálogos simétricos*, relativos às conversações cotidianas onde os participantes estariam no mesmo patamar na tomada da palavra e no tempo de expressão e os *diálogos assimétricos*, onde a interação é dirigida por um dos sujeitos, a exemplo das entrevistas e consultas médicas.

Muitas vezes a própria condição socioeconômica por si só já produz a assimetria dialógica. Assim a construção e negociação que ocorrem entre as entidades participantes da interação bem como a apropriação da palavra serão afetadas por essas condições conforme fala Marcuschi (1998). Desse modo, pode-se considerar também como fator de dificuldade na interação a linguagem utilizada pelos sujeitos: enquanto a do profissional de saúde está imbuída de terminologia técnica, a do paciente em geral é marcada por socioletos, oriundos de modalidades linguística de pouco prestígio³, o que acabaria acentuando a lacuna entre os sujeitos inclusive prejudicando o próprio diagnóstico mesmo o tratamento do paciente.

Essa dificuldade de comunicação em serviços de saúde foi objeto de estudo de Souza (1996) e Studart (2008), onde ambas autoras tratam das relações assimétricas e propõem maior humanização por parte dos profissionais na escuta dos pacientes. Nesse sentido, Souza (2006, p. 1) destaca que

[...] nem sempre é fácil entender a formulação do outro. O problema agrava-se quando indivíduos de condições socioculturais diversas entram em interação linguística, e assume maiores proporções quando essa comunicação deve-se estabelecer em condições de desigualdade muito acentuada. É o caso da relação entre o médico (um técnico na área de ocorrência da interação) e o paciente (que se descola de um meio sociocultural pouco desenvolvido).

A autora ainda questiona por que uma mudança de contexto é suficiente para que a interação linguística não se realize de maneira eficaz e pontua que sua pesquisa objetiva “desfazer a ideia absurda de que o matuto fala errado”, apresentando uma série de palavras provenientes da linguagem popular as formas arcaicas predominam. Para justificar muitas dessas palavras, coletadas em atendimentos no Hospital do Câncer de Pernambuco, desenvolveu um glossário com as justificativas e ocorrências em dicionários e outras fontes documentais onde as mesmas palavras e expressões figuram.

3. Esta observação se aproxima do conceito de código restrito e código elaborado, proposto por Bernstein (1986).

Nessa mesma perspectiva, Studart (2008, p.29) tratou da comunicação da dor pelos pacientes portadores de disfunção temporomandibular em relação às abordagens profissionais, destacando que “o uso do vocabulário técnico, utilizado pela maior parte dos profissionais de saúde, serve ao propósito de impor a diferença. E a pessoa termina por se deixar consultar como objeto e não como sujeito. Pertencente a uma ‘cultura do silêncio’”.

Com o intuito de verificar as constatações de Souza (2006) e Studart (2008) em um serviço de saúde público em relação à conversação, foi realizada uma análise da conversação de consultas realizadas por uma equipe de atendimento em enfermagem, formada por acadêmicos, com pacientes de terceira idade de um serviço de saúde público universitário.

Análise da conversação: transcrições de um serviço de atendimento em saúde público universitário

Entende-se aqui conversação “[...] em sentido amplo, de modo a abranger não só todos os eventos de comunicação cotidiana, como também os que fazem parte do exercício de uma profissão (exame médico, aconselhamento, palestra, negócio, etc.) ou ocorrem no interior de instituições [...]” (KOCH, 1997, P. 66).

As inclinações para análise da conversação ganham força a partir da consideração de que a linguagem é uma ação intersubjetiva, o que se consolida com o estudo da subjetividade proposto por Benveniste e a teoria da enunciação de Bakhtin. Além do mais, outras teorias, a exemplo dos atos de fala desenvolvida por Austin, foram fundamentais para que o estudo da conversação fosse corporificado e ganhasse espaço, inclusive com uma interessante representação brasileira.

Nesse sentido, este trabalho está fundamentado nas contribuições de Koch (1997) e Marcuschi (1998)⁴; ambos autores desenvolvem suas obras de modo a possibilitar uma análise da conversação expondo questões de organização geral da conversa, tópicos, sequências e turnos, marcadores conversacionais, coerência, dentre outros aspectos a serem observados.

4. Neste trabalho serão apresentadas as análises de acordo com os autores, para maior aprofundamento teórico acerca da análise da conversação, sugere-se a leitura das obras mencionadas.

Serão apresentados trechos transcritos de diálogos com a respectiva análise, partindo da observação que no serviço de saúde aqui mencionado é formado por acadêmicos e tem como objetivo realizar consultas com um grupo formado por pessoas de terceira idade para acompanhar a situação clínica e de bem-estar, o que suscitou uma maior abertura para que o paciente desenvolvesse seus relatos, onde são feitos procedimentos como aferição de pressão arterial, auscultação, verificação dos medicamentos, acompanhamento de tratamentos já iniciados e entrevista sobre os resultados das seções de relaxamento desenvolvidas no mesmo local. São dois momentos (um inicial, depois o idoso sai para prática de uma atividade relaxante e volta para a consulta final) totalizando cerca de 20 minutos.

As consultas iniciam com o preenchimento de uma ficha pelos novatos ou com a retomada da consulta anterior, além de procedimentos acima mencionados. As análises dos trechos são as seguintes:

- 1) A.C.: boa tarde vou pedir um favor à senhora ... não achei sua ficha de hoje
 (+) a senhora se incomoda em responder de novo"
 M.S.: não (+) sem problema nenhum
 A.C.: e sua pressão como é que tá" vamos aferir"

- 2) M.B.: como foi lá" conseguiu relaxar hoje"
 F.J.: foi bom sim (+) consegui
 M.B.: me fale então como foi que se sentiu
 F.J.: olhe (+) hoje (+) eu senti né (++) quer dizer assim eu senti uns
 choques nos braços nas pernas e a face a trabalhar
 M.B.: como é que tá a face"
 F.J.: fica (+) fica trabalhando assim trabalhando o rosto eles ficam
 M.B.: mexendo os músculos"
 F.J.: é (+) eles ficam (+) ficam tesos mas também trabalhando né

Há uma inclinação para que a conversa siga o tom do relato do paciente, onde este explica o que ocorreu durante a sessão de relaxamento. Porém, alguns termos ou palavras acabam vez por outra destoando, principalmente por parte do paciente, que carrega consigo modos de falar típicos. Em relação aos tópicos, ou seja, sobre os assuntos que se compõem a conversa, verificamos que são poucos, girando sem-

pre em torno de como está clinicamente o paciente, seu bem-estar, se as sessões de relaxamento tem sido positivas e se durante as sessões há algum sinal diferente.

O objetivo também é verificar se as seções e o relaxamento têm algum efeito na condição física do idoso e, para tanto, é dada maior abertura para que possa relatar.

- 3) M.B.: sentiu choques no corpo e nos braços não foi”
 F.J.: nas pernas e na face (++) teve momentos também que eu me desliguei
 M.B.: e como foi isso” o senhor viu alguma coisa enquanto fechou os olhos”
 F.J.: quando eu vi assim né já a segunda vez quando eu viajava muito eu
 (+) tenho até uma foto eu na cachoeira assim fazendo assim ó (++) agora eu
 senti um choque bem forte nos braços mais do que as pernas
- [[
- M.B.: sentiu alguma quentura”
 F.J.: o que eu sinto não é quentura não é assim né (+) como se fosse assim
 um choque assim que pega (+) como se fosse assim uma coisa que pega e fica
 assim mexendo os membros
 M.B.: é : : (+) entãoo senhor relaxou né’ e conseguiu enxergar de novo aquela
 imagem da cachoeira (+) mais alguma coisa”
 F.J.: só isso mesmo/
 M.B.: e emocionalmente o senhor se sente como agora?
 F.J.: eu sinto assim é : : não é bem emocional é curioso porque a turma fica
 relaxada e eu também sem esforço nenhum né isso (+) e meu corpo sente um
 movimento muito forte e muito rápido sem eu querer mas eu fico mais
 tranquilo (+) mas parece que teve um momento que a minha mão sacudiu as
 sim e bateu na minha face sem eu querer ((ri))

Apesar da abertura para o relato espontâneo dos idosos sobre sua saúde e a seção de relaxamento, é comum que suscite afastamento do objetivo da consulta, onde são narradas situações histórias e fatos de ordem pessoal. Assim, a intervenção é necessária em alguns pontos para manter o foco da entrevista.

- 4) M.B.: a sua pressão estava baixa quando o senhor chegou aqui (++) o senhor tem tomado algum medicamento”
 S.R.: eu não tomo remédio nenhum pra pressão só caminho mesmo
 M.B.: a sua esposa está acompanhando o senhor” porque : : a pressão dela está sempre um pouco alta né
 S.R.: ela não quer ela fica com dor de cabeça é analgésico é não sei o que
 M.B.: leve ela para fazer caminhada também
 S.R.: engraçado foi ontem a gente saiu para eu escolher um tênis e lá tinha uns de mulher aí eu falei só compro se tu comprar um pra tu (+) foi a maior briga dentro da loja ela não quis ((ri)) disse compro não que eu não caminho não aí eu disse é pra tu não tomar mais medicamento aí ela ficou e::ita e não quis ((ri))
 M.B.: ((ri)) certo (+) mas vamos aferir sua pressão”

Por outro lado, diante de situações onde o paciente pouco se expressa, há intervenções no sentido de criar um clima mais favorável à participação.

- 5) A.C.: a senhora fazia alguma atividade física” como são seus hábitos de exercício ou de lazer”
 M.C.: de vez em quando dá pilates/
 A.C.: nunca fez outra não”
 M.C.: hidromassagem/
 A.C.: assim (+) mas quando a senhora fazia hidromassagem se sentia bem” como se sente fazendo o pilates e aqui”
 M.C.: fico bem mas eu fazia hidro (+) mas eu fazia hidro muitos anos (+) parei por causa daquele problema né (+) mas quando terminar aqui eu queria ver se eu volto pra hidro né não
 A.C.: certo (+) e o pilates é quantas vezes por semana”
 M.C.: [três/
 A.C.: a senhora sente que essas atividades fazem a senhora ter mais disposição e tomar menos remédios’ sente que teve mudança depois daqui também”
 M.C.: sinto’ sinto sim

De um modo geral, percebe-se, através das transcrições, que há uma relação assimétrica, onde há uma condução da consulta pelo acadêmico de enfermagem, embora os turnos geralmente fiquem mais tempo com os pacientes. Há espaços de transição bem marcados e entregas de turno, como por exemplo as perguntas suscitando respostas mais detalhadas. Os turnos também são bem marcados e há poucas sobreposições, havendo a presença de alguns marcadores conversacionais.

Interessante mencionar que embora os pacientes estejam frequentando um ambiente acadêmico, a conversa flui sem atropelos, talvez por conta de uma maior sensibilidade por parte do acadêmico para aproximar a linguagem mais técnica da cotidiana, cabendo mencionar alguns elementos de dialetologia com algumas palavras mais presentes na fala dos idosos, por exemplo, a preferência por utilizar “face”.

Considerações finais

De um modo geral, a linguagem e a comunicação são pressupostos para a vida em sociedade. Apesar de um grupo social compartilhar ao menos uma língua em comum, é perfeitamente possível que fatores diversos acabem fazendo com que o mesmo idioma muitas vezes se comporte de modos diferentes, perfazendo assim o objeto de estudo de ciências como a sociolinguística.

O problema está quando essas particularidades da língua se tornam elementos de segregação entre os indivíduos, onde uma modalidade de prestígio se sobrepõe às demais, podendo gerar problemas de comunicação em situações onde a clareza das ideias é fundamental, como é o caso das interações entre profissionais de saúde e pacientes. Neste trabalho foram apresentadas algumas considerações sobre essa temática, onde a utilização de um vocabulário mais técnico acaba impondo uma diferença de poder entre os envolvidos.

Para verificar se essa situação em um serviço de saúde público universitário, foi realizada uma análise da conversação em diálogos transcritos, que demonstrou que uma maior abertura para ouvir os pacientes, valorizando sua interação, além do esforço em utilizar uma linguagem mais acessível para compreensão dos termos técnicos é possível e indicada pelos autores aqui mencionados como Souza (2006) e Studart (2008).

Portanto, tratar o paciente no sentido de valorização da linguagem seria a forma ideal de lidar com o outro, proporcionando uma melhor comunicação em relação a conduta terapêutica.

Referências

- BERNSTEIN, B. Estrutura social, linguagem e aprendizagem. In: PATTO, M. H. S. (org.). *Introdução à psicologia escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986. p. 129-151.
- BORGES NETO, José. *Ensaio da filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004
- CABRAL, M. S. Um breve percurso sobre a história da linguística e suas influências na sociolinguística. *UOX: Rev. Acadêmica de Letras Português*. N. 02, 2014. Disponível em: <http://revistauox.paginas.ufsc.br/files/2014/12/8-linguistica-sociolinguistica.pdf> Acesso em 20 ago. 2016.
- GOFFMAN, E. Replies and responses. *Language in society*. V. 5, n. 3. Dez. 1976, p. 257-313.
- KOCH, Ingedore V. *A interação pela linguagem*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1998.
- MOLLICA, M.C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M.C.; BRAGA, M.L. *Introdução a sociolinguística: o tratamento da variação*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- MONTEIRO, J.L. *Para compreender Labov*. 3.e d. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- SANTOS, Arlete M. *As questões sociolinguísticas em atividades de livros didáticos*. 2014, 148f. Dissertação (mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, SP..
- SOUZA, Inalda Rodrigues de. *Aspectos sociolinguísticos na interação médico/paciente*. Recife: EdUFPE, 2006.
- STUDART, Luciana Moraes. *A Linguagem de dor: um estudo dos enunciados de sujeitos portadores de disfunção temporomandibular*. 2008. 138 f. Dissertação (mestrado em Ciências da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA LINGUAGEM VIRTUAL NA PRODUÇÃO DE CRÔNICAS POR ESTUDANTES DO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II

DAIANE JOANA BARBOSA DOS SANTOS (UPE)

RITA DE CÁSSIA FREIRE DE MELO VASCONCELOS (UPE)

Introdução

Sabe-se que a linguagem, em pleno século XXI, toma novos contornos no que tange às formas de comunicação. Precisamos realizar uma série de atividades que se tornaram mais práticas com a ajuda da internet, elemento que, por vezes possui um vocabulário próprio e criativo, constantemente ligado aos jovens. Trata-se do *internetês*, uma forma de expressão livre de imposições gramaticais, realizada principalmente no plano escrito, com características particulares que modificam cotidianamente a linguagem e possibilitam a comunicação de forma mais rápida, dinâmica e prática.

Deste modo, temos um conflito pedagógico, pois a internet passa a auxiliar em trabalhos e pesquisas, funcionando como um recurso colaborador no ensino e na aprendizagem, bem como um instrumento pedagógico. Por outro lado, modifica a forma de comunicação escrita. Têm-se então, ao mesmo tempo, a internet vista como algo que prejudica a aquisição da norma culta da Língua Portuguesa, devido ao *internetês* que, por vezes, contradiz os pressupostos da língua formal.

O presente trabalho tem por proposta observar o uso da internet pelos jovens, bem como também analisar se o *internetês* interfere na produção textual, visto que na escola, o trabalho com a escrita é bastante intenso e principalmente voltado à aquisição, o uso e a alusão de que a linguagem culta é a “correta”. Para o desenvolvimento deste trabalho houve pesquisa em torno da teoria sociolinguística variacionista, objeto de pesquisa de estudiosos como Labov (2008) e Tarallo (2007). Também há o desenvolvimento de pesquisa qualiquantitativa com estudantes de uma escola pública municipal e estudo de bibliografia relacionada ao tema e assun-

tos propostos neste artigo com a construção do marco teórico baseado em língua, escrita, *internetês* e escola, bem como os resultados, discussão e considerações relativas sobre este trabalho.

Língua, escrita, *internetês* e escola

Escrita: elemento de registro e expressão

Bagno (2011) afirma que a língua é um elemento que apresenta-se sempre dinâmica, enriquecida e renovada. O processo comunicativo pode ocorrer no plano oral ou escrito, sendo este último, criado para facilitar e organizar a vida humana, registrando informações, situações e acontecimentos através dos tempos. De acordo com Marcuschi (2008), a escrita manifesta-se como uma representação gráfica que complementa o ato da fala e possui particularidades em sua produção discursiva resultantes de processos que envolvem grupos sociais, culturais, étnicos e históricos.

Neste aspecto, bem como cita Kaufmann (2011), tais estudos remetem à sociolinguística, área que estuda a atuação e a atitude linguística de seus falantes, tomando o viés sociológico como base para o entendimento das mudanças lexicais. Estudioso da língua, Labov (2008), esclarece que a variação social é o resultado da expressão comunicativa de um falante ou um grupo. De acordo com Soares (2008), Labov dedicou-se a explicar características linguísticas entre os falantes, relacionando o uso da língua ao contexto comunicativo. Sendo assim, Labov (2008) afirma que a pesquisa linguística evoluiu devido aos mais modernos meios de registro da língua, possibilitando assim um melhor entendimento das variações linguísticas. Mediante os avanços tecnológicos e o advento da Internet nos últimos anos, a escrita foi transformada. Murano (2011) afirma que:

Com cada vez mais usuários - o acesso à rede no Brasil aumentou 35% entre 2008 e 2009 - a internet está criando novos hábitos de comunicação entre as pessoas, que acabam se adaptando às facilidades da nova tecnologia. Isso vale tanto para a leitura, em vista da profusão de textos veiculados na rede, quanto para a escrita, principal meio de expressão do internauta.

Ainda de acordo com Murano (2011), o crescimento de redes virtuais comunicacionais deve-se a interatividade entre pessoas com objetivos ou afinidades em comum. Tal processo iniciou-se na década de 90 com a ampliação do acesso ao *e-mail*, e em seguida, a outras formas comunicacionais como *blogs*, que permitiram um maior contato entre os usuários da internet e constituem um novo linguajar, com características particulares e específicas, denominado *internetês*.

O internetês e suas possibilidades de comunicação

A internet permite pesquisas, aprimoramento de conhecimento, informações antigas e atuais, além da interação entre pessoas de forma instantânea por meio das redes sociais, como *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*, tão usadas no cotidiano. De acordo com Komesu e Tenani (2009), esses novos ambientes sociocomunicativos demandam uma linguagem diferenciada, o *internetês* que

é conhecido como forma grafolinguística que se difundiu em textos como *chats*, *blogs* e demais redes sociais. A prática de abreviação, o banimento da acentuação gráfica, o acréscimo ou a repetição de vogais, as modificações do registro gráfico padrão, com troca ou com omissão de letras, são alguns dos traços que podem ser observados na ortografia.

O *internetês* revolucionou a escrita, pois devido à agilidade da vida moderna, as pessoas tentam sintetizar a linguagem. Para Sobreira (2011), o *internetês*

desenvolveu características peculiares, marcadas por reduções de expressões e abreviações de palavras que viabilizam a velocidade na comunicação. Palavras como *você*, *cadê*, *também*, etc, são naturalmente substituídas por abreviaturas funcionais como *vc*, *kd* e *tb*, respectivamente; frases como “Hoje estou muito feliz” apresentam formas cifradas, como “hj tô mt feliz”, sem falar no uso de neologismos, como “twittar” e “facebookar”.

De acordo com Gomes e Correa (2009), os adolescentes são os principais usuários dessa linguagem que exige um novo modo de compreender enunciados. Ramos (2013) listou algumas palavras bastante usadas no *internetês*:

Tabela 01 - Palavras comuns no *internetês*

Abreviação	Significado	Abreviação	Significado	Abreviação	Significado
oxt	oxente	véio, véi	velho	vc razou	você arrasou
nk	nunca	nnte	noite	dnv	de novo
me	eu	fmz	firmeza	aki, aqi	aqui
tô	estou	xau	tchau	ksa	casa
vlw	valeu	kbça	cabeça	abç	abraço
tdb	tudo de bom	ñ, n, naum	não	fla	fala
aff	Ave Maria	hj, oj	hoje	apx	apaixonado
mt	muito	blz, bls	beleza	tb	também
ag	agora	vc, vs	você	eh	é
q	que	axo	acho	kkk, rsrs, shuashua, aoskaosk	risos

Fonte: RAMOS, W. In: FONTENELE, M.(2013).

De acordo com Murano (2011), a escrita tornou-se o principal elemento comunicacional da última década. As redes sociais induzem as pessoas a, inconscientemente, escreverem, sendo assim, é notório que a leitura também torna-se um elemento indispensável na comunicação virtual, visto que a interação, na maioria das vezes, ocorre por meio da escrita. Além de um variado estilo na escrita, a expressão também é demonstrada através de combinações de símbolos e letras, são os chamados *emoticons*:

Tabela 02 – *Emoticons* usados no Facebook

	Sorriso	:-) :) :] =)
	Triste	:(:(:[=(
	Suspiro	:O :O :o :o
	Sorriso aberto	:D :D =D
	Língua	:P :P :p :p =P
	Piscando os olhos	;-) ;)
	Sorriso fofo	:3
	Beijo	:* :*
	Contrariado	>:(>:-(
	Óculos	8-) 8) B-) B)
	Óculos de sol	8- 8 B- B
	Chateado	>:O >:-O >:o >:-o
	Confuso	o.O O.o
	Tubarão	(^^^)
	Pacman	:v
	Vesgo	~_~

Fonte: *Emoticons* para comentários do Facebook (2012 - adaptada).

Como constata-se até então, percebe-se que o crescimento do uso do *internetês* no cotidiano é algo comum, porém há limites para a utilização. Segundo Ramos (2013), o uso da linguagem virtual interfere na profissão e no estudo dos usuários. Isso transparece quando analisa-se a posição de escolas e educadores em relação ao novo estilo de escrita. Como afirmam Cezario e Votre (2008), a sociedade compara as formas linguísticas padrão e não-padrão, dando mais importância à primeira, visto a sua significativa relevância social. Logo, a língua não-padrão por vezes é encarada como uma linguagem inferior. Desta forma, de um lado temos uma comunicação que tem por alicerce o desenvolvimento da língua portuguesa culta, seguidora da boa organização lexical e sintática e que apesar de ser a prestigiada socialmente, é considerada por muitos como “difícil” ou “complicada”, e por outro, uma comunicação rápida, recente e sem regras ortográficas ou sintáticas que a sistematize ou padronize.

O olhar da escola e o *internetês*

Vive-se em uma sociedade em que, como cita Bagno (2011), a língua que obedece às normas impostas pelas gramáticas é a considerada ideal e prestigiada, faz-se necessário quebrar estigmas e notar que as variações da língua são ricas na representação da história de um povo e sua cultura. No que se refere à escola, a linguagem virtual e o uso do *internetês* é frequentemente associado à falta de atenção, ao desinteresse e à rejeição dos estudantes em aprenderem a norma padrão. De acordo com Passarelli (2012), é preciso esclarecer aos estudantes que a escrita é uma prática constante no dia a dia, e como tal, precisa ser desempenhada e encarada como uma forma de melhorar as habilidades discursivas, sendo necessário expor que a escrita escolar, desenvolvida em gêneros textuais de circulação livre, é um elemento importante para que os envolvidos na situação entendam a mensagem transmitida e reflitam se a linguagem está apropriada para a interpretação de quaisquer sujeitos, independentemente da faixa etária, classe ou grupo social.

Assim como afirma Bortoni-Ricardo (2004), a língua depende do contexto ao qual estão inseridos seus usuários. Nesse sentido, um importante ponto de discussão permeia o uso do *internetês* no dia a dia escolar. Este estilo influencia na escrita formal? Sim, e é nessa circunstância que está um desafio: repensar em quais situações o *internetês* é adequado e as em que ocorre o contrário. Sendo assim, depreende-se que o *internetês* é aceito em situações informais, como conversa com amigos e também entende-se que há situações nas quais a linguagem virtual é considerada inviável. Para Ramos (2013), o *internetês* é prejudicial ao desenvolvimento escolar e apresenta muitos desvios da norma-padrão, o que compromete a aprendizagem da linguagem formal, fato com o qual muitos professores concordam. Todavia, o que falta é a compreensão de que a língua é um instrumento que sofre modificações ao longo dos tempos e é adaptada de acordo com a necessidade e gostos de seus falantes, e como afirma Melo *et al.* (2012), a escola também faz parte e interfere neste processo.

Nesse sentido, Dias *et al.* (2012) afirmam que

Se antes um leitor era um sujeito que tinha uma relação solitária com as formas impressas de leitura, hoje, após o advento da internet, a globalização tem desencadeado efeitos múltiplos sobre a circulação, a produção e a recepção de informações, e nos aproximam de uma cultura mundial, globalizada.

Em virtude disto, Caratti (2011) é imprescindível olhar criticamente o contexto e os envolvidos no ato comunicativo, sendo os docentes um elo para apresentar as várias possibilidades comunicativas e esclarecer as adequações necessárias a cada situação social. Faz-se necessário também salientar o real uso e eficiência da língua, e esclarecer que a mesma não se manifesta apenas através da forma padrão, mas também das variações linguísticas de cada grupo social, principalmente àquele intrinsecamente ligado às gírias, aos neologismos, ao uso de letras maiúsculas e minúsculas alternadas e à linguagem que não se preocupa com os desvios das normas gramaticais.

Metodologia

O presente trabalho é um estudo voltado para o caráter qualiquantitativo, permeado por aspectos teóricos e práticos. A partir de uma visão sociolinguística varacionista, a linguagem da internet e a sua influência na escrita de estudantes, tomou-se para objeto de análise deste estudo, um questionário e produções do gênero crônica elaboradas por 20 alunos de uma turma do 8º ano (selecionados aleatoriamente, sendo 10 (dez) indivíduos do sexo feminino e 10 (dez) do sexo masculino) de uma escola pública do município de Bom Jardim, Pernambuco.

O preenchimento dos questionários permitiu traçar um pressuposto de perfil dos estudantes quanto ao uso de recursos tecnológicos e se têm acesso, objetivos destes acessos, frequência de uso e participação em redes sociais. Em seguida, foi trabalhado o gênero textual crônica com leitura, utilização de recurso multimídia e identificação das características do gênero em estudo. Então, foi solicitado que os alunos elaborassem uma crônica, na qual eles deveriam retratar algum fato ou momento significativo de suas vidas. Na proposta textual, os estudantes foram orientados a utilizarem a linguagem que preferissem, tendo assim mais autonomia para

expressão. Logo após, deu-se a apuração das informações com a coleta dos dados que passaram a ser analisados e sistematizados em gráficos que representam os resultados obtidos do estudo.

Resultados

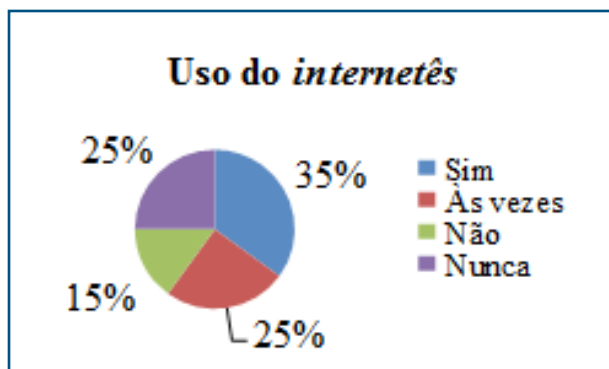


Gráfico 01 - Uso do *internetês*

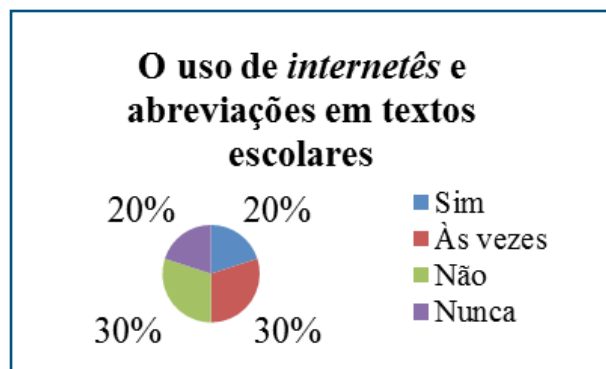


Gráfico 02 - O uso do *internetês* e abreviações em textos escolares

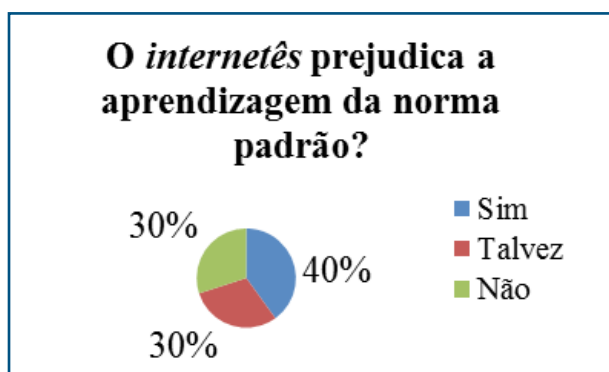


Gráfico 03 - O *internetês* prejudica a aprendizagem da norma padrão da Língua Portuguesa?

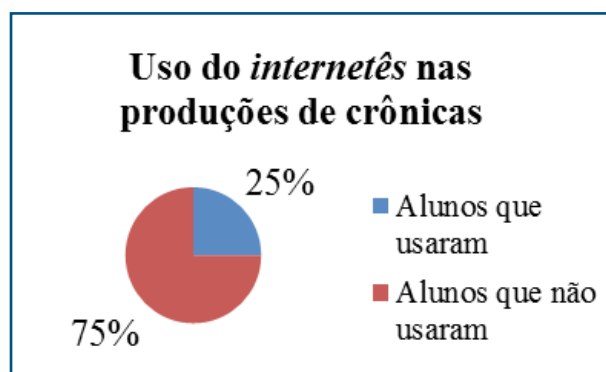


Gráfico 04 - Uso do *internetês* nas produções de crônicas

Discussão

Os questionários respondidos pelos 20 (vinte) estudantes entre 13 (treze) e 15 (quinze) anos apontaram que 17 (dezessete) deles, ou seja, 85% têm acesso à Internet e 3 (três) deles, correspondente a 15%, alegaram não usar acessar a rede. Dos estudantes, 13 (treze) deles, o que equivale a 65%, residem na zona rural, o que

demonstra a quebra de paradigma de que pessoas da zona rural têm menos oportunidades e acesso à internet.

Em relação ao suporte para acesso, dos 17 (dezesete) que fazem uso, 88%, ou seja, 15 (quinze) estudantes afirmam usar a internet pelo aparelho celular, e apenas 2 (dois), equivalente a 12%, usam a internet pelo computador. Esse quadro deve-se ao fato de 90% dos participantes desta pesquisa possuir aparelhos celulares ou *smartphones*. Questionados sobre o motivo para usarem internet, a maioria, correspondente a 53%, 9 (nove) estudantes afirmaram que usam para conversar com amigos, 23%, ou seja, 4 (quatro) para jogar, 2 (dois) para estudar, correspondendo a 12% e outros 2 (dois), também equivalente a 12% usam para pesquisar informações.

Dos 17 (dezesete) estudantes que têm acesso à internet, 94%, ou seja, 16 (dezesesseis) indivíduos possuem redes sociais, variando de uma, sendo o *Facebook* a mais popular, até possuir mais de uma como *Instagram* e *Twitter*. Questionados sobre a linguagem virtual na comunicação, dos 20 (vinte) questionados, 35%, ou seja, 7 (sete) afirmam que usam o *internetês* diariamente, 5 (cinco) (25%) às vezes, 3 (três) (15%) não e 5 (cinco) (25%) nunca. Sobre as palavras mais comuns na linguagem virtual e costumeiramente utilizada pelos jovens, os estudantes citaram: vc, cê, tbm, obg, ã, nd, td, vlw, pq, tlgd, hm, pfv, blz, bjs (você, você, também, obrigado, não, nada, tudo bem, valeu, porque, tá ligado, hum, por favor, beleza, beijos).

Em relação ao uso do *internetês* e abreviações em textos escolares, 20%, equivalente a 4 (quatro) estudantes, dizem que utilizam, 30%, correspondente a 6 (seis) estudantes indicaram que usam às vezes, 30%, referente a 6 (seis) disseram que não, e 4 (quatro), equivalente a 20% alegaram que nunca fizeram uso. Questionados quanto à aprendizagem da norma padrão da Língua Portuguesa, 8 (oito) estudantes (40%) afirmaram que o *internetês* prejudica a aprendizagem e dificultam a escrita da linguagem formal, 6 (seis) (30%) afirmaram que talvez e 6 (seis) (30%) apontaram que não. Em relação, à influência da internet no cotidiano, 9 (nove) (45%) opinaram que facilita situações do dia a dia e traz benefícios, 5 (cinco) (25%) acreditam que às vezes, 5 (cinco) (25%) disseram que não e 1 (um) (5%) afirmou que nunca. Quanto à evolução da rede virtual, 16 (dezesesseis) estudantes, equivalente a 80%, apontam que haverá crescimentos, 3 (três) (15%) acreditam que não e 1 (um) (15%) aponta nunca.

Na análise das crônicas produzidas, foi possível notar que o uso do *internetês* nos textos ocorreu de forma pouco intensa. Apesar de muitos estudantes fazerem uso da internet e 35% dos questionados afirmarem usar o *internetês* diariamente, 25% dos questionados, ou seja, 5 (cinco) estudantes escreveram seus textos incluindo termos comuns na linguagem virtual. As palavras mais recorrentes foram: *msg*, *td*, *oq*, *nóis*, *pq*, *tbm*, *blz* e *tou*, que correspondem na língua culta a: mensagem, tudo, o que, nós, porque, também, beleza e estou. De acordo com a análise das crônicas, percebeu-se que 15%, ou seja, 3 (três) estudantes, utilizaram termos coloquiais em suas produções, como: *tá* e *pra*. Outros 10%, correspondentes a 2 (dois) estudantes, apresentaram desvios de concordância nominal e verbal da linguagem padrão da Língua Portuguesa.

Ainda de acordo com o uso do *internetês*, observou-se que a maior incidência desse tipo de linguagem ocorreu com participantes do sexo feminino, correspondendo a 30%, ou seja, das 10 (dez) estudantes, 3 (três) incluíram a linguagem virtual nas crônicas produzidas. Entre os participantes do sexo masculino, 20%, ou seja, 2 (dois) estudantes, escreveram seus textos com o uso do *internetês*. Diante dos resultados apresentados, nota-se que apesar de muitos estudantes acessarem a internet (85%) e utilizarem o *internetês* constantemente ou às vezes, percebe-se que no presente estudo, nas produções escritas de crônicas, um número 5 estudantes (25%) incluiu a linguagem virtual na escrita de textos escolares.

Considerações finais

A internet está presente em qualquer esfera social. De acordo com os resultados obtidos neste estudo percebe-se que a metodologia adotada para o desenvolvimento do deste trabalho refletiu a realidade tecnológica de 20 (vinte) estudantes de uma escola pública municipal do município de Bom Jardim, Pernambuco.

De acordo com a análise dos dados fornecidos pelos estudantes, ou seja, o preenchimento de questionários sobre o uso da internet e a produção escrita de crônicas foi possível observar como se dá o emprego da linguagem virtual, o *internetês*, na construção textual de adolescentes. Dos 20 (vinte) participantes, 17 (dezessete), o equivalente a 85% fazem uso da internet e 35%, correspondente a 7 estudantes

afirmaram utilizar o *internetês* diariamente e 20%, relativo a 4 estudantes disseram utilizar o *internetês* nos textos escolares. A partir dos dados obtidos com as produções de crônicas, foi notório que 25%, ou seja, 5 estudantes utilizaram alguns termos da linguagem virtual em seus textos. Sendo assim, observa-se que há um número relativamente correspondente aos índices observados na análise dos questionários. Nesse sentido, constata-se que a maioria dos estudantes participantes da pesquisa desenvolvida neste trabalho utilizou em suas produções textuais o emprego da norma padrão da língua portuguesa. Observa-se também que este resultado não foi induzido, pois quando orientados a elaborar seus textos, ficou a critério dos mesmos a escolha da linguagem a ser utilizada.

Sendo assim, nota-se que o *internetês* influencia a escrita escolar. A maioria dos estudantes pesquisados são conscientes disso e acreditam que tal linguagem não deve ser usada na produção textual escolar. Então, faz-se preciso ter senso quanto ao uso e situações em que o *internetês* é aceito e prestigiado por suas características. Faz-se também necessário que os profissionais ligados à educação enxerguem que é preciso refletir sobre o tratamento dado a esta variedade da língua.

Referências

- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 54ª ed. São Paulo: Ed Loyola, 2011. (pp. 23 – 187)
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Ed. Parábola, 2004. (p. 76)
- CARATTI, V. In: MURANO, Edgard. O texto na era digital. Revista Língua Portuguesa, dez. 2011. Disponível em: <<http://revistalingua.com.br/textos/64/artigo249031-1.asp>> Acesso em: novembro de 2015.
- DIAS, A. V. M.; MORAIS, C. G.; PIMENTA, V. R.; SILVA, W. B. *Minicontos multimodais*. In: ROJO, R. H; MOURA, E. *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Ed. Parábola, 2012. (pp. 75 – 94)
- GOMES, A. L.; CORREA, J. *Escrita teclada x escrita padrão na produção textual: a experiência de adolescentes*. Revista Portuguesa de Educação, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpe/v22n1/v22n1a04.pdf>> Acesso em: novembro de 2015. (pp. 71 – 88)
- KAUFMANN, G. *Atitudes na sociolinguística: aspectos teóricos e metodológicos*. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C.; RASO, T. (orgs.) Os contatos linguísticos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.(pp. 121 – 137)

KOMESU, F.; TENANI, L. *Considerações sobre o conceito de “internetês” nos estudos da linguagem*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322009000300010> Acesso em: novembro de 2015.

LABOV, W. *O quadro social da mudança linguística*. In: LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Ed. Parábola, 2008. (pp. 301 – 374).

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 9ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2008. (pp. 19 – 37)

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Parábola Editorial, 2008. (pp. 26 – 281)

MELO, E. S. O.; OLIVEIRA, P. W. M; VALEZI, S. C. L. *Gêneros poéticos em interface com gêneros multimodais*. In: ROJO, R. H; MOURA, E. *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Ed. Parábola, 2012. (pp. 147 – 164)

MURANO, E. O texto na era digital. *Revista Língua Portuguesa*, dez. 2011. Disponível em: <<http://revistalingua.com.br/textos/64/artigo249031-1.asp>> Acesso em: novembro de 2015.

PASSARELLI, L. G. *Ensino e correção na produção de textos escolares*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Telos, 2012. (pp. 21 – 288)

RAMOS, W. In: FONTENELE, M. ‘Uso do internetês pode prejudicar futuro profissional’, diz especialista. G1 Sergipe, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2013/10/uso-do-internetes-pode-prejudicar-futuro-profissional-diz-especialista.html>> Acesso em: novembro de 2015.

SOARES, M. *Alfabetização e letramento*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2008. (pp. 63 – 84)

SOBREIRA, F. A. M. Internetês, a linguagem da web. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2011/03/17/internetes-a-linguagem-da-web/>> Acesso em: novembro de 2015.

Tabela 1 – RAMOS, W. In: FONTENELE, M. ‘Uso do internetês pode prejudicar futuro profissional’, diz especialista. G1 Sergipe, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2013/10/uso-do-internetes-pode-prejudicar-futuro-profissional-diz-especialista.html>> Acesso em: novembro de 2015.

Tabela 2 – *Emoticons para comentários do Facebook*. (2012 - adaptada). Disponível em: <<http://ti-somosnozes.blogspot.com.br/2012/10/emoticons-para-comentarios-do-facebook.html>> Acesso em: novembro de 2015.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 8ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2007. (pp. 5 – 96)

AS VARIEDADES LINGUÍSTICAS EM LIVROS DIDÁTICOS APROVADOS NO PNLD 2015

CÍCERA ALVES AGOSTINHO DE SÁ (UERN)¹

Introdução

O livro didático constitui uma importante ferramenta de trabalho do professor de Língua Portuguesa do ensino médio, ocupando em muitos contextos educacionais o espaço da proposta curricular, já que a sequência pedagógica de abordagem dos conteúdos segue o sumário desse instrumento. Não somos contrários ao uso do livro didático para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem dessa disciplina, no entanto discordamos que o sumário da coleção se transforme no documento que define os conteúdos, e até mesmo a sequência adotada nesse trabalho.

A nossa ressalva se justifica diante do fato de conteúdos importantes e pertinentes às diferentes etapas do ensino médio serem contemplados somente em uma etapa do nível, geralmente no primeiro ano quando os alunos ainda estão se adaptando ao contexto discursivo e cognitivo desse período. Exemplificamos nossa postura considerando o tratamento concedido pelos autores de coleções do Programa Nacional do Livro Didático às variedades linguísticas, que considerando sua complexidade deveriam perpassar os três volumes de cada coleção aprovada pelo Ministério da Educação.

Diante do exposto nos propomos em analisar a frequência e a qualidade da abordagem das variedades linguísticas nas coleções de Língua Portuguesa aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático 2015, visto que as coleções aprovadas nessa edição estão sendo distribuídas aos estudantes das escolas públicas distribu-

1. cicalvesdsa@gmail.com

ídas no território nacional. Essa pesquisa é pertinente porque a oralidade constitui um dos eixos exigidos pelos avaliadores do livro didático, conforme exigido em edital, no entanto a exposição e proposição de atividades se limita ao primeiro ano do ensino médio.

A presença da escrita em materiais didáticos vem sendo contemplada desde o princípio do PNLD, que garante livros para os estudantes do ensino médio. De fato, a abordagem pontual da oralidade está presente nas edições disponibilizadas a partir do início do século XXI, sendo que há espaços para pesquisas e análises que tratem da abordagem pontual das variedades linguísticas nas três etapas que constituem o ensino médio.

Intentamos provocar uma ampla reflexão acerca dessa lacuna no livro didático de Língua Portuguesa para que o professor da disciplina possa inserir em seu planejamento estratégias e atividades que garantam a abordagem sistemática das variedades linguísticas nos três anos que constituem o ensino médio, validando o discurso que confirma a importância do livro didático para o estudante dessa etapa, embora nenhuma coleção atenda a todas as exigências e necessidades da clientela, expressas na proposta curricular de cada unidade escolar.

Os domínios da Sociolinguística

A sociolinguística variacionista, também conhecida como teoria da variação firmou-se na década de 60, liderada pelo linguista William Labov. Podemos defini-la como a área que adota como objeto de estudo a língua em seu uso real, considerando as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Segundo Cesário e Votre (2013), a sociolinguística considera a língua como uma instituição social, que, portanto, deve ser estudada considerando seu contexto situacional, cultural e histórico de seus usuários.

Para os autores, “A sociolinguística parte do princípio de que a variação e a mudança são inerentes às línguas e que, por isso, devem ser sempre levadas em conta na análise linguística.” (CESÁRIO E VOTRE, 2013, p. 141) É pertinente considerarmos que a variação linguística é sistemática, sendo que ela se configura tanto na comunidade de fala, como também nos contextos linguísticos e extralinguísticos. Os con-

textos, sejam eles linguísticos ou extralinguísticos favorecem o inibem a variação, a depender das circunstâncias em que ocorrem.

Assim sendo, a variação advém do caráter adaptativo da língua, constituindo um fenômeno cultural decorrente de fatores linguísticos e extralinguísticos. Nessa perspectiva, os estudos sociolinguistas procuram identificar o grau de estabilidade de um fenômeno que pode estar no início ou consolidando a mudança, tratando dos principais fatores que contribuíram para essa mudança.

É importante considerarmos ainda que segundo Cesário e Votre, 2013, p. 142, a abordagem variacionista “Procura demonstrar como uma variante se implementa na língua ou desaparece”, evidenciando a inexistência de um caos no processo de variação, visto que as variantes são inseridas ou excluídas da língua de forma regular e sistemática.

Os autores justificam a utilização do termo variante para identificar uma forma que está em uso na língua, paralela a outra realização, sem que isso, necessariamente, caracterize mudança em seu sentido básico. Segundo Cesário e Votre, 2013, p. 143, “[...] o conjunto das variantes denomina-se “grupo de fatores” ou “variável linguística””, sendo atribuição do linguista estabelecer as variáveis linguísticas pertinentes à descrição e interpretação do fenômeno em estudo.

Segundo Cesário e Votre, 2013, p. 144, as pesquisas na área da sociolinguística evidenciam que “A diversidade e a variabilidade são características inerentes aos sistemas linguísticos,” assumindo o posto de objeto de estudo da área, contribuindo para o processo de desconstrução da visão equivocada do caos linguístico. Essa fato decorre do uso sistemático de variantes de uma língua, e não de um uso sem critérios, conforme afirmam críticos ou desconhecedores da área.

Os referidos autores estabelecem três tipos básicos de variação e mudança de variação linguística, a saber:

- (a) *variação regional*: associada a distâncias espaciais entre cidades, estados, regiões ou países diferentes; a variável geográfica permite opor, por exemplo, Brasil e Portugal;
- (b) *variação social*: associada a diferenças entre grupos socioeconômicos, compreende variáveis já citadas, como faixa etária, grau de escolaridade, procedência, etc.;

(c) *variação de registro*: tem como variantes o grau de formalidade do contexto interacional ou do meio usado para comunicação, como a própria fala, o e-mail, o jornal, a carta, etc. (CESÁRIO & VOTRE, 2013, p. 144-145)

As variáveis operam de maneira integrada, embora tenham sido apresentadas de maneira isolada, atendendo a um critério adotado pelos autores que servem como base no processo de construção desse referencial teórico. Geralmente, uma variante se apresenta em um contexto de variável geográfica, estando essa relacionada a determinado grupo social, caracterizando também uma variável social. Caso essa variável seja utilizada por grupos sociais socioeconomicamente favorecidos em contextos informais, teremos uma variável de registro.

As variáveis apresentadas e analisadas servem como suporte teórico para as análises, foco do sub tópico 3.2, que apresenta uma amostra das variedades linguísticas presentes no PNLD 2015.

A Sociolinguística e o ensino de Língua Portuguesa

O ensino de Língua Portuguesa prioriza a norma padrão, contribuindo com a exclusão da população socialmente marginalizada. Essa prática resulta na relação de conflito entre a cultura imposta como referencial exclusivo e as experiências vivenciadas.

O conflito entre a língua ensinada na escola e o dialeto social que o estudante domina resulta no preconceito linguístico, visto que as realizações linguísticas por ele utilizadas, principalmente por quem estuda na escola pública, se distanciam do padrão linguístico ensinado pela escola.

A pedagogia da língua materna, segundo Camacho (2012, p. 77) “elege o correto e o incorreto sua dicotomia predileta para discriminar e, ao mesmo tempo, selecionar.” A classificação do dialeto social como incorreto contribui com a exclusão das camadas marginais, visto que sua própria variedade de linguagem é discriminada.

Essa prática contraria os princípios da Linguística, visto que os fatos linguísticos da variedade culta urbana são desconsiderados. As motivações sociais respaldam essa prática, de modo que o tempo pedagógico que seria destinado ao trabalho de reflexão sobre a linguagem é destinado à exposição de regras de exceções gramaticais, complementada pela classificação gramatical.

Segundo Camacho (2012, p. 77-78) “Esse procedimento estigmatiza indelevelmente formas discursivas complexas e eficazes do cotidiano e nada repõe.” O resultado pernicioso dessa prática pedagógica pode ser identificado na postura do estudante ao ser provocado a produzir um texto sobre determinado assunto e ele, diante da imposição questiona o limite mínimo de linhas que deve atingir sua produção para ser considerada como atividade cumprida.

Assim sendo, para Camacho (2012, p. 78), “O problema da relação entre norma padrão e diversidade linguística, aparentemente pedagógico, cruza linhas com a questão social e linguística da adequação de variedades não cultas como sistema de comunicação.” Esse fato ocorre em razão das diferentes posturas adotadas pelo Sociolinguística e o professor de Língua Portuguesa diante das variações linguísticas. Enquanto para o último essas variações constituem desvios da norma padrão, para o primeiro as variedades populares constituem formas variáveis de realização da língua, desprovidas de juízo de valor.

É pertinente que a pedagogia do ensino da Língua Portuguesa cumpra seu papel fundamental, possibilitando a atualização constante da norma padrão. Essa ação se processa quando prescrições de base escrita e literária ultrapassadas são substituídas por normas advindas da variedade culta urbana, conhecida pelos estudantes. A função da referida pedagogia contempla ainda o desenvolvimento do processo de conscientização do estudante face à importância da adequação linguística, visto que os diferentes processos comunicativos comportam diferentes possibilidades de realização da língua.

A Sociolinguística no PNLD do Ensino Médio

O Programa Nacional do Livro Didático passou a ofertar livros de Língua Portuguesa para estudantes da rede pública nacional a partir de 2004. Embora essa oferta venha ocorrendo em um período superior a uma década, a abordagem do tema variações linguísticas ocorre de maneira pontual.

Esse fato corrobora para que a dicotomia discriminatória certo e errado alcance espaço e força nas instituições educacionais brasileiras, onde a norma culta se sobrepõe às demais realizações da Língua Portuguesa. A imposição exclusiva da norma padrão provoca um processo de insegurança linguística, sendo que a ação

pedagógica, revestida de uma violência simbólica, desconhece a legitimidade da variação linguística.

Desse modo, já que o livro didático constitui o principal instrumento de trabalho do professor de Língua Portuguesa do ensino médio, e esse trata das variações linguísticas de maneira pontual, é pertinente que problematizemos as práticas pedagógicas que desconsideram a função primordial da escola que promovam a ampliação do capital cultural do estudante, contribuindo para que o estudante selecione a variedade mais adequada a cada contexto comunicativo.

O PNLD para o Ensino Médio

Em 1929 foi criado o Instituto Nacional do Livro para garantir a distribuição de livros didáticos para alunos que estudam em escolas públicas. Em 1938, os livros didáticos passaram a ser avaliados, pois o governo federal instituiu a primeira Comissão Nacional do Livro Didático.

Essas medidas foram importantes, mas não foram suficientes para garantir que a distribuição do livro didático atendesse a todos os estudantes da escola pública pois, segundo Sá, 2013, p. 97-98 “As décadas seguintes foram marcadas pela instituição de programas que asseguravam uma distribuição irregular e insuficiente de livros didáticos para os estudantes do Ensino Fundamental.” É pertinente considerarmos que a distribuição desse material ocorria de forma aleatória, de forma que geralmente uma quantidade significativa de alunos não recebia livro didático.

Em 1971, com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692 a disciplina Língua Portuguesa, no contexto do Segundo Grau, atual Ensino Médio, foi denominada como Comunicação e Expressão. Nesse período houve um grande investimento do governo federal no controle de produção e distribuição do livro didático para os estudantes da rede pública, pois a ditadura militar havia atingido seu auge e o controle de produção e distribuição do livro didático favorecia as ações controladoras do governo em exercício.

Os modelos estruturalistas, complementados pela exposição irrefletida das normas que constituem a gramática normativa predominaram nos livros didáticos distribuídos no período, sendo que aos alunos eram destinadas atividades que focavam estruturas isoladas, base para a reprodução de modelos pré-determinados.

O professor de Língua Portuguesa da época não tinha liberdade para planejar sua aula, propondo atividades diferenciadas, pois a direção da escola controlava sua atuação pedagógica, que deveria somente garantir a resolução das atividades que o livro didático impunha.

O ano de 2004 foi marcado pela primeira distribuição equitativa de livros didáticos de Língua Portuguesa e Matemática para os estudantes das escolas públicas matriculados em instituições das regiões Norte e Nordeste. A partir de então, a oferta de livro didático para o Ensino Médio vem sendo ampliada, de forma que no Programa Nacional do Livro Didático de 2015 foram ofertados livros didáticos para os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), Artes, Filosofia, Sociologia, História, Geografia, Matemática, Química, Física e Biologia. Dos componentes curriculares instituídos como obrigatórios, somente Educação Física ainda não foi contemplada pelo PNLD.

Considerando a abordagem dos objetos de aprendizagem Sá (2015) aponta que:

Os critérios e princípios divulgados nos guias de avaliação dos livros didáticos da referida disciplina orientam que o tratamento da língua deve seguir as concepções sociointeracionistas, que contemplem as novas proposições para o ensino da Língua Portuguesa. Segundo Witzel (2002), englobam o discurso, a língua oral, as variações linguísticas, a textualidade, as formas diferentes de sistematizar as diversas gramáticas do componente curricular, dentre outros. (SÁ, 2015, p. 100)

Observamos a presença explícita das variações linguísticas na nova proposição de conteúdos que o ensino de Língua Portuguesa deve contemplar no Ensino Médio. Essa indicação evidencia que nessa etapa o ensino desse componente curricular não poderá resumir-se à abordagem da norma padrão, já que ela constitui apenas uma variável da língua. A língua oral, até então desconsiderada pela escola, fundamentada nos princípios estruturalistas também foi indicada, provocando uma mudança substancial nos objetos de ensino que o professor da etapa deve contemplar no ensino da língua.

Como o livro didático constitui a principal ferramenta de trabalho do professor do Ensino Médio das escolas públicas e esse instrumento se adequou apenas

parcialmente a essa orientação, observamos que a abordagem da oralidade como eixo linguístico, no qual estão inseridas as variações linguísticas ainda é pontual, embora o PNLD apresente a abordagem sistemática desse eixo como obrigatória para aprovação da coleção de Língua Portuguesa nesse Programa.

As Variedades Linguísticas no PNLD 2015: um estudo de caso

A ampliação do foco de abordagem da Língua Portuguesa no Ensino Médio está baseada na orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) que consideram a língua materna como base para todos os saberes. Nessa perspectiva, a linguagem deve ser agora trabalhada em sua manifestação oral, escrita e multimodal, caracterizando uma ampliação substancial dos objetos de conhecimentos situados no âmbito da disciplina.

O Guia de Livros Didáticos de 2015, produzido e divulgado pelo Ministério da educação estabeleceu os seguintes critérios como obrigatórios no processo de avaliação e aprovação das coleções de Língua Portuguesa que foram distribuídas a partir de 2015:

- ampliar e aprofundar a convivência do aluno com a diversidade e a complexidade da LP em diferentes esferas de uso, propiciando-lhe um acesso qualificado à cultura escrita disponível para jovens e adultos;
- desenvolver sua proficiência, seja em usos públicos da oralidade, seja em leitura, em literatura e em produção de gêneros textuais relevantes para a formação escolar, para o ingresso no mundo do trabalho e para o pleno exercício da cidadania;
- propiciar-lhe tanto uma reflexão sistemática quanto a construção progressiva de conhecimentos, não só sobre a LP, mas também sobre linguagens, códigos e suas tecnologias;
- aumentar sua autonomia relativa nos estudos, favorecendo, assim, o desempenho escolar e o acesso aos estudos de nível superior. (BRASIL, 2014, p. 09)

O uso da linguagem em diferentes esferas constitui o foco do primeiro ponto, sendo que essa deve ser trabalhada na perspectiva de garantir que o estudante se aproprie da escrita. Já o segundo ponto informado está diretamente relacionado ao nosso objeto de estudo, em razão desse tratar do trabalho que a escola deve realizar para que o estudante desenvolva a oralidade, possibilitando-lhe comunicar-se adequadamente em diferentes contextos.

Nessa perspectiva ressaltamos a importância de o professor contemplar as diferentes possibilidades de realização da língua, relacionando-as aos fatores sociais para que o estudante compreenda que o certo e o errado constitui um par dicotômico que não se aplica à classificação das realizações linguísticas, uma vez que o uso da linguagem deve processar-se como as exigências do contexto.

É ainda atribuído ao domínio da Língua Portuguesa a possibilidade de o estudante dominar os objetos de estudo abordados pelos demais componentes curriculares da área Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, visto que no contexto atual a abordagem deve ocorrer na perspectiva interdisciplinar, reduzindo os limites entre as disciplinas nas quais os conteúdos foram organizados antes do advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, que estabelece a interdisciplinaridade como uma das principais diretrizes que devem ser consideradas no trabalho com os conteúdos.

O desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa em consonância com as novas orientações educacionais também sugere que esse trabalho contribui para a ampliação da autonomia do estudante, favorecendo a conquista de resultados significativos em sua trajetória escolar, o que possibilita seu acesso ao ensino superior.

O Guia do Livro Didático 2015 estabeleceu os eixos linguísticos a serem contemplados nas coleções de Língua Portuguesa, a saber: leitura, oralidade, produção e análise linguística. Embora cada um desses eixos tenha uma importância relevante no processo ensino-aprendizagem da disciplina, trataremos especificamente da oralidade, que constitui nosso objeto de estudo. As diretrizes a serem contempladas no trabalho com a oralidade estão apresentadas a seguir:

- favorecer a reflexão sobre as diferenças e semelhanças que se estabelecem entre as modalidades oral e escrita, combatendo os preconceitos associados às variedades orais;
- explorar gêneros orais adequados a situações comunicativas diversificadas, particularmente os mais relevantes seja para a expressão pública de opinião, seja para o desenvolvimento da autonomia relativa nos estudos (entrevista, jornal falado, debate regrado, apresentação de trabalho, seminário, exposição oral etc.);
- desenvolver a capacidade de escuta atenta e compreensiva do aluno;
- orientar a construção do plano textual dos gêneros orais (critérios de seleção e hierarquização de informações, padrões de organização geral, recursos de coesão). (BRASIL, 2014, p. 91)

As convergências e distanciamentos entre as modalidades oral e escrita da Língua Portuguesa devem ser contempladas na abordagem desse eixo, visto que as variedades orais devem tornar-se objeto de estudo para que o aluno compreenda a existência das variedades geográficas, sociais e de registro, na perspectiva de eliminar o preconceito linguístico criticado com bastante ênfase, no entanto presente em contextos escolares com frequência.

O trabalho com os gêneros orais adequados a diferentes situações comunicativas estão também contemplados nesse eixo, sendo que o docente deve explorar as possibilidades de realização da língua associada aos gêneros orais, evitando limitar-se à abordagem estrutural, tão recorrente no contexto escolar.

A escuta compreensiva do aluno está também contemplada nesse eixo, constituindo um elemento inovador dessa propositura, já que as aulas de Língua Portuguesa denominadas Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692/1971 como sendo de Comunicação e Expressão eram aulas em que o estudante não podia se expressar, podado pelo contexto político do período em que prevalecia a Ditadura Militar, onde a liberdade de expressão popular era censurada.

A produção de gêneros orais também está contemplada pelo eixo oralidade, constituindo outro diferencial no processo ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa que até então priorizava, ou deveria priorizar em sua abordagem a norma padrão.

Conforme o parecer geral da avaliação das dez coleções aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático 2015, em cinco coleções o eixo oralidade atende às exigências detalhadas, pois sugere a realização e o monitoramento de atividades com base em gêneros orais que contemplam seminários, encenações, apresentações, declamações, dentre outros. Essas coleções contemplam ainda gêneros orais concernentes a contextos orais formais, a exemplo do debate regrado, da mesa redonda, do júri e da entrevista. As diferenças entre a oralidade e a escrita também são contempladas pelo grupo constituído por cinco coleções.

No entanto, do grupo de coleções aprovadas no PNLD 2015 há cinco coleções que exploram a oralidade apenas nas práticas de leitura, de forma que as demais possibilidades são ignoradas. Outro fator preocupante é que o tratamento da oralidade acontece como se tratasse de uma habilidade já consolidada, quando de fato muitos estudantes nem foram orientados a compreender as diferenças entre a oralidade e a escrita.

O eixo oralidade está presente nas dez coleções no Programa Nacional do Livro Didático 2015, de forma que em 50% desse total a abordagem acontece conforme as orientações do Guia do Livro Didático 2014, enquanto nas demais a abordagem é fragmentada, tratando a oralidade como uma habilidade consolidada pelo estudante. Esse fator é preocupante, visto que os estudantes da etapa ainda não compreendem que as diferenças entre a oralidade e a escrita constituem possibilidades de realização da língua, sem que isso constitua erros.

Conclusão

A importância do trabalho sistemático com as variações linguísticas em aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio é indiscutível. Em razão de o livro didático constituir a principal ferramenta de trabalho do professor da disciplina nessa etapa e o eixo de oralidade está contemplado a contento, conforme as exigências constantes no Guia do Livro Didático 2014, apenas em metade das coleções disponibilizadas pelo Ministério da Educação, evidenciamos a importância de o professor da disciplina complementar o trabalho quando seu material de trabalho trata do eixo apenas no plano da leitura.

No entanto, essa tomada de decisão somente será possível quando o professor compreender que a dicotomia certo e errado não se aplica à classificação das realizações linguísticas, devendo substituí-la pelo par opositor adequado e inadequado. A mudança de postura desse profissional está além da mudança substancial do livro didático, visto que o professor que já consolidou essa compreensão insere em seu planejamento as atividades que contemplam o que falta nesse instrumento.

Portanto, é pertinente que os materiais didáticos aprovados e adquiridos com recursos oriundos dos impostos públicos pagos pela população apresentem uma sintonia maior com as teorias linguísticas, no entanto pouco adiantará se o docente não tiver uma formação consistente que possibilite o uso adequado desse material. Diante desse fato, é oportuno que o processo de formação continuada em serviço dos professores do Ensino Médio contemple os referenciais linguísticos que colaboram para que o professor de Língua Portuguesa explore as variedades linguísticas em suas diferentes formas de realização, garantindo que a norma padrão seja uma variante também trabalhada pela escola.

Referências

- BRASIL. *Guia de livros didáticos: PNLD 2015. Língua portuguesa. Ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2014.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692/71*. Brasília: Ministério da Educação, 1971.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96*. Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- CAMACHO, R. G. Sociolinguística. In: MUSSALIN, F; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2012.
- CESÁRIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.
- SÁ, C. A. A. *A língua portuguesa no ensino médio: dos documentos oficiais à prática escolar*. Dissertação de Mestrado: Rio Grande do Norte, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2015.

BREVE REFLEXÃO SOBRE DESAFIOS LINGÜÍSTICOS E SOCIAIS PARA A RELAÇÃO VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

MARIA EDUARDA DOS SANTOS CHAIBE (UFOPA)
EDIENE PENA FERREIRA (UFOPA)

Considerações iniciais

Com os estudos linguísticos voltados para a heterogeneidade linguística, a gramática, bem como a noção de norma tem recebido maior atenção dos linguistas que rediscutem seus conceitos. Por isso, pesquisar a variação linguística implica também discutir sobre gramática e norma, já que a linguística, ao mesmo tempo em que apresenta críticas à tradição gramatical, tem esta como parâmetro de suas análises, ou seja, parte das noções da gramática tradicional para desenvolver suas teorias¹, o que permite questionar os novos direcionamentos para o ensino de Língua Portuguesa. As concepções que se desenvolveram em torno dos estudos da heterogeneidade linguística, como as diferentes noções de gramática e norma, influenciam as atuais formas de se pensar o ensino de língua. Nesse sentido, faremos aqui uma discussão sobre essas relações.

Observamos nas pesquisas de especialistas que a Linguística, apesar de ser uma ciência nova, que apresenta ainda mais recentes vertentes sobre o estudo da linguagem, influencia o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa desde a década de 1960, quando esta ciência foi introduzida no curso de Letras, sendo as primeiras reflexões para o ensino contidas no ensaio “Erros de escolares como sintomas de Tendências do Português no Rio de Janeiro”, de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (ILARI, 2009).

1. Vemos em Borges Neto (2010; 2013) essa reflexão quanto à semelhança e complementariedade entre a teoria da gramática tradicional e a teoria da Linguística.

Antes desse período, o ensino de Língua Portuguesa estava restrito ao conhecimento de normas estabelecidas na Gramática Tradicional que, a princípio, surgiu com o objetivo de preservar a língua de um povo, como podemos constatar em Geraldi (2010), Neves (2014), que contam a necessidade que tiveram os gregos em registrar sua língua, pois temiam ter sua cultura eliminada pelos bárbaros. Mas, ao se transpor para o ensino, a gramática, na concepção de conjunto de normas para falar e escrever bem (conforme tratam estudiosos como Antunes (2007), Neves (2014), Franchi (2006)), tem-se um ensino equivocado da língua, por se apresentar uma concepção antiga que permanece até os dias atuais, com repetição de um modelo que pouco ou nada reflete sobre o funcionamento da linguagem.

Ocorreu que, até o século XIX, o ensino de língua, bem como todo o cenário educacional, estava restrito à elite do país, e caracterizava-se por apresentar a transmissão de um conjunto de normas memorizáveis já que os alunos detinham boa parte deste conhecimento, bem como se aproximavam da “língua” de seus professores. (MATTOS E SILVA, 2013²).

Desse modo, o ensino de língua portuguesa era o ensino de Gramática como um conjunto de receitas para falar e escrever corretamente. Ilari (2009) afirma que consistia em ler um conjunto de regras acompanhadas de suas exceções, totalmente descontextualizadas, estudo de acentuação gráfica e grafia, análise sintática com base em sentenças descontextualizadas, ou seja, a escola objetivava apenas definir uma pronúncia padrão a partir do pressuposto de que a língua de um país tem que ser uniforme, que o uso linguístico deve ser determinado por superiores e que os especialistas decidem o que é nobre e o que é vulgar, o que é certo e o que é errado.

Entretanto, com mudanças nas políticas educacionais ocorreu o acesso cada vez maior das classes médias e baixas à escolarização, maior acesso das populações à escola, o que Mattos e Silva identifica como “falsa democratização”:

A explosão de matrícula, já referida, da década de setenta deste século foi concomitante à degradação qualitativa do ensino, já que a “falsa democratização” preocupou-se apenas com o aspecto quantitativo, com

2. Sobre o passado e o presente da realidade das escolas brasileiras e o crescimento do acesso das largas camadas da população à escola, a autora cita Geraldi (1991).

os percentuais necessários a preenchimento de tabelas de relatórios demográficos. (MATTOS E SILVA, 2013, p.33-34).

Tanto a presença mais intensa de alunos provenientes da classe popular no ensino básico, quanto à dificuldade de inserção no ensino das teorias linguísticas são, segundo Ilari (2009), processos que permanecem até os nossos dias, já que a tradição gramatical ainda apresenta uma forte influência no ensino.

A Linguística brasileira a partir dos anos 1960 apresenta entre seus pressupostos que nenhuma variedade da língua é intrinsecamente errada e considera todas as variedades legítimas, contrariando o que defendiam os normativistas. Desde então, a realidade linguística brasileira passa a ser descrita e documentada seja em projetos de coletas de dados (como no Projeto de Estudo da Norma Culta Urbana – Nurc) ou em atlas linguísticos regionais, pesquisas que confirmaram que o português brasileiro não coincidia com o que prescreve a Gramática tradicional que predominava até o surgimento da Linguística.

Assim, as leis que orientam o ensino de Língua Portuguesa realizaram diversas tentativas de aperfeiçoamento do ensino dentre elas, a principal se observou nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que instituiu um ensino pautado nas peculiaridades de cada região e classe social, o que já referenciava a variação linguística. Também na década de 1990 surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais que visam reforçar a importância de um ensino que considere a variação linguística, orientações pautadas nos pressupostos das teorias linguísticas.

Porém, apesar das tentativas de reforma por um ensino de língua mais eficiente, além do peso da tradição gramatical, a mídia e os materiais didáticos divulgam reflexões equivocadas em relação à Linguística, e os professores ficam sem saber que caminho seguir, apesar de terem assimilado os postulados teóricos que indicam que ensinar língua não se restringe à memorização de um conjunto de regras ou ao estudo de sentenças descontextualizadas.

Com o desenvolvimento da Linguística, a variação e a mudança passam a constituir o foco dos estudos da vertente Sociolinguística - e mais recentemente do Sociofuncionalismo -, assim, a Linguística tem trabalhado no sentido de difundir a valorização dos usos reais da língua a fim de superar o preconceito linguístico que parte principalmente da mídia. Por isso, parece haver dois consensos divulgados na

ciência da linguagem: que não se pode pensar a língua sem pensar a variação e que ensinar língua implica respeitar todas as variedades dos falantes, o que implica a reorganização dos modelos teóricos educacionais³.

Ao reconhecer que pensar língua é pensar em variação, é coerente compreender o que é o padrão resultado desta variação já que a necessidade de se determiná-lo surge por se reconhecer que a língua apresenta uma extensa heterogeneidade. A variação é o fenômeno que impulsionou o aparecimento de gramáticas. É o que confirmamos em Poll (2008) que acrescenta:

No cerne da tradição gramatical, bastante criticada na contemporaneidade e que teve seu início com os estudos alexandrinos com vistas à normatização da língua, residem conceitos que hoje dão o tom de estudos linguísticos que visam a demonstrar justamente a riqueza da variação linguística. Em outras palavras, o que impulsionou o aparecimento da gramática – a variação da língua – hoje fundamenta a desmitificação da mesma. Se há dois milênios a variação linguística deu motivo para a padronização da língua, hoje os estudos variacionistas fazem o caminho inverso, no sentido de valorizar e de reconhecer as variantes que não são consideradas as formas padrão da língua. (POLL, 2008, p. 44).

Entretanto ainda é bastante evidente a ideia de que há um padrão como referência a partir do qual podemos verificar a variação, o que reforça a tensão e falta de compreensão em torno das teorias linguísticas sobre a variação.

Nesse sentido, verificamos um esforço na Linguística em reorganizar conceitos para se pensar o ensino de língua. Mas, parece ainda não haver definições bem estabelecidas quanto à relação entre os conceitos de variação, gramática e norma, fato observável não só no meio escolar e social, mas entre os próprios linguistas que buscam esclarecer os conceitos por meio de diferentes terminologias.

3. Trata-se de uma discussão proferida em palestra pelo Prof. Dr. Luiz Percival Leme Britto no Seminário Regional de Geossociolinguística, realizada no dia 30 de outubro de 2015 na Universidade Federal do Pará, em Belém-Pará.

Revisando conceitos: gramática e norma

Examinamos, então, alguns linguistas que nos apresentam a discussão sobre os conceitos de norma e gramática, para se pensar a reorganização das práticas pedagógicas: Lyons (1987), Britto (1997; 2003), Franchi (2006), Lucchesi (1988; 2006), Bagno (2007), Faraco (2008), Castilho (2010), Neves (2014).

Os linguistas explicitam que é preciso esclarecer a compreensão das concepções de gramática para desfazer a restrita ideia de que gramática é sinônimo de metalinguagem, ou um conjunto de normas que devem ser seguidas pelos usuários da língua para falar e escrever bem. Esta é uma concepção que apresenta raízes antigas, como já mencionamos, mas presente ainda hoje em muitas aulas de língua portuguesa. A gramática como disciplina surgiu na época helenística com o objetivo de defender a cultura grega dos povos bárbaros. Segundo Neves (2014), a gramática no Ocidente surgiu sob ameaça dos bárbaros e, por isso, viu-se a necessidade de registrar e assim proteger uma língua considerada pura e excelente em contraste com os usos dos falantes “bárbaros”, não era a intenção, portanto, formar falantes cultos.

Entretanto, essa gramática, conhecida como tradicional, passou a servir como imposição de padrões da língua, por isso constatamos a existência de inúmeros manuais que veiculam tais padrões e divulgam a língua como um conjunto de regras que devem ser seguidas. Nesta primeira concepção, saber gramática é dominar os usos da língua, é saber falar e escrever português.

Com o avanço dos estudos linguísticos a partir da final do século XX, a concepção de língua como produto e processo da interação humana, assim constituída por um conjunto de regras variáveis, traz a importância de se alterar os conceitos acerca da gramática. Franchi (2006) diz que é preciso distinguir a “gramática” da “gramática interna”, compreendendo por gramática interna um conjunto de princípios que permitem o funcionamento da língua, como regras que se constroem na atividade linguística, e assim compreender que língua é gramática, e que não há discurso sem gramática. A existência de gramáticas deve ser, portanto, compreendida como estudos que buscam descrever os elementos da língua e as restrições para o funcionamento linguístico.

Além de compreender a gramática como o funcionamento da própria língua, há ainda que se compreender as concepções de norma. Lyons (1987) discute que a questão de normatizar/padronizar já existe desde os tempos helenísticos, e diz que o processo não é resultado de uma política proposital, mas como no caso do inglês-padrão, pela importância política e cultural de Londres, e no caso do francês-padrão como consequência da dominância de Paris. Estes casos, segundo o pesquisador, ilustram que o padrão baseia-se na fala das classes mais altas da corte. As academias literárias francesas já no período pós-renascentista tinham a incumbência “de padronizar a língua literária nacional pela compilação das gramáticas autorizadas e de dicionários.” (p. 253). Coseriu (1979), conforme citado por Duarte (2001), na tentativa de melhor desenvolver o modelo Saussuriano e assim contribuir para uma melhor compreensão sobre a natureza da língua propõe a distinção tripartite (língua, norma e fala) e insere nos estudos linguísticos o conceito de *norma* como formas que usadas constantemente pelos falantes mais escolarizados se estabelecem como regulares, normais.

Entretanto, o termo *norma* ainda é usado de forma ambígua tanto pelos linguistas quanto pelo meio escolar e social. Lucchesi (1988) trata da distinção entre *norma culta* e *norma padrão*. Segundo este pesquisador, os termos não devem ser apresentados como equivalentes, pois *norma culta* refere-se aos modelos comuns da fala das pessoas com maior acesso à cultura sistematizada e difundida pelo sistema de educação formal, enquanto *norma padrão* refere-se aos modelos prescritos pelas gramáticas normativas.

A partir da década de 1960, já aparecem, com a inserção da Linguística nos cursos de letras, o conflito entre os objetivos de ensino e as prescrições das gramáticas, quando os estudos deixam mais evidentes as diferenças entre o normal e o normativo.

Em Castilho (2010) observamos a definição de norma na distinção entre *norma objetiva* e *norma subjetiva*. A *norma objetiva* é o padrão real praticado pela classe socialmente prestigiada - historicamente identificada em geral pelo fator econômico -, que apresenta uma variedade de normas, seja pela espontaneidade ou formalidade, pela faixa etária, pela temática ou pelo canal. Já a *norma subjetiva* é a norma idealizada pelos falantes, consiste em juízos de valor emitidos a respeito de uma norma objetiva. E, ainda, Castilho destaca que a associação entre a *norma objetiva*

e a *norma subjetiva* configura a *norma pedagógica*, que se ocupa do ensino formal da língua portuguesa. Trata-se da associação entre o realismo ainda mal compreendido e os anseios da classe escolarizada sobre a adequação linguística.

Faraco (2008) segue a mesma distinção de Lucchesi (1988) e defende que há uma *norma culta*, que se trata da variedade efetivamente realizada pelos falantes mais escolarizados, conceito adotado pelo projeto NURC, e uma *norma padrão*, modelo de língua ideal estabelecida por uma tradição conservadora. Entretanto, o termo *culta*, conforme discute o pesquisador, pode sugerir que há normas “incultas”, normas faladas por pessoas desprovidas de cultura, trata-se de um termo que ainda não é bem discernido.

Britto (2003) adota o termo *norma canônica* para definir as formas idealizadas dos usos linguísticos em oposição às formas linguísticas realizadas na prática social e registra os diversos termos utilizados nos trabalhos linguísticos para representar a *norma canônica*, tais como *língua oficial*, *língua formal*, *língua padrão*, *norma culta*, *norma gramatical*, *norma culta*, *norma padrão*, *dialeto culto*, *dialeto padrão*. E também define os usos do segmento social mais urbano e escolarizado de *norma culta*.

Outro teórico que propõe tal distinção é Bagno (2007) que denomina de *variedade prestigiada* para o que Faraco, Britto e Lucchesi chamam de *norma culta*, e de *variedade estigmatizada* para os usos da população menos favorecida de educação formal e de direitos sociais, além de considerar o termo *norma padrão* para o modelo idealizado encontrado nas gramáticas tradicionais.

Lucchesi, Bagno, Britto e Faraco fazem parte do grupo de linguistas que propõem denunciar o preconceito linguístico, reafirmar como legítimas todas as variedades da língua e revisar o conceito de norma no ensino de língua portuguesa.

Entretanto, entre as próprias pesquisas linguísticas é possível encontrarmos tais termos usados de forma ambígua, assim como a Linguística evidencia essa ambiguidade em materiais didáticos, o que dificulta um ensino de língua efetivo, conforme orientam os pesquisadores da ciência da linguagem, sobre isso vale citarmos o comentário de Ziles na apresentação de Faraco (2008):

Enfrentar nossa esquizofrenia linguística passa necessariamente pela compreensão de que a norma linguística modelar, imposta no século XIX, recebe múltiplas denominações [...]. Tantos nomes – e tantas representações – já mostram que o que está em pauta é, de fato, muito

mal compreendido e avaliado em nossa sociedade. Essa incompreensão pode ter e tem tido sérias implicações negativas nas trajetórias profissionais dos brasileiros e tem pesado como um grave problema na vida escolar de muitos de nossos estudantes. (p. 15-16).

Bortoni-Ricardo (2004), ao abordar a descrição do português brasileiro, resalta que, apesar de também usar as terminologias que considera tradicionais, defende o estudo da língua em contínuos, visto que as distinções, por meio de termo como *padrão, culto, não padrão*, mantêm o preconceito linguístico e dá a impressão de que há fronteiras rígidas entre os usos. Os contínuos propostos pela pesquisadora são: contínuo de urbanização, em que, em um dos polos, estão as variedades rurais mais isoladas e em outro polo estão as variedades urbanas que mais recebem influência dos processos de padronização da língua, assim o falante pode estar mais próximo do polo rural ou urbano dependendo da região onde ele nasceu e do lugar onde vive e podem ter traços descontínuos ou graduais; O contínuo da oralidade-letramento, que consiste em apresentar em um polo maior influência direta da língua escrita e em outro menor influência desta, de modo que podem ocorrer eventos de letramento permeados por minieventos de oralidades, ou em eventos de oralidades ocorrer influências de eventos de letramento; e o contínuo de monitoração estilística que situa variedades desde as manifestações mais espontâneas às mais monitoradas, com alternância nos estilos conforme o ambiente, o interlocutor e o tópico da conversa.

Diante do exposto, o problema em torno da compreensão do objeto de ensino de língua, não é apenas linguístico, mas principalmente social.

A variação linguística em meio à normatividade social e às relações de poder

É, então, conveniente apresentar nesta discussão, que, diante da heterogeneidade e de diferentes normas linguísticas, que se articula a normatividade para atender às exigências de uma sociedade estratificada em classes. Conforme observamos em Mattos e Silva (2013), a defesa de um padrão em todas as ações individuais e sociais é coerente com o projeto político e social de manter determinada classe social no poder. Britto, (2003) nesse sentido, confirma que por haver uma visão de

mundo autoritária, é difícil aceitar a variação, a diversidade, como exemplifica com os casos relacionados à opção sexual e ao credo religioso, pois todos os campos sociais são marcados pela regra e autoridade.

E mais, com a emergência de uma sociedade mais tecnológica em que a configuração social se pauta num modelo digital, a educação contemporânea tem como foco diversos estudos que visam a uma inovação e adaptação às novas demandas. Nesse sentido, se pensa num indivíduo mais flexível, mais ágil, mais produtivo e, assim, mais prático, capaz de corresponder ao acelerado progresso em que se vive. Por isso, a educação busca responder a uma demanda de ordem prática que é exigida pela sociedade, esta que determina qual a educação necessária ao trabalhador de modo que a diferença de classes permaneça e a classe mais favorecida continue no poder. O sistema parece, então, não ser preparado para superar as disputas de classes, as formas de produzir e aprender que são determinadas historicamente, e o que se tem é um modelo de política educacional que busca estar em conformidade com o capitalismo.

É o que podemos verificar na discussão de Kuenzer (2003) que destaca que as políticas públicas propõem como tarefa à escola a capacidade de realizar atividades práticas, sem destacar a relevância dos conhecimentos teórico-científicos. Ao se propor um modelo em conformidade com o capitalismo, a educação com essência prática mantém as relações de dominação social, torna o indivíduo alienado, já que há ênfase ao pragmático em detrimento da teoria, enquanto que as reais demandas trabalhistas exigem um conhecimento prático com maior aporte de conhecimentos científicos, de conhecimento que transcendem o concreto, uma maior necessidade de articulação entre o agir teoricamente e o pensar praticamente, como dito pela pesquisadora.

Motta (2006) reconhece e discute a partir do conceito de “sociedade do conhecimento”, das contradições entre os progressos científicos e tecnológicos diante das desigualdades sociais, o sistema educacional sendo conduzido na perspectiva do mercado, em que o progresso exige um novo tipo de trabalhador e o investimento no capital humano. A autora discute, considerando Gramsci, que o sistema educacional é um “aparelho privado de hegemonia” e assim reproduz as contradições e os abismos entre o progresso e as desigualdades, sustentando a luta pelo poder, que permanece nas mãos de poucos.

Nesse sentido, podemos pensar nos estudos em torno do ensino de língua, pois as formas de produção, de conhecimento são determinadas historicamente assim como a educação. Ao longo da história, sabemos que os diversos estudos defendiam a língua como um fato homogêneo, característica principal da tradição gramatical, que perdura até os dias atuais. Neves (2014), conforme já destacamos, afirma que a concepção de gramática é herdada dos gregos na tentativa de preservar sua cultura e a língua de desaparecimento ou declínio. Com uma tradição gramatical disseminada por muitos anos, tomada como instrumento de poder, de dominação, esta concepção equivocada de gramática foi se consolidando e impondo a crença de que todos os falantes só sabem ler e escrever se dominarem a gramática, no sentido tradicional do termo conforme explicitamos.

Foi atribuído aos compêndios da gramática um papel de instrumento controlador da língua, a qual caberia conduzir o comportamento verbal dos usuários, pela imposição de modelos ou de padrões. Essa visão de gramática se consolidou tão fortemente que chegou a abafar qualquer outra concepção menos diretiva, como aquela da gramática internalizada por todos os falantes. (ANTUNES, 2007, p. 36).

Em Geraldi (2010), podemos, também, observar a discussão em torno da relação língua e poder, em que o autor destaca a necessidade de sempre haver ordem na língua, já que a determinação de regras vai garantir não somente a preservação da língua, mas a manutenção do poder por parte da elite que detém o modo correto de dizer a língua, a normatividade social, o que é colocado em risco diante da valorização da variação. É a partir de tal relação que, segundo Geraldi, se propagam as noções de *erro* e *acerto*, assim, o que foge da ordem, dos modos de dizer pelo segmento que representa a cultura letrada é tido como erro, buscando no modo de dizer do outro, tido como inculto, a correção.

Bourdieu (2008) utiliza-se da expressão *capital linguístico* para se referir às características do capitalismo compatíveis com a necessidade de uma norma-padrão como única, homogênea, legítima e oficial, o que aumenta o poder do Estado e as relações de dominação social e, ainda, reduz as formas de usos variáveis a expressões idiomáticas vulgares, usos populares, que sofrem uma sistemática desvalorização.

Diante das críticas atuais em torno do ensino que ainda se pauta na tradição gramatical, muito se tem discutido sobre a norma-padrão ser uma forma idealizada e que o ensino precisa ser repensado tomando a língua em suas reais condições de uso, em suas diversas variações, situando que há uma norma mais valorizada que precisa ser conhecida, mas que a língua não se restringe a esta norma. Entretanto, esta concepção não tem sido de fácil compreensão.

Parece haver um mascaramento ao se tentar “renovar” o ensino quando se empregam usos da língua tidos como forma não privilegiada da língua devendo ser substituída pela norma-padrão ou quando se discute a variação apenas como fenômeno que ocorre em usos desprestigiados, sobre isso, o projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC)⁴ a partir de pesquisas nas regiões brasileiras que com o objetivo de descrever os usos orais cultos brasileiros constatou variação nas normas cultas brasileiras.

Mas o discurso de se reconhecer a variação linguística ao lado da divulgação normativa e das relações de poder que caracterizam nossa sociedade que, assim, corrobora a “eleição” de um padrão, é constante, como bem destaca Mattos e Silva (2013): “Paradoxo que é constante nas línguas de grande difusão, como é o caso do português, mas que exige em qualquer língua histórica: a necessidade social de unificação, padronização, em face da realidade heterogênea.” (p. 11).

Dessa forma, reconhecer a heterogeneidade linguística é também reconhecer que, em sociedades complexas, há normatividade, pois, como ainda diz a pesquisadora, a escola é ideológica e politicamente orientada e como há que se escolher uma entre várias ideologias:

Resta a questão linguística que, a meu ver, J.-Cl. Corbeil soube colocar: o paradoxo criado pela variação/unificação se resolve melhor na prática dos falantes que do discurso dos especialistas. Não explicita, porque não é sua preocupação, que o que dirigirá essa prática dos falantes terá,

4. Um dos grandes projetos brasileiros que busca descrever a norma objetiva, conforme denomina Castilho (2010) voltado para a língua falada culta. Este projeto que busca documentar, descrever e historiar a variedade brasileira do português, assim como outros do grande *corpora* da língua, e restringiu seu corpo de informantes a falantes que tinham escolaridade superior completa. (2008) e Mattos e Silva (2013) são alguns dos estudiosos que expõem as importantes pesquisas deste projeto para os recentes estudos linguísticos.

necessariamente, um fundamento ideológico ineludível: a escolha da sociedade que se quer, ou com que se sonha. A depender disso, a prática dos falantes será uma ou outra. (MATTOS e SILVA, 2013, p. 12).

Diante da relação entre a heterogeneidade linguística com a normatividade e as relações sociais existentes, que se reflete no ensino de língua, Faraco (2008), então, observa uma importante questão, ao explorar o conceito de *norma culta*. Deixa mais explícito o que vemos nas discussões de especialistas aqui já estudados que também discutem os conceitos de norma, suas terminologias, os conflitos e relações com o meio sociopolítico:

Embora não exista ainda um levantamento exaustivo (ou suficientemente abrangente) da diversidade constitutiva do português brasileiro, dispomos já de ricos acervos de dados dialetológicos e sociolinguísticos, além de um significativo registro da nossa língua escrita do último meio século. (FARACO, 2008, p. 43).

Depreende-se, então, que especialistas, ao mesmo tempo em que buscam esclarecer as variedades linguísticas, entre elas a chamada *norma culta*, demonstram a defesa de haver um registro sistematizado mais próximo da realidade atual dos usos considerados prestigiados e mais monitorados da língua portuguesa que possa representar os usos efetivamente realizados e desfazer o foco da gramática tradicional como referência para o português brasileiro atual.

Considerações finais

É, então, coerente afirmarmos que discutir a variação nas investigações linguísticas em relação com meio escolar e social não é tarefa simples, visto que a normatividade está presente em todos os âmbitos que regem a rotina humana, fazem parte do social as noções de certo x errado: “essa densa teia de valores participa do processo de constituição e funcionamento do universo do imaginário social que recobre os fenômenos linguísticos.” (FARACO, 2008, p. 56).

Sobre a normatividade, Faraco (2015) argumenta que ela se fez mais presente a partir do século XIX, quando a classe média urbana passa a se fazer mais presente

nos meios escolares, e muda o panorama socioeconômico e cultural antes mais voltado para a burguesia, para os nobres. Tal mudança levou à massificação do ensino que desenvolveu a crença de que este estava em crise, em decadência. Por isso, sentiu-se a necessidade de um ensino mais prescritivo, disciplinar, normatividade que tomou força tanto no sistema escolar, quanto na mídia e no senso comum. Mas este autor ainda acrescenta uma ressalva quanto à normatividade, apesar desta se fazer mais presente a partir do momento em que um novo panorama social, econômico e cultural é traçado no país, o normativo sempre se fez presente, onde a doutrina gramatical apresentava um discurso prescritivo leve já que este era direcionado apenas aos nobres, fidalgos e aristocratas que mantinham uma variedade considerada comum, próxima aos registros gramaticais.

É diante dessa discussão que, principalmente a partir da década de 1990, os linguistas, como podemos observar nos estudos de Marcos Bagno, Maria Helena Neves, Stella Bortoni-Ricardo, Irandé Antunes, Carlos Faraco (apenas para citar os alguns dos mais renomados na discussão língua-variação-gramática-ensino), voltaram mais precisamente a atenção para a descrição dos usos efetivos e para o ensino de língua, período em que os estudos buscaram tornar mais evidente que a língua não é um fato homogêneo, que não apresenta um padrão absoluto e, portanto, deve ser vista em sua heterogeneidade, preocupando-se com um ensino que considere a variação linguística.

Referências

- ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. – São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, Marcos. *Língua materna: letramento, variação e ensino*/ Marcos Bagno, Gilles Gagné, Michael Stubbs. – São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- _____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. – São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BORGES NETO, José. *História e Filosofia da Linguística: uma entrevista com José Borges Neto*. ReVEL. Vol. 8, n. 14, 2010. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].
- _____. *A naturalização da gramática tradicional e seu uso protocolar*. Texto de conferência proferida durante o VIII Congresso da ABRALIN, Natal/RN, 02/02/2013.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula*. – São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer/* Pierre Bourdieu; prefácio Sérgio Miceli. 2 ed., 1ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Clássicos; 4).
- BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. – Campinas, SP, 1997.
- _____. *Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação*. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. 1. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010.
- DUARTE, Sirlene. *A noção de norma linguística segundo Coseriu*. Linguagem – Estudos e Pesquisas, Catalão, vol. 2-3, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
- FARACO, Carlos Alberto. Desde quando somos normativos. In: VALENTE, André C. (org.). *Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações*. – 1. Ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- FRANCHI, C. *Mas o que é mesmo “gramática”?* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- GERALDI, João Wanderley. *A aula como acontecimento*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 208p.
- ILARI, Rodolfo. *Linguística e ensino de língua portuguesa como língua materna*, 2009. Disponível em: <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/colunas_interna.php?id_coluna=3>. Acesso em 02 de novembro de 2015.
- KUENZER, A. Z. *As relações entre conhecimento tácito e conhecimento científico a partir da base microeletrônica: primeiras aproximações*. Educar, Curitiba, Especial, p. 43-69, 2003. Editora UFPR. P. 43-68. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/2141/1793>>.
- LUCCHESI, D. *Gramática e ideologia*. Sitientibus, Feira de Santana, 5 (8), 1988, 73-81.
- _____. *Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro*. Revista da ABRALIN, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112, dez. 2006.
- LYONS, John. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Editora Guanabara. Rio de Janeiro, 1987.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina*. 8. Ed.- São Paulo: Contexto, 2013.
- MOTTA, Vânia (2006) *Politizando sociedade conhecimento*. Boletim Técnico, SENAC, Rio de Janeiro, vol. 32, n. 1, jan./abr. 2006, p. 18-29.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola?* 4. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

“ERROS” DE GRAFIA EM CONTEXTOS SOCIAIS DISTINTOS

ROSSANA REGINA GUIMARÃES RAMOS HENZ – UPE

Considerações Iniciais

O presente artigo discute a questão das atitudes dos falantes em relação aos textos escritos, tendo em vista esse julgamento estar relacionado ao ambiente de exposição e ao grupo social a que se endereçam os textos. A pesquisa desenvolveu-se a partir de nossa observação sobre a reação de leitores em duas situações em que mensagens escritas são veiculadas em forma de “aviso”. A primeira segunda trata-se de um informe do Diretório Acadêmico de uma universidade. A segunda diz respeito a uma carta escrita por um traficante a um morador de um bairro em que existe um ponto de venda de drogas.

Tomamos por base os pressupostos teóricos da Sociolinguística, especificamente, no que diz respeito às atitudes linguísticas dos falantes, conforme discorrem sobre o tema PRETI (1984), PRETI (s/d), LAMBERT; LAMBERT (1975), CALVET (2002) e ALKMIM (2001).

A metodologia utilizada compreendeu, *a priori*, a escolha dos textos – avisos. Em seguida, foram realizadas entrevistas com “leitores” dos dois textos. No caso do aviso do Diretório Acadêmico, alunos da universidade foram entrevistados e questionados a respeito dos erros de escrita contidos no aviso. Quanto à carta do traficante, as entrevistas foram realizadas como o policial militar a quem o morador entregou a carta e com o delegado que liderou a investigação sobre o caso. As entrevistas consistiram em perguntas abertas, apenas questionando os informantes sobre os erros de escrita em ambos os textos.

Aspectos teóricos

Atualmente, e cada vez mais, discutem-se as transformações sofridas pela linguagem e os fatores que orientam esse fenômeno. O que se verifica é que o que ocasiona as mudanças são os fatores de natureza social, ou seja, à medida que a sociedade muda, mudam as formas linguísticas, surgindo assim as chamadas variantes linguísticas. A base desses estudos é a Sociolinguística que existe dentro da Linguística para discutir, especificamente, as relações entre linguagem e sociedade. Ainda, segundo ALKMIM (2001, p.29), "a sociolinguística é uma área voltada explicitamente para o tratamento do fenômeno linguístico no contexto social, no interior da linguística animada pela atuação de linguistas e, particularmente, de estudiosos formados em campos das ciências sociais."

A vinculação dos estudos entre língua e sociedade (fenômenos sociais), sobretudo no que se refere às variações, evidenciam questões que conforme BEZERRA (2012, p.8) indicam a tarefa do sociolinguista como sendo a de "

(...)caracterizar o fenômeno que está observando, verificar a avaliação positiva ou negativa que os falantes conferem a ele e determinar se as variantes em competição se acham em processo de mudança ou se tendem a conviver entre si por tempo indeterminado."

O que se pode inferir desse processo é que a avaliação está intimamente ligada às crenças de um grupo social e se caracterizam como um conjunto de verdades culturais impostas a cada indivíduo desse grupo. Tais crenças, segundo Labov (2008 [1972], p.176), pode ser caracterizada como "um conjunto uniforme de atitudes frente à linguagem que são partilhadas por quase todos os membros da comunidade de fala, seja no uso de uma forma estigmatizada ou prestigiada da língua em questão". Quanto a atitudes linguísticas, destacamos Lambert e Lambert (1975), estudiosos da Psicologia Social que tratam de análises a respeito das atitudes que consideram que as atitudes influenciam no comportamento do indivíduo e vice-versa, defendendo que "uma atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir a pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo mais geral, a qualquer acontecimento no ambiente" (LAMBERT; LAMBERT, 1975, p. 100). Para esses autores, as

atitudes são constituídas de pensamentos e crenças, sentimentos e emoções, bem como reações.

As atitudes são realizadas quando as crenças e os sentimentos são ajustados ao ambiente social. Pelo princípio da cooperação, os indivíduos se adaptam à situação e ao outro para promover a interação no convívio social. Pode-se afirmar que nos estágios iniciais de desenvolvimento das atitudes, estas podem ser modificadas por conta de novas experiências. Todavia, em determinado momento sua organização pode tornar-se inflexível e estereotipada, porque os indivíduos são estimulados, por longos períodos de tempo, a reagir de modo padronizado a determinados acontecimentos ou a determinados grupos (LAMBERT; LAMBERT, 1975). Entretanto, as atitudes podem variar mediante o conjunto de elementos que compõem a situação, conforme se observa na temática desta pesquisa em que o preconceito linguístico pode se evidenciar, ou não, dependendo do contexto em que se insere um determinado comportamento linguístico.

Calvet (2002, p. 65) assevera que a relação entre o falante e sua língua nunca é neutra. Argumenta que “existe todo um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aquelas que as utilizam”. Fazer julgamento da fala do outro é uma atitude bastante recorrente entre os falantes. Tal atitude decorre, como já vimos antes, do conjunto de crenças e estereótipos observados no senso comum e construídos ao longo da vida.

Para Preti (1984), a atitude linguística está correlacionada à variação linguística, sempre aparecendo ligada à escolha de uma variedade, já que o falante faz sua escolha considerando o que lhe parece adequado à situação de interação. O pesquisador ainda assegura que o ato de fala nem sempre depende só do conhecimento do falante. Ainda nessa direção, é possível depreender que as atitudes linguísticas dependem de fatores como a cultura e posição sociocultural dos falantes. O indivíduo opta por valorizar uma variedade específica, ligada ao seu grupo social. As variações de situação e a mudança de registros podem revelar uma atitude linguística de valorização de certos padrões linguísticos. Todavia, podemos considerar que a atitude linguística não se caracteriza somente pelo que é dito, mas também por quem diz. O julgamento não é, portanto, apenas de natureza linguística, mas também social, apontando para uma análise do sujeito que produz a linguagem.

Vejamos o que diz Preti (s/d, p.1184) em USP – Projeto NURC/SP:

A indecisão de um falante ao empregar uma determinada variante linguística “É assim que se fala?”, “Está correta esta frase?” etc., quase sempre provém do conflito entre língua falada e língua escrita, formas cultas e formas populares. A situação, quando se apresenta, faz lembrar a de uma pessoa que se dispusesse a experimentar vários tipos de roupa, a fim de escolher uma delas, mais adequada para um compromisso social qualquer, e se fizesse a frente de alguém que julgasse da conveniência ou não de determinado traje. Tal como na moda, estamos na presença de um problema de aceitabilidade social, o que a sociedade julga ou não conveniente, o que aceita ou não como adequado para determinado lugar e hora. Como a moda, os critérios de escolha e de aceitação social na língua variam no tempo e no espaço. Alguns são locais, refletem comportamentos efêmeros e sobrevivem por pouco tempo; outros resistem e se tornam norma.

Ainda para Preti (s/d), é possível afirmar que a noção de “errado” na língua falada ou escrita advém, não apenas do bom ou mau emprego das regras gramaticais, mas da quebra de expectativa do ouvinte (ou do leitor). Entende-se com isso que a atitude linguística dos falantes tem a ver não só com o padrão linguístico, mas com a expectativa que é criada em relação a que produz o texto falado ou escrito. Segundo o autor, ao abrirmos um jornal, por exemplo, não “esperamos” encontrar um vocábulo obsceno como manchete de uma notícia. Mas isso pode estar dentro de nossas expectativas, em uma situação de língua falada. Desta ideia, pode-se deduzir que qualquer tipo de linguagem estaria correta ou incorreta, dependendo da expectativa do ouvinte ou do leitor.

Análise do material

Figura 1

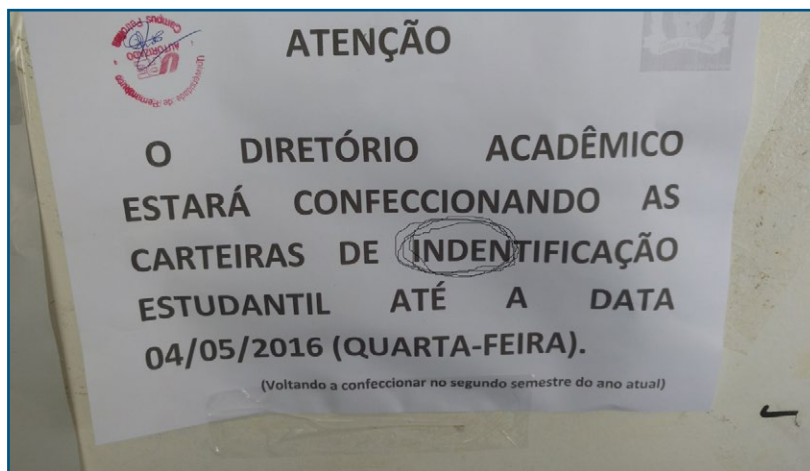


Foto tirada por Rossana Ramos Henz

Identificação do sujeito: aluno(a) da graduação, membro do Diretório Acadêmico.

Local: Mural da Universidade

Para fins de análise, reproduziremos a pergunta e as respostas. No caso do aviso afixado no mural da universidade, foram entrevistados 10 alunos dos cursos de graduação de diferentes áreas – Geografia, História, Matemática, Biologia e Pedagogia. Não foram entrevistados alunos de Letras pelo motivo de que suas considerações, em face do conhecimento dos pressupostos da Sociolinguística sobre o erro, pudessem ser mais específicas, e, no caso, o que nos interessava eram as ideias do senso comum.

A pergunta foi a seguinte: “o que você acha dessa palavra (*identificação*) ter sido escrita dessa forma?”. Mediante o erro de escrita (a palavra *identificação* grafada *indentificação*), os alunos entrevistados fizeram os seguintes comentários:

Pode ser erro de digitação.

Isso porque estão na universidade.

Esse povo não sabe escrever!

*É uma vergonha a gente ver isso.
 A pessoa que escrever podia tá distraída!
 Acho que é falta de atenção quando escreve.
 Tem gente que não sabe escrever mesmo.
 Deus me livre, parece que é analfabeto.
 Eles escrevem do jeito que falam.
 “Quem escreveu precisa ter aula de Português”.*

O que se verifica na maioria das respostas é uma atitude negativa em relação ao erro. As considerações revelam aspectos como a falta de atenção, o problema da tecnologia (digitação), o analfabetismo (a generalização, no caso, se referindo à questão de somente uma palavra grafada incorretamente), a escrita fonética (escreve-se como se fala) e o problema do ensino de Português.

De fato, o que se observa, em uma perspectiva de análise do referido erro é o registro escrito da variante oral *indentidade*. O fenômeno de nasalização da sílaba / é também identificado nesta região em outras palavras como *cunzinha* (cozinha), *cunzinheira* etc..

A questão, como comenta Preti (s/d, p.1185), está na ambientação do texto e na modalidade oral ou escrita.

Quanto à modalidade escrita da língua, devemos considerá-la sempre mais ligada a posições tradicionais, aos preceitos da linguagem culta. Conservadora por excelência, são bem mais estáveis os critérios de aceitabilidade social das formas linguísticas escritas. Quando qualquer evolução surge nesses critérios, é porque ela já se consolidou de há muito na língua oral. É o que acontece com a presença das formas obscenas (ou pelo menos com marca erótica na origem), que ocorrem em legendas de filmes, em textos de propaganda, em matérias de jornal etc.. No caso da palavra *indentificação*, quando utilizada na fala, causa menos impacto negativo do que quando grafada, sobretudo em um ambiente universitário, onde teoricamente seus membros devem ter conhecimento da norma padrão da língua.

Seguimos com a análise do segundo exemplo. A figura 2 é a frente e a 3 o verso da carta. Trata-se o material de análise de uma carta escrita pelo chefe do tráfico a um morador do bairro. A carta foi entregue à polícia pelo morador.

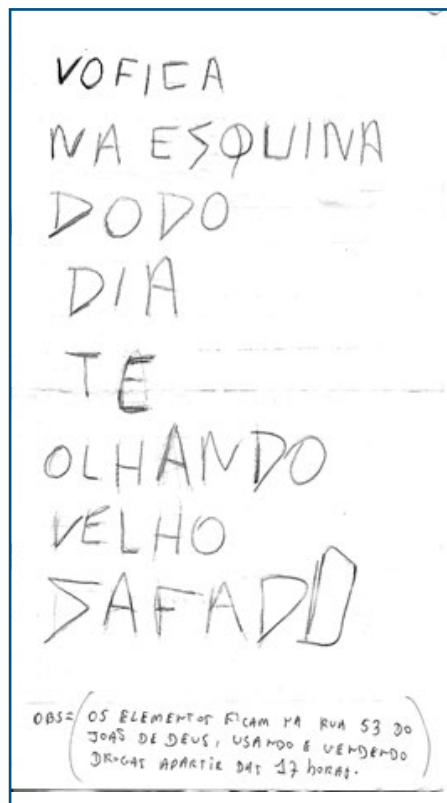
Figura 2 (frente)

ELHO VELHO
 SAFADO CABOETI
 CURUJÃO EU ESTO
 DISCONFIADO QUE É
 VOEE QUE ESTA
 ENTREGANDO NOS
 A POLICIA CUIDA
 DA TUA VIDA DEIXA
 NOS CUIDA DA
 NOSA EU VOU
 TE COMPRA TEU
 SANGUE COM ESTE
 DINHEIRO ~~20~~ REAL
 ASSINA O CHEFE
 DO TRAFICO
 DESTA RUA

ESTO DE
 VO COME O
 TEM VOCE
 O TEU CU CABOETI

RUA 53, Nº 380 - JOÃO DE DEUS
 (SEU HÉLIO) → ESTA SENDO AMEAÇADO

Figura 3 (verso)



Identificação do sujeito: traficante de drogas

Local: Bairro de periferia

Para fins de análise, reproduziremos a pergunta e as respostas dos entrevistados. No caso da carta, conversamos com o policial e o delegado do caso, fazendo-lhes a seguinte pergunta. “O que o Sr. acha da escrita desta carta?”.

Resposta do policial:

Tá cheia de erros, mas dá pra compreender bem o que ele disse. Faz medo receber uma coisa dessa, né, não? Não importa o jeito que ele escreveu, mas o que o cabra desse pode fazer com uma pessoa de bem.

Resposta do delegado:

Geralmente, essas pessoas são semianalfabetas. Não estudaram e por isso estão na delinquência. Mas veja que apesar dos erros, ele passa bem a men-

sagem. Escreve palavrões que é pra mostrar que é perigoso mesmo. A escrita dele é a cara do que faz a falta de estudo. E também o que ele é.

Em ambas as respostas, diferentemente do que observa-se na análise anterior, os entrevistados concordam que o indivíduo que escreveu a carta não poderia utilizar a norma padrão, pois supõem que seu grau de escolaridade é baixo. Verifica-se também que atitude linguística dos policiais é menos negativa e os erros são justificados em função das condições sociais do traficante. Até mesmo o uso dos palavrões, segundo o delegado, é apropriado em função do gênero textual que retrata uma ameaça. Nesse sentido, pode-se inferir que a atitude linguística dos falantes está relacionada a fatores, entre eles o que a expectativa, conforme anuncia Preti (s/d, p. 1187):

Poderíamos, portanto, afirmar que a noção de “errado” na língua falada ou escrita advém, não apenas do bom ou mau emprego das regras gramaticais, mas da quebra de expectativa do ouvinte (ou do leitor) com o uso inadequado de uma variante linguística.

Considerações finais

Mediante as questões expostas, há que se considerar as atitudes linguísticas dos falantes como um fenômeno que varia em função de diversos aspectos, entre eles as condições em que se realiza. Por meio da análise das relações entre o texto, sua composição e as atitudes linguísticas dos falantes, observou-se que os erros de escrita são avaliados de forma distinta. Levando em conta os princípios de monitoramento da escrita em que se levam em conta fatores como o ambiente (contexto social), o interlocutor (os leitores) e o tópico da conversa (o assunto a que se refere o texto), foi possível depreender nas respostas (atitudes linguísticas) dos entrevistados partícipes da pesquisa um determinado grau de aceitabilidade dos erros (variantes), ou seja, o que observamos é que as reações dos leitores em relação aos “erros” dos textos são distintas em função de seus propósitos, mas, sobretudo, em virtude do gênero e do contexto – lugar – em que se expõem.

Referências

- ALKMIM, Tânia Maria (2001). *Sociolinguística*. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (orgs.) *Introdução à linguística*. V.1. 2.ed. São Paulo: Cortez.
- BEZERRA, B. *Sociolinguística*. Nead - UPE, 2012.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*; tradução Marcos Marcionilo. – São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno; Maria Marta Scherre; Caroline Cardoso. – São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LAMBERT, W.W.; LAMBERT, W. E.L. "A significação social das atitudes" In: _____ *Psicologia social*. 5ª ed. Trad. D. Moreira. – Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1975.
- PRETI, D. *A gíria e outros temas*. 4ª ed. Trad. T. A. Queiroz – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- PRETI, D. http://www.gel.org.br/arquivo/anais/1308180385_66.preti_dino.pdf

ESTUDOS DIALETAIS E GEOLINGUÍSTICOS DE PERNAMBUCO: ATLAS CONCLUÍDOS, ATLAS PROPOSTOS

EDMILSON JOSÉ DE SÁ (AESA-CESA)

Introdução

Há algum tempo pesquisadores têm se deparado quer a nível de construção ou a nível de simples consulta com trabalhos voltados para a descrição linguística. Para eles, o respaldo teórico-metodológico cabe à Sociolinguística, a partir da qual são trabalhados elementos diastráticos como faixa-etária, sexo, escolaridade; à Dialeto-
logia, ciência responsável por trabalhar a língua sob a égide da variação espacial e à Antropologia, de modo a explicar a língua e sua interface com a cultura do falante.

Neste trabalho, pretende-se dar ênfase à Dialeto-
logia, cujo método aplicado compete à Geografia Linguística, em cujo registro são feitas cartas que, compiladas, resultam em *atlas linguísticos*, com a distribuição diatópico-diastrática das ocorrências coletadas em inquéritos realizados em diferentes pontos do município ou estado escolhido para a formação do *corpus*.

No Brasil, já existem atlas de quase todos os estados e alguns estão em fase de planejamento ou elaboração e o Nordeste já com cinco atlas dos seguintes estados: Bahia, Sergipe, Paraíba, Ceará e Pernambuco. Além desses, há atlas nomeados de 'pequeno domínio', construídos como produtos de monografias, dissertações e teses mas que já delimitam os falares regionais de modo bem-sucedido.

O objetivo do artigo em tela é fazer uma descrição dos atlas linguísticos já construídos do Estado de Pernambuco, bem como elencar projetos a serem desenvolvidos em um curto espaço de tempo.

Dialetologia e geolinguística: semelhanças e diferenças

Muito se tem discutido acerca dos conceitos de Dialetologia e Geolinguística, haja vista a existência de estudos que consideravam as duas vertentes como sinônimas.

Por isso, para se entender, com precisão, de que se trata Geolinguística, é preciso estabelecer alguns conceitos importantes, quais sejam: língua, dialeto e falar. A *língua*, segundo encontrado em Houaiss (2009), se constitui de um sistema de representação constituído por palavras e por regras que as combinam em frases que os indivíduos de uma comunidade linguística usam como principal meio de comunicação e de expressão, falado ou escrito. Saussure (1986), por sua vez, considera o sistema abstrato de signos inter-relacionados, de natureza social e psíquica, obrigatório para todos os membros de uma comunidade linguística, enquanto Dubois et al (2007) ainda menciona que o funcionamento da língua é regido por regras e coerções.

Houaiss (*op cit*) conceitua o *dialeto* como um conjunto de marcas linguísticas de natureza semântico-lexical, morfossintática e fonético-morfológica, restrito a uma comunidade inserida numa comunidade maior de usuários da mesma língua. É, portanto, uma forma da língua falada em um ambiente específico, com um sistema particular.

Ferreira (1986) caracteriza o termo *falar* por uma forma da língua usada para estabelecer comunicação, ou seja, qualquer manifestação concreta da língua.

Ainda em Houaiss (2009) o termo *falar* se caracteriza por uma variedade de uma língua peculiar a um quadro geográfico; tem-se o *falar regional*, próprio de uma área mais ampla, como o exemplo do *falar nordestino* e o *falar local*, próprio de uma cidade, de uma vila ou qualquer ambiente.

Como se pode perceber, há autores que tratam os termos *dialeto* e *falar* quase como sinônimos, o que leva alguns a considerarem o primeiro como forma de variação regional e o segundo como forma particular de comunicação.

O método mais presente de se estudar o dialeto é através da Geografia Linguística, que usufrui da cartografia para analisar a língua diatopicamente. Assim, a Dialetologia passou a ser considerada não apenas como disciplina ou modelo de estudo descritivo dos limites da língua, mas como ciência que estuda a fala ca-

racterística seja através da inserção das realizações mais proeminentes no mapa ou pela simples catalogação dessas realizações através de modelos distintos de análise.

O que são atlas linguísticos?

Conforme encontrado em Câmara Jr. (1981), a Geolinguística, como é chamada, é a técnica de análise linguística que consiste no levantamento de cartas da distribuição geográfica de cada traço dialetal, ou seja, trata-se, segundo Coseriu (1987), de um:

[...] método dialetológico e comparativo que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais), comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de determinado território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados.

As bases para a Geolinguística foram desenvolvidas pelo linguista suíço Jules Guilliéron, professor na École Pratique de Hautes Études em Paris. Ele foi o responsável pela primeira publicação da área, o *Atlas Linguistique de la France*, em 1910.

Convém ratificar que a Geolinguística usufrui da Cartografia para a documentação das marcas dialetais e através da criação de atlas com uma certa quantidade de cartas necessárias, são contempladas as principais realizações fonético-fonológicas, semântico-lexicais, morfossintáticas, pragmáticas e prosódicas.

Os principais atlas criados na América e na Europa são: o *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza*, *Atlas Linguístico e Etnográfico dos Açores*, *Atlas Linguístico Italiano*, *Atlas Linguístico da Alemanha*, *Atlas Linguístico da Inglaterra*, *Atlas Linguístico do Peru*, *Atlas Linguístico-Etnográfico da Colômbia*, *Atlas Linguístico e Etnográfico do Chile*, *Atlas Linguístico do México* e o *Atlas Linguístico Diatópico e Diastrático do Uruguai*.

No Brasil, os estudos geolinguísticos só adquiriram seu lugar de destaque com o primeiro Atlas Linguístico elaborado no Brasil por Nelson Rossi e sua equipe. O *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, concluído em 1963, serviu de inspiração a outros atlas regionais, enquanto o desejo de Nascentes (1958) de ter um atlas nacional não se torna realidade.

Mas foi Nascentes (*op cit*) que intencionava construir uma descrição planejada no idioma falado no Brasil. Nada obstante, esse feito não tão fácil quanto ele pensava. A esse respeito, o autor expressa que:

[...] embora seja muito vantajoso um atlas feito ao mesmo tempo no país inteiro, pois o fim não é muito distanciado do início, os Estados Unidos, país vasto com belas trilhas, preferiram a elaboração de atlas regionais, para uni-los depois no atlas geral. Igualmente nós deveríamos fazer isto em nosso país que também é vasto (NASCENTES, *op cit*, p. 07).

Depois do atlas baiano, vieram outros trabalhos a saber: o *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* – 1977, o *Atlas Linguístico da Paraíba* – 1984, o *Atlas Linguístico de Sergipe* – 1987, o *Atlas Linguístico de Paraná* – 1994, o *Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul do Brasil* – 2002, o *Segundo Atlas Linguístico de Sergipe* – 2005, o *Atlas Linguístico Sonoro de Pará* – 2004, o *Atlas Linguístico do Amazonas* – 2004, o *Atlas Linguístico de Paraná - II* – 2007, o *Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul* – 2007, o *Atlas Linguístico do Estado do Ceará* – 2010, *Atlas Linguístico de Pernambuco* - 2013 .

Também estão em fase de construção mais cinco Atlas Regionais nos estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rondônia, Pará, além de outras dissertações e pesquisas já concluídas ou em elaboração, enfocando atlas microrregionais, sem esquecer o recente *Atlas Linguístico do Brasil*, publicado em 2015 com um *corpus* coletado em mais de 200 municípios brasileiros a partir de inquéritos relacionados à fonética, ao léxico e à morfossintaxe.

Pernambuco: descrevendo a ‘vенеza brasileira’

O Estado de Pernambuco está localizado na Região Nordeste do Brasil com 98.311 km² e está dividido em 5 mesorregiões que comportam 19 microrregiões geográficas, conforme encontrado em Sampaio (2008a).

As mesorregiões do *Sertão Pernambucano*, *São Francisco Pernambucano*, *Agreste Pernambucano*, *Mata Pernambucana* e *Metropolitana do Recife* abrangem, ao todo, 185 municípios, incluindo o arquipélago de Fernando de Noronha. No censo de 2000, realizado pelo IBGE, Pernambuco computava 7.918.344 habitantes, índice, obviamente superado.

Os primeiros registros étnicos apontam para a povoação de *indígenas*, *portugueses*, *holandeses*, *judeus*, *africanos* e *espanhóis* (SAMPAIO, 2008b). Há, ainda, colônias japonesas no interior do Estado.

O nome Pernambuco, por sua vez, foi originário do tupi *Paraná-Puca* e significa “onde o mar se arrebenta”, pois grande parte da faixa litorânea se encontra protegida por paredões de recifes de coral.

A economia do Estado surge da base parte da agricultura, dos serviços comerciais e da indústria. No primeiro nível, destacam-se os produtos algodão, banana, feijão e cana de açúcar. No segundo, são predominantes as indústrias de natureza alimentícia, química, metalúrgica, têxtil e eletrônica e no terceiro, destacam-se os centros comerciais, de ciência e tecnologia e de turismo. Graças a esses aspectos, tudo leva a crer numa realidade linguística variável, o que dá margem a investigações dos mais variados pontos de vista.

Atlas linguísticos de pernambuco: o que tem e o que está por vir

O primeiro atlas linguístico do Brasil surgiu em 1963, capitaneado por Nelson Rossi que, munido de uma equipe de alunos e colaboradores, organizou o que ele chamou de *Atlas Prévio dos Falares Baiano (APFB)*. Depois desse, o Nordeste teve o *Atlas Linguístico da Paraíba (ALPB)*, com diferença de mais de vinte anos da construção do primeiro, graças à professora Maria do Socorro Aragão e equipe.

Pernambuco só despertou para a Dialetoologia e para a Geolinguística em 2009 na Universidade Federal da Paraíba com a dissertação de Mestrado de Edilene Maria Oliveira de Almeida, que elaborou o *Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco (ALMASPE)* sob a orientação da professora Socorro Aragão.

Nesse trabalho, foram escolhidos seis pontos de inquérito da Zona da Mata Sul Pernambucana, quais sejam: Barreiros, Belém de Maria, Palmares, Ribeirão, São Benedito do Sul e Sirinhaém.

O perfil dos informantes teve como requisito a naturalidade no ponto pesquisado ou migração com menos de 8 anos de habitação, mas que sua filiação fosse da mesma localidade. Concernente à faixa etária, foram inquiridos habitantes com 18 a 30 anos e de 40 a 65 anos, sendo a faixa inicial do segundo nível inferior ao sugerido no Atlas Linguístico do Brasil - ALiB.

Foi aplicado o Questionário Semântico-Lexical (ALiB, 2011) e, de posse dos resultados, foram elaboradas 7 cartas introdutórias e 45 cartas linguísticas, conforme ilustrado na figura a seguir:

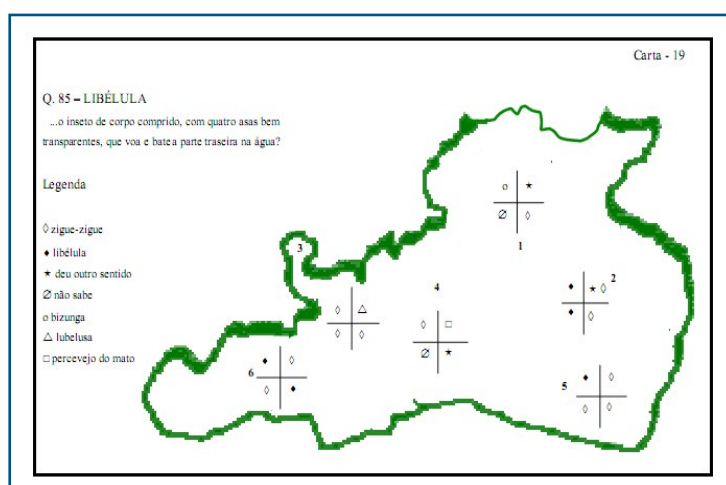


Figura 1: Carta com designações de libélula do Atlas Linguístico da Mata Sul de Pernambuco (ALMEIDA, 2009)

Um segundo atlas linguístico construído sobre o falar pernambucano foi realizado como trabalho monográfico de Especialização *Lato Sensu* em Língua Portuguesa da Universidade de Pernambuco (UPE), sob a autoria de Joseane Cavalcanti Ferreira. Priorizou-se, nesse trabalho, o município de Buíque, no Agreste do Estado.

Para o atlas construído por Ferreira (2011), foram selecionados 20 informantes distribuídos em cinco bairros de maior representatividade no município, não sendo feitos inquéritos na zona rural, por não ser esse o foco do trabalho e a escolha dos informantes seguiu o perfil sugerido na metodologia do ALiB.

Aos informantes foi aplicado o *Questionário Semântico-Lexical* do ALiB, com suas 202 questões distribuídas em 14 campos semânticos e ainda 08 questões voltadas para uma das especificidades do município, o Sítio Arqueológico Vale do Catimbau.

Mesmo sendo um trabalho de pequeno porte, vale a pena reconhecer o pioneirismo deste atlas municipal em Pernambuco, talvez com falhas teórico-metodológicas, mas que pode servir de inspiração para o despertar de outros estudiosos da Dialetoлогия e da Geografia Linguística no Estado, a fim de que se dignem a investigar marcas dialetais ainda ocultas ou ratifiquem mais pormenorizadamente aquelas já registradas.

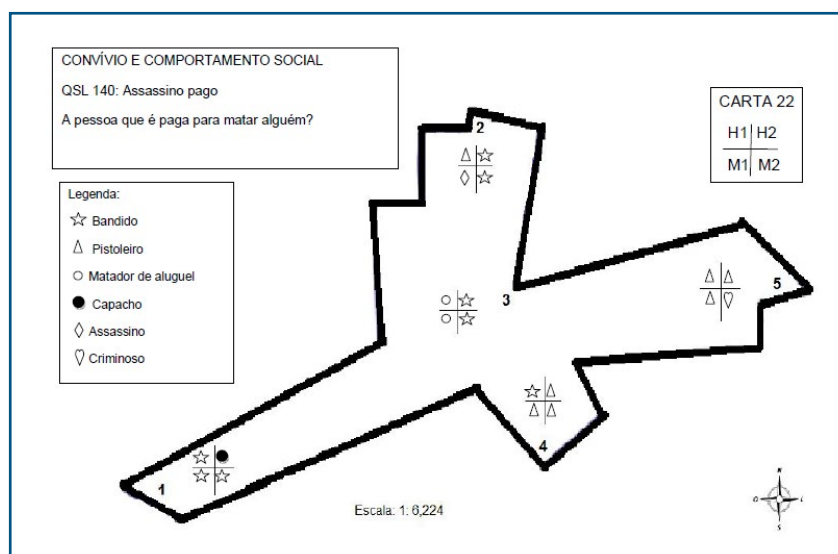


Figura 2: Carta com designações para assassino pago do Atlas Linguístico de Buíque (FERREIRA, 2011)

Em 2010, outro trabalho monográfico surgiu sobre o léxico pernambucano, mas, desta vez, envolvendo a toponímia (descrição de nomes de lugares). Como o estudo foi feito sobre o nome das ruas, recebeu o título de Atlas Eponímico de Tupanatinga (AETUP), que registrou todas as ruas do município e as catalogou conforme as taxonomias encontradas em Dick (1990) adaptadas especialmente para o trabalho.

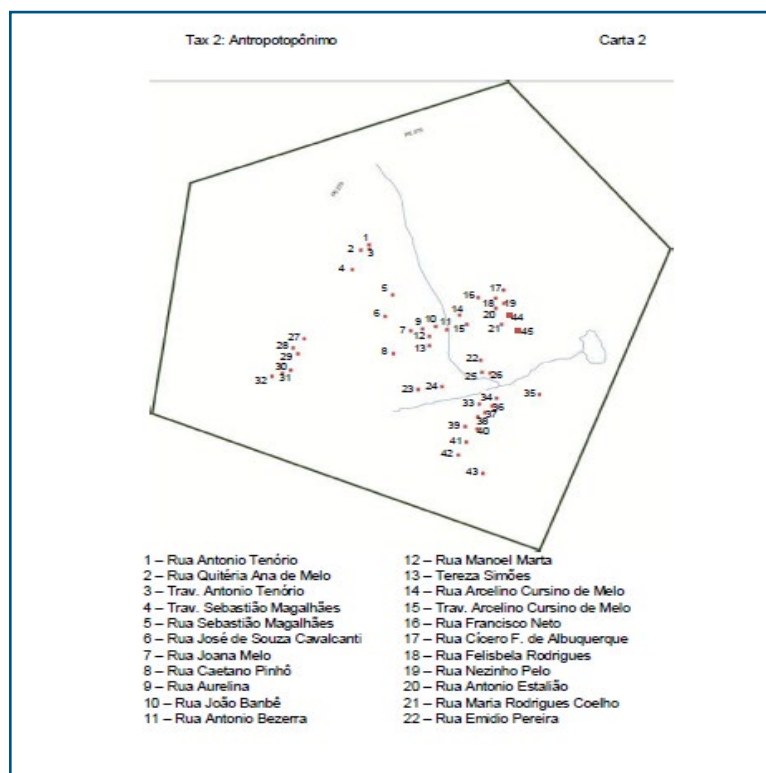


Figura 3: Carta com Antropo-epônimos do Atlas Eponímico de Tupanatinga (FRANÇA, 2010)

A primeira publicação oficial de um atlas linguístico de Pernambuco coube ao *Esboço de um atlas linguístico rural de Pernambuco: agreste centro-meridional de Pernambuco* organizado por Sá & Andrade Neto (2013).

Esse atlas rural, pioneiro no Estado de Pernambuco, é produto de inquéritos realizados em cinco comunidades rurais pertencentes aos municípios de Alagoinha, Arcoverde, Buíque, Caetés, Custódia e Ibimirim. Em termos quantitativos, o atlas contabilizou 112 informantes distribuídos entre pessoas de 12 a 19 anos de ambos os sexos que foram escolhidos nas 29 comunidades escolhidas, considerando a importância histórica e cultural para o Estado. A eles foram feitas 75 questões com temas especificamente rurais distribuídos em 15 campos semânticos: *agricultura familiar, agroecologia, associativismo, caatinga, caprinos, convivência com o semiárido, cooperativismo, criação de gado, criação de galinhas, ervas daninhas, extrativismo, hortifruticultura, plantas medicinais, pragas na agricultura e suinocultura*. As respostas produtivas resultaram em 43 cartas, sendo três introdutórias e 40 semântico-lexicais, exemplificadas pela figura 4.

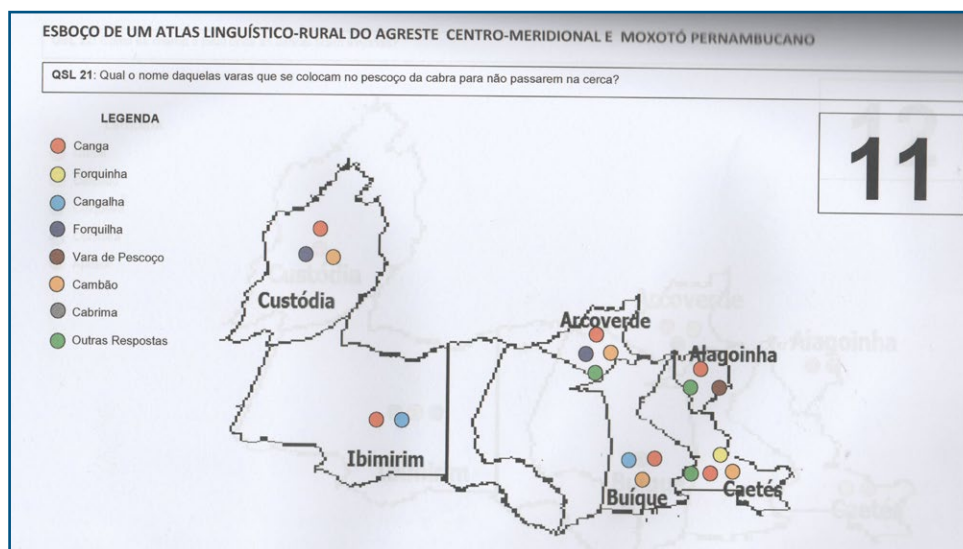


Figura 4: Carta com designações para *canga* no Esboço de um atlas linguístico rural de Pernambuco (SÁ & ANDRADE NETO, 2013)

O projeto para a construção do ALiPE segue os parâmetros do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), com a seleção de quatro informantes em cada ponto de inquérito, distribuídos equitativamente quanto ao sexo, a duas faixas etárias (18 a 30 anos e 50 a 65 anos) e a escolaridade que não tenha ultrapassado o quinto ano do ensino fundamental (antiga quarta série), à exceção da capital, que também requer informantes com curso superior completo.

Foram, então, escolhidos 20 pontos de inquérito distribuídos nos quatro cantos do Estado, escolhidos segundo sugestões de Ferreira & Cardoso (1994), segundo as quais, é necessário ter mente a realidade socioeconômica, os aspectos históricos e a importância do município para o Estado.

Os pontos escolhidos foram 1 – Afrânio; 2 – Petrolina; 3 – Santa Maria da Boa Vista; 4 – Ouricuri; 5 – Salgueiro; 6 – Floresta; 7 – Tacaratu; 8 – Serra Talhada; 9 – Custódia; 10 – São José do Egito; 11 – Tupanatinga; 12 – Arcoverde; 13 – Águas Belas; 14 – Garanhuns; 15 – São Bento do Una; 16 – Taquaritinga do Norte; 17 – Caruaru; 18 – Palmares; 19 – Limoeiro; 20 – Recife.

Aos informantes foram feitas questões que possibilitam análises fonético-fonológicas, semântico-lexicais e morfossintáticas. A elas são acrescentadas perguntas de cunho pragmático e prosódico, que são responsáveis por reflexões sobre graus de formalidade e sobre a construção de orações das mais variadas tipologias.

Tais questões foram retiradas dos Questionários do ALiB (2001) e, junto a elas, também foram inseridas questões de cunho específico do Estado, usando, para tanto, campos semânticos sobre *frevo*, *maracatu*, *renascença* e *barro*, totalizando, assim, a quantia de quatrocentos e sessenta e uma questões.

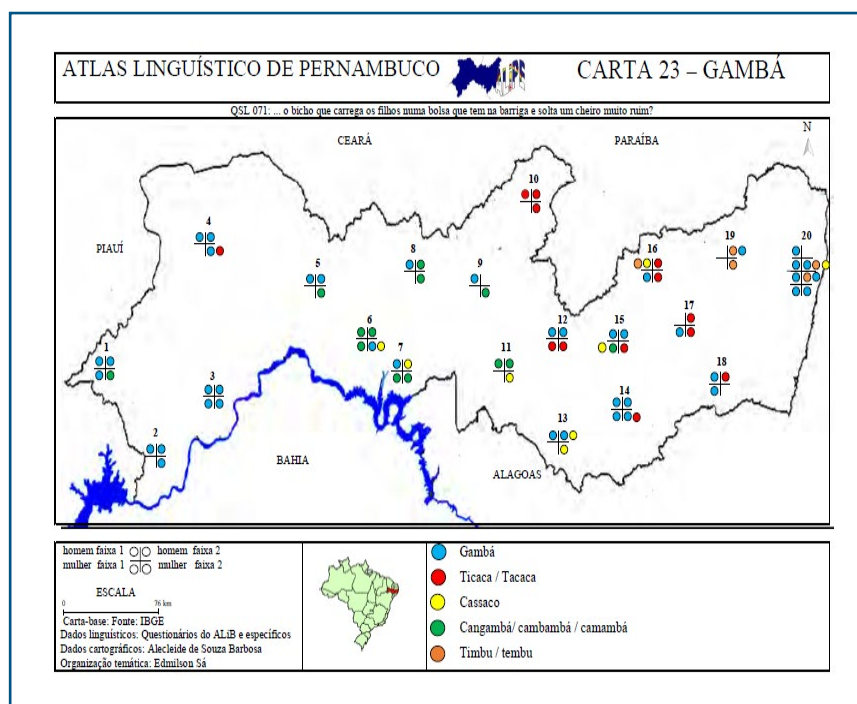


Figura 5: Carta 23 com designações do gambá no Atlas Linguístico de Pernambuco (SÁ, 2013)

O que se observa a partir da descrição dos atlas até agora é uma limitação de trabalhos que precisa ser superada, considerando que, até o momento, nem metade dos municípios de Pernambuco foi pesquisada acerca do modo de falar.

A despeito de trabalhos à luz da sociolinguística e da descrição eminentemente linguística, não há estudos geolinguísticos relacionados, por exemplo, à fala dos quilombolas, dos pescadores das áreas costeiras, da língua ia:the, dos índios funi-ô da cidade de Águas Belas e tantas outras classificações étnicas que fizeram e ainda fazem parte da História e da Geografia de Pernambuco.

Vale, aqui, salientar o projeto de Pós-Doutorado acerca, justamente do falar quilombola, mas, a julgar pelo posicionamento de Cardoso (1999) sobre o reconhecimento de Nascentes acerca das dificuldades advindas sobretudo da extensão territorial e da precariedade das vias de comunicação”, a opção inicial parece delimitar

o campo de pesquisa. Assim, a proposta parte apenas para comunidades encontradas no Sertão do Moxotó e do Ipanema pernambucanos, abrangendo, por ora, cinco pontos de inquérito, mas o sonho de completar o mapeamento linguístico dos quilombolas ainda não se esgotou e poderá se tornar realidade num curto espaço de tempo.

Considerações finais

Apresentou-se aqui um panorama dos estudos dialetais em Pernambuco, destacando os atlas linguísticos já construídos e a carência de trabalhos que podem vir a ser realizados.

Após uma breve exposição acerca dos pressupostos teóricos da Dialetoлогия e da Geolinguística, seguindo-se da caracterização do objeto de pesquisa, o Estado de Pernambuco, foi possível exibir os parâmetros metodológicos da construção dos atlas e exemplos cartografados do que eles têm registrado.

Porém, como se viu, nenhum trabalho geolinguístico contempla todos os fenômenos sejam esses de natureza fonética, lexical ou morfossintática. Há, portanto, muito a se fazer e os atlas já concluídos são a prova viva da riqueza linguística que Pernambuco, com seu falar imitado por toda parte, detém em sua extensão territorial.

Com os resultados dos Atlas Linguísticos de Pernambuco, foi possível ainda que aproximativamente, delimitar as áreas dialetais do Estado e compreender que a história e realidade geográfica dos pontos de inquérito investigados em consonância com dimensões diastráticas dos falantes resulta numa realidade linguística variável passível de confrontos com outros falares nordestinos e, pelo *continuum*, com falares de todo o Brasil. A realização de outros estudos geolinguísticos no Estado só ratificarão a heterogeneidade do português brasileiro.

Referências

- ALMEIDA, Edilene Oliveira. *Atlas linguístico da mata sul de Pernambuco (ALMASPE)*. Dissertação de Mestrado. UFPB, João Pessoa, 2009.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.
- _____. A dialectologia no Brasil: perspectivas. *DELTA*, São Paulo, v. 15, n. spe, p. 233-255, 1999.
- COSERIU, Eugene. A geografia linguística. In: COSERIU, E. *O homem e sua linguagem*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987. p. 79-116.]
- DICK, M. V. de P. do A. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2007.
- FERREIRA, Carlota & CARDOSO, Suzana. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- FERREIRA, Joseane Cavalcanti. *Atlas linguístico de Buíque (ALIBui)*. Monografia de Especialização em Língua Portuguesa. UPE, Petrolina, 2011.
- FRANÇA, Angélica Sousa. *Atlas eponímico de Tupanatinga (AETUP)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Letras. Arcoverde, 2010.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Positivo, 2009.
- MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste*. Alagoas e Pernambuco. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nacional, 2008. [1934].
- NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, Vol. I, 1958.
- PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Vocabulário pernambucano*. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1957
- QUESTIONÁRIOS DO ALIB. Londrina: UEL, 2001.
- SÁ, Edmilson José de Sá & ANDRADE NETO, Austriclínio. *Esboço de um atlas linguístico rural de Pernambuco: agreste centro-meridional de Pernambuco*. Olinda: Livro Rápido, 2013.
- _____. *Atlas Linguístico de Pernambuco*. Tese de doutorado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Editora Cultrix. 1986. [1916].
- SAMPAIO, Francisco Coelho. *Geografia de Pernambuco*. São Paulo: Editora Atual. 2008a.
- _____. *História de Pernambuco*. São Paulo: Editora Atual, 2008b.

NARRATIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CONTEMPORANEIDADE: DA INTEGRAÇÃO À INCLUSÃO

JOSÉ EDMILSON FELIPE DA SILVA (UFRN)¹

Introdução

Em trabalho apresentado, no II Seminário Nacional sobre Educação e Inclusão Social de Pessoas com Necessidades Especiais sediado na UFRN, em 2006, Coelho (2006) contextualiza a educação especial dentro da agenda neoliberal, assumindo com esta atitude uma postura pouco usual entre os pesquisadores da educação especial no Brasil.

Notadamente, o projeto neoliberal se realizou nos países em desenvolvimento, nos anos 90, justificando e legitimando políticas de ajustes econômicos e estruturais, conduzidas pelo FMI e pelo BM, no sentido de uma maior internacionalização do capitalismo, no sentido da mundialização do capital. Os anos de 90 são prolíferos no que se referem as reformas estruturais de refuncionamento, do Estado, no discurso democrático de redução da pobreza e a excelência da Educação Básica, numa visão meramente geográfica, por entender que cada região do mundo, com suas particularidades, limites e até mesmo necessidades que lhes são inerentes ou determinadas pela manutenção de um status quo, segue a lógica das projeções políticas de ações que os Organismos Internacionais adotam e tem interesse de difundir-las.

No campo das Ciências Humanas e Sociais é explicitado o pensamento teórico conservador desencadeado na década de 90, sobretudo sob a forma de posturas pós-modernas que divulgam o discurso da cidadania, da diversidade, da diferença, da inclusão, e que ao mesmo tempo difundisse

1. jfelipe45@gmail.com

a individualidade, o particularismo, a fragmentação, negando sempre as dimensões estruturais e dos sujeitos historicamente determinados.
[...] É dessa nascente [neoliberal] que surge o movimento da inclusão social das pessoas que tem necessidades especiais.

Sempre me incomodou o silêncio acerca deste fato. Isto ocorre, acredito, por que somos levados a crer, que por trás da proposta de inclusão só existe boas intenções. Quem na sua sã consciência iria fazer oposição a uma política de inclusão social? A naturalização da proposta “inclusiva” que se coloca, ou melhor, que é colocada como uma “fatalidade” nos impede, muitas vezes, de enxergar a relação de poder que a sustenta.

O certo é que se naturaliza a política de inclusão ou, o que produz o mesmo efeito, tentamos transfigurar está em algo “sobrenatural”, neutra, a-histórica e despolitizada, como se isto fosse possível.

Na atualidade, a educação das pessoas com necessidade educacionais especiais e, em especial, a educação dos surdos vive uma crise de paradigma quanto aos meios e quanto a sua finalidade, embora esta crise seja negada oficialmente. Admitir a crise é concordar com a ausência de consenso, portanto, aceitar as incoerências, as oposições, os descompassos, as negações.

Nos órgãos governamentais não se admite a existência de uma crise de paradigma. Ela é oficiosa. Rupturas e continuidade são manifestas nas políticas públicas voltada para esses sujeitos, mas sob o princípio de adaptações e/ou adequações curriculares. Estas adaptações e adequações oficiais vão de encontro à ordem e o progresso positivista.

Com a emergência das políticas liberais e, mais recentemente, das políticas neoliberais, as reformas educacionais implementadas e em implantação pelos governos FHC, Lula, Dilma e Temer deram um “novo” norte para a educação desta parcela da população: integração, inclusão, bilinguismo, escolas comuns, direitos, igualdade, etc., são termos criados ou redefinidos para nomear as novas propostas ou renomear as antigas.

Não pensemos que estes termos - o que designam - sejam forjados no consenso, na harmonia e na paz. Muito pelo contrário, pois, na arena social, é fecundado e perpassado por relações de poder manifesta pelos diversos atores sociais em cena. Entre

esses atores sociais, temos os surdos sinalizadores e oralizados, as ONGs, os pais, os intérpretes de língua de sinais, os professores, os pesquisadores, os governos em suas esferas nacional, estadual e municipal, médicos, os fonoaudiólogos, a indústria da medicina, etc.

A fala da professora Nídia Sá (2011, p. 17) ao se remeter aos direitos dos surdos a educação é sintomática desta relação de poder conflituosa no uso dos termos: “Sim, a escola é um direito de todos, mas não a mesma escola, não a mesma proposta, pois a mesma escola não atende às necessidades e especificidades de todos”. Ronice Müller de Quadros (2007, [S. p.]), pesquisadora conhecida internacionalmente por sua militância junto aos surdos brasileiros, resume muito bem o que afirmamos:

A escola que os surdos querem e a escola que o sistema apresenta ainda não são convergentes. A peça que os surdos apresentam não se encaixa na forma como as escolas públicas estão organizadas. A educação no país ainda reflete os princípios da política de integração traduzidos como a colocação de surdos na rede regular que ensina na língua portuguesa. Esse é o grande entrave do processo inclusivo dos surdos na educação, impondo um desafio para as propostas governamentais, no sentido de garantir os direitos dos surdos.

Carlos Skliar (1999), um dos principais expoentes dos Estudos Surdos no Brasil, discorda dos encaminhamentos da política de educação especial sob a perspectiva inclusiva imposta aos surdos. Para ele é imprescindível que aja a separação entre educação de surdos e a educação especial: “[...] nesta direção, a educação Bilíngue não pode ser conceituada como um novo paradigma na Educação Especial, mas como um ‘paradigma oposicional’. E acrescenta, em tom de alerta, que “A educação Bilíngue para Surdos [o que inclui a política nacional de educação especial sob a perspectiva inclusiva do governo federal] pode, também, estar fixada ao discurso da deficiência, se as suas estratégias pedagógicas e os seus discursos permanecerem no âmbito da Educação Especial”.

Ana Dorziat (2009, p. 95) é da opinião de “que houve, por parte da elite mundial, uma apropriação conceitual da fala dos excluídos, desvirtuando esta mesma fala com o fim de manter a exclusão”.

Ela acredita que

o refinamento dos processos ideológicos do sistema capitalista, com o advento da globalização e o estabelecimento de políticas neoliberais, mesmo buscando criar um clima de bem-estar social, sempre visou o lucro e a permanência das elites no poder, interferindo também nas ações voltadas para os considerados deficientes. Com isso, se apropriou de conceitos elaborados por forças sociais progressistas e, seguindo a tendência mundial proposta pelas organizações internacionais, procurou, nos últimos anos, implementar a ideia de educação para todos, instituindo-se entre os governos do mundo todo as políticas de inclusão.

A educação especial sob a perspectiva integrada

Até a década de 70 do século passado, o atendimento as pessoas com deficiências ocorriam, quase que exclusivamente, por meio das ONGs – Organizações Não Governamentais - e órgãos do governo com fins assistencialistas, com atendimentos clínicos e jurídicos.

A preocupação com a educação das pessoas com deficiências sempre ficou em segundo plano, embora oferecida por instituições públicas e privadas. A educabilidade ainda não era percebida como condição para a governamentalidade das pessoas com ou sem deficiência. Isto não quer dizer que não tenha sido este o fim da educação especial integrada ou do atendimento assistencial clínico e jurídico. Os fins eram os mesmos, o que diferenciava eram os meios para alcançá-los.

A década seguinte tem início com a promoção pela ONU – Organizações das Nações Unidas, em 1981, como *O Ano Internacional da Pessoa com Deficiência*, conforme foi anunciado no final da década anterior. Seguindo a tendência global, o Estado brasileiro muda sua estratégia com relação as ações com vista a inserção social desses sujeitos. Com este objetivo, em 1980, em Brasília (DF), aconteceu o I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência.

Algumas dessas entidades eram recém-fundadas. Outras irão surgir, posteriormente, como resultado da mobilização das pessoas com necessidades especiais e de seus familiares e amigos que contavam com o estímulo governamental. Neste primeiro encontro na capital do país, fundou-se a Coalisão Nacional, englobando todas as entidades.

Em 1987, na Finlândia, ocorre mais um congresso da Federação Mundial de Surdos – WFD - e o bilinguismo, juntamente com a proposta de integração e inclusão são colocados em pauta pela comissão responsável. A Federação Mundial de Surdos, durante este evento, assume uma posição em prol de *um modelo* de educação Bilíngue, mas se opõe, claramente, à proposta de inclusão já em andamento naqueles anos.

É neste mesmo ano, aqui no Brasil, que os surdos assumem a FENEIDA – Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo, fundada anos antes por diversas entidades de assistência aos surdos, com a participação das APAEs e associações representativas dos pais, como a APADA – Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos - e transformam esta entidade na FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, filiando-se, logo em seguida, a Federação Mundial de Surdos.

A tomada de controle da antiga FENEIDA, a mudança na nomenclatura e a filiação a WFD refletem uma postura nova ao mesmo tempo em que refrata a anterior. É o início organizado, politicamente (e nacionalmente), do movimento surdo brasileiro.

Ainda em 1987, o Presidente José Sarney cria, por decreto, a Coordenadoria Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (Corde), sendo recriada pelo Congresso em outubro de 1989 pela Lei nº 7.853. Neste contexto de reforma ou pré-reforma educacional, também, foi fundada a Associação de Deficientes Auditivos do Rio Grande do Norte, em 1984. Sua sede provisória era localizada no Centro Estadual de Educação Especial – CEESP. Criada mais com o objetivo de atender os interesses do Estado na implementação e implantação da nova política de educação especial, do que atender os anseios da comunidade surda local, esta associação se dissolve logo depois. Era preciso legitimar a nova política pública de educação especial.

A relação conflituosa na gênese da “nova” proposta

Como frisou Beyer (2006, p. 08) “A particularidade da experiência brasileira da integração ou inclusão escolar reside no fato de que sua história não se assenta sobre a iniciativa de pais, familiares e escolas, porém foi articulado por estudiosos da área e técnicos de secretarias”. Nesta mesma década, ou seja, na década de 80, como já nos referimos, a Associação Mundial de Surdos – WFD -, reunida em um congresso na

Finlândia, em 1987 (SILVA, 2008), “resume os anseios da comunidade surda mundial e manifesta suas expectativas [...]”.

Ainda em Silva (2008, [S. p.]) citando Sánchez, temos:

Sobre a questão educacional, os membros da Comissão de Pedagogia e Psicologia do congresso recomendaram a Federação Mundial de Surdos (World Federation of the Deaf, WFD) que comunicasse aos governantes dos países filiados, o que incluí o Brasil, as decisões tomadas acerca da opção educacional. Sobre a educação de crianças Surdas, que esta ocorresse a “[...] lo mas pronto posible y que esta escolarizacion se emplee El lenguaje de signos” . O modelo Bilíngue, em oposição ao Oralismo e a Comunicação Total foi a opção escolhida. Para a Comissão estava claro que “Los niños sordos han de tener el derecho a uma educacion Bilíngue. El lenguaje de signos debe contemplarse como primer lenguaje de los niños sordos, mientras que el lenguaje oral debe ocupar un segundo puesto”.

Observamos que estas recomendações encontram eco na Declaração de Salamanca, de 1994, como podemos ler a seguir, mas *estranhamente* não nos Fundamentos da Educação Escolar para Alunos Surdos, publicados pelo Governo Estadual do Rio Grande do Norte em 1997.

Políticas locais deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância da linguagem dos sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurado a todos os surdos acesso ao ensino da linguagem de sinais de seu país. Face às necessidades específicas de comunicação de surdos e de surdos-cegos, seria mais conveniente que a educação lhes fosse ministrada em escolas especiais ou em classes ou unidades especiais nas escolas comuns’. (grifo nosso).

Esta “omissão” da recomendação da World Federation of the Deaf –WFD - de 1997, no documento que norteou a inclusão dos surdos no sistema comum de ensino do Rio Grande do Norte, reflete e refrata, como diria Bakhtin, posições antagônicas, seja por ignorância, seja por antipatia, não há neutralidade. O que falamos ou deixamos de falar, o que escrevemos ou deixamos de escrever, o que pensamos ou deixa-

mos de pensar, enfim, como agimos ou deixamos de agir, materializa-se no diálogo com o outro.

Diálogo, como já afirmado linhas atrás, nem sempre pacífico. Em trabalho anterior apresentado em um evento científico na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, manifestamos nossas impressões sobre o documento, (SILVA, 2008, [S. p.]) aqui referido:

Nos Fundamentos da Educação Escolar para Alunos Surdos pouca importância foi dada para a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. [...] O que temos nos “Fundamentos” é um discurso apologético a favor da língua oral-auditiva, como se esta fosse a única alternativa como língua de instrução e como veículo para estabelecer diálogo (aspas no original).

As mudanças curriculares acontecem para acompanhar as mudanças sociais já estabilizadas ou em via de estabelecimento. O currículo reflete o momento de sua construção ao mesmo tempo em que projeta o futuro. Concordamos com Silva (1995, p. 194) ao afirmar que o “o currículo é aquilo que nós, professores/as e estudantes fazemos com as coisas, mas é também aquilo que as coisas que fazemos fazem a nós”.

Segundo seus escritos, “há, dessa forma, um nexos muito estreito entre currículo e aquilo em que nos transformamos. O currículo, ao lado de muitos outros discursos, nos faz ser o que somos” (SILVA, 1995, p. 196). Aqui, somos levados a questionar: Quem somos nós afinal? Quem são as pessoas com necessidade educacionais especiais? Quem são os surdos? Somos, assim como eles, uma invenção *também* do currículo. Uma invenção da modernidade e da pós-modernidade. Da contemporaneidade.

É dessa forma que também currículo e poder estão mutuamente implicados. Não no sentido mais convencional, embora crítico, de que o conhecimento corporificado no currículo está contaminado, via ideologia, pelo poder. Mas no sentido foucaultiano de que o currículo, como corporificação de saber, está estreitamente vinculado ao poder. O poder não é algo que, de fora, determina que forma assumirá o saber inscrito no currículo. O pode estar inscrito no interior do currículo. (SILVA, 1995, p. 197).

A educação especial sob a perspectiva inclusiva

Na década de 90, como resultado da mobilização da sociedade civil organizada na década anterior e com os fundamentos neoliberais postos, tem início ações mais efetivas para a reforma educacional. Na agenda mundial dois megaeventos: um que deu origem a Declaração Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, em 1990, e outro que possibilitou a Conferência Mundial sobre as Necessidades Educacionais Especiais, na Salamanca, em 1994.

Sobre a materialidade das propostas dos dois eventos no contexto local e nacional, escreveu Silva (2007, [S. p.]):

No início dos anos 1990, sob a influência dos ditames constitucionais e, diante das novas incumbências do Ministério Público na garantia de uma escola para todos, a educação inclusiva no Brasil passou a ser objeto de discussões, análises, reflexões e preocupações de professores e pesquisadores da área no que tange a atuação da escola pública. Essas discussões foram sendo assumidas pelos que respondiam pela Educação Especial, no Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Especial, cuja opção pela construção de um sistema educacional pautado na educação inclusiva vinha se desenhando em resposta à Declaração Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, 1990 e, posteriormente, em 1994, na Espanha, por ocasião da Conferência Mundial sobre as Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, mais conhecida como Declaração de Salamanca.

No contexto norte-rio-grandense, segundo Joiran Medeiros da Silva, que até o final de 2010 coordenava a Subcoordenadoria de Educação Especial do Rio Grande do Norte – SUESP, e que atuou, posteriormente, como conselheiro do MEC junto ao CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - o processo de transição da educação especial integrada para a educação especial inclusiva teve início em 1991, portanto, anos antes de Salamanca.

Este acontecimento já foi analisado por nós em trabalhos anteriores, nos quais, apontamos que, com relação aos surdos, “[...] a proposta adotada pela Secretaria de Educação do Estado e dos municípios [do Rio Grande do Norte] trouxe poucas mudanças significativas e, em certos aspectos, foi à coroação da Filosofia Oralista” (SILVA,

2008). E ainda que, ao contrário do que muitos acreditam: “O discurso da educação inclusiva para surdo é um discurso anterior a Salamanca e que, posteriormente, é enxertado ao discurso sobre Salamanca”.

Ou seja, o conceito de educação inclusiva para Surdo inexistia na declaração, mas é associada a ela pelos seus defensores em sua fala e em seus escritos posteriores. Sua gênese pode ser encontrada na visão de surdez como patologia, no Surdo como deficiente. (SILVA, 2008, [S. p.]).

Para o Estado, com a política de redução de custo, o desmanche das escolas e classes especiais era uma alternativa animadora. Uma estrutura paralela à escola comum não se sustentava mais diante os ditames dos fundamentos socioeconômicos e políticos do neoliberalismo. Escolas e classes com no máximo 10 alunos por turma, e ainda com profissionais de apoio: diretor, coordenar, ASGs, etc, já não era aceitável. No Rio Grande no Norte, os professores “ainda” tinham uma diferença salário de 20% em cima do salário base.

Com isso, tem início, então, a campanha de desmanche. As escolas e classes especiais, vistas como positivas até bem pouco tempo, logo são acusadas, primeiramente, de “somente” integrar, e, em seguida, de segregar. Esta inversão no discurso de muitos que promoveram a educação especial integrada era sintomática do estabelecimento de uma nova estrutura econômica e social. O seu contexto mais amplo são as reformas educacionais brasileiras.

Conclusão

Da regularidade dessas instituições a irregularidade das mesmas o percurso foi curto, rápido. Vem-nos à mente as palavras de Giroux (1995): “A retórica da eficiência baseada no custo, da reestruturação, da reengenharia e do enxugamento tornaram-se palavras de código para amarrar a educação de forma ainda mais estreita aos imperativos ideológicos e econômicos do mercado de trabalho”.

No decorrer da pesquisa, percebemos também que a ideia de integração pode ser entendida tanto como a inserção de alunos com necessidades educacionais especiais em turmas/classes comuns, como a inserção de turmas/classes especiais em escolas comuns.

Alguns teóricos argumentam que a diferença entre a inserção de alunos com necessidades educacionais especiais nas turmas/classes comuns, sob a perspectiva integrada e inclusiva, é que, na primeira opção, os alunos devem ser adequar à escola, e, na segunda, a escola aos alunos.

Referências

- BEYER, Hugo Otto. *Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais*. 2. ed., Porto Alegre: Mediação, 2006.
- COELHO, W. L. R. A política de inclusão escolar dos educandos com necessidades educacionais especiais sob a lógica do receituário neoliberal. In: II Seminário Nacional sobre Educação e Inclusão Social de Pessoas com Necessidades Especiais. 2006, Natal. *Anais...* Natal: UFRN. 2006.
- DORZIAT, A. *O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão*. (coleção educação inclusiva). Petrópolis: Vozes, 2009.
- GIROUX, Henry A. Praticando Estudos Culturais nas faculdades de educação. . In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Alienígenas na sala de aula: introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- QUADROS, Ronice Müller. Inclusão de surdos: pela peça que encaixa nesse quebra- cabeça. In: *Ensaaios pedagógicos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007, p. 105-108.
- REILY, Lucia. O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, Aug. 2007. Availablefrom. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 16 jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782007000200011>.
- SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo e identidade: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) *Alienígenas na sala de aula: introdução aos Estudos Culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995
- SILVA, José Edmilson Felipe da; Fundamentos para a educação dos Surdos: doze anos depois uma análise dos documentos e do referencial teórico que norteou a “inclusão” dos surdos no Rio Grande do Norte. In: III Seminário Nacional sobre Educação e Inclusão Social de Pessoas com Necessidades Especiais. Natal. *Anais...* Natal: UFRN. 2008.
- SILVA, J. M. Trajetória da educação especial no RN: da integração a inclusão. In: *Ensaaios pedagógicos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2007, p. 149-156.
- SKLIAR, Carlos. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, Carlos. (Org.) *Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos*. v. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 7-14.
- SOARES, Maria Aparecida Leite. *A Educação do Surdo no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, Autores Associados, 1999.

O TEXTO LITERÁRIO NO LIVRO DIDÁTICO E A ABORDAGEM DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

ALDENICE DE SOUZA ARAÚJO (UPE/CAMPUS MATA NORTE)
CLEBER ATAÍDE (UFRPE)

Introdução

É fato que existe uma camada social que desconhece ter sido a variedade padrão escolhida para a comunicação oficial do país devido ao fato de que essa forma de falar e escrever deriva daquela utilizada “pelos cidadãos mais influentes da região mais poderosa do país”. Sendo assim, a escolha dessa variação é a representação da “expressão do poder, da cultura” desse grupo dominante e “transformada em única expressão da única cultura”, portanto o domínio da variação culta “passou a ser necessária para obter-se acesso ao poder.” (POSSENTI, 2002, p. 51). Diante dessa realidade, cabe à escola, em suas estratégias didáticas, levar para dentro da sala de aula as variedades linguísticas existentes na sociedade. Para apoiar essa situação didática, o professor tem como suporte o livro didático. Mas de que maneira esse material aborda a questão das variedades linguística social, regional, técnica? Será que essa abordagem atende o objetivo de ensino ou há lacunas que necessitam de maior conhecimento por parte do profissional para preenchê-las?

A língua não deve ser ensinada descontextualizada da realidade dos alunos. É necessário que os textos lidos em sala de aula possam atender aos objetivos traçados pelo professor. Mas antes de ensinar o uso da língua como variação, o mais importante é transformar os alunos em leitores amadurecidos que possam questionar o mundo através de suas leituras e desenvolvam competência em sua forma de interpretar o que está sendo lido. Para isso, é que se trabalha o letramento literário que apresenta em seus objetivos a partir da leitura do texto, motivar o aluno para interpretação do objeto lido permitindo a ele o compartilhamento dessa interpretação com a sua comunidade escolar. Tendo em vista que o material permanente e

de principal acesso aos textos é o livro didático, este trabalho se desenvolve a partir da análise dos textos literários que servem de base para abordar questões relacionadas ao estudo da língua e de suas variações nesses contextos.

Texto como pretexto

Para quê e para quem se escreve são os objetivos de um texto. O primeiro ponto se requer o ato de leitura e o segundo um leitor que possa interagir e compreender o que ali se propõe. Foi a partir desse pressuposto que Lajolo (1988, p.52) defendeu em seu artigo: Texto e Leitor a importância do texto literário nas aulas de língua portuguesa. Segundo a autora, o texto tem a função de estar voltado para um público leitor que deveria realizar a leitura como um “ato radicalmente solitário de leitura, contrapartida do igualmente solitário ato de escritura”. Por isso ele não deve ser usado como pretexto.

Alguns anos depois, a autora percebe que não se pode ensinar algo sem que o texto seja tomado como pretexto. A partir daí Lajolo (1988) ressignifica suas afirmativas da seguinte forma:

A matéria central de “O texto não é pretexto” apontava equívocos de práticas escolares que se valiam do texto para *outras coisas*. Condenava atividades com textos que, a partir deles, pretendessem, por exemplo, ensinar gramática ou inculcar valores morais e éticos. Radicalizando, o ensaio postulava completa *autonomia* do texto, e construía imagens de leitor e de escritor como figura solitárias, cujo encontro por meio do texto parecia dar-se *fora* de situações sociais e discursivas. (LAJOLO, 2009, pp. 103 – 104).

Tomar o texto como pretexto é o que o livro didático faz. Para uns, esse material está repleto de falhas, porque além de apresentar textos fragmentados ainda os utiliza para diversos propósitos. Nestes, o texto literário é apenas um caminho para ensinar a variação linguística ou a variação de gêneros textuais ou até mesmo questões que envolvem o domínio da norma padrão. Mas como esse material é utilizado com a denominação de manual didático, fica a critério de cada professor desenvolver suas estratégias didáticas direcionando o manuseio do mesmo como suporte de apoio.

Mas se o texto não fosse pretexto o que ele deveria ser? Ora, mesmo com a intenção de abordar o texto literário, ou de regiões brasileiras, ou realidade social para mostrar a distribuição de renda, em qualquer situação ele seria sempre o pretexto. Porque, tomando como premissa de Lajolo (2009, p. 104):

O caráter coletivo da leitura que a escola patrocina pode também recuperar o caráter coletivo e socializado de práticas sociais de leitura e de escrita [...] A me levar ao pé da letra, a escola não poderia trabalhar com nenhum tipo de texto: levados para classe, artigos de jornal deixam de ser artigos de jornal, letras de música deixam de ser letras de música, e contos deixam de ser contos.

Quando se afirma, neste artigo, que o livro didático selecionado como *corpus* de análise utiliza o texto literário como pretexto para ensinar a variação linguística não quer dizer que usar o texto dessa forma seja inaceitável. O que se quer afirmar é que o texto deveria estar exposto, ali, com pretexto para a leitura literária assim como para os outros objetivos. Dentro desse viés, Jobim (2009, p. 123) afirma que:

[...] o aluno é, concomitantemente, elo transmissor e receptor em uma cadeia significativa contínua. Quando um texto se apresenta ao aluno, não se apresenta diante de um receptor passivo e isolado, nem esse texto é, ele próprio, um elemento isolado: é contextualizado, inserido em múltiplos sistemas significativos.

Não se pode abordar um texto para extrair dele informações supérfluas, porque estas já estão expostas e não oferecem desafios ao leitor. Nos contratos entre texto e leitor está o preenchimento dos vazios do texto que são os sentidos dados a este pelo leitor.

Se o livro didático toma o texto como pretexto para o ensino da variação linguística o que se espera é que as propostas ali apresentadas possam permitir ao aluno o conhecimento de sua multiculturalidade assim como o plurilinguismo e o multilinguismo existente no Brasil.

Sobre isso, podemos dizer que a variação linguística não engloba apenas a forma como o homem do campo fala em relação ao homem culto, ou a forma como

os grupos sociais: surfistas, blogueiros, grafiteiros etc. usam para se comunicar. Os PCN (BRASIL, 1988, p. 82) garantem que a variação linguística seja incluída nas aulas de Língua Portuguesa, uma vez que “[...] o estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno”.

Simões (2006, p. 16) afirma que “[...] ninguém escreve como fala nem fala como escreve.”. Por isso, a escola deve ensinar ao aluno que nem sempre a forma de falar é aquela que deve ser utilizada em textos escritos, a não ser que seja um texto literário, pois este, em sua estilística, é livre para ser escrito de acordo com os objetivos ali presentes. Diante disso, a autora acrescenta que:

É obvio o compromisso da escola com o domínio da língua em seu registro padrão, o qual é manifestado, na escrita, pelo estilo formal. Contudo, o período de letramento quase sempre coincide com choque entre a variante popular (do aluno) e a variante padrão (do professor), especialmente nas metrópoles.

Nessa perspectiva, cabe à escola ensinar as variações sociais e apresentar os fatores que levam às diferenças entre os falares brasileiros, pois como reflete Ribeiro (2007) “A frustração pessoal é grande quando nos sentimos diferentes da maioria das pessoas [...] Ser diferente é ser discriminado, pensar diferente é ser banido [...]”. Para que o aluno não se sinta diferente devido à sua forma de falar, o ensino deve abranger as diversas culturas. É importante que o professor aborde, com seus alunos, de que forma essa variedade linguística surgiu entre nós. Não precisa ser professor de História para abordar as heranças culturais, tendo em vista que o ensino da literatura também faz esse papel, portanto tomando as análises de Simões (2006, p. 68) é importante que seja esclarecido para os alunos que:

Em algum lugar do passado, o negro escravo aqui chegado é levado a falar a língua local, a nossa língua, pelo processo de aculturação. Mas os hábitos linguísticos por ele trazidos exercem forte influencia sobre a nova língua.
[...]

A língua do negro escravo – remanescente do crioulo português – é uma das variantes do português do Brasil, além da variação regional e social [...].

Mas, infelizmente, como afirma Faraco (2015, p. 20), tratar a variação linguística nos livros didáticos depende de um bom planejamento de aula, tendo em vista que eles “têm dado um tratamento muito superficial ao tema, no mais das vezes limitado à apresentação, algo folclorizada, da variação geográfica ou um tanto quanto estereotipada das falas rurais”.

O professor considera positivo o resultado do trabalho com o processo do letramento literário aplicado em sala de aula quando os alunos já são capazes de realizar as leituras dos textos literários e se posicionarem em relação ao seu conteúdo. Esse posicionamento pode ser através de uma interpretação contextualizada em relação ao tema, aos recursos poéticos, à realidade dos alunos em relação ao que o texto aborda entre outras. Para Rojo e Cordeiro (2010, p. 8):

A leitura do texto é ocasião que pode propiciar aprendizado de estratégias variadas a que o leitor recorre e, na produção, são agenciadas estratégias de planejamento, revisão e editoração. O texto ainda se constitui propriamente num objeto de estudo, mas num suporte para o desenvolvimento de estratégias necessárias ao seu processamento.

Isso ressalta o que já foi afirmado anteriormente em relação ao uso do texto como pretexto, pois não é a forma como livro didático o apresenta, mas sim as estratégias escolhidas para trabalhar com ele, pelo professor, que vai resultar em algo positivo ou não.

E agora, como fazer?

O Livro didático escolhido para analisar o *corpus* foi o *Projeto Telaris* de Língua Portuguesa para o 6º ano do ensino fundamental. O material escolhido são os textos presentes na unidade I que abordam o gênero “causo”/conto. Como complementação dos textos, são abordados também: um poema desafio, um poema

canção e um poema lírico. Em todos eles, foi apresentado o objetivo de trabalhar a variação linguística.

Após a seleção das atividades no livro didático, verificamos o que dizem os PCN (BRASIL, 1988) a respeito do trabalho com a variação da língua para, em seguida, analisar o manual do professor e, finalmente, comprovar se o que se pede nas atividades também está priorizando o processo de letramento literário.

Letramento Literário e a variação linguística: uma proposta a se pensar

A análise do livro didático foi realizada principalmente nos textos apresentados nas quatro primeiras unidades do livro, uma vez que nessa parte do material didático os autores analisam o gênero conto. Diante disso, verifica-se uma preocupação com o letramento literário. Porém, o que se está a fazer aqui não é a exposição do trabalho com tal objetivo, mas sim, procurar verificar de que forma os textos literários são utilizados nas estratégias do livro didático *Projeto Telaris* com o intuito ensinar a variação linguística. O texto principal é “O bisavô e a dentadura” de Sylvia Orthof.

A seguir, apresentamos uma análise da exploração do texto “O bisavô e a dentadura” de Sylvia Orthof.

Neste texto, o tema de destaque é apresentado em relação à culinária mineira. Encontram-se as marcas de oralidade típicas de falante de Minas Gerais. Vejamos um trecho do texto:

Para contar a história, é preciso imaginar uma velha fazenda antiga. Dentro da fazenda, uma vetusta (socorro, que palavrão!) mesa colonial, muito comprida de jacarandá, naturalmente. Em volta da mesa, tudo que mineiro tem direito para um bom almoço: tutu, carne de porco, linguiça, feijão-tropeiro, torresminho, couve cortada bem fina... e eu nem posso descrever mais, porque já estou com excesso de peso, só de pensar: hum, que delícia!(BORGATTO, BERTIN e MARCHEZI, 2014, p. 19).

Os primeiros passos, as autoras sugerem trabalhar a leitura e interpretação. Esta é realizada de tal forma que o aluno possa partir “[...] do entretecimento dos enunciados, que constituem as inferências, para chegar à construção do sentido do texto, dentro de um diálogo que envolve autor, leitor e comunidade.” (COSSON, 2014, p. 64). Mas o livro considera como interpretação “as habilidade de localizar informações e de levantar dados e fatos importantes do conto.” assim como “questões de inferências simples.”. (BORGATTO, BERTIN e MARCHEZI, 2014, p. 21). É dessa forma que o manual do professor orienta este a trabalhar com o texto. Entre as questões, podem ser observadas as seguintes:

1. [...] Como essa família é apresentada?
2. Qual era a chateação que as pessoas da família faziam com o bisavô? Como ele reagia? (Idem, 2014, p. 21).

Há outras questões solicitando que o aluno complete lacunas, transcrição de fala dos personagens para comprovar respostas.

Após explorar a estrutura de um conto e de um causo, o livro começa a sua abordagem em relação à “Linguagem do texto: linguagem informal e linguagem formal” (BORGATTO, BERTIN e MARCHEZI, 2014, p. 24). Mas a introdução é feita com questões a respeito da variação existente no texto, tais como:

1. Leia em voz alta e com bastante expressividade a fala do bisavô retirada do conto e essa mesma fala escrita de outra forma, ao lado: [...]

Ao lado da questão, se apresenta uma tabela com duas colunas:

Fala do avô transcrita do conto	Fala do avô reescrita com alterações de linguagem
“- Tá desculpado, num tem importância. Eu já tava me aborrecendo com a história, mas tão desculpados. Mas até que tô achando bom ficar banguela: vou comer tutu e sopa... e doce de leite mole, ora!”	- Está desculpado, não tem importância. Eu já estava me aborrecendo com a história, mas estão desculpados! Eu já estou achando bom ficar banguela: comerei tutu e sopa... e doce de leite mole!

Apesar de o objetivo do livro ser explorar a variação da linguagem, o que se pode perceber é o ensino voltado para a questão do que “é certo” ou “errado”, como é mostrado na coluna acima. É a isso que Lajolo (1988, p. 57) se referia quando defendia que o texto não poderia ser usado como pretexto:

[...] o objetivo de proporcionar ao aluno contato com modalidades cultas do português não pode ser pretexto para limitar a isso o trabalho com o texto, pois o texto não está em função da linguagem, mas vice-versa.

Mesmo defendendo, alguns anos depois de haver feito tal afirmativa, que o texto pode ser usado como pretexto, o que está sendo percebido no livro didático analisado é que a função do texto é apenas o suporte da linguagem sem levar em consideração qual a função desta para aquele contexto.

Nas orientações do manual do professor se encontra o seguinte objetivo em relação a questão exposta anteriormente:

Prof.(a), espera-se que sejam percebidas as diferenças em relação ao uso típico da linguagem informal em: tá, nun, tava, tão, tô; ao uso de expressões da oralidade como “até que tô” e “ora”; e as formas sintéticas e analíticas, como em: comerei vs. vou comer. (BORGATTO, BERTIN e MARCHEZI, 2014, p. 24).

Se o pretexto do livro é explicar a variação da língua que o texto apresenta, então está faltando a historicidade da língua, como aborda Simões (2006, p. 66), “[...] a evolução (ou mudança) é uma constante nas línguas vivas e carece de estudo pormenorizado e diferenciado, dado que cada língua é um sistema particular com características próprias.”.

Na questão sete, solicita-se ao aluno que indique “um trecho ou expressão que demonstre [...] marcas de oralidade na fala do narrador”, e como marcas de oralidade a definição é que são “certas expressões típicas da língua falada”. Nas orientações ao professor são apontadas as expressões: “socorro, que palavrão; naturalmente; e eu nem posso descrever mais, porque já estou com excesso de peso, só de pensar: hum que delícia; etc”. (BORGATTO, BERTIN e MARCHEZI, 2014, p. 25).

Quanto à diferença entre o texto oral e escrito, Jobin (2009, p. 119) afirma que:

O texto também permite ao aluno visualizar as diferenças entre a linguagem oral e a escrita. Comumente, na situação oral, o discente tem a seu favor uma série de elementos complementares de sua mensagem linguística. Para começar, se o contexto situacional da comunicação é o mesmo para o emissor e para o receptor, então há uma série de coisas que podem ser suprimidas do discurso, por serem óbvias.

Estes elementos a que o autor se refere são os gestos feitos entre os sujeitos da comunicação.

O que se pode perceber nas atividades sugeridas é justamente aquilo que Faraco (2015, p. 26) temia ao afirmar o seguinte:

Não é mais possível continuar rechaçando pura e simplesmente a nossa realidade linguística. Ela não está pedindo condenação, mas explicação. Trata-se, portanto, de compreendê-la, de incorporá-la a nossas preocupações político-pedagógicas e de avançar na construção de uma pedagogia que seja capaz, de fato, de dar acesso à expressão culta sem demonizar as expressões ditas populares.

Compreende-se que ao pedir que a fala do personagem “o avô” seja reescrita de uma linguagem informal para a formal o que se está fazendo é a demonização das “expressões ditas populares”. Levando em consideração as orientações contidas nos PCN (BRASIL, 1988, pp. 82 – 83), o que deveria ser sugerido ao professor seria a questão da fala do “avô” tendo em vista a diferença de idade que resulta em uma forma de falar diferenciada como pode ser vista nesta sugestão: “[...] levantamento das marcas de variação linguística ligadas a gênero, gerações, grupos profissionais, classes social e área de conhecimento [...]”.

Na seção “Conexões” há uma referência à culinária regional mineira a partir do seguinte fragmento “Em volta da mesa, tudo que mineiro tem direito para um bom almoço: tutu, carne de porco, linguiça, feijão-tropeiro [...]”. (BORGATTO, BERTIN e MARCHEZI, 2014, p. 28). Nessa página se encontra a explicação dos pratos “Tutu” e “Feijão-tropeiro”. Dando continuidade, na mesma página, se encontra um texto do

gênero desafio “Desafio do homem e da mulher” de José Fortuna; na página 29 há o gênero letra de música “O casamento da Rosa” de Luiz Gonzaga. Mas como foi mostrado anteriormente, não há nenhuma intenção, no livro, de trabalhar os poemas como leitura literária e mesmo que estejam ali como conexão para a abordagem da variação linguística não se faz menção a nenhum trecho que faça parte dos gêneros citados.

O que vem nas páginas seguintes “30 e 31” é a definição das variedades linguísticas – linguagem formal e informal. Para abordar a variação regional se apresenta um poema de Renato Teixeira “Cuitelinho” na página 32, apenas com o pretexto de explorar algumas palavras que variam de acordo com a região. Essa variação se estende até a página 33 e o último tópico para abordagem da variação linguística aparece na página 34 como “Grupo social: idade, profissão, nível de escolaridade”. Para encerrar a unidade, é feita uma revisão do que foi visto.

Considerações

Percebeu-se ao longo da unidade primeira do livro didático *Projeto Telaris* de Português que os textos ali abordados não se voltaram, em suas atividades, para um trabalho com a literatura exatamente. A leitura literária permite ao aluno desenvolver em seus costumes o gosto para ler textos literários sejam estes em versos – poemas - ou em prosa - narrativos. Mas o objetivo ali presente, nesta análise, ficou bastante claro ser a exploração de temas voltados para a variação linguística.

Não é que utilizar o texto para atender tal expectativa seja um ato condenável, o que se quer esclarecer é que o texto, como afirmou Lajolo (2009) pode ser usado como pretexto em sala de aula contanto que ele não perca a sua essência. Explorar a linguística através dos textos lidos é de uma riqueza extraordinária, mas se deve acrescentar a essa estratégia o estudo também dos recursos poéticos e a exploração temática ali presente. Deve-se permitir ao aluno perceber que a abordagem feita naqueles textos pode dialogar com o seu dia a dia e dessa forma fazê-lo sentir-se menos excluído e mais cidadão com seus direitos ao invés de apenas deveres.

Estudar a variação linguística é sinônimo de cultura, tendo em vista o Brasil ser um país multi e pluri cultural, mas estudar literatura é um passo para transformar

uma geração que se forma a partir da escola em seus ideais e em seu reconhecimento como ser humano. Se a literatura não tivesse o poder de transformar o ser humano não teria sido tão temida na época da Inquisição nem tampouco na Ditadura militar brasileira.

Referências

- ALMEIDA, Milton José de et al. . GERALDI, João Wanderley (org.). *O texto na sala de aula* 3ª ed. São Paulo: Ática, 2002. Pag. 47 a 79.
- ARAÚJO, Marcilene de Assis Alves. *Linguagem e identidade cultural: uma abordagem Sociolinguística*. Campo Grande: Web-Revista SOCIODIALETO, 2011.
- BORGATTO, Ana Trinconi, BERTIN, Terezinha e MARCHEZI, Vera. *Projeto Teláris: Língua Portuguesa*. 6º Ano. São Paulo. Ática, 2014.
- BRASIL. MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa/Secretaria do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: construções e ensino*. In ZILLES, Ana Maria Stahl. FARACO, Carlos Alberto (org.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. Páginas 19 a 30.
- JOBIN, José Luíz. *A literatura no ensino médio: um modo de ver e usar*. In LAJOLO, Marisa et al. ZILBERMAN, Regina (org.). *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. 8ª ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1988. Pag. 113 a 137.
- LAJOLO, Marisa et al. ZILBERMAN, Regina (org.). *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. 8ª ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1988.
- _____. *O texto não é pretexto*. In LAJOLO, Marisa et al. ZILBERMAN, Regina (org.). *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. 8ª ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1988. Pag. 51 a 62.
- _____. *Escola e leitura: velha crise, novas alternativas*. SILVA. Ezequiel Theodoro da et al. ZILBERMAN, Regina & ROSING, Tania M. K. (organizadoras). *Coleção Leitura e Formação*. São Paulo: Global, 2009.
- _____. *O texto não é pretexto. Será que não é mesmo?* In _____. *Escola e leitura: velha crise, novas alternativas*. SILVA. Ezequiel Theodoro da et al. ZILBERMAN, Regina & ROSING, Tania M. K. (organizadoras). *Coleção Leitura e Formação*. São Paulo: Global, 2009. Páginas 99 a 112.
- POSSENTI, Sírio. *Gramática e Política*. IN BOTELHO, Profa. Dra. Cristina. Páginas 47 a 79.

RIBEIRO, Sandra Mara Martins. *Professores e suas relações com a diversidade cultural no Cotidiano escolar: uma abordagem da educação Multicultural*. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2007/Simp%C3%B3sio%20Academico%202007/Trabalhos%20Completo/Trabalhos/PDF/60%20Sandra%20M.%20M.%20Ribeiro.pdf>

ROJO, Roxane. CORDEIRO, Glaís Sales. *Apresentação – gêneros orais e escritos como objetos de ensino: modo de pensar, modo de fazer*. In SCHNEUWLY, Bernard. DOLZ, Joaquim e colaboradores. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização: ROJO, Roxane e CORDEIRO, Glaís Sales. 2ª ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2010. Páginas 7 a 16.

SCHNEUWLY, Bernard. DOLZ, Joaquim e colaboradores. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização: ROJO, Roxane e CORDEIRO, Glaís Sales. 2ª ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2010.

SIMÕES, Darcila. *Considerações sobre a fala e a escrita: fonologia em nossa chave*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ZILBERMAN, Regina & ROSING, Tania M. K. (organizadoras). *Coleção Leitura e Formação*. São Paulo: Global, 2009. Páginas 99 a 112.

ZILLES, Ana Maria Stahl. FARACO, Carlos Alberto (org.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

O TRATAMENTO DADO À VARIAÇÃO LINGUÍSTICA POR UM LIVRO DE ENSINO FUNDAMENTAL¹

ANTONIO LISBOA DE SOUSA VIEIRA (UPE/CAMPUS MATA NORTE)
CRISTINO MONTEIRO DA COSTA FILHO (UPE/CAMPUS MATA NORTE)

Introdução

Fato amplamente discutido e estudado na academia e, ao mesmo tempo, tão vivenciado por todos no dia-a-dia, é sem dúvida a variação linguística. Com os trabalhos de William Labov iniciados na década de 1960, que fundaram a chamada Sociolinguística Variacionista, esse fenômeno passou a ganhar a atenção de diversos pesquisadores dos estudos relacionados à língua, ganhando espaço no meio acadêmico e na mídia.

Apesar disso tudo, é possível afirmar que a Escola parece ser uma zona de resistência a esse fenômeno, não dando o devido trato às questões envolvendo a variação da língua, ainda que não faltem relevância e recorrência sociais e respaldo científico para justificar o tratamento do tema nas instituições de ensino de Educação Básica.

É consenso que o estudo de línguas deve ser realizado em prol de uma competência linguística de maior amplitude. E faz parte dessa amplitude, um fenômeno de grande complexidade que tem como denominação variação linguística. Por isso, procuramos confirmar essa hipótese a partir de um estudo desenvolvido com um livro didático de Ensino Fundamental, o qual parece não dar a devida atenção a um tema de tal relevância, nem quantitativamente, nem qualitativamente.

1. Artigo apresentado durante a realização da disciplina Função Sociossimbólica da Linguagem do Mestrado Profissional em Letras do Campus da Mata Norte da Universidade de Pernambuco, ministrada pelo professor Dr. Cleber Ataíde.

Variação linguística e a escola

O modelo da pedagogia progressista, diferentemente do modelo tradicional, tem como sua principal marca o fato de permitir que os conhecimentos e experiências dos alunos participem ativamente na construção do saber em sala de aula. Os estudantes têm voz e esta não deve ser silenciada, mas sim fazer parte do momento de aprendizagem, enriquecendo a interação entre os envolvidos na construção de novos conhecimentos. E, de acordo com Travaglia (2009), para que tenhamos usuários da língua com uma competência comunicativa mais desenvolvida faz-se necessário que se abram as escolas para a pluralidade dos discursos.

Nesse modelo, a postura do professor não deve ser de quem é o único que detém o conhecimento, o qual será introduzido nos alunos, que seriam desprovidos de saberes; pelo contrário, a postura do professor orientado pela pedagogia progressista é de valorização dos saberes e da cultura dos educandos, compreendendo -os e articulando-os com a prática pedagógica. Freire (2011), em relação à pedagogia de alfabetização, afirma:

Desde o começo, na prática democrática e crítica, a leitura do mundo e a leitura da palavra estão dinamicamente juntas. O comando da leitura e da escrita se dá partir de palavras e de temas significativos à experiência comum dos alfabetizandos e não de palavras e de temas apenas ligados à experiência do educador. (Freire, 2011, p. 41)

Desse modo, podemos afirmar que, assim como a experiência do aluno, deve fazer parte da prática pedagógica, sua língua, seu modo de falar deve ser considerado nas aulas de língua portuguesa, seja este representativo de uma variante linguística de prestígio ou não. Isso tornará o desenvolvimento do nível de letramento e o acesso à variedade culta ou mesmo ao padrão linguístico de modo mais justo para estudantes provenientes de classes sociais ou regiões diferentes. Quanto a isso, Cyranka (2015) afirmar que:

Há que se desenvolver uma nova atitude do professor de português. Ele precisa se lembrar, antes de tudo, de que não vai “ensinar” o que os alunos já sabem, ele não vai ensiná-los a falar português. O que cabe ao professor é, simplesmente, considerando as experiências reais de seus alunos quanto ao uso da língua portuguesa, considerando a variedade linguística que eles utilizam e sua capacidade de nela se expressarem, conduzi-los nas atividades pedagógicas de ampliação de sua competência comunicativa. (Cyranka, 2015, p. 35)

Além disso, uma pedagogia da variação linguística se justifica inclusive na educação de alunos provenientes de classes mais favorecidas, não só para se desenvolver uma compreensão mais científica da realidade linguística, como também para se valorizar a diversidade cultural. Segundo Gonçalves e Andrade (2006, p.3)

Desenvolver a competência plurilíngue é valorizar a construção da identidade através do contacto com outras línguas e culturas promovendo-se uma educação para a cidadania e de abertura e respeito pela diferença. O contacto com outras vivências e outros modos de ser e estar na vida promove o enriquecimento humano e fomenta uma maior abertura de espírito conducente à compreensão e aceitação de outras maneiras de pensar, de encarar a realidade e de agir, construindo-se, desta forma, uma competência plurilíngue e intercultural.

Para Bagno (2012), a escola é lugar de “socialização”, dado o fato de que os estudantes entram em contato com outras comunidades, modos de ser e de falar. Assim, o desenvolvimento da competência plurilíngue e intercultural deve ser também um dos objetivos do ensino de português como língua materna.

O desenvolvimento da competência comunicativa para os mais diversos tipos de situação de interação além da compreensão real do fenómeno linguístico são, desse modo, viáveis no ensino de língua portuguesa como língua materna. Essa compreensão envolve uma postura desmitificada e científica no trato da língua, reconhecendo-a como capacidade da espécie humana, em sua dimensão histórica, social, cultural e cognitiva.

Aspectos peculiares da variação

A variação é indiscutivelmente inerente a qualquer língua. Segundo Bagno (2012, p. 119), “a contribuição mais importante da sociolinguística é decerto sua firme postulação do caráter intrinsecamente heterogêneo de toda e qualquer língua humana viva”. Assim, é correto afirmar que a língua em qualquer sociedade não apresenta uma única forma, mas sim um conjunto de variedades. Variedades essas que representam os diferentes estágios do processo natural de mudança linguística, que se dá ao longo do tempo.

Apesar de não ser tão bem recepcionada pela gramática normativa, a mudança linguística é fato inerente a qualquer língua, uma vez que a língua é parte dos indivíduos, da sociedade e da cultura; se esses elementos mudam, com a língua não poderia ser diferente. A escola e a sociedade em geral têm, no entanto, dificuldade em reconhecer essas mudanças, dada a forte normatização linguística e ao prestígio dado à norma padrão do idioma, devido à supervalorização da modalidade escrita da língua em nossa sociedade. Essa dificuldade gera a estigmatização das variedades decorrentes dessa mudança natural, conforme explica Bagno (2012):

Na obra de Camões (século XVI), encontramos *frauta*, *frecha*, *ingrês*, *pranta*, *pruma*, etc. Nas variedades estigmatizadas do PB, o rotacismo é extremamente frequente, sendo em muitas delas o único encontro consonantal possível. A articulação de [r] depois de oclusivas (*p*, *t*, *k*, *b*, *d*, *g*) parece ser mais cômoda do que a de [l]. No italiano, os encontros consonantais latinos com [l] tiveram a consoante substituída por [i]: *fiore* ('flor'), *chiaro* ['kɪaro] ('claro'), *chiave* ['kɪave] ('chave', do latim *clavis*), *piacere* [pia'ʃere], ('prazer', do latim *placere*), *più* ('mais', do latim *plus*), etc. Em variedades do sardo (língua falada na ilha da Sardenha, do mar Mediterrâneo) encontramos, por exemplo, palavras como *pranta* ('planta'), *craru* ('claro'), *frore* ('flor') etc. (Bagno, 2012, p. 156)

Como se pode observar, palavras de variedades não prestigiadas do Português Brasileiro como por exemplo 'bicicreta' ou 'pobrema' seguem a lógica de mudança natural da língua ao longo do tempo. É provável que se não fosse o 'controle' da mídia e da língua escrita, essas formas se tornassem hegemônicas em praticamen-

te todo o Brasil, o que não seria de nada prejudicial, uma vez que essas formas se prestam à comunicação tão bem quanto às demais.

Após uma breve exposição do tema sobre variação linguística, a seguir, apresentamos a análise do livro didático escolhido para realização desta investigação.

Análise do livro didático posto em discussão para a feitura do presente artigo

Aqui, analisamos um material didático de Língua Portuguesa. Trata-se do livro **Português**, oitavo ano, coleção *Para Viver Juntos*, edições SM, 2009, das autoras Ana Elisa de Arruda Penteado, Eliane Gouveia Lousada, Greta Marchetti Heidi Strecker e Maria Virgínia Scopacasa. Nesta seção, apresentamos nossos resultados sobre a análise do livro a partir da tentativa de responder as seguintes questões:

- 1 - O LDP trata da variação linguística?
- 2 - O LDP menciona de algum modo a pluralidade de línguas que existem no Brasil?
- 3 - O tratamento se limita às variedades rurais e/ou regionais?
- 4 - O LDP apresenta variantes características das variedades prestigiadas (falantes urbanos, escolarizados)?
- 5 - O LDP separa a norma-padrão da norma culta (variedades prestigiadas) ou continua confundindo a norma-padrão com a variedade real da língua?
- 6 - O tratamento da variação fica limitado ao sotaque e ao léxico, ou também aborda fenômenos gramaticais/morfossintáticos?
- 7 - O LDP mostra coerência entre o que diz nos capítulos dedicados à variação e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do certo e errado?
- 8 - O LDP explicita que também existe variação entre fala e escrita, ou apresenta a escrita como homogênea e a fala como o lugar do erro?
- 9 - O LDP aborda o fenômeno da mudança linguística? Como?
- 10 - O LDP apresenta a variação linguística somente para dizer que o que vale mesmo, no fim das contas, é a norma-padrão?

De modo geral, analisamos que o livro em tela apresenta uma variedade de gêneros, como muitos de outras editoras. Ele nos traz imagens, poemas, diários, texto de caráter científico, através de fragmentos de romance de ficção científica, também traz teatro, receitas etc. Entendemos, entretanto, que quanto à exploração da questão de variação linguística, o livro explora sem muita profundidade, ou pelo menos com mais amplitude o tema. A questão aqui discutida, a variação da língua, basicamente se resume a duas páginas, e ainda assim, centra-se no tema da variação nos textos falados. Nas páginas 140 e 141, sob o título de Variação linguística: variedades regionais, as autoras exploram o tema a partir da oralidade. Como dissemos, apenas duas páginas para algo de tão grande importância.

Os textos, dentro da sessão, que são somente dois, se resumem a duas receitas. E dentro de uma postura, para a variação, de deficitária abordagem; assim o consideramos. São textos que podem passar uma imagem estereotipada do nordestino, afinal os únicos textos assumidamente voltados para esta questão são duas receitas, como já foi dito; sendo uma de cuscuz e outra de bolo de aipim. Ainda que as autoras relacionem a variação da língua à cultura local, mesmo assim, achamos que há outros textos que não representem, necessariamente, um estereótipo de um povo. Nordeste não é só forró, Nordeste não é somente comida feita de milho ou de mandioca. Afinal, há tanto texto literário como os de José Lins do Rego; tantas canções, como as de Alceu Valença que bem poderiam passar uma outra, bem outra, impressão a respeito da região Nordeste.

Avaliamos também que não queremos negar a autenticidade da proposta do livro com relação às receitas nordestinas, apenas consideramos que a abordagem foi muito sumária e que poderia ser enriquecida com outros textos da mesma região, que por sinal, há texto da região Sul, O Negrinho do Pastoreio, nas páginas 76 e 77. Mas mesmo assim, é um texto ainda mais ligado à modalidade oral da língua.

Quanto às atividades envolvendo variação, elas poderiam cumprir o seu papel, caso não se resumisse à questão do estereótipo. No caso das páginas 76 e 77, estão enfatizando a fala, explorando vocabulário, e nas páginas 140 e 141, além de vocabulário como *aipim*, *sinaleira*, *semáforo*, explora-se a concordância verbal que envolve o pronome tu com verbo na terceira pessoa do singular, misturando os pronomes pessoais tu e você. Porém, há que se ver que o livro, neste caso, não determina o “certo” e o “errado”.

Percebe-se que a perspectiva da variedade linguística está muito centrada na questão do que é formal ou informal, porém, tudo basicamente dentro da língua urbana, como por exemplo: fragmentos de textos literários urbanos, textos retirados de blogs ou e-mails, diários de adolescentes, inclusive um fragmento do Diário de Zlata, narrativa ambientada em Sarajevo. Trata-se de uma abordagem linguística mais situada na idade, que não deixa de ter a sua importância, por ser um material voltado para um público adolescente.

Conforme Travaglia (2009), podemos ter, em termos gerais, dois tipos de variedades linguísticas: os dialetos e os registros ou estilos, como alguns estudiosos preferem chamar. E ainda de acordo com o mesmo autor, os registros são variedades que ocorrem em função do uso da língua, como por exemplo, o grau de formalismo. Os dialetos são as variedades em função de quem faz uso da língua, das pessoas. Levando-se em consideração que se trata de um livro do oitavo ano do Ensino Fundamental, a variedade na questão do registro está dentro do que se é esperado; entretanto no quesito dialeto, entendemos que este poderia ter sido mais bem explorado, pois se tentou chamar a atenção para a oralidade e, como já foi dito anteriormente, apenas dois textos evidenciavam-se.

Travaglia (2009) nos apresenta seis dimensões dialetais: a regional, a social, a de idade, a de sexo, a de geração e a de função. Por se tratar de um oitavo ano, sentimos falta das dimensões social, sexo e geração dada a sua importância em se tratando de uma compreensão de modo mais globalizado, já que estamos sempre convivendo com um multiculturalismo nunca visto antes.

Como a pouca exploração de outros gêneros que contemplem outras variantes do Português brasileiro, acreditamos que, dentro do livro analisado, o pluralismo linguístico não foi contemplado como deveria ser. As variações explicitamente estão bem mais presas ao âmbito da oralidade, mesmo assim restritas às zonas rurais, e é nisto que asseguramos a falta de amplitude do tema.

Considerações finais

Com relação ao tema aqui em discussão, entendemos que o livro apresenta a questão da variação linguística de modo bem fragmentado, limitando-se apenas na dicotomia fala/escrita. Na escrita, privilegiam-se os dialetos urbanos, mais ain-

da o dialeto adolescente, o que há uma coerência nisso pelo fato de o livro estar voltado para um público adolescente; já no dialeto dito regionalista, privilegia-se a modalidade oral, de um lugar do Nordeste, o Ceará, e de modo bastante fragmentado, uma vez que não temos apenas o Nordeste como referência de modalidade oral, tampouco o falar nordestino não se resume a um dialeto de uma cidade. Além disso, também temos no Nordeste e nas demais regiões do País textos escritos nos mais variados gêneros.

Referências

- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- CYRANKA, Lucia F. Mendonça. A pedagogia da variação linguística é possível? In. ZILLES, Ana Maria Stahl & FARACO, Carlos Alberto. (Orgs.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 31-51.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2011.
- GONÇALVES, Maria de Lurdes & ANDRADE, Ana Isabel. *Plurilinguismo e portfolio: um desafio curricular de articulação de saberes*. In. *Portfolio: uma ferramenta pedagógica*. Disponível em: <http://portfolio.alfarod.net/doc/artigos/7.Plurilinguismo_e_Portfolio_2006.pdf>. Acesso em: 26 de ago. 2016.
- PENTEADO, Ana Elisa de Arruda, LOUSADA, Eliane Gouveia, STRECKER, Greta Marchetti Heidi & SCOPACASA, Maria Virgínia. *Para viver juntos: português, 8 ano: anos finais: ensino fundamental*. São Paulo: Edições SM, 2015.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo: Cortez, 2009.
- ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

O USO VARIÁVEL DOS PRONOMES PESSOAIS: REFLEXÕES SOBRE O PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA

ELISÂNGELA DOS PASSOS MENDES (IFBA)

O uso variável dos pronomes pessoais no português popular da Bahia

Tradicionalmente, a *flexão de caso dos pronomes pessoais* é definida pela modificação formal dos pronomes pessoais em cada função sintática. Sob essa perspectiva – de herança latina –, as formas pronominais nominativas (*eu, tu, ele, nós, vós, eles*) apresentam formas oblíquas correspondentes (*me/mim/comigo; te/ti/contigo; nos/conosco; vos/convosco; o(s)/a(s)/lhe(s)*) para representar as funções de complementos verbais e adjuntos adverbiais. No português brasileiro (PB), no entanto, a propriedade da flexão casual dos pronomes pessoais apresenta uma simplificação, caracterizada pelo uso variável dos pronomes flexionados e não flexionados em funções de complementos verbais (*João te viu ~ João viu você*) e adjuntos adverbiais (*João saiu contigo ~ João saiu com você*).

Essa redução na morfologia de caso pronominal é um dos fenômenos morfosintáticos que, além de diferenciar o português brasileiro da variedade europeia, evidencia a polarização da realidade linguística brasileira (LUCCHESI, 2001, 2015), devido ao comportamento diferenciado do fenômeno nas variedades cultas e populares. Enquanto, no português culto, apenas as formas de natureza nominal – *você, a gente e ele* – alternam-se com as formas flexionadas dos pronomes pessoais – *te/lhe, nos/conosco, o/a* – nas funções de complementos verbais e adjuntos adverbiais, no português popular, essa variação estende-se também às formas essencialmente pronominais – *eu, tu e nós* –, processando-se, portanto, de modo mais radical.

Neste estudo, adotamos a flexão de caso dos pronomes pessoais nas variedades populares como objeto de investigação. A análise aqui proposta está fundamentada nos princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV,

2008), que busca sistematizar os processos de variação e mudança, observando o seu encaixamento na estrutura linguística e social. Nesse sentido, definimos como nosso objetivo geral delinear o perfil sociolinguístico da flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular, delimitando como universo de observação as variedades populares da Bahia, distribuídas ao longo de um *continuum* de urbanização (BORTONI-RICARDO, 2011) – das variedades populares rurais isoladas às variedades populares urbanas.

Para tanto, foi observada a realização das variantes linguísticas – o pronome flexionado (*João me viu*) e o pronome não flexionado (*João viu eu*) – em um conjunto de 160 entrevistas sociolinguísticas, que comportam amostras de fala correspondentes ao português afro-brasileiro – Helvécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé –, ao português popular do interior – Santo Antônio de Jesus e Poções –, ao português popular de Feira de Santana e de Salvador.

Com base no modelo da polarização sociolinguística (LUCCHESI, 2001, 2015), definimos a hipótese geral de que a simplificação da morfologia da flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular é resultante dos contatos linguísticos processados, sobretudo do português com as línguas africanas, nas regiões rurais do país durante a constituição sócio-histórica do PB. Isso porque, em situações de contato entre línguas mutuamente ininteligíveis, ocorre sempre, ainda que em níveis diferenciados, perda de morfologia flexional – de nomes verbos e pronomes –, como é possível verificar nas línguas crioulas, resultantes de condições sócio-históricas semelhantes às das variedades populares do Brasil.

Considerando a proposta *do continuum* de urbanização, definida por Bortoni-Ricardo (2011), e ajustando à realidade linguística do português popular da Bahia, definimos também a hipótese de que os faltantes das comunidades rurais mais isoladas – as afro-brasileiras – comportam em seu repertório linguístico uma maior frequência de variantes não padrão – o pronome não flexionado – e à medida que se dá o avanço no *continuum* em direção às variedades populares da capital, os falantes aumentem gradativamente a frequência de uso da variante padrão – o pronome flexionado.

Análise quantitativa do uso variável dos pronomes pessoais no português popular da Bahia

A análise quantitativa da flexão de caso dos pronomes pessoais, no português popular da Bahia, restringiu-se aos paradigmas de primeira e segunda pessoa do singular, que ainda exibem um quadro de variação entre as formas flexionadas e não flexionadas dos pronomes nas posições de complemento verbal e adjunto adverbial (cf. seção 4.1). Nos resultados gerais obtidos, foram contabilizadas 4.806 ocorrências. Desse cômputo geral, 4.030 ocorrências são formas pronominais correspondentes ao paradigma de primeira pessoa do singular e 776 correspondem ao de segunda pessoa do singular.

Os pronomes pessoais, no português popular da Bahia exibem, de acordo com os resultados obtidos, 90,4% de flexão de caso dos pronomes pessoais para a primeira pessoa do singular e 63,4% para a segunda pessoa do singular em funções de complementos verbais e adverbiais. Esses paradigmas comportam nesses contextos sintáticos formas pronominais não flexionadas de naturezas distintas. Para a primeira pessoa do singular, detectamos o uso da forma *eu*, essencialmente pronominal (*não gostava d'eu*,); para a segunda pessoa do singular, é recorrente o uso da forma *você* (*ele vê você com o dinhêro*), cujo emprego em funções de complementos verbais e adverbiais é favorecido pela sua natureza nominal. Desse modo, era esperado que o paradigma de primeira pessoa do singular apresentasse menor grau de variação na flexão de caso dos pronomes pessoais do que o paradigma de segunda pessoa do singular.

Explicações de ordem social podem ser associadas às de ordem linguística para a compreensão do maior percentual de realização do uso flexionado de pronome no paradigma de primeira pessoa do singular. No português brasileiro, observamos que as estruturas com a forma não flexionada do pronome de primeira pessoa do singular – *eu* – e aquelas com a forma não flexionada do pronome de segunda pessoa do singular – *você* – possuem avaliações sociais distintas. O uso do pronome *eu* em posições sintáticas destinadas às formas oblíquas, fenômeno característico das variedades populares, especialmente as rurais, constitui um *estereótipo* para falantes das variedades urbanas cultas e não cultas. O pronome *você* em função não subjetiva, por sua vez, não é estigmatizado socialmente, sendo recorrente o seu uso no PB de um modo geral.

Dessa forma, acreditamos que o estudo do paradigma de primeira pessoa do singular isoladamente pode fornecer dados mais significativos para a compreensão da polarização sociolinguística do PB, de um modo geral, e para o conhecimento das variedades populares da Bahia, mais especificamente. Decidimos proceder, então, à análise quantitativa somente com as formas pronominais do paradigma de primeira pessoa do singular.

A análise quantitativa com o paradigma de primeira pessoa do singular foi realizada, inicialmente, com os 15 grupos de fatores condicionantes estabelecidos para o fenômeno variável em estudo. De um total de 4.030 ocorrências de pronomes pessoais de primeira pessoa do singular, 3.651 correspondem à variante padrão – o pronome flexionado – e 379 representam a variante não padrão – o pronome não flexionado. Posteriormente, a rodada foi realizada com a eliminação do grupo de fatores a *presença/ausência da partícula “mesmo”* e da exclusão de um fator do grupo regência da preposição (o *mais com valor prepositivo*). A partir dessas modificações na base de dados, obtivemos 3952 ocorrências, sendo 3651 de pronomes flexionados e 301 de pronomes não flexionados.

Os valores percentuais apresentados para a variante com o pronome flexionado, 92,4%, em oposição à variante com o pronome não flexionado, 7,6%, para o paradigma de primeira pessoa do singular, reforçam a hipótese da polarização sociolinguística do português brasileiro (LUCCHESI, 2001, 2015). Embora seja constatada, no português popular da Bahia em estudo, uma alta taxa de frequência de realização da variante de prestígio, um percentual de 7,6% de formas não flexionadas do pronome de primeira pessoa do singular é significativo, se considerarmos a ausência de realização de estruturas como *manda o menino pedi dinheiro a eu* nas variedades urbanas cultas do português brasileiro.

A partir da análise quantitativa, que estabelece os índices percentuais para a realização da variável dependente e para cada uma das variáveis explanatórias delimitadas, procedemos à análise estatística dos dados, cujos resultados são exibidos nas seções 2.1 e 2.2.

O perfil linguístico do uso variável dos pronomes pessoais no português popular da Bahia

Nesta seção, abordaremos as variáveis linguísticas selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa Goldvarb.

Função sintática do pronome

As funções sintáticas delimitadas para a observação da flexão de caso dos pronomes pessoais, a partir do levantamento dos dados da amostra, foram: (i) *objeto direto*; (ii) *objeto indireto*; (iii) *complemento oblíquo*; (iv) *complemento locativo*; (v) *adjunto adverbial*; (vi) *estrutura sujeito-objeto*; (vii) *objeto direto com predicativo*.

Na Tabela 01, apresentamos os resultados obtidos para a variável função sintática:

Tabela 01 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de acordo com a variável *função sintática*:

Função Sintática	Ocorrências/Total	%	P.R.
Objeto Indireto	1053/1060	99,3%	0.85
Adjunto Adverbial	886/894	99,1%	0.63
Complemento Oblíquo/Locativo	187/201	93,0%	0.52
Objeto Direto	1473/1538	95,8%	0.37
Objeto Direto c/Predicativo	36/45	80,0%	0.10
Sujeito-Objeto	16/214	7,5%	0.01
Total	3651/3952	92,4%	---

Nível de significância: 0.024

Fonte: Dados produzidos pela autora

De acordo com os resultados expressos na Tabela 01, as funções preposicionadas são as mais favoráveis à aplicação da regra da flexão de caso dos pronomes pessoais. Dentre as funções preposicionadas favoráveis à flexão de caso, destaca-se a do *objeto indireto* (*ele poderia me dá um bom dinheiro*), com peso relativo 0.85. Em seguida, a função de *adjunto adverbial* (*não, ela vai comigo*), com peso relativo 0.63, apresenta-se como o segundo contexto mais favorável ao emprego da variante padrão. A função de complemento *oblíquo e/ou locativo* (*eu num sô egoísta, num penso só em mim*) apresenta-se também como contexto favorável à aplicação da regra, com peso relativo de 0.52.

As funções sintáticas não favoráveis ao emprego da flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular são as de *objeto direto*, *objeto direto com predicativo*, *sujeito-objeto*. A função de *objeto direto* (*pra que tu fica chamano eu*) mostra-se como um contexto não favorável à aplicação da regra, exibindo o peso relativo 0.37. Os baixos pesos relativos 0.10 e 0.01 correspondentes, respectivamente, às funções de *objeto direto com predicativo* (*quando uma pessoa vê eu deitada*) e *sujeito-objeto* (*dêxa eu desligá aqui o rádio*) demonstram que esses tipos de estruturas são contextos totalmente inibidores ao emprego da variante com o pronome flexionado. Isso se deve ao fato de que, nessas posições, o pronome possui, simultaneamente, um valor acusativo e um valor nominativo.

Regência da preposição

A variável regência da preposição é composta por sete fatores: a) pronomes *não regidos por preposição*; b) pronomes regidos pelas preposições *para/por*; c) pronomes regidos pela preposição *a*; d) Pronomes regidos pela preposição *com*; e) Pronomes regidos pela preposição *de*; f) Pronomes regidos pela preposição *em/ni*; g) Pronomes regidos pela partícula *mais* com valor prepositivo.

Tabela 02 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *regência da preposição*:

Regência da Preposição	Nº de Ocorrências/Total	%	P.R.
Preposição <i>para/por</i>	685/696	98,4%	0.76
Preposição <i>com</i>	364/369	98,6%	0.52
Sem preposição	2453/2718	90,2%	0.45
Preposição <i>de</i>	67/78	85,9%	0.13
Preposição <i>em/ni</i>	39/45	86,7%	0.07
Preposição <i>a</i>	43/46	93%	0.04
Total	3651/3952	92,4%	----

Nível de significância: 0.024

Fonte: Dados produzidos pela autora.

De acordo com os dados da Tabela 02, A preposição *para*, com peso relativo 0.76, apresenta-se como o contexto que mais favorece a variante com o pronome flexionado de primeira pessoa do singular. Os pronomes regidos pela preposição *com* também exibem um alto índice percentual de realização da variante padrão, 98,6%, correspondente ao peso relativo 0.52. Os dados obtidos para as preposições *para* e *com* reforçam aqueles apresentados para as funções sintáticas dos pronomes. Em nossa amostra, a preposição *para* aparece, em sua maioria, regendo os pronomes pessoais de primeira pessoa nas funções de *adjunto adverbial* (cf. (142b) e (142c)) e *objeto indireto* (cf. (142a)); e a preposição *com* como regente dos pronomes nas funções de complemento *oblíquo* (cf. (144a) e (144b)) e *adjunto adverbial* (cf.(144c)).

Os pronomes, quando regidos pelas preposições *de*, *em* e *a*, cujos pesos relativos são, respectivamente, 0.13, 0.07, e 0.04, apresentam-se como não favoráveis à flexão de caso dos pronomes de primeira pessoa do singular. Os contextos *sem regência da preposição* também aparecem como não favorecedores à aplicação da regra, com peso relativo 0.45. Esse contexto demonstra, no entanto, uma possibili-

dade maior de realização da variante com o pronome flexionado do que os contextos regidos pelas preposições *de*, *em* e *a*, *que*, pela baixa probabilidade estatística – pesos relativos 0.13, 0.07 e 0.04, respectivamente – parecem inibir o uso da variante padrão.

Discurso laico ou religioso

Os resultados obtidos com essa variável encontram-se sistematizados na Tabela 03:

Tabela 03 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *discurso laico/religioso*:

Tipo de discurso	Nº de Ocorrências/Total	%	P.R.
Religioso	154/158	97,5%	0.83
Laico	3497/3794	92,1%	0.48
Total	3651/3952	92,4%	----

Nível de significância: 0.024

Fonte: Dados produzidos pela autora

A análise probabilística obtida para a variável *tipo de discurso* demonstra que o *discurso religioso*, com peso relativo 0.83, apresenta-se como extremamente favorável à aplicação da regra da variante com o pronome flexionado. O *discurso laico*, com peso relativo 0.48, apresenta-se como não favorável ao uso do pronome flexionado. Esses resultados confirmam, portanto, a nossa hipótese de que o *discurso religioso* tende a favorecer o emprego do pronome flexionado, variante prestigiada e propagada pela tradição normativa.

O perfil social do uso variável dos pronomes pessoais no português popular da Bahia

Nesta seção, abordaremos as variáveis linguísticas selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa Goldvarb.

Comunidade

A variável *comunidade* foi estabelecida para observar se no português popular da Bahia, em relação à flexão de caso dos pronomes pessoais, podemos delinear um *continuum* linguístico, que se estenderia das variedades do interior mais isoladas às variedades populares urbanas, conforme proposta de Bortoni-Ricardo (2011). Para isso, observamos o comportamento do fenômeno em amostras de falas recolhidas nas comunidades de Salvador, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Poções e comunidades afro-brasileiras (Helvécia, Cinzento, Sapé e Rio de Contas).

Na Tabela 04, encontramos os resultados obtidos para a variável comunidade:

Tabela 04 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *comunidade*:

Comunidade	Nº de Ocorrências/Total	%	P.R.
Salvador	1697/1804	94%	0.67
Feira de Santana	436/468	93,1%	0.64
Santo Antônio	468/514	91,1%	0.27
Poções	601/663	90,6%	0.28
Afro	449/503	89,3%	0.29
Total	3651/3952	92,4%	---

Nível de significância: 0.024

Fonte: Dados produzidos pela autora

Os resultados apresentados na Tabela 04 demonstram, em relação ao fenômeno da flexão casual dos pronomes pessoais, o predomínio de uso das formas flexionadas no português popular de Salvador, com peso relativo 0.67. Em seguida, aparece o português popular da cidade de médio porte do interior, Feira de Santana, como favorecedora à flexão de caso, exibindo peso 0.64. As variedades populares das cidades do interior de pequeno porte, Santo Antônio de Jesus (0.28) e Poções (0.27), e as afro-brasileiras (0.29), com pesos relativos bastante próximos, apresentam-se como contextos desfavorecedores da flexão casual.

Sexo

A atuação da variável *sexo*, observada, conjuntamente, no português popular da Bahia, demonstrou-se relevante para a análise da flexão de caso dos pronomes pessoais, visto que foi selecionada estatisticamente pelo programa de análise quantitativa Goldvarb. Na Tabela 05, informamos os valores percentuais e os pesos relativos correspondentes à atuação da variável *sexo* em relação à aplicação da regra da flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular:

Tabela 05 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *sexo*:

Sexo	Nº de Ocorrências/Total	%	P.R.
Masculino	1566/1671	93,7%	0.57
Feminino	2085/2281	91,4%	0.44
Total	3651/3952	92,4%	---

Nível de significância: 0.024

Fonte: Dados produzidos pela autora

Na Tabela 05, o peso relativo 0.57 exibido para o fator *sexo masculino* demonstra que os homens se mostram mais receptivos à influência da variante padrão, empregando com maior frequência a flexão de caso pronominal no paradigma

de primeira pessoa do singular (93,7%). Embora o valor percentual apresentado para o sexo feminino (91,4%) esteja muito próximo do valor total de aplicação da regra (92,4%), o resultado probabilístico 0.44 para a flexão de caso pronominal demonstra que as mulheres mostram-se menos sensíveis à influência do padrão. Esse resultado geral, com os homens aplicando com maior probabilidade o uso da variante padrão, apresenta-se, portanto, na contramão do que aponta a maioria dos estudos sociolinguísticos, conforme sinalizamos no início desta subseção.

Localidade

A variável *localidade* foi delimitada apenas para o estudo da variável *a flexão de caso dos pronomes pessoais* nas comunidades de Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus e Poções. Esses municípios apresentam em sua configuração a divisão entre zona rural e zona urbana, as quais se distinguem, dentre outros aspectos, pelas atividades socioeconômicas desenvolvidas e *rede de relações* estabelecidas.

Na Tabela 06, apresentamos os resultados obtidos para a variável localidade:

Tabela 06 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *localidade*:

Localidade	Nº de Ocorrências/Total	%	P.R.
Sede	745/789	94,4%	0.65
Rural	760/856	88,8%	0.35
Total	1505/1645	91,5%	---

Nível de significância: 0.024

Fonte: Dados produzidos pela autora

O resultado sistematizado na Tabela 06 confirma a hipótese levantada neste estudo acerca da variável *localidade*. Os falantes das zonas urbanas dos municípios empregam com maior probabilidade – peso relativo .65 – a variante com o pronome flexionado, e os falantes das zonas rurais estão menos suscetíveis ao emprego dessa variante, o que se traduz no peso relativo 0.35.

Considerações finais

Neste estudo, a partir dos princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística e posteriormente à análise descritiva da flexão de caso pronominal no português popular da Bahia, empreendemos uma análise variacionista com os pronomes de primeira e de segunda pessoa do singular – que ainda exibem um quadro de variação. Com essa primeira análise quantitativa, obtivemos 90,6% de realização de pronomes flexionados de primeira pessoa do singular e 63,4% de pronomes flexionados de segunda pessoa do singular. Em seguida, procedemos a uma análise quantitativa apenas com as formas pronominais de primeira pessoa do singular, cujo resultado apontou 92,4% de aplicação da regra com o pronome flexionado *versus* 7,6% de pronome não flexionado, conforme apontamos na seção 2.1.

Dentre as variáveis linguísticas e discursivas selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa Goldvarb, apresentam-se: *função sintática*, *regência da preposição* e *discurso laico e religioso*. De acordo com os resultados obtidos, observamos que as funções sintáticas de *objeto indireto*, *adjunto adverbial* e *complemento oblíquo/locativo*, as preposições *para* e *com* e o discurso *religioso* são os contextos favoráveis à flexão de caso dos pronomes de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia.

Em se tratando do encaixamento social do fenômeno, foram selecionadas como relevantes as variáveis *sexo*, *comunidade* e *localidade (sede e rural)*. Os resultados obtidos para a primeira variável social indicaram que os homens estão empregando com maior frequência a variante padrão – o pronome flexionado. Quanto à *localidade*, os resultados apontaram, de modo geral, que os falantes da *sede* das comunidades estudadas – Feira, SAJ e PO – são os mais propensos à aplicação da regra com o pronome flexionado.

Os dados exibidos para as variáveis *sexo* e *localidade* confirmam, de um modo geral, uma das hipóteses levantadas para este estudo: a de que os falantes mais expostos à influência dos padrões linguísticos urbanos cultos são os responsáveis por inserir as variantes linguísticas de maior prestígio social em suas comunidades de fala.

Os resultados percentuais para a variável *comunidade de fala* demonstraram que as variedades do português popular mais afastadas dos padrões urbanos cultos de fala – comunidades afro-brasileiras e de pequenas cidades do interior (Santo Antônio de Jesus e Poções) – exibem a maior frequência de variação em relação à flexão de caso pronominal do paradigma de primeira pessoa do singular. Do mesmo modo, foi demonstrado que a variação entre os pronomes flexionados e não flexionados desse paradigma, em funções de complementos verbais e adverbiais, é mais restrita e superficial nas variedades populares das comunidades baianas mais desenvolvidas socioeconomicamente, e, por conseguinte, mais expostas aos modelos linguísticos urbanos cultos – Feira de Santana e Salvador.

Tal distribuição dos dados reforça a hipótese de que a frequência de realização da flexão de caso pronominal de primeira pessoa do singular aumenta à medida que se processa o avanço no *continuum* de urbanização do português popular da Bahia em direção à variedade popular da capital. Assim, a comunidade de Salvador estaria atuando como centro difusor dos modelos linguísticos urbanos cultos para as regiões do interior da Bahia, afetando primeiro os falantes do português popular Feira de Santana, depois os da sede e zonas rurais de SAJ e PO, e por fim, os das comunidades afro-brasileiras.

Referências

- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola, 2011.
- LABOV, William. *Padrões Sociolingüísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil. *DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 17, n. 1, 2001, p. 97-132.
- LUCCHESI, Dante. *Língua e Sociedade Partidas: a polarização sociolingüística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015
- MENDES, Elisângela dos Passos. *A flexão de caso dos pronomes pessoais no Português popular do interior do estado da Bahia*. 127 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MENDES; Elisângela. LUCCHESI, Dante. A flexão de caso dos pronomes pessoais no português afro-brasileiro. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER; Alan; RIBEIRO; Ilza (Orgs). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p.471-488

SANKOFF, David. Variable Rules. In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Norbert; MATTHEIR, Klauss (Ed.). *Sociolinguistics*. New York: Academic Press, 1988, p. 119-127.

PERFORMANCES NARRATIVAS NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NAS CONCILIAÇÕES DOS JUIZADOS ESPECIAIS

LÚCIA M. C. FAJARDO (UFS)¹

Ordem interacional

Considerando as ideias de Goffman (1983) de que a interação social incorpora uma ordem social e institucional e de que esta *ordem interacional* abrange um conjunto complexo de direitos e obrigações interacionais, que estão ligados à identidade pessoal e às instituições macrossociais pretende-se, nesta pesquisa, baseada nos estudos da ACE, estudar as práticas de mediação de conflitos e as identidades que são coconstruídas nas performances narrativas desempenhadas pelos participantes ratificados durante as interações nas conciliações do Juizado Especial Criminal e Cível.

Mediação de conflitos

A escolha do tema mediação de conflitos foi devido ao fato de tal meio alternativo de disputa estar sendo um forte aliado do Poder Judiciário e da sociedade, pois, para o Poder Judiciário, a mediação desafoga a justiça comum - a qual é morosa pelo acúmulo de processos a serem julgados - oferecendo à sociedade decisões mais céleres e de maior qualidade, uma vez que os conflitos são resolvidos por meio do diálogo entre as partes, possibilitando um acordo que atenda os interesses de ambas. Assim, esse meio alternativo de disputa representa para a sociedade um meio democrático de solução de conflitos, na medida em que incentiva a cultura do diálogo e a efetivação da democracia.

1. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju. Brasil. luciafajardo2@yahoo.com.br

A mediação de conflitos ganhou destaque no contexto judicial com o surgimento da Lei nº 9.099/95, que instituiu os Juizados Especiais Criminais (JECrins) e Cíveis (JECs), nos quais há o atendimento de casos somente de menor potencial ofensivo. No final da década de 80, no Brasil, a mediação apareceu como um meio de solução de litígios e de agilização dos trâmites processuais. Até anteriormente a essa época, o sistema judicial brasileiro era extremamente punitivo. As contravenções penais e os delitos punidos com pena de detenção eram processados com base apenas no Código de Processo Penal. A estrutura do processo era basicamente a seguinte: inquérito policial, interrogatório do réu, defesa prévia, julgamento. De acordo com Azevedo (2001), antes do surgimento da lei nº 9099/95 e da implantação dos JECrins e dos JECs, “não havia a possibilidade de reparação civil dos danos sofridos pela vítima no próprio processo penal (...)” (AZEVEDO, 2001, p. 101). Já com a Lei nº 9.099/95, o processo perante os JECrins e JECs passou a reparar os danos sofridos pela vítima pelo fato de tais instituições focarem na resolução de conflitos (AZEVEDO, 2001).

Com essa ideia de resolver disputas por meio do diálogo e do entendimento entre vítima e réu, permitindo uma intervenção menos coercitiva em um espaço estrutural (a domesticidade, os relacionamentos interpessoais) que antes ficavam à margem da justiça, os JECrins e os JECs podem ser “um caminho para o restabelecimento do diálogo, contribuindo para reverter a tendência de dissolução dos laços de sociabilidade no mundo contemporâneo” (AZEVEDO, 2001, p. 108).

Como a mediação é uma técnica que auxilia a justiça, uma vez que não só evita o número exagerado de processos nas Varas Comuns, como também contribui para resolução de conflitos sem deixar maiores constrangimentos entre as partes - pois são elas que têm o poder para decidirem sobre os seus problemas - propõe-se, na presente pesquisa, mapear as práticas de mediação que contribuem efetivamente para que as partes cheguem a uma solução para o conflito nas sessões de conciliação nos JECrins e JECs.

O estudo de tais práticas pautar-se-á no referencial teórico sobre mediação e nos pressupostos teórico- metodológicos da ACE, dado que o mapeamento de tais práticas partirá das ações coconstruídas pelos participantes ratificados quando estão executando as tarefas ligadas à instituição, ou seja, a mediação nos Juizados Especiais emergirá da contingência da situação de interação.

Práticas de Mediação de conflitos nos Juizados Especiais

Mapear as práticas de mediação de conflitos nas interações realizadas nas sessões de conciliações no Juizado Especial Criminal e Cível; analisar as performances narrativas e identitárias presentes na interação coconstruída e negociada entre os participantes ratificados nas conciliações.

Analisar as práticas de mediação de conflitos que contribuem efetivamente para que as partes (vítima e réu) cheguem a uma solução benéfica para todos, a fim de contribuir para que os mediadores aprimorem as suas práticas discursivas para melhor atenderem à população; analisar os modos de apresentação e de organização dos episódios narrativos presentes nas trocas conversacionais entre os participantes ratificados nas conciliações; analisar os mecanismos discursivos de construção e de avaliação das narrativas contadas; analisar a coconstrução das identidades por meio de posicionamentos assumidos pelos participantes ratificados verificadas nos momentos de relato sobre os seus problemas.

Descrever e compreender as performances narrativas e de identidades em situações reais de interação em encontros face-a-face em um ambiente institucional, i.e., os Juizados Especiais.

Mostrar a relevância de se analisar - em uma *perspectiva interacional* - os ambientes institucionais do Direito, reivindicando para a Linguística um espaço para contribuir com os eventos desenvolvidos e negociados nesses ambientes.

Contribuir para os trabalhos desempenhados nesses ambientes institucionais, colaborando para o aprimoramento das práticas de mediação realizadas nas sessões de conciliações e para a formação dos profissionais que atuam nos Juizados Especiais.

Análise da Conversa Etnometodológica

No que se refere à teoria sobre mediação, é interessante destacar a definição apresentada por Almeida [2008], a qual conceitua a mediação de conflitos como um método autocompositivo, também dedicado à restauração da relação social, i.e., como um processo de diálogo que inclui a desconstrução do conflito, o restauro da relação social e a construção de soluções. A restauração da relação social implica retomar uma qualidade de comunicação e de convivência pautadas no respeito mútuo, de forma a garantir a sustentabilidade do diálogo e a não trazer custos para terceiros que participam daquela convivência, como filhos, vizinhos, parceiros de trabalho, etc. Ela é trabalhada com o objetivo de auxiliar pessoas a construírem soluções para os seus problemas, em coautoria e com comprometimento, preservando a relação social entre elas. Assim, a mediação cuida dos conflitos, da construção de acordos e da relação social entre os conflitantes.

Ao tratar a mediação como criadora de comunicação entre as partes, Sales (2004) pontua que tal atividade ultrapassa a solução de conflitos e apresenta quatro objetivos da mediação: (i) a solução de conflitos, a qual “se dá por meio do diálogo, no qual as partes interagem em busca de um acordo satisfatório para ambas” (SALES, 2004, p. 27); (ii) a prevenção de conflitos. A mediação evita a má administração do problema e a criação de impasses futuros ao facilitar a solução de controvérsias; (iii) a inclusão social. A mediação possibilita maior reflexão dos direitos e deveres pelas partes e a maior participação dos indivíduos nas questões sociais; (iv) a paz social. A mediação pacifica a comunidade, prevenindo a violência, dado que tal meio alternativo de disputa permite às partes alcançarem uma decisão baseada em consenso, que atende às necessidades de ambas.

Conforme se pode observar, a mediação não só é tratada como colaborativa que visa à solução de controvérsias, mas também como uma atividade que previne conflitos futuros, possibilitando a reflexão dos direitos e deveres pelos indivíduos e criando a paz social entre os cidadãos.

Devido à característica da mediação de resolver os problemas apresentados pelas partes, preservando o envolvimento social entre elas e promovendo a paz social, tal meio alternativo de disputa é uma importante técnica utilizada no contexto jurídico como forma de desconstruir o conflito, analisando os fatos delituo-

sos e avaliando as perdas oriundas dele, a fim de promover, por meio do diálogo, uma solução mais eficiente e benéfica para todos os envolvidos.

Com relação aos pressupostos teórico-metodológicos da ACe, é interessante dizer que a ACe parte do princípio de que a conversa é indispensável e fundamental para constituição do mundo social, uma vez que é por meio dela que realizamos grande parte de nossas atividades cotidianas em sociedade. Por essa razão, Sacks, Schegloff e Jefferson (2003) denominaram a conversa como a *pedra sociológica fundamental* e a colocaram como uma forma básica de linguagem em uso nas relações humanas, da qual todas as outras formas de uso de linguagem, como a fala em ambientes institucionais, derivam.

Os estudos da ACe focam na organização sequencial da fala-em-interação, já que é por meio desta que é possível descrever e analisar as ocorrências metódicas dos procedimentos formais pelos membros na realização de suas práticas sociais. Um dos princípios básicos da ACe é: “a interação social é estruturalmente organizada, e sua estrutura é parte fundamental da competência social dos indivíduos.” (HERITAGE, 1984 *apud* GAGO, 2005, p.63).

Embora os analistas da conversa se interessassem, primeiramente, pelo estudo da conversa cotidiana, eles voltaram suas atenções também para a conversa institucional, a fim de estudar como as realidades institucionais são evocadas, sustentadas e, até mesmo, transformadas na interação.

Os analistas da conversa, ao acreditarem que é por meio da fala-em-interação que as pessoas executam diversas metas rotineiras, argumentam que, em várias organizações institucionais, é também através da fala-em-interação que muitas atividades de trabalho diárias são conduzidas.

Drew e Heritage (1992a) denominam de *interação institucional* a fala voltada para a condução de tarefas em ambientes institucionais, ou seja, uma interação é institucional quando os participantes organizam suas condutas por referência a aspectos gerais de tarefas ou funções particulares de determinadas instituições sociais. De acordo com os autores, a interação institucional é determinada pela conduta e orientação dos participantes para atividades específicas e identidades locais restritas de uma dada instituição.

Nos Juizados Especiais, há a emersão das identidades de réu, vítima e mediador, sendo este último, enquanto representante legal da instituição, a pessoa que

tem o direito e o *poder* para conduzir e ordenar sobre a interação que é coconstruída pelos interagentes. Esse fato da interação *poder* ser conduzida e gerenciada pelos mediadores mostra o caráter assimétrico da interação institucional, em contraposição à simetria da conversa cotidiana.

Além de os mediadores *poderem* gerenciar a alocação de turnos nas conciliações dos Juizados Especiais, eles desempenham a tarefa de mediação nesse ambiente. Nesse sentido, a atividade de mediação, nos Juizados Especiais, não ocorre descontextualizada das atividades executadas pelos participantes, já que ela está vinculada com as práticas de trabalho, i.e., com as metas e tarefas realizadas pelos participantes nas interações.

Com relação à coconstrução de identidades, é importante dizer que estudos sobre performances narrativas e identitárias tornam-se especialmente interessantes no contexto judicial, na medida em que os participantes das sessões de conciliação *reconstroem* suas realidades negociando *identidades* durante os seus relatos sobre os seus problemas. Nesse sentido, o presente estudo visa também analisar as performances narrativas e identitárias dos participantes ratificados nas conciliações dos Juizados Especiais.

Para a realização de tal estudo, utilizam-se teorias sobre performances de identidade (FABRÍCIO e LOPES, 2002; OLIVEIRA e BASTOS, 2002; BASTOS, 2004, 2008) e de narrativa (LABOV, 1972; LABOV e WALETZKY, 1967; SACKS, [1968] 1992; GARCEZ, 2001; OCHS e CAPPS, 2001) objetivando, de uma maneira mais ampla, analisar identidades e narrativas como trajetórias orientadas para propósitos interacionais específicos e com sentidos coconstruídos localmente.

Performances narrativas

Numa perspectiva sócio-construcionista, Oliveira (2008) apresenta identidade como aquela que consiste em um engendrado fenômeno a ser coconstruído no “aqui e agora” da interação, não sendo, portanto, algo dado *a priori*, como um mero reflexo de realidades sociais e psicológicas. E, ainda, a autora salienta que a construção de identidades também se trata de um processo conjunto, que envolve uma intrincada maquinaria de negociação que, mesmo implícita (nas expres-

sões verbais, olhares, posturas, gestos e outras pistas de contextualização), subjaz a todo o processo.

Oliveira e Bastos (2002) apontam que as identidades podem ser vistas como: (i) *"um processo de exposição e interpretação de posições sociais, papéis, status"* (OCHS apud OLIVEIRA, BASTOS, 2002, p.33) e (ii) como um ato performativo, *"isto é, como algo que necessariamente fazemos quando mostramos quem somos a cada momento de um encontro social, em função de fatores interacionais e interpessoais"* (OLIVEIRA e BASTOS, 2002, p.33).

Essas noções sobre identidades vistas de uma natureza socioconstrucionista do discurso (FABRÍCIO e LOPES, 2002) nos permitem visualizar um espectro mais amplo da noção de identidades coconstruídas em um dado contexto.

Com relação às performances narrativas em uma perspectiva interacional de estudo, é relevante apontar o conceito de narrativa *"como uma forma de organização básica da experiência humana, a partir da qual se pode estudar a vida social em geral (...) [e para a qual se considera] que contar histórias é uma prática social, uma atividade histórica e culturalmente situada (...)"* (BASTOS, 2004, p.119). Além do caráter *situado* histórico-social, consideramos que essas histórias são *"situadas na sequência conversacional"* de que fazem parte (BASTOS, 2004, p.121). Partimos do pressuposto também de que a narrativa é uma *construção social* em que os participantes *coconstroem* suas narrativas, que são, ademais, vistas como uma construção em que *narrador/ouvinte* não assumem papéis fixos, mas sim intercambiáveis, posto que a *construção narrativa se processa colaborativamente* (LABOV e WALETZKY, 1967; LABOV, 1972; SACKS, [1968] 1992; GARCEZ, 2001; OCHS e CAPPS, 2001).

É válido mencionar que os trabalhos de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972) contribuirão para entendermos como estão *formatadas estruturalmente* as sessões de conciliações nos Juizados Especiais e também quanto à estrutura geral da narrativa

Ao conceber a narrativa como uma técnica verbal de recapitulação de experiência, Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972) delinearam a estrutura geral da narrativa a partir de narrativas orais de experiência pessoal obtidas por meio de situações de entrevista. A partir de suas análises, os autores propuseram que há, em uma narrativa, a presença de: (i) resumo: orações que resumem, *encapsulam* o

ponto da narrativa; (ii) orientação: orações livres que se prestam a *orientar* quanto ao tempo, lugar, etc.; (iii) ponto: orações que se prestam a sinalizar qual é a razão de ser da história, i.e., o motivo pelo qual é contada; (iv) ação complicadora: orações narrativas em que se desenvolvem as *ações narrativas*; (v) avaliação: momento em que se indica o *ponto* da narrativa, o clima emotivo, a carga dramática que remete ao estado emocional do narrador; (vi) resolução e (vii) coda: orações que *trazem* narrador/ouvinte para o momento da interação (LABOV e WALETZKY, 1967; LABOV, 1972).

Nessa perspectiva, para este trabalho, utilizarei a estruturação da narrativa proposta por esses autores para mapear, estruturalmente, as narrativas presentes nas conciliações, sobretudo, para entender como são construídas as avaliações, i.e., os modos como os próprios participantes avaliam as histórias que contam e suas impressões/sentimentos e quais implicações interacionais que acarretam.

Ainda, utilizarei a perspectiva da análise da conversa para o estudo das narrativas e para o caráter *negociado* verificado nas interações em estudo, já que o narrador deve *negociar* com os outros participantes ratificados um espaço para contar sua história, como também necessita negociar a atenção dos participantes para que estes aceitem assumir a posição de ouvintes. Sob esse viés, o narrador precisa assegurar um espaço interacional para sua narrativa, já que suspende o andamento regular da troca de turnos (GARCEZ, 2001), haja vista que, ao contar uma história, há uma mudança na dinâmica interacional: o turno de fala fica mais longo, o que faz com que a pessoa que está contando a história detenha a posse da palavra por um período maior do que o habitual.

Analisaremos como o trabalho interacional de narração é negociado entre mediadores e participantes ratificados e como essas performances narrativas são coconstruídas, turno a turno, i.e., sequencialmente, o que enseja analisar: (i) como se processam as ações responsivas; (ii) como são negociadas as identidades; (iii) como se processam os turnos de acompanhamento - que marcam o entendimento do ouvinte e que não *quebram o fluxo do relato* (Sacks, 1968); (iv) como se processam as solicitações de esclarecimentos e (v) como acontecem os comentários, por exemplo.

Além do referencial teórico sobre narrativa apresentado até este momento, é relevante destacar também a proposta de Ochs e Capps (2001), as quais apontam que as trocas sociais cotidianas, nas quais os interlocutores constroem relatos dos eventos da vida, se estruturam narrativamente por meio de contingências do *input* narrativo dos outros interlocutores, os quais fornecem, eliciam, criticam, refutam e esboçam inferências. Assim, as narrativas são elaboradas de forma co-construída pelos interlocutores, se configurando, portanto, como uma realização interacional. Nesse cenário, os papéis assumidos pelos interlocutores – narrador e ouvinte – não são fixos, mas sim intercambiáveis, uma vez que as narrativas são colaborativamente construídas.

Depois dessa apresentação teórica sobre narrativas, resta comentar que assumo nesta pesquisa, a noção de narrativa como performance, conforme assumido também por Bastos (2004, 2008) e Moita Lopes (2009), já que *“as narrativas orais pessoais (...) têm sido abordadas como performances no sentido de que contadores no momento de narrar suas histórias estão não só relatando os eventos de uma narrativa (os eventos narrados), mas estão também envolvidos na **performance de quem são** na experiência de contar a narrativa”* (MOITA LOPES, 2009, p.135).

Ainda, convém comentar que narrativa e identidade serão analisadas de forma conjunta no interior das sessões nas quais ocorre a atividade de mediação, posto que se, ao narrar, estamos organizando nossa experiência humana; estamos fazendo ações em um dado ambiente situado sócio-historicamente; estamos, assim, concomitantemente, construindo nossas identidades, já que *“ao criarmos cenários, personagens e sequências de ações, nos posicionamos diante de tais cenários, personagens e ações, sinalizando quem somos [nesse sentido] as narrativas são performances de identidade”* (BASTOS, 2008, p.77).

Conciliações no Juizado Especial Criminal e Cível

Para que a pesquisa atinja os objetivos apresentados anteriormente, é necessário gravar, em áudio, as conciliações no Juizado Especial Criminal e Cível. É relevante acrescentar que posteriormente às gravações em áudio, tais dados serão transcritos segundo o modelo proposto por Jefferson (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 2003).

Nas transcrições, os nomes reais dos participantes ratificados presentes nas interações serão substituídos por identidades institucionais, como mediador, réu (ou autor) e vítima, bem como os nomes de lugares, instituições, etc. mencionadas no decorrer das sessões de conciliações serão substituídos por nomes fictícios, garantindo, assim, o anonimato das pessoas envolvidas nos processos judiciais e preservando a imagem delas, já que com a utilização de nomes fictícios torna-se impossível identificá-las em qualquer momento da interação.

Além disso, antes de cada conciliação, as partes assinarão um termo de consentimento e autorização permitindo a gravação de sua fala e a utilização desses dados transcritos para o desenvolvimento de tal pesquisa. Neste termo, constará também que as partes se isentarão de seus direitos autorais sobre as suas falas, permitindo a utilização das falas transcritas na publicação de artigos, livros e em apresentação de eventos.

Para o desenvolvimento de tal pesquisa, utilizarei, ainda, as notas de campo para registrar as impressões não captáveis pelo gravador e para fazer os comentários gerais pertinentes para o estudo.

Cabe comentar, ainda, que esta pesquisa é de natureza qualitativa e interpretativa com procedimentos de base etnográfica para geração de dados.

Referências

- ALMEIDA, T. *Mediação de Conflitos: Exercício de Cidadania e de Prevenção*. [2008]. Disponível em: http://www.mediare.com.br/08artigos_12mediacaodeconflitos.html. Acesso em: 06 de setembro de 2011.
- AZEVEDO, R.G. Juizados Especiais Criminais: uma abordagem sociológica sobre a informalização da justiça penal no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.47, v.16, p.97-182, 2001.
- BASTOS, Liliana Cabral. Narrativa e Vida Cotidiana. *Scripta*, vol. 14, n 7, 2004, p.118-127.
- _____. Diante do sofrimento do outro – narrativas de profissionais de saúde em reuniões de trabalho. *Calidoscópio*, vol. 6, n 2, 2008, p. 76-85.
- DREW, P.; HERITAGE, J. Analysing talk at work: An introduction. In: _____. (Eds.). *Talk at work: Interaction in Institutional Settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992a. P .03-65.
- FABRÍCIO, B. F.; LOPES, L. Discursos e Vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas. In: *Veredas - Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 6, n.2, p 11-29, jul/dez 2002.
- GAGO, P.C. A organização sequencial da conversa. *Revista Calidoscópio*, v. 03, n. 2, p. 61-73, maio/ago. 2005.
- GARCEZ, P. M. Deixa eu te contar uma coisa: o trabalho sociológico do narrar na conversa cotidiana. In RIBEIRO, B. T.; LIMA, M. T.; LOPES, D. *Narrativa, Identidade e Clínica*. Rio de Janeiro, IPUB-CUCA, 2001, p. 189-213.
- GOFFMAN, E. The interaction order. *American Sociological Review*, v. 48, p. 1-17, 1983.
- HUTCHBY, I. ; WOOFFITT, R. What is Conversation Analysis? In: _____. *Conversation Analysis*. Cambridge: Polity Press, 1998. p.13-37.
- LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In J.HELM (org) *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle, University of Washington Press, 1967.
- LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In W.Labov, *Language in the inner city*. Philadelphia, University of Philadelphia Press, 1972.
- MOITA LOPES, L. P. A performance narrativa do jogador Ronaldo como um fenômeno sexual em um jornal carioca: multimodalidade, posicionamento e iconicidade. *Revista da ANPOLL*, v. 27, p. 129-160, 2009.
- OCHS, E.; CAPPS, L. A dimensional approach to narrative. In: Ochs, E. e Capps, L., *Living Narrative: Creating Lives in Everyday Storytelling*. Harvard: Harvard University Press, pp. 01-58, 2001.
- OLIVEIRA, M. C. L.; BASTOS, L.C. A experiência de imigração e a construção situada de identidades. In: *Veredas - Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 6, n.2, p 31-48, jul/dez 2002.

- OLIVEIRA, L. M. *A co-construção de identidades em interações face a face entre pessoas com e sem afasia de expressão*. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal de Juiz de Fora), 2008.
- PSATHAS, G. The study of Interaction. In: _____. *Conversation Analysis: The study of Talk-in-Interaction*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.
- SACKS, H. Lecture 1. Second stories; 'Mm hm;' Story prefaces; 'Local news;'. Tellability. In *Lectures on conversation*, volume I. Oxford, Basil Blackwell, [1968]1992.
- _____, Lecture 2. Features of a recognizable 'story;'. Story prefaces; Sequential locator terms; Lawful interruption. In *Lectures on conversation*, volume I. Oxford, Basil Blackwell, [1968]1992.
- _____, Lecture 3. Story organization; Tellability; Coincidence, etc. In *Lectures on conversation*, volume I. Oxford, Basil Blackwell, [1968]1992.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Revista Veredas de Estudos Linguísticos*, v. 7, n. 2, p. 01-67, jan/dez. 2003. Tradução do original: 1974. A Simplest Systematics for the Organization of Turn Taking for Conversation. *Language*, v. 50, n. 4, p. 696-735.
- SALES, L.M.M. *Justiça e mediação de conflitos*. Belo Horizonte: Del Rey Ltda, 2004.
- SARANGI, S.; CANDLIN, C. Introduction Trading between reflexivity and relevance: new challenges for applied linguistics. *Applied Linguistics*, Oxford University Press, vol. 24/3, p. 271-285, 2003.

REDES SOCIAIS DE SERGIPANOS EM SÃO PAULO: PROCEDIMENTOS DE COLETA

AMANDA DE LIMA SANTANA (FFLCH/USP)

Introdução

No presente texto, serão apresentados os procedimentos utilizados na etapa de coleta das entrevistas sociolinguísticas feitas com sergipanos residentes em São Paulo (e na região metropolitana). Tal amostra foi construída com vistas à análise do processo de acomodação dialetal desses sujeitos em relação à pronúncia paulistana. A pesquisa que está sendo feita com esses sergipanos tem como principal finalidade contribuir para a ampliação dos estudos que descrevem a realidade linguística de São Paulo, uma vez que são raros os estudos que se voltam para a análise do falar de migrantes residentes nessa cidade. Além disso, é importante dizer que o referido objetivo faz parte de um projeto maior que já começou a descrever a variedade do português paulistano nos últimos anos. É o caso da amostra SP2010¹, que reúne 60 entrevistas com paulistanos e objetivou, além de disponibilizar um *corpus* recente da fala paulistana, contribuir para a disseminação de trabalhos sociolinguísticos sobre essa variedade do português.

A escolha por construir a referida amostra seguindo a dinâmica de redes sociais não foi aleatória. Ao se voltar para o estudo de processos de acomodação dialetal, o pesquisador lançará seu olhar para os indivíduos de uma rede, pois é de extrema importância mapear os contatos rotineiros dos sujeitos da amostra, com o intuito de verificar com quem eles estão conversando. Fazer esse tipo de verificação, em trabalhos que se voltam para o estudo da acomodação, é de suma importância pelo fato de tal processo ser desencadeado justamente pelas relações estabelecidas en-

1. Processo FAPESP 2011/09278-6. Disponível em: <http://projetosp2010.fflch.usp.br/>.

tre os sujeitos de determinada localidade. Afinal, acomodar-se a determinado dialeto significa adquirir variantes que não são típicas do seu modo de falar de origem, mas sim daquele a que se está submetido atualmente. Não faria sentido, portanto, coletar uma amostra aos moldes labovianos, isto é, preocupando-se com as categorias censitárias (como sexo/gênero, classe e faixa etária) quando o maior objetivo é verificar a dinâmica de determinado grupo social (sergipanos que moram em São Paulo), que está inserido em um contexto específico (a ser descoberto a partir da formação da rede). Em outras palavras, a pesquisa que se desenvolverá com os referidos sergipanos não busca traçar um padrão mais geral da variação de um grupo mais amplo (todos os sergipanos que habitam São Paulo), mas sim descrever e analisar a dinâmica específica de grupos mais locais (duas redes sociais em particular).

Nas palavras de Bortoni-Ricardo (2011 [1985]), existem algumas vantagens de se estudar a variação a partir da dinâmica de redes:

“o construto rede social, definido em termos epistêmicos e operacionais, fornece uma interpretação de comportamento linguístico “consistente com dados primários observados”. Ademais, ajuda a desvelar aspectos da variação linguística que passam despercebidos do método da simples correlação entre variáveis linguísticas e sociodemográficas de grande escala.” (p. 99)

A rede social do indivíduo, portanto, é importante para entender determinados aspectos da variação linguística, porque é dentro de tal rede que regras sociais se estabelecem, levando o sujeito a falar de uma maneira ou de outra. São os valores sociais existentes dentro dessa rede que conseguem explicar os significados que circulam no imaginário social do grupo.

Algumas considerações sobre o conceito de rede social

Análises de redes sociais, do modo como são feitas hoje pelos sociolinguistas, foram desenvolvidas pelos antropólogos sociais principalmente durante as décadas de 1960 e de 1970 (MILROY & LLAMAS, 2013). Até os dias atuais, esse método não é exclusivo dos estudos linguísticos, pois é comum ver esse tipo de metodologia, por exemplo, nas Ciências Sociais (BATTISTI, 2014).

Uma rede social pode ser vista como uma teia infinita de laços que se estendem a toda a sociedade, ligando as pessoas entre si. Tais laços podem ser fortes ou fracos, sendo que os mais fortes são aqueles que conectam familiares e amigos, em oposição aos fracos que interligam apenas conhecidos (MILROY & LLAMAS, 2013). Além disso, uma rede pode ainda ser classificada pela sua plexidade e densidade (*plexity* e *density*, respectivamente, do inglês). A plexidade de uma rede está relacionada com os tipos de conexões que ligam os sujeitos (na rede uniplexa, os indivíduos são vizinhos, por exemplo, e na multiplexa, os indivíduos, além de serem vizinhos, também são colegas de trabalho). A densidade de uma rede envolve sua estrutura, então, quanto maior o número de pessoas em rede que se conhecem, maior sua densidade (BATTISTI, 2014).

Bortoni-Ricardo (1985 [2011]) desenvolveu um trabalho na região administrativa de Brazlândia, em Brasília, onde analisou a fala de migrantes de regiões rurais. Seu objetivo foi analisar quatro variáveis linguísticas: a vocalização do fonema alveopalatal lateral em posição intervocálica (como em “filha” e “trabalho”); a redução dos ditongos crescentes em finais de palavras (como em “polícia” e “gêmeo”); a concordância verbal variável na 1ª e na 3ª pessoas do plural. A intenção da autora foi verificar uma “tendência evolutiva do dialeto dos migrantes” (p. 16), observando a mudança de um dialeto rural (ou caipira) para um falar considerado urbano. Sua metodologia de acesso à comunidade foi a das redes sociais: ela mapeou a frequência das interações entre os informantes de sua amostra. A pesquisadora, ainda, desenvolveu dois índices, o de integração nas redes sociais e o de urbanização:

“o objetivo era que eles refletissem duas condições consideradas cruciais na análise da transição do rural para o urbano, a saber, o número de vínculos contraídos pelo migrante no ambiente urbano (índice de integração) e o grau de exposição das pessoas que compunham a rede do migrante à influência urbana (índice de urbanização)”. (p. 267)

Ela partiu da hipótese de que quanto mais alto o índice de urbanização, mais adiantado o migrante estaria no processo de transição rural/urbana e, desse modo, produziria mais variantes características do “novo” dialeto. O índice de integração, por sua vez, também mostra a importância de se voltar para os contatos estabe-

lecidos pelos sujeitos de uma rede, já que tais conexões podem explicar o uso recorrente de algumas variantes em detrimento de outras. A principal contribuição desse estudo está na constatação de que existe “uma relação consistente entre estrutura de redes sociais e comportamento linguístico em uma situação muito fluida de contato dialetal submetida a rápidas mudanças” (p. 270). Bortoni-Ricardo, com esse trabalho, mostrou que alguns padrões de variação analisados por ela não seriam possíveis de ser explicados levando-se em conta as categorias macrosociais de Labov (sexo/gênero, classe, etc.), pois existia uma homogeneidade característica daquela comunidade em específico, que estava inserida em um contexto particular.

O objetivo da pesquisa com os sergipanos também será a investigação da relação entre a dinâmica das redes e a pronúncia verificada nos falantes entrevistados. Buscar-se-á analisar se a densidade e plexidade de tais redes apresentam algum tipo de implicação com o modo como os sujeitos pronunciam as vogais médias pretônicas.

Metodologia utilizada na construção da amostra de sergipanos

As duas redes de sergipanos foram construídas, com vistas a analisar processos de acomodação dialetal, a partir de um informante âncora. Na rede 1, esse âncora é uma mulher que já era uma conhecida da pesquisadora, apesar de os laços de ambas não serem fortes. Quanto à rede 2, o âncora é um homem e este era conhecido de uma pessoa próxima da pesquisadora. Ao final da entrevista, cada âncora indicou as dez pessoas com as quais eles mais convivem diariamente (inclusive membros da família); aqueles dentre esses indicados que eram sergipanos também foram entrevistados e indicaram outras dez pessoas que fazem parte de sua rotina – e assim sucessivamente, conforme ilustra a Figura 1 abaixo².

2. Esse esquema serve apenas como mera ilustração de como funcionará a formação da amostra, já que houve sobreposição de indicações (por exemplo, assim como “a” indicou “b”, “b” indicou “a” como uma das pessoas com quem ele mais conversa). Além disso, a imagem mostra apenas três indicações feitas por cada pessoa.

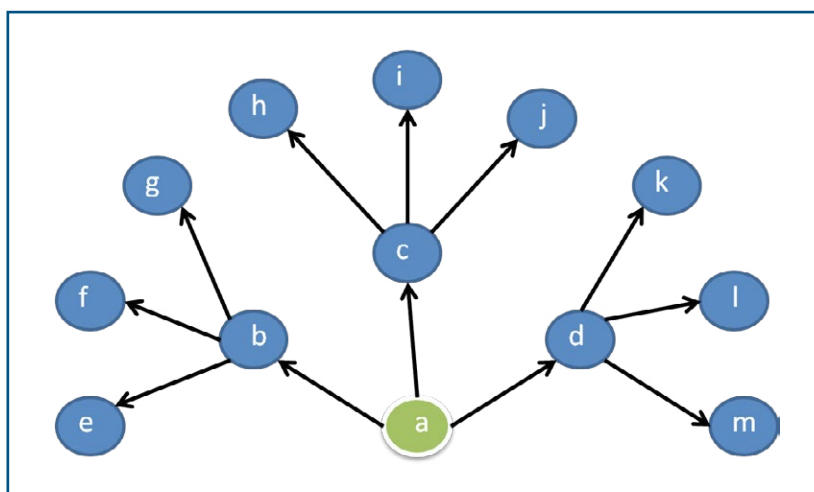


Figura 1: representação do mecanismo de coleta da amostra por rede social.

Aqueles que foram indicados pelos informantes mas que não eram sergipanos também foram considerados (ainda que não gravados), pois um dos objetivos da pesquisa é observar quem está conversando com quem para verificar se, de fato, a acomodação está intimamente relacionada com a frequência de contato entre as pessoas. A amostra construída é composta apenas por entrevistas com sergipanos, mas na *descrição da rede social* observada, todos que foram mencionados – sergipanos ou não – serão levados em conta. Por exemplo, suponha-se que o informante “a” tenha indicado 7 pessoas sergipanas e 3 paulistanas (ou paulistas) como aquelas com quem ele mais interage: somente aquelas 7 também foram entrevistadas, enquanto que as outras 3 foram apenas “anotadas” para construir o mapa social de tal falante. E assim foi feito com todos os outros informantes sergipanos da amostra. Abaixo, seguem as representações gráficas das duas redes montadas³:

3. Das 30 entrevistas estabelecidas como meta, 27 já foram coletadas até o momento (setembro/2016).

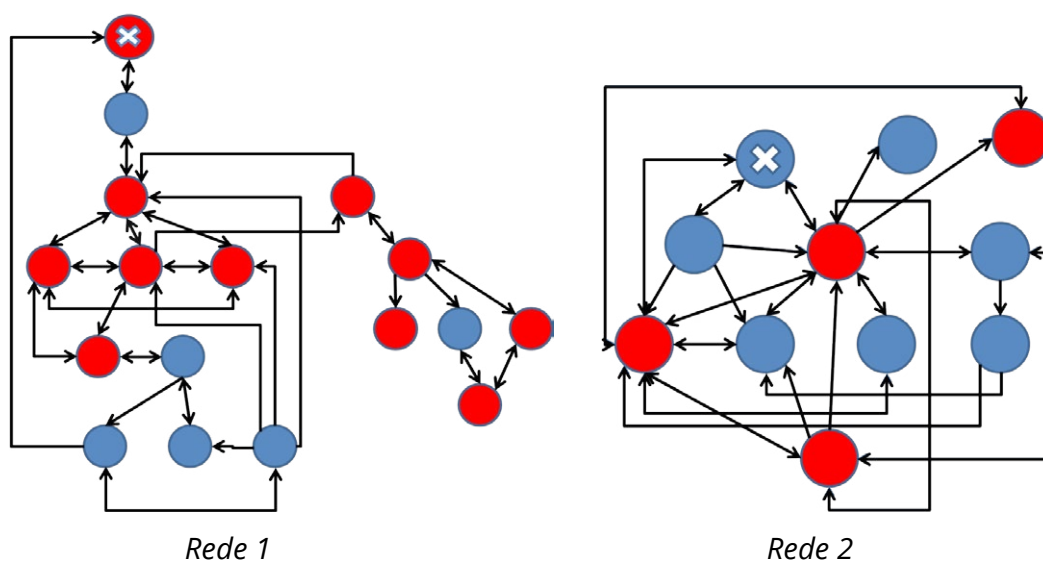


Figura 2: Representações das redes montadas com sergipanos residentes em São Paulo

Na figura 2 acima, cada círculo representa um informante; a cor vermelha representa as mulheres e a cor azul os homens. Os âncoras estão marcados pelo X no interior do círculo. Observa-se que alguns indivíduos recebem muitas flechas, indicando, portanto, uma intensa conexão entre eles com o resto da rede. Vê-se, por exemplo, o caso da rede 2: a mulher que está representada pelo círculo vermelho central da figura parece ser alguém que estabelece contato com a grande maioria dos indivíduos da rede. Posteriormente, será analisada a possível relação entre esse número alto de interações com o processo de acomodação dialetal, ou seja, a pesquisa buscará verificar se a hipótese de que tal informante apresenta menores taxas de acomodação por ter um grau alto de interação com sergipanos é verdadeira.

Nas entrevistas, os informantes foram conduzidos a conversar sobre sua infância no estado natal, sua vinda para São Paulo, seu contato com paulistanos e nordestinos, suas preferências linguísticas (de qual pronúncia mais gosta e qual não gosta, para verificar se eles gostam mais do modo de falar do paulistano do que do sergipano, por exemplo), sobre sua relação com a região Nordeste (se tem vontade de retornar), etc.. O questionário das entrevistas foi elaborado com o intuito de identificar o grau de aproximação afetiva do informante com seu estado natal.

Algumas informações sobre as redes de sergipanos da amostra

Os sergipanos que foram entrevistados habitam em cinco cidades diferentes, a saber: Taboão da Serra e Cotia (informantes da rede 1) e São Paulo, Osasco e Carapicuíba (informantes da rede 2). Optou-se por montar uma amostra com sujeitos residentes na região metropolitana São Paulo e não apenas da capital porque em várias entrevistas da amostra SP2010 (mencionada na introdução desse texto), é possível perceber que os informantes não diferenciam o paulistano do paulista, dando a entender que a diferença entre a pessoa que mora na cidade de São Paulo e a que reside numa cidade vizinha, pertencente à região metropolitana, não é significativa. As fronteiras dessas cidades, de fato, não são bem delimitadas, por conta do aglomerado urbano, e por causa dessas considerações, optou-se por não limitar a amostra aos residentes da cidade. A figura 3 aparece aqui justamente para justificar esse argumento. Percebe-se que a região metropolitana de São Paulo (a mancha cinza), vista de cima, de fato não apresenta divisões claras e distintas:



Figura 3: imagem de satélite da região metropolitana de São Paulo⁴.

A figura 4, abaixo, mostra a localização das cidades onde habitam os sujeitos da amostra. Percebe-se que todas as cidades fazem divisa com São Paulo e apenas Osasco e Taboão da Serra não fazem fronteira entre si.

4. Imagem retirada de: <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=359118>. Acesso em: 26/08/2016.



Figura 4: cidades da região metropolitana onde residem os informantes da amostra⁵.

Uma das vantagens de se construir uma amostra a partir de redes é que o pesquisador consegue criar um vínculo com os informantes, uma vez que o contato entre pesquisador e os sujeitos da amostra pode acontecer mais de uma vez. Tal aproximação é importante porque nas entrevistas sociolinguísticas a fala que se busca é a mais espontânea possível, já que o intuito do sociolinguista é estudar o modo como as pessoas falam quando não estão preocupadas com o quê estão falando e com o modo como estão falando, portanto, objetiva-se analisar o *vernáculo*⁶ (LABOV, 2008 [1972]). É importante criar vínculos com o objetivo de minimizar a assimetria social entre a pesquisadora (estudante de pós-graduação) e os sujeitos entrevistados. A presença de microfones e gravador já causava, pelo menos num primeiro momento, uma atmosfera mais formal do que era pretendido. Desse modo, desconstruir essa impressão de seriedade era essencial para se obter uma entrevista mais espontânea.

5. Retirado de: <http://horizontegeografico.com.br/exibirMateria/2177/os-desafios-de-uma-metropole-chamada-sao-paulo>. Acesso em: 26/08/2016.

6. Segundo Labov (2008 [1972]: 244), “vernáculo” é “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala. A observação do vernáculo nos oferece os dados mais sistemáticos para a análise da estrutura linguística”.

Outra estratégia utilizada para reduzir o paradoxo do observador (LABOV, 2008 [1972]) foi fazer as gravações na casa dos próprios informantes, justamente para eles se sentirem um pouco mais à vontade. Apenas um integrante da amostra preferiu ser entrevistado num local público perto do seu trabalho, por conta de seus vários compromissos.

Os sergipanos entrevistados demonstraram uma boa disposição em contribuir para a pesquisa e foram bastante cordiais com a pesquisadora. Vários deles fizeram questão, por exemplo, de oferecer um café da tarde, indicando que a presença da pesquisadora não era importuna.

Por último, vale apontar para o fato de que não houve um tempo hábil para se fazer uma imersão mais etnográfica nas redes coletadas. Por conta do pouco tempo que se tem para desenvolver uma pesquisa de Mestrado, foi necessário abreviar a etapa de observação das redes. No entanto, apesar de tal dificuldade, é possível dizer que os dados mais importantes de cada indivíduo foram devidamente coletados, seja através das próprias entrevistas sociolinguísticas, seja por meio das conversas informais que ocorreram antes e depois das mesmas.

Considerações finais

De acordo com o que foi apresentado e discutido nas seções anteriores, é possível afirmar que estudar processos de acomodação dialetal por meio de redes sociais é uma estratégia plausível e justificável. A partir dos monitoramentos realizados durante a coleta, será alcançável fazer análises mais descritivas e explanatórias dos mecanismos envolvidos naqueles processos. A exemplo de Bortoni-Ricardo (2011 [1985]), acredita-se que “as características das redes sociais podem ser bons preditores do comportamento linguístico porque exercem influência na escolha que os falantes fazem dos grupos sociais com os quais querem ser identificados” (p. 264).

Foi visto que o método das redes pode ser um importante auxiliador no momento de minimizar o paradoxo do observador, uma vez que o vínculo entre pesquisadora e colaborador é fortalecido pelos contatos que ocorrem por mais de uma vez. A coleta que acontece através da indicação dos próprios informantes (como foi visto na seção da metodologia) minimiza a impressão que se tem da pesquisadora como uma completa desconhecida. Dito em outras palavras, existe uma facilidade

maior para contatar os falantes devido à indicação de pessoas que os próprios familiares ou amigos fazem.

Como sugestão para investigações futuras, fica a observação de que a etapa etnográfica da pesquisa é essencial para um bom desenvolvimento das etapas posteriores da análise sociolinguística. Compreender de modo claro a dinâmica das redes dos falantes significa entender as relações e os significados sociais que circulam dentro do grupo.

Referências

- BATTISTI, E. "Redes sociais, identidade e variação linguística". In: FREITAG, Raquel Meister Ko (Org.). *Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística*. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014.
- BORTONI-RICARDO, S.M. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011 [1985].
- ECKERT, P. "Three Waves of Variation Study: The emergence of Meaning in the Study of Sociolinguistic Variation". *Annual Review of Anthropology*, 41. 87-100, 2012.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- MILROY, L. & LLAMAS, C. "Social networks". In: CHAMBERS, J.K., TRUDGILL, P. & SCHILLING-ESTES, N. (Eds.) *The Handbook of Language and Change*, pp. 409-427. Malden, MA: Blackwell, 2 ed., 2013 [2002].
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1922].

SOBRE AS NOVAS TENDÊNCIAS DA PESQUISA SOCIOLINGUÍSTICA: UM ESTUDO SOBRE VARIAÇÃO ESTILÍSTICA

RAFAELA VELOSO¹ (UFPB)

Considerações iniciais

A Sociolinguística é uma teoria da linguagem desenvolvida em meados dos anos de 1960 e tem como principal fundamento a consideração do aspecto social da língua. Numa época em que as teorias formalistas da língua – o Estruturalismo e, depois, o Gerativismo – eram hegemônicas, a noção de homogeneidade e invariabilidade da língua por elas defendida foi severamente contestada por estudiosos que entendiam que a língua deveria ser investigada em seu contexto social e não isolada enquanto uma estrutura abstrata e imanente.

As premissas essenciais da teoria sociolinguística defendem que a variação é inerente à língua e a heterogeneidade é a sua realidade. Língua e contexto social são indissociáveis e mutuamente implicados. Sendo assim, essa teoria sustenta que os estudos linguísticos não podem ignorar o comportamento social dos falantes de uma língua, e devem considerar, como objeto de suas análises, a língua tal como é usada na vida diária por esses sujeitos.

Ao buscar explicar as mudanças nas línguas, Labov (2008) acabou desvelando o fenômeno da variação linguística. Suas pesquisas tornaram-se verdadeiros modelos na área, de tal modo que a ele é comumente atribuído o papel de ter lançado as bases teórico-metodológicas da Sociolinguística Variacionista. Além disso, foi Labov quem, pela primeira vez, refletiu sobre o papel do *estilo* no uso variável da língua. Ele

1. Doutoranda em Linguística do PROLING-UFPB, sob a orientação do professor Dr. Dermeval da Hora. E-mail: rafaella_ufpb@hotmail.com.

demonstrou, em sua pesquisa sobre o inglês falado em Nova York, que a variação linguística estava diretamente associada à alternância do estilo. Contudo, apesar de ter se revelado um construto essencial para os fenômenos variáveis, o estilo foi, por muito tempo, tratado de forma periférica nas pesquisas sociolinguísticas.

Recentemente, surgiu uma nova proposta para os estudos variacionistas que incorpora os avanços e reconhece as limitações dos modelos analíticos já empregados – o método de pesquisa e o etnográfico – e procura estabelecer uma base teórica cujo foco reside no significado social das variáveis e no papel do estilo na variação e mudança linguística (ECKERT, 2003, 2005, 2006, 2012).

Nessa perspectiva, o estilo é tido como um recurso para expressão das posições identitárias dos sujeitos-falantes, que, inseridos em diversas comunidades de práticas, desenvolvem um senso de si e do mundo social à sua volta e, a partir disso, definem seus usos linguísticos. Assim, o falante deixa de ser visto como alguém que carrega de forma passiva e estável um modo de fala, para ser compreendido como um agente de estilo, que atua ativa e continuamente em processos de autoconstrução e diferenciação social (ECKERT, 2012; ECKERT e McCONNELL-GINET, 2010).

O presente trabalho vai percorrer as principais abordagens da Sociolinguística para abordar o seu caminho mais atual, suas reflexões e implicações para o tratamento do estilo no estudo da variação linguística. Na esteira desse conhecimento, será apresentada a nossa proposta de estudo elaborada a partir dessas considerações.

Para tanto, o texto está organizado da seguinte forma: na seção 2, discutiremos, sucintamente, as principais propostas teóricas da Teoria da Variação que tratam da relação entre o estilo e a variação linguística e o caminho que consideramos mais adequado para a análise das restrições estilísticas na pesquisa sociolinguística; na seção 3, apresentaremos, em linhas gerais, a nosso estudo sobre o estilo, focando a fala de mulheres lésbicas inseridas em comunidades de práticas distintas e trataremos, na seção 4, as primeiras conclusões do estudo, bem como, faremos algumas reflexões a respeito do nosso trabalho e os desafios que esse tipo de pesquisa nos impõe/impõe, com vistas a olhar para os novos e instigantes rumos que a área da Sociolinguística vem tomando.

O estudo do estilo na sociolinguística: as principais abordagens e os novos rumos

A Sociolinguística sempre teve algum tipo de interesse sobre o estilo linguístico, uma vez que esta dimensão é referida desde os primeiros estudos da área (LABOV, 2008; SCHILLING-ESTES 2002; RICKFORD e ECKERT, 2001). Contudo, apesar de sua notada relevância, houve uma tendência a privilegiar a análise dos fatores estruturais e sociais, em detrimento do fator estilo.

O princípio básico do estilo linguístico é que um falante individual nem sempre fala da mesma forma em todas as ocasiões (BELL e JOHNSON, 1997). Assim sendo, o estilo se define pelo que o falante faz com a língua levando em conta o universo social que o permeia. É, eminentemente, algo social, e como tal, encontra seu significado nas associações entre o indivíduo, suas identidades e os papéis que ele desempenha no mundo.

A abordagem do estilo no âmbito da Sociolinguística Variacionista é vista a partir de três propostas principais: a *Attention to speech*, de Labov (2008 [1972]; 2001), focada na atenção que o falante presta à sua fala; a *Audience design*, de Bell (1984; 2001) orientada em função da audiência do falante e a *Speaker design*, de Eckert, (2000; 2005; 2012), que se debruça sobre o estilo e a sua relação com a identidade do falante.

Em seu clássico estudo sobre o inglês falado em Nova Iorque, Labov indicou o papel crucial que os estilos desempenham no uso da língua. Ao afirmar que não existe falante de estilo único, ele destaca que “os estilos podem ser dispostos ao longo de uma única dimensão, medida pelo grau de atenção prestada à fala” (LABOV, 2008, p. 243, grifo do autor), e concebe o vernáculo como o estilo ideal para as análises linguísticas – aquele em que o sujeito “presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala” (LABOV, 2008, p. 244).

Usando a entrevista sociolinguística como ferramenta para captar a variação linguística, o autor analisa o estilo através de um contínuo de formalidade, determinado pelo grau de automonitoramento da fala pelo informante, com a fala mais casual numa extremidade e a fala mais cuidada no extremo oposto. Nesse modelo, as mudanças de estilos das pessoas são desencadeadas primordialmente pela quantidade de atenção que elas prestam à própria fala.

Mais tarde, alguns linguistas começaram a questionar se a atenção à fala era, de fato, o fator universal que operava para causar as diferenças de estilo e criticaram o modelo laboviano devido a sua unidimensionalidade e à maneira passiva pela qual os falantes eram vistos nas situações interativas, ajustando sua fala somente pela (in)formalidade do contexto.

A partir disso, surgiu uma nova abordagem para as alternâncias estilísticas, que está relacionada, principalmente, com a pesquisa de Allan Bell (1984) e o papel decisivo da audiência para as alternâncias de estilo na língua. Segundo esse autor, as principais razões pelas quais os falantes mudam o seu estilo linguístico é que eles estão respondendo a seus ouvintes. O modelo focado na audiência tem suas raízes na Teoria da Acomodação da Fala, de Howard Giles (GILES, 1973 citado por Schilling-Estes, 2002), cuja ideia principal preconiza que os falantes tendem a ajustar a sua fala relativamente aos seus destinatários, a fim de obter a sua aprovação.

Bell amplia um pouco as concepções da Teoria da Acomodação ao afirmar que a mudança de estilo pode ir além dos efeitos do destinatário e considera os efeitos de outras pessoas que podem fazer parte da audiência do falante. Dessa maneira, ele vai dizer que os falantes modelam seu estilo em resposta a sua audiência, que pode ser composta por destinatários conhecidos e ratificados, conhecidos e não ratificados, ou ainda, desconhecidos (BELL, 1984; 2001).

Sua proposta evidencia o papel da variação intrafalante como um reflexo da variação entre falantes e salienta que a variação estilística dentro da fala de um único falante deriva da e ecoa a variação que existe entre falantes na dimensão social.

A principal ressalva direcionada a essa abordagem refere-se à ênfase no caráter responsivo do modelo e ao tratamento igualmente unidimensional para a variação estilística, direcionado fundamentalmente para a audiência do falante. Schilling-Estes (2002) salienta, ainda, que essa visão não dá conta de captar a verdadeira complexidade da variação estilística presente na fala cotidiana.

Como consequência, surge um modelo para abordagem do estilo em que a motivação do falante é um aspecto central no estudo variação estilística. Tal perspectiva direciona o olhar para uma relação mais estreita entre a performance linguística e a identidade do falante, no sentido em que o falante assume um papel ativo e constitutivo na interação, e a variação estilística passa a ser vista como um processo ativo de criação, recriação e exposição da(s) sua(s) identidade(s). A iden-

tidade, um fundamento essencial ao posicionamento do indivíduo no meio social, está ligada a uma agência linguística que é perpassada pela forma como o sujeito conduz os estilos.

Essa abordagem é identificada com a proposta de Eckert e o que ela chama de terceira onda de estudos da variação (ECKERT, 2003; 2005; 2012), cujo cerne está em estudar a variação na prática estilística. Ela vai dizer que, para compreender o significado social da variação, é preciso olhar para o seu papel na construção dos estilos. Não se trata somente de identificar os fenômenos variáveis nos estilos, mas compreender de que maneira esses fenômenos compõem a identidade do falante e se relacionam ao significado social da variação. A ênfase está em como os falantes individuais usam o estilo - e outros aspectos do seu repertório linguístico - para representar a sua identidade. Disso decorre que as variáveis não estão associadas a um estilo de modo rígido ou estático, mas são construídas, definidas e ressignificadas nas práticas sociais das quais emergem².

Sendo assim, a explicação para as mudanças de estilo deve ser buscada nas relações sociais que se estabelecem no interior das comunidades de práticas, que são definidas como “um conjunto de pessoas agregadas em razão do engajamento mútuo em um empreendimento comum” (ECKERT e McCONNELL-GINET, 2010, p. 102). De acordo com essa perspectiva, os padrões linguísticos se estruturam na medida em que os seus falantes estão efetivamente participando de atividades, nas quais desenvolvem práticas sociais, nas comunidades em que participam.

Ao conceber o estilo enquanto atividade, duas questões fundamentais se destacam nessa abordagem: (i) os falantes não mudam o estilo meramente, ou essencialmente, em reação a elementos da situação de fala (seja formalidade ou audiência), mas eles são bastante ativos e altamente criativos em seu uso dos recursos estilísticos; (ii) os falantes não estão apenas limitados a elementos da situação externa para moldar sua fala, mas eles usam a sua fala para ajudar a configurar e reconfigurar a situação externa (seja o contexto interacional imediato ou forças sociais mais amplas), como também suas relações interpessoais, e, principalmente, suas identidades pessoais (SCHILLING-ESTES, 2002, p.378).

2. É possível perceber a influência que as ideias do construcionismo social exercem sobre essa abordagem.

Tais pressupostos foram incorporados na elaboração da nossa pesquisa de doutorado, cujo foco é a fala de mulheres lésbicas em comunidades de práticas distintas.

Uma análise do estilo em comunidades de práticas

Nosso estudo concentra-se sobre a variação estilística na fala de quatro mulheres lésbicas, de faixas etárias e profissões distintas, todas residentes na cidade de Recife-PE, inseridas em diferentes comunidades de práticas³. Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da terceira onda da Sociolinguística Variacionista (ECKERT, 2005; 2012), procuramos analisar como as práticas linguísticas utilizadas nas interações podem estar sendo recrutadas na construção das identidades dessas mulheres.

Após uma pesquisa feita nos bancos de dissertações e teses, pudemos perceber que as produções acadêmicas que investigam a variação e o estilo são de interesse bastante recente. Descobrimos que nos raros trabalhos que elegem o estilo como objeto de estudo, não há investigações sobre a fala de mulheres lésbicas considerando a noção de comunidade de prática. Outra questão essencial ao nosso estudo, que precisa ser repensada no âmbito da Sociolinguística, por carecer de abordagem adequada, é a discussão acerca da relação entre gênero e linguagem. Assim, a nossa pesquisa espera responder às lacunas presentes nesses estudos e contribuir para a ampliação dos dados teóricos na área.

Nossos principais objetivos consistem em: (i) trazer as mulheres lésbicas para a agenda de investigações sociolinguísticas, (ii) discutir a questão de sexo *versus* gênero na pesquisa variacionista, (iii) correlacionar o estilo de fala empregado aos papéis sociais das falantes e (iv) analisar o estilo enquanto recurso de construção de suas identidades.

3. MACHADO, Rafaela Veloso. *A fala de mulheres lésbicas em comunidades de práticas: estilo, gênero e identidade*. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal da Paraíba, 2016. No prelo. O projeto que abarca esse estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, da Universidade Federal da Paraíba, conforme determina a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido aprovado sob o número 1.080.907.

A partir de uma análise qualitativa e interpretativa, nós examinamos uma amostra constituída por dados de áudio obtidos pela gravação da fala das quatro participantes em seu ambiente de trabalho e em ambientes de lazer. Os dados foram gravados livremente pelas próprias informantes, que estavam de posse do gravador, e foram registrados mais de 17 horas de gravação.

Visto que não elegemos uma variável linguística específica para a apreciação dos dados, a análise se concentrou nos trechos das gravações em que as falantes desenvolveram algum discurso metalinguístico sobre o uso de uma forma linguística, usaram algum recurso da língua com conotações expressivas ou exerceram algum tipo de trabalho simbólico com a linguagem a fim de marcarem uma posição identitária. Avaliamos a maneira como as mulheres se orientaram em relação ao seu falar e ao dos seus interagentes e observamos se algum recurso da língua se destacou a tal ponto de ser alvo de julgamentos que pudessem revelar alguma ideologia ou posicionamento.

Da análise dos dados empreendida até o momento, verificamos que a formalidade da situação, a complexidade do tópico abordado e o grau de envolvimento das falantes nos contextos interativos, bem como o nível de identificação dessas mulheres com certos sistemas simbólicos são os fatores primordiais que as orientam em sua prática estilística. Dito isso, compreendemos o estilo de fala das mulheres lésbicas investigadas aqui sob dois pontos de vista interligados: o que manipula variáveis linguísticas com estratégias expressivas e o que mobiliza discursos de identidade através da problematização de usos linguísticos.

A ocorrência que ilustra bem os resultados obtidos com o estudo foi retirada de uma reunião entre amigas, na qual duas das participantes da pesquisa interagiam juntamente com outras amigas lésbicas. A situação em questão era descontraída e os assuntos conversados passavam pelos mais variados assuntos, como relacionamentos, vida íntima, festas e farras. Como a maioria se conhece há muito tempo, elas compartilham muitas histórias de suas vidas. Em um dado momento, uma das mulheres pergunta a uma das colegas porque ela saiu do Rio Grande do Sul para morar em Olinda. A ocorrência está descrita em (1):

(1)

I1⁴ = Ro⁵ chegou em Olinda com quantos anos?

I2 = Eu? Cinquenta e oito.

I1 = Não! Chegou em Olinda com quantos anos?

I3 = Uns vinte anos, né?

I2 = É.

I3 = Era uns vinte anos. Era, que eu já era...

Mi = O que-o que te motivou a vir pra Olinda? Não, porque cê tá-morava no Rio Grande do Sul, né?

I4 = Um amor.

I2 = Não, eu vim pra-ah, pra morar eu não vim com vinte não. Eu vim... O que me motivou? Foi a Verônica.

I5 = Tsc! Foi *mulé*! [Todas riem]

I6 = *Mulé*! [risadas sonoras]

I1: Foi a paixão. [Todas riem]

I5: O que é que move a gente? *Mulé*! Que é que faz a gente mudar a vida da gente? *Mulé*!".

I4: Só pode ser: *mulé, mulé, mulé*!

Antes de qualquer coisa, a escolha dessa forma linguística é bastante emblemática, uma vez que ela expressa o interesse afetivo/amoroso/sexual que é compartilhado por todas elas, enquanto mulheres lésbicas. Seu uso, entretanto, não deve ser interpretado somente pela correlação de fatores linguísticos e sociais, como geralmente indicariam as análises tradicionais dos fenômenos variáveis, mas com uma realização intencional tanto para dar um tom de brincadeira, uma vez que foi dita em tom de gracejo, como para performar uma certa *persona*⁶.

4. Para preservar a identidade das participantes, elas serão referidas pela letra I maiúscula, referente a interlocutora, e um número, concernente à ordem em que a sua fala aparece no áudio.

5. Quando seus nomes aparecerem nos áudios, eles serão substituídos pela categorização explicitada acima.

6. *Persona*, no sentido de Eckert (2003, 2005), diz respeito a tipos sociais peculiares dispostos explicitamente numa dada ordem social, que os falantes lançam mão na construção de uma imagem social particular pelo qual desejam ser compreendidos.

O efeito jocoso suscitado pela expressão “mulé”, no exemplo dado, sugere que ela tem alguma associação com universo lésbico, posto que o sentido interpretado na conversa evoca uma determinada informação (ou um estereótipo) que é compartilhada pelas interlocutoras e tem algum tipo de relevância social para elas. Esse significado ressoa entre as amigas pois elas reconhecem em seu uso uma ligação com alguma prática ou conhecimento que faz parte de suas vivências. Possivelmente, se estivesse excluída de seu contexto de utilização e analisada sob outros pressupostos teórico-metodológicos, o potencial expressivo dessa variante não seria reconhecido ou não se compreenderiam os significados que as mulheres gostariam de representar. Tal uso seria contabilizado, quem sabe, somente como uma ocorrência não-padrão da língua.

A presença de brincadeiras, piadas, ironias ou provocações, recursos muito comuns em contextos mais naturais de interação, revelam a capacidade que eles têm para realizar atividades e finalidades sociais, na medida em que exibem formas de identificação que se baseiam na realidade social.

Queen (2005) fala que as gozações ou piadas frequentemente trabalham com representações estereotipadas do objeto referido e que, ao incorporá-las dentro das suas conversas, os falantes negociam entre uma representação estereotipada (relacionada ao que se concebe como similaridades) e as variadas e complexas realidades da vida real (relacionadas ao que se vê como diferenças). Outra questão interessante é que usos como esses servem como um recurso semiótico para interrogar noções sociais de semelhança e diferença e para se localizar dentro dessas noções.

Quando os significados são projetados nas conversas, via uso linguístico, os falantes os interpretam e os avaliam, seja positiva ou negativamente, e diante de seus próprios repertórios de experiências podem recontextualizar e ressignificar esses sentidos através das várias respostas dadas na interação, em observância às concepções que têm a respeito de suas próprias visões de identidade.

Diante disso, nossos resultados sugerem que não há um padrão de fala lésbica, mas usos linguísticos que recrutam ou evidenciam significados relacionados às identidades que elas desejam expressar. Isso quer dizer que as formas linguísticas e as formas sociais se conectam na construção e reconstrução das identidades e que a performance estilística desempenha uma função importante nessas expressões.

Considerações finais

O presente texto trouxe uma discussão geral acerca da Teoria da Variação, do seu início até o seu estado de arte atual. Como o nosso objetivo era discutir os novos rumos da Sociolinguística e, a partir disso, apresentar nosso projeto de pesquisa que se insere em seu momento presente, traçamos um panorama descritivo das principais tendências analíticas, as chamadas “ondas” de estudo da variação (Cf. ECKERT, 2005; 2012), para enfatizar a perspectiva dos estudos do estilo em comunidades de práticas.

Existe uma questão que permeia não somente os desdobramentos da teoria, mas também representa uma inquietação para quem, como nós, trabalha com a teoria sociolinguística e segue buscando explicações mais consistentes para compreender os fenômenos de variação: é o *significado* que subjaz às diferenciações linguísticas. As principais reflexões que contribuíram para o estabelecimento dessa nova proposta para os estudos variacionistas e suscitaram a elaboração do nosso projeto de tese se fundam na busca constante de respostas ao *porquê* da variação.

Assim, nos alinhamos a Calvet (2002, p. 148), quando ele diz no final do seu livro sobre Sociolinguística que esta é uma ciência que “representa o futuro da linguística”, uma vez que ela admite e reflexiona “toda a complexidade social na qual os falantes utilizam suas línguas”. Podemos compreender, então, que grande parte dos fenômenos linguísticos variáveis são recrutados pelos falantes de acordo com o significado social que eles são capazes de expressar. Isto não significa dizer que toda variação é consciente ou intencional, mas que existe uma agência linguística que é determinada pela forma como o sujeito conduz os estilos.

Essa visão vai mais além do que assumir as variáveis como sendo um correlato fixo e direto entre as categorias sociais e as linguísticas na realização de um dado fenômeno da língua. A variação é, mais do que qualquer coisa, o produto de uma posição assumida pelo sujeito no mundo, e a manifestação desse posicionamento pode ser revelada pelo estilo de fala. Torna-se claro, portanto, a produção *ativa* da diferenciação social – e, conseqüentemente, linguística – do indivíduo.

A variação linguística é o fator fundamental pelo qual o social é incorporado na linguagem. Portanto, para apreendermos o funcionamento da variação, temos que nos deter na natureza do seu significado social e nos processos pelos quais ela adquire significado. Explicar, e não somente descrever, a variação – o objetivo fundamental da Sociolinguística, que estamos buscando.

Referências

- BELL, Alan. *Language style as audience design*. *Language in Society*. 13 (2), p. 145-204, 1984.
- _____. Back in style: reworking audience design. In: RICKFORD, John R. & ECKERT, Penelope. *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 139-169.
- _____. Style and the linguistic repertoire. In: LLAMAS, Carmen; MULLANY, Louise; STOCKWELL, Peter. *The Routledge Companion of Sociolinguistics*. Nova York: Taylor & Francis, 2007, p. 95-100.
- _____.; JOHNSON, Gary. Towards a sociolinguistics of style. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, Vol. 4(1), p. 1-21, 1997.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*, São Paulo: Parábola, 2002.
- CAMACHO, Roberto Gomes. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.
- ECKERT, Penelope. The meaning of style. *Proceedings of the Eleventh Annual Symposium about Language and Society*, University of Texas, Austin, p. 41-53, 2003.
- _____. Variation, convention and social meaning. *Paper Presented at the Annual Meeting of the Linguistic Society of America*. Oakland CA. Jan. 7, 2005.
- _____. Communities of Practice, In: Keith Brown & A. H. Anderson (Eds.). *Encyclopedia of Language and Linguistics*, Vol. 2, Oxford: Elsevier, p. 683-685, 2006.
- _____. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*. Palo Alto, vol. 41, p. 87-100, 2012.
- _____. McCONNELL-GINET, Sally. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. [1992]. Tradução: Branca Falabella Fabrício. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. *Linguagem, gênero e sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010.
- LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno, Maria Martha P. Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- PODESVA, Robert J. Phonation type as a stylistic variable: the use of falsetto in constructing a persona. **Journal of Sociolinguistic**, vol. 11, n. 4, p. 478-504, 2007.
- _____.; ROBERTS, Sarah J.; CAMPBELL-KIBLER, Kathryn. Sharing resources and indexing meanings in the production of gay styles. In: CAMPBELL-KIBLER, Kathryn; PODESVA, Robert J.; ROBERTS, Sarah J.; WONG, Andrew (eds.) *Language and Sexuality: Contesting Meaning in Theory and Practice*. Stanford: CSLI Publication, 2001. p. 175-89.

QUEEN, Robin. "How Many Lesbians Does It Take...": Jokes, Teasing, and the Negotiation of Stereotypes about Lesbians. *Journal of Linguistic Anthropology*, Vol. 15, n. 2, pp. 239-257, 2005.

RICKFORD, John R. & ECKERT, Penelope. *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

SCHILLING-ESTES, Natalie. Investigating stylistic variation. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING-ESTES, Natalie (Eds.). *The Handbook of Language Variation and Change*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002. p. 375-401.

VARIAÇÃO E ENSINO: O GÊNERO TEXTUAL CORDEL COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE VARIANTES LINGUÍSTICAS NO ENSINO MÉDIO

CÍCERO JOSÉ DA SILVA (MPLE/UFPB)¹

ERICLES SOUZA ALVES (LETRAS/ FBJ)²

ROSANGELA MARIA DA SILVA (LETRAS/ FBJ)³

Introdução

As práticas Sociolinguísticas têm contribuído de forma ampla nos processos de ensino-aprendizagem de língua materna na educação básica juntamente com outras perspectivas de Linguísticas aplicadas ao ensino. As mudanças metodológicas implementadas no campo de estudos da língua é notória em todas as vertentes, e os estudos sociolinguísticos contribuem de forma direta na desconstrução de atitudes linguísticas em torno do preconceito linguístico e de noções de certo e errado vigentes ainda no falantes do Português Brasileiro.

Nesta perspectiva, o referente artigo apresenta uma pesquisa em que os alunos percebam através da leitura e análise de cordéis, as diferenças entre as variantes diatópicas (regionais) e diastráticas (sociais) presentes na composição do gênero textual cordel em sua vertente escrita. Com isso, busca-se analisar, junto aos alunos, elementos de variação linguística presente na composição do gênero, já que o mesmo descende de uma tradição oral de contar histórias. Como este gênero tem suas raízes nas tradições orais de contar história, a presença de marcas

1. Mestrando em Linguística e Ensino – UFPB (Universidade Federal da Paraíba – Campus I – João Pessoa). ciceroprofessorbrasil@gmail.com

2. Graduando em Letras pela – FBJ (Faculdade do Belo Jardim). souzaericles97@hotmail.com

3. Graduanda em Letras pela – FBJ (Faculdade do Belo Jardim). Rosangelaff2013@hotmail.com

da oralidade é muito forte em seus versos escritos, registrando assim, falares de comunidades linguísticas em situações espontâneas sistemáticas de uso da língua em um contexto sociocultural e regional, e assim, é possível analisar e compreender variáveis de ordem morfológica, lexical, e principalmente fonético-fonológico, que estão presente no gênero textual cordel.

Esta pesquisa tem como estrutura teórica a Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação, por correlacionar a heterogeneidade linguística com a heterogeneidade social, ressaltando que a língua é heterogênea, mutável, inerente a fatores sociais, e assim como a sociedade, passa por constantes transformações, pois recebe influências dos aspectos socioculturais, de suas comunidades linguísticas, expressadas em suas manifestações verbais. Com o aparato também, da Sociolinguística Educacional, por trata-se de um campo teórico com uma vertente pedagógica aplicada à sala de aula. Para isso, ancoramos nossa base teórica em: Alkmim (2012), Antunes (2013), Bagno (2009), Bortoni-Ricardo (2013; 2014; 2016), Hora (2011), Labov (2014), Tarallo (1985) entre outros.

Como prática metodológica, apresentamos uma pesquisa sobre Variações Linguísticas utilizando o Gênero Textual Cordel como suporte de estudo para o trabalho com as variantes linguísticas em sala de aula. O trabalho desenvolve-se com estudos teóricos e aplicações metodológicas de atividades em uma turma de alunos de 3º ano da Escola de Referência em Ensino Médio Agamenon Magalhães, situada na cidade de São Caetano, Agreste de Pernambuco. O processo didático ocorre através de análises de aspectos lexicais, morfológicos, e fonético-fonológicos no gênero textual cordel, aqui foi escolhido o cordel “Vaca estrela e boi fubá” de Patativa do Assaré, o qual foi abordado em sala de aula.

A sociolinguística e o ensino de variantes na escola

A sociolinguística é uma área de estudos linguísticos voltada para a análise da língua e sua manifestação verbal em contextos sociais de uso efetivo e real de uma língua que se modifica em cada contexto objetivo de uso. Uma de suas vertentes é a observação do comportamento linguístico de seus membros de fala e como os fatores culturais, sociais e econômicas podem influenciar na realização das construções linguísticas de comunidades de fala, já que a língua é inerente

aos vários contextos que a circulam e que dela fazem parte. Dessa maneira, a língua, também é um produto social apresentando formas variadas de realização em meio a comunidades linguísticas inerentes a fatores culturais e históricos que a compõem em sua dimensão discursiva.

Nesta perspectiva, não existe uma língua pura, sem interferências dos fatores socioculturais que compõem uma comunidade linguística na qual a manifestação verbal ocorra, tanto nas formas escritas como no ato real de fala. Dessa forma, falar em estudos Sociolinguísticos é falar, também, em heterogeneidade, tanto do ponto de vista linguístico como social, pois, busca-se uma relação entre “língua” e “sociedade”. Assim, o termo sociolinguística, citado neste trabalho, surgiu em 1950, e se desenvolve nos Estados Unidos na década de 1960, principalmente com os estudos de William Labov ([1972] 2014), que desenvolveu uma abordagem conhecida como “Sociolinguística Variacionista ou Laboviana”. Portanto, a Sociolinguística Laboviana busca relacionar a heterogeneidade linguística da heterogeneidade social, uma vez que não é possível estudar a língua sem relacioná-la com a sociedade a qual ela se manifesta verbalmente. Assim, não se pode falar em heterogeneidade linguística sem heterogeneidade social “por ‘social’ entendo aqueles traços da língua que caracterizam vários subgrupos numa sociedade heterogênea (LABOV, [1972] 2014, p.313. Destaque do autor)”. Ainda Segundo Alkmim (2012, p. 33), “pondo de maneira simples e direta, podemos dizer que o objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso”.

Dessa forma, não existe um purismo linguístico, entretanto, o que se tem são formas variadas de ocorrência da mesma língua em contextos de uso reais da língua nas comunidades de fala, que quando estudadas percebe-se imediatamente a ocorrência de variações diversas do mesmo objeto comunicativo “a língua”, pois, toda comunidade linguística apresenta modos diferentes de uso e de representação verbal “a essas diferenças maneiras de falar, a Sociolinguística reserva o nome de *variedades linguísticas*” (ALKMIM, 2012, p. 34. Grifo da autora).

Toda manifestação verbal apresenta variedades, nessas ocorrências linguística a heterogeneidade aparece de forma estrutural altamente ordenada, como por exemplo, as variáveis de concordância nominal na classe morfossintática “as menina brinca de boneca”, aqui pode-se perceber a perda do morfema /S/ na cons-

trução da oração (concordância nominal: as meninas ~ as menina - concordância verbal: brinca ~ brincam).

A existência de variação e de estruturas heterogêneas nas comunidades de fala investigadas está certamente bem fundamentada nos fatos. É a existência de qualquer outro tipo de comunidade de fala que deve ser posta em dúvida. (...) a heterogeneidade não é apenas comum, ela é o resultado natural de fatores linguísticos fundamentais (LABOV, [1972] 2014, p. 238).

Nesta assunção, não se pode considerar variantes linguísticas como “erros”, já que esses fatores são inerentes a condição de língua como heterogênea, com um sistema aberto, móvel e mutável em sua estrutura, na qual é a partir dela que as comunidades expressão sua própria identidade cultural através de sua diversidade linguística.

Como é perceptível, a língua não é um produto pronto, estático, acabado, ela é dinâmica como sua realidade, pois, a língua como uma atividade social aproxima as pessoas através de suas manifestações linguísticas, e nessa dinamicidade ocorre o uso da língua de diversas formas diversas formas em um mesmo grupo social, isso depende da situação formal ou informal em que os interlocutores então situados, segundo Bagno (2007, p. 36. Grifo do autor), “ao contrário de um produto pronto e acabado, de um monumento histórico feito de pedra e cimento, a língua é uma **atividade social**, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita”.

Dessa forma, as variações linguísticas são determinadas pelo contexto situacional em que encontram-se seus falantes, sua linguagem em meio de comunicação verbal expressa diferenças morfológicas, lexicais e fonético-fonológicas. Todos esses fatores levam o usuário a adaptar sua linguagem a diferentes situações de uso, como no exemplo a seguir, no qual a variação do uso de ausência ou de presença do pronome “eu” nas frases; “visitei um museu” ou “eu visitei um museu”, notamos o sujeito aparece implícito na primeira oração, sendo mais utilizada na língua escrita, enquanto na segunda oração, esse mesmo sujeito aparece explícito, sendo mais utilizado na língua oral. Assim podemos concluir que escrevemos de uma maneira e falamos de outra, e a variação presente não alterou o sentido da oração.

A pronúncia liguodental do /t/ é a que realizamos nas palavras *tudo, todo, telha, táboa* etc. No Centro-Sul do país, o fonema /t/ diante da vogal /i/ não tem pronúncia liguodental e sim uma pronúncia palatal, que podemos representar assim: /tch/, como nas palavras *Tiago, tijolo, Tijuca e antigo*. (BORTONI-RICARDO, 2014, p.32. Grifos da autora)

Nesta ordem, têm-se diversos tipos de variações em alguns níveis da língua, por exemplo: “macaxeira ~ mandioca” (nível lexical), “problema ~ probrema” (nível fonético-fonológico). Com isso, podemos perceber que a variação apesar de toda sua estrutura ordenada, possibilita a comunicação social e cultural, e que a ideia do que é “certo” ou “errado” é uma visão ultrapassada baseada em preconceitos sociais e culturais de seus falantes.

Por sua vez, a Sociolinguística Variacionista mostra que, os diversos modos de falares, representados pelos brasileiros, são frutos de aspectos socioculturais inerentes a sociedade e a língua. Nesta assunção, não se pode apontar como “erro” os diferentes dialetos que encontramos nas diversas formas de manifestação linguística, pois na verdade esses “erros” são variedades linguísticas pertencentes aos falantes de comunidades distintas, e o português “correto”, o qual a escola ainda pauta como o ideal e como única forma linguística imposta aos estudantes ligando muitas vezes ao ensino da “gramática normativa”, às vezes é uma forma de status, desvalorizando as outras classes sociais. Não é o ensino de gramática, mas como se ensina gramática e que concepção de gramática é trabalhada em sala de aula, já que, a gramática é uma forma organizacional de estrutura linguística e não deve, em hipótese alguma, ser dissociada dos fatores sociais que englobam as realizações da língua. Dessa forma, a própria definição de gramática direciona o ensino das variedades linguísticas na escola, sendo a perspectiva de ensino gramatical implantada na escola uma vertente preconceituosa direcionada por uma ideologia psicossocial de que há um padrão linguístico ideal, pois, “é característica da ideologia padrão acreditar que esta variedade padrão uniforme com todas as suas regras de correção imposta seja realmente a própria língua” (HORA, 2011, p.21).

Quando a escola tem como ideologia ensinar a língua materna pautando-se apenas na vertente da “gramática normativa”, ignorando as diferenças sociolinguísticas, ela contribui com uma atitude preconceituosa do ensino de Língua Portuguesa, implantando assim, uma vertente de desigualdade social. Dessa forma, na prática pedagógica, cabe ao professor trabalhar em sala de aula, a “norma padrão”, mas também, trabalhar as diferentes variações presentes nas diversas manifestações verbais que compõem os contextos de comunicação no qual os estudantes estão inseridos. Neste aspecto, o gênero literário e textual cordel pode ser uma ferramenta pedagógica de extrema utilidade, por apresentar em sua composição marcas fortes da cultura popular e derivar de narrativas orais desenvolvidas em meio às comunidades reais de fala.

Logo, através deste gênero, os estudantes serão imersos em práticas de análise variacionista, já que o cordel, enquanto gênero textual apresenta uma composição linguística próxima da oralidade com traços socioculturais que são intrínsecos a sua composição e foi utilizado durante muito tempo como uma das principais ferramentas de alfabetização. Afinal, a língua portuguesa falada no Brasil precisa ter como foco de sua legitimidade as manifestações da plural e mestiça cultura brasileira. (ANTUNES, 2013, p.31).

Dessa forma, o usar o cordel como instrumento pedagógico é chamar os alunos para uma reflexão sobre sua realidade linguística e, ao mesmo tempo, colocá-los em confronto com as outras variantes, inclusive mostrar com um olhar crítico as colocações da gramática normativa que prescreve a norma-padrão. E, acima de tudo, é promover a inclusão linguística de todas as variantes, conscientizando o discente de que todas as variantes são importantes e que não há uma melhor ou pior. Buscando, assim, banir as atitudes preconceituosas e posturas discriminantes com certos usos da língua em situação de interação verbal.

A origem da Literatura de cordel e a variação linguística

O texto em cordel ou literatura de cordel chega ao Brasil com fortes influências dos portugueses, ou na bagagem dos colonizadores brasileiros. Herdeira da tradição grega e da oralidade dos trovadores medievais da Península Ibérica, os quais recitavam versos e faziam cantorias para agradar os poderosos da época, esse gênero permaneceu assim, cultuado e difundido na oralidade durante milênios. Sua primeira manifestação foi entre os séculos XVI e XVII em Portugal (Proença 1976), onde recebe o nome de Literatura de Cordel, “cuja o termo está relacionado à forma de apresentação dos folhetos, presos em barbantes (cordéis) nas feiras, praças, e mercados populares (Albuquerque, 2013, p. 29). Dessa forma, eram expostos ao público pendurados em cordões ou barbantes nas ruas, praças, romarias e feiras, divulgando fatos e histórias da época em folhetos a baixo preço. Esse tipo de expressão popular sofreu influências de povos da Espanha, da França e acima de tudo dos Portugueses.

A história da literatura em cordel pode ser identificada por, pelo menos, três períodos bem caracterizados: no primeiro boa parte dos textos concentrava-se em torno dos romances de cavalaria; no segundo, na inserção do herói popular nordestino, tipicamente rural, e no período mais recente, no predomínio de folhetos considerados de acontecimentos. (MENEZES apud ALBUQUERQUE, 2013, p. 29)

No Brasil os folhetos eram vendidos em malas, bancas e esteiras nas feiras livres. O cordel era lido por uma pessoa letrada para um público não letrado, nas rodas familiares, embaixo das árvores, até mesmo ao redor de uma fogueira, como fonte de entretenimento e noticiário, principalmente nas zonas rurais, como principal ferramenta no processo de formação cultural e alfabetização do nordeste. Também conhecido com “professor folheto” e “jornal do sertão”, o cordel é um gênero textual dotado de traços fortes da oralidade e de diversas variantes linguísticas em sua manifestação cultural.

A oralidade, desde os tempos mais remotos até hoje, sempre esteve presente e o cordel é fruto dessa oralidade, pois foi através das narrativas orais, cantorias e contos que surgiram os primeiros folhetos no Brasil, tendo a métrica o ritmo e a rima como elementos formais marcantes nesse tipo de literatura. É o elo da memória individual e da memória coletiva, à medida em que, por meio do oral, as relações socioculturais de uma comunidade vão sendo refletidas e repassadas. (ALBUQUERQUE, 2013, p. 29)

Entre todas as modalidades do cordel, a mais preferida dos cordelistas brasileiros é a sextilha, um gênero poético escrito em uma estrofe de seis versos, contendo sete sílabas poéticas, que apresentam rimas apenas nos versos pares, chamada de redondilha maior, é também o estilo mais simples e utilizado pelos violeiros e repentistas. Além da sextilha, na metrificação do cordel, também temos a quadra (estrofe com quatro versos) septilha (estrofe com sete versos) martelo (estrofe com dez versos) e ainda o decassílabo (ou martelo agalopado).

Mesmo com todo esse percurso histórico da formação do cordel como um gênero que deriva de narrativas orais que ao passar do tempo é segmentada na escrita, “o texto popular disponibiliza o oral e o escrito como modalidades de apresentação, sendo o romance, o conto, a cantiga, entre outros, como tipicamente orais e o cordel, escrito (ALBUQUERQUE, 2013, p. 29)”. Por conter essa vertente mais próxima da oralidade em sua escrita, o cordel ainda sofre bastante preconceito como gênero textual imbricado de elementos socioculturais de qualquer comunidade de fala ao qual esteja inserido. Assim, a escola pode utilizar esse gênero textual como ferramenta pedagógica no trabalho com as variantes linguísticas para ampliar o leque de competências comunicativas dos alunos, como ressalta Albuquerque (2013, p.19)

O folheto de cordel não se constitui apenas de histórias passadas e tradicionais, é, sobretudo, uma produção dinâmica e esta produção escrita, porém não é transmitida somente por meio da leitura silenciosa e individual. Ocorre através da oralidade, que se materializa nas leituras comunitárias, fato comum nas regiões rurais do Nordeste do Brasil, graças aos aspectos da musicalidade dos versos presentes nos folhetos.

Assim, concebe-se o cordel como gênero textual composto com marcas da oralidade, e ainda marcas verbos-visuais (xilogravuras), no qual sua constituição está transpassada por marcas históricas e socioculturais que estão presentes nas comunidades de fala carregada em sua essência por variações sistemáticas de cunho: lexical, morfológica e fonético-fonológica. Dessa forma, concebe-se o cordel como gênero textual na perspectiva de Marcuschi (2005, p. 19)

(...) os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto do trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa.

Portanto, é notável que o cordel seja um gênero textual no qual as variações linguísticas o compõem com fortes traços da oralidade, e assim, esse o cordel como fenômeno histórico é ligado diretamente aos aspectos culturais e sociais que formam a língua em sua situação de uso cotidiana. Dessa maneira, este gênero pode ser um instrumento pedagógico no ensino de variantes linguísticas no Ensino Médio, e em qualquer série da educação básica, em processo de ensino-aprendizagem nas práticas que envolvem os processos de trabalho com competências linguísticas em língua materna.

Metodologia

A presente pesquisa busca ancorar os aportes teóricos nos princípios da Sociolinguística Laboviana ou Teoria da Variação (1966; 1972), relacionada com o campo de ação da Sociolinguística Educacional (BORTONI-RICARDO, 2013, 2014), por se tratar de uma área teórica com maior aplicação à sala de aula, ou seja, uma vertente pedagógica aplicada das práticas de sociolinguística na sala de aula. A pesquisa é desenvolvida na Escola de Referência em Ensino Médio Agamenon Magalhães, situada na cidade de São Caetano, Agreste de Pernambuco, onde trabalhamos com o subprojeto do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) “O cordel como instrumento de ensino-aprendizagem na Língua Por-

tuguesa na Educação Básica”, integrado a Faculdade de Belo Jardim (FBJ), financiado pela Capes. Dessa maneira, temos aqui apenas um recorte de um trabalho de pesquisa na vertente Sociolinguística desenvolvido na escola citada. Vale ressaltar ainda, que o trabalho está em andamento.

Além disso, o projeto procura abordar a Teoria da Variação em uma vertente aplicada e prática entre os sujeitos envolvidos no processo, além de, desenvolver a parte teórica no trabalho cotidiano do professor. Logo, esta pesquisa se caracteriza como uma prática de pesquisa-ação, pois propõe o estudo teórico permanente de um plano de intervenção em que os pesquisadores são graduandos e convivem com a realidade apresentada no dia a dia.

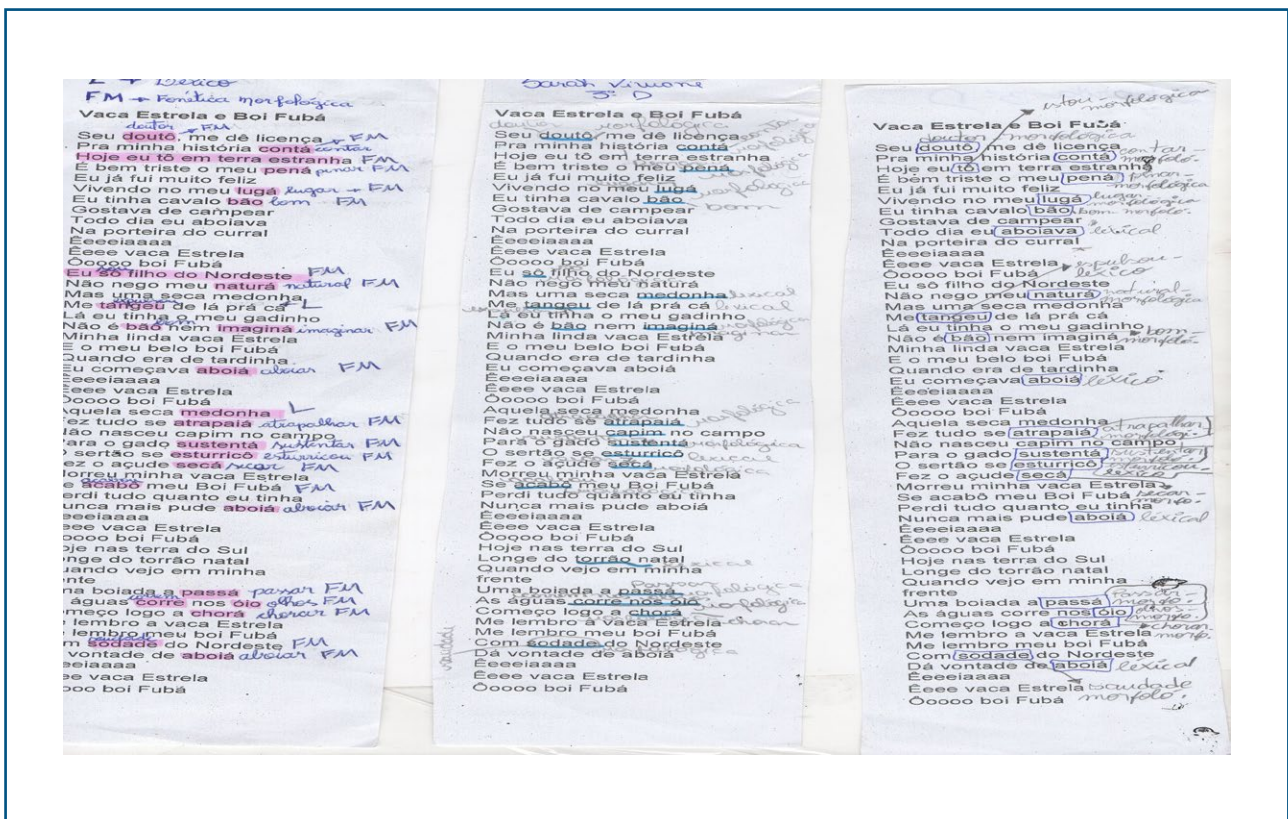
Toda pesquisa-ação possui um caráter participativo, pelo fato de promover ampla interação entre pesquisadores e membros representativos da situação investigada. Nela existe vontade de ação planejada sobre os problemas detectados na fase investigada (THIOLLENT, 1997, p.21).

Em um primeiro momento, foram ministradas duas aulas, com duração de 50 minutos cada, em uma turma de terceiro ano do Ensino Médio da escola citada acima. Essa aula foi de caráter expositivo com o intuito de explicar os conteúdos teóricos de “variação linguística” e também sobre o “Cordel”. Essa aulas contaram com o apoio dos seguintes recursos didáticos: data show, computador, aparelho de som e o texto impresso do cordel “Vaca estrela e boi fubá” Patativa do Assaré.

Em segundo momento, foram ministradas mais duas aulas, com duração de 50 minutos cada, na mesma turma supracitada acima. Nestas aulas, o trabalho foi direcionado para o estudo sistemático de aspectos lexicais, morfológicos e fonético-fonológicos que envolvem as variações linguísticas e houve um estudo analítico no texto escrito do cordel “Vaca estrela e boi fubá” de Patativa do Assaré, com o intuito de observar esses fatores de variação na composição do cordel analisado. Neste momento, os alunos receberam o cordel impresso, vale ressaltar que o cordel citado foi declamado por toda a turma, e começaram a observar os aspectos referentes à variação linguística que formam o texto citado. A declamação foi realizada com o direcionamento aos alunos para uma análise do cordel, como forma lúdica de leitura com uma forte entonação para que já possibilitasse a identificação de varie-

dades no léxico, na morfologia, e principalmente nos aspectos fonético-fonológicos, presentes no gênero em questão. Pediu-se para que os alunos identificassem e marcassem as palavras que apresentasse alguma forma de variação.

Depois da primeira análise, os alunos registraram as primeiras variações vocabulares, assim, começaram a perceber que a variação linguística é inerente a própria língua como na palavra “olho” ~ “óio”, com a semivocalização do “lh”; o verbo “estou” ~ “tô”, com ditongação da vogal tônica final; “chorar” ~ “chorá”, com a queda do /r/ final das formas verbais; com a palavra “saude” ~ “sodate”, com a monotongação de ditongos decrescentes. Teceram, assim, um pequeno corpus de análise, como mostram os registros a seguir.



Momento de análise dos aspectos lexicais, morfológicos e fonético-fonológicos

Nesta assunção, o uso do gênero textual cordel, como suporte para as práticas de estudo da Sociolinguística variacionista, possibilitou aos estudantes vivenciarem uma prática de estudo da língua em que a língua em uso expressa os traços culturais de um povo, no qual os chamados “erros de português” são, na realidade, diferentes maneiras de uso de uma mesma língua, até como recurso estilístico na composição do cordel, e assim, desconstruindo atitudes preconceituosas existentes do “certo” e do “errado” no uso da língua materna contextualizada.

A pretensão é desenvolver um estudo com os alunos, baseado nas variações linguísticas existentes na sociedade de fala de seus falantes, numa perspectiva de tornar esses estudantes perpetuadores da língua como um meio de comunicação sem restrições. Por sua vez, os alunos precisam compreender que não existe uma língua certa ou errada, mas sim uma língua heterogênea, que varia dentro das diferentes maneiras de uso de uma sociedade, e que a língua como identidade de cada pessoa, tem suas particularidades dentro de sua cultura. Assim através dos estudos da Sociolinguística Variacional e Educacional, buscamos mostrar para o aluno a importância de um olhar diferenciado sobre os diferentes dialetos existentes no gênero textual analisado, sendo essas variedades, também presentes no espaço escolar e dentro de sua sociedade. Na escola, o aluno tem o direito de receber um leque de informações linguísticas, enriquecendo seu vocabulário para seu desenvolvimento comunicativo em suas relações sociais.

Considerações Finais

Como apresentado no trabalho, observamos que a língua é uma manifestação verbal permeada por fatores socioculturais presentes na sociedade, e que isso contribui de forma direta para esse mecanismo eficiente de comunicação seja heterogênea. Além do mais, alguns gêneros textuais absorvem essa diversidade cultural em seu bojo, como é o caso do cordel, tendo em sua composição elementos intrínsecos de variação linguística nos níveis lexicais, fonético-fonológicos e morfológicos em seu funcionamento. Com isso, o ensino de língua materna em práticas de leitura, escrita ou em qualquer vertente de construção de competências comunicativas, não pode ficar restrita, apenas, a uma forma purista das dimensões que compõem a “língua”, enquanto objeto de ensino, mas a escola deve mostrar ao próprio

aluno que não existe uma forma única de expressão verbal a qual seja detentora de uma verdade linguística, uma vez que a língua em seu aspecto histórico e social apresenta variações inerentes ao cotidiano dos falantes.

Contudo, esta pesquisa propôs como conceito de didática aplicada em sala de aula, trabalhar as variedades lingüísticas do gênero textual cordel, abordado em sala de aula, analisando a partir deste, o léxico, o morfológico e principalmente o fonético/fonológico de suas manifestações verbais, a partir desta análise textual, o aluno desconstruir a ideia do “erro” e compreender que na verdade o que existe, são diferentes formas de dizer a mesma coisa, adquirindo um leque de informações, enriquecendo seu vocabulário linguístico. Portanto, levar o estudante a compreender e refletir sobre a Sociolinguística, como um campo de pesquisa de uma língua viva e concreta, ajuda a desenvolver habilidades comunicativas adequadas a cada contexto de uso e produção do fenômeno linguístico da comunicação, além é claro de evidenciar as várias formas de manifestação das variações linguísticas através dos gêneros textuais, e aqui em especial o cordel. Tudo isso, leva o aluno a refletir suas atitudes linguísticas e desconstruir o preconceito linguístico dentro de sua língua materna.

Referências

- ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. *Representação temática da informação na literatura de cordel*. Curitiba: Appris, 2013.
- ALKIMIM, T. M. *Sociolinguística*. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino – outra escola possível*. São Paulo: Parábola, 2013.
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua e por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2009.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador – introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola, 2013.
- _____. *Educação em língua materna*. São Paulo: Parábola, 2014.
- _____. *Nos chegemos na escola, e agora?* 2.ed. São Paulo: Parábola, 2006.
- BRASIL/MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

- BRIGTH, W. *As dimensões da sociolinguística*. In: FONSECA, M S V; NEVES, M.F. (Org.) Sociolinguística. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- HORA, Demerval da. *Variação dialetal e atitude*. In: HORA, Demerval da. NEGRÃO, Esmeralda Vailati. (Orgs.). Estudos da linguagem – casamento entre temas e perspectivas. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2011.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno, Maria Martha Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2014.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Ana Rachel e BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.
- THIOLLENT, Michel. *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1997.

O USO DOS CONECTORES “E”, “ÁÍ” E “ENTÃO” EM RELATOS DE OPINIÃO PRODUZIDOS POR ADOLESCENTES E ADULTOS NATALENSES¹

FERNANDO LAERTY FERREIRA DA SILVA (UFRN)

ANA CLARISSA VIANA DUARTE (UFRN)

Introdução

Com o intento de analisar o fenômeno de variação na indicação da sequenciação retroativo-propulsora de informações (SRPI) – relação estabelecida entre porções do texto ordenadas temporal ou discursivamente em uma relação de continuidade e consonância –, este trabalho toma como *corpus* relatos de opinião produzidos oralmente por adolescentes e adultos natalenses. Investigamos os conectores E, ÁÍ e ENTÃO, recorrentes na comunidade escolhida no desempenho da função de SRPI.

É na combinação dos pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista com o funcionalismo norte-americano que esse trabalho se fundamenta. A essa interseção chamamos de sociofuncionalismo: perspectiva teórica que estuda a variação linguística em situações reais de comunicação, considerando aspectos internos e externos à língua.

Os conectores E, ÁÍ e ENTÃO ocorrem em situações intercambiáveis e, por isso, podem ser consideradas variantes, isto é, formas alternantes de codificação da SRPI. Resta-nos perceber se há predileção, na comunidade de fala natalense, por algum desses conectores, e, em caso, afirmativo, se essa predileção é influenciada por fatores do contexto de uso das formas. Neste estudo, levamos em conta apenas fatores de ordem social: idade e sexo dos informantes.

1. Este artigo é reflexo do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica realizado no período de 2015-2016 na UFRN.

Os fragmentos abaixo, retirados do *corpus* desse trabalho, reiteram a ideia de permutabilidade dos conectores em estudo uma vez que fica evidente a aparição desses em ambientes idênticos:

1. Eu sempre gostei muito de corda e de massas, porque as músicas são mais fortes, e minhas músicas tanto mãos livres como com aparelhos sempre foram fortes, porque, não sei como, dizem que sou muito caricata e que eu gesticulo a mão e acho que isso é verdade. (BDFN; 05JV; Fem.)
2. Aí nessa Portelinha é só casa de barraco [...] então você sabe, favela, né? [...] Aí, assim, eu acho que se entregasse essas casas, melhoraria 100%. (BDFN; 12AD; Mas.)
3. Já lá no projeto não, você chega, tem o café da manhã, tem o lanche, tem o almoço, depois vai pra casa. Então, assim, eu acho que muita gente que precisa... é muito bom, né? E é isso. (BDFN, 12AD, Fem.)

Como se observa, os conectores coordenativos em destaque ocorrem num mesmo contexto: todos precedem o verbo “achar” e são responsáveis por introduzir o julgamento do entrevistado sobre um determinado tema.

Foi no Banco de Dados FALA-Natal (BDFN) que selecionamos os trechos categorizados como relatos de opinião. Guiado rigorosamente pelas instruções prescritas pelo expoente da sociolinguística, Labov, no que tange a estrutura de uma entrevista, este banco de dados tem auxiliado a inúmeros pesquisadores na área da linguagem e adjacentes.

Escolhemos os adolescentes (de 15 a 21 anos) e os adultos (de 25 a 45 anos) nascidos e criados em Natal por acreditar que há indícios de uma mudança linguística em progresso. Estudos anteriores perceberam a inclinação do grupo etário adolescente em disseminar inovações na língua, logo verificaremos se existem taxas de usos distintos no emprego do conector *E*, advindo do *et* latino, presente na gramática desde os tempos remotos (cf. BARRETO, 1999 *apud* TAVARES, 2006); no emprego do conector *ENTÃO*, forma prestigiada e ensinada nos ambientes escolares; e no emprego do conector *AÍ*, expressão marginalizada que passou recentemente a atuar na função SRPI.

Cruzaremos grupos de fatores como faixa etária e sexo para descobrir se, de fato, os adolescentes tendem a se distanciar da fala dos adultos, criando sua própria identidade, e se as mulheres, restritamente, lideram essa mudança; e focaremos no gênero textual relato de opinião por acreditar que ele criará um ambiente propício a formas prestigiadas, o que não negará a aparição de variantes avaliadas como não-padrão ou neutras uma vez que estamos lidando com *corpus* oral e com mais de um grupo etário.

Metodologia

Para garantir a inexistência de desvio durante a pesquisa, comprometemo-nos em realizar, a rigor, as três etapas descritas abaixo:

1. Analisar os conectores sequenciadores E, AÍ e ENTÃO como variantes na indicação de sequenciação retroativo-propulsora de informações em relatos de opinião produzidos oralmente, em situação de entrevista sociolinguística, por adolescentes e adultos natalenses;
2. Verificar semelhanças e diferenças na distribuição dos conectores sequenciadores E, AÍ e ENTÃO quanto à idade e ao gênero dos informantes;
3. Relacionar os resultados obtidos com uma dessas duas situações:
 - (I) mudança em progresso com liderança feminina (especialmente as adolescentes) no emprego do conector mais recente, o AÍ; ou
 - (II) estabilidade, com as mulheres de ambos os grupo etários fazendo maior uso dos conectores mais antigos, E e ENTÃO.

Esses questionamentos foram aplicados ao *corpus* composto por dezesseis entrevistas sociolinguísticas realizadas com oito adolescentes e oito adultos nascidos e criados em Natal, sendo quatro do sexo masculino e quatro do sexo feminino.

Para Labov, “a base do conhecimento intersubjetivo na linguística tem de ser encontrada na fala – a língua tal como usada na vida diária por membros da ordem

social [...]” (2008, p.13), o que torna os métodos da entrevista sociolinguística eficaz na busca pela fala mais natural.

A entrevista sociolinguística é o instrumento usado para coletar a fala mais informal que garante a obtenção de um grande número de dados de diferentes fenômenos variáveis. Nela, o entrevistador faz uso de perguntas que envolvam o entrevistado emocionalmente para atenuar a tensão causada pelo gravador. Esse específico banco de dados é asseverado como uma das mais confiáveis fontes para análise, pois dá conta de uma comunidade de fala, uma vez que essas entrevistas abarcam indivíduos de diferentes classes sociais, idades, sexos, escolaridades, etnias, profissões, etc.

As entrevistas sociolinguísticas duram em média sessenta minutos e nelas encontramos relatos de experiência pessoal, narrativas vicárias, narrativas habituais, instruções e relatos de opinião (gênero textual escolhido para ser analisado neste trabalho).

É no relato de opinião que esperamos do falante o máximo de atenção ao *como* falar, pois é neste tipo de texto que ocorre a defesa do seu ponto de vista sobre um determinado tema visando à adesão e o seu convencimento. Os temas que são propostos na entrevista podem ter motivação social, político, econômico, religioso, cultural, científico, etc., o que com certeza convidará o entrevistado a expor suas impressões.

Nesse gênero textual de natureza polêmica e de interesse público, os informantes tentarão assumir um posicionamento. Para tanto, tomarão precauções ao expor a sua opinião fazendo-se valer da sua objetividade e não da sua subjetividade/emocionalidade. Diante desse contexto, espera-se que os adultos utilizem mais o conector E, que é tido como neutro e o conector ENTÃO, que goza do título de forma padrão.

Apesar de o ambiente ser favorável ao surgimento de expressões canonizadas, acreditamos que o *Aí* também surgirá, e em ambas as faixas etárias. Caso aconteça, iremos analisar qual grupo etário e/ou sexo encabeça o uso da expressão estigmatizada e qual faz uso da forma normatizada.

Com o surgimento do *Aí* nos relatos de opinião teremos provas que há mudança em curso, pois apesar de o gênero textual favorecer as variantes E e ENTÃO, o *Aí* pôs-se em evidência.

Para investigar as variantes responsáveis pela SRPI, partimos da concepção de língua como heterogênea e mutável que só pode ser compreendida e entendida quando analisada em interação social. Isso implica dizer que a sociolinguística, solidificada pelos estudos de William Labov, compreende os diversos modos de dizer uma mesma coisa como algo condicionado a fatores que ultrapassam a estrutura interna da língua, e que a variação e a mudança são fenômenos regulares.

Ao considerar os fatores linguísticos, estilísticos e sociais como motivadores da variação, a sociolinguística variacionista consegue mapear os elementos que compartilham o mesmo lugar na gramática ao ponto de poder criar um curso para esse fenômeno, analisando se há apenas variação ou se há indícios de mudança.

Fernando Tarallo (1985) usa a metáfora do combate para explicar que em uma língua quando temos mais de uma forma para representar uma determinada função, elas entram em um duelo de contemporização, cujo resultado pode ser a subsistência, a coexistência ou a “morte” de uma das variantes, então a partir desse estudo identificaremos se os conectores em foco revelam mudança ou se apenas variação.

Como contribuição do funcionalismo, integramos ao nosso trabalho a visão de língua condicionada aos contextos reais de comunicação que vê o falante como capacitado para codificar e decodificar expressões, e usar e interpretar essas expressões de uma maneira satisfatória. (cf. Neves, 1997). Essa linguística não considera a existência de um falante ideal, mas sim os ver como indivíduos que em uma interação “têm de se esforçar para se fazer entender e para tentar entender, negociando e adaptando formas linguísticas para diferentes funções” (TAVARES, 2013, p. 32).

São nessas negociações que novas formas passam a ser usadas e podem ser aceitas pela comunidade dos falantes. A rotinização dessas expressões é responsável por integrá-las a gramática junto às formas mais antigas, processo chamado de gramaticalização: quando ocorre esvaziamento semântico já que “os elementos lexicais [...] estão se tornando elementos ou construções gramaticais ou construções gramaticais estão se tornando ainda mais gramaticais” (GONÇALVES, LIMA-HERNANDES, CASSEB-GALVÃO, 2008, p.13)

Resultados

William Labov, ao afirmar que “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo” (2008, p. 21), permite-nos inferir que a língua não pode ser explicada meramente pelo olhar direcionado ao passado, à escrita ou aos supostos falantes ideais; por ser um organismo vivo, deve ser entendida e estudada em interações sociais reais.

Deste modo, esse trabalho traz significativa contribuição ao descrever uma comunidade de fala, e determinar se os conectores E, AÍ e ENTÃO apontam indícios de mudança ou simplesmente variação.

Abaixo, na tabela 1, temos os dados referentes às variantes – são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade (TARALLO, 1985, p. 8) – em estudo, relacionadas ao fator “grupo etário” em relatos de opinião.

Tabela 1: Distribuição de E, AÍ e ENTÃO quanto ao grupo etário em relatos de opinião produzidos por adolescentes e adultos natalenses.

	Adolescente		Adulto	
	Freq.	%	Freq.	%
E	94	44,5	124	55,1
AÍ	57	27	56	24,9
ENTÃO	60	28,5	45	20
TOTAL	211	100	225	100

O uso dos conectores nos dois grupos etários são bastante próximos (adolescentes 211 e adultos 225), mas quando detemo-nos a frequência e percentagem constatamos a diferença nas escolhas das variantes. Enquanto os adolescentes usam 94 conectores E referente a 45% dos dados, os adultos realizam 124 E, gerando 55,1 de percentagem.

O surgimento do AÍ na fala do adolescente (57 aparições) praticamente coincide com o dos adultos (56 aparições), logo as percentagens dos dois grupos etários se aproximam (27% e 24,5%, respectivamente). Quanto à aparição do ENTÃO, que é valorado no mercado linguístico, observa-se que fluiu mais na fala dos jovens (60 ocorrências e 28,5% em percentagem) que na dos adultos (45 ocorrências e 20% em percentagem).

A tabela 2, que segue, traz as ocorrências dos conectores coordenativos que fazem parte da variável SRPI, combinados aos fatores “sexo” e “faixa etária”. A análise do quadro deixará perceber se existe um grupo responsável por difundir o uso da forma inovadora e da prestigiada.

Tabela 2: Distribuição de E, AÍ e ENTÃO quanto ao grupo etário e sexo dos informantes em relatos de opinião produzidos por adolescentes e adultos natalenses.

	Adolescente				Adulto			
	Feminino		Masculino		Feminino		Masculino	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
E	55	43,7	39	45,9	59	51,8	65	58,6
AÍ	31	24,6	26	30,6	18	15,8	38	34,2
ENTÃO	40	31,7	20	23,5	37	32,5	8	7,2
TOTAL	126	100	85	100	114	100	111	100

Propondo-se a observar os dados nas entrevistas com adolescente, averigua-se que na fala das mulheres a frequência dos conectores foi superior a dos homens (85 casos neste grupo e 126 naquele). Enquanto notou-se uma diferença considerável no uso da variante ENTÃO na fala dos jovens (23,5%) e das jovens (31,7%) e da variante AÍ (30,6% para o sexo masculino e 24,6% para o sexo feminino), o conector E desponta com taxas similares (45,9% na fala dos homens e 43,7% na fala das mulheres).

Os dados relativos aos adultos, em primeira mão, mostra de forma acentuada a diferença nas escolhas dos conectores em relação ao sexo dos entrevistados. As mulheres aparecem produzindo 59 E (51,8%) e os homens com o uso de 65 (58,6%); ao pensar no AÍ, as mulheres reproduziram 18 E (15,8%) e os homens 38 (34,2%), resultados bastantes significados.

No tocante ao uso do ENTÃO, as mulheres se mostraram mais receptíveis a variante prestigiada, fazendo uso de 37 conectores (32,5%), enquanto os homens mostraram resistência a forma canônica, produzindo 8 ENTÃO, equivalente a 7,2% das ocorrências.

Discussão

Propomo-nos analisar as ocorrências dos conectores E, AÍ e ENTÃO na fala do adolescente e adulto como indicação da sequenciação retroativa-propulsora de informações – SRPI em relação ao fator sexo dos dois grupos etários.

Pesquisas realizadas por William Labov revelaram que a mulher, na maioria das mudanças linguísticas no ocidente, está à frente dos homens na proporção de uma geração. Este tipo de protagonismo, sem dúvidas, está relacionado ao papel que a mulher desempenha neste tipo de sociedade e a sua consciência do status social das formas linguísticas (cf. CHESHIRE, 2003; PAIVA, 2013).

É pertinente acrescentar que a liderança da mulher no uso de uma variante inovadora, em muitos casos, se dá quando a nova forma codificada é socialmente prestigiada. Dito de outro modo

Quando se trata de implementar na língua uma forma socialmente prestigiada [...] as mulheres tendem a assumir liderança da mudança. Ao contrário, quando se trata de implementar uma forma socialmente desprestigiada, as mulheres assumem uma atitude conservadora e os homens tomam a liderança do processo. (PAIVA, 2013, p. 36)

Tentaremos, ao analisar as ocorrências dos conectores em relação ao grupo de fator sexo, perceber de que forma as variantes em estudo estão correlacionadas ao gênero/sexo do falante.

Ao longo da discussão, buscaremos respostas às perguntas abaixo e elas nos permitirão perceber se as variantes estão em processo de mudança (se sim, quem lidera) ou se não disputam por predileção.

- a) os conectores E, AÍ e ENTÃO diferem quanto à frequência de uso na fala de adolescentes e adultos natalenses no gênero textual relato de opinião produzido em situação de entrevista sociolinguística?
- b) caso difiram, qual das faixas etárias –adolescente ou adulta – faz maior uso do conector AÍ, o mais recente no português brasileiro?
- c) há diferenças em termos da distribuição dos conectores E, AÍ e ENTÃO quanto ao gênero dos informantes?
- d) caso haja diferenças, realizando-se um cruzamento entre os resultados referentes à idade com os resultados referentes ao gênero, é possível identificar uma dessas duas situações:
 - (i) mudança em progresso com liderança feminina (especialmente as adolescentes) no emprego do conector mais recente, o AÍ; ou
 - (ii) estabilidade, com as mulheres de ambos os grupos etários fazendo maior uso dos conectores mais antigos, E e ENTÃO?

A primeira tabela, presente na seção resultados, mostra que o ENTÃO é mais frequente na fala dos adolescentes (28,5%) que na dos adultos (20%). Já o conector E surge com 44,5% na fala do primeiro grupo etário e com 55,1% na do segundo, enquanto o AÍ tem taxa de 27% no discurso dos adolescentes e 24,9% no discurso dos adultos. Vejam que o gênero textual relato de opinião funciona também como um condicionador para o uso da variante neutra E. Isso ocorre porque o relato de opinião requer do informante mais atenção no momento em que ele tentará convencer seu interlocutor sobre seu ponto de vista. Aqui a fala será mais monitorada, logo o foco incidirá sobre *o que se fala* e *o como se fala*, por isso o falante recorre ao conector que não sofre pressão social.

Vale acrescentar que os adolescentes apresentaram frequências e porcentagens próximas no tangente ao uso dos conectores AÍ e ENTÃO (27% e 28,5%

respectivamente), por outro lado, os adultos mostram diferença no uso dessas variantes, na qual foi favorecida a variante AÍ (24,9%) em detrimento da variante ENTÃO (20%). Essa constatação levanta perguntas como: Por que os adolescentes utilizaram mais o ENTÃO que os adultos? Por que os adultos utilizaram o AÍ em números superiores aos adolescentes? Que serão respondidas quando analisarmos os dados da tabela 2.

Na segunda tabela, vê-se que o gênero masculino utiliza com mais frequência o conector E (45,9%) que o feminino (43,7%), mas não podemos inadvertidamente determinar que os homens são mais suscetíveis à pressão normatizadora da escola, pelo contrário, se observarmos o uso do ENTÃO notaremos que as jovens natalenses utilizaram 31,7% enquanto os jovens 20%. Isso implica dizer que elas reduziram, inconscientemente, o uso do conector E, avaliado como neutro, para deixar surgir com maior frequência o conector que é referência na norma culta da língua.

Ao comparar esses dados com o dos adultos, nota-se que de igual modo o E foi o conector mais usado. É sábio acrescentar que é nesse segundo grupo que a variante neutra obteve as maiores taxas (51,8% nas mulheres e 58,6% nos homens). O sexo masculino mais uma vez mostrou percentagem superior a das mulheres, todavia deve-se perceber que o uso que eles fizeram do conector ENTÃO foi irrisório (7,2%) em comparação as ocorrências do gênero feminino (32,5%).

Agora, com base nessa primeira análise, podemos responder às perguntas feitas no início de nossa discussão. Observamos que foram os homens no grupo de adultos os responsáveis pela grande frequência do conector AÍ, bem como que eles também influenciaram na frequência inferior do ENTÃO quando comparada ao grupo dos adolescentes. Outrossim, ficou perceptível que a frequência da variante valorizada na comunidade de fala no grupo dos jovens foi superior ao outro grupo etário porque, mais uma vez, as mulheres assumiram o maior número de ocorrências. Por fim, podemos acrescentar que o gênero feminino mostrou dados semelhantes em ambos os grupos etários, o que nos fez perceber a conformidade da mulher em relação às normas estabelecidas pelo ensino. Isso ratifica a ideia defendida por Labov de que “as mulheres se conformam mais fortemente do que os homens às normas sociolinguísticas que são explicitamente prescritas, mas se conformam menos do que os homens quando as normas não são explicitamente prescritas” (Labov, 2001, p. 293).

Os adolescentes utilizaram a variante AÍ, de baixo status no mercado linguístico, em taxas superiores as mulheres (30,6% e 24,6%). Encontramos esse mesmo padrão nos dados dos adultos, uma vez que o público masculino apresentou 34,2% enquanto o feminino 15,8%. Os resultados relativos ao conector AÍ permitiu-nos perceber que há diferença na escolha da variante da variável SRPI e que o sexo feminino faz opção pelas expressões que tenham prestígio. Ainda pode-se acrescentar que os grupos etários revelaram uma tendência das mulheres diminuírem o uso do conector ao passar dos anos (na adolescência fez uso de 24,6% e na fase adulta 15,8%).

Conclusão

Em nosso estudo, analisamos os conectores E, AÍ e ENTÃO, incumbidos de indicar SRPI. Selecionamos do banco de dados FALA-Natal dezesseis entrevistas sociolinguísticas distribuídas homogeneamente quanto à estratificação social em: 8 com indivíduos de sexo feminino e 8 com indivíduos de sexo masculino; 8 com indivíduos com idades entre 15 e 21 anos (adolescentes) e 8 com indivíduos com idades entre 25 e 45 anos (adultos). Delas retiramos os trechos caracterizados como relatos de opinião.

Ao analisarmos a frequência dos conectores combinados aos fatores externos como sexo e faixa etária, descobrimos que os homens utilizaram com maior frequência a variante estigmatizada AÍ. Relatamos 34,2% de uso do conector supracitado em um ambiente em que deveria favorecer a aparição de uma variante prestigiada por ser o relato de opinião um gênero que exige do informante atenção ao que se fala e ao como se fala (cf. TARALLO, 1985).

As mulheres mostraram-se suscetíveis a função normatizadora da escola uma vez que apresentou ocorrência expressiva do conector prestigiado ENTÃO. Além disso, constatou-se que a idade desfavorece a aparição do AÍ, conector marginalizado nas falas das natalenses, e não se notou mudança na frequência do ENTÃO em suas falas; já na dos homens, sim: na adolescência apresentavam taxa de 20% que caiu drasticamente para 7,2%.

Os dados depreendidos na amostra em relatos de opinião mostrou-nos que as mulheres e os homens estão andando em direções opostas, resta-nos, em uma próxima pesquisa, averiguar se essa mudança ocorre apenas neste gênero formal ou está relacionado às demais interações sociais.

Referências

- CHESHIRE, J. Sex and Gender in Variationist Research. *The Handbook of language Variation na Change*. Chambers, J. K., Peter Trudgill and Natalie Schilling-Estes (eds). Blackwell Publishing. 2003. Blackwell Reference Online. 31 december 2007.
- GONÇALVES, S. C. L; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.). Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- LABOV, W. Principles of Linguistic Change – Social Factors. Oxford: Blackwell, 2001.
- _____. Padrões Sociolinguísticos. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- NEVES, M. H. M. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PAIVA, M. C. A variação gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 33-42
- TARALLO, F. A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática. 1985.
- TAVARES, M. A. Correlações função-forma em dois períodos do século XX: indícios de especialização funcional. Gragoatá, n. 21, p. 43-58. 2006.
- _____. Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança. *Interdisciplinar*, Edição Especial ABRALIN/SE, Itabaiana/SE, Ano VIII, v. 17, jan/jun. 2013. p. 27-47.

OS METAPLASMOS NA FALA DE IDOSOS SERGIPANOS

JULIANE TENÓRIO (UFS)

RENATA FERREIRA COSTA (UFS)

Introdução

Considerando as constantes transformações fonéticas que ocorrem na Língua Portuguesa, uma vez que essas alterações estão presentes desde a mutação do Latim ao Português, com quedas e/ou acréscimos de fonemas, de modo que continuem a acontecer, sendo essas mudanças causadas inconscientemente pelos usuários, pois eles não percebem a dinamicidade que a língua possui, para eles é como algo imutável.

Pretendemos neste artigo apresentar as alterações fonético-fonológicas encontradas na fala de 5 idosos sergipanos que residem no município de Laranjeiras. Na primeira parte apresentaremos alguns conceitos básicos acerca do que se considera por metaplasmos, na segunda apresentaremos como ocorreu processo de coleta e seleção dos dados, na terceira parte discorreremos um pouco sobre o perfil dos informantes selecionados para a pesquisa, na quarta parte faremos a descrição dos processos presentes na fala dos informantes e por último as discussões e considerações acerca dos dados extraídos.

Metaplasmos

Etimologicamente, “metaplasmo” significa ‘mudança de forma’, ou seja, a palavra tem sua estrutura alterada, como afirma Bagno:

Um metaplasmo é uma mudança na estrutura de uma palavra, ocasionada por acréscimo, remoção ou deslocamento dos sons de que ela é composta. Na mudança do latim em português é possível detectar al-

guns metaplasmos que agiram com regularidade nessa transformação. (BAGNO, 2007, p.8)

Dessa forma, os metaplasmos podem ser classificados em quatro tipos, sendo eles por aumento, causado pela adição de fonema na produção de uma palavra, por supressão, consequência da subtração de som no vocábulo, por transformação, ocasionada pela troca de fonemas e por transposição, decorrente da mudança de posição do fonema na sílaba ou na palavra.

Considerando que os falantes são os responsáveis por essas mudanças, no entanto, isso ocorre de maneira inconsciente, visto que os processos fonológicos geralmente são causados por dificuldades articulatórias apresentadas pelos usuários da língua. Conforme Stampe (Apud OTHERO, 2005, p.2):

Processo fonológico é uma operação mental que se aplica à fala para substituir, em lugar de uma classe de sons ou sequência de sons que apresenta uma dificuldade específica comum para a capacidade de fala do indivíduo, uma classe alternativa idêntica, porém desprovida da propriedade difícil. (OTHERO, 2005)

Sendo os metaplasmos processos linguísticos, é importante salientar que essas alterações que ocorrem na língua não são tão atuais, ao contrário, faz parte da evolução histórica da língua, marcada desde a mutação do Latim ao Português, considerando que as mudanças são causadas pelos usuários, pois, por apresentarem dificuldades articulatórias buscam facilitar a sua produção oral.

Nesse sentido, tudo para o sistema linguístico é transformação, pois, a língua não se mantém estática, sendo ela um produto vivo estará sempre sujeita a mutações.

Processo de seleção e levantamento para a coleta dos dados

Inicialmente, foi elaborado um questionário com 13 perguntas, nas quais nos interessava a idade dos informantes, escolaridade e local de nascimento, pois, busca-se informantes analfabetos ou semianalfabetos, com faixa etária acima de 60 anos e oriundos do município de Laranjeiras. Esse questionário foi aplicado oral-

mente, já que se tratava de pessoas de baixa ou nenhuma escolaridade, em seguida as respostas eram anotadas na folha de questões.

Os idosos foram encontrados em dois centros localizados em Laranjeiras. O questionário foi aplicado a 20 informantes, após a análise das informações dadas por eles selecionamos 6. Posteriormente iniciamos as gravações das conversas, porém um dos informantes selecionados desistiu da sua participação na pesquisa. Essas gravações foram feitas a partir de conversas descontraídas, de forma que os deixou a vontade para relatar acontecimentos de sua vida. Os dados gravados foram transcritos ortograficamente.

Após as transcrições, iniciou-se o levantamento, classificação e descrição dos dados fonético-fonológicos, os quais se desviam da norma padrão da língua portuguesa.

Metaplasmos encontrados no corpus da pesquisa

A partir de agora apresentaremos os metaplasmos presentes na fala dos informantes realizando também a descrição de cada um, constituindo, assim, o material de estudo da pesquisa, sendo eles metaplasmos por acréscimo, supressão, transformação e transposição.

Metaplasmos por acréscimo

Consistem na adição de fonema no vocábulo. No material coletado encontramos as seguintes categorias:

- Ditongação – é a transformação de uma vogal em ditongo e sua ocorrência é comum nas palavras terminadas em /s/, como mostram os trechos abaixo retirados da fala dos informantes.

“... irmão faleceu tá cum **treis** anu ele tabaiava na boa sorte ele eu ia pa roça pa ajudá ele a pantá roça pa gente era era abroba era miu era argo-dão tá intendenu melencia tudo isso eu ia mais ele mais meu irmão hoje em dia ele é falecido...”

“...mamãe custurava e **nóis** casianu fazenu bainha daquele tempo hoje em dia tem as maquina...”

“...e o quartu do **rapaiz** do meu filho separado e tem otu quartu que é o meu aí eu fico lá mais a porta do meu quarto é aberta...”

- Prótese – é o acréscimo de fonema no interior da palavra. Na língua portuguesa já existem algumas palavras que sofreram esse tipo de alteração e foram inseridas nos dicionários, como por exemplo: *lagoa* > *alagoa*, *voar* > *avoar*.

“... é a carne frita eu **alembra** da minha mãe fazia todo sábado se não tivesse aquela janta de carne frita aí não era sábado naquela época tinha...”

“...trabalhanu foi **simbora** pra lá trabalhá lá quando chegô lá diz que passô não ele disse que depois tava sam...”

“...no Pinhero **apois** onde eu nasci e me criei sai do Pinhero com sessenta ano..”

- Paragoge – se caracteriza pelo surgimento de fonema no final da palavra.

“...era o pé de porco mocotó dentu é jabá ee carne **sór** era tudo misturado...”

Metaplasmos por subtração

Os metaplasmos por subtração são aqueles em que os vocábulos sofrem a supressão de fonema na sua produção, de forma que pode ocorrer no início, meio ou final da palavra. Dentro da fala dos informantes encontramos os seguintes fenômenos:

- Aférese – é quando ocorre a queda de fonema no início da palavra.

“... muito tá venu trabaiaava e **panhava** muito **panhei** foi muito num foi po-quinho não...”

“...quase que arrasava com tudo lá em Santos na casa da filha que ele **tava** lá trabalhanu...”

“...ela tinha que trabaiaá pra **guentá** tudo ele num gostava não meu pai pra dá dinheru...”

- Síncope – é quando ocorre o apagamento de fonema no interior de um vocábulo.

“... tinha minhas **fia** tava uma cum sete ano uma cum sete ano e a ota cum quatu...”

“...aí começô só **dizenu** ao patrão que tinha uns homi pa matá ele que não sei o que aí começô aquela coisa...”

“...pegava uma **pedinha** de açuca me dava pa eu cumê intão saía pur lá um de açuca me dava aí...”

- Apocope – se trata da redução de som no final da palavra.

“...foi bem aquele **prazê** porque minha mãe num sortava a gente pra i pra festa niuma...”

“...ele fica pa **batê** quando ele toma aí ele fica doente passa a noite mal mal ele diz que o coração o coração dele...”

“...nenhum carão do **senhô** que eu falo da vida de pessoas nenhuma puque eu disse puque foi por uma inucencia meu pai...”

- Monotongação – é quando um ditongo reduz a uma vogal simples.

“... minha tia **derradera** que eu tenho de cinco tia só tenho essa que já diz que o minino o neto dela...”

“...vinte tomanu **mamadera** tava dando mamadera a ela a minha vó...”

“...gostava de dá **dinheru** pra **fera** ela tinha que trabaiá...”

Metaplasmo por permuta

São aqueles em que ocorrem as transposições de fonema no interior das palavras, nos dados coletados encontramos as seguintes classes:

- Metátese – é caracterizado pelo deslocamento de fonema dentro da sílaba.

“...tinha aqueles **partinhu** miudinho butava dentu cumia depois ia vadiá pontu é assim naquela época...”

- Hipértese – consiste no deslocamento de fonema de uma sílaba para outra.

“...hoje em dia ele **argadece** tudo a Deus e a mim que butei ele na iscola...”

Metaplasmos por transformação

Esse tipo de metaplasmos sofre um processo de substituição de um fonema por outro. Dentro dessa categoria encontramos as seguintes classes na fala dos informantes:

- Metafonia – é a mudança de timbre de uma vogal.

“...com **dizessete** anu começô a trabalha...”

“...também de **ferru** de ingomá botava as mão dentro...”

“...andava **cumigu** era uma muié num era casada sabe era muié sortera sozinha aí então os dono fala...”

- Nasalização – é quando um fonema oral se transforma em nasal.

“...foi **muintu** presa minha infância só essas coisinha mesmo...”

“...que a cabeça **num** segura mais nada minha infância minha infância foi uma infância...”

- Desnasalização é quando um fonema nasal passa a ser oral.

“... essa **garagi** pra eu ficá aqui debaixo uns dia fique mia fia aí ela feiz o jeitinho de uma casa...”

“...nada aí cumeçaru a **apertaru** ela findô contanu...”

“...o que você vê li **contari** a você você guardá no seu sentidu num contá mais a ningueim...”

- Rotacismo – consiste na troca de /r/ por /l/.

“... minha mãe num **sortava** a gente pra i pra festa niuma num **sortava** a gente pra ir pra brinquedo...”

“...assim naquela épuca **mardade** nenhuma naquela épuca num tinha nada disso..”

“...pra quem já é **forgadu** mesmo só quem tá acostumado com o trabaio...”

- Lotização – é a troca do /lh/ por /i/.

“... cheio de **ispeiu** é tudo dançanu sartanu aí batenu bum bum o tambô...”

“...naquela época não tinha nada disso **tabaiava** ni roça ajudava seus pai tudo e hoje em dia o tempu tá otu...”

“...dessa **muié** eu num sabia que isso inxistia nada disso eu cheguei peguei e contei...”

- Palatização – é a transformação de um fonema oral em palatal.

“...porque minha mãe era **muintchu** daquele tempo antigo...”

- Despatalização – é quando um fonema palatal se transforma em nasal ou oral.

“...foi netinha de uma **filinha** minha...”

- Degeneração – é a troca de /b/ por /v/ ou vice-versa.

“...ela leva tudo de casa numa caxa lençol de cama **trabissero** tudo...”

- Harmonização vocálica – é quando o fonema adquire traços sonoros do que está próximo.

“...mamãe **custurava** de ganhu e tinha a budegá...”

“...não pode não pode esse **mininu** oi minha fia naquele lugar ninguém aguentô ele até o irmão ele sacudiu...”

“...minha vida de **siviçu** tudo que eu num fiz só foi robá mais o resto eu fiz tudo e que os homi fazia...”

Perfil dos informantes

Os informantes selecionados são oriundos do município de Laranjeiras, em Sergipe. A cidade está localizada a 18 quilômetros de Aracaju, capital de Sergipe, e possui 15 povoados: Conjunto Mussuca, Areias, Madre Deus, Pinheiro, Bom Jesus, Boa Luz, Cedro, Gamaleiro, Várzea, Salinas, Quintal, Tramandaí, Pedra Branca, Manoel do Prado Franco e Camaratuba. Laranjeiras já foi considerada uma cidade importante para o estado de Sergipe, de forma que existiu a possibilidade de se torna a capital do estado, é uma cidade conhecida pela sua arquitetura histórica e suas festas culturais.

Para a realização da pesquisa foram selecionados 5 informantes, 1 homem e 4 mulheres, abaixo segue o perfil de cada um:

MJ, do sexo feminino, tem 67 anos e é semianalfabeta. É viúva, tem 9 filhos e 15 netos. Trabalhou como servente. Reside no povoado Comandaroba, no município de Laranjeiras, com um dos filhos. Frequenta o centro de idosos localizado no povoado Comandaroba.

JM, do sexo masculino, tem 64 anos e é analfabeto. Casado, possui 1 filha e 1 neto. Trabalhou em engenho e empresa. Reside no centro do município de Laranjeiras. Frequenta o centro de idosos, localizado no centro de Laranjeiras.

ALS, do sexo feminino, tem 76 anos e é semianalfabeta. É viúva e tem 10 filhos e 25 netos. Trabalha como servente de chafariz. Reside no povoado Comandaroba, no município de Laranjeiras, com um filho, uma filha, o genro e os netos.. Frequenta o centro de idosos, localizado no povoado Comandaroba.

MC, do sexo feminino, tem 84 anos e é semianalfabeta. É viúva e tem 2 filhos e 8 netos. Reside povoado Comandaroba, no município de Laranjeiras, com uma filha. Trabalhou no campo. Frequenta o centro de idosos, localizado no povoado Comandaroba.

LA, do sexo feminino, tem 77 anos e é semianalfabeta. Solteira, dona de casa, possui 3 filhos e 38 netos. Reside sozinha no povoado Comandaroba, no município de Laranjeiras. Frequenta o centro de idosos, localizado no centro de Laranjeiras.

Discussão dos resultados

Diante dos dados que foram coletados do *corpus* utilizado na pesquisa, podemos identificar a ocorrência de quatro tipos de evoluções específicas na produção de determinadas palavras. Sendo elas de adição de som, subtração de som, mudança de som e de transposição de som. A partir desses quatro tipos de metaplasmos encontrou-se as suas subclasses, como, a ditongação, a monotongação, a síncope, a apócope, a aférese, a harmonização vocálica, a prótese, a metafoia, a nasalação, adenasalação, a degeneração, a despalatização, a palatização, o rotacismo, a iotização. Para ter uma melhor visualização dos fenômenos encontrados elaboramos a tabela abaixo, apresentando o número de ocorrências para cada um:

Metaplasmos por acréscimo		
Ditongação - 27	Prótese - 11	Paragode - 2
Metaplasmos por subtração		
Síncope - 146	Apócope - 249	Monotongação - 120
Metaplasmos por transformação		
Metafonia - 33	Nasalação - 15	Desnasalação - 13
Rotacismo - 19 I	Palatização - 10	lotização - 16
Harmonização vocálica - 16		
Metaplasmos por transposição		
Metátese - 1	Hipértese - 1	

Totalizamos essas ocorrências através de cada palavra produzida pelos informantes, como mostra o quadro acima ocorreram 32 reproduções de metaplasmos por acréscimo, as quais apenas se observou 2 acréscimos de fonema no interior do vocábulo, presentes unicamente na fala de dois informantes. Já nos fenômenos por subtração ocorreram 475 reproduções, de forma que a maioria dos casos em que houve a queda de fonema foi no final das palavras e principalmente os verbos no infinitivo. No caso dos metaplasmos por transformação extraímos 119 ocorrências, com maior índice de alterações de timbre na reprodução de uma vogal. Para os metaplasmos por transposição ocorreu apenas 2 trocas, 1 de fonema na mesma sílaba e 1 na palavra. Diante dos dados apontados na tabela fica evidente que os fenômenos em que ocorre a diminuição de som, ou seja, os metaplasmos por subtração tem maior índice de ocorrências na fala dos informantes.

Nessa pesquisa foi possível notar que existem alguns fatores que influenciam a ocorrência de certos fenômenos, a exemplo da extensão da palavra, uma vez que, o usuário da língua busca por uma facilidade, como ocorreu nos casos da monotongação, pois quanto maior for a palavra, aumenta a chance de se reduzir um diton-

go. Além disso, encontramos também algumas evoluções que remontam do Latim, como, *mora* > *amora*, *legumen* > *legume*, mantendo-se presente o acréscimo de *fo-* *nema* no início da palavra e reafirmando uma tendência de desnasalação na língua. Identificamos também alguns fenômenos que acompanham a evolução do português do Brasil, um exemplo é a degeneração, a troca de /v/ por /b/, que para Noll (2008), também pode ser nomeado por “betacismo”, sendo comum a sua ocorrência no dialeto caipira do Brasil, e, como os informantes residem no interior de Sergipe, isso explicaria a ocorrência.

Considerações

Diante do que foi exposto ficou claro que a língua está sujeita as transformações, pois se trata de um mecanismo social, e como tudo que é produzido por uma sociedade muda, uma vez que, a sociedade vive em constantes evoluções. Essas alterações não são tão perceptíveis pelos falantes, já que as mudanças não ocorrem de forma rápida e sim gradativa.

Vale ressaltar que tais fenômenos foram retirados da fala de idosos analfabetos e semianalfabetos, porém, não significa dizer que essas alterações sonoras não ocorram na fala de pessoas que tenham faixa etária menor e possuam um maior domínio da norma, sendo a oralidade dinâmica, ágil e espontânea os usuários necessitam de meios articulatórios que facilitem a produção dos sons.

Considerando que esse estudo foi feito com um *corpus* limitado, por isso não representa um todo, uma vez que esse trabalho teve como objetivo buscar as ocorrências desses fenômenos, o contexto em que eles acontecem e os fatores que os influenciam na comunidade escolhida, no entanto, vem a contribuir com a história social do português.

Referências

- ALI, M. Said. *Gramática histórica da Língua Portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: livraria Acadêmica, 1971.
- BAGNO, Marcos. Gramática História do latim ao português brasileiro. *Metaplasmos*. Brasília: p. 8-14, 2007.
- BASSO, Renato Miguel. História concisa da língua portuguesa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- NUNES, Vanessa Gonzaga; SEARA, Isabel Christine; VOLCÃO, cristiane Lazzarote. *Fonética e fonología do português brasileiro*, 2º período, Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá. *Tentativa de explicação dos Fenômenos Fonéticos em Português*. 2. ed. Lisboa: Livraria clássica editora, 1958.
- OTHERO, Gabriel de Ávila. *Processos fonológicos na aquisição da linguagem pela criança*. ReVEL, v.3, n.5, 2005.
- SILVA, Thaïs Cristófar. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

PROCESSOS FONOLÓGICOS DE PALATALIZAÇÃO DAS OCLUSIVAS ALVEOLARES EM MACEIÓ

ALMIR ALMEIDA DE OLIVEIRA (UFAL)

Introdução

Tem-se consolidado as diferenças teóricas entre Fonética e Fonologia (ou Fonêmica, na tradição americana), quanto aos significados distintivos que as unidades sonoras podem carregar, pois um fonema vem a ser um traço/segmento sonoro distintivo e não apenas uma unidade mínima de som, o que vem a ser o fone, objeto de estudo da fonética.

Os estudos fonéticos têm se aproximado mais das ciências exatas que a fonologia, pelo seu aspecto descritivista, que busca esmiunçar os processos e os mecanismos utilizados na produção do som (Cf. CRISTÓFARO, 2001). Geralmente, os trabalhos em fonologia acabam se utilizando dos recursos fonéticos, até para uma acertada descrição dos sons linguísticos, de modo que, embora se tratem de distintas áreas de conhecimento, uma acaba servindo a outra.

No caso deste artigo, serão utilizadas bases teóricas da fonética articulatória e da fonologia autosegmental para analisar e explicar os processos de palatalização progressiva que envolvem as oclusivas alveolares /t/ e /d/ em palavras do tipo 'muito' e 'doido' realizadas na cidade de Maceió, Alagoas, buscando apresentar uma proposta lógico-racional, sob o molde autosegmental para explicar este processo de palatalização.

Metodologia

Inicialmente, foram coletados dados de 48 informantes nativos de Maceió, estratificadas de acordo idade, sexo e escolaridade. Para este trabalho, porém, não serão analisados os dados a se considerar suas estratificações externas, mas apenas

as diversas realizações africadas das oclusivas alveolares produzidas pelos diversos informantes, a fim de investigar os possíveis padrões de comportamento destes fonemas em determinados contextos.

Nesses dados, a palatalização das oclusivas alveolares se mostrou realizável a partir de uma série de fonemas que se apresentaram como gatilho do processo, desde a vogal alta anterior [i] em posição progressiva ou regressiva, à presença de outras consoantes, conforme pode ser visto na tabela seguinte:

Tabela 1 - exemplos de palatalização

SEQUÊNCIA	TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	INFORMANTE
No dia treze de agosto	[nʊ dʲa 'tre.zɪ di a.'goʃ.tʃʊ]	1BECM*
A mudança de prefeito	[a mu.'dã.sə di pre.feɹ.tʃʊ]	1BECF
As manifestações possíveis	[as ma.ni.fes.tʃa.sõɹs po.'si.veɹs]	2ESAM
O troco é um peido	[u 'tro.ku ɛ ã peɹ.dʒʊ]	1BECM
Desde que a sociedade	['deʒ.dʒɪ ki a sɔ.si.ɛ.'da.dɪ]	2ESAM
O que é movimento democrático	[u ki ɛ mɔ.vi.'mẽ.tu de.mo.'kra.tʃi.kʊ]	2ESAM
A demanda de médicos	[a de.'mã.də di 'mɛ.dʒi.kʊs]	1BEAM

* O código contém informações sobre escolaridade, sexo e faixa etária.

Nesta tabela, apresentam-se várias realizações palatalizadas das oclusivas alveolares [t] e [d], mas fica evidente que há muito mais ocorrências quando a oclusiva é desvozeada, por haver uma frequência bastante superior na Língua Portuguesa de itens lexicais com estas configurações fonológicas que com a oclusiva vozeada [d], o que restringe a pesquisa às suas poucas realizações.

No entanto, o que de mais relevante pode se extrair das informações contidas nesta tabela é a diversidade de contextos em que as oclusivas sofrem o processo de palatalização, ocorrendo em contexto regressivo com a vogal anterior alta /i/, em construções do tipo “médicos” e “democráticos”, bem como, em contexto progressivo, também com a vogal /i/, em palavras do tipo “prefeito” e “peido”, com a fricativa

pós-alveolar /s/ produzida em formas lexicais como “manifestações” e com as fricativas anteriores /ʃ/ e /ʒ/ realizáveis em palavras como “agosto” e “desde”.

Assim, a preocupação com este trabalho é tentar descobrir que traços fonológicos atuantes funcionam como gatilho do processo ativando a palatalização das oclusivas alveolares e permitindo a realização fonética de formas como as presentes na tabela acima, bem como descrever esse processo a partir de uma regra generalizável que dê conta desse fenômeno no interior da classe natural das oclusivas alveolares.

Fonologia autossegmental

A primeira tentativa de formalização de traços sonoros linguísticos generalizáveis se dá com Chomsky e Halle (1968), no *Sound Pattern of English* (SPE), a partir da conceitualização binária de traços fonéticos, o que permite a aplicação de regras a classes de sons e não apenas a fonemas isolados. Embora, nem todos os fenômenos fonéticos pudessem ser explicados a partir da lógica de uma matriz binária de traços, este modelo abriu caminho para outras reflexões generalizáveis não lineares, como a Fonologia Autossegmental.

A inovação da Fonologia Autossegmental é a percepção de que não há uma relação bijectiva entre os segmentos fonológicos e os traços que o caracterizam, de modo que estes podem ir além de um segmento e, conseqüentemente, o apagamento de segmento não implica o apagamento de todos os seus traços. Para a Fonologia Autossegmental, os segmentos apresentam uma estrutura interna hierárquica, o permitindo considerar que os traços funcionem isoladamente ou como conjunto solidário. De acordo com Bisol (2014, p. 46), “essa representação deve ser capaz de mostrar quais os traços que podem ser manipulados isoladamente ou em conjunto, facilitando a expressão de classes naturais”.

Assim, os segmentos são analisados em *tiers* (camadas), permitindo uma divisão das partes dos sons e, conseqüentemente, seu tratamento independente. Isso implica na possibilidade de geração de regras atuantes em apenas um *tier*, ou seja, a elaboração de uma regra que se dê do *tier* nasal, contínuo ou coronal, por exemplo.

Na visão da geometria de traços fonológicos defendida por Clements (1996), são adjacentes os segmentos que estão no mesmo morfema, o que permite uma

representação abstrata tridimensional dos *tiers* em uma configuração hierarquicamente ordenada em nós terminais, traços fonológicos, e nós intermediários, classes de traços.

Na representação arbórea abaixo, o nó de raiz representa o segmento propriamente dito, os nós laríngeo, nasal, cavidade oral, labial, coronal e dorsal representam os nós de classe que funcionam como classes fonológicas em regras fonológicas e os nós terminais glote não constrita, glote constrita, sonoro, anterior, distribuído e abertura vocálica representam os traços fonológicos.

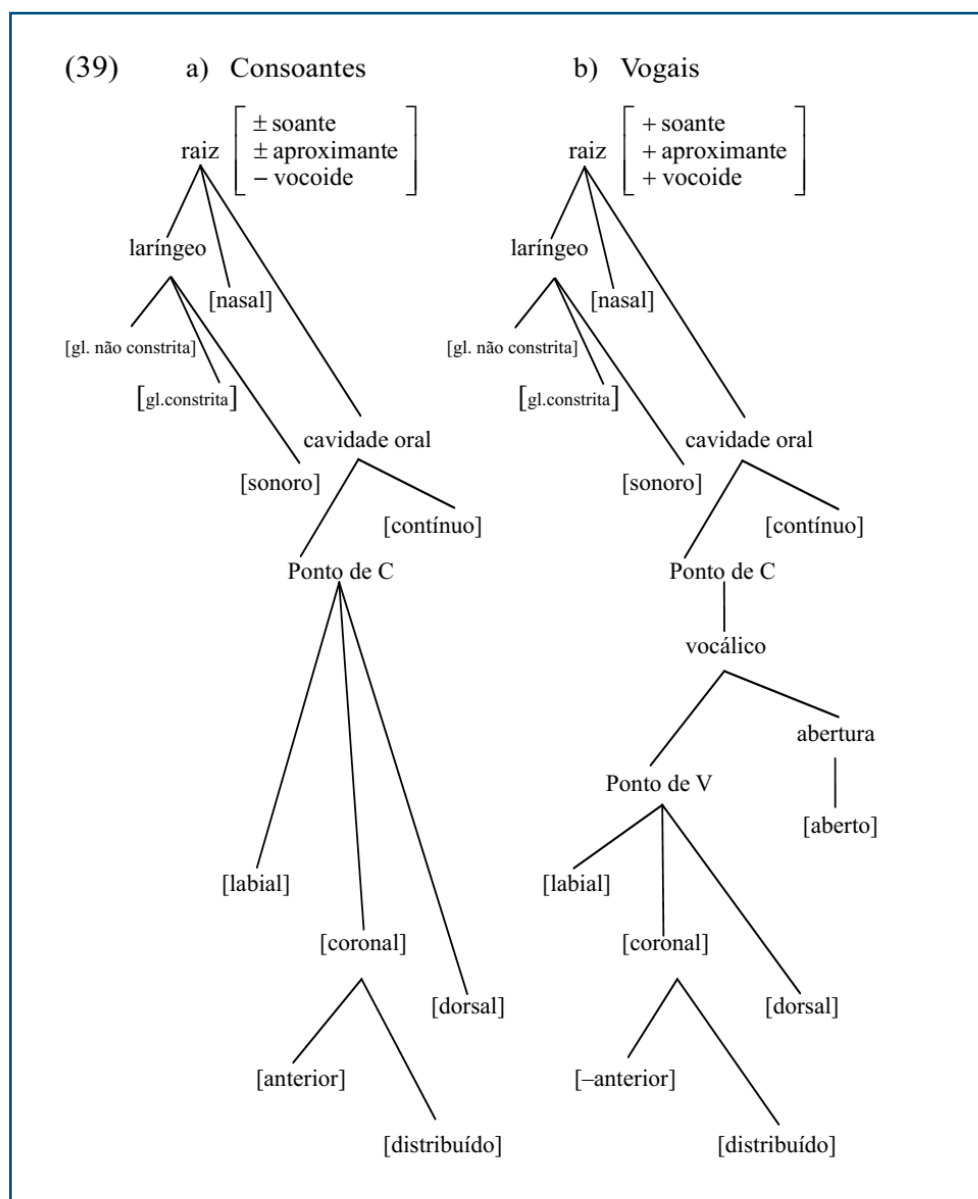


Figura 1 - Árvores fonológicas (BISOL, 2005, p.50)

Esse modelo fonológico apresenta algumas inovações teóricas em relação a modelos anteriores, Clementes (1996), por exemplo, ao descrever as classes naturais de vogais e consoantes, prevê o traço coronal como traço característico das vogais frontais, ou anteriores, contrariando o SPE de Chomsky (1968), para quem todas as vogais apresentariam a marca negativa do traço coronal:

[labial]: labial Consonants; rounded or labialized vocoids

[coronal]: coronal consonants; front vocoids

[dorsal]: dorsal consonants; back vocoids (Clementes, 1996, p. 25)

Esta conceituação de Clements (1996) nos permite considerar como fonemas da mesma categoria a vogal anterior alta /i/, as fricativas anteriores /s/, /z/ e as fricativas não anteriores /ʃ/ e /ʒ/, pois todos esses fonemas compartilham entre si o traço coronal, o que permite pensar na existência de determinadas regras fonológicas a partir deste traço em comum.

A interação de consoantes coronais e vogais anteriores é coberta pelas pesquisas [...] em algumas línguas, consoantes velares e/ou labiais se tornam coronais, e coronais anteriores tornam-se posteriores, antes de vogais anteriores. Este processo, às vezes denominado palatalização, pode ser melhor denominado de coronalização, uma vez que o som resultante, embora coronal, não seja necessariamente palatal ou palatalizado.¹ (CLEMENTS, 1996, p. 25).²

A geometria de traços permite expressar, desta maneira, os processos fonológicos de todas as línguas do mundo como fato natural que obedece apenas uma regra, seja o desligamento de uma linha de associação na representação arbórea, o que significa o apagamento de segmentos ou de traços, ou espraçamento de traços, que se refere a assimilação de traços de um fonema por outros.

1. Todas as traduções deste trabalho são de nossa responsabilidade.

2. The interaction of coronal consonants and front vowels is covered by the surveys [...] in many languages, velar and/or labial consonants become coronal, and anterior coronals become posterior, before front vowels. This process, sometimes termed palatalization, may be better termed coronalization since the resulting sound, though coronal, is not necessarily either palatal or palatalized.

Uma proposta de análise

Propomos, neste espaço, uma descrição do processo de palatalização das oclusivas alveolares, em seus aspectos fonético/fonológico. Para tanto, devemos empregar como referencial teórico a perspectiva autosegmental da geometria dos traços fonológicos de Clements e Hume (1999) e Clements (1996), a partir da qual nos dispomos a apresentar uma proposta lógica de análise da palatalização realizada nessa comunidade de fala.

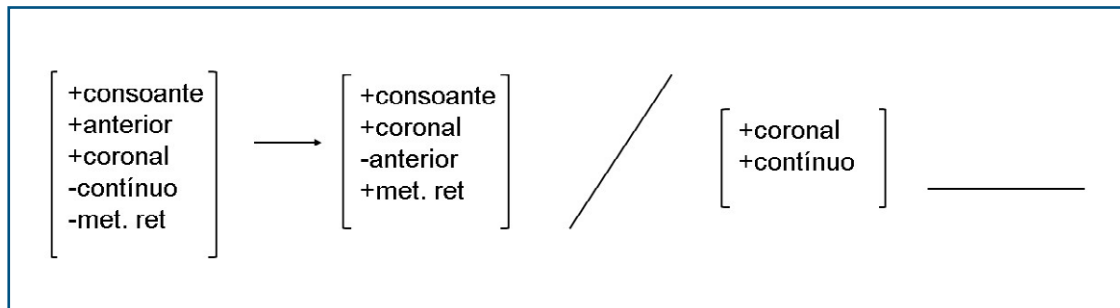
A perspectiva autosegmental se constitui como um modelo abstrato que busca representar os processos fonológicos ocorrentes em qualquer língua, como nasalização, assimilação, palatalização, entre outros. Supõe-se, deste modo, que os traços fonológicos distintivos se organizam em uma hierarquia passível de representação arbórea que obedece a critérios específicos de constrição. Esses traços se organizam em camadas e se agrupam em nós que representam as classes naturais, o que facilita a geração e aplicação de regras fonológicas de modo mais econômico. Assim, a partir do método hipotético-dedutivo, defendendemos a hipótese de traços fonológicos que funcionem como gatilhos deste processo, autorizando a palatalização das oclusivas alveolares em contexto fonológico regressivo.

De acordo com Clements (1996), a assimilação pode se dar ao menos de três modos: completa ou total, quando todos os traços de um segmento são espraçados para outro, geralmente originando uma sequência geminada; parcial ou incompleta, quando alguns traços participam do processo de espraçamento, mas não todos; e a assimilação de traço único, em que há apenas o espraçamento de traço terminal.

Uma distinção depende da natureza do segmento afectado. Se a regra espraia somente traço(s) que ainda não foi (foram) especificados no alvo, aplica-se um modo de recurso de apresentação. Este padrão comum pode ser considerado como o modo não marcado (ou padrão) de assimilação. Se a regra se aplica aos segmentos já especificadas para o(s) recurso(s) se espalhando, substituindo seus valores originais, a regra aplica-se em um modo de recurso de mudança.³ (CLEMENTS, 1995, p. 10)

3. One distinction depends on the nature of the affected segment. If the rule spreads only feature(s)

No caso de palatalização das oclusivas alveolares, acreditamos haver o espraia-
mento dos traços coronal e contínuo, comuns à vogal alta /i/, às fricativas alveolares
/ʒ/, /ʃ/ e às fricativas anteriores /s/ e /z/ que na variável maceiosense do português po-
dem se comportar como gatilho do processo, possibilitando a aplicação da seguinte
regra fonológica:



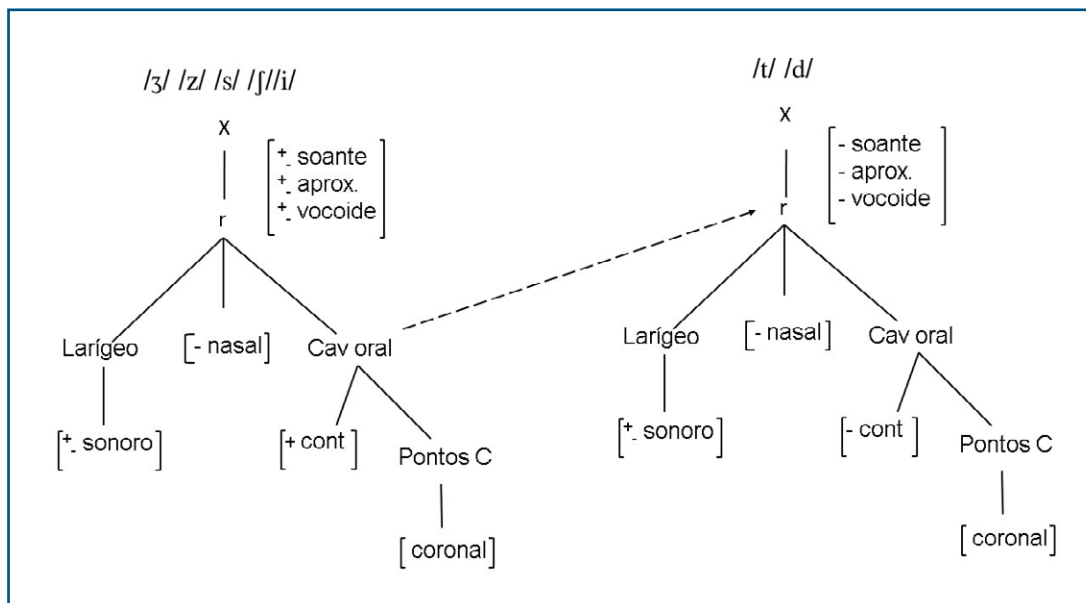
A regra mostra claramente como um conjunto de classes naturais que envolve as oclusivas alveolares [t] e [d] são transformadas em consoantes africadas quando estão em um contexto fonológico seguinte a fonemas que carreguem os traços +co-
ronal e +contínuo, descrição que envolve além da vogal anterior alta [i], gatilho uni-
versal do processo de palatalização das oclusivas alveolares, as fricativas [ʒ], [ʒ], [s] e
[ʃ]. Essa aplicação da regra pode ser vista na produção dos informantes alagoanos,
conforme se verifica na tabela 1.

A partir da Geometria de traços proposta por Clements (1985; 1996), podemos
representar em forma de árvore os processos hierárquicos pelos quais passam os
segmentos fonológicos envolvidos na palatalização das oclusivas alveolares. Pode
ser visto, naturalmente, como as informações contidas no nó Cavidade oral, no seg-
mento anterior à oclusiva alveolar, disparam o processo de assimilação, espraçando
as informações dos seus traços às oclusivas, provocando a palatalização destas.

É necessário observar o que há em comum e diferente entre essas duas clas-
ses de fonemas, para se compreender como se dá esse processo fonológico. No

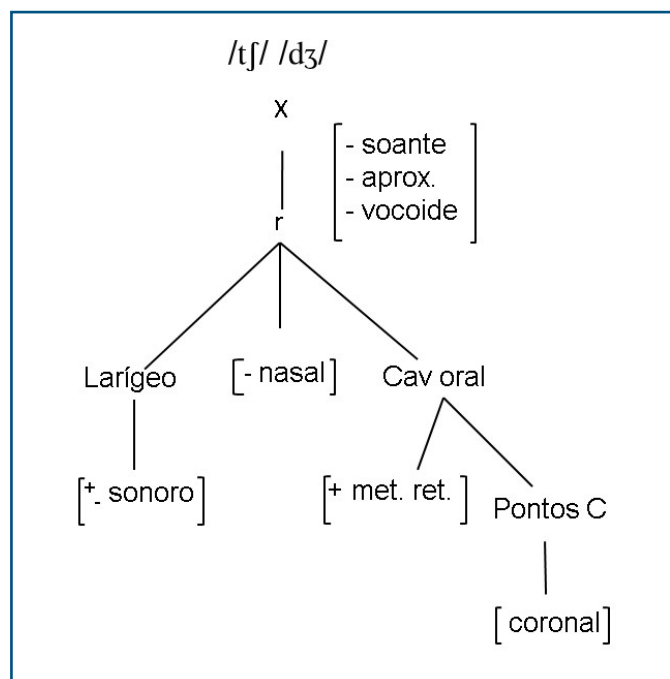
that are not already specified in the target, it applies in a feature-filingmode. This common pattern can
be regarded as the unmarked (or default) mode of assimilation. If the rule applies to segments already
specified for the spreading feature(s), replacing their original values, the rule applies in a feature-chan-
gingmode.

primeiro grupo fonêmico, tem-se no nó cavidade oral o traço +contínuo, que agrupa os fonemas fricativos, /ʒ/ /ʝ/ /z/ /s/ e a vogal /i/, todos estes também portadores do traço coronal. Na árvore que representa as oclusivas alveolares, tem-se mais uma vez o traço coronal, o que permite ratificar, a importância deste traço para a efetivação do processo de palatalização, que em co-ordenação com traço contínuo, atuam como gatilho do processo, provocando a africacão das consoantes oclusivas alveolares seguintes.



Como se pode ver, a representação arbórea descreve o processo de assimilação de traços pela qual ocorre a palatalização das oclusivas alveolares na variável do português realizada em Maceió. Nas árvores, fica claro como os traços da cavidade oral +contínuo e coronal dos fonemas, que funcionam como gatilho do processo, se espriam para o segmento consonantal seguinte, originando um segmento sonoro complexo.

A junção desses diferentes traços fonológicos, em especial, relacionados a saída do ar pela cavidade oral, se contínuo ou não, dá origem a um som complexo, inicialmente, obstruente, mas seguido imediatamente de uma rápida escapada de ar, originando uma metástase retardada, traço característico que distingue as consoantes fricativas das africadas. Podemos ver o resultado deste processo na árvore abaixo:



Conforme pode ser observado, o traço coronal funciona como parte do gatilho do processo de palatalização progressiva das oclusivas alveolares, originando a partir da assimilação do traço +contínuo pelas oclusivas /t/ e /d/, um outro traço, o +metástase retardada, que apresenta em sua composição uma breve oclusão, característica destas consoantes, mas seguida de uma rápida liberação contínua de ar, exatamente como acontece com os fonemas africados, originando um som complexo.

Assim, a palatalização progressiva das oclusivas alveolares realizadas na variável maceioense do Português Brasileiro tem como parte do gatilho o traço articulatorio coronal, que autoriza a transposição do traço +contínuo, comum ao fone engatilhador, às oclusivas alveolares /t/ e /d/, outorgando a realização do fenômeno e permitindo que um som originalmente simples ao receber esses traços se torne complexo, apresente outro traço, o +met.ret e realize-se de forma palatalizada.

Conclusão

Assim, encerramos este trabalho afirmando que a palatalização progressiva das oclusivas alveolares realizadas na variável maceioense do Português Brasileiro tem como gatilho do processo, os traços fonético-articulatórios +contínuo e coro-

nal, que autorizam a realização do fenômeno, ao se espriarem para o segmento consonantal seguinte, provocando uma aparente mesclagem de traços, neste caso, +contínuo e -contínuo, o que acarreta o surgimento de um segmento complexo, um fonema africado.

REFERÊNCIAS

- BATTISTI, E.; DORNELLES FILHO, A. Palatalização das oclusivas alveolares em uma comunidade ítalo-brasileira: variação linguística como prática social. In: MARÇALO, J.; et al. *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora: Universidade de Évora, 2010.
- BISOL, L. (Org.) *Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- CARR, P. *PHONOLOGY*. Londres: McMillan Press, 1993.
- CLEMENTS, G. N. *The geometry of phonology features*. In: GOLDSMITH, J. A. (Org.) *Phonological Theory: the essential readings*. Massachusetts: Blackwell, 1999.
- CLEMENTS, G. N.; ELIZABETH V. HUME. The Internal Organization of Speech Sounds. In: Glodsmith, J. A. **The Handbook of Phonological Theory**. Blackwell Publishing, 1996. Blackwell Reference Online. 31 Disponível em: <http://www.blackwellreference.com/subscriber/tocnode?id=g9780631201267_chunk_g97806312012679> Acessado em 20 de maio de 2015.
- DE LACY, P. (Org.) *The Cambridge Handbook of Phonology*. Cambridge: Blackwell, 1995.
- DUTRA, E. O. *A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ no município de Chuí, Rio Grande do Sul*. 2007. 131 f Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2007.
- HAYES, B. *Introductory Phonology*. Oxford: Blackwell, 2009.
- HORA, D. *A palatalização das oclusivas dentais: variação e representação não-linear*. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, PUC-RS, Porto Alegre, 1990.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- PAULA, A.T. *A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ nas comunidades bilingues de Taquara e Panambi – RS: Análise quantitativa*. 2006. 152 f. Dissertação (Mestrado em Letras). UFRS, Porto Alegre, 2006.
- SANTOS, L. F. *Realização das oclusivas /t/ e /d/ na fala de Maceió*. 1996, 79 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas – PPGL-UFAL, Maceió, 1996.
- SOUZA NETO, A. F. *Realizações dos fonemas /t/ e /d/ em Aracaju – Sergipe*. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística Universidade Federal de Alagoas – PPGL-UFAL, Maceió, 2008.

PROCESSOS FONOLÓGICOS QUE PASSAM DA FALA PARA A LEITURA: APAGAMENTO DO /R/ EM POSIÇÃO FINAL DE PALAVRA NA LEITURA ORAL

LUNA COSTA ARAÚJO (UFS)¹

RAYANE ROCHA QUIRINO (UFS)²

VICTOR RENE ANDRADE SOUZA (UFS)³

Introdução

A leitura é uma atividade escolar que se dá mediante a um processo formal no ensino devido a sua íntima relação com a escrita, afinal o indivíduo lê aquilo que está graficamente representado. A noção fonológica, na leitura, então, virá somente depois da gráfica, como destaca Pestun (2005, p.407-408), "Somente a partir do conhecimento das características da escrita, é que as crianças desenvolveriam a consciência fonológica, ou seja, a introdução formal no sistema alfabético seria o fator causal para o desenvolvimento de habilidades metalinguísticas."

Tendo em vista, portanto, o caráter formal da leitura, analisamos como se dá esse processo quando realizado por meio da oralidade, já que a oralidade não é, em sua totalidade, uma concretização formal da língua, porque está suscetível a

1. Graduanda do Departamento de Letras Estrangeiras, Universidade Federal de Sergipe e bolsista do Programa Institucional de Bolsas à Iniciação Científica no projeto "CTI-EB Desenvolvimento de Tecnologias Sociais para Formalização e Ressignificação de Práticas Culturais em Aracaju/SE".

2. Graduanda do Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal de Sergipe e bolsista do Programa Institucional de Bolsas à Iniciação Científica no projeto "CTI-EB Desenvolvimento de Tecnologias Sociais para Formalização e Ressignificação de Práticas Culturais em Aracaju/SE".

3. Graduando do Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal de Sergipe e bolsista do Programa Institucional de Bolsas à Iniciação Científica no projeto "CTI-EB Desenvolvimento de Tecnologias Sociais para Formalização e Ressignificação de Práticas Culturais em Aracaju/SE".

variações. Para isso, focamos em um fenômeno linguístico que acontece comumente na língua portuguesa: o apagamento do rótico em coda final de palavra.

O cancelamento do rótico em coda final de palavra acontece quando o falante aplica a tonicidade à vogal em posição anterior ao /R/, de modo que este som consonantal não seja pronunciado, como, por exemplo: falar ~ falá, comer ~ comê, dormir ~ dormi. Em relação a esse fenômeno, Soares e Leite (2007, p.106) afirmam que “a não-realização do /r/ é algo que está presente em todos os extratos sociais e na maioria dos dialetos do Brasil, o que leva a crer que estamos diante de uma mudança em progresso.”

Nosso interesse é saber justamente como esse processo fonológico, marcadamente oral, acontece na leitura em voz alta, que, como foi dito, é de caráter formal. A migração ou não migração do apagamento para a leitura fornece indícios acerca do andamento da abrangência deste fenômeno, levando em consideração fatores sociais e linguísticos.

Leitura e oralidade

Leffa (1996, p.10) explica que o conceito de leitura pode variar a depender da abordagem, mas define prioritariamente de modo básico e geral como “um processo de representação. Como esse processo envolve o sentido da visão, ler é, na sua essência, olhar para uma coisa e ver outra.”

Entende-se que ler é decifrar, inicialmente, aquilo que se vê – processo de decodificação – e extrair sentidos àquilo que se vê – processo de compreensão. Durante a decodificação, processo que vai nos interessar, pois diz respeito à extensão morfológica, e não semântica, da palavra, o leitor reproduz em sons a grafia.

Leffa, ao abordar como se dá a leitura visual dos leitores hábeis, destaca que

Embora a leitura na maioria das línguas ocidentais se dê normalmente da esquerda para a direita, num processamento seqüencial, a leitura de segmentos menores do texto, correspondente à extensão abrangida por uma fixação ocular, parece dar-se de modo instantâneo, num processamento em paralelo. A palavra FALA, na leitura fluente, não é lida da esquerda para a direita, letra por letra, mas apreendida instantaneamente, como um todo. (LEFFA, 1996, p.21)

Ou seja, o leitor não fluente lerá a palavra letra por letra, respeitando assiduamente cada fonema, já que, com o foco na estrutura da palavra, não se dará conta da sua extensão como um todo. Em contrapartida, o leitor fluente terá essa visão, conciliando de forma natural a estrutura da palavra à sua sonoridade que é realizada na oralidade.

Santos (2015) reforça, dizendo:

No processamento da leitura, o leitor hábil não se dá conta dos processos intermediários entre a percepção visual da palavra e seu reconhecimento, mas da imediata representação gráfica em representação sonora e, conseqüentemente, de seu significado. Desse modo, a palavra é o principal agente de acesso às propriedades ortográficas, fonológicas, morfológicas, semânticas e sintáticas. (SANTOS, 2015, p.4)

Desse modo, a palavra, quanto representação gráfica, durante a sua leitura oral irá resgatar na memória do leitor vários aspectos que se tem dela, inclusive o aspecto fonológico. É, portanto, transportar para a leitura a sonoridade das palavras de acordo com as informações fonológicas advindas da comunidade linguística na qual o leitor faz parte.

O fenômeno: apagamento do /R/ em coda final de palavra

O apagamento do /R/ é um fenômeno verificado na fala e é muito comum no português brasileiro, principalmente na posição final de palavra, chamada também de coda final. Monaretto destaca que

De acordo com a literatura pertinente, a coda é a posição mais débil na estrutura silábica, o que a torna bastante propensa à variação, com um nível acentuado de apagamento na posição final. Os estudos sociolinguísticos sobre o português brasileiro têm demonstrado esse comportamento variável. (2002 apud AQUINO, 2011, p.101)

Além disso, estudos mostram que a ocorrência do apagamento do rótico em coda final é mais recorrente em verbos do que em nomes. Isso deve-se ao fato de

que em verbos existe uma condição morfológica favorável a esse fenômeno. Segundo Callou, Serra e Cunha,

A hipótese é a de que a presença do R, em coda final silábica, constituiria, no caso, uma marca morfológica de caráter redundante, já que o infinitivo e o subjuntivo futuro são marcados também pelo acento lexical na última sílaba. O mesmo não acontece com os não-verbos, já que neles a coda não representa marca morfológica independente, embora o fenômeno do apagamento venha atingindo, paulatinamente, também os não-verbos, nos dialetos em que o processo de apagamento da coda final em verbos já se encontra muito avançado. (CALLOU; SERRA; CUNHA, 2015, p.200)

Partindo da premissa de que o fenômeno do apagamento do /R/ em coda final acontece na oralidade, buscamos identificar se o mesmo acontece na leitura oral, já que a leitura é um processo de maior formalidade que envolve a língua, e, portanto, indicaria a direção que esse processo fonológico está tomando.

Metodologia

A coleta de dados foi realizada no início do ano letivo com estudantes dos 6º e 9º ano do ensino fundamental do Colégio Estadual Ministro Petrônio Portela em Aracaju/SE. O método utilizado é baseado no *Curriculum-based Measurement* (CBM; DENO, 1985) que realiza a gravação de um minuto de leitura em voz alta. A coleta se deu por meio da gravação de áudio e de vídeo de um minuto de leitura oral de dois textos adequados à série/ano de formação dos sujeitos da pesquisa.

Duas turmas do 6º e quatro do 9º ano do Ensino Fundamental participaram da coleta. Os estudantes leram dois textos: para os do 6º ano, texto 1: *A menina e as*

*balas*⁴, texto 2: ***Que saudade da professorinha***⁵. Os textos lidos pelos estudantes do 9º foram: texto 1: *O tempo e você*⁶ e texto 2: *Loucura mansa*⁷.

O *corpus* é formado de 82 estudantes que participaram da gravação de áudio e de vídeo, da leitura de dois textos, totalizando 154 áudios. A validação atendeu aos critérios de um minuto de leitura de áudio e vídeo gravados. Realizou-se, primeiramente, o alinhamento de áudio e vídeo pelo Movie Maker, para iniciar, no software Elan, a transcrição ortográfica de 1 minuto de leitura. Em seguida, houve a codificação e análise dos dados, obtendo 589 contextos propícios à ocorrência do fenômeno. Os dados foram submetidos a tratamento estatístico no programa computacional Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005).

Resultados e discussões

Inicialmente, procuramos averiguar a frequência com que ocorre o apagamento do rótico em coda final de palavra na leitura dos sujeitos da pesquisa. (Tabela 1)

Tabela 1– Realização do rótico em coda final de palavra na leitura oral dos alunos do Colégio Estadual Ministro Petrônio Portela.

Apagamento	Manutenção	Total
415 70,5%	174 29,5%	558

4. MARTINS, Georgina. A menina e as balas. In: BORGATTO, Ana Maria Trinconi; BERTIN, Terezinha Costa Hashimoto; MARCHESI, Vera Lúcia de Carvalho. *Tudo é linguagem*. 6º Ano/5ª Série. São Paulo: Ática, 2006, p. 122-3.

5. FREIRE, Paulo. Que saudade da professorinha. In: CEEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens*, 6º ano/5ª edição. São Paulo: Atual, 2009, p. 159-200.

6. VIANNA, Alexander Martins. O tempo e você. In: SOARES, Magda. *Português: uma proposta para o letramento*. 8ª série. 1. Ed. SP: Moderna, 2002, p. 65.

7. MINDLIN, José. Loucura mansa. In: CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens*, 6º ano. 5ª edição. São Paulo: Atual, 2009. p. 19.

Observamos que, nos possíveis contextos de ocorrência do /R/, a taxa de apagamento foi de 70,5%, enquanto a de manutenção foi de 29,5% dos casos. Esse resultado aponta que o fenômeno, assim como na fala, também ocorre na leitura oral de maneira predominante, e corrobora com resultados de outros estudos como o de Aquino (2011, p.104), que ao realizar pesquisa sobre o fenômeno na leitura em voz alta de alunos do 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental, também constatou que “a forma com apagamento do rótico que é recorrente na fala, é transposta para a leitura, ocorrendo tanto em estilos menos formais quanto em situações em que se exige um estilo mais monitorado, como na leitura.”

O predomínio do apagamento do rótico em posição final na leitura sugere evidência de que esse processo fonológico pode vir a se cristalizar na variedade brasileira da Língua Portuguesa, visto ter alcançado um ambiente mais formal da língua, como é a leitura em ambiente escolar. As mudanças linguísticas comumente principiam em contextos informais até chegaram aos mais formais, a escrita e a leitura, por exemplo. Esse resultado corrobora a predição de Mollica (2003, p.34), de que “Tudo leva a crer que o cancelamento da vibrante em posição final espelha uma mudança em curso na língua cujo estágio confirma tendência forte ao seu cancelamento na fala”.

Verificada a predominância do apagamento do rótico em coda final de palavra durante a leitura oral, passamos a analisar os fatores sociais e linguísticos que poderiam vir a influenciar esse processo: sexo, escolaridade do informante, classe gramatical da palavra e texto lido.

As variáveis estatisticamente significativas para a realização do /R/ em coda final de vocábulo na amostra analisada são, na ordem de seleção do programa Gold-VarbX, classe gramatical da palavra e sexo do informante.

A classe gramatical da palavra, no contexto da fala, é um fator já apontado por outros estudos como influenciador da realização ou não do rótico em coda final de palavra. No contexto da leitura oral a pertinência se mantém (tabela 2).

Tabela 2 – Apagamento do rótico em coda final de palavra na leitura oral dos alunos do Colégio Estadual Professor Ministro Petrônio Portela em função da variável classe gramatical.

Classe gramatical	Aplicação	Percentual	Peso Relativo
Verbo	301/406	74,1%	0,54
Nome	114/183	62,3%	0,41

Os resultados apontam que a classe gramatical dos verbos propicia mais o apagamento do /R/ (74,1%, com peso relativo de 0,54) que a classe dos nomes (62,3%, com peso relativo de 0,41).

Aquino (2011, p.102) chegou a resultados semelhantes em seu estudo: “tal como nos trabalhos envolvendo a língua falada e a língua escrita, na leitura ocorreu um uso bastante acentuado do apagamento do rótico em posição final de palavra, sobretudo, com a classe de verbos”.

A variável extralinguística sexo foi o segundo fator na ordem de relevância dos resultados oferecidos pelo programa computacional GoldvarbX no que tange ao apagamento do rótico na leitura (tabela 3).

Tabela 3 – Apagamento do rótico em coda final de palavra na leitura oral dos alunos do Colégio Estadual Professor Ministro Petrônio Portela em função da variável sexo.

Sexo	Aplicação	Percentual	Peso Relativo
Feminino	252/342	73,3%	0,54
Masculino	163/247	66%	0,45

Na amostra, as estudantes realizam mais o apagamento em relação aos estudantes, 73,3% e peso relativo de 0,54 e 66,0% e peso relativo de 0,45, respectivamente. Essa liderança do sexo feminino vai de encontro à hipótese de que as mulheres são mais conservadoras no que diz respeito à mudança linguística.

Battisti e Lara (2015, p.129-130) lembram que “Estudos sociolinguísticos orientados pela Teoria da Variação (LABOV, 2008[1972]) vêm constatando que as mulheres lideram a aplicação de processos variáveis envolvendo variantes inovadoras não

estigmatizadas (LABOV, 2001, 2010)”. Embora, paralelamente, as autoras questionem essa constatação, tendo em vista estudos que

aparentemente contradizem essa tendência. Verificam que a liderança das mulheres pode não estar correlacionada ao prestígio das formas alternantes e que aos homens cabe algum protagonismo na aplicação de processos inovadores, o que se explica por padrões socioculturais locais. (BATTISTI; LARA, 2015, p.130)

Freitag (2015) explica, ao discutir sobre a generalização que se dá através da comparação de resultados de diferentes estudos a partir dos pesos relativos, que este não é um procedimento confiável. Pois, “Considerando que a margem de significância com que a Sociolinguística trabalha, a exemplo das demais ciências humanas e sociais, é de 0,05, os resultados no intervalo entre 0,45 – 0,55 estão dentro da margem de erro, o que não permite uma generalização segura e abrangente sobre a tendência do resultado.”(FREITAG, 2015, p.41)

As outras variáveis controladas – escolaridade e tipo de texto lido – não se mostraram como estatisticamente significativas na amostra analisada. Houve uma pequena diferença do resultado percentual entre os dois níveis de escolarização, o que pode sugerir a extensão do processo de apagamento em direção a leitores menos proficientes (tabela 4).

Tabela 4 – Apagamento do rótico em coda final de palavra na leitura oral dos alunos do Colégio Estadual Professor Ministro Petrônio Portela em função da variável escolaridade.

Série	Aplicação	Percentual
6º ano do ensino fundamental	195/284	68,7%
9º ano do ensino fundamental	220/305	72,1%

Apesar da pouca diferença, alunos que se encontram em uma série mais avançada, teoricamente leitores mais proficientes, realizam mais o apagamento do rótico em fim de palavra na leitura (72,1%) que estudantes que se encontram em séries anteriores (68,7%).

O resultado de Aquino (2011, p.103) corrobora essa conclusão, ao afirmar que “o uso da variante com o rótico é inversamente proporcional ao avanço da escolaridade, ou seja, à medida que aumenta a escolaridade aumenta também a porcentagem de apagamento do /r/ pós-vocálico final”.

Evidenciando essa assertiva, a autora desenvolveu uma teoria na qual afirma que o menor nível de apagamento na leitura das séries iniciais:

reside no fato de grande parte deles, por ainda não terem um domínio eficiente de leitura, fazerem uma leitura silabada, em que é feita a decodificação da palavra por meio da relação letra/som. Neste processo, o aluno pronuncia exatamente todos os fonemas que compõem a palavra, o que inibe o apagamento ou acréscimo de algum elemento, ou seja, a leitura é feita via rota fonológica. Já os alunos das séries mais avançadas, por já serem mais proficientes em suas leituras, fazem maior uso da rota lexical. (AQUINO, 2011, p.98)

A última variável analisada foi o tipo de texto lido. Esse fator, assim como o anterior, mostrou-se pouco distintivo (tabela 5).

Tabela 5– Apagamento do rótico em coda final de palavra na leitura oral dos alunos do Colégio Estadual Professor Ministro Petrônio Portela em função da variável texto lido.

Texto lido	Apagamento	Manutenção
Texto 1	109/156	69,9%
Texto 2	306/433	70,7%

Os alunos realizaram o apagamento independente do trecho do texto que fora lido, revelando que o apagamento do rótico em coda final de palavra caracteriza-se como um fenômeno comum à leitura, independentemente do que é lido.

Nessa transferência de processos fonológicos da fala para a leitura, no entanto, alguns critérios são pertinentes. Hora e Aquino afirmam que os fenômenos

que apresentaram maior índice de ocorrência são, em geral, formas não estigmatizadas, já bastante consolidadas na fala espontânea. No geral, a realização dessas formas variáveis na leitura dos alunos não traz influência negativa no desempenho da leitura, pois não comprometem sua fluência nem a compreensão do que é lido. As formas estigmatizadas, como são mais propensas à correção pelo professor, ocorrem com menos frequência e tendem a declinar de uso com o avanço da escolaridade. (HORA; AQUINO, 2012, p.1103)

É por isso que o apagamento do /R/ é tão frequente na leitura oral. Por não ser estigmatizado, não se torna alvo de correção dos professores. Porém, seu cancelamento na oralidade pode desencadear, na escola, uma falha no processo de aprendizagem da escrita.

Considerações finais

Considerando que a leitura oral está fortemente apoiada na linguagem oral e concebendo-a “em seu acontecimento concreto, desenvolvida por leitores reais com suas variedades linguísticas e sociais, situada em um dado contexto responsável por sua diversidade e variação” (AQUINO, 2011, p.15), viu-se aqui que o apagamento do rótico em coda final de palavra, fenômeno representante dessa variação, comum à fala, ocorre na leitura em voz alta em grande escala, o que indica a direção que esse processo fonológico está tomando.

Os resultados apontaram a ocorrência do apagamento do /R/ em coda final de palavra na leitura oral dos alunos dos 6º e 9º ano do Colégio Estadual Ministro Petrônio Portela. Observamos que fatores sociais, como o sexo, e linguísticos, como a classe gramatical, influenciam na ocorrência desse fenômeno. Ao passo que os fatores ligados à escolaridade e texto lido são variáveis que menos mostraram-se relevantes para a análise do processo.

O fator classe gramatical revela que o apagamento é mais recorrente em verbos, devido à sua condição morfológica favorável a esse fenômeno. Quanto ao fator sexo, foi apontado que as mulheres realizam mais o apagamento do rótico que os homens, apesar de serem mais conservadoras no que concerne às mudanças linguísticas.

A sutil diferença entre os resultados percentuais da variável escolaridade mostra que o processo fonológico do apagamento não está apenas ocorrendo em maior frequência na leitura de alunos mais proficientes, assim como também mostraram os resultados referentes ao texto lido. Isso configura o grande alcance e propagação do cancelamento do /R/ na fala dos indivíduos.

De modo geral, os resultados apresentados indicam que esse processo, comum à oralidade, por não sofrer estigmatização social, está se cristalizando no inventário da Língua Portuguesa, visto ter alcançado um ambiente de maior formalidade e rigor, como a leitura oral.

Esperamos que os resultados obtidos possam contribuir com os estudos linguísticos no que diz respeito às mudanças linguísticas e o tratamento dado a essas no contexto escolar. Contribuindo, portanto, para o andamento do projeto “Desenvolvimento de tecnologias sociais para formalização e ressignificação de práticas culturais em Aracaju/SE”, financiado pelo edital Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia na Educação Básica (CTI-EB).

Referências

- AQUINO, M. de F. de S. *Uma proposta de tipologia de “erros” de leitura: análise sociolinguística e cognitiva*. 2011.
- BATTISTI, E.; LARA, C. C. Variável sexo/gênero e alternâncias fonético-fonológicas em falares do Rio Grande do Sul. In: *Mulheres, linguagem e poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira*. Orgs.: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 2015.
- CALLOU, D.; SERRA, C.; CUNHA, C. *Mudança em curso no português brasileiro: o apagamento do R no dialeto nordestino*. Revista da ABRALIN, v. 14, n. 1, 2015.
- DA HORA, D.; AQUINO, M. de F. de S. Da fala para a leitura: análise variacionista. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 56, n. 3, 2012.
- DOS SANTOS, M. S. *Erros de decodificação no reconhecimento da palavra na leitura em voz alta*. Disponível em: <<http://www.selimel.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Marcos-Suel-gt-02.pdf>>. Acesso em: 27 Ago. 2016.

- FREITAG, R. M. K. (Re)Discutindo Sexo/Gênero na Sociolinguística. In: *Mulheres, linguagem e poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira*. Orgs.: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 2015.
- LEFFA, V. J. *Aspectos da leitura*. Porto Alegre: sagra: DC Luzatto, 1996.
- MOLLICA, M. C. *Da linguagem coloquial à escrita padrão*. 7 letras, 2003.
- PESTUN, M. S. V. Consciência fonológica no início da escolarização e o desempenho ulterior em leitura e escrita: estudo correlacional. In: *Estudos de Psicologia*, v. 10, n. 3, p. 407-412, 2005.
- SOARES, R. A.; LEITE, C. M. B. Um estudo do processo de apagamento de /R/ em função de fatores de ordem estrutural-contextual. In: *Anais do III Seminário de Pesquisa em Estudos Linguísticos e do III Seminário de Pesquisa em Análise do Discurso*. Orgs.: PACHECO, V.; DA SILVA, E. G.; SAMPAIO, N. F. S.; SILVA, M. da C. F.; MILANEZ, N. Vitória da Conquista, BA: Edições Uesb, 2007.

PROCESSOS FONOLÓGICOS QUE PASSAM DA FALA PARA A LEITURA: MONOTONGAÇÃO E DITONGAÇÃO NA LEITURA ORAL DOS ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL MINISTRO PETRÔNIO PORTELA, ARACAJU/SE

GRASIELE SANTOS CATETE (UFS)¹

IONÁRIA SANTOS DA SILVA (UFS)²

JENILTON LIMA SANTOS (UFS)³

Introdução

Monotongação não é um processo que surgiu na contemporaneidade, estudos mostram que é um processo que perpassa as línguas românicas desde sua origem latina (ARAGÃO, 2014). Mas, atualmente, o tema vem sendo abordado sob diversos ângulos (SOUZA 2015, VIEIRA; ASSIS & SABINO 2014, SANTANA; OLIVEIRA; REIS 2015, JESUS; SANTOS & SANTOS 2010), especialmente sob a ótica da Sociolinguística Variacionista no que diz respeito a variação na educação básica.

A monotongação e a ditongação são processos fonológicos que são sensíveis à avaliação social da fala, do ponto de vista da Sociolinguística. O primeiro consiste no apagamento do glide e o segundo segue o caminho inverso (SILVA, 2015).

1. Graduanda do Departamento de Letras Estrangeiras, Universidade Federal de Sergipe e bolsista do Programa Institucional de Bolsas à Iniciação Científica no projeto "CTI-EB Desenvolvimento de Tecnologias Sociais para Formalização e Ressignificação de Práticas Culturais em Aracaju/SE".

2. Graduanda do Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal de Sergipe e bolsista do Programa Institucional de Bolsas à Iniciação Científica no projeto "CTI-EB Desenvolvimento de Tecnologias Sociais para Formalização e Ressignificação de Práticas Culturais em Aracaju/SE".

3. Graduando do Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal de Sergipe e bolsista do Programa Institucional de Bolsas à Iniciação Científica no projeto "CTI-EB Desenvolvimento de Tecnologias Sociais para Formalização e Ressignificação de Práticas Culturais em Aracaju/SE".

Trabalhamos com a hipótese de que leitores mais proficientes tenderiam a passar para a leitura o processo que ocorre na fala em situação não controlada, como é o caso da leitura. Por outro lado, os menos proficientes realizariam o ditongo por mera decodificação das palavras.

O método utilizado para a coleta dos dados é baseado no *Curriculum-based-Measurement* – CBM (DENO, 1985), que realiza a gravação de um minuto de leitura em voz alta de textos selecionados e adequados ao desenvolvimento do 6º e 9º ano do ensino fundamental. A coleta de dados foi realizada no Colégio Estadual Ministro Petrônio Portela, em Aracaju/Sergipe.

Com o presente trabalho visamos, portanto, colaborar com a discussão em relação a variação no contexto da educação básica a fim de trazer à luz tais processos que ratificam a importância da Sociolinguística em todas as etapas de ensino. Atentos ao fato de que a língua não é homogênea, pois apresenta suas especificações e mudanças linguísticas que está envolvida por um complexo jogo de valores sociais (FARACO, 1998).

O objeto da Sociolinguística

É comum em nossa sociedade a noção equivocada que falamos a mesma língua, o português. Porém, o português é na verdade o idioma oficial do Brasil. Além de não falarmos só o português, nosso idioma também não é homogêneo, apresenta suas especificações e mudanças. Ou seja, a língua portuguesa não é falada da mesma forma por todos os seus usuários. Basta analisarmos os diferentes usos da língua, a cada situação utilizamos uma contextualização diferente, diversificada.

Assim, podemos afirmar que temos um idioma heterogêneo e variável. Alguns fatores contribuem para heterogeneidade da língua: o nível socioeconômico, a escolaridade, a faixa etária, sexo, entre outros. Dessa heterogeneidade surgem variantes linguísticas, estas, são diferentes maneiras de dizer uma mesma coisa. Segundo Tarallo,

As variantes de uma comunidade de fala encontram-se sempre em relação de concorrência: padrão vs não-padrão; conservadores vs inovadoras; de prestígio vs estigmatizadas. Em geral, a variante considerada padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e aquela que goza do prestígio sociolinguístico na comunidade. As variantes inovadoras, por outro lado, são quase sempre não –padrão e estigmatizadas pelos membros da comunidade [...]. (TARALLO, 2007, p.11-12)

As variantes em sua maioria ganham espaço e podem sofrer mudanças, quando atingem os padrões privilegiados. Segundo Tarallo (2007, p. 11) nem sempre uma variação indica uma mudança, mas toda mudança tem sua origem a partir de uma variação.

Em 1916, em seu curso de “Linguística Geral”, Saussure já abordava a língua como um fato social, ideia que foi seguida por seus discípulos. Em 1950 surge a Sociolinguística, ciência que investiga a relação entre língua e sociedade. Porém, somente adquire solidez na década 1960, a partir dos estudos de William Labov. Sobre o objeto de pesquisa da Sociolinguística, afirma Tarallo:

[...] O fato sociolinguístico, o dado de análise, é ao mesmo tempo a base para o estudo linguístico: o acervo de informações para fins de confirmação ou rejeição de hipóteses antigas sobre a língua e também para o levantamento e o lançamento de novas hipóteses. (TARALLO, 2007, p.18)

É a fala, as diferentes formas de interação em que se manifestam a língua, ou seja, o sistema variável de regras, que interessa à Sociolinguística.

Ditongos e monotongação

Para entendermos o processo aqui apresentado é importante que observemos algumas definições a respeito dos termos ditongo e glide. O ditongo é foneticamente descrito como “uma vogal que apresenta mudanças de qualidade continuamente dentro de um percurso na área vocálica” (SILVA, 2015), no entanto, diferente do que ocorre numa sequência vocálica, apenas uma das vogais tem proeminência

acentual para constituir o pico da sílaba. O termo glide, por sua vez, refere-se, ainda segundo SILVA (2015), “às vogais sem proeminência acentual nos ditongos”. ARAGÃO (2014), por sua vez, traz ainda uma abordagem do ditongo como “um dos elementos linguísticos existentes na língua de modo geral [...] sua existência na língua portuguesa é registrada desde o latim até nossos dias”. Dito isso, passemos ao processo em questão: a monotongação.

O monotongo é caracterizado por vogais que não apresentam essa mudança de qualidade vocálica (SILVA, 2015), isto é, neste fenômeno ocorre a supressão do glide em ambientes propícios. Neste trabalho, tais ambientes de apagamento são caracterizados pela sequência vogal-glide, ocorrendo monotongação. Este fenômeno é, portanto, entendido como um processo fonológico no qual um ditongo é convertido em monotongo.

Para este trabalho observamos ambientes propícios à ocorrência de monotongos. Hora (2007), aborda que no “ambiente de tepe [ɾ], por alternar livremente com a vogal simples e por não implicar mudança de sentido, como em [ka'deɪ̯rə ~ ka'ɛrə] e [pri'meɪ̯rɐ ~ pri'merɐ], a estrutura [eɪ] é considerada [...] um ditongo leve e que, portanto, quando seguido por vogal líquida não lateral, não existe na estrutura profunda”. Esse contexto, precedido por tepe, é muito produtivo na fala espontânea em relação a ocorrência de monotongação, conseqüentemente também seria na leitura oral de leitores proficientes.

Silva (2004, apud SANTOS, 2011) aponta em seus resultados que “o segundo fator observado [...] foi o nível de escolarização. Dos cinco níveis de escolaridade (nenhum ano; 1-4 anos; 9-11 anos, mais de 11 anos, 5-8 anos), foi possível constatar que o mais escolarizado tende a preservar a forma padrão, ou seja, o ditongo.” Com isso notamos um indício de que nossa hipótese de que a monotongação passaria para a leitura oral nos leitores proficientes poderia ser refutada. Santos (2011) aponta ainda que:

destacamos a variante monotongada (ch[e]ro), para reforçar a ideia de que algumas variantes da oralidade são tão frequentes que se expressam em outras modalidades, como na leitura (misto entre oralidade e escrita), ou até mesmo, na escrita. É interessante mencionar que professor não corrigiu as variantes não-padrão.(SANTOS, 2011)

Na leitura oral é natural que apareça algumas marcas da fala espontânea, no entanto, por ser um ambiente controlado é importante que se avalie alguns aspectos relevantes, tal qual a fluência na leitura.

Metodologia

A coleta de dados foi realizada no Colégio Estadual Ministro Petrônio Portella, situado no Conjunto Augusto Franco no Bairro Farolândia em Aracaju/Sergipe, por meio do método Curriculum-Based Measurement (DENO, 1985) que constam de uma sessão de gravação de áudio e de vídeo de um minuto de leitura oral de dois textos adequados à série/ano de formação dos sujeitos da pesquisa.

A escolha dos textos atende à série/ano dos sujeitos e foram selecionados em livros que fazem parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e que não são usados pela escola envolvida na pesquisa. O gênero textual, a escolha dos temas dos textos e o vocabulário são adequados à etapa de formação dos sujeitos.

Duas turmas do 6º e quatro do 9º ano do Ensino Fundamental participaram da coleta. Os estudantes leram dois textos: para os do 6º ano, texto 1: *A menina e as balas*⁴, texto 2: *Que saudade da professorinha*⁵. Os textos lidos pelos estudantes do 9º foram: texto 1: *O tempo e você*⁶ e texto 2: *Loucura mansa*⁷.

4. MARTINS, Georgina. A menina e as balas. In: BORGATTO, Ana Maria Trinconi; BERTIN, Terezinha Costa Hashimoto; MARCHESI, Vera Lúcia de Carvalho. *Tudo é linguagem*. 6º Ano/5ª Série. São Paulo: Ática, 2006, p. 122-3.

5. FREIRE, Paulo. Que saudade da professorinha. In: CEEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens*, 6º ano/5ª edição. São Paulo: Atual, 2009, p. 159-200.

6. VIANNA, Alexander Martins. O tempo e você. In: SOARES, Magda. *Português: uma proposta para o letramento*. 8ª série. 1. Ed. SP: Moderna, 2002, p. 65.

7. MINDLIN, José. Loucura mansa. In: CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens*, 6º ano. 5ª edição. São Paulo: Atual, 2009. p. 19.

A coleta foi realizada nos turnos matutino e vespertino, onde os alunos eram chamados individualmente para realizar a leitura diante de um documentador que iria lhe explicar o procedimento e ajustar o gravador. O corpus é formado por 82 estudantes que participaram da gravação de áudio da leitura de dois textos, totalizando 164 amostras de áudio, dos quais foram validadas e utilizadas 150, transcritos no software Elan. Após a análise e extração das ocorrências de monotongação, os dados foram submetidos a análises estatísticas no programa computacional Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005).

Resultados e discussões

A análise, apresentada a seguir, visa observar o processo de variação no ambiente escolar, tomando como eixo a monotongação na leitura oral dos alunos dos 6º e 9º anos do ensino fundamental, para assim, verificarmos quais os possíveis fatores que influenciam sua realização. Observemos o que nos mostra a tabela 1:

Tabela 1: Ocorrência da Monotongação na leitura oral dos alunos do Colégio Estadual Ministro Petrônio Portela

Monotongação	Manutenção do ditongo	Total
103	78	181
56%	43.1%	

Podemos observar que a monotongação é um fenômeno recorrente na leitura oral desses alunos, como mostra a tabela 1, o que já era esperado. Como afirma Aquino:

A omissão ou adição de fonemas no ato da leitura não configura uma decodificação errada da palavra escrita, mas, sim, a pronúncia da palavra de acordo com o dialeto do leitor, ou seja, o aluno lê a palavra escrita

conforme ele a pronunciaria em um evento de fala espontânea. (AQUINO, 2011, p.66)

A leitura oral é uma mescla de fala-escrita que sofre influência de fatores sociais e culturais. Fenômenos como a monotongação do segmento /ey/ diante de /r/ como em prim/ey/ro, no qual há supressão da glide /y/, tornando-se prim/e/ro, mas não há mudança de significado, tampouco é socialmente desprestigiado, tendem a transparecer no ato da leitura, caso o leitor seja proficiente, ou seja, não realize mera decodificação da escrita. Assim, podemos inferir que o aluno é levado de forma inconsciente a reproduzir na leitura aquilo que é produtivo na oralidade.

Na tabela 2, podemos observar a ocorrência da monotongação em relação a série do aluno. Trabalhamos, inicialmente, com a hipótese de que de acordo com o avanço das séries e com o aumento do nível de proficiência, a ocorrência do processo de monotongação seria maior, pois o aluno supostamente tenderia a transpor esse fenômeno natural da fala para a leitura, caso inverso do que ocorre na escrita. No caso da escrita, Mollica (1998) afirma que conforme as séries avançam a monotongação vai sendo reduzida, pois o aluno estará condicionado à grafia padrão dos vocábulos, de acordo com sua maturidade cognitiva. Os dados da tabela 2 apontam que alunos dos 6º anos monotongam mais que os alunos dos 9º anos. Vejamos os resultados:

Tabela 2: Ocorrência da Monotongação na leitura oral dos alunos do Colégio Estadual Ministro Petrônio Portela em função da série

Série	Aplicação/Total	Percentual	Peso Relativo
6ºano	46/69	66.7%	0.60
9º ano	57/112	50.9%	0.43

O mais escolarizado –aqui trata-se a escolarização numa linha progressiva, ou seja, ambos estão em processo de escolarização, mas, nessa perspectiva, entende-se menos escolarizado como série menor (6º ano) e mais escolarizado como série

maior (9º ano) – tende a preservar a forma padrão, ou seja, o ditongo. Um percentual de 66.7% (com peso relativo 0.60) dos sextos anos suprimem a glide na leitura oral dos contextos /ey/ e /ow/. Nos nonos anos temos um percentual de 50.9% (com peso relativo 0.43). Observamos, no entanto, que a monotongação era realizada por alunos com maior fluência na leitura tanto nos sextos quanto nos nonos anos. O que nos leva a constatar que o processo de monotongação na leitura oral é algo inconsciente e está ligado a fluência de leitura, pois ao reconhecer a palavra o aluno realiza sem um policiamento. Por implicações metodológicas, não foi possível um levantamento de repetentes ou relação série/idade, dentre outros fatores que justificariam, em tese, a (des)fluência dos sujeitos da pesquisa nas séries mais avançadas.

Palavras como “muitas”, “oito” e “leitura”, presentes no texto, não foram profundamente analisadas, pois demonstraram pouca produtividade, haja vista que quando a glide anterior /y/ antecede um ambiente de africada, como muito e oito, seu uso é estigmatizado socialmente dentro da comunidade. Vale ressaltar que foram textos distintos, de acordo com cada série. As ocorrências de monotongo nos textos dos sextos anos foram nos vocábulos “dinheiro”, “primeira”, “financeiras”, “causou” e “desejou”. Nos nonos foram “carreiras”, “primeiro” e “inteira”. Portanto o nível de dificuldade do texto não foi um fator relevante.

Considerações Finais

De acordo com o que pensamos a priori, leitores proficientes seriam mais pro-

pícios a monotongar, por outro lado os leitores com menor nível de proficiência tenderiam a realizar o ditongo. Silva (2004, apud Nascimento, 2011) já afirmava que “em relação ao fator nível de escolarização, há uma confirmação de que os falantes escolarizados detêm a forma padrão, ou seja, monotongam menos o [ej] do que aqueles que não têm ou têm pouca escolarização”. Notamos, portanto, que o fenômeno passa para a leitura dos alunos de series iniciais. Porém, vale ressaltar que utilizamos um ambiente de leitura, ou seja, controlado. Com isso podemos inferir que essa relação entre fenômenos fonológicos que passam da fala para a leitura oral e proficiência dos alunos está relacionada também com a organização de blocos semânticos durante a leitura (cf. ALVES, 2008), haja vista que eles tiveram contato com a escrita e a sua estrutura, não sendo mais este um ambiente de fala espontâneo, pois a monotongação é um processo natural da língua, especialmente se tratando dos ditongos leves, em que não há mudança no significado da palavra.

Referências

- ALVES, Sandra Maria Leal. *Uma proposta de estratégia de resumo com base na Teoria dos Blocos Semânticos*. 2008
- AQUINO, Maria de Fátima de Souza. *Uma proposta de tipologia de “erros” de leitura: análise sociolinguística e cognitiva*, 2011.
- ARAGÃO, M. do S.S. de. *Ditongação e monotongação nas capitais brasileiras*, 2014.
- ARANTES, Taís Turaça; DOS SANTOS GOMES, Nataniel; COSTA, Natalina SierraAssêncio. *A monotongação do português do Brasil: um panorama sociolinguístico*.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Métodos de alfabetização e consciência fonológica: o tratamento de regras de variação e mudança*. SCRIPTA, Revista do Programa de PósGraduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas, v. 9, p. 201-220, 2006.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- HORA, Dermevalda. A monotongação na produção escrita: reflexo da fala. In: *X Simposio internacional de comunicación social*, 1, 2007, Santiago Cuba.
- NASCIMENTO, M. S. L. do. *Processos de monotongação e ditongação: suporte teórico para trabalhar a variação em sala de aula*, 2013.
- MOLLICA, Maria Cecília. *Influência da fala na alfabetização*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- SILVA, Thais Cristófar. *Fonética e Fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

TARALLO, Fernando Luiz. *Pesquisa sociolinguística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

PROCESSOS FONOLÓGICOS QUE PASSAM DA FALA PARA A LEITURA: PALATALIZAÇÃO DAS OCLUSIVAS ALVEOLARES NA LEITURA ORAL DOS ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL MINISTRO PETRÔNIO PORTELA, ARACAJU/SE

BRUNO FELIPE MARQUES PINHEIRO (UFS)¹
LUCAS SANTOS SILVA (UFS)²

Introdução

O indivíduo em sua totalidade pode assumir inúmeros papéis na sociedade. O ambiente escolar é um desses âmbitos que possibilita uma interrelação entre língua e sociedade, pois a escola é um grupo social cuja capacidade se forma em função dos traços identitários das pessoas que a compõe.

Os alunos inseridos nesse ambiente, às vezes, tomam-se a função de sujeito social, e suas atividades sobre linguagem acabam emergindo e evoluindo dos aspectos estruturais da própria língua, sempre em relação ao contexto social que determinam opções linguísticas para seus falantes. Sendo assim, “o que a Sociolinguística faz é correlacionar as variações existentes na expressão verbal e as diferenças de natureza social, entendendo cada domínio, o linguístico e o social, como fenômeno estruturados e regulares” (CAMACHO, 2008, p. 50).

Entretanto cada aluno, ao ser inserido no ambiente escolar, advém de uma comunidade de fala diferente de seus colegas, que configuram suas diferenças lingüís-

1. Graduando do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe e bolsista do Programa Institucional de Bolsas à Iniciação Científica. Monitor das disciplinas *Fonologia da Língua Portuguesa* e *Sociolinguística*.

2. Graduando do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe e bolsista do Programa Institucional de Bolsas à Iniciação Científica no projeto "CTI-EB *Desenvolvimento de Tecnologias Sociais para Formalização e Ressignificação de Práticas Culturais em Aracaju/SE*".

ticas de cunho regional/geográfico e social. Estas variações ocorrem em diferentes níveis linguísticos, especialmente no nível fonético-fonológico.

Considerando que a escola é um espaço onde o contraste oralidade/escrita se torna consciente para o aluno, é pertinente questionar se variantes dialetais da fala passam para a leitura do aluno em sala de aula. Para essa investigação, assumimos os pressupostos da Sociolinguística Variacionista ou Quantitativa que “tem como objeto de estudo a variação e mudança da língua no contexto social da comunidade de fala.” (FREITAG; COAN, 2010, p. 175). O fenômeno em análise é o processo de realização variável entre oclusivas alveolares [t] e [d] e africadas [tʃ] e [dʒ] seguidas de vogal alta anterior [i], um fenômeno variável na fala, é percebido na leitura oral. Por isso que a análise feita neste artigo está embasada em um método teórico-metodológico que considera a variação e mudança, pois “a língua é vista pelos sociolinguistas como dotada de ‘heterogeneidade sistemática’, fator importante na identificação de grupos e na demarcação de diferenças sociais na comunidade.” (FREITAG; COAN, 2010, p. 175)

O fenômeno da palatalização “consiste no levantamento da língua em direção a parte posterior do palato duro, ou seja, a língua direciona-se para uma posição anterior (mais para a frente da cavidade bucal)” (SILVA, 2015, p. 35).

Em Sergipe, ainda poucos são os estudos sobre variação de oclusivas alveolares e africadas. Desses estudos, destacamos aqui os trabalhos de Souza Neto (2014) e de Souza (2016). Segundo Souza Neto (2014),

na fala de aracajuanos, /registram-se coocorrências de realizações oclusivas alveolares ([t] e [d]) e de realizações africadas ([tʃ] e [dʒ] ou [tʃ] e [dʒ]), num mesmo ambiente fonológico, qual seja, antes ou depois da vogal /i/, que pode ser realizar como [j] ou como [i]. (SOUZA NETO, 2014, p. 25)

O processo fonológico da palatalização, conforme Silva (2015), acontece em certos dialetos do português brasileiro sendo aplicado às oclusivas dentais /t/ e /d/ manifestando-se como africadas alveolopalatais [tʃ] e [dʒ]. Tais segmentos consonantais modificam-se do ponto de vista fonético-fonológico somente pelos articuladores passivos, as dentais utilizam os dentes incisivos superiores, e as alveolopalatais usam a parte medial do palato duro.

O fenômeno da palatalização pode ser dividido em dois tipos: a palatalização progressiva, quando há assimilação da vogal anterior alta [i], podendo verificar-se por influência do som anterior, esse tipo possui uma estigmatização quando as pessoas utilizam essa realização na fala. Já a palatalização regressiva ocorre por uma assimilação em função do som seguinte, essa realização socialmente possui um prestígio.

A hipótese testada é de que a palatalização dita com um certo prestígio influencia no ambiente escolar influenciando a leitura dos alunos que estão no processo de aprendizagem. Contudo, a palatalização progressiva tende a ocorrer com pouca frequência em sala de aula, uma vez que é estigmatizada e sofre uma disparidade em relação a variação padrão da língua.

O objetivo desta pesquisa é explicar o comportamento da variável palatalização, considerando fatores externos e internos da língua em uma abordagem quantitativa, na situação de leitura, tomando como *corpus* dados coletados em um minuto de leitura com 82 estudantes, a partir de um protocolo de pesquisa que visa à análise da fluência em leitura oral.

Metodologia

A coleta de dados desta análise foi realizada com alunos dos 6º e 9º anos do Colégio Estadual Ministro Petrônio Portela, localizado no Conjunto Augusto Franco no bairro Farolândia em Aracaju-SE, zona sul, por meio de um protocolo inspirado no método *Curriculum-Based Measurement* - CBM (DENO, 1985), que consta de uma sessão de gravação de áudio e de vídeo de um minuto de leitura oral de dois textos adequados à série/ano de formação dos sujeitos da pesquisa, isto é, o gênero textual, a escolha dos temas dos textos e o vocabulário são adequados à etapa de formação dos sujeitos.

Duas turmas do 6º e quatro do 9º ano do Ensino Fundamental participaram da coleta. Os estudantes leram dois textos: para os do 6º ano, texto 1: *A menina e as*

*balas*³, texto 2: ***Que saudade da professorinha***⁴. Os textos lidos pelos estudantes do 9º foram: texto 1: *O tempo e você*⁵ e texto 2: *Loucura mansa*⁶.

O *corpus* da pesquisa é formado de 82 estudantes que participaram da gravação de áudio e de vídeo, da leitura de dois textos, totalizando 154 áudios, transcritos no software ELAN. Desses, foram validados 106 áudios, dos quais foram extraídas 1500 ocorrências de contexto de palatalização, que foram submetidos à análise quantitativa da sociolinguística variacionista, através do pacote de programas computacionais VARBRUL, versão Goldvarb X (2005). Apresentamos a seguir as variáveis controladas na pesquisa.

Contexto Precedente

O processo de realização variável entre oclusivas alveolares [t] e [d] e africadas [tʃ] e [dʒ] seguidas de vogal alta anterior [i] é fortemente condicionado pelo contexto anterior à consoante palatalizável. Controlamos os seguintes contextos:

- a) Consoante sibilante /s, ʃ/: (desde, contraste);
- b) Pausa: (Ø)diante, (Ø)diferente);
- c) Vogal oral anterior, posterior e central /i, e, ε, a, o, ɔ, u/: (lanchonete, idade);
- d) Fricativas glotais /h/: (particular, tarde);
- e) Vogais nasais /õ, ã, ã/: (aprendizado, onde).

3. MARTINS, Georgina. A menina e as balas. In: BORGATTO, Ana Maria Trinconi; BERTIN, Terezinha Costa Hashimoto; MARCHESI, Vera Lúcia de Carvalho. ***Tudo é linguagem***. 6º Ano/5ª Série. São Paulo: Ática, 2006, p. 122-3.

4. FREIRE, Paulo. Que saudade da professorinha. In: CEEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens*, 6º ano/5ª edição. São Paulo: Atual, 2009, p. 159-200.

5. VIANNA, Alexander Martins. O tempo e você. In: SOARES, Magda. *Português: uma proposta para o letramento*. 8ª série. 1. Ed. SP: Moderna, 2002, p. 65.

6. MINDLIN, José. Loucura mansa. In: CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens*, 6º ano. 5ª edição. São Paulo: Atual, 2009. p. 19.

Tonicidade

Diante da possibilidade da posição silábica influenciar ou não no processo de palatalização, foram analisados os conjuntos a seguir:

- a) Sílabas tônicas: (medida, partiu);
- b) Sílabas pretônicas: (dinheiro, alfabetização);
- c) Sílabas postônicas: (sociedade, biologicamente).

Ambiente

Com esta variável verifica-se se o ambiente pode estar sujeito a interferir na palatalização, buscando resultados através das seguintes posições:

- a) Início de palavra: (dias, diferente);
- b) Posição intervocálica: (medida, sociedade);
- c) Palavra seguida de consoante em sílaba diferente: (este, particular).

Sonoridade

A importância dessa variável reside na hipótese de que a consoante /t/ condiciona a aplicação da regra da palatalização, independentemente da posição em que ocorrem.

- a) Vozeada /d/: (oportunidade, aprendi);
- b) Desvozeada /t/: (durantete, vintete).

Tipo de Palatalização

Este estudo apresenta a variável tipo de palatalização da seguinte maneira:

- a) Palatalização regressiva - quando a vogal procede ao fenômeno analisado: (partiu, diferente); e

- b) Palatalização progressiva - quando um ditongo decrescente antecede ao fenômeno analisado: (muito, leitores).

Fatores sociais

Sexo/Gênero

Os fatores controlados são os gêneros *masculino* e *feminino*. As mulheres, como verificado por Freitag (2015), tendem a favorecer a aplicação da regra de maior prestígio. Espera-se encontrar resultados similares nesta pesquisa que apresenta a variável gênero da seguinte maneira:

- a) 34 informantes do gênero masculino;
- b) 48 informantes do gênero feminino.

Série

Nesta análise, este é um fator fundamental para encaminhamento dos resultados, pois supõe que os alunos dos 6º anos estejam imersos no contexto diferente em relação aos estudantes dos 9º anos, uma vez que os cenários de escolarização entre ambos são distintos. Assim, podemos inferir que o nível de escolaridade exerce pressão na proficiência da leitura de determinados informantes. Deste modo, o grupo série ficou subdividido em dois grupos:

- a) 34 informantes dos 6º anos
- b) 48 informantes dos 9º anos.

Resultados e discussões

Nesta seção, apresentaremos e analisaremos os resultados obtidos na pesquisa. A apresentação dos resultados da análise estatística será realizada na mesma ordem de seleção do programa Goldvarb (2005).

É importante destacar que, os estudos anteriores como de Souza Neto (2014) e Souza (2016), se detiveram em uma análise cuja variação era de cunho geográfico pelo território sergipano, nosso estudo também se detém ao mesmo caráter de variação, porém a análise ocorre em um ambiente escolar.

Por razões metodológicas, analisaremos as ocorrências de palatalização separadas por seus tipos: regressiva e progressiva, pois considerando todos os dados constituídos na análise, de 1.500 ocorrências analisadas, somente 5 informantes realizaram o fenômeno da palatalização utilizando o tipo progressiva de 1.495 utilizaram como realização a do tipo regressiva. Isso nos leva a crer que a palatalização considerada de prestígio é mais saliente no ambiente escolar do que a estigmatizada, como podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1: palatalização regressiva e progressiva

	REGRESSIVA		PROGRESSIVA	
	aplic./total	Percentual	aplic./total	Percentual
TOTAL	122/997	12.2%	5/161	3,1%

Contexto Precedente

Um dos fatores cujos resultados corroboram a hipótese levantada é o contexto precedente: o segmento que antecede a variável influencia o processo fonológico tanto da palatalização regressiva como a progressiva, isso porque a articulação da variável assimila os traços da vogal anterior alta [i] que segue as consoantes oclusivas dentais [t] e [d], isto faz com que essa variante dialetal da fala passe para leitura no momento em que o aluno leia, como observamos na Tabela 2:

Tabela 2: contexto precedente na palatalização regressiva

REGRESSIVA			
	aplic./total	Percentual	Peso relativo
consoante sibilante	15/83	18,1%	0,534
Pausa	10/74	13,5%	0,554
vogal oral anterior, posterior e central	30/457	6,6%	0,504
fricativas glotais	20/75	26,7%	0,585
vogais nasais	47/308	31,5%	0,675
TOTAL	122/997	12,2%	

Com esses resultados da Tabela 2 percebemos que os contextos em que mais favorece a palatalização das oclusivas dentais aconteceram no ambiente de vogais nasais com o peso relativo de 0.675, a exemplo de [‘õ.dʒ_l], [‘vĩ.tʃ_l]. Na sequência vem as fricativas glotais, com 0.585, como é o caso de [pah.tʃi.ku’la], [pah.tʃiu], [‘tah.dʒ_l]. Isso gera um novo dado, pois pesquisas como a de Souza Neto (2014) e Souza (2016) apontaram para contextos vazios e sibilantes como os mais frequentes que ocorrem. Já os contextos da pausa (0.554) e das sibilantes (0.534) apresentam certa regularidade nas realizações dos alunos. Por fim, o contexto precedente das vogais foi o menos saliente para ocorrer o fenômeno, com o peso relativo de 0.504.

O processo de palatalização não está somente ligado à assimilação da vogal anterior alta, mas também aos traços de segmentos consonantais (nasais e fricativas glotais) e de vogais posterior e anterior que acabam influenciando o traço articulatorio.

Tonicidade da Sílabas

De acordo com Silva (2015), uma sílaba tônica ou acentuada é percebida através do seu som tendo uma duração mais longa e produzida com um pulso torácico reforçado. As vogais acentuadas ou tônicas carregam o acento mais forte, aqui

entendida como a vogal com maior proeminência acentual, uma vez que “as vogais átonas podem ser pretônicas ou postônicas. Vogais pretônicas antecedem o acento tônico e vogais postônicas sucedem o acento tônico” (SILVA, 2015, p. 77).

A Tabela 3 apresenta o resultado de que a palatalização regressiva é favorecida nas sílabas tônicas, com o peso relativo de 0.529. Na sequência vem a sílaba postônica (0.500) e pretônica (0.486), como na Tabela 3:

Tabela 3: tonicidade na palatalização regressiva

REGRESSIVA			
	aplic./total	Percentual	Peso relativo
sílaba tônica	20/152	13,2%	0.529
sílaba postônica	65/524	12,4%	0.500
sílaba pretônica	37/321	11,5%	0.486
TOTAL	122/997	12.2%	

Tais resultados sugerem que o fenômeno estudado e a influência da tonicidade são fatores que evidenciam que o fenômeno variável da fala influencia na leitura oral, pois a relação do acento primário, secundário e a ausência leva à construção do ritmo da fala, isso transferido também no momento da leitura dos alunos. Deste modo, Massini-Cagliari e Cagliari, 2001, apresenta que

qualquer texto falado possui ritmo, uma vez que esta noção é defendida como a maneira como as línguas organizam no tempo os elementos salientes da fala (em especial, as durações silábicas e os acentos)” (MASSINI-CAGLIARI; CAGLIARI, 2001, p. 116).

Logo, percebemos que a tonicidade, a duração silábica e a relação entre os tipos de acentos influenciam para que o fenômeno da palatalização passe da fala para leitura através do ritmo da fala que o aluno possui na hora que está lendo os textos propostos para análise.

Ambiente/Posição da Sílabas

Os segmentos oclusivos no português brasileiro podem ocorrer em início de palavra, em posição intervocálica e seguindo consoante em sílaba diferente. Por tal razão, o presente artigo considerou também esse fator de importância para a análise dos dados.

Notamos nos resultados que o ambiente que favorece a palatalização regressiva é o contexto seguido de consoante em sílaba diferente com o peso relativo de 0.550. Percebemos que o contexto com menor possibilidade na pesquisa de palatalização regressiva é o de posição intervocálica com 0.375, como podemos observar na Tabela 4:

Tabela 4: ambiente na palatalização regressiva

REGRESSIVA			
	aplic./total	Percentual	Peso relativo
início de palavra	21/226	9,3%	0.518
palavra seguida de consoante em sílaba diferente	17/241	15,8%	0.550
posição intervocálica	84/530	7,1%	0.375
TOTAL	122/997	12.2%	

Dessa forma, notamos que ambientes de posição intervocálica e seguindo consoante em posição de sílaba diferente favorecem falantes a realizarem o fenômeno da fala e passarem para leitura oral.

Sonoridade

Na escala estabelecida pelo programa utilizado, o GOLDVARB X determinou que fator de sonoridade fosse o quinto com mais relevância. Os resultados alcançados nessa pesquisa corroboram com os de Souza Neto (2014) e Souza (2016), que também constataram que aconsoante desvozeada [t] possibilita a realização da va-

riante palatal e a consoante vozeada [d], o que, de uma certa forma, inibe o processo fonológico de palatalização. Os nossos dados também podem se aplicar a essa regra, pois na palatalização regressiva a consoante oclusiva desvozeada apareceu tender a palatalização com 17,1% das ocorrências dos alunos que palatalizaram, em relação aos alunos que somente palatalizaram a consoante oclusiva vozeada com 8,6%, como apresentamos na Tabela 5:

Tabela 5: sonoridade na palatalização regressiva

REGRESSIVA			
	aplic./total	Percentual	Peso relativo
vozeada	49/571	8,6%	0.381
desvozeada	73/426	17,1%	0.657
TOTAL	122/997	12.2%	

3.5 Gênero

Os resultados apresentados dessa variável social sexo/gênero condizem em partes com os estudos feitos por Souza Neto (2014) e Souza (2016), quando afirmaram que o sexo feminino tende a palatalização das oclusivas dentais, divergindo do sexo masculino. Os resultados são apresentados na Tabela 6:

Tabela 6: gênero na palatalização regressiva

REGRESSIVA			
	aplic./total	Percentual	Peso relativo
masculino	27/382	7,1%	0.329
feminino	95/615	15,4%	0.609
TOTAL	122/997	12.2%	

Os resultados dessa pesquisa apontam para a palatalização regressiva do sexo feminino com peso relativo de 0.609 de tendência a palatalizar mais do que o sexo masculino que apresentou um peso de 0.329. Já na palatalização progressiva o sexo masculino (6,8%) utiliza a palatalização mais do que feminino (1,0%).

Série

Uma variante externa que interferiu nos resultados dos dados foi a das séries aplicadas à pesquisa, uma vez que foram selecionados 48 alunos do 9º ano e apenas 34 do 6º ano, ou seja, não houve uma medida padrão entre as séries.

Tabela 7: série na palatalização regressiva

REGRESSIVA			
	aplic./total	Percentual	Peso relativo
6º ano	73/373	19,6%	0.609
9º ano	49/624	7,9%	0.329
TOTAL	122/997	12.2%	

Como podemos perceber na Tabela 7, os dados apresentados apontam que em relação a palatalização progressiva (a considerada de prestígio) os alunos do 6º ano palatalizam mais do que os do 9º ano, já os alunos que estão saindo do ensino fundamental tendem a não palatalização. Esse é um dado relevante pois o nível de escolaridade está correlacionado com a aderência de formas características da variante padrão da língua, uma vez que, “essa aderência não precisa necessariamente ser provocada pelo aprendizado das normas prescritas pela gramática tradicional, embora muitas vezes o seja”. (SCHWINDT; QUADROS, TOLEDO; GONZALEZ, 2007, p. 05).

Entretanto, devemos considerar que mesmo inseridas no ambiente escolar os estudantes do 9º ano em relação a palatalização progressiva (a dita estigmatizada) palatalizam mais do que os de 6º ano, isso nos leva a entender que existe uma aderência de características da variante não-padrão, mesmo estes passando por todo processo de ensino-aprendizagem menor.

E aqui devemos levar alguns fatores em consideração. Os alunos do 9º ano que palatalizaram progressivamente foram três meninos e uma menina.

Considerações finais

A presente pesquisa demonstrou que as variações ocasionadas devido ao fenômeno da palatalização na fala, em um ambiente escolar, passam para leitura oral, emergindo da variação inerente ao sistema linguístico. Fatores internos como o contexto precedente, tonicidade da sílaba, o ambiente da realização fonológica acaba influenciando que a variante dialetal seja transposta para leitura e fatores externos como a diferença entre séries e gênero também acabam interferindo na estrutura fonético-fonológica dos informantes.

Referências

- ABAURRE, Maria Bernadete; PAGOTTO, Emilio Gozze. Palatalização das oclusivas dentais no português do Brasil. In: ABAURRE, Maria Bernadete; RODRIGUES, Angela Cecília. S. (orgs). *Gramática do português falado*. Volume VIII: novos estudos descritivos. Campinas, SP: UNICAMP, 2002.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística – parte II. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008, vol. 1.
- BATTISTI, Elisa; FILHO DORNELLES, Adalberto Ayjara. A palatalização variável das oclusivas alveolares num falar de português brasileiro e sua análise pela Teoria da Otimidade. *Letras de Hoje*: Porto Alegre, 2010, vol. 45, n. 1.
- COAN, Marluce; FREITAG, Raquel Meister Ko. *Sociolinguística Variacionista*: pressupostos teóricos-metodológicos e propostas de ensino. *Revista Eletrônica de Linguística*, vol 4, nº2, p. 01-22, jun/dez, 2011.
- FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski. *Mulheres, Linguagem e Poder - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira*. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015.
- FREITAG, Raquel Meister Ko.; LIMA, Geralda de Oliveira Santos. *Sociolinguística*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2010.
- MASSINI-CAGLIARI, Gládis. CAGLIARI, Luis Carlos. Fonética. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008, vol. 1.

SCHWINDT, LuisCarlos Silva; QUADROS, Emanuel Souza; TOLEDO, Eduardo Elisalde; GONZALEZ, César Augusto. *A influência da variável escolaridade em fenômenos fonológicos variáveis: efeitos retroalimentadores da escrita*. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL. 2007, vol. 5, n. 9.

SILVA, Thais Cristófar. *Fonética e Fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SEARA, Isabel Christine; NUNES, Vanessa Gonzaga; LAZZAROTTO-VOLCÃO, Christine. *Fonética e fonologia do português brasileiro: 2º período*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, LLV/CCE, 2001.

SOUZA, Gládisson Garcia Aragão. *Palatização de oclusivas alveolares em Sergipe*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016, 71 f. : il.

SOUZA NETO, Antônio Félix. *Realizações dos fonemas /t/ e /d/ em Aracaju-Sergipe*. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2014.

VARIAÇÃO LEXICAL NA NOMEAÇÃO DE ALIMENTOS REGIONAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O FALAR DE SERRA TALHADA E TABIRA

LEIDAYANE DE SÁ RODRIGUES (UAST/UFRPE)¹

MARÍLIA ADRIELLE SIQUEIRA DE OLIVEIRA (UAST/UFRPE)

MARIA ADRIANA SIQUEIRA DE OLIVEIRA (UAST/UFRPE)

Considerações iniciais

Considerando a língua como alicerce da comunicação humana, faz-se necessário investigar como suas variações assumem um papel tão significativo e recorrente no contexto sociocultural do Brasil. Tomando-a enquanto expressão da cultura de um povo ela não se apresenta de maneira uniforme, pelo contrário, a língua é inerentemente variável.

Quando se fala em diversidade o Brasil pode ser citado em todo e qualquer contexto sobre o tema, sem discussão alguma. Sua principal característica é justamente essa: ter diferenças dentro de um todo. São diferenças naturais, culturais, religiosas, étnicas e tantas outras[...] (RABELO E MARQUES, 2015, p. 163).

Segundo a sociolinguística, na constituição de uma língua faz-se necessário considerar a influência exercida pelo ambiente através da experiência social, como defende Mollica (2007), "A sociolinguística é uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando à atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais".

1. Graduanda do curso de Licenciatura plena em Letras- Português/Inglês e bolsista do Programa de Educação Tutorial/ Conexões de saberes Linguística. Letras e Artes pela Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE/ Unidade Acadêmica de Serra Talhada- UAST.

No nível lexical não é diferente, sendo ele um conjunto de vocábulos de uma comunidade falante, representa assim a herança sociocultural de seu povo. Conforme Oliveira (1998), “um vocábulo é aceito como elemento da língua a partir do momento que ele passa a exprimir todos os valores de um determinado grupo social satisfazendo suas necessidades”.

Assim como a língua, no Brasil a culinária é vasta, original e expressiva. Partindo desse pressuposto, nos propusemos a estudar a variedade lexical na nomeação de alimentos nos municípios de Serra Talhada e Tabira. Temos como propósito discutir os dados coletados nos municípios em questão, analisando se fatores extralinguísticos influenciam na forma de nomear os alimentos.

O município de Serra Talhada, conhecido como a capital do xaxado, está localizado no Sertão Pernambucano, microrregião do Pajeú e fica a 415 km da capital pernambucana, Recife. Segundo dados do IBGE, em 2015 a cidade possui uma população estimada em 84.352 habitantes. Já o município de Tabira, conhecido pela poesia popular e pela feira livre, está localizado no sertão do Pajeú pernambucano, mais especificamente a 100 km de Serra Talhada e 410 km da capital do estado, segundo dados do IBGE, a sua população em 2015 é de aproximadamente 27.958 habitantes.

Na seção que segue vamos apresentar a metodologia utilizada para a efetivação da pesquisa, além dos pressupostos teóricos que nortearam essas análises; na seção 3 descrevemos e problematizamos os dados coletados, além de compará-los. Na seção 4, apresentamos nossas conclusões a cerca do trabalho em questão, lançando algumas possíveis hipóteses que venham a explicar os resultados da pesquisa.

Metodologia

Analizando a língua enquanto social e heterogênea, como proposto por Labov (2008 [1972]) torna-se inviável analisar a variação lexical de um grupo falante sem direcionarmos a pesquisa para as perspectivas teóricas defendidas pela Sociolinguística, pois, segundo Cassique (2002):

(...) a adesão metodológica à sociolinguística variacionista nos moldes labovianos significa considerar que não há linguística que não seja social.
(...) Nessa perspectiva, o que já se pode prever sobre o sistema linguísti-

co sede lugar aos aspectos imprevisíveis, o que é categórico já não ocupa (ou ocupa menos) as indagações do estudioso face ao que é probabilístico: as ocorrências da fala que podem ser vistas como variáveis. São essas variáveis linguísticas que armam a trama do jogo, pois implicam formas em concorrência. (...)”. (CASSIQUE, 2002, p.24)

Na execução da presente pesquisa, foram selecionados dois municípios do interior de Pernambuco, a saber: Tabira e Serra Talhada, considerando a distância relativamente curta entre ambos (100 km). A priori, consideramos apenas um fator externo a língua, a localidade, mas, após a análise dos dados percebemos que outro fator, pode influenciar na língua, a faixa etária, exercendo assim, um forte papel na variação lingüística da nomeação dos alimentos.

Para a constituição do corpus da pesquisa, selecionamos 6 alimentos que serão amplamente discutidos ao longo de todo o trabalho. É válido ressaltar que não elegemos na pesquisa, uma forma “correta” de nomear o alimento, posto que, existindo a variação, não há como apresentar uma única nomeação, todas elas devem ser consideradas.

Analizamos trinta e dois informantes, sendo dezesseis nascidos e residentes no município de Serra Talhada e dezesseis em Tabira. A variável faixa etária foi subdividida em quatro (7-12, 18-25, 30-40, acima de 40) e os informantes selecionados não deveriam ter se afastado da comunidade por mais de dois anos.

Para a coleta dos dados, optamos por utilizar o método onomasiológico, pois baseando-se no trabalho de Cavalcante (2015) sobre o léxico em Dormentes-PE, constatamos que tal modelo seria o mais eficaz para o andamento deste tipo de pesquisa. Dito isto, a onomasiologia segundo Baudiger(1966 [1957]) “[...] encara as designações de um conceito particular, vale dizer, uma multiplicidade de expressões que formam um conjunto”, ou seja, ainda segundo Cavalcante (2015):

A semasiologia parte da parte para atingir um conceito, a onomasiologia, no entanto, parte de um conceito pra atingir forma lexicais que designam aquele conceito. Com isso queremos dizer que, quando aplicamos nosso questionário com os informantes buscávamos compor um conjunto de formas lexicais designadas por um conceito que lhes era apresentado. CAVALCANTE (2015, P. 107).

Sobre o questionário aplicado aos informantes, é válido ressaltar que todas as descrições dos 6 alimentos não foram embasadas em nenhum dicionário de língua portuguesa. Para tanto, optamos por elaborar descrições acerca de cada alimento (tabela 1), com a finalidade de situar os informantes em uma esfera mais agradável de coleta, tendo em vista que a nossa descrição dispensou o uso rebuscado da língua, evitando assim o condicionamento do informante.

Ainda sobre a coleta de dados é necessário mencionar que em último caso foram apresentadas aos informantes que não conseguiram identificar o alimento pela descrição fornecida, amostras das imagens correspondentes.

Análise dos dados

Neste tópico discorreremos a cerca dos dados coletados nos municípios de Tabira e Serra Talhada, observando mais especificamente as variações pertencentes ao nível lexical nos nomes dados a alguns alimentos. Como mencionado na seção anterior, o critério onomasiológico foi o método que norteou a coleta dos dados. Estão predispostos na tabela a seguir os conceitos descritivos dos alimentos, além das respostas obtidas a partir dos questionamentos nos dois municípios.

Tabela 1

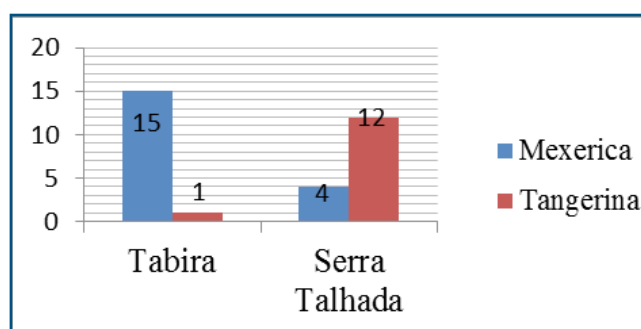
	DESCRIÇÃO DO ALIMENTO	SERRA TALHADA	TABIRA
Alimento 1	Fruta cítrica, que pode ser descascada com as mãos sem o auxílio de uma faca e que não é uma laranja.	Tangerina/ Mexerica	Tangerina/ Mexerica
Alimento 2	Bolo preparado à base de muito leite.	Bolo Liso/ Engorda Marido	Bolo de Leite
Alimento 3	Alimento a base de feijão e arroz preparados no mesmo recipiente.	Baião/ Baião de dois	Rubação
Alimento 4	Alimento feito à base de suco de frutas que servido congelado.	Dida	Tubiba

Alimento 5	Comida típica do nordeste, arroz preparado à base de caldo de frango.	Arroz Vermelho	Arroz mexido
Alimento 6	Feijão preparado com cuscuz e diversos tipos de carnes.	Tropeiro/ Feijão tropeiro	Arrumadinho

Quantificação comparativas dos dados

Como já foi colocado anteriormente, Serra Talhada e Tabira são cidades muito próximas, localizadas na mesma região de Pernambuco, mas que ainda assim, apresentam uma grande variação no nível lexical na nomeação de alimentos. Segue abaixo o percentual de cada variação em seus referentes municípios.

Gráfico 1: Quantificação do alimento 1



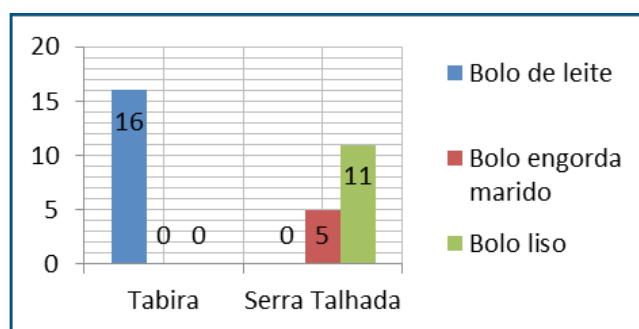
Como evidenciado no quadro acima, podemos notar uma grande distinção entre os municípios em questão, pelo menos no que diz respeito ao alimento 1. Em Tabira a variante mais utilizada é **mexerica**, pois, dos 16 informantes, 15 sinalizaram positivamente para esse uso. Já em Serra Talhada ocorre uma inversão, dos 16 entrevistados 12 responderam **tangerina** como léxico usual, e apenas 4 deles optaram por **mexerica**.

Um fato que nos chamou atenção foi que em Tabira apenas um dos informantes respondeu de forma diferente dos demais, alegando ter escolhido a variação **tangerina** ao invés de **mexerica**, não pelo fato de realmente falar isso em seu convívio social, mas sim porque segundo sua professora era a forma “mais correta” de falar o nome da fruta.

Podemos observar que existe certo receio por parte das pessoas sobre o que seria “certo” ou “errado” na língua, e em muitos desses casos as variações são desconsideradas, fazendo com que mesmo quando inseridos em uma comunidade onde um uso de determinada variação é mais recorrente, como é o caso da cidade de Tabira. Ao serem questionados, os falantes se policiam devido aos preconceitos linguísticos que ainda são amplamente difundidos tanto no âmbito escolar quanto no âmbito social, como é discutido por Bagno (2003. p.70), é “nas relações entre língua e poder o que realmente pesa é o prestígio ou a falta de prestígio social do falante”.

Assim, a função do professor ou da escola não é de substituir a forma popular da comunidade de fala em que o aluno está inserido pela forma “cult”, mas sim mostrar que ambas as formas podem coexistir e serem utilizadas na comunicação.

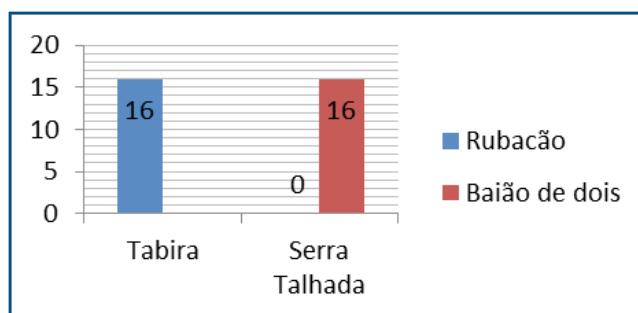
Gráfico 2: Quantificação do alimento 2



Sobre o alimento 2, podemos notar a partir do gráfico, que houve um caso de total variação entre os municípios, haja vista que em Tabira todos os 16 informantes responderam **bolo de leite**. Já em Serra Talhada, os informantes apresentaram para esse mesmo alimento, duas novas variantes, a saber: **bolo liso**; 11 aparições, e bolo **engordam marido**; 5 aparições.

Nesse sentido, os dados parecem sinalizar que para esse alimento, existe no município de Serra Talhada um caso da variação interna.

Gráfico 3: Quantificação do alimento 3



Como podemos observar, mais um caso de variação entre os municípios se evidencia. Para o alimento 3 todos os informantes tabirenses responderam **rubacão**, ao passo que, em Serra Talhada 12 entrevistados sinalizaram positivamente para a variante **baião de dois** e os quatro restantes responderam **rubacão**.

Gráfico 4: Quantificação do alimento 4

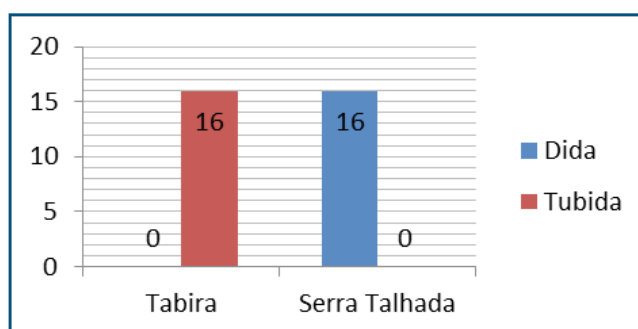
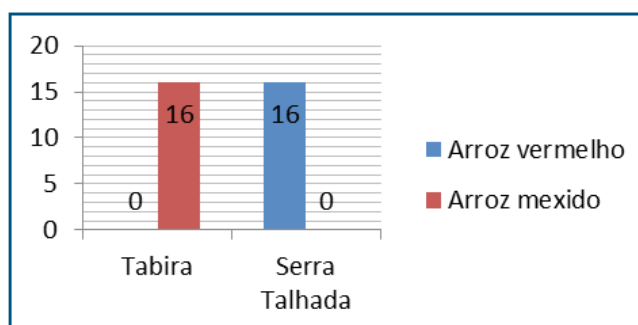
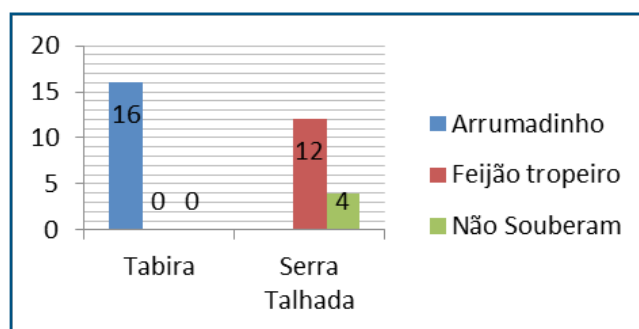


Gráfico 5: Quantificação do alimento 5



Observamos nos gráficos acima, que para os alimentos 4 e 5 houve novamente um caso de total distinção entre os municípios. Em Tabira todos os informantes responderam: **tubiba** e **arroz mexido**, já em Serra todos os informantes responderam: **didae arroz vermelho** para os alimentos 4 e 5 respectivamente. Notamos, pois, uma uniformidade entre todos os falantes em suas respectivas cidades.

Gráfico 6: Quantificação do alimento 6



A partir do gráfico observamos mais um caso de variação lexical entre os municípios para o alimento 6, todos os informantes da cidade de Tabira, responderam a variante **arrumadinho**, já em Serra 12 responderam **feijão tropeiro** e os quatro restantes identificaram o alimento, porém não souberam nomeá-lo.

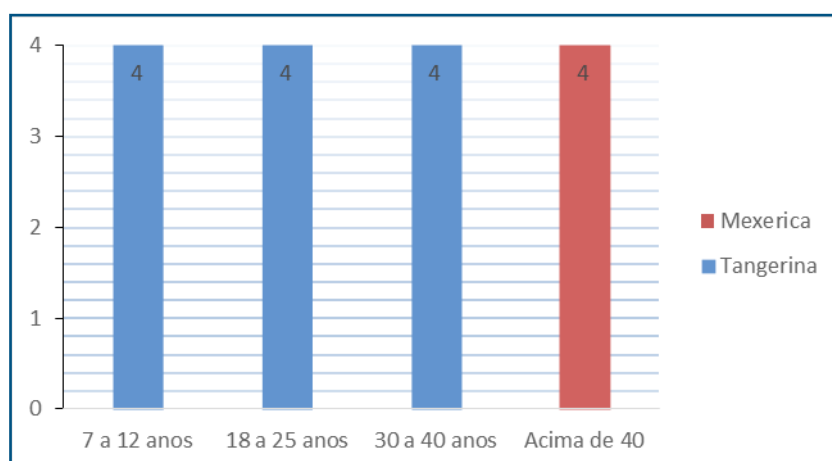
Desse modo, observamos que o fator distância influencia bastante no que diz respeito à variação na nomeação dos alimentos, posto que, praticamente todos os 6 alimentos selecionados apresentaram variações em suas respectivas cidades. Estas variações se dão de forma tão significativa, que ao apresentarmos aos moradores de uma cidade os resultados do outro município, houve por parte dos falantes um total desconhecimento do que seriam alguns alimentos nomeados.

Serra Talhada: variação lexical de acordo com a faixa etária

Ao nos depararmos com os dados coletados no município de Serra Talhada, percebemos que a variável extralinguística de idade é um fator preponderante nos casos de variação interna encontrados no município. Depois de uma minuciosa análise, observamos que existe um contraste no que diz respeito à nomeação de alguns

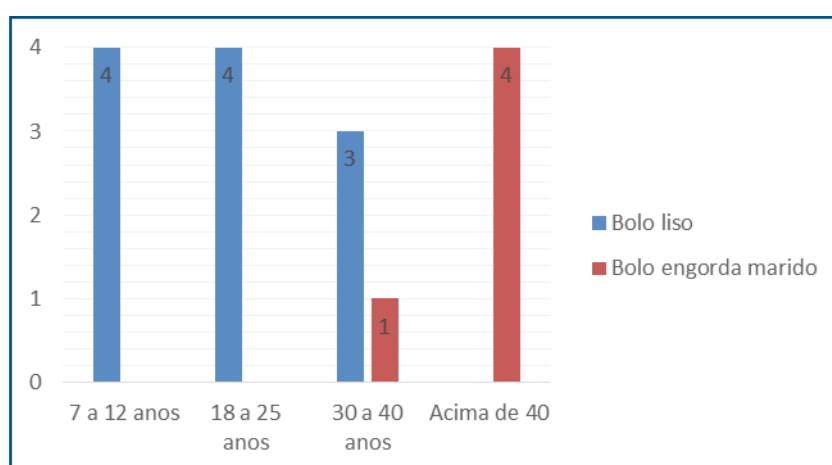
alimentos, principalmente pelos falantes de idade mais avançada. Vejam nos gráficos a seguir os três alimentos que apresentaram tais variações e suas respectivas ocorrências:

Gráfico 7: Frequência por idade na nomenclatura do alimento 01 - tangerina/mexerica



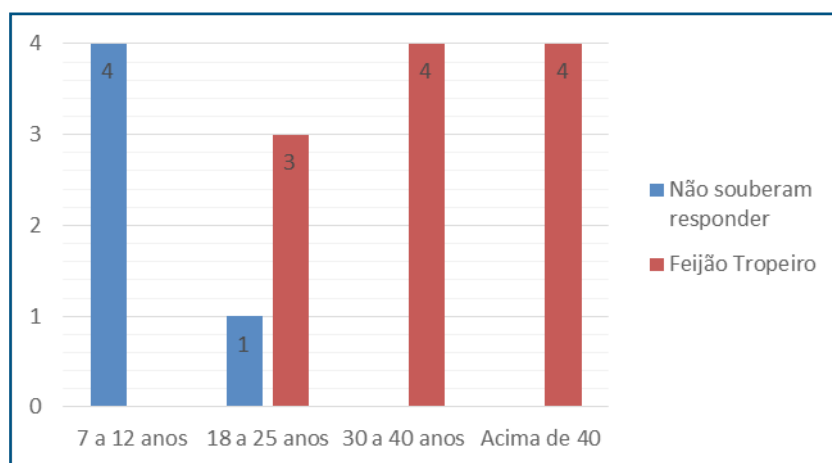
Ao observarmos o gráfico 07 podemos notar que dos 16 informantes selecionados em Serra Talhada, somente os pertencentes à última faixa etária (acima de 40 anos) responderam diferente dos demais, elegendo a variante **mexerica** ao invés de **tangerina**.

Gráfico 08: Frequência por idade da nomenclatura do alimento 06 – Bolo liso/bolo engorda marido



Podemos observar novamente, certa distinção entre as quatro faixas etárias predispostas no gráfico acima. Percebemos que dos 16 informantes selecionados, apenas os 4 pertencentes a última faixa de idade (acima de 40 anos) e uma da terceira (entre 30 e 40 anos) responderam de forma diferente, escolhendo a variante **bolo engorda marido** ao invés de **bolo liso**.

Gráfico 9: Frequência por idade na nomenclatura do alimento 03 – Feijão tropeiro



Outro fato que nos chamou bastante atenção foi à nomeação do alimento 03 por alguns informantes das primeiras faixas etárias. Absolutamente todos os quatro entrevistados da primeira faixa etária (7 a 12 anos) e um pertencente à segunda faixa etária (18 a 25) não souberam nomear o alimento em questão, mesmo quando em último caso, apresentamos a estes, imagens dos alimentos. Alegando conhecer o alimento, mas sem saber nomeá-los, os informantes preferiam não responder a este tópico.

Desse modo, os dados parecem evidenciar que realmente existe uma variação interna ao município de Serra Talhada proveniente da variável extralinguística de idade, visto que, os falantes pertencentes à última faixa etária (mais de 40) nomeiam alguns alimentos de forma diferente dos mais jovens.

Considerações finais

O presente trabalho analisou e quantificou os casos de variação lexical na nomeação de alimentos, confrontando os dados provenientes das cidades de Tabira e Serra Talhada. Mesmo levando em consideração que a distância relativamente curta entre os municípios implicaria em uniformidade no falar das duas cidades, a pesquisa em questão evidenciou uma variação não só entre os municípios, mas também, casos de variações internas à cidade de Serra Talhada-PE, decorrentes por sua vez, do fator extralinguístico de idade.

A pesquisa mostrou que a cidade de Serra Talhada apresentou um número de variações relevante quando comparado ao município de Tabira, uma possível hipótese para explicar tal fato seria o número de habitantes, pois segundo dados do IBG (2015), Serra Talhada tem uma população estimada em 84.352 habitantes e recebe um fluxo bem maior de pessoas, ao passo que Tabira tem uma estimativa de 27.958 habitantes e pode ser considerada uma cidade mais interiorana que Serra Talhada.

A realização da presente pesquisa foi de suma importância, pois permitiu-nos perceber como os fenômenos de variação estão inseridos e atuantes em contextos tão próximos dentro de um mesmo Estado. Continuará servindo de grande valia ainda, pra os futuros estudos do léxico pernambucano, pois como defende Sedrins e Sá (2015):

Por mais que hoje possamos compreender melhor a realidade linguística do português brasileiro, resultado de um extensivo número de estudos realizados sobre essa língua, em seus diferentes níveis de análise e sobe diferentes perspectivas teóricas, sempre haverá a necessidade de estudarmos universos particulares em que o português é utilizado [...] Dado que o uso está diretamente relacionada à realidade sócio-geográfica, histórica e cultural em que a língua é utilizada. (SEDRINS E SÁ, 2015, p. 9).

O uso quase unânime de determinadas formas em detrimento de outras, mostra o quão amplo é o falar de Pernambuco, pois se compararmos a distância mínima entre as cidades com o grau tão elevado de variação que se mostra no nível lexical de alimentos podemos observar o quão estas variações estão presentes na realidade interiorana do estado de Pernambuco.

Referência

- CASSIQUE,O.; CARVALHO.S. *Alteamento no falar rural de Breves – PA: Uma análise introdutória e uma reflexão pedagógica*
- SEDRINS, A.P. ; SÁ, E.J. (orgs.). *Aspectos descritivos e sócio-históricos da língua falada em Pernambuco*. CAVALCANTE, H. O léxico em Dormentes – Pernambuco. Recife: editora UFRPE, 2015.
- SEDRINS, A.P. ; SÁ, E.J. (orgs.). *Aspectos descritivos e sócio-históricos da língua falada em Pernambuco*. GOMES, I. C. R. V.; SANTOS, M.E.M. Aspectos sociolinguísticos em estudos lexicais no agreste e sertão de Pernambuco. Recife. UFRPE, 2015.
- SEDRINS, A.P. ; SÁ, E.J. (orgs.). *Aspectos descritivos e sócio-históricos da língua falada em Pernambuco*. Recife: editora UFRPE, 2015
- Censo 2010 do instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=261460&search=%7Ctabira>><<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=261390>> Acesso em: 10 de Novembro de 2015
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola editorial, 2008 (1972).
- MOLLICA, M.,BRAGA, M. L. (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: O tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2007.
- OLIVEIRA, A. M. P. P. *Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica*. In.: Ana Maria Pinto Pires de Oliveira e Aparecida Negri Isquerdo (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, Ed.UFMS: 1998

A LINGUAGEM REGIONAL/POPULAR DE ZÉ VICENTE DA PARAÍBA NO MOTE “XAPURI FOI ENTERRADO DEBAIXO DO CAJUEIRO”

WELLINGTON LOPES DOS SANTOS¹ (UFPB)

Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de investigar à luz da obra “Xapuri foi enterrado debaixo do cajueiro” - de autoria do poeta, cantador de viola, repentista e cor-delesta, Zé Vicente da Paraíba – a linguagem regional/popular utilizada no nordeste do Brasil, em especial, no estado de Pernambuco.

A obra, de seis estrofes, foi composta em 1988, no município de Caruaru - afastado cerca de 150 km da capital Recife - em alusão ao jumento de estimação do amigo do autor, Cabo Lúcio, que atendia pelo nome de Xapuri e que havia morrido naquele mesmo ano de forma inesperada. A fundamentação teórica primou pelos pressupostos da Sociolinguística: linguagem e sociedade (COSERIU, 1987); Lexicologia: estudo científico do léxico (ARAGÃO, 2005) e (OLIVEIRA; ISQUERDO, 2001); Lexicografia: elaboração de dicionários, vocabulários e glossários (BIDERMAN, 2001) e Semântica: ciência da significação (MARQUES, 1996) e (TAMBA-MECZ, 2006). Como produto final será apresentado um glossário léxico-semântico da linguagem regional/popular inserida na obra em estudo.

1. Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal da Paraíba sob a orientação da Dra. Maria do Socorro Silva de Aragão e professor adjunto do curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda e do curso de pós-graduação em Gestão e Docência no Ensino Superior da Faculdade Estácio do Rio Grande do Norte. jornalista_rn@hotmail.com

O autor: zé vicente da paraíba

José Vicente do Nascimento, o Zé Vicente da Paraíba - poeta, repentista e corde-lista – foi um artista nordestino que deixou um vasto acervo poético. As suas obras retratam com exatidão os hábitos, os costumes e as crenças do homem sertanejo. Ganhou projeção artística não apenas no cenário regional, mas também nacional.

Autor de incontáveis poesias que retratam com precisão a riqueza da linguagem regional/popular da região Nordeste e que estão registradas e vivas até os dias atuais enriquecendo a cultura nordestina, bem como contribuindo para os estudos de natureza acadêmica. Já tantas outras poesias que foram improvisadas em rodas de glosas, perderam-se no tempo por falta de registros escritos e tecnológicos.

Zé Vicente da Paraíba nasceu em 7 de agosto de 1922, na vila de Pocinhos, pertencente ao município de Campina Grande, região agreste do estado da Paraíba. Filho de agricultor e camponesa mudou-se, em 1934, para o estado de Pernambuco onde aprendeu as primeiras letras, na escola do Sítio Laje do Agostinho, município de Brejinho (região pernambucana de rica tradição poética, tanto no improvisado de cantoria, como na roda de glosa, uma arte dominada por muita gente da localidade).

Foi nesse ambiente poético que Zé Vicente da Paraíba cresceu. Ele sempre acompanhou o seu pai para assistir as cantorias da região, o que lhe deu a oportunidade de conhecer pessoalmente os repentistas da época. A partir daí, nasceu o desejo de tornar-se um cantador de viola profissional.

Em 1939, aos 17 anos, Zé Vicente da Paraíba recebeu de seu pai o melhor presente de aniversário: uma viola. O instrumento musical deu-lhe a oportunidade de cantar nas noites com os cantadores da mesma idade. No dia 20 de janeiro de 1940, realizou a sua primeira cantoria profissional na Vila de Brejinho, durante a festa religiosa de São Sebastião.

A partir daí, Zé Vicente da Paraíba, fez do choro das cordas da viola o maior ganha-pão da sua vida, marcando uma trajetória artística não apenas na região Nordeste, mas também na região Sudeste do Brasil. Gravou quatro LP's: *Violeiros* (1955); *Repentes e Repentistas* (1969); *Viola, Verso e Viola* (1976); *Viola, Verso e Viola II* (1978) e um CD: *Viola e Amigos* (2005).

Em 9 de maio de 2008, Zé Vicente da Paraíba, faleceu aos 85 anos, vítima de um acidente vascular cerebral deixando um legado poético de naturezas regional e popular que ficou eternizado em registros escritos (próprio punho), audiovisuais, jornalísticos e literários.

A obra: xapuri foi enterrado debaixo do cajueiro

Cabo Lúcio possuía
Um jumentinho estimado
Por ele mesmo criado
Bem zelado noite e dia
Lá na sua estrebaria
Do dono sentia o cheiro
A morte com desespero
Matou o jerico amado
Xapuri foi enterrado
Debaixo do cajueiro.

Era um jumento possante
Bem-disposto e corredor
Mimoso reprodutor
Bem adestrado e constante
Galopador importante
Esquipador e troteiro
Tão novo, foi tão ligeiro
Pela morte arrebatado
Xapuri foi enterrado
Debaixo do cajueiro.

O dono mandava, ia
Pra onde o dono mandava
Mandava o dono parar, parava
Mandava seguir, seguia
Mandava rir, ele ria
Era valente e maneiro
Valia tanto dinheiro
Que por ninguém foi comprado
Xapuri foi enterrado
Debaixo do cajueiro.

Os pelos finos demais
Lustrosos como os da lontra
Outro igual ninguém encontra
Entre todos os animais
O que fez, outro não faz
Só se for no estrangeiro
Mas no solo brasileiro
Se nasceu não foi criado
Xapuri foi enterrado
Debaixo do cajueiro.

Cabo Lúcio ainda sente
Saudades do jumentinho
Às vezes fala baixinho
Sem dizer nada pra gente
Recorda presentemente
O seu destro companheiro
Vai perto do galinheiro
Solta um soluço abafado
Xapuri foi enterrado
Debaixo do cajueiro.

Quando Xapuri morreu
Seu dono ficou aflito
Levantou-se e deu um grito
Que a casa estremeceu
Chorando porque perdeu
Seu reprodutor campeiro
Só não botou luto inteiro
Com medo de ser pecado
Xapuri foi enterrado
Debaixo do cajueiro

Sociolinguística, lexicologia, lexicografia e semântica

Sociolinguística

A Sociolinguística ou Sociologia da linguagem é um ramo da Linguística, relativamente novo, que tem como objetivo principal estudar as relações entre linguagem e sociedade.

Trata-se de um estudo descritivo que mapeia a linguagem, sobretudo, as possíveis variações nas mais diversas manifestações no ato de fala. Inspira-se, sobretudo, nos métodos sociológicos de pesquisa através de registros, observações, descrições e análises para estudar a variação linguística que se apresenta no contexto social de uma determinada comunidade de falantes.

Nesta perspectiva, conforme Coseriu (1987, p. 29), “do ponto de vista linguístico é oportuno limitar a Sociolinguística (como disciplina linguística não sociológica) ao estudo da variedade e variação da linguagem em relação com a estrutura social das comunidades”.

A Sociolinguística estuda a variedade linguística baseado em três grandes pontos de vista: diatópicos, diastráticos e diafásicos. Assim sendo, conforme Coseriu (1987, p. 29), “[...] diferenças no espaço geográfico ou *diatópicas*, diferenças entre as camadas socioculturais ou *diastráticas* e diferenças de modalidade expressiva segundo as circunstâncias permanentes ou ocasionadas do falar ou diferenças *diafásicas*”.

Lexicologia

A Lexicologia é o ramo da linguística que estuda o léxico de uma língua. Neste sentido, é o estudo científico do léxico nos seus mais diversos aspectos, dentre eles: fonético, fonológico, semântico, morfológico, sintático etc. Assim sendo, o léxico de uma língua nada mais é do que o conhecimento cultural de uma determinada comunidade de falantes adquirido através do tempo, da história e da experiência de cada indivíduo.

Nesta perspectiva, conforme Aragão (2013, p. 211), “para se apreender, compreender, descrever e explicar a ‘visão de mundo’ de um grupo sócio-linguístico-cultural, o objeto de estudo principal são as unidades lexicais e suas relações em contextos”.

De acordo com Ferreira (2000, p. 424-425), a Lexicologia “é a parte da gramática que se ocupa da etimologia das palavras das várias acepções delas”. Para Houaiss (2008, p. 460), a Lexicologia “é a parte da linguística que estuda a origem das palavras, seus significados e sua formação”.

Por meio da Lexicologia, torna-se possível observar e descrever cientificamente o léxico através de informações que revelam a experiência cultural de uma determinada comunidade linguística. Assim sendo, conforme Oliveira e Isquerdo (2001, p. 9), “o léxico, saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo do saber vocabular de um grupo socio-linguístico cultural”.

Neste sentido, ainda conforme as referidas autoras, o léxico “[...] representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e os costumes de uma comunidade [...]” e, portanto, “[...] o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeia e designam as diferentes esferas do conhecimento [...]”.

Lexicografia

A Lexicografia é um estudo científico, de natureza linguística, cujo objetivo é a elaboração de dicionários, glossários e vocabulários. Assim sendo, *léxico* é o vocabulário de uma língua e *grafia* é a escrita. Neste sentido, o profissional lexicógrafo é um dicionarista.

De acordo com Houaiss (2008, p. 460) a Lexicografia “é a técnica da feitura de dicionários; o trabalho de elaboração de dicionários, vocabulários e afins [...]”. A atividade lexicográfica é antiga e tradicional, pois:

[...] a lexicografia ocidental iniciou-se nos princípios dos tempos modernos. Embora tivesse precursores nos glossários latinos medievais, essas obras não passavam de listas de palavras explicativas para auxiliar o leitor de textos da antigüidade clássica e da Bíblia na sua interpretação. A lexicografia só começou, de fato, nos séculos XVI e XVII com a elaboração dos primeiros dicionários monolíngües e bilíngües (latim e uma língua moderna). Os primeiros dicionários em língua portuguesa dignos de nome são: o Vocabulário Português-Latino, de Rafael Bluteau (1712-1728), obra bilíngüe em 8 volumes e o Dicionário da Língua Portuguesa, de Antônio de Morais Silva (1ª ed. 1789; 2ª ed. 1813). Quanto aos dicionários técnico-científicos, no português, eles são obra do século vinte; na verdade, nessa área estamos apenas começando (BIDERMAN, 2001, p. 17).

Assim sendo, a Lexicografia pode ser vista sob dois aspectos: técnica e teoria. Nesta perspectiva:

[...] como técnica de montagem de dicionários, ocupa-se de critérios para seleção de nomenclaturas ou conjunto de entradas, de sistemas definitórios, de estrutura de verbetes, de critérios para remissões, para registro de variantes [...]. [...] como teoria, procura estabelecer um conjunto de princípios que permitam descrever o léxico (total ou parcial) de uma língua. (BORBA, 2003, p. 15)

Semântica

De um modo geral, podemos definir a Semântica como um ramo da Linguística que estuda a significação das palavras, das frases, bem como dos enunciados. Neste sentido, a Semântica “[...] estuda o sentido dos elementos formais da língua, aí incluídos morfemas, vocábulos, locuções e sentenças (= estruturas sintaticamente completas ou lingüisticamente gramaticais), ou, ainda, [...] é o estudo da significação das formas lingüísticas.” Marques (1996, p. 15).

Assim sendo, podemos definir a Semântica, de acordo com Tamba-Mecz (2006, p. 8), “como uma disciplina lingüística que tem por objeto a descrição das significações próprias às línguas e sua organização teórica”.

Neste sentido, conforme Marques (1996), a Semântica tem como objetivo principal estudar o significado (sentido, significação) das formas lingüísticas: morfemas, vocábulos, locuções, sentenças, conjunto de sentenças, textos, etc., suas categorias e funções na linguagem.

Aspectos metodológicos

Os instrumentos de pesquisa utilizados no estudo foram:

- a) ficha lexicográfica;
- b) caneta;
- c) computador;
- d) *pen drive*.

A metodologia aplicada no presente trabalho obedeceu à seguinte ordem:

- a) seleção do corpus: Zé Vicente da Paraíba;
- b) delimitação do corpus: a canção *Xapuri foi enterrado debaixo do cajueiro*;
- c) levantamento e estudo das referências bibliográficas;
- d) registro dos dados coletados em fichas lexicográficas, estas elaboradas a partir do modelo proposto pelo Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos - Centro Lexterm-, da Universidade de Brasília (FAULSTICH, 2010).

A macroestrutura do glossário ficou organizada da seguinte forma:

- a) 25 verbetes;
- b) As entradas são apresentadas em ordem alfabética, em caixa alta, negrito, fonte *Times New Roman* (tamanho 12);

- c) Informação gramatical (adj. = adjetivo, exp. = expressão, s.f. = substantivo feminino, s.m. = substantivo masculino, v. = verbo, i. = interjeição, sintagma nominal = sint. nom.);
- d) As indicações das palavras dicionarizadas com sentido equivalente (PDSE), palavras dicionarizadas com sentido diferente (PDSD) e palavras não dicionarizadas (PND) são apresentadas em caixa alta;
- e) Entre parênteses, em caixa alta, constam as obras lexicográficas pesquisadas: Dicionário Caldas Aulete Online (A.O.) e Novo Dicionário de Termos e Expressões Populares, de Tomé Cabral (T.C.), para a verificação da existência de palavras dicionarizadas com sentidos equivalentes, palavras dicionarizadas com sentidos diferentes e palavras não dicionarizadas;
- f) Definição;
- g) Entre aspas está o registro da abonação;
- h) Registro de variação em *itálico* é dado através da indicação VAR.;

Já a microestrutura ficou organizada na seguinte ordem: entrada + informação gramatical + dicionarização + definição + abonação +/- variação.

Glossário

ABAFADO adj.

PDSE (A.O.; T.C.)

Que não soa forte; disfarçado. “[...] o seu destro companheiro, vai perto do galinheiro, solta um soluço abafado [...]”.

ADESTRADO adj.

PDSE (A.O.) PND (T.C.)

Diz-se de quem é ensinado; treinado. “[...] mimoso reprodutor, bem adestrado, constante galopador importante [...]”.

ARREBATADO v.

PDSE (A.O.) PND (T.C.)

Diz-se de quem é levado; tirado com força; carregado. “[...] tão novo, foi tão ligeiro, pela morte arrebatado, Xapuri foi enterrado debaixo do cajueiro [...]”.

BEM-DISPOSTO adj.

PDSE (A.O.) PND (T.C.)

Diz-se de quem tem boa disposição física; ânimo. “[...] era um jumento possante, bem-disposto e corredor, mimoso reprodutor [...]”.

CAJUEIRO s.m.

PDSE (A.O.) PND (T.C.)

Árvore cujo fruto é o caju. “[...] xapuri foi enterrado debaixo do cajueiro [...]”.

CAMPEIRO adj.

PDSE (A.O.; T.C.)

Diz-se de que ou quem é do campo. “[...] quando Xapuri morreu, seu dono ficou aflito, levantou-se e deu um grito que a casa estremeceu, chorando porque perdeu seu reprodutor campeiro [...]”.

CONSTANTE adj.

PDSE (A.O.) PND (T.C.)

Diz-se de quem é persistente. “era um jumento possante, bem-disposto e corredor, mimoso reprodutor, bem adestrado e constante [...]”.

CORREDOR adj.

PDSE (A.O.) PDSO (T.C.)

Diz-se de que ou quem corre. “era um jumento possante, bem-disposto e corredor, mimoso reprodutor, bem adestrado e constante [...]”.

ESQUIPADOR adj.

PDSE (A.O.; T.C.)

Animal que esquipa bem; que tem boa andadura. “[...] bem adestrado e constante, galopador importante, esquipador e troteiro [...]”.

ESTRANGEIRO s.m.

PDSE (A.O.) PND (T.C.)

Outro país. “[...] o que fez, outro não faz, só se for no estrangeiro, mas no solo brasileiro, se nasceu não foi criado [...]”.

ESTREBARIA s.f.

PDSE (A.O.) PND (T.C.)

Abrigo para cavalos. “[...] Cabo Lúcio possuía um jumentinho estimado por ele mesmo criado bem zelado noite e dia, lá na sua estrebaria, do dono sentia o cheiro [...]”.

GALINHEIRO s.m.

PDSE (A.O.) PND (T.C.)

Abrigo para galinhas e outras aves. “[...] o seu destro companheiro vai perto do galinheiro, solta um soluço abafado [...]”.

GALOPADOR adj.

PDSE (A.O.) PND (T.C.)

Diz-se do cavalo que galopa. “[...] era um jumento possante, bem-disposto e corredor, mimoso reprodutor, bem adestrado e constante, galopador importante [...]”. VAR. *Galopeiro*.

JERICO s.m.

PDSE (A.O.) PND (T.C.)

O mesmo que jumento. “[...] a morte com desespero, matou o jerico amado, Xapuri foi enterrado debaixo do cajueiro [...]”.

JUMENTO s.m.

PDSE (A.O.; T.C.)

Animal da família dos cavalos (equídeos) usado para o transporte de cargas e pessoas. “[...] era um jumento possante, bem-disposto e corredor, mimoso reprodutor, bem adestrado e constante, galopador importante [...]”. VAR. *Jerico; Asno, Burro, Jegue*.

LIGEIRO adj.

PDSE (A.O.) PDSD (T.C.)

Diz-se de que ou quem é veloz; rápido. “[...] tão novo, foi tão ligeiro, pela morte arrebatado, Xapuri foi enterrado debaixo do cajueiro [...]”.

LONTRA s.f.

PDSE (A.O.) PND (T.C.)

Mamífero aquático da família da ariranha. “[...] os pelos finos demais, lustrosos como os da lontra, outro igual ninguém encontra entre todos os animais [...]”.

LUSTROSO adj.

PDSE (A.O.; T.C.)

Que tem brilho; brilhoso. “[...] os pelos finos demais, lustrosos como os da lontra, outro igual ninguém encontra entre todos os animais [...]”.

MANEIRO adj.

PDSE (A.O.) PDSD (T.C.)

Diz-se de que ou quem é bom; obediente. “[...] era valente e maneiro, valia tanto dinheiro, que por ninguém foi comprado [...]”.

MIMOSO adj.

PDSE (A.O.) PND (T.C.)

Dócil; carinhoso. “[...] era um jumento possante, bem-disposto e corredor, mimoso reprodutor, bem adestrado e constante [...]”.

POSSANTE adj.

PDSE (A.O.; T.C.)

Diz-se do animal que é forte; robusto. “[...] era um jumento possante, bem-disposto e corredor, mimoso reprodutor, bem adestrado e constante [...]”.

REPRODUTOR adj.

PDSE (A.O.) PND (T.C.)

Diz-se de quem reproduz; reprodutivo. “[...] era um jumento possante, bem-disposto e corredor, mimoso reprodutor, bem adestrado e constante [...]”.

TROTEIRO adj.

PDSE (A.O.) PND (T.C.)

Diz-se do animal que trota na andadura. “[...] esquipador e troteiro, tão novo, foi tão ligeiro, pela morte arrebatado [...]”. VAR. *Trotador; trotão; troteador*.

VALENTE adj.

PDSE (A.O.) PND (T.C.)

Diz-se de quem tem valentia; corajoso. “[...] era valente e maneiro, valia tanto dinheiro que por ninguém foi comprado [...]”.

XAPURI s.m

PND (A.O.; T.C.)

Jumento do Cabo Lúcio. “[...] Xapuri foi enterrado debaixo do cajueiro”.

Considerações finais

A obra ora analisada, de natureza poética, revela nas suas seis estrofes improvisadas pelo autor uma pequena amostra do acervo vocabular empregado na região Nordeste do Brasil.

Neste sentido, os itens lexicais apontados no presente glossário mostram uma linguagem rica marcada, sobretudo, por adjetivos de naturezas regional e popular que dão qualidade ao substantivo *jumento*, dentre eles: *campeiro*, *corredor*, *esquipador*, *galopador (galopeiro)*, *ligeiro*, *lustroso*, *maneiro*, *mimoso*, *possante*, *troteiro (trotador, trotão e troteador)* e *valente*.

Por fim, as canções de viola configuram-se como importantes ferramentas para os estudos linguísticos, tendo em vista que tais obras poéticas são possuidoras de uma riqueza linguística regional/popular inesgotável.

Referências

- ALENCAR, José Mauro. *Fiz do choro das cordas da viola o maior ganha-pão da minha vida: Zé Vicente da Paraíba*. Recife: Coqueiro, 2009.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. *Falares nordestinos: aspectos socioculturais*. Acta Semiótica et Linguística, v. 18, 2013.
- AULETE, Caldas. *Dicionário Aulete Digital*. Lexikon Editora Digital. Base de Dados. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=o_que_e>. Acesso em: 22. abr. 2016.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (org). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2ª Ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.
- BORBA, Francisco da Silva. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: UNESP, 2003.
- CABRAL, Tomé. *Novo Dicionário de Termos e Expressões Populares*. Fortaleza: UFC, 1982.
- COSERIU, Eugênio. *Fundamentos e Tarefas da Sócio e Etnolinguística*. In: Sociedade, Língua e Cultura. João Pessoa: Shorin, UFPB, 1987.
- FAULSTICH, Enilde. Para gostar de ler um dicionário. In: RAMOS, Conceição de Maria de Araújo; BEZERRA, José de Ribamar Mendes; ROCHA, Maria de Fátima Sopas (org.). *Pelos caminhos da Dialetoologia e da Sociolinguística: entrelaçando saberes e vidas – homenagem a Socorro Aragão*. São Luís: EDUFMA, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI Escolar*: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

MARQUES, Maria Helena Duarte. *Iniciação à Semântica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

TAMBA-MECZ, Irene. *A semântica*. São Paulo: Parábola, 2006.

A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NAS LOCALIDADES: CRATO, JUAZEIRO DO NORTE E BARBALHA¹

MARIA VANDERLÚCIA SOUSA TABOSA (UFC)

Introdução

A partir da década de 60, em meio aos estudos *estruturalista* ou *gerativista* surge nos Estados Unidos a Teoria da Variação e Mudança ou Sociolinguística Quantitativa, que tem como arcabouço as pesquisas de William Labov, seu principal mentor. De acordo com seus estudos Labov percebeu que a língua não deve ser analisada como uma estrutura autônoma, independente dos contextos reais de produção, e acrescenta ao estudo da língua uma relação com o contexto social.

No Brasil, a partir da década de 1970, vários trabalhos sobre a variedade linguística do português brasileiro, a luz da Teoria da Variação, vêm sendo produzidos com o objetivo de sistematizar a heterogeneidade da língua falada - o *vernáculo*. Acerca do fenômeno em estudo - concordância nominal de número no português brasileiro - as primeiras pesquisas foram feitas por Braga e Scherre (1976). Em seguida, Braga (1977), Scherre (1978, 1988), Ponte (1979), Guy (1981), Carvalho (1997), Lopes (2001), Andrade (2003), Santos (2010), Martins (2013), Meira (2015), citando apenas alguns.

Intitulado *A variação na concordância nominal de número nas localidades Juazeiro, Crato e Barbalha*, doravante CRAJUBAR, nosso trabalho fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação Linguística e Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), que concebe a língua heterogênea, dinâmica e

1. Neste estudo apresentamos parte dos resultados discutidos em nossa Dissertação de mestrado intitulada *A variação na concordância nominal de número no falar do Cariri cearense* pela Universidade Federal do Ceará – (UFC).

passível de mudanças decorrentes não só por fatores linguísticos, mas também por fatores extralinguísticos e tem por objetivo principal analisar e sistematizar variantes linguísticas usadas por uma mesma comunidade de fala.

Considerando que a heterogeneidade da língua se manifesta de forma ordenada e não livre, este estudo tem por objetivo: a) investigar a atuação dos grupos de fatores linguísticos: *posição e classe gramatical em relação ao núcleo; posição nuclear; classe gramatical do sintagma nominal e processos morfofonológicos de formação de plural e marcas precedentes de plural* no âmbito do sintagma nominal condicionam o uso de concordância nominal no falar do CRAJUBAR; b) analisar o efeito das variáveis *sexo, faixa etária e anos de escolaridade* sobre o fenômeno em estudo. O material linguístico analisado foi extraído do banco de dados do PROFALA². Os dados foram extraídos das entrevistas realizadas com os informantes presentes no *corpus O Português falado no Ceará*. O qual se encontra composto por entrevistas com 190 falantes – homens e mulheres – distribuídos em três faixas etárias, uma distribuição geográfica em zona rural e zona urbana e cinco níveis de escolarizaçãoda Região do Cariri cearense³.

No tocante ao termo Crajubar, segundo Queiroz (2010), a construção do vocábulo é fruto de uma suposta articulação entre as vizinhas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Essas três cidades, situadas no extremo sul do estado do Ceará, mantêm vínculos estreitos tanto em termos de proximidade territorial quanto de complementaridade socioeconômica e mesmo cultural no Cariri cearense.

O aglomerado Crajubar – também reconhecido como sendo de caráter urbano-regional – reconhecido tanto pelas esferas técnicas de governo, quanto pelos pesquisadores brasileiros como tal, ganhou, recentemente, o *status* metropolitano.

Nossa estratificação apresenta-se da seguinte forma: 24 informantes distribuídos nos seguintes grupos:

2. O Projeto Variação e Processamento da Fala e do Discurso: Análises e Aplicações – PROFALA – coordenado pelas Professoras Maria Elias Soares e Maria do Socorro Aragão, ora em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Teleinformática, também da UFC.

3. A Região Metropolitana do Cariri cearense possui nove municípios, 5 460 km²; de acordo com o IBGE 2013, a população da Região é de 586.010 habitantes e tem como área de influência a região dadivisa entre o Ceará e os Estados de Pernambuco, Paraíba e Piauí.

Quadro 2 – Estratificação social dos informantes do CRAJUBAR

Faixa Etária	15 – 25		26 – 49		+50	
Sexo/Gênero	H	M	H	M	H	M
1 a 8 anos de escolarização	2	2	2	2	2	2
9 a 11 anos de escolarização	2	2	2	2	2	2
24 Informantes						

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Os 3257 dados coletados, com a solução dos nocautes e sob uma análise *atomística*, foram submetidos ao programa GOLDVARB X, uma versão para ambiente Windows do pacote programa VarbRul – do inglês *Variable Rules Analysis* – e constitui-se de “um conjunto de programas computacionais análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variações sociolinguísticas” (GUY; ZILLES, 2007, p.105). Esse programa fornecerá resultados, em termos de frequência e probabilidade, dos grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam ou não o uso do fenômeno em estudo.

Organizamos nosso artigo em quatro partes. Na primeira parte, introdução; na segunda parte elucidaremos acerca dos postulados labovianos, que subsidiarão nossa análise e sobre o fenômeno da *concordância nominal de número no português brasileiro*; na terceira apresentamos à análise e a discussão dos resultados das variáveis linguísticas e extralinguísticas. Por fim, apresentamos as considerações finais.

Fundamentação teórica

A Teoria da Variação

A Teoria da Variação e Mudança ou Sociolinguística Quantitativa surgiu em 1960 e foi desenvolvida por William Labov e seus colaboradores Uriel Weinreich, e Marvin Herzog, seu objeto de estudo é a língua falada – o *vernáculo*. De acordo com Tarallo (2007, p. 19), a língua falada a que nos referimos é o veículo linguístico de

comunicação usado em situações naturais de interação social, do tipo comunicação face a face. O *vernáculo* constitui, portanto, o material básico para a análise sociolinguística.

Tomando por princípio a concepção de língua como fenômeno caracterizado pela heterogeneidade ordenada, Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 36) (doravante WHL) asseguram que o domínio de um falante nativo (*nativelikecommand*) de estruturas heterogêneas não tem relação com multidialetalismo nem com o “mero” desempenho, mas é parte da competência linguística monolíngue. Afirmam ainda que numa língua, utilizada em uma comunidade real, a ausência de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional. Essa afirmativa só reitera a concepção de língua da Teoria Laboviana: heterogênea, dinâmica, relacionada com a sociedade e passível de mudanças decorrentes não só de fatores internos – inerentes à língua, linguísticos – mas também por motivações extralinguísticas.

Labov introduz no modelo de heterogeneidade ordenada o conceito de variável linguística. Visto que, em toda comunidade de fala, são frequentes as formas linguísticas em variação. Essas formas em variação – define Labov (1978), são dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas e que possuem o mesmo valor de verdade, pois constituem variantes linguísticas de uma mesma variável⁴. Quanto às variáveis, podem ser: variáveis linguísticas dependentes e independentes. Em nosso estudo, temos por variável dependente *a presença da marca explícita de plural /s/ e a ausência de marca explícita de plural*. No tocante ao conceito de *comunidade de fala*, de acordo com Monteiro (2000), uma das questões mais complexas na teoria laboviana refere-se ao conceito de *comunidade*, visto que não é fácil estabelecer os seus limites geográficos ou sociais. Guy (2000) acrescenta três características à definição de *comunidade de fala apresentada por Labov*. **i) características linguísticas compartilhadas**, isto é, palavras, sons ou construções gramaticais que são usadas na comunidade, mas não o são fora dela; **ii) densidade de comunicação interna relativamente alta**, isto é, as pessoas normalmente falam com mais

4. “Though formal linguistics recognizes the existence of expressive and affective information, these are in practice subordinated to what Bühler (1934) called “representational meaning” or what I will call “states of affairs.” To be more precise, I would like to say that two utterances that refer to the same state of affairs have the same truth-value, ...”

frequência com outras que estão dentro do grupo do que com aquelas que estão fora dele; **iii) normas compartilhadas**, isto é, atitudes em comum sobre o uso da língua, normas em comum sobre a direção da variação estilística, avaliações sociais em comum sobre variáveis linguísticas.

A concordância nominal de número no português do Brasil segundo a GT e sob a concepção variacionista

Vários estudos produzidos comprovam que a *concordância nominal de número* é um fenômeno variável no português do Brasil e suas variantes apresentam-se principalmente na fala.

Vejam os que diz Bechara (2009, p. 543) sobre concordância nominal: “é a que se verifica em gênero e número entre o adjetivo e o pronome (adjetivo), o artigo, o numeral ou o particípio (palavras determinantes) e o substantivo ou pronome (palavras determinadas) a que se referem”. Essas são normas de concordância nominal de número encontradas, geralmente, na GT como prescrição dos usos “corretos” de concordância nominal. No entanto, existem outras variantes equivalentes presentes durante os diferentes processos de interação entre os falantes e, não as considerar é não contar com as forças internas e externas que motivam ou restringem o falante a dizer de forma diferente a mesma mensagem.

Sobre a variável em estudo, Tarallo (2007) afirma que a marcação de plural encontra-se em estado de variação apresentando duas variantes linguísticas correspondentes: (1) é a presença do segmento fônico /s/; e (2) é a ausência desse segmento, ou seja, a **forma** “zero”. O plural, no português, é marcado redundantemente ao longo do sintagma nominal: no determinante, no nome-núcleo e nos modificadores adjetivos.

Acerca da temática *variação na concordância de número no português do Brasil*, diversos estudos já foram concluídos, sendo Scherre (1978; 1988) uma das pioneiras.

Análises dos dados

Apresentaremos a seguir os dados obtidos após a retirada de quatro nocautes⁵ surgidos inicialmente. Esclarecemos que apresentaremos somente os resultados dos fatores selecionados pelo programa, visto que foram excluídos: classe gramatical, tonicidade dos itens lexicais e anos de escolaridade.

A Variação na concordância nominal de número na região CRAJUBAR

Posição linear

Na **tabela 1** apresentamos os resultados da variável *posição linear do elemento no SN*. A variável *posição linear do elemento no SN*. A variável foi selecionada em quinto lugar pelo programa estatístico

Tabela 1 – Frequência e peso relativo da “presença de marcas explícitas de plural nos constituintes do SN” segundo a variável *posição linear* do elemento no SN

Posição	Aplic./Total	Frequência da variante explícita de plural	Peso relativo
Primeira posição	1335/1359	98,2%	0,81
Segunda posição	985/1612	61,1%	0,28
Terceira posição	159/262	60,7%	0,16
Quarta posição	11/18	61,1%	0,43
Quinta posição	4/6	66,7%	0,10
Total	2494/3257	76,6 %	

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

5. “Um nocaute, na terminologia de análise do Varbrul, é um fator que, num dado momento de análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente. Por exemplo, num apagamento de -s final se houvesse determinado contexto seguinte com 100% de apagamento, ou 0% de apagamento, tal contexto contaria como nocaute.” (GUY; ZILLES, 2007, p.105).

Na tabela 1 constatamos a presença de marcas explícitas de plural em 76,6% dos falantes do CRAJUBAR. No tocante à primeira posição do SN – “...**os** nossos governantes...” (ARSS-20) podemos ratificar que os constituintes nessa posição apresentam consideravelmente marcas explícitas de plural. Os resultados representados na **tabela 1** apresentam uma porcentagem de 98,2% de marcas na primeira posição. Esse resultado é compartilhado com os inúmeros trabalhos já concluídos nessa linha, visto que, segundo Scherre (1988, p. 143), a primeira posição do SN é a mais marcada, num índice probabilístico nunca inferior a 0.70, e as demais posições evidenciam um índice baixo de marcas. Constatamos também que os valores dos pesos relativos corroboram com os dados apresentados na frequência, ratificando a primeira posição como a mais favorável ao uso de marcas de plural pelos falantes do CRAJUBAR, com peso relativo de (0,81).

Posição da classe gramatical em relação ao núcleo e posição nuclear

Apresentamos os resultados obtidos na variável posição e classe gramatical em *relação ao núcleo* na **tabela 2**, selecionada em primeiro lugar pelo programa como significativa.

Tabela 2 – Frequência e peso relativo da “presença de marcas explícitas de plural nos constituintes do SN” segundo a variável *posição e classe gramatical em relação ao núcleo*.

Fatores	Aplic./Total	Frequência da variante explícita	Peso relativo
Primeira posição anteposta ao núcleo	1276/1300	98,2%	0,70
Segunda posição anteposta ao núcleo	119/134	88,8%	0,71
Terceira posição anteposta ao núcleo	8/11	72,7%	0,85
Núcleo na primeira posição	57/60	95%	0,45

Fatores	Aplic./Total	Frequência da variante explícita	Peso relativo
Núcleo na segunda posição	837/1431	58,5%	0,40
Núcleo na terceira posição	128/193	66,3%	0,55
Núcleo na quarta posição	6/11	54,5%	0,35
Primeira posição posposta ao núcleo	53/104	51,%	0,30
Segunda posição posposta ao núcleo	10/13	77%	0,82
Total	2494/3257	76,6%	

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Podemos inferir dos resultados expostos na **tabela 2**, que todos os elementos antepostos ao núcleo mostraram-se favoráveis ao uso de marcação de plural com peso relativo de (0,70) para *primeira posição anteposta ao núcleo* "... cum **as** orientação dela..." (MGT – 166) e *segunda posição anteposta ao núcleo* "...os **meus** tio' moram...",

Os resultados a respeito da *variável posição e classe gramatical em relação ao núcleo* corroboram com as pesquisas realizadas no Brasil, no sentido que os constituintes antepostos ao núcleo favorecem a presença de marcas explícitas de plural no sintagma nominal.

Marcas precedentes

A variável *marcas precedentes* foi a terceira variável escolhida pelo programa estatístico. Os resultados apresentados na **tabela 3** mostram que a presença de marcas explícitas de plural do fator *presença de duas ou mais marcas formais de plural precedendo o elemento sob análise* é bastante significativa "...**todos os** documentos novamente..." (ALA – 98) com peso relativo (0,66) resultados que também encontramos em Scherre (1988) com peso relativo (0,60); Lopes (2001) – (0,63); Carvalho (1987) –

(0,67). Constatamos que a presença de duas ou mais formais de plural precedendo o elemento sob análise contribui para o favorecimento de marcas. Outro fator que segue essa motivação é *presença de marcas formais na 1ª posição* "...assiste **todos** os dias'mais..." (APSN – 19) com peso relativo –(0,52). mostrando-se semelhante ao resultado de Martins (2013) –(0,53)

Quanto aos numerais, o valor semântico de plural imbricado nos numerais os tornam constituintes motivadores à presença de marcas explícitas de plural.

Já em misturas de marcas com zero precedendo o elemento sob análise, o peso relativo mostra-se muito baixo. Constatando que a *presença de marcas explícitas de plural antecedendo o constituinte sob análise leva a presença de marca, enquanto a ausência de marca antecedendo o constituinte leva a ausência de marca.*

Tabela 3 – Frequência e peso relativo da “presença de marcas explícita de plural” segundo a variável *marcas precedentes*

Fatores	Posição de análise	Aplic./ Total	Frequência da variante explícita	Peso relativo
Presença de duas ou mais marcas explicitas de plural precedendo o elemento sob análise.	Terceira, Quarta	114/155	73,5 %	0,66
Presença de marcas explícitas na 1ª posição.	Segunda	813/1281	63,5%	0,52
Mistura de marcas com marca precedendo o elemento sob análise.	Terceira, Quarta	34/49	69,4%	0,50
Numeral não terminado em -s.	Segunda	122/200	61%	0,55
Numeral terminado em -s	Segunda	84/189	44,4%	0,41
Misturas de marcas com zero precedendo o elemento sob análise.	Terceira Quarta	1/33	3%	0.02
Total		1168/1907	61,2%	

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Processos morfofonológicos de formação de plural.

Considerado pelo programa estatístico como o quarto grupo de fatores na ordem de significância, apresentamos na **tabela 4** os resultados da variável *processos morfofonológicos de formação de plural*.

Os constituintes presentes no fator *plural com alteração silábica nos itens terminados em l, podendo haver ou não inserção de -s* "...que as famílias **tradicionais** praticamente..." se mostram como os maiores favorecedores da concordância nominal de plural, destacaram-se com peso relativo significativo (0,84) índice encontrado por Carvalho (1997) – (0,84).

Tabela 4 – Frequência e peso relativo da "presença de marcas explícitas de plural segundo a variável *processos morfofonológicos de formação de plural*.

Fatores	Aplic./Total	Frequência da variante explícita	Peso relativo
1) Plural com alteração silábica nos itens terminados em -l, podendo haver ou não inserção de -s	51/62	82,3%	0,83
2) Plural nos itens terminados em -r, com inserção de -e ou -es	51/66	77,3%	0,70
3) Plural nos itens terminados em -ão, que, ao realizarem plural, sofrem alteração silábica quando da inserção do -s (ou apenas alterações silábicas)	35/56	62,5%	0,56
4) Plural regular dos itens terminados em vogal ou vogal + nasal com inserção de -s sem alteração morfofonêmica	2341/3018	77,6%	0,50
5) Plural dos itens terminados em -s, com inserção de -es.	16/49	32,7%	0,31
Total	2494/3257	76,6%	

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Os constituintes com *plural duplo com alternância vocálica*, podendo haver ou não inserção de **-s** "... conheci **novos** colegas..." consideramos como itens mais atuantes na aplicação da regra de marcação de plural, visto que todos foram marcados, por conseguinte apresentou nocaute.

Os itens identificados com os maiores pesos relativos já apresentados na **tabela 5** confirmam o princípio da *saliência fônica* de que há uma relação entre os constituintes mais salientes e a presença de marcas explícitas de plural nos sintagmas nominais dos falantes do CRAJUBAR.

Quanto às variáveis sociais, devemos ressaltar que das três expostas ao programa estatístico foram selecionadas duas: *sexo e faixa etária*. Apresentamos, na **tabela 6**, os valores encontrados sobre a variável *sexo*.

Sexo

Tabela 6 – Frequência e probabilidade da “presença de marcas explícitas de plural” segundo a variável *sexo*.

Fatores	Aplic./Total	Frequência da variante explícita	Peso relativo
Feminino	1208/1551	80%	0,53
Masculino	1286/1706	75%	0,47
Total	2494/3257	77%	

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

No tocante à variável *sexo*, selecionada em sexto lugar pelo programa estatístico, o que podemos perceber é que as mulheres apresentam peso relativo (0,53), e os homens com peso relativo (0,47) mostrando-se menos favoráveis à marcação de plural, abaixo do ponto de significância.

Faixa etária

Na **tabela 7**, demonstramos os resultados acerca da variável *faixa etária* que foi a segunda variável selecionada pelo programa estatístico.

Tabela 7 – Frequência e probabilidade da “presença de marcas explícitas de plural” segundo a variável *faixa etária*

Fatores	Aplic./Total	Frequência da variante explícita	Peso relativo
15 a 25 anos	755/848	89%	0,72
26 a 49 anos	920/1314	70%	0,40
50 em diante	819/1095	75%	0,45
Total	2494/3257	76,6%	

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Pelos resultados representados na **tabela 7** podemos constatar que os jovens de 15 a 25 anos apresentam-se como os mais favoráveis ao uso da presença de *marcas explícitas de plural na concordância de número* na região do CRAJUBAR, com peso relativo (0,72); os adultos, 26 a 49 anos, apresentando-se desfavoráveis ao uso com peso relativo (0,40); em seguida, há um acréscimo aos resultados com os informantes de 50 anos em diante, apresentando peso relativo (0,50). Acerca dos dados, os jovens garantem o uso das *marcas explícitas de plural*, em seguida acontece uma queda nos índices e os mais idosos elevam esses dados, evidenciando o *padrão curvilíneo*, constituindo assim uma variação estável na região CRAJUBAR do fenômeno *concordância nominal de número entre os constituintes do SN*.

Considerações finais

Nesta pesquisa buscamos analisar a variável *concordância nominal de número entre os constituintes flexionáveis do sintagma nominal* (SN) sob o arcabouço da Teoria da Variação e Mudança desenvolvida por Labov e seus colaboradores.

Acerca dos resultados encontrados na região do CRAJUBAR, os municípios Crato, Juazeiro e Barbalha do Cariri cearense não destoam muito das outras cidades do Brasil, em que a concordância de número foi investigada. Ressaltamos também que o fenômeno em estudo se mostra em variação, motivada não só por fatores morfossintáticos, mas ,principalmente, por fatores sociais.

Esperamos que o nosso trabalho *concordância nominal de número na região do CRAJUBAR* à luz da Teoria da Variação e Mudança venha a contribuir, de alguma maneira, para compreendermos quais contextos linguísticos e extralinguísticos são favoráveis ao uso da variante *concordância nominal de número na região do Cariri cearense*. Por conseguinte, esperamos contribuir com os estudos sociolinguísticos do português brasileiro.

Referências

- ANDRADE, Leila Minatti. *Rupturas e contínuos de concordância nominal de número em textos orais de informantes de Tubarão (SC) e São Borja (RS)*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2003.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001, p. 543-547.
- BRAGA, Maria Luiza; SCHERRE, Maria Marta Pereira. A concordância de número no SN na área urbana do Rio de Janeiro. In: *Encontro Nacional de Linguística, Anais...* Rio de Janeiro: PUC, 1976.
- BRAGA, Maria Luiza. *A concordância de número no sintagma nominal no triângulo mineiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 1977.
- CARVALHO, Hebe Macedo de. *Concordância Nominal: uma análise variacionista*. Dissertação (Mestrado em Letras). João Pessoa: UFPB, 1997. 85
- GUY, Gregory. *A Identidade lingüística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões de variação lingüística*. *Organon, Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, Porto Alegre, v. 28 e 29, 2000, p. 18-21
- GUY, R. Gregory; ZILLES, Ana. *Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: 2007, p. 22.
- LABOV, W. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.
- LOPES, Norma da Silva. *Concordância Nominal, Contexto Linguístico e Sociedade*. 2001. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Bahia, 2001.
- MARTINS, Flávia Santos. *Variação na concordância nominal de número na fala dos habitantes do Alto Solimões (Amazonas)*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

- MEIRA, Gilberto Almeida. *Estudo comparativo entre as normas popular e culta do português de Vitória da Conquista: concordância nominal de número*. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística). UESB, Bahia, 2015.
- MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- PONTE, V. M. L. A. *A concordância nominal de uma comunidade de Porto Alegre*. 1979. Dissertação (Mestrado em Linguística). Rio Grande do Sul: PUC, 1979.
- QUEIROZ, Ivan da Silva. A Ascensão Metropolitana do Aglomerado CRAJUBAR limites e tendências da dinâmica urbana contemporânea no Cariri cearense. In: Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 2014, Salvador. *Anais...* Salvador, 2014, p. 9-11.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. *A regra de concordância de número no sintagma nominal de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Rio de Janeiro: PUC, 1978, p. 66. 88
- _____. *Reanálise da concordância nominal em português*. 1988. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1988.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- WEINREICH, U; LABOV, W; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 36-126.

ASPECTOS SEMÂNTICO-LEXICAIS NO CONTO 'UMBILINA E SUA GRANDE RIVAL' DE CÍCERO BELMAR

EDMILSON JOSÉ DE SÁ (AESA-CESA)

Introdução

Estudos voltados para variação lexical têm sido cada vez recorrentes para os pesquisadores interessados em descrição linguística. Contudo, além de se respaldar na Sociolinguística ou na Dialectologia, é possível analisar o léxico sob os auspícios da Lexicografia, responsável por catalogar as designações e explicá-las a partir de glossários específicos e da Semântica, quando se verifica a relação de múltiplos sentidos que a língua possibilita nas suas criações lexicais.

Neste trabalho, pretende-se analisar o léxico literário, usando, para esse fim, um corpus construído de itens lexicais encontrados num conto popular pernambucano intitulado *Umbilina e sua grande rival*, de autoria de Cícero Belmar, tomando como parâmetro teórico as perspectivas encontradas em Biderman (2001), Greimas & Courtés (1981) e Pottier (1987) e, quando necessário, outras perspectivas da macro e da microlinguística.

Já que “qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades” (BIDERMAN, 2001a, p. 139), a análise aqui proposta pretende compreender os traços culturais relacionados ao *modus vivendi* do povo pernambucano, bastante registrado na literatura de cordel, cuja homenagem do autor do conto é levada justamente à sua personagem principal.

Léxico e semântica: alguns pressupostos conceituais

A partir da referência de Barbosa (1993, p. 158), que vê a língua, a sociedade e a cultura como “termos indissociáveis, já que interagem continuamente e constituem, na verdade, um único processo complexo”, entende-se como contextos socioculturais podem ser responsáveis pela heterogeneidade linguística, muitas vezes difícil de ser entendida.

Além disso, questões ideológicas, valores éticos, morais e culturais podem se manifestar na fala espontânea através do léxico presente na memória do falante. Assim, para Dubois et al (2007), o léxico na linguística designa:

[...]o conjunto das unidades que formam a língua de uma comunidade, de uma atividade humana, de um locutor, e de tantos sujeitos partícipes. Por essa razão, o léxico entra em diversos sistemas de oposição, conforme o modo pelo qual é considerado o conceito.

Essas questões, então, quase sempre deixam transparecer as tradições de que cada comunidade participa, o que se justifica pelas intensas relações étnicas existentes há muito tempo.

Biderman (2001) defende que dentre os níveis da língua, o léxico é um dos mais afetados por influências externas, tendo em vista que, como o tesouro vocabular de uma língua, ele perpetua a herança cultural de uma sociedade por meio dos signos verbais, sintetizando aspectos da vida, dos valores e das crenças de uma comunidade social.

Ao usar o léxico, o falante permite expressar suas ideias, as de sua geração, as da comunidade a que pertence, enfim usa a língua como retrato de seu tempo, atuando, inclusive como agente modificador e imprimindo marcas geradas pelas novas situações com que se depara. Assim, concorda-se com Camara Jr.(1985) quando ele afirma que a língua é, pois, um instrumento distinto da manifestação da cultura de um povo, enquanto conjunto das invenções humanas.

Nada obstante, é através da interação humana que surgem as relações sociais, como ponto de partida para reunir e integrar pessoas e grupos. São, portanto, em

situações comuns do dia-a-dia que se formam as interconexões responsáveis pela aproximação de práticas comunicativas e a concepção social da realidade.

Um dos problemas encontrados pelos estudiosos do sentido e da significação é a definição do que venha a ser semântica e uma das noções que tem se registrado cabe a Lyons (1991), que a conceitua como o estudo do sentido. O autor leva em conta, em seus estudos, a semântica puramente linguística das significações, como também preconizam Greimas & Courtés (1981).

Já que a semântica é ciência das significações linguísticas segundo Bréal (1992) e se baseia no uso pragmático da língua, responsável por presidir a transformação do sentido, à escolha das expressões novas, ao aparecimento e à morte das locuções, ela serve, como diria Pottier (1987) de modelo para o estudo de outros sistemas linguísticos, sendo, pois, válida para todas as línguas naturais, embora cada língua particular tenha suas regras e suas realizações próprias.

Cícero Belmar: o autor e a produção literária

Cícero Belmar é jornalista e escritor, autor de romances, contos, biografias e peças de teatro. Natural de Bodocó (Pernambuco), nasceu a 20 de janeiro de 1963 e ganhou duas vezes o Prêmio Literário Lucilo Varejão, da Fundação de Cultura da Prefeitura do Recife, nos anos de 2000 a 2005, pelos romances “Umbilina e sua grande rival” e “Rossellini amou a pensão de Dona Bombom”. Esse último também recebeu o Prêmio de Ficção da Academia Pernambucana de Letras em 2005.

Além desses dois romances, ele tem também um livro de contos, “Tudo na Primeira Pessoa” e duas biografias: “Pola” e “O homem que arrastou rochedos”.

Para o teatro escreveu A floresta encantada, Coração de mel, Meu reino por um drama e A flor e o sol. Essa última foi premiada pela Associação dos Produtores de Artes Cênicas de Pernambuco (APACEPE). É autor do livro de contos ‘Tudo na primeira pessoa’, da biografia de Fernando Figueira, ‘O homem que arrastou rochedos’ e ‘Aqueles livros não me iludem mais’, que mistura os gêneros conto e novela, ganhador do prêmio da Academia Pernambucana de Letras (APL), na categoria ficção, em 2013.

Além de escritor, Cícero Belmar tem uma larga experiência como jornalista, já tendo recebido duas vezes o prêmio Cristina Tavares de Reportagem. Ele trabalhou em redações de vários jornais e televisões em Pernambuco.

Falando do conto 'Umbilina e sua grande rival', a personagem principal na visão de Belmar (2009) se constitui de uma mulher forte, magra, determinada, uma típica sertaneja. A grande rival, como o título dá pistas, é a Morte, não o fenômeno. Contudo, a própria morte ganha *status* de personagem, por isso O desejo de imortalizar o filho através dos versos do cordel faz Umbilina negociar com a rival.

Em seu conto, o autor apresenta um texto de realismo, que homenageia a cultura popular e a literatura de cordel, o que lhe possibilitou conquistar, pela primeira vez, a obra conquistou o Prêmio Lucilo Varejão do Conselho Municipal de Cultura da Prefeitura do Recife e, na segunda edição, a capa apresenta xilogravuras de J. Borges, conforme a figura 1 e conta ainda com a apresentação de Raimundo Carrero.

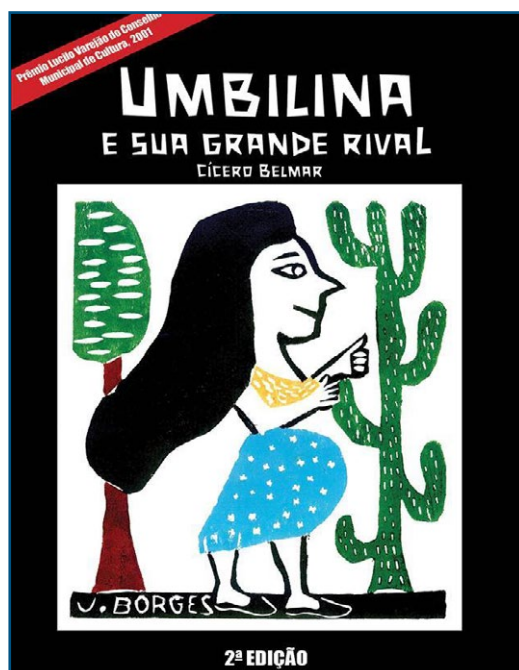


Figura 1: Capa da 2ª edição do livro Umbilina e sua grande rival

Análise léxico-semântica do conto de cíceros belmar

O conto 'Umbilina e sua grande rival' é composto de 258 páginas, dentro das quais estão contidos 31 capítulos. Para a realização do estudo semântico-lexical, serão utilizados 53 itens lexicais registrados no conto que serão analisados a partir de Pottier (1987) e Greimas & Courtés (1981), não eximindo o uso de perspectivas teóricas associadas à fonética, à linguística histórica a exemplo de Cagliari (1997), Cristóvão-Silva (2001), Souza & Santos (2004) e Coutinho (1979), bem como de consultas lexicográficas, quando necessário.

Significados distintos em signos já existentes – visão conotativa

- Feder (em pouco tempo) → Escapou *fedendo*, como é próprio no dizer da gente daquele lado do mundo. (p. 14)
- Escangatar (sumir) → Ela foi indo, foi indo, *escangatou*. (p. 53)
- Bexiguento (chato, inoportuno) □ Eu não suporto mais esse *bexiguento*! (p. 157)
- Garruncho (sapo cururu) → É um sapo tei tei... desses *garrunchos* que nem podem direito com o corpo (p. 126)
- Qui-qui-qui (fofoca) → Esses romeiros têm um *qui-qui-qui* danado com a Florzinha. (p. 168)

Significados distintos por atualização do sema virtual

- Arisia (bobagem) → ...não pode ficar a tarde inteira conversando *arisia*, aqui, comigo. (p. 20).
- Nesse item, recorre-se à fonética para explicar que se trata de um item com abaixamento da vogal pretônica inicial e alteamento da vogal pretônica em posição pretônica mediana de heresia – [ere'ziɐ]
- Espiritar (inquieta) → Quando o bicho se *espiritava*, era um descontra-mantelo da desimbestação dentro do bucho dela. (p. 52)
- Nesse item, há um síncope vocálica da lexia 'espiritir'.
- Inteira (honestidade) → Aquela mulher era diferente da que se interessava por ele com tanta *inteira*. (p. 239)

Inserção ou eliminação de gramemas e morfemas

- Estralar → Dava uma dor que os olhos pareciam que iam *estralar*. (p. 52)
- Treita → Eu nunca tava mesmo com *treita*. (p. 56)
- Engorfar → Vocês, meninos, não vão *engorfar* na cachaça, que nem seu pai. (p. 212)
- Amoquecar → Vivia se *amoquecando* perto de mim...(p. 212)
- Azunhar → *Azunhou*, puxou os cabelos e mordeu.(p. 125)
- Malinar → Quem mandou eu *malinar* no que tá quieto. (p. 81)

Rotacismos

- Engorfar → Vocês, meninos, não vão *engorfar* na cachaça, que nem seu pai. (p. 212)
- Farsejar → Ela nunca *farsejou* o luto (p. 52)

Variantes fonéticas

- Gulora (glória) → *Gulora* ao Pai, ao Filho, ao Espírito Santo. Amém. (p. 21)
- Ventrusidade (ventosidade) → Foi quando começou a *ventrusidade* (p. 52)
- Repunança (repugnância) → Vem chegando a *repunança* na natureza.(p. 213)
- Sintina (sentina) → Dava nem tempo de sair de dentro de casa pra ir no mato ou na *sintina* (p. 53)

Lexias compostas ou complexas com significados distintos de cada um de seus elementos constitutivos

- Malassombrada → Que conversa é essa *malassombrada*, minha mãe? (p. 137)
- Cão nos couros → Disse que o homem tava com o *cão nos couros*. (p. 188)
- Estado interessante → Umbilina estava em *estado interessante* por aqueles tempos. (p. 124)
- Bota sentido → A senhora tá *botando sentido* em mim? (p. 115)

Formação de lexias simples derivadas de morfemas aglutinados ou de lexias compostas

- Umendo → *Umendo* eu fico livre de estar me condenando toda noite, com você, na cama.
- (p. 43)
- Indagorinha → *Indagorinha* era um calor dos seiscentos.. (p. 69)
- Malassombrada → Que conversa é essa *malassombrada*, minha mãe? (p. 137)

Regionalismos e/ou neologismos

- Intiriço → Ela gritava bramuras com aquela dor *inteiriço* (p. 52)
- Gastura → Ela começou com uma *gastura* no bucho.(p. 52)
- Severoso → Anda montado num cavalo, sujeito *severoso*. (p. 57)
- Fubana → Quando ela chega na casa da *fubana*, fica sabendo que ela foi pros quintos dos infernos (p. 58)
- De-comer → Vou preparar um *de-comer*. (p. 114)
- Modernagem → Aqui não se conhece *modernagem*.(p. 117)
- Pabulagem → Não sou de contar *pabulagem*, mas sou poderosa. (p. 117)
- Escruvitiar → ...o sapo começou a *escruvitiar* na minha barriga. (p. 118)

- Incocurin → Você também sente a dor *incocurin*, a infeliz dor de mulheres, todo mês? (p. 120)
- Labacé → Foi o maior *labacé* (p. 125)
- Abufelar → As duas se abufelaram... (p. 125)
- Surucabanada → Outra *surucabanada* da marca de Fonfita entrou na briga. (p. 125)
- Precundia → E uma *precundia* sem fim no meu juízo! (p. 125)
- Canifo → Estava todo dia mais magra, um *canifo* de gente (p. 127)
- Embeijamento → Agora você pode continuar com o seu *embeijamento* pela Menina Santinha.(p. 136)
- Bexiguento → Eu não suporto mais esse *bexiguento*! (p. 157)
- Quintos → Quando menos se espera, aparece gente dos *quintos*. (p. 188)
- Mangofa → Sei de muitas histórias de gente que fez *mangofa* de Florzinha. (p. 188)
- Nego → O *nego* voltou pra casa com mais de mil. (p. 188)
- Acoloiar → O senhor se *acoloiou* com muita peça ruim. (p. 199)
- Abilolada → Essa era *abilolada* de nascença. (p. 212)
- Impingento → Venâncio era *impingento*, chorão...(p. 212)
- Repunança → Vem chegando a *repunança* na natureza. (p. 213)
- Baticum → Esse *baticum* no coração. (p. 213)
- Xumbregar → Depois ele começou a *xumbregar* com a Fonfita... (p. 216)
- Magote → Eu já açoitei um *magote* de cantador. (p. 222)
- Calafriado → Passei, em momento, *calafriado*, para o lado misterioso dessa senhorinha... (p. 238)
- Cantilho → Vou deixar ela aqui num *cantilho* (p. 38)
- Sirieiro → ... Toda vez que conto, fico meio *sirieiro*. (p. 41)
- Recenso → De longe já sentia o *receso* (p. 5)
- Sintina → Dava nem tempo de sair de dentro de casa pra ir no mato ou na *sintina* (p. 53)

Considerações finais

A análise que ora se apresentou nem de longe representa a compreensão do conto 'Umbilina e sua grande rival' em sua totalidade, a julgar, inclusive, por alguns itens descritos que fazem parte de mais de uma dimensão.

Além disso, no complexo mundo da palavra, de que fazem parte as vicissitudes históricas e idiosincrasias permitidas pela língua, o espaço aqui se torna insuficiente para atender aos interesses que subjazem a análise semântico-lexical de um texto literário regionalista da ficção pernambucana.

Nada obstante, é conveniente mencionar que a análise do conto em tela possibilitou uma compreensão mais apurada acerca da influência dos semas virtuais na atualização do sentido, de um novo olhar acerca dos significados diferentes para signos pré-estabelecidos, além da compreensão de mecanismos fonéticos e diacrônicos que influenciaram a criação de itens que outrora eram desconhecidos e a certeza de que a cultura popular continua em atividade através das marcas que se implantaram nas comunidades através do meio mais fácil de o homem expressar suas próprias ideias, as de sua geração e as da comunidade a que pertence: a língua.

Referências

- BARBOSA, M. Aparecida. O léxico e a produção da cultura: elementos semânticos. I Encontro de estudos linguísticos de Assis. *Anais*. Assis; UNESP, 1993.
- BELMAR, Cícero. *Umbilina e sua grande rival*. 2ª edição. Recife: Editora do autor, 2009
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica*. Tradução F. Aída et al. São Paulo: Fontes/Educ, 1992 [1904].
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *Análise fonológica: Introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico*. – parte I, Campinas – SP: Edição do Autor, 1997.
- CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- COUTINHO, I. de L. *Gramática histórica*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- CRISTOFARO-SILVA, Thais . (Org.). *Estudos em fonética e fonologia do português*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2001.

- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*; trad. Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, 2007.
- GREIMAS, A.J. e COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- LYONS, John. *Natural language and universal grammar: Essays in linguistic theory*. Volume I. New York: Cambridge University Press, 1991.
- POTTIER, Bernard. *Théorie et analyse en linguistique*. Paris: Hachette, 1987.
- SOUZA, Paulo Chagas de.; SANTOS, Raquel Santana. Fonologia. In: FIORIN, José Luiz. *Introdução à linguística: princípios de análise*. v. II. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

EXPRESSÕES REGIONAIS POPULARES EM “O QUINZE” DE RACHEL DE QUEIROZ

MARIA DO SOCORRO SILVA DE ARAGÃO (UFC – UFPB)

Gosto de palavras na cara. De frases que doem.
De verdade ditas (benditas!).
Sou prática em determinadas questões: ou você quer ou não.
Rachel de Queiroz

Introdução

A escritora cearense Rachel de Queiroz nasceu em Fortaleza em 17 de novembro de 1910 e faleceu no dia 04 de novembro de 2003, na cidade do Rio de Janeiro. Filha de Daniel de Queiroz, Juiz de Direito e de Clotilde Franklin de Queiroz. No ano de seu nascimento a família muda-se para a fazenda do Junco, em Quixadá – CE.

Em 1913 voltam a morar em Fortaleza, quando seu pai foi nomeado para o cargo de promotor. Nesta função ficou apenas um ano, pedindo demissão e passando a lecionar Geografia no Liceu da cidade. O pai dedica-se à educação de Rachel, ensinando-a a ler, inclusive livros que a autora mais tarde diria não entender nada.

Em julho de 1917 a família passa a morar no Rio de Janeiro, fugindo da famosa seca de 1915. Tal fato foi tema do primeiro livro de Rachel, *O Quinze*. No Rio, a família ficou pouco tempo, mudando-se para Belém do Pará, onde permaneceu por dois anos. Em 1919, Rachel e sua família regressaram ao Ceará, inicialmente para Guaramiranga e, logo após, para Quixadá, onde Rachel foi matriculada no Colégio da Imaculada Conceição, de onde saiu aos 15 anos, em 1925, com o diploma de professora.

Rachel foi romancista, jornalista, cronista, tradutora e dramaturga, sendo uma das mais importantes escritoras da ficção sociocultural nordestina. Seu primeiro romance “O Quinze”, publicado em agosto de 1930, com tiragem de mil exemplares custeada pelos pais, foi o início de uma carreira das mais profícuas nas letras e literatura brasileiras.

No dia 04 de agosto de 1977, Rachel de Queiroz vence o jurista Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda e torna-se a primeira mulher a ser eleita para a Academia Brasileira de Letras, tomando posse no mesmo ano, em 04 de novembro, ocupando a cadeira número 5, fundada por Raimundo Correia, tendo como patrono Bernardo Guimarães e ocupada por Oswaldo Cruz, Aluísio de Castro e Cândido Mota Filho.

Em agosto de 1994, entrou na Academia Cearense de Letras, na ocasião do centenário da Instituição.

As obras publicadas por Rachel foram: **Romances; - Literatura Infanto-Juvenil; Teatro; Crônicas; Antologias;**

Rachel de Queiroz é, assim, uma das mais importantes escritoras cearenses e brasileiras, com uma obra multifacetada que abrange do romance à crônica, ao jornalismo, ao teatro, à literatura infanto-juvenil, além da tradução.

Neste trabalho veremos algumas das expressões regionais/populares na obra “O Quinze”, sob a ótica da dialetologia, da sociolinguística e da etnolinguística.

Léxico, sociedade e cultura

Ao se estudar a língua, os contextos socioculturais em que ela ocorre são elementos básicos, e, muitas vezes, determinantes de suas variações, explicando e justificando fatos que apenas linguisticamente seriam difíceis ou até impossíveis de serem determinados, pois, no dizer de BARBOSA (1981:158): “Língua, sociedade e cultura são indissociáveis, interagem continuamente, constituem, na verdade, um único processo complexo [...]”.

No caso específico do léxico, esta afirmação é ainda mais verdadeira, pois toda a visão de mundo, a ideologia, os sistemas de valores e as práticas socioculturais das comunidades humanas são refletidos em seu léxico.

Ainda segundo BARBOSA (1993:1): “[...] o léxico representa, por certo, o espaço privilegiado desse processo de produção, acumulação, transformação e diferenciação desses sistemas de valores”.

Para se apreender, compreender, descrever e explicar a “visão de mundo” de um grupo sócio-linguístico-cultural, ou de um grupo de especialistas ou profissionais, o objeto de estudo principal são as unidades lexicais e suas relações em contextos.

O linguista francês MATTORÉ ao estudar a sociedade francesa viu a política social, o jornalismo, as artes e os esportes através do que chamou **palavras-chave**, as que exprimem, numa sociedade, uma ideia, um ser, um sentimento que a sociedade reconhece como modelo, e as **palavras-testemunho**, como elementos em função das quais se hierarquiza e se coordena a estrutura da comunidade.

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. Todo ato ou todo objeto ideológico é sempre acompanhado, comentado, analisado, glosado por discurso, na medida em que a ligação que une linguagem e pensamento é uma ligação de unicidade.

O discurso é determinado pelas condições sócio-históricas de sua produção, do mesmo modo que os objetos ou as formações ideológicas são condicionados por pertencerem a um corpo social no momento de sua história.

Para Biderman:

O universo semântico se estrutura em dois polos opostos: o indivíduo e a sociedade. Dessa tensão em movimento se origina o Léxico.¹

O léxico enquanto descrição de uma cultura está no seio mesmo da sociedade, reflete a ideologia dominante, mas, também, as lutas e tendências dessa sociedade.

Assim, como vimos, não se pode estudar a língua sem relacioná-la com a sociedade e a cultura nas quais o falante está inserido.

A linguagem de Rachel de Queiroz

Rachel de Queiroz localiza-se num período de transição entre o Modernismo de 1922 e neorrealismo da década de 1930, iniciado por alguns escritores nordestinos como José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Augusto dos Anjos, que assim, como Rachel, instalaram-se no Rio, onde a movimentação cultural e as facilidades de publicação eram bem maiores do que no nordeste. Surge, nessa época o chamado ciclo do romance nordestino, com a Bagaceira, de José Américo de Almeida, Me-

1. BIDERMAN, M. Tereza. **Teoria linguística**: linguística quantitativa e computacional. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978, p.139.

nino de Engenho, de José Lins e Vidas Secas de Graciliano Ramos, cujas obras têm um caráter político-social, marcados pela denúncia das misérias determinadas pela natureza, com as secas, e pela exploração da população pelos poderes constituídos na região nordestina.

Assim, as narrativas da chamada geração de 30, enfatizavam não só a natureza como o homem, com todas as suas mazelas e sofrimentos.

Estudar e analisar linguisticamente a obra de Rachel de Queiroz é um exercício fascinante, que oferece surpresas a cada nova abordagem que dela se faça.

A obra de Rachel oferece um farto material para o estudo da Dialetologia, ciência linguística que trata das variações regionais, das diferenças entre os falares das diversas regiões do país. As variantes regionais ou diatópicas caracterizam os aspectos regionais da sua linguagem.

É, também, riquíssima para análises do ponto de vista da Sociolinguística, ciência que estuda as relações entre a língua e a sociedade, suas inter-relações e o papel que cada uma exerce sobre a outra, determinando os níveis ou registros de fala, que vão desde o nível mais informal da modalidade falada ao mais formal da modalidade escrita, que é o literário, correlacionando-os com o nível sociocultural de seus usuários. São as variações socioculturais, também chamadas diastráticas, que determinam as diferenças entre a linguagem erudita e a popular, entre outras e também para a Etnolinguística, que estuda as relações entre a língua e a cultura de seus falantes.

A integração das três ciências, a Dialetologia, a Sociolinguística e a Etnolinguística é que nos permite analisar a linguagem da autora vendo-lhe os aspectos regional e popular.

A temática, a estrutura literária e a linguagem de suas obras caracterizam, com rara precisão, o nosso povo, seu falar, costumes, crenças e tradições, seus valores, sua ideologia e seu modo de ser, viver, pensar e agir, dentro do seu universo sócio-linguístico-cultural.

Sua linguagem regional/popular se manifesta, basicamente, no léxico, com um vocabulário de palavras e expressões marcantes dos falares regionais nordestinos.

O romance *o quinze*

A obra *O Quinze*, da escritora cearense Rachel de Queiroz foi um marco na literatura regional brasileira por sua linguagem regional nordestina e por ter, também, uma linguagem popular, ligada às pessoas simples do interior do Ceará.

Sua obra, além de retratar os aspectos socioculturais da região do Nordeste brasileiro, tendo, assim, um caráter eminentemente social e regional, tratou, também, da situação da mulher nos anos 30, em sua luta pelo reconhecimento na sociedade machista da época.

Rachel de Queiroz, falando sobre as condições de produção de seu primeiro romance *O Quinze*, diz:

[...] O Quinze foi escrito em circunstâncias especiais. Eu estava doente, uma congestão pulmonar, e minha mãe se apavorou. Me impôs um regime horrível, deitar às nove da noite e acordar bem cedo. Nós morávamos numa casa de campo, sem luz elétrica. Um lampião ficava aceso a noite inteira. Eu não tinha sono às nove horas. Resolvi então aproveitar a luz e, deitada de bruços, comecei a escrever, a lápis, num caderno, o romance. (QUEIROZ, 2000, p.22)

O lançamento de *O Quinze* provocou surpresa e muitos comentários elogiosos entre os intelectuais da época, como, por exemplo, o de Graciliano Ramos. Disse ele:

O quinze caiu de repente ali por meados de 30 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que na verdade causava assombro, de mulher nova. Seria realmente de mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: - Não há ninguém com esse nome. É pilhéria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado (Graciliano Ramos. In: HOLLANDA, 2004, p. 290).

A Estrutura do Romance

O título do livro “O Quinze” evoca a terrível seca de 1915 em todo o Nordeste, obrigando os filhos da terra, principalmente do sertão, a migrarem para o Amazonas ou para São Paulo, à procura de vida melhor. Compõe-se de 26 capítulos, sem subtítulos.

O Quinze é um romance regionalista de temática social.

O cenário principal do romance é a região de Quixadá, Ceará, onde se situam as fazendas de Dona Inácia, avó de Conceição; do Capitão, pai de Vicente e de Dona Maroca, patroa de Chico Bento.

O cenário urbano é Fortaleza, capital do Estado, para onde vão os retirantes e onde mora Conceição.

O romance se desenvolve em dois planos, o primeiro enfoca o vaqueiro Chico Bento e sua família, o segundo mostra a relação afetiva de Vicente, rude proprietário e criador de gado, e Conceição, sua prima culta e professora.

A primeira parte é a mais importante do livro, mostrando a viagem sofrida e trágica do vaqueiro Chico Bento com sua mulher e seus 5 filhos, representando todos os retirantes daquela região. Chico Bento se vê obrigado a deixar a fazenda para buscar melhores condições de sobrevivência no Norte do país, para trabalhar na extração da borracha. Junta algum dinheiro, compra mantimentos e uma burra para atravessar o sertão.

No caminho, o filho mais novo, Josias, com muita fome, come mandioca crua, envenenando-se, chegando a morrer. Depois de muito andar Chico Bento sente falta do seu filho mais velho Pedro. Ao chegar a Acarapé, ficam sabendo que o menino tinha fugido com “comboeiros” de cachaça.

Ao chegarem ao campo de concentração, local onde eram acolhidos os retirantes, são reconhecidos por Conceição, sua comadre, que arranja um emprego para Chico Bento. Conseguem ainda uma passagem de trem para São Paulo, desistindo de trabalhar no Norte.

O segundo momento da obra é o relacionamento afetivo entre Vicente e Conceição.

Durante as férias, Conceição se instalava na fazenda da família, no Logradouro, perto do Quixadá.

Conceição, moça culta, humana e com ideias avançadas sobre a condição feminina tem uma admiração antiga e especial por seu primo Vicente, até então, o único homem que lhe despertou desejos, talvez porque ele seja simples e real, sem as falsidades comuns dos rapazes bem-educados da cidade.

Apesar de ter boas condições financeiras Vicente é humano em relação à família e aos empregados. Tem admiração por Conceição, mas à medida que vai percebendo a maneira fria com que ela o trata, Vicente começa a descrer no amor e na possibilidade de casar e ser feliz com ela.

Com a chegada da seca, a família de Mãe Nácia, avó de Conceição, deixa a fazenda deixando-a aos cuidados de Vicente, primo de Conceição, jovem simples e rude. Com o término da seca todos voltam para o Logradouro.

A Linguagem de *O Quinze*: Variações Diatópicas e Diastráticas

A linguagem de *O Quinze* é simples, direta, sem formas eruditas, representando a língua dos personagens do povo nordestino;

Rachel de Queiroz utiliza como recurso estilístico em *O Quinze*, uma série de estratégias linguísticas que dão ao seu texto um sabor especial de nordestinidade, de campo, de interior, de pessoas simples que aplicam à vida todos os conhecimentos adquiridos por herança cultural do povo nordestino. A autora utiliza-se de um léxico regional/popular nordestino, usa arcaísmos, faz comparações, concretiza abstratos, generaliza termos específicos, usa aumentativos com efeitos expressivos, reduplica a negação, usa provérbios e frases feitas. Tudo isto marca a expressividade da linguagem de Rachel de Queiroz em *O Quinze*, mas, se enquadra no que Fribourg (1978, p. 104) diz sobre língua e linguagem:

uma estrutura linguística em correlação A língua pode ser vista como concepção de mundo [...], seja como reveladora do modo de vida de uma sociedade e de seus valores culturais, seja como reveladora da estrutura social e das mudanças que ocorrem no seio da sociedade, seja enfim como com a estrutura da sociedade.²

2. FRIBOURG, J. Vers l'ethnolinguistique. *La Linguistique*, v. 14, fasc. 2, 1978.

Este é, a nosso ver, o que faz Rachel de Queiroz em sua linguagem, usa-a para descrever e analisar a estrutura social de sua época e de seu ambiente da fazenda, mostrando seus valores, sua ideologia e os valores socioculturais daquela sociedade, naquele momento.

Vejamos alguns exemplos de expressões populares, provérbios e frases feitas utilizadas pela autora:

Glossário

A MODO QUE. *exp.loc.* Parece que. (AURÉLIO). “Chico Bento entrou, no mesmo passo lento, **a modo que** curvado sob a cruz de remendos que ressaltava vivamente, como um agouro, nas costas desbotadas da velha blusa de mescla.” (O Q., p.25).

ALMOÇAR AUTO E JANTAR LIBELO. *exp.* Ser extremamente empenhado no seu ofício, em particular, na militância jurídica. (SOUZA, 2013). “É o seu doutor promotor de Santa Ana... **almoça auto e janta libelo...**” (O Q., p. 22).

BOTAR DE BANDA. *exp.* Acabar com. (SOUZA, 2013). “Hein, minha comadre! **Botou** o luxo **de banda...**” (O Q., p. 43).

DAR DE FRENTE. *exp.* Ver, enxergar. (SOUZA, 2013). “Quando o rapaz **deu de frente** com a casa do Logradouro, toda branca, trepada num alto vermelho e nu, viu logo Conceição...” (O Q., p. 18).

DE COMER. *s.m.* Ver, **de-comer** (HOUAISS); **decomer** (SERAINÉ, 1991, p.126); **dicumê, de-cumê, cumê** (CABRAL, 1982, p.274). Coisa de comer; alimento, comida. (AURÉLIO). Faz dois dias que a gente não bota um **de-comer** na boca.” (O Q, p.44). “Os meninos choramingavam, pedindo **de comer.**” (O Q., p.43).

DEIXAR ESTAR. *exp.* Ver, **deixe-estar (deixa-estar, deixa-te estar e destá).** (CABRAL, 1982, p. 276). “Pois **deixa estar** que no ano que vem eu trago aqui uma porção de moças bonitas...” (O Q., p. 20)

EM TEMPO DE. *exp.* Em risco de; a ponto de; a pique de. (AURÉLIO). “Vê se tu dás um pirão de peixe a este menino que anda **em tempo de** comer os peitos!” (O Q., p. 35).

FICAR NA PEÇA. *exp.* Ficar moça velha, ficar para titia. (SOUZA, 2013). “Moça que pega a escolher muito acaba **ficando na peça...**” (O Q., p. 131).

GANHAR O MUNDO. *exp.* Sair à-toa, para longe, para não-se-sabe-onde. (GIRÃO, 2000, p.220). “Do que tenho pena é do vaqueiro dela... Pobre Chico Bento, ter de **ganhar o mundo** num tempo destes com tanta família! ...” (O Q., p.16).

MÃO PRA LÁ, MÃO PRA CÁ. *exp.* O pagamento é imediato. (MOTA, 1987, p.119) 167 “– Boca de ceder! Cedeu, mas foi, **mão pra lá, mão pra cá...**” (O Q., p.35).

MATAR O BICHO. *exp.* Ingerir aguardente ou qualquer outra bebida alcoólica. (AURÉLIO). “Na loja do Zacarias, enquanto **matava o bicho**, o vaqueiro desabafou a raiva.” (O Q., p.35).

MONTAR EM OSSO. *exp.* Ver, **andar em osso** (AURÉLIO); **andar em osso, cavalgar em osso** (ou **no osso**) (CABRAL, 1982, p.528). Montar a cavalgada sem a sela ou cangalha, sobre o pelo mesmo. (GIRÃO, 2000, p.280). “O menino vinha **montado em osso**, quase na garupa, num galope baixo e sacudido.” (O Q., p.34).

MUNDÃO DE MEU DEUS. *exp.* V.L. **mundão** ou **mundão de Cristo** (CABRAL, 1982, p.535). Lugar muito distante. (HOUAISS). “Onde é que a gente vai viver, por esse **mundão de meu Deus?**” (O Q., p.32).

NÃO SER PARA O BICO. *exp.* V.L. **não chegar para o bico** (CABRAL, 1982, p.114). Não ser para o gozo, a fruição de. (AURÉLIO). “... Que moço branco **não é pra bico** de cabra que nem nós...” (O Q., p.62).

OBRA DE. *exp.* Pouco mais ou menos; cerca de. (AURÉLIO). “Eu ainda esperei **obra de** uma semana.” (O Q., p.89).

OU QUEBRA, OU BOTA RELÓGIO *exp.* Ou tudo ou nada. (SOUZA, 2013). "Um dos da roda gracejou: - ***Ou quebra, ou bota relógio!***" (O Q., p.101).

QUANDO DEUS É SERVIDO. *exp.* De acordo com a vontade de Deus. (Adaptada do CABRAL, 1982, p.299). "Morre quando chega o dia, ou ***quando Deus*** Nosso Senhor ***é servido*** de tirar..." (O Q., p.112).

QUEM COMER A CARNE TEM DE ROER OS OSSOS. *prov.* Não usufruir de alguém ou de alguma coisa e depois abandonar. (SOUZA, 2013). "Também não vou abandonar meus cabras numa desgraça dessas... ***Quem comeu a carne tem de roer os ossos...***" (O Quinze, p.16).

SER GENTE. *exp.* Ter importância ou valimento; ser alguém; fazer-se gente. AURÉLIO). "... que não se envergonhava da diferença que fazia do irmão doutor e teimava em não querer '***ser gente***'..." (O Q., p.22).

TOMAR A PEITO. *exp.* Interessar-se vivamente por; interessar-se por; levar a peito. (AURÉLIO). "***Tomei a peito*** e vou ao fim..." (O Q., p.101).

Considerações finais

O estudo e análise das obras de ficção de Rachel de Queiroz, especialmente O Quinze, oferecem possibilidades as mais variadas do ponto de vista regional, social e cultural, fato comprovado pelas centenas de trabalhos publicados sobre sua obra, em vários níveis, abordando novos e diferentes aspectos, desde artigos e ensaios até teses de doutorado.

O léxico utilizado por Rachel de Queiroz em *O Quinze* traz as marcas de sua região nordestina e os personagens de sua obra têm uma linguagem que revela sua classe social, sua profissão, enfim as marcas sociais daquele grupo específico.

Analizando as expressões regionais populares da autora em *O Quinze*, percebe-se que elas são constituídas de lexias compostas e completas, algumas já dicionarizadas, cristalizadas e conhecidas em todo o Nordeste, outras não são ainda registradas, por sua originalidade e criatividade da autora, sendo conhecida apenas em seu estado, o Ceará, especialmente no interior e na zona rural.

Esperamos que, com este trabalho, tenhamos dado mais um passo na valorização e divulgação desse aspecto da obra de Rachel.

Referências

- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. *A linguagem regional/popular na obra de José Lins*. João Pessoa: FUNESC, 1990.
- BARBOSA, M. Aparecida. O léxico e a produção da cultura: elementos semânticos. I ENCONTRO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DE ASSIS. *Anais*. Assis; UNESP, 1992.
- _____. O léxico e a produção da cultura: elementos semânticos. I ENCONTRO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DE ASSIS. *Anais*. Assis; UNESP, 1993.
- _____. *Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo*. São Paulo: Global, 1981.
- BIDERMAN, M. Tereza. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- _____. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria P. P. de.; ISQUERDO, Aparecida N. (Orgs.) *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: UFMS, 1998, p. 133.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- BRITTO, Clovis Carvalho. decifrando o brasil: itinerários de Rachel de Queiroz. *ÍCONE - Revista de Letras*, São Luís de Montes Belos, v. 1, p. 69-86, dez. 2007. <http://www.slmb.ueg.br/iconeltras>
- CABRAL, Tomé. *Novo dicionário de termos e expressões populares*. Fortaleza: Edições UFC, 1982.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- _____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Locuções tradicionais no Brasil*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Arte – FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Fundação José Augusto, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1977.
- DE FRANCESCHI, Antônio F. (Org.). Rachel de Queiroz: *Cadernos de Literatura Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Instituto Moreira Salles, N.4, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FONTES, Lilian. *ABC de Rachel de Queiroz*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- FRIBOURG, J. Vers l'ethnolinguistique. *La Linguistique*, v. 14, fasc. 2, 1978
- FURTADO, Clécia Maria Nóbrega Marinho. *Expressões de fala em O Quinze de Raquel de Quei-*

- roz:** uma análise léxico-semântica. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- GIRÃO, Raimundo. *Vocabulário popular cearense*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.
- GUILBERT, Louis. *La cerativité lexicale*. Paris: Librairie Larousse, 1975.
- HAENSCH, G.; WOLF, L.; ETINGER, S.; WERNER, R. *La lexicografia: de la linguística teórica e la lexicografia práctica*. Madrid: Gredos; 1982.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. "O ethos Rachel". In: DE FRANCESCHI, Antônio F. (Org.). *Rachel de Queiroz: cadernos de literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.
- _____. (Org.). *As melhores crônicas de Rachel de Queiroz*. São Paulo: Global, 2004.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa versão 3.0*. Rio de Janeiro: Objetiva Ltda., 2009. Disponível em: <<http://www.google.com.br/#hl=ptBR&output=>> Acesso em 27.03.2013. 251
- MATORÉ, George. *La méthode en lexicologie: domaine français*. Paris: Marcel Didier, 1953.
- MOTA, Leonardo. *Adagiário brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- NASCENTES, Antenor. *Tesouro da fraseologia brasileira*. 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- PONTES, Maria das Neves Alcântara de e MELLER, Vilson Brunel. *Dicionário linguístico-literário de termos populares / regionais (Norte / Nordeste)*. João Pessoa: Ideia, 2003, 2v.
- QUEIROZ, Rachel de. As três Racheis (entrevista). In: *Cadernos de Literatura Brasileira*. Rachel de Queiroz. São Paulo: Instituto Moreira Salles, nº4, 2002, p. 20-39.
- _____. *O Quinze*. 86. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- _____. *João Miguel*. 11. ed., São Paulo: Editora Siciliano, 1994.
- _____. *Caminhos de pedras*. 7. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- _____. *As três Marias*. 8. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- _____. *O galo de ouro*. 2. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- _____. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2004. 250
- _____. *Dôra, Doralina*. 17. ed., São Paulo: Editora Siciliano, 2001.
- _____. *Memorial de Maria Moura*. 7. ed., São Paulo: Editora Siciliano, 1992.
- SOUZA, Carlos Alberto. a linguagem regional-popular nos romances de Rachel de Queiroz. Fortaleza, 2013. Tese (Doutorado) – UFC.
- VILELA, Mário. *Estruturas léxicas do português*. Coimbra: Almedina, 1979.
- SERAINE, Florival. *Dicionário de termos populares – registrados no Ceará*. Fortaleza: Stylus, 1991.

GALÃS DA TERCEIRA IDADE: UMA ANÁLISE LÉXICO-SEMÂNTICA DAS ALCUNHAS E TÍTULOS DE ORICÃO E LEONARDO VELHO

JOSÉ ROBSON DO NASCIMENTO SANTIAGO¹ (UFPB)

Introdução

Os romances do pernambucano Gilvan Lemos contêm, como diversas obras de autores regionalistas, um retrato histórico-cultural da sociedade nordestina, em especial das cidades do interior. Neles, embora o foco não seja mazelas da seca, como denunciaram Raquel de Queiroz e Graciliano Ramos, ou falência do ciclo da cana, bem retratada por José Lins do Rego, outras questões sociais relevantes se fazem perceber. Dentre elas, destacamos a concentração de renda em mãos de poucos homens de pequenas cidades interioranas e, por consequência, o abuso de poder que exercem. Nisso se incluem abusos às pessoas. Mais: abuso contra as mulheres, travestidos de galanteios, mas que se constituem em atos violentos e discriminatórios amparados por uma sociedade machista e patriarcal.

Tal sociedade tem no poder homens que, devido à influência que possuem, gozam de privilégios diversos, inclusive sexuais. Abusam de menores, desfrutam de prazeres propiciados por amantes, fazem favores a homens impotentes, saciando suas mulheres. Contudo, nada disso é tratado por Gilvan em tom crítico, explicitamente. Pelo contrário, com muita criatividade, o autor consegue lançar mão de ironia e humor, para abordar a fama que seus personagens ganham em suas obras e as implicações a que remetem os apelidos que recebem.

1. Doutorando em Letras pela UFPB, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Silva de Aragão, e professor de língua portuguesa da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Pelas alcunhas e pelos títulos que lhe são atribuídos, Oricão, em *O anjo do quarto dia*, e Leonardo Velho, em *Os olhos da treva*, são reconhecidamente homens viris. Ainda que suas histórias se constituam pelo machismo e pela corrupção, são galãs, que na velhice gozam da fama de terem conhecido diversas mulheres.

Este trabalho trata, na verdade, da análise léxico-semântica desses apelidos, buscando desvelar as relações estabelecidas na sociedade retratada ficcionalmente. Através desses nomes, procura-se esclarecer os valores sociais e as visões de mundo que habitam o imaginário de pessoas interioranas sobre sexo, mulher, velhice e poder.

Consideram-se os pressupostos de Biderman (1981), a respeito do léxico; Co-seriu (1982, 1987), quando trata do homem, da sua linguagem e da sociedade em que vive; Lyons (1979), com suas considerações sobre a semântica; Pottier (1972), a respeito da noção de lexias; e Aragão (2005), sobre a relação entre linguagem e cultura. Em primeiro plano, são abordadas 8 lexias, 4 para cada um dos personagens em tela, sobre as quais se discute o significado, a motivação semântica e o contexto de uso pelos personagens que as empregam para se referir aos patriarcas citados.

Como Oricão e Leonardo Velho são uma representação de diversos senhores, sejam donos de fazenda ou políticos poderosos de cidades do interior, as alcunhas e títulos que lhes são atribuídos denotam a fama que alcançam pelos abusos que cometem ou favores concedidos em nome do machismo e da tirania no exercício do poder.

Lexicologia, semântica e literatura regional nordestina

O estudo do léxico visa à compreensão, identificação e catalogação de palavras que compõem o inventário linguístico, disponível a uma dada língua natural, atualizadas por uma comunidade – ou mesmo por só um usuário – em discurso. Mas também se volta para análises particulares em obras literárias específicas, as quais podem sinalizar para um dado momento da história da língua, cujo registro escrito, ainda que individual, do escritor, pode refletir, se não completamente, ao menos em parte, a experiência linguística acumulada da sociedade e sua cultura.

Na visão de Biderman (1981, p. 134), o léxico resulta do processo de categorização através do conhecimento das semelhanças e das diferenças entre os elementos da experiência humana, seja a experiência resultante da interação com o ambiente físico ou a que resulta da interação com o meio cultural. Nesse caso, meio físico e cultural são respectivamente, ainda que fictícios, o agreste pernambucano – povoado por uma sociedade historicamente patriarcal – e a cultura machista nele presente.

Neste sentido, as análises que se voltam para o exame das palavras que compõem tal inventário mostram-se bastante promissoras, porquanto se esteja abordando, neste tipo de trabalho, a palavra léxica empregada por um autor que se inspirou na realidade que viu e viveu para criar suas histórias e nelas colocar a linguagem que ele cria ser a do povo. Longe de buscar comprovar seu êxito, objetiva-se, com esse tipo de estudo, evidenciar a diversidade linguística regional nordestina através de sua literatura.

Para tratar da palavra léxica, adotamos a posição de Pottier (1972), para quem ela é a manifestação lexical de um semema: somente ela pertence ao léxico. Na verdade, adotamos o conceito de *lexia*, que para esse autor, substitui o termo palavra, cuja definição não se apresenta fácil. Segundo ele, *lexias* são unidades de conteúdo, memorizadas, e podem ser divididas, a título de análise, em quatro: *lexia* simples, formada de um só *lexema* e *lexemas* afixados, coincide com palavra; *lexia* composta, formada por aglutinação de *lexemas* básicos, todos ou em parte integrados; *lexia* complexa, composição de uma série fixa de *lexemas*, que constituem uma unidade de significado; e *lexias* textuais, correspondentes a frases feitas, provérbios, refrãos, dentre outras formações textuais conservadas no acervo linguístico e que remetem também a um significado.

Reforçam, pois, esta posição de se debruçar sobre o léxico literário regional alguns trabalhos consagrados, como os de Aragão (1984), ao organizar e comentar o glossário de *A bagaceira*, de José Américo de Almeida; a análise de *Fogo Morto*, de José Lins do Rego, realizada pela supracitada pesquisadora, na qual a mesma se debruça, dentre outras questões, sobre termos e expressões regionais/populares que marcam a obra daquele autor; e, ainda que incipientes, estudos já publicados por Santiago (2014, 2015), a respeito da linguagem empregada por Gilvan Lemos, em *O anjo do quarto dia*.

Nesses últimos, buscou-se relevar a riqueza de uma linguagem regional, bem marcada no texto literário. Os recursos de que dispõe este tipo de abordagem fazem parte de um ferramental teórico já consagrado em estudos lexicológicos, dialetológicos e sociolinguísticos, que buscaram, em informantes reais, uma caracterização dos falares locais. Aqui, porém, é no texto escrito e ficcional que se procede a análise da palavra léxica, uma vez que se trata de buscar, na literatura, um retrato de uma sociedade criada em mimese àquela que o escritor testemunhou na realidade.

Como os demais regionalistas, Gilvan Lemos abordou situações comuns à Região Nordeste. Os dois romances que balizam esse estudo são um exemplo desse espelho, que detém histórias com temáticas universais, mas não deixa de lado conflitos particulares à região nem se furtam de refratar a cultura e, consignada, a língua. No caso da última, ficam evidentes particularidades do falar regional em seus romances, especialmente quando o autor traz à cena as falas de seus personagens. Já os aspectos culturais surgem de modo diverso: nas narrativas do autor, por um lado, sobre os costumes das pessoas, suas práticas, suas escolhas e crenças; por outro, nas próprias falas dos personagens, que revelam uma visão de mundo partilhada por muitas pessoas do interior.

É no significado das palavras léxicas que se pretende, portanto, desvelar os valores e as visões de mundo que habitam o imaginário da sociedade refratada nas obras de Gilvan. Por essa razão, é preciso que nos apoiemos também em pressupostos da semântica, ciência que estuda o significado. Sua função, segundo Lyons, é

[...] definir o significado de lexemas em termos de contribuição que eles fazem às condições de verdade das sentenças, e fornecer um procedimento formulado com precisão para a computação das condições de verdade de qualquer sentença arbitrária, com base no significado de seus lexemas constituintes e da sua estrutura gramatical. (LYONS, 1979, p. 165)

Combinando as palavras deste autor com as de Pottier (1972), endentemos que um escritor como Gilvan Lemos, ao lançar mão de lexemas, postos em discurso como lexias, revela condições de verdade em sentenças fictícias que conduzem aos valores e visões de mundo de uma sociedade também fictícia, mas baseada na sua realidade.

Em outras palavras, a análise das lexias que se referem aos personagens Orição e Leonardo Velho – ou seja, as alcunhas e os títulos – contribui para a compreensão da sociedade retratada nos romances, na medida em que cada lexia contenha sememas correspondentes aos efeitos de sentido que nos levam aos valores e visões de mundo que a sociedade tem sobre o poder dos homens; visões machistas de que as mulheres lhes servem para desfrute; valores patriarcais, nos quais se tem o homem como dominador.

Linguagem, cultura e sociedade do agreste pernambucano

A visão de mundo, as crenças, os costumes e as práticas em cidades do interior nordestino, pernambucano em especial, decorrem de uma formação social patriarcal, presa aos moldes coloniais. Com relação à visão de mulher, então, perdurou por muitos anos – e ainda se faz presente – a ideia de que o sexo feminino era o fraco. Nas palavras de Freyre (1969), trata-se de uma exploração da mulher pelo homem. Isto nos autoriza dizer que uma sociedade patriarcal como as retratadas nos romances de Gilvan Lemos, em referência ao interior pernambucano, vê a mulher como objeto de exploração, prazer e procriação.

Sobre essa relação de exploração, Freyre aponta a que corresponde a diferenciação que se fazem dos sexos em sociedades patriarcais há anos. Segundo ele:

À exploração da mulher pelo homem, característica de outros tipos de sociedade ou de organização social, mas notadamente do tipo patriarcal-agrário – tal como a que dominou longo tempo no Brasil – convém a extrema especialização ou diferenciação dos sexos. Por essa diferenciação exagerada se justifica o chamado padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhado de obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filho, criar menino. (FREYRE, 1969, p. 93)

As palavras de Freyre, ainda que direcionadas aos primórdios da formação do povo brasileiro, refletem um padrão moral cujas consequências são notadas até a atualidade. Não se concebe, numa cidade de interior, como as do agreste pernambucano,

bucano, outro tipo de formação social que não aquela cujo dominador seja o sexo masculino. Ir para cama, então, não passa de obrigação para as mulheres, que nada são além de boneca de carne do marido. Quando há marido. Pois quando não há, é direito do homem, na moral que impera diante do machismo patriarcal, tomar a mulher, ainda que à força. E quando não é forçado, é comum que as mulheres se entreguem a homens reconhecidamente viris, porque eles, sim, são homens de verdade, segundo essa moral.

A questão é que dessas atitudes, desse costume e dessas práticas decorrem o uso da língua para a tais substâncias culturais se referir. Nesse sentido, cada apelido atribuído a Oricão e cada título de Leonardo Velho é decorrente de uma visão de mundo machista e patriarcal segundo a qual é a mulher objeto de desejo e instrumento de perpetuação do homem através da procriação: ter filho, gerar herdeiro. É aqui que linguagem e cultura se encontram, vez que são usadas palavras para se referirem às pessoas consoante suas práticas culturalmente aceitas ou, quando não, reconhecidamente comuns a quem detém o poder.

Sobre a relação entre linguagem e cultura, Aragão (2005), comentando Coseriu (1982), faz a afirmação de que a língua é adquirida por um processo de transmissão cultural. Ora, se a cultura é machista e patriarcal, esses valores vão impregná-la. A autora acena ainda que “esta definição está ligada ao fato de que os grupos têm línguas diferentes porque têm visões de mundo diferentes. A língua, neste caso, reflete a cultura.” Sendo assim, o linguístico que se apresenta nas lexias atribuídas a Oricão e Leonardo correspondem ao cultural de sua sociedade.

Por sua vez, cultura é entendida, nesse caso, como conhecimento socialmente adquirido na interação entre usuários de uma língua, que se adquire num processo de transmissão cultural. Como aponta Coseriu (1982, p. 111), ao tratar das contribuições da geografia linguística, as palavras são formas de cultura que acompanham na sua difusão os conceitos e os objetos de civilização; e a linguagem, como forma primária de cultura, reflete também a cultura não linguística, os saberes e crenças acerca das coisas (ARAGÃO, 2005, p. 05).

Assim, linguagem e cultura estão intrinsecamente interligadas, e esta análise léxico-semântica requer considerar também a cultura em que se inserem as histórias contadas nas obras literárias das quais nos valem, desde as narrativas do autor até as falas dos personagens por ele criados.

Alcunhas e títulos de Oricão e Leonardo velho

Abordaremos aqui 8 lexias correspondentes aos dois personagens em tela, contextualizando-os antes, no intuito de reforçar os valores que os apelidos carregam. Além disso, apontaremos algumas referências feitas por Gilvan Lemos sobre os dois ou falas de outros personagens que corroborem para a caracterização dos patriarcas.

Começando por Orico Gonçalves Rezende, Oricão. Em *O anjo do quarto dia*, ele é o anti-herói. Homem que chega a uma cidade interiorana sem nada e passa de limpador de fossas – um dos biscates que fazia – a dona da cidade, na prática. Em sua narrativa, Gilvan Lemos o descreve assim:

[...] Oricão apareceu ninguém sabe de onde, magro, então um espigão montado nos seus dois metros de altura, uma mão adiante outra atrás, passando de operário da fábrica de laticínios a biscateiro na cidade, de biscateiro a cambista de jogo de bicho, de cambista a zelador da igreja dos protestantes, de zelador a fiscal da prefeitura, de fiscal a prefeito e, finalmente, de prefeito a Orico Gonçalves Rezende. (LEMOS, 2002, p. 15)

Interessante notar que um primeiro título já estaria aí, no nome completo do personagem, que se refere ao ponto mais alto de sua gradação. Seu nome é seu título: dono da cidade. A ele quase todos se reportavam. Entretanto, há na fala de outros personagens, como na de seu filho Jason e de Tininha, amante e cuidadora do velho, as mais significativas lexias para este trabalho. É nelas que se encontram as conotações sexuais cujas implicações de sentido nos levam à compreensão da visão de mundo que as pessoas tinham não só de Oricão, mas também de mulher, de sexo e de poder.

O portentoso

Prestes a falecer, Jason manda chamar seus parentes: irmãos e seu pai. E o intitula de *portentoso*, porquanto não só veja nele aquele que de tudo entende, o extraordinário homem da cidade, mas também pela fama que o velho Orico detinha,

conforme abonação seguinte: “Tragam meu pai, o velho macho, o portentoso, para me dar uns gritos [...]” (LEMOS, 2002, p. 152)

Como patriarca, Oricão exerceu autoridade maior sobre seus filhos, deu-lhes gritos, colocou-os no poder, em substituição a ele mesmo, revezando-os no cargo de prefeito. Contudo, era também conhecida a sua fama, por toda a cidade, de ser um *velho macho, portentoso*. O que havia de extraordinário nisso é que Oricão teve três filhos, cada um com uma mãe diferente. As duas primeiras morreram de parto, e se acreditava que o fato ocorria devido ao tamanho desconforme de seu pênis, como aponta a descrição realizada pelo personagem Amísio, seu antagonista na trama, que previa estudar fora e retornar à cidade formado em Direito, para “desrezeiá-la”; ou seja, tirá-la das mãos de Oricão Rezende e sua família: “Só de jatumama², dizem, mais de trinta centímetros.” (LEMOS, 2002, p. 30)

Neste sentido, o que se desvela é a visão de que um homem possa prejudicar o parto de uma mulher, caso tenha o órgão genital desconforme. A crença se fundamentava também pelo fato de suas mulheres serem menores de idade; ou seja, não estarem com o corpo preparado para o ato sexual muito menos para a gestação, como narra o autor sobre Nice, a segunda esposa de Oricão.

Nice, aos treze anos de idade, foi a segunda mulher de Oricão, sendo a mãe de Jesonias. Como Sara, também morreu de parto. Por essa altura já se comentava que as meninas-esposas de Oricão morriam de parto porque ele tinha a peia muito grande e varava as bichinhas, no ato. Quando elas davam a luz estavam arrombadas, tinham de morrer. (LEMOS, 2002, p. 26)

Oricão, o portentoso, portanto, varava as mulheres. Mas isso não está apenas ligado a questões de anatomia. É, além disso, um pensamento machista, por meio do qual se veicula a ideia de que os homens tomam as mulheres como objeto de seu bel prazer, podendo furá-las, arrombá-las, como cita o autor. Não se trata de relação

2. Jatumama é um dos nomes populares para pênis que apresentamos em trabalho intitulado *A constituição do homem pela genitália: machismo e sexualismo no falar de Oricão*. Publicado nos anais do II Conali (2014), este texto traz 24 lexias que, como essa, se referem ao órgão genital do velho Oricão, coletadas através de suas falas, das de outros personagens ou mesmo do narrador.

sexual. Não há relação, na verdade. As meninas-esposas de Oricão eram por ele usadas, para sua satisfação. Mesmo casando, era mais para o sexo que serviam; e sendo jovens, porque ao envelhecerem, perdiam a graça.

O homem dos homens

Na cidade fictícia do Logrador havia Oricão e outros homens. Mas ele era o mais homem, porque era reconhecida a sua fama de arrombador de mulher. O velho macho, portentoso, é quem dava as cartas na cidade, do ponto de vista político e, sim, sexual. Não apenas pelas jovens esposas, mas também por causa de quaisquer outras jovens que estivessem a seu alcance, Oricão é descrito em cenas libidinosas e, diversas vezes, com atitudes bem machistas.

É o que ocorre numa descrição de Gilvan Lemos sobre um movimento de pessoas na porta da casa de Orico Rezende. Gente humilde que vivia de seus favores, mas por fanatismo religioso – ou interesses particulares – passou a adorar um mártir que falecera na prisão: Codó³, um escritor autodidata que, sem sua autorização, viu serem publicados seus textos contrários aos Rezende.

Muita gente, crianças, mulheres, além duns esfarrapados com cara de homem, barba de homem, mas que não eram homens nem coisa alguma. Homem baixa a cabeça sem ter o que dizer, emprestando essa oportunidade a mulheres? Homem recebe grito na cara? Homem espera ordem de outro homem? Homem é homem, não aquilo, aquelas leseiras de calças sem nada dentro. (LEMOS, 2002, p. 113)

É interessante notar que, embora se trate de um trecho narrado, é o discurso do próprio Oricão, que, por via indireta, aflora sobre a narração do autor. Aqui

3. Em um capítulo do livro *A linguagem regional popular – aspectos léxico-semânticos*, organizado pela Prof. Dr.^a Maria do Socorro Silva do Aragão, apresentamos a trama em que se envolvem o velho Orico e Codó. Nesse capítulo, intitulado *O culto e o inculto, de Oricão a Codó – variações socioculturais em O anjo do quarto dia*, abordamos as denúncias que o último faz, em seus manuscritos, sobre os atos injustos da família Rezende, usando palavras bastante formais, na modalidade escrita, e outras mais comuns, nos diálogos orais com Amísio, que lhe roubou os textos para denunciar Oricão num pasquim. Codó, após ter seus escritos publicados, vai preso e morre na cadeia. O povo o santifica e se afasta de Oricão. Ao perceberem que o santo nada lhes traz, as pessoas voltam a pedir os favores do velho Orico Rezende.

Gilvan revela todo o machismo de seu anti-herói, que não concebe fala de mulher onde há homem para falar. Mais interessante são as últimas palavras: “leseiras de calças sem nada dentro”. Não ter nada nas calças é não ser homem; e ser homem dando voz a mulher é não ter nada nas calças. Logo, ele, que tinha tudo nas calças, era o *homem dos homens*. Os demais nada eram. É isso que essa lexia revela a respeito da visão de mundo sobre qual deve ser o comportamento masculino.

Assim, quando Jason clama pelo homem dos homens, à beira da morte, quer ouvir dele os gritos, as orientações daquele que para tudo tinha respostas e que, durante sua vida, foi mais homem que todos os outros, por ser o mais poderoso, mais viril, e que, como um galã de novela, ainda encantava as meninas acompanhadas das mães à sua porta, conforme o autor revela adiante: “E meninotas entre dez e treze anos faziam-se visíveis, provocavam a lenda, instruídas pelas mães que a tinham vivido.” (LEMOS, 2002, p. 114)

Velhão cuiudo e porcão macho

Oricão recebera Tininha, que lhe prestaria alguns serviços de higiene pessoal. Ela, que fora sua “amante” na adolescência, mantinha o imaginário do velho aguçado pelo seu biótipo corporal, que lhe proporcionava uma aparência sempre jovial. Por isso, Oricão cria que Tininha não envelhecia e não a trocava por outra. Durante o aparo de seus pelos e das unhas, e no decurso de falsas massagens, ela cravou uma tesoura em seu pescoço e o deixou sangrar até morrer.

Entretanto, antes de realizar tal revelação, Gilvan constrói mais uma narrativa em discurso indireto livre, como se fossem os pensamentos de Tininha antes de matar o velho. São descrições anatômicas do velho e questionamentos sobre as consequências dos atos dela contra o corpo dele. Dentre tais descrições e reflexões, destacamos a que ela o compara a um porco barrão, o reprodutor: “[...] gosta de ficar todo nu pra eu coçar ele, revirar na cama, os penduricalhos arrastando no colchão. Quer um espelho pra ver? Faz tempo que não vê, hem, velhão cuiudo, porcão macho?” (LEMOS, 2002, p. 227)

Cuiudo é uma lexia dicionarizado como *ganhão*, animal reprodutor e, no popular, também se refere ao homem viril, macho, no sentido do apetite sexual. E Oricão, com seus dois metros de altura e duzentos quilos de safadeza, como dizia Amí-

sio a seu respeito, mantinha a fama do *velhão cuiudo*. Por outro lado, o narrador – ou a própria Tininha – conduz o leitor, antes desta citação, à motivação semântica das alcunhas atribuídas ao velho. Ela relembra os tempos em que Oricão dormia entre os porcos, quando fora limpador de fossas na cidade, tempos em que ele “dormia misturado” e que, por isso, “um porcão ele virou”. (LEMOS, 2002, p. 227) Daí surgir a lexia *porcão macho*. E, como um porco, ela o sangrou e o matou.

Por outro lado, a atitude de Tininha pode ser entendida não apenas como um crime, do ponto de vista legal, em vingança ao assassinato de Amísio, certamente a mando de Oricão, após este descobrir que aquele organizara um pasquim para denunciar falcatruas da família Rezende. Pode, na verdade, ser encarada como uma libertação, após ser usada durante anos por Orico Rezende; bolinada na juventude e escravizada pelo poder do velho. Quando ele já não tinha mais virilidade e se sentia morto, quando não se sentia mais homem, porquanto só era homem, para ele, quem tivesse ereção, Tininha o continuava servindo, mais como cuidadora ou mantenedora de suas fantasias que como mulher, na cama. Com o passar dos anos, sua repugnância pelo velho aumentou, principalmente quando ela conheceu Amísio e, com ele, manteve encontros secretos. Ávida por uma relação verdadeira, ela decidiu se libertar de seu opressor, retirando-lhe a vida, para vingar a morte de seu amor. Tininha é, portanto, o retrato de várias mulheres oprimidas, reprimidas e abusadas. Sua ação criminosa é aqui entendida, portanto, como resistência ao machismo e à tirania de Oricão.

Passando para Leonardo Velho, o Leonardo Pinto de Oliveira, a despeito da coincidência do nome próprio com alguma palavra léxica que se refira ao sexo – se é que há mesmo coincidência – pode-se dizer que Gilvan Lemos traz à tona mais um personagem homem, poderoso, mandatário de uma localidade, patriarca, que é reconhecidamente viril e goza desta fama até a velhice.

Leonardo Velho, assim chamado por muitos, em *Os olhos da treva* (1975), por ter dois filhos cujos nomes também eram Leonardo, herdara terras de um velho amigo chamado Jerônimo, pai de João Berto, que, por não conseguir ter filhos com sua esposa Morena, adotara Jomo (Jerônimo, o neto), trazido à sua casa por Mila, (amante de Leonardo Velho). Um mistério perpassa o romance, narrado vez por Gilvan, vez por seus personagens – ora Jomo, ora Mila – e se estende por muitas de suas páginas: quem era o pai genético de Jomo?

O procriador e o empenhador

Certa era a fama do velho Leonardo, a quem o alfaiate João Berto conferia o título de *procriador*, devido à fama que o patriarca carregava: ter vários filhos pela localidade. Em abonação seguinte, Jomo relata à já cega Mila: “[...] meu pai dizia que invadíamos as terras de Leonardo I, o Procriador [...]”. E mais adiante, após a retomada da narrativa pelo autor, João Berto ironiza aonde Mila ia buscar toda a ajuda (fraldas, talco, sabonete, latas de leite, maracás, etc) que levava para o recém adotado Jomo: “No tesouro real de Leonardo I, o Empenhador”. (LEMOS, 1975, p.25)

Os títulos atribuídos a Leonardo por João Berto são, portanto, o reconhecimento da fama que o patriarca detinha. Como Alexandre, o Grande, Leonardo I tinha seus títulos atrelados a seus feitos. Mas não se tratam de feitos de guerra, progresso ou aventuras por lugares distantes; mas sim de outros feitos: filhos que eram feitos em diversas mulheres – segundo se cria na cidade de Santa Cruz, na fazenda Paraúna e nas localidades próximas. Era Leonardo quem mais procriava, quem mais empenhava mulheres. Era o *pai d'égua*, como o chamava Mila, ao se lamentar de não ter tido filho algum com ele. “Minha tristeza é não ter tido um filho dele, de Leonardo. E o pai-d'égua fez mais de cem (LEMOS, 1975, p.16)

O matador de sede

A fama de Leonardo Velho não era só reconhecida pelos personagens principais da trama, mas também pela população do lugar. O velho viril, que fazia filho em toda espécie de mulher, era até chamado de santo, devido a sua generosidade, ao fornecer água às pessoas necessitadas em período de seca. Isso o próprio autor cita. Mas é na fala sarcástica de João Berto, intercalando a narrativa de Gilvan, que se tem um dos jogos de sentido mais significativos desses títulos. A intercalação se dá posterior à narrativa de que “havia mulheres que se ajoelhavam à sua passagem” (LEMOS, 1975, p.71). No prosseguimento, o autor abre parênteses e insere o diálogo de João Berto com sua esposa Morena:

– Outras lhe abriam as pernas. Dizem que depois da seca mais de cinquenta mulheres pariram de Leonardo I, o Matador de Sede. E era uma sede danada que certas mulheres sentiam por Leonardo. [...] A fama de Leonardo espalhou-se de tal maneira que vinham mulheres de longe pra provar de seu ferro. Houve até noivos que trouxeram suas noivas pra Leonardo marcar. Era honra ser corno de Leonardo I. (LEMONS, 1975, p.71)

Toda espécie de machismo e preconceito estão nas palavras de João Berto, ou era Leonardo mesmo esse *pai-d'égua*, como Jõberto e Mila diziam? A narrativa do autor nos mostra que o velho patriarca, se não fez os mais de cem que sua amante revoltada denunciava, ao menos não tivera só dois filhos. E a inveja e a indignação de João Berto o levavam a conceber títulos para Leonardo não por acaso. Em sua conversa com a esposa, Jõberto (como ela o chamava) deixa transparecer todo o imaginário que habita os destituídos de poder a respeito dos poderosos.

No entanto, mais interessante ainda que isso é o jogo com os sentidos de “sede”, “ferro” e “marca”. Assim, Leonardo matava a sede de água e de sexo que as mulheres sentiam. Se sentiam sede, é porque lhes faltava, e se lhes faltava era porque alguém não lhes dava. Mas essa visão dúbia de modo algum era assumida pelos machistas de Santa Cruz, mesmo que os próprios homens levassem suas mulheres para Leonardo saciar, segundo João Berto. Ora, se isso ocorre em alguma sociedade machista e patriarcal, é porque ou há impotência dos maridos ou há algum fetiche, e ambas hipóteses deveriam, em tese, ficar no subterfúgio. Porém, com relação à sociedade retratada no livro, segundo João Berto, era pública e aceitável a caridade de Leonardo Velho aos homens de mulheres sedentas. Em reforço a essa visão está o fato de que o “ferro” a que se refere a fala de João Berto fica na ambiguidade de *ferro* como *pênis* e *ferro* como instrumento para marcar gado. Daí ele dizer que os noivos traziam as noivas para Leonardo marcar, como se marca o couro dos animais de uma fazenda. E a mulher mais uma vez é vista como objeto e, pior, de honra para os cornos, porque era honra ser corno de Leonardo, uma vez que elas ganhavam sua “marca”.

O femeeiro

Não obstante, é nesta última lexia sobre Leonardo Velho, dentre as demais aqui abordadas, que apontamos a confirmação do autor sobre a fama desse personagem. Para isso, Gilvan conta como Mila, ainda garota, se ofereceu a Leonardo, dizendo já ser mulher, adulta, devido à chegada da menstruação. Antes disso, o velho não a enxergava, conforme citado a seguir:

Mila sentia-se diminuída porque Leonardo Velho não a notava, não sabia de sua existência. Devia considerá-la uma simples menina, insignificante menina. Se fosse mulher, Leonardo a deixaria sair do quarto? Com a fama de *femeeiro* que possuía... (LEMOS, 1975, p.108)

Este não é um título atribuído a Leonardo por outro personagem, mas sim pelo próprio, em narração. Dicionarizada como sinônima a *mulherengo*, esta lexia simples vai além do simples *procriador*, como algo animal, e passa a habitar o campo semântico dos galanteios, nas conquistas. Era Leonardo, portanto, um galã, com mais de 50 anos, admirado e desejado por uma garota de 13 (Mila). Mas na visão desta, ele nada fazia para conquistar as mulheres. Como um encantador, seduzia sem que elas lhe atribuísem responsabilidade. Mila via nele uma faculdade natural para encantar as mulheres, sem maior esforço, conforme ela própria narra a Jomo em trecho seguinte:

- Por que Leonardo, Jomo, era desses homens que não se empenham em conquistar, mandar, dominar. Não, nem de longe. Tudo isso era dele, estava nele naturalmente, como se fosse destinado a ser grande. Não lembra a fama de procriador que Jôberto lhe dava, e que era verdadeira? Pois Leonardo não corria atrás de mulheres, mandando-lhes recadinhos, assediando-as feito um bode cheiroso. Não, elas é que se atiravam nele, ficavam assanhadas por ele. (LEMOS, 1975, p.106)

Se essa visão de Mila sobre Leonardo denota que ele era por natureza conquistador, então, como um galã de novela e suas fãs, Leonardo Velho tinha as mulheres que tinha pela procura que elas empreendiam, não pelo seu esforço. Como um profissional no trato das fêmeas, o femeeiro Leonardo Velho as colhia pelo caminho de sua vida e lhes dava o tratamento que buscavam. Aliás, o sufixo *eiro*

é mesmo um formador de adjetivos característicos de profissão, tal como *cabeleireiro*, *fazendeiro* e *porteiro*. Portanto, seja como aquele que lida com mulheres, ou como aquele a quem elas pertencem, ou ainda como aquele que toma conta delas, Leonardo Velho, o procriador, o empenhador, o matador de sede, é, em resumo, um femeeiro nato.

Considerações finais

As alcunhas e títulos de Oricão e Leonardo Velho revelam uma visão de mundo segundo a qual os homens têm voz e vez numa sociedade machista, onde as mulheres lhes servem para desfrute ou procriação. Denotam a fama que eles alcançam pelos abusos que cometem ou favores que concedem em nome do machismo e da tirania no exercício do poder que detêm nas cidades que dominam. Tanto Oricão quanto Leonardo são uma representação de diversos senhores que habitam cidades interioranas e nelas exercem algum poder, por serem donos de fazenda, políticos ou grandes latifundiários. As alcunhas e títulos aqui analisadas denotam ainda que a vida desses homens caracteriza-se pela prática corriqueira do sexo, o que lhes confere fama como se fossem galãs, ainda que na terceira idade. Por outro lado, a ausência do sexo os encaminha à morte. A velhice é, portanto, morrer, uma vez que o sexo se torna mais escasso. Por sua vez, o poder se mantém, devido à fama que alcançaram. Este trabalho buscou, portanto, desvelar esses valores, arraigados no imaginário das pessoas interioranas e refletidos, pela linguagem, nas falas e narrações dos romances ora abordados. Análises de léxico como essa podem, assim, contribuir para a compreensão das visões de mundo e da estrutura social dos lugares em que as obras regionalistas situam suas histórias.

Referência

- ARAGÃO, M. do Socorro Silva de. O social e o cultural da literatura de cordel. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE LITERATURA DE CORDEL. *Anais...* João Pessoa: FCJA, 2005.
- _____. et Ali. *Glossário aumentado e comentado de A bagaceira*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1984.
- BIDERMAN, Maria Tereza. A estrutura do léxico. In: *Estudos de filologia e linguística – homenagem a Isaac Nicolau*. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1986. p. 131-145.

- COSERIU, Eugênio. Fundamentos e tarefas da sócio e etnolinguística. I CONGRESSO NACIONAL DE SÓCIO E ETNOLINGUÍSTICA. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 1987.
- _____. *O homem e a sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: USP, 1982.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos* – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- LEMOS, Gilvan. *O anjo do quarto dia*. Recife: Bagaço, 2002.
- _____. *Os olhos da treva*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.
- LYONS, John. *Linguagem e linguística* – uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1979.
- POTTIER, Bernard. *Estruturas linguísticas do português*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- SAMTIAGO, José Robson do Nascimento. O culto e o inculto, de Oricão a Codó: variações socioculturais em O anjo do quarto dia. In: Maria do Socorro Silva de Aragão. (Org.). *A linguagem regional popular: aspectos léxico-semânticos*. João Pessoa: Ideia, 2015, v. 01, p. 45-56.
- _____. A constituição do homem pela genitália: machismo e sexualismo no falar de Oricão. In: II CONALI CONGRESSO NACIONAL DE LITERATURA. *Anais...* 2014, João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2014. v. I. p. 196-204.

METAPLASMOS BRASILEIROS EM CANÇÕES DE LÍNGUA GONZAGA

SANDRO LUIS DE SOUSA¹ (IFRN/UFPB)

Considerações iniciais

Na evolução da língua portuguesa é comum encontrarmos mudanças que ocorreram em diversas palavras do léxico. Várias dessas mudanças acontecem no nível fonético e recebem o nome de metaplasmos, que literalmente significa mudança de forma (*metá* + *plasmós*). Este estudo pretende analisar os metaplasmos brasileiros que estão presentes na linguagem regional-popular das canções Estrada de Canindé, Assum Preto e Asa Branca dos autores nordestinos Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira.

Para dar conta da proposta, apresentamos, inicialmente, o conceito de metaplasmo; em seguida, explicitamos quatro gêneros de metaplasmos existentes atualmente no português brasileiro, seguidos de algumas espécies e suas principais características. Em um terceiro momento, apresentamos o ambiente geo-sociolinguístico onde nasceu e cresceu o compositor e intérprete Luiz Gonzaga, para então analisarmos as ocorrências dos fenômenos metaplásticos presentes nas canções referenciadas.

Dos metaplasmos e seus tipos

Segundo Aragão (2013, p. 211), no que se refere ao falar do Nordeste, “o léxico e a fonética são os aspectos nos quais mais se percebem as diferenças entre esses falares (*sic*) e os de outras regiões brasileiras”. Neste estudo, abordaremos a mudan-

1. Professor de Língua Inglesa no Campus Natal-Central. Doutorando em Letras, área de concentração: linguagens e cultura. Orientadora: Dra. Maria do Socorro Silva do Aragão.

ça linguística que decorre dos fenômenos fonéticos conhecidos como metaplasmos, enquanto marcadores desse falar regional nordestino.

De um ponto de vista diacrônico, “os metaplasmos são modificações fonéticas que sofrem as palavras na sua evolução” (COUTINHO, 1976, p. 142) e o estudo dessas transformações são de interesse da gramática histórica. Por outro lado, os metaplasmos são tratados como mudanças da forma de uma palavra que geram a constituição de uma variante (JOTA, 1981). De acordo com essa perspectiva sincrônica de metaplasmo, admite-se a possibilidade da existência de uma forma básica e de sua respectiva variante, sendo usadas concomitantemente na fala dos indivíduos.

A linguagem literária, de cunho regional e poético, as músicas sertaneja e nordestina, bem como a fala simples do homem do campo constituem ricos materiais que retratam metaplasmos contemporâneos da língua portuguesa.

Sendo assim, ao analisarmos essas mudanças usadas atualmente no português brasileiro verificamos que estas podem ocorrer de quatro formas distintas: por acréscimo, por subtração, por transposição e por transformação.

Isso posto, passamos à exposição de alguns tipos de metaplasmos que vêm ocorrendo no português brasileiro.

Metaplasmos por acréscimo

Os metaplasmos por acréscimo (ou aumento) são aqueles em que ocorre a adição de um fonema a mais na variante formada a partir de uma forma básica. Fazem parte desse grupo, dentre outros, os seguintes fenômenos metaplásticos: prótese e suarabácti.

a) Prótese: é o termo usado para indicar “um tipo de intrusão (adição), em que um som extra é inserido no início de uma palavra” (CRYSTAL, 1988; p. 214). Caracterizam exemplos de prótese as seguintes palavras encontradas no falar regional-popular: *pois* > *apois*; *vexame* > *avexame* ; *afastar* > *desafastar*.

Como salienta Bagno (2012, p. 327), algumas formas protéticas “são também formas arcaicas e clássicas conservadas em variedades regionais”. Por exemplo, já se encontram inclusive dicionarizados, os seguintes vocábulos: *negar* > *arrenegar*; *lembrar* > *alembrear*; *levantar* > *alevantar* e *mostrar* > *amostrar*.

b) Suarabácti: é um tipo especial de epêntese que consiste no “desenvolvimento de uma vogal dentro de um grupo consonântico” (CÂMARA JR., 1977, p. 52). A possível motivação para ocorrência do suarabácti é atribuída à recuperação do padrão silábico CV.CV (consoante + vogal), característico das línguas afrodescendentes do grupo banto (BAGNO, 2102). Exemplos no falar regional/popular incluem: *advogado* > *adevogado*; *dificuldade* > *dificulidade*; *florar* > *fulorar*; *absoluto* > *abisoluto* e *glória* > *guloria*.

Metaplasmos por subtração (supressão)

Os metaplasmos por subtração caracterizam-se pela supressão de um fonema na forma variante. Compõem o grupo dos metaplasmos por subtração encontrados nas canções as seguintes espécies: sinalefa, síncope e apócope.

a) Sinalefa (ou elisão): é o tipo de supressão que pode ocorrer dentro ou em fronteira de vocábulos no discurso corrido, formando palavras simples, tais como: *deixa eu ver* > *xovê*; *deixe estar* > *destá*; *de um* > *dum*.

b) Síncope: é a queda do fonema no interior da palavra. Caracterizam exemplos de síncope as formas variantes: *negro* > *nego*; *caboclo* > *caboco*. Bagno (2012) também assinala que há uma tendência no português brasileiro para a síncope de sílaba postônica de palavras proparoxítonas, como em *xícara* > *xicra*; *lâmpada* > *lampa* e *relâmpago* > *relampo*.

c) Apócope: fenômeno caracterizado pela supressão de um fonema no fim de um vocábulo. *Cantar* > *cantá*; *vamos* > *vamo*; *rabugem* > *rabuge*; *ricino* > *rizo* (com sonorização do [s]).

Metaplasmos por transposição

São aqueles metaplasmos em que há o deslocamento de um fonema ou acento tônico. Neste grupo de metaplasmos, analisamos a espécie “metátese”.

a) Metátese: é o deslocamento de fonema em um vocábulo, na mesma sílaba. Os exemplos com o segmento rótico são frequentes: *porque* > *proque*; *perfume* > *prefume*; *braguilha* > *barguilha* (forma já dicionarizada).

Metaplasmos por transformação

Para Coutinho (1976, p. 143), que prefere chamá-los de metaplasmos por permuta, são aqueles que “consistem na substituição ou troca de um fonema por outro”.

Neste estudo, vamos examinar os seguintes tipos de metaplasmo de permuta: desnasalação, rotacismo, ditongação, monotongação e iotização.

a) Desnasalação: é o processo que consiste na passagem de um fonema nasal a oral. *Homem* > *home*; *ontem* > *onte*; *coragem* > *corage*; *virgem* > *virge*.

b) Rotacismo: é uma realização fonética em que há a substituição de um fonema líquido lateral /l/ por um som rótico, ou seja, aqueles associados a um **som de r**, como a vibrante simples /r/ (SILVA, 2011). *Inglês* > *ingrês*; *claro* > *craro*; *plantar* > *prantar*; *problema* > *probrema*. Segundo Bagno (2012), pode ocorrer também fora de encontros consonantais em casos de travamento silábico. São exemplos: *almoçar* > *armoçar*; *encalçar* > *encarcar*.

c) Ditongação: é a mudança fonética que consiste na formação de um ditongo sistemático a partir de uma vogal simples (CÂMARA JR., 1977; p. 100). São exemplos de ditongação: *rapaz* > *rapaiz*; *paz* > *paiz*; *pés* > *péis*.

d) Monotongação: é caracterizada pela transformação de um ditongo a uma única vogal, o monotongo. Para Crystal (1988), o monotongo é uma vogal pura, ou seja, é aquela cuja articulação não sofreu nenhuma mudança perceptível em sua ocorrência na sílaba.

Do ponto de vista ortográfico, há permanência do ditongo na descrição dos vocábulos onde ocorrem a monotongação. É o que salienta Câmara Jr. (1977, p. 170) ao explicar que:

para pôr em relevo o fenômeno da monotongação chama-se, muitas vezes, monotongo à vogal simples resultante, principalmente quando a grafia continua a indicar o ditongo e ele ainda se realiza em uma linguagem mais cuidadosa. Entre nós há, nesse sentido o monotongo *ou /ô/*, em qualquer caso, e *ai /a/*, *ei /ê/* diante de uma consoante chiantes; exs.: *(p)ouca* como *(b)oca*, *(c)aixa* como *acha*, *(d)deixa* como *fecha*.

e) Iotização: também chamado de iodização é o fenômeno fonológico caracte-

rizado pela transformação da consoante lateral palatal [l] em semivogal palatal [i]: *milho* > *mio*; *filho* > *fio*; *mulher* > *muié*.

Após a apresentação de quatro formas distintas de metaplasmos: por acréscimo; por subtração; por transposição e por transformação, analisaremos, em seguida, o ambiente geo-sociolinguístico onde cresceu Luiz Gonzaga.

O ambiente geo-sociocultural onde nasceu e cresceu Luiz Gonzaga

Luiz Gonzaga nasceu ao pé da Serra do Araripe, em 13 de dezembro de 1912, na fazenda Caiçara, em Exu, município do oeste pernambucano, fronteira com o Crato, município cearense. Oriundo de família pertencente à baixa classe social exuense, Luiz Gonzaga não frequentou formalmente a escola. O contato com as primeiras letras deu-se em dois momentos: primeiro, por intermédio das filhas do coronel Manuel Aires de Alencar, prefeito de Exu e rábula, para quem Gonzaga trabalhava. Mais tarde, pelas mãos do sargento de polícia, Aprígio, que comandava um grupo de escoteiros em Exu (SÁ, 2012 [1966]). Porém, a vida de estudante de Gonzaga durou pouco. Em 1926, o sargento Aprígio morria afogado em Exu, encerrando assim a experiência estudantil do garoto Luiz Gonzaga aos 14 anos. Por outro lado, Gonzaga apresentou logo cedo certa musicalidade e mais tarde conquistou o Brasil com suas músicas que exaltavam o Nordeste, seus ritmos, seu povo e suas tradições culturais. Luiz Gonzaga foi responsável, juntamente com o advogado cearense Humberto Teixeira, pela estilização do baião, ritmo transformado em gênero de música popular urbana em meados da década de 1940. Emplacando grandes sucessos nacionais durante uma década, Gonzaga tornou-se definitivamente o Rei do Baião.

A zona geográfica de onde veio Luiz Gonzaga era o Cariri. De acordo com Ramalho (1998, p. 30), essa região

integra, principalmente, **o sul do estado do Ceará e algumas áreas circunvizinhas de Pernambuco e Paraíba**. O nome Cariri é oriundo de seus primeiros habitantes, a tribo Cariri. Sabe-se que esta região, por seu vale e sua chapada — a Serra do Araripe —, atraiu colonizadores da Bahia, Alagoas e Pernambuco que a utilizaram, mais particularmente, para a criação de gado, no século XVII. Dentro desse ambiente, cres-

ceu a população. Entretanto, a área limítrofe ao Estado de Pernambuco apresenta acentuadas características climáticas típicas de sertão. (Grifo nosso)

Luiz Gonzaga cresceu nesse espaço, participando de atividades agrícolas para ajudar a família ao mesmo tempo em que aprendia com o pai a tocar as primeiras notas ao acordeom. Era o ambiente de encontros com as pessoas nas feiras, do trabalho como ajudante do coronel Manuel Aires e, mais tarde, dos bailes animados pela sanfona de oito baixos de Gonzaga. Ambiente, então, de valiosas interações linguísticas e socioculturais naquela região pernambucana. Os falares da região onde cresceu influenciaram Luiz Gonzaga e marcaram seu léxico de forma significativa. Desse modo, Ramalho (1998, p. 31) afirma que:

as **origens rurais de Gonzaga deixaram-no fortemente impregnado da sonoridade própria da língua coloquial do sertão**, apesar de aquisições de sons do linguajar de contextos urbanos onde viveu como profissional. (Grifo nosso)

Dessa forma, Gonzaga tinha consciência que seu grande público o acompanhava pelo rádio, ouvindo suas canções telúricas, principalmente os migrantes nordestinos residentes no Rio e em São Paulo.

Em consonância com os argumentos do Bagno (2013), entendemos que a variedade linguística que Luiz Gonzaga usava, pertence ao conjunto de variedades estigmatizadas do português brasileiro que são empregadas por falantes de menor poder aquisitivo e de menor escolarização, em oposição à norma culta, variedade urbana de prestígio usada por falantes com formação superior.

Gonzaga utilizava, predominantemente, a variedade rural nordestina, mesmo que tivesse tido a oportunidade de conviver com advogado, médico – profissões de seus principais parceiros -, músicos, compositores e empresários do meio urbano.

Posto isso, com base nessas influências socioculturais e linguísticas, assim como na fundamentação teórica apresentada, na próxima seção, analisamos as ocorrências de alguns tipos de metaplasmos encontrados em três composições de Luiz Gonzaga em parceria com Humberto Teixeira. As canções escolhidas para aná-

lise foram: Asa Branca (1947), Estrada de Canindé (1950) e Assum Preto (1950), todas lançadas na fase áurea do baião. As transcrições ortográficas dessa canções são fornecidas a seguir.

Canções

ESTRADA DE CANINDÉ (Luiz Gonzaga-Humberto Teixeira)

Ai, ai, que bom	Quem é pobre anda a pé
Que bom, que bom que é	Mais o pobre vê nas estrada
Uma estrada e uma caboca	O orvaio beijando as flô
Cum a gente andando a pé	Vê de perto o galo campina
Ai, ai, que bom	Que quando canta muda de cô
Que bom, que bom que é	Vai moiando os pés nos riacho
Uma estrada e a lua branca	Que água fresca, nosso Sinhô
No sertão de Canindé	Vai oiando coisa a grané
Artomove lá nem sabe se é home ou	Coisas qui, pramode vê
se é muié	O cristão tem que andar a pé.
Quem é rico anda em burrico	

ASSUM PRETO (Luiz Gonzaga-Humberto Teixeira)

Tudo em vorta é só beleza	Mais num pode avuá
Sol de Abril e a mata em frô	Mil vez a sina de uma gaiola
Mais Assum Preto, cego dos óio	Desde que o céu, ai, pudesse oiá (bis)
Num vendo a luz, ai, canta de dô (bis)	Assum Preto, o meu cantá
Tarvez por iguignorança	É tão triste cumo o teu
Ou mardade das pió	Também robaru o meu amô
Furaro os óio do Assum Preto	Que era a luiz, ai, dos óios meu
Pra ele assim, ai, cantá mió (bis)	Também robaru o meu amô
Assum Preto veve sorto	Que era a luiz, ai, dos óios meu.

ASA BRANCA (Luiz Gonzaga-Humberto Teixeira)

Quando oiei a terra ardendo
 Qual foguera de São João
 Eu perguntei a Deus do céu, ai
 Por que tamanha judiação
 Eu perguntei a Deus do céu, ai
 Por que tamanha judiação
 Que braseiro, que fornaia
 Nem um pé de prantação
 Por farta d'água perdi meu gado
 Morreu de sede meu alazão
 Por farta d'água perdi meu gado
 Morreu de sede meu alazão
 Inté mesmo a asa branca
 Bateu asas do sertão
 Entonce eu disse, adeus Rosinha
 Guarda contigo meu coração

Entonce eu disse, adeus Rosinha
 Guarda contigo meu coração
 Hoje longe, muitas légua
 Numa triste solidão
 Espero a chuva caí de novo
 Pra mim vortá pro meu sertão
 Espero a chuva caí de novo
 Pra mim vortá pro meu sertão
 Quando o verde dos teus óio
 Se espaiá na prantação
 Eu te asseguro num chore não, viu
 Que eu vortarei, viu
 Meu coração
 Eu te asseguro num chore não, viu
 Que eu vortarei, viu
 Meu coração.

Análise

As canções investigadas apresentaram diversos tipos de metaplasmos brasileiros. Na análise, elencamos as variantes do português rural nordestino, seguidas das formas canônicas equivalentes, juntamente com a explicação sobre o fenômeno fonético ocorrido.

Dessa forma, os metaplasmos identificados em cada canção foram os seguintes:

Estrada de Canindé:

- a) *Pramode*, por amor de: é vocábulo simples resultante da expressão “por amor de” a partir de supressões decorrentes do fenômeno de sinalefa (BAGNO, 2012). Segundo Marroquim (1996 [1934], p. 74), essa expressão tipicamente regional significa *para, a fim de*, e era uma forma bastante usada no velho português.
- b) *Caboca*, cabocla: neste vocábulo ocorreu síncope do [l] em encontro consonantal postônico.
- c) *Artomove*, automóvel: o vocábulo sofreu apócope do [l] e rotacismo

resultante da substituição do fonema [ʊ] por [ɹ].

d) *Estrada*, estradas: a palavra sofreu apócope do [s] marcador de plural.

e) *Flô*, flor: o substantivo sofreu apócope do /r/, fenômeno bastante comum no português brasileiro.

f) *Riacho*, riachos: nesta palavra houve apócope do [s] marcador de plural.

g) *Vê*, ver: a palavra sofreu apócope do /r/.

h) *Home*, homem: nesta palavra ocorreu a desnasalação do [ẽ] em [e].

i) *Muié*, mulher: esta palavra sofreu apócope do /r/, iotização da lateral [ʎ] para semivogal palatal [ɪ].

j) *Orvaio*, orvalho: nesta palavra houve iotização do [ʎ] para semivogal palatal [ɪ].

k) *Moiando*, molhando: a palavra sofreu iotização do [ʎ] em semivogal palatal [ɪ];

l) *Oiando*, olhando: a palavra contém iotização do [ʎ] para semivogal palatal [ɪ].

m) *Cô*, cor: a palavra sofreu apócope do /r/.

n) *Mais*, mas: ditongação.

o) *Grané*, granel: apócope da consoante lateral [l].

Assum Preto

a) *Avuá*, voar: a palavra apresenta prótese da vogal central baixa [a] e apócope do /r/.

b) *Frô*, flor: nesta palavra houve apócope do /r/ e rotacismo, já que a consoante [l] transformou-se no tepe [ɹ].

c) *Piô*, pior: a palavra sofreu apócope do /r/ e iotização de [ʎ] para semivogal palatal [ɪ].

d) *Cantá*, cantar: a palavra sofreu apócope do /r/.

e) *Miô*, melhor: nesta palavra houve iotização do [ʎ] para semivogal palatal [ɪ], bem como apócope do /r/.

f) *Furaru*, furaram: nesta palavra ocorreu a desnasalação da vogal nasal [ã] em [u].

g) *Vortá*, voltar: nesta palavra houve apócope do /r/.

- h) *Tarvez*, talvez; *mardade*, maldade; *sorto*, solto: nestas palavras houve rotacismo, pois a lateral [l] transformou-se em /r/.
- i) *Iguinorança*, ignorância: a palavra sofreu suarabácti, pois houve inserção de uma vogal dentro do grupo consonântico [gn] e monotongação do ditongo [ia].
- j) *Óio*, olhos: nesta palavra ocorreu iotização do [ʎ] para semivogal palatal [i], bem como apócope da fricativa [s], traço marcador de plural.
- k) *Oiá*, olhar: nesta palavra houve iotização do [ʎ] para semivogal palatal [i], bem como apócope do /r/.
- l) *Dô*, dor: a palavra sofreu apócope do /r/.
- m) *Pra*, para: nesta palavra houve síncope da vogal central baixa [a].
- n) *Vez*, vezes: nesta palavra ocorreu apócope do [s] marcador de plural.
- o) *Robaru*, roubaram: nesta palavra ocorreu a monotongação do ditongo [ou] e passagem à vogal alta posterior [u].
- p) *Luiz*, luz: aqui, houve a transformação de uma vogal em ditongo.

Asa Branca

- a) *Légua*, léguas: a palavra sofreu apócope do [s] marcador de plural.
- b) *Prantação*, plantação; *Farta*, falta; *Vortar*, voltar; *Vortarei*, voltarei: nestas palavras houve rotacismo, pois a consoante lateral [l] transformou-se em /r/.
- c) *Oiei*, olhei: a palavra sofreu iotização do [ʎ] para semivogal palatal [i].
- d) *Óio*, olhos: nesta palavra ocorreu iotização do [ʎ] para semivogal palatal [i], bem como apócope do /s/ marcador de plural.
- e) *Espaiá*, espalhar: esta palavra sofreu apócope do /r/, iotização da palatal [ʎ] para semivogal palatal [i] e consequente ditongação.
- f) *Preguntei*, perguntei: nesta palavra ocorreu metátese do /r/.
- g) *Numa*, ocorrência de sinalefa na fronteira dos vocábulos envolvidos pela contração da preposição *em* com o artigo *uma*.
- h) *Caí*, cair: a palavra contém apócope do /r/.
- i) *Fornaia*, fornalha: a palavra sofreu iotização do [ʎ] para semivogal palatal [i].

É importante destacar que em alguns vocábulos ocorrem mais de um meta-

plasma, tais como *óio* (olhos: iotização e apócope) e *frô* (flor: rotacismo e apócope) na canção Assum Preto, por exemplo.

Considerações finais

O estudo da variação linguística com base em metaplasmos brasileiros permite fazer algumas inferências conclusivas. Passemos a expô-las.

Conforme apresentado, no que concerne ao falar nordestino, os aspectos fonéticos evidenciam as diferenças entre esse falar e os de outras regiões brasileiras. Neste estudo, abordamos quatro grupos de metaplasmos (por acréscimo, por subtração, por transposição e por transformação), enquanto marcadores do falar de uma variedade estigmatizada socialmente, a variedade rural nordestina que é divulgada na obra de Luiz Gonzaga. Desse modo, constatou-se que as três canções do autor pernambucano propostas para análise: Estrada de Canindé, Assum Preto e Asa Branca, pertencentes ao gênero baião, revelaram-se como fontes de metaplasmos contemporâneos da língua portuguesa.

Constatou-se também que algumas das marcas usadas na fala de Gonzaga não são exclusivas do falar rural nordestino e de pessoas de baixa escolaridade como ele. Há traços linguísticos encontrados no *corpus*, que são encontrados na fala de todo e qualquer brasileiro: as apócopes do rótico no infinito dos verbos e substantivos, da fricativa alveolar [s] para marcação de plural – por falantes escolarizados em situação não-formal - e a ditongação da conjunção adversativa “mas [ˈmais]”.

Por outro lado, verificou-se que os metaplasmos fonéticos que predominam na variante estigmatizada usada por Gonzaga são claramente representados pelos seguintes traços: uso de suarabácti e monotongação de ditongo acrescente, como em *iguinorança*; uso de rotacismo, que ocorreu em coda silábica, seja em posição medial ou em posição de ataque (*sorto*, *prantação*); pela utilização de prótese (*avuar*); pela iotização ocorrida em várias palavras, tais como *fornaia*, *orvaio* e *moíá*; pelo uso de sinalefa (*pramode*), bem como pela presença de metátese no verbo *preguntei*.

Por fim, essa pequena amostra procurou demonstrar que as mudanças linguísticas com base em metaplasmos continuam gerando a constituição de formas linguísticas alternativas no português brasileiro.

Referências

- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva do. Falares nordestinos: aspectos socioculturais. *Revista Acta Semiótica e Lingvística*, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 209-225. jul-dez. 2013.
- _____. Ditongação x Monotongação no Falar de Fortaleza. *Revista Graphos*, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 109-120. dez. 2001.
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por Acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- _____. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- _____. *Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino do português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- BOTELHO, José Mario; LEITE, Isabelle Lins. *Metaplasmos contemporâneos: um estudo acerca das atuais transformações fonéticas da Língua Portuguesa*. Anais do II Segundo Congresso de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo. Departamento de Letras. vol. único. Ano 2, n.º 01. UERJ, 2005.
- CÂMARA JR., Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1977.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1988.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de Linguística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1981.
- MARROQUIM, Mário. *A Língua do Nordeste*. 3. Ed. Curitiba: HD Livros, 1996.
- RAMALHO, Elba Braga. *Aspectos do falar Nordestino em Samarica Parteira*. Rev. Letras. N. 20. vol. 1/2. jan/dez. 1998.
- SÁ, SINVAL. *O Sanfoneiro do Riacho da Brígida: vida e andanças de Luiz Gonzaga – O Rei do Baião*. 7. ed. Recife: Cepe, 2012.

NOTAS SOBRE *LUZIA HOMEM* E A PROBLEMÁTICA DO CÂNONE LITERÁRIO À LUZ DA SOCIOLINGUÍSTICA

PAULO ALDEMIR DELFINO LOPES (UEPB)

Sobre *Luzia Homem*

Luzia Homem (1903), do escritor cearense Domingos Olímpio, romance de técnica naturalista, tematiza os flagelos da grande seca que assolou o nordeste brasileiro entre os anos de 1877 e 1879 ocasionando grande migração de sertanejos, sobretudo no Ceará, e repercutindo não só na imprensa da época, mas no imaginário de toda a sociedade finissecular. Seguindo essa temática, destacam-se outros romances como *Os retirantes* (1889), de José do Patrocínio, *A Fome* (1890), de Rodolfo Teófilo, *A Bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida, *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz e *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos.

Ambientado na cidade de Sobral, interior do Ceará, *Luzia Homem* narra a história da protagonista que empresta seu nome à obra, moça de fibra que devido às vicissitudes da vida é obrigada a trabalhar como homem para sustentar sua mãe já idosa e doente, D. Zefinha.

Por seu porte viril, Luzia trabalhava na frente emergencial¹ que construía a cadeira pública da cidade em troca de víveres. Desempenhando ofício de homem e trajando-se como um, recebe a alcunha de Luzia Homem, como nos informa o narrador:

1. Auxílio financeiro ou alimentício oferecido pelo Governo para os homens que resolvem enfrentar a seca em troca de trabalho e que geralmente se dava sob a forma de construção de rodagens, açudes e serviços de alvenaria.

Não; não fora feita para amar. Seu destino era penar no trabalho; por isso, fora marcada com a estigma varonil; por isso, a voz do povo, que é o eco da de Deus, lhe chamava Luzia-Homem (OLÍMPIO, 1973, p. 99).

A trama constitui-se, basicamente, em torno de dois conflitos: o enfrentamento da seca e a relação nada amistosa entre Luzia Homem e Crapiúna. Ambos os conflitos levam a um fim trágico, pois escapando ao primeiro, Luzia acaba vitimada pelo segundo.

A datação do tempo em que transcorre a narrativa nos é auxiliada pelo dado histórico da construção da cadeia de Sobral, que se deu entre os anos de 1877 e 1879. A narrativa segue uma cronologia linear, com poucos *flash-backs*.

O narrador, segundo a categorização exposta por Ligia Chiappini (2000, p. 26-27), é do tipo onisciente intruso, pois “tem a liberdade de narrar à vontade, de colocar-se acima, ou, como quer J. Pouillon, por trás, adotando um ponto de vista divino, como diria Sartre, para além dos limites de tempo e espaço”.

Como já mencionamos, o romance recebeu duras críticas quanto à linguagem, sobretudo pelas longas adjetivações que o autor emprega para desenhar seu cenário. Destaca-se, dentre as críticas mais severas, a de Lúcia Miguel Pereira, que comenta:

Escritor sem grande poder verbal, ataviado demais, sem verdadeiro domínio das palavras, que não se ajustam ao tema, e são muitas vezes ar-revesadas, outras impróprias [...] A grande deficiência deste livro reside no desnível entre a concepção e a execução, na grandeza daquela, na fraqueza desta. O escritor fica muito aquém do criador [...] (PEREIRA, 1957, p. 204).

Afora isso, estudiosos concordam que a leitura do romance se mostra fluida e acessível (BARBOSA, 2006; OLIVEIRA JÚNIOR, 1997).

O cânone ocidental e a problemática da linguagem literária

A linguagem literária, vista por uma perspectiva pós-estruturalista, é concebida não tão somente como representação, espectro de uma realidade, mas como materialidade que demarca sua existência no mundo, fazendo parte dos discursos efetivamente proferidos. Segundo Maingueneau,

As obras falam efetivamente do mundo, mas sua *enunciação é parte integrante do mundo que pretensamente representam*. Não há, por um lado, um universo de coisas e de atividades mudas, do outro representações literárias destacadas dele que seriam uma imagem sua. A literatura também consiste numa atividade; *não apenas ela mantém um discurso sobre o mundo, mas gere sua própria presença nesse mundo*. As condições de enunciação do texto literário não são uma estrutura contingente da qual este poderia se libertar, mas são indefectivelmente vinculadas a seu sentido (MAINGUENEAU, 2001, p.19) (Grifos do autor).

Uma vez que a crítica recorre à noção de contexto social para cobrar certa postura linguística dos personagens e, por conseguinte, do autor, cabe destacar que o contexto, longe de ser apenas um reflexo das condições sociais e históricas de produção da obra literária, é o solo instável que se divisa entre o individual e o social, permeado por relações conflituosas que se revelam por meio da linguagem. Não podemos deixar de mencionar que esta se encontra submissa às coerções do campo literário, sendo um dos pontos sobre o qual a crítica costumeiramente tem sido veemente em apontar falhas.

Roberto Reis (1992), problematizando a formação do cânone ocidental, alerta para a necessidade de reconhecermos nessa instituição, que se quer a-histórica e atemporal, fortes relações de poder e dominação que se estabelecem exatamente por meio da linguagem. Segundo o autor,

[...] a linguagem também hierarquiza e engendra em seu bojo mecanismos de poder, na medida em que ela articula e está articulada pelas significações forjadas no seio de uma dada cultura, no interior da qual, como ficou dito, as ideologias estão operando para garantir a dominação social (REIS, 1992, p. 67).

E acrescenta:

[...] por trás de noções como linguagem, cultura, escrita e literatura, mesmo se não as tratarmos (como seria mais indicado) em termos históricos e menos abrangentes, se esconde a noção de poder (REIS, 1992, p. 68).

Desse modo, instituições como a escola e a universidade agem como reprodutoras do modelo de dominação canônica, por vezes desencorajando as tentativas de desmistificá-lo. A partir das reflexões de Foucault sobre a constituição do saber ocidental, Reis prossegue sua argumentação afirmando que “o conceito de cânon implica um princípio de seleção (e exclusão) e, assim, não pode se desvincular da questão do poder” (REIS, 1992, p. 70).

Por fim, a propósito da figura do crítico, grande guardião da doxa canônica, a adoção do princípio de imanência do texto literário, muito difundido no século passado, fez surgir o repúdio a toda e qualquer influência externa à compreensão da obra – diga-se social, cultural e até mesmo histórica –, elevando esse sujeito à condição de “autoridade sobre o sentido, a estrutura, as relações internas do artefato literário” (REIS, 1992, p. 75), tornando qualquer outro sujeito inapto a emitir juízo valorativo sobre a obra literária.

Posição mais sensata é defendida por Antonio Candido (2008, p. 17), quando afirma que “Uma crítica que se queira integral deixará de ser unilateralmente sociológica, psicológica ou linguística, para utilizar livremente os elementos capazes de conduzi-los a uma interpretação coerente”.

Nesse sentido, a Sociolinguística, ao correlacionar língua e sociedade, lança nova luz sobre a questão da linguagem, distanciando-se do modelo de análise estruturalista e propondo a substituição da *idealidade* pela *sistematicidade* (TARALLO, 1985). Esse modelo de análise que concebe a língua não como estrutura fixa e imutável, mas como heterogênea, possibilita-nos compreender que, a partir de diferentes lugares, situações e estratos sociais, os sujeitos adotam diferentes níveis de fala, sendo necessário perceber, mesmo no texto literário, as diferentes nuances linguísticas empregadas pelas personagens.

Breve percurso dos estudos sociolinguísticos

Surgida nos Estados Unidos, na década de 1960, a Sociolinguística constitui-se como uma ciência autônoma e interdisciplinar que se ocupa em investigar o contexto social e cultural que envolve o ato da fala para explicar os fenômenos da mudança e da variação linguística (BORTONI-RICARDO, 2014) inerentes à língua em condições reais de uso. Atribui-se a William Labov a formalização desse modelo de análise, embora, décadas antes, outros linguistas já empregassem dados de natureza social e cultural em suas análises.

Em entrevista à ReVEL (Revista Virtual de Estudos da Linguagem), Labov responde sobre a motivação que o levou a delimitar melhor um lugar dentro da ciência linguística para tratar dos aspectos relativos à variação:

Quando eu comecei na Linguística, eu tinha em mente uma mudança para um campo mais científico, baseado na maneira como as pessoas usavam a linguagem na vida cotidiana. Quando eu comecei a entrevistar pessoas e gravar suas falas, descobri que a fala cotidiana envolvia muita variação linguística, algo com que a teoria padrão não estava preparada para lidar. As ferramentas para estudar a variação e a mudança sincrônica surgiram dessa situação. Mais tarde, o estudo da variação linguística forneceu respostas claras para muitos dos problemas que não eram resolvidos por uma visão discreta da estrutura linguística (LABOV, 2007).

Optando por estudar a fala (*parole*), a Sociolinguística se distancia do modelo saussuriano vigente à época que tinha a língua (*langue*) como foco de suas pesquisas. A variação, antes repelida e posta à parte pelos adeptos do modelo de análise linguística defendido por Saussure, passa a constituir a principal matéria da nova ciência linguística.

Visando a sistematização das diferentes ocorrências de variação, elas foram categorizadas em: *variação diatópica*, que ocorre em função da localidade, ou seja, uma mesma língua pode apresentar-se diferente a depender das origens geográficas dos falantes; *variação diastrática*, que ocorre em função da identidade dos falantes, classe social, sexo e idade; e *variação diafásica*, aquela em que um mesmo falante, para adequar-se a determinadas situações, opta por ser menos ou mais formal.

São, portanto, as circunstâncias da enunciação que elucidarão o uso de determinada variante linguística em detrimento de outra(s). Por *variantes linguísticas* compreendemos os diferentes modos de que o sujeito dispõe para dizer uma mesma coisa. Já esses diferentes modos, que compõem um paradigma, chamamos *variável linguística* (TARALLO, 1985).

Não demorou para que esse novo modelo de análise linguística chegasse ao Brasil, onde se consolidou graças ao caráter bastante heterogêneo da língua portuguesa decorrente, dentre outros fatores, da dimensão geográfica do país. Segundo Roncarati (2011), o GT de Sociolinguística da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), criado em 1985, foi um dos pioneiros a desenvolver pesquisas de natureza sociolinguística e dialetológica.

Dentre as contribuições legadas pela Sociolinguística, destaca-se o enfrentamento do preconceito linguístico, uma vez que a mesma compreende que ao lado do padrão culto, socialmente valorizado, existem outros comportamentos linguísticos não menos importantes e que merecem igual tratamento, ou seja, abandona-se o velho maniqueísmo (certo/errado) e adota-se o conceito de adequação.

Contribuições da Sócio e da Etnolinguística para o estudo do texto literário

A propósito da aplicação da Sociolinguística no estudo do texto literário, Preti (2000) nos lembra que

Não podemos deixar de reconhecer que, em todas as épocas, muitos literatos aproveitaram em suas obras a linguagem popular e, se não o fizeram com mais frequência, no plano narrativo, onde a identificação entre o escritor e o narrador é mais imediata, pelo menos o tentaram na fala de suas personagens, criando um diálogo mais próximo da realidade oral (PRETI, 2000, p. 62).

Desdobramento resultante da ampliação da relação entre a língua e a sociedade, a etnolinguística estuda a relação entre a língua e a cultura, sendo definida por Pottier como “o estudo da mensagem linguística em ligação com o conjunto de circunstâncias da comunicação” (POTTIER, 1970 *apud* PRETI, 2000, p. 15).

Situando-nos sobre as semelhanças entre as duas disciplinas, Aragão (2013) esclarece:

Ao trabalharmos com a Etnolinguística, que trata das relações língua-cultura, e com a Sociolinguística, que estuda as relações língua-sociedade, vemos que essas ciências têm objetivos bem delimitados, mas têm, também, uma grande área de intersecção (ARAGÃO, 2013, p. 210).

As fronteiras entre Sócio e Etnolinguística são, de fato, de difícil demarcação, razão que levou Coseriu (1990) a problematizar suas terminologias. Segundo o autor, prevalece certa indefinição quanto aos objetos e aos métodos das mesmas:

Do ponto de vista linguístico é oportuno limitar a sociolinguística (como disciplina linguística, não sociológica) ao estudo da *variedade* e variação da linguagem em relação com a estrutura social das comunidades e a etnolinguística (como disciplina linguística, não etnológica) ao estudo da variedade e variação da linguagem em relação com a civilização e a cultura (COSERIU, 1990, p. 28).

Interessa-nos, no entanto, mais os pontos em que elas convergem para, por meio de ambas, compreendermos as relações criadas no tecido da obra literária, uma vez que esta, sendo uma *mimese* da realidade, requer que olhemos tanto para o indivíduo como para a conjuntura social, cultural e histórica que o cerca.

O léxico em *Luzia Homem*

Pouco lembrado pela crítica literária brasileira, o romance *Luzia Homem* figura às margens do cânone, sendo evocado, às vezes, apenas como uma obra de expressão regionalista, dentre outras tantas. As razões pelas quais isso acontece remontam, certamente, à discussão sobre a própria constituição do cânone e seus critérios de valoração/exclusão.

Para a crítica, ensaísta e literata Lúcia Miguel Pereira (1992), há uma grave falha na concepção de Luzia Homem, um descompasso entre a realidade social das personagens e a linguagem por elas empregada.

Segundo Barbosa (2006),

As deficiências de estilo, apontadas pela crítica, dizem respeito à linguagem empolada, tanto nas descrições, quanto no discurso indireto livre, quando o narrador expressa os pensamentos da protagonista em uma língua-gem que não condiz com a fala de uma sertaneja nordestina (BARBOSA, 2006, p. 274) (*sic*).

De fato, num primeiro olhar, é fácil concordar com o que a crítica já expôs. A primeira fala da personagem, que aparece no começo do segundo capítulo, nos leva a crer que o julgamento já sedimentado sobre a linguagem da protagonista tenha sido justo. Vejamos:

– Deixe-me sossegada. Não se meta com a minha vida. Eu não sou o que o senhor supõe... (OLÍMPIO, 1973, p. 30).

O uso do pronome oblíquo enclítico, marca de variante linguística de prestígio, e a perfeita construção sintática de todo o arranjo confirmariam o posicionamento da crítica, no entanto, logo adiante, novamente da boca de Luzia, em diálogo com o amigo Alexandre, jorram algumas palavras que ratificam sua identidade nordestina/sertaneja:

– Não quero – retorquiu Luzia vivamente. – Não tenho medo daquele miserável, mas não desejo *dar nas vistas* dessa gente *desabusada*. Depois que hão de dizer?... Você não é nada meu para tomar dores por mim... Aquilo não tem entranhas de cristão: é um *malfazejo*... (OLÍMPIO, 1973, p. 37) (grifos nossos).

Nesse excerto, o uso da expressão coloquial *dar nas vistas* e dos léxicos *desabusada* e *malfazejo*, nos faz desconfiar de que a crítica pode ter sido assaz veemente ao apontar desníveis nas falas da protagonista que chegariam a comprometer toda a obra.

Como já pontuou Aragão (2013, p. 211), a propósito da linguagem regional dos também cearenses Oliveira Paiva e Patativa do Assaré, “Em se tratando de falar regional nordestino, o léxico e a fonética são os aspectos onde mais se percebe as diferenças entre esses falares e os de outras regiões brasileiras”.

Mais adiante, encontramos o seguinte diálogo de Luzia com o promotor:

– Onde é natural? – inquiriu o promotor.

– Eu me chamo Luzia Maria da Conceição. Sou filha do Ipu. Meu pai, que Deus haja, era vaqueiro das Ipueiras do major Pedro Ribeiro... Está ouvindo, seu doutor?

Ela aludia a gritos e gargalhadas do *povilhéu*, bradando na rua: “Luzia-Homem!... Metam ela na cadeia que se descobre tudo!... *Aviem* os pobres que estão aqui esperando com fome!...”

[...]

Só deixei de usar camisa e ceroula e andar *encourada*, quando já era moça demais, ali *por obra* dos 18 anos. Muita gente me tomava por homem de verdade. Depois, meu pai, coitadinho, que era forte como um touro, e matava um bode *taludo* com um murro no *cabelouro*, morreu de moléstias que apanhou na influência da ambição de melhorar de sorte, na cavação de ouro no riacho do Juré (OLÍMPIO, 1973, p. 65-66) (grifos nossos).

Novamente, saltam aos olhos o emprego de léxico reconhecidamente nordestino, a exemplo de “povilhéu”, “aviem”, “encourado”², “taludo” e “cabelouro”, além da construção “por obra dos 18 anos”, empregada para expressar imprecisão temporal. Algumas das palavras destacadas, a exemplo de “cabelouro”, é definida pelo Houaiss (2009) apenas como uma forma aglutinada de “cabelo+louro”, acepção que sequer tangencia o sentido atribuído à palavra quando empregada nos sertões nordestinos. Por sua vez, o Dicionário Michaelis (2009) a define como sendo a “nuca dos animais”. Ademias, ainda sobre o léxico destacado na citação, quando o encontramos em dicionários mais usuais, geralmente vem seguido de datações

2. Segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss (2009), “Adjetivo e substantivo masculino. Regionalismo: Nordeste do Brasil. Que ou aquele que veste roupa de couro, conforme o uso dos vaqueiros”.

que remontam a séculos passados (XIV, XV e XVI, por exemplo), reafirmando a forte marca linguística dos interiores nordestinos, onde a língua manteve-se menos influenciada por situações de contato com os falares de outras regiões ou mesmo com os falares urbanos.

Algumas considerações

Esse quadro nos permite conjecturar que, à luz da sócio e da etnolinguística, as marcas de oralidade nas falas das personagens, o uso de léxico e de construções sintáticas característicos da região Nordeste não confirmam a postura da crítica, a qual não elucida os fatos acerca da linguagem regional cearense do final do século XIX e início do século XX.

A identidade nordestina é representada não só através das falas de Luzia Homem, mas nas paisagens, costumes e ações das demais personagens que, mesmo vivendo os flagelos da seca, persistem, provando que, como já disse Euclides da Cunha (2001, p. 207), “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”.

Referências

- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. Falares nordestinos: aspectos socioculturais. In: *Acta Semi-ótica et Lingvística*. João Pessoa, v. 18, n. 12, p. 209-225, 2013.
- BARBOSA, Maria de Lourdes Dias Leite. Luzia-Homem: força e delicadeza num romance trágico. In: FIÚZA, Regina Pamplona (org.). *Panorama Literário I*. Academia Cearense de Letras, Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Manual de Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.
- COSERIU, Eugênio. Fundamentos e tarefas da sócio e da etnolinguística. In: MELLO, Linalda de Arruda. *Sociedade, Cultura & Língua: ensaios de sócio e etnolinguística*. João Pessoa: Shorin, 1990.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. (Clássicos Comentados I).
- HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 3.0 [CD-ROM]. 2009.
- LABOV, William. Sociolinguística: uma entrevista com William Labov. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. Disponível em: <www.revel.inf.br>. Acesso em: 01 Dez. 2014.
- LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *O foco narrativo*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Coleção leitura e crítica).
- MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 11 abr. 2016.
- OLÍMPIO, Domingos. *Luzia Homem*. São Paulo: Editora Três, 1973. (Obras imortais da nossa literatura).
- OLIVEIRA JÚNIOR, José Leite de. *O pictórico em Luzia-Homem*. Fortaleza: Links, 1997.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. Três romancistas regionalistas. In: *A leitora e seus personagens: seleta de textos publicados em periódicos (1941-1943) e em livros*. Rio de Janeiro, 1992.
- _____. *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção*. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1957.
- PRETI, Dino. *Os níveis de fala: um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira*. 9. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, J. L. (org.). *Palavras da crítica*. Tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 64-92.

RONARATI, Cláudia. Estudos sociolinguísticos e dialectológicos. Revista Icarahy. N. 5, 2011. Disponível em: <<http://www.revistaicarahy.uff.br/revista/html/numeros/5/entrevista/ENTREVISTA.pdf>>. Acesso em: 02 Dez. 2014.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa Sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios).

O LÉXICO REGIONAL NA LITERATURA CEARENSE

MARIA SILVANA MILITÃO DE ALENCAR (UFC)

Considerações Iniciais

A presente comunicação objetiva mostrar aspectos do léxico regional na literatura cearense. Sabe-se que o léxico é o aspecto da linguagem que melhor caracteriza a variação, quer seja regional, social ou estilística. O Ceará, como os demais Estados nordestinos, possui autores de literatura regional/popular de renome nacional, como Rachel de Queiroz, Patativa do Assaré, Catulo da Paixão Cearense, Rodolfo Teófilo, Ildefonso Albano, Manuel de Oliveira Paiva, dentre outros, que retratam de modo fiel, não apenas a linguagem regional do Ceará, mas a cultura, os modos de ser, viver e pensar dos cearenses.

A escolha desse tema encontra justificativa por vários motivos. Primeiro, a abordagem dos aspectos fonético-fonológicos pareceu-nos de grande valia, porque se constituem, por assim dizer, traços marcantes das nossas diferenças regionais e sociais. Através da fala apreende-se não só a mensagem do autor, mas dados identificadores de seu universo sócio-linguístico-cultural, bem como de sua visão de mundo. Justifica-se, também, por destacar o papel das pesquisas empíricas que têm por finalidade a descrição da língua portuguesa em suas variantes. Justifica-se, ainda, pela necessidade de preservar e valorizar nossos traços culturais que, embora relegados a um segundo plano, retratam a nossa história, afinal, a língua é a organização da realidade que nos cerca.

Buscou-se as bases teórico-metodológicas da fonética e da fonologia, com abordagem da Dialetoлогия, uma vez que será feito, além do estudo dos aspectos sonoros, o estudo das variações diatópicas (regionais) e diastráticas (sociais). Nos últimos anos, os estudos dialetais e geolinguísticos, em nosso país, têm apresentado um grande avanço com o desenvolvimento de pesquisas, Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado nas universidades brasileiras.

Estudos relacionados ao léxico apresentam-se de forma bastante complexa, pelas implicações culturais que possui, pois, através dele, melhor do que qualquer outro nível de análise pode-se observar a dinamicidade da língua, sua incessante renovação para atender às necessidades de seus usuários, refletindo-se nas instituições sociais que também se renovam continuamente.

Em um país com as dimensões como o Brasil, muitos traços linguísticos (a pronúncia de uma palavra, um item lexical etc.) identificam as diferenças regionais presentes na fala. Com isso queremos dizer que, como brasileiros, falamos a língua portuguesa e que não a falamos da mesma forma, em meio à unidade da língua nacional há a diversidade linguística, isto é, as particularidades de cada falante, de cada região.

O léxico é constituído por um conjunto de palavras guardadas na memória de uma comunidade de fala, durante a sua existência e, como tal, expressa a história dessa comunidade e a estrutura organizacional das normas sociais que a regem. As mudanças no vocabulário estão relacionadas, de alguma forma, com as mudanças sociais. Nesse sentido, diz Martinet (1974, p. 36) que “É, com efeito, o léxico que, numa língua, reflete mais diretamente as realidades não linguísticas”.

Nosso estudo enfoca aspectos do léxico regional na literatura cearense. O *corpus* desta pesquisa constitui-se de trinta poesias escolhidas de forma aleatória de dois momentos distintos da obra de Patativa do Assaré, sendo 15 poesias do livro *Cante lá que eu canto cá*, 15 poesias do livro *Aqui tem coisa*, e do romance *Dona Guidinha do Poço*, de Manuel de Oliveira Paiva.

Dados bibliográficos dos autores em estudo

Manoel de Oliveira Paiva, jornalista e escritor cearense, entrou para a literatura brasileira com a publicação de *Dona Guidinha do Poço*, uma das melhores realizações do nosso regionalismo. A obra foi escrita em 1879, mas publicada em 1952, quase sessenta anos depois, fora de seu contexto histórico e estético, a partir da descoberta dos seus originais pela autora de *História da Literatura Brasileira*, Lúcia Miguel Pereira.

Escrito com arte e originalidade, a linguagem utilizada oscila entre os dois níveis de expressão diferentes, o oral e o escrito. Há, portanto, um equilíbrio entre

a fala do narrador e a dos personagens, em que se combinam a língua padrão e a oralidade sertaneja, acentuando na escrita as peculiaridades linguísticas que a diferenciam prosódica, sintática e lexicamente da expressão urbana.

O romance, *Dona Guidinha do Poço*, narra a história de um crime passionai. Sua heroína, Dona Guida, senhora rica e orgulhosa, é uma dama de posses que enfrenta os preconceitos da época, quebrando tradições e se expondo aos riscos do adultério com um sobrinho do marido.

Patativa do Assaré, Antônio Gonçalves da Silva, cognominado Patativa do Assaré, por analogia a uma ave canora, a patativa, muito comum na Região do Cariri e, do Assaré, como sua marca distintiva. Deixou como legado mais de dez livros publicados, títulos honoríficos, dentre os quais, *Doutor Honoris Causa*, *Cidadão Cearense*, recebeu o troféu *Sereia de Ouro*, medalhas, prêmios e o reconhecimento como o maior poeta popular do Nordeste, e porque não dizer do país.

A obra de Patativa é referência para todo aquele que pretende estudar a cultura popular cearense. Sua poesia foi mais além, ultrapassou fronteiras físicas e intelectuais, pois algumas delas foram utilizadas pelo estudioso de cordel, Professor Raymond Cantel, em suas aulas sobre cultura popular, na Universidade de Sorbonne, na França. Na Inglaterra, sua poesia já teve versos com tradução de Colin Hanfrey, do Centre for Latin American Studies, em Liverpool. Hoje, é objeto de uma Dissertação de Mestrado a ser transformada em livro, patrocinada pela Universidade Nottingham, da Inglaterra. No Ceará, já foi tema de Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado.

Sua temática preferida é o contraste da vida sertaneja, numa luta de protesto contra a injustiça social. *Cante lá, que eu canto cá* é uma poesia que resume essa visão do mundo sertanejo dividido, onde se confrontam movimentos de tese e antítese, expressos pela contradição entre a vida na cidade e no campo. Seus versos revelam a beleza do sertão que lhe deu, “de mão beijada”, um mundo cheio de rimas.

Pressupostos teóricos

Um dos percalços mais sérios com que se tem defrontado a gramática descritiva, desde a Antiguidade Clássica, é o fato da enorme variabilidade da língua em seu uso num momento dado. “Varia no espaço criando o conceito de dialetos regionais;

varia na hierarquia social estabelecendo o que se chama dialetos sociais; varia ainda em um mesmo indivíduo, conforme a situação em que se acha – registros”. (CÂMARA JR., 1977, p.07).

Essas variações regionais e sociais vão determinar os dialetos ou falares de uma língua. No Brasil, por exemplo, sempre se relutou em falar em dialetos por não se notarem desvios muito marcados, então, hoje em dia, quando muito, podemos aceitar que existem falares regionais caracterizados, principalmente, por alterações fonéticas e especificidade vocabular.

Partindo dessas considerações, podemos penetrar no ramo da Linguística que se preocupa com o estudo das diferenças dialetais ou regionais de uma língua – a Dialetologia. Para Câmara Jr. (1978, p. 94), “Dialetologia é o estudo do arrolamento, sistematização e interpretação dos traços linguísticos dos dialetos”. Embora alguns pesquisadores ainda vejam a Dialetologia, unicamente, na perspectiva diatópica (horizontal), a grande maioria busca experimentar novos métodos. Dessa forma, os estudos dialetais, sem deixar de lado o parâmetro diatópico (regional, espacial), abrem espaço para a inclusão de outros parâmetros, tais como: o diastrático (estudo das classes sociais), o diagenérico ou biológico (que reproduz a convivência das gerações).

Na literatura os romancistas foram os que, sobretudo, se utilizaram de expressões dialetais, seja por espontaneidade ou para imprimir a cor local às suas narrativas. No século XIX, Taunay (Inocência) e Manoel de Oliveira Paiva (Dona Guidinha do Poço) coloriram a fala de personagens ou do próprio narrador com frequentes expressões regionais. No começo do século XX, período pré-modernista, Monteiro Lobato e Valdomiro Silveira, utilizaram-se do linguajar caipira com fins estilísticos e contribuíram para sua documentação. Amadeu Amaral, por exemplo, em *O Dialeto Caipira*, toma numerosas abonações dos dois contistas. Já no Modernismo, José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Guimarães Rosa, Mário Palmério enriqueceram também a literatura regional.

O fato de a Dialetologia, em sua origem haver se voltado para as falas regionais, especialmente rurais, não pode ser interpretado como algo definidor, mas uma circunstância transitória. No Brasil do século XIX, a perspectiva era outra, uma Dialetologia voltada para o estudo de uma população, na grande maioria, sem escolaridade, predominantemente da zona rural. A visão atual é bem diferente, em plena

era eletrônica, a Dialetologia vem se transformando e ampliando o seu escopo *pari passu* com as transformações que ocorrem não só na linguagem, mas na sociedade como um todo.

Silva Neto (1951, p.210) aponta o contato como fator responsável pela mudança cultural. O isolamento, ao contrário “[...] condiciona um tipo arcaico de vida e, conseqüentemente, uma linguagem mais conservadora”. É justamente pelos fatores citados acima que na população rural e inculta se acham as expressões mais antigas. E o fenômeno é muito simples. Como não há nestas comunidades interioranas o dinamismo e intercâmbio dos centros cultos, os falantes nativos são conservadores por excelência, ficando a língua arcaica ali preservada. Nestes locais, uma expressão pode ser uma aula de história.

Análise dos dados

Neste trabalho, analisamos os aspectos do léxico regional na literatura cearense através do léxico regional dos autores em estudo, de suas formas peculiares de ver o mundo e de dizer o mundo que os cerca e que representam, em última instância, o fazer e o viver do povo nordestino. Como o léxico não é um sistema fechado permite ao usuário a criação de novas palavras de acordo com as necessidades comunicativas e intuitos expressivos. É, portanto, a porta aberta para o enriquecimento da língua.

Para a análise dos dados, foram abordados exemplos nas obras dos autores em estudo, Manoel de Oliveira Paiva (OP) e Patativa do Assaré (PA), ressaltando-se o papel social e cultural dessas unidades linguísticas, reflexos da linguagem regional. Foi realizada, também, uma pesquisa prévia em dois dicionários específicos, Dicionário de Termos e Expressões Populares, Cabral (1982), Tesouro da Fraseologia Brasileira, Nascentes (1986) e no Vocabulário Popular Cearense, Girão (2000). Dessa forma, procurou-se analisar as lexias documentadas do ponto de vista semântico-lexical e a questão da dicionarização das designações.

Observou-se que as lexias utilizadas na literatura cearense se enquadram em diferentes estruturas: lexias simples como **brenhas**, **sentença**; lexias complexas como **perder as ceroulas**; algumas complexas ou textuais, como **Comer o pão que o diabo amassou**, **vara de espichar couro**. Apresentam diferentes nuances,

ora na ideologia, ora na cosmovisão do universo sertanejo, enfim, nas cores locais, como mostram os exemplos a seguir:

Achar o fio da meada - Descobrir a maneira de esclarecer o que está confuso. Lá vai agora *o fio da meada*. (OP, 1999, p. 122; NAS, 1986, p. 128).

Reatar o fio da conversa. Continuá-la do ponto onde havia parado.

Aos trancos e barrancos - À força, aos empurrões, ao léu da sorte. ... não se *andava aos trancos e barrancos* como ali na fazenda. (OP, 1999, p. 55; CAB, 1982, p. 98). Por trancos e barrancos. Com muitos trabalhos e riscos. (NAS, 1986, p. 302).

Ar de família - Semelhança entre pessoas da mesma família. __ Gentes! Será parente de Seu Major? A mó de que inté nas feição *dá uns ares!*(OP, 1999, p. 26; NAS, 1986, p. 12). **Dar uns ares** (CAB, 1982, p. 54).

Botar os bofes pela boca - Ofegar de cansado, cansar-se de falar ou de trabalhar. Chegou em casa *pondo os bofes pela boca*, (OP, 1999, p. 119; NAS, 1986, p. 33); Esbaforir-se (CAB, 1982, p. 121). **Deitar os bofes pela boca**. É mostrar-se extenuado. (GIR, 2000, p. 100).

Cair no oco do mundo - Fugir para lugar muito distante. Bateu pé pelo *oco deste mundo*, cá muié e os fio... (OP, 1999, p. 31; NAS, 1986, p. 202). Ir embora, desaparecer. (CAB, 1982, p. 165). Ganhar o oco do mundo. (GIR, 2000, p. 277).

Comer o pão que o diabo amassou - Sofrer privações, comer pouco e mal. ... *comendo*, e quando comiam! *O pão que o diabo amassou*. (OP, 1999, p. 32; NAS, 1986, p. 217). **Comer o que o diabo ajuntou** ou **o pão que o diabo amassou** – Sofrer dificuldades, trabalhos forçados, aperturas financeiras. O sinhô nunca sofreu/ Pois nunca *comeu do pão/ Que o diabo tem amassado*. (PA). (CAB, 1982, p. 239).

Dar cavaco - dar importância, valor. *Não dou cavaco in morrê,/ Somente por conhecê/ Que há tempo tá reservado/ O meu quadrinho de chão.* (PA). **Dar cavaco.** Zangar-se, aborrecer-se.(GIR, 2000, p. 164). **Dar o cavaco com.** (NAS, 1986, p. 62). **Dar cavaco** ou **Dar um cavaco.** (CAB, 1982, p. 203).

De fio a pavio - Do princípio ao fim, de ponta a ponta. __ Não interrompa, vá *de fio a pavio.* (NAS, 1986, p. 128; CAB, 1982, 393). **De cabo a rabo.** Do princípio ao fim. (NAS, 1986, p. 44).

De se tirar o chapéu – De causar admiração. __ Pois tenho uma tia *de se lhe tirar o chapéu,* meu amigo. (OP, 1999, p. 27; NAS, 1986, p. 66). **De tirar o chapéu** (CAB, 1982, p. 211).

De Supetão (ou **De Sopetão**) - De súbito, abruptamente. ... fazer que está longe e *aparecer de sopetão...* (OP, 1999, p. 142; CAB, 1982, p. 696).

Deixemo-nos de contos - Vamos direto ao fim, ponhamos de parte o subterfúgio, a mentira, o mexerico. __ Menino, lê lá, e deixa-te de *lábias de labaral**. (OP, 1999, p. 49; NAS, 1986, p. 77).

Estar com a corda no pescoço - Muito necessitado de dinheiro, muito endividado. Preços estravagantes, negocinho de beira de estrada, comércio *de corda ao pescoço!* (OP, 1999, p. 88; NAS, 1986, p. 80). **Com a corda no pescoço.** Em má situação financeira. (CAB, 1982, p. 249).

Não ter eira nem beira - Ser um pobretão. Às vezes se acrescenta: **nem ramo de figueira.** ... confiar a sorte de sua filha a um forasteiro, *sem eira nem beira.* (OP, 1999, p. 89; NAS, 1986, p. 107).

Nas buchas ou **Em cima das buchas** - Imediatamente, sem demora. (GIR, 2000, p. 106).

Pisar no breido - Ir embora; fugir desaparecer; meter-se no mato; sumir. *Eu também corri com medo/ Não vou negar nem mentir,/ Tive que **pisá no brêdo**/Tive que me escapuli.* (PA). **Pôr-se no breido.** (Ceará). Fugir. Expressão utilizada com o sentido de esconder-se, escapar. O termo breido é utilizado para designar o mato. (NAS, 1986, p. 38). O Silveira *pôs-se no breido*, cabra desgraçado e traiçoeiro! (OP, 1999, p. 161). **Cair no breido. Pisar no breido.**

Responder com quatro pedras na mão - Com altivez, insolência. Havia-lhe falado franco. Ela porém, saíra-lhe *com quatro pedras na mão...* (OP, 1999, p. 152; NAS, 1986, p. 231).

Sair do sério - Folgar, rir, perder por um pouco ar e caráter de gravidade. Só porque num fim de festa *saiu do sério?* (OP, 1999, p. 83; NAS, 1986, p. 282; CAB, 1982, p. 674).

Ser farinha do mesmo saco - Ser da mesma laia. São *chita da mesma peça.* (OP, 1999, p. 69; CAB, 1982, p. 380). Ter o mesmo modo de vida, os mesmos hábitos. (NAS, 1986, p. 75).

Ser tiro e queda - Ser coisa infalível, certa. Todos conheciam que a intercessão de Seá Dona Guida era *tiro e queda.* (OP, 1999, p. 83; CAB, 1982, p. 716). Decidir rapidamente um caso. (NAS, 1986, p. 298).

Ser um **osso duro de roer** - Coisa difícil de suportar, de vencer. Na verdade era *duro de roer.* (OP, 1999, p. 36; NAS, 1986, p. 208; CAB, 1982, p. 555).

Tanto faz dar na cabeça como na cabeça dar - *Tanto faz dar na cabeça como na cabeça dar...* (OP, 1999, p. 49; NAS, 1986, p. 43). A ordem dos fatores não altera o produto. **Tanto faz, como tanto fez.** Pouco me interessa o caso. (CAB, 1982, p. 705).

Virar a casaca - Mudar de partido político. ... exceto algum que *virasse casaca* em favorável ocasião. (OP, 1999, p. 95; CAB, 1982, p. 197). **Virar casaca**. Por interesse mudar de opinião ou de partido. (NAS, 1986, p. 60).

Voltar à vaca fria - Retomar o fio do que dizia, acabar com a digressão. Então, Vossa Mercê, Comadre Guidinha, que dá tudo por café... Mas *voltando à vaca fria*... (OP, 1999, p. 121; NAS, 1986, p. 309; CAB, 1982, p. 761).

Bode melado - Homem muito feio, de cabelo tendente a louro. *E aquele lôro, / bode melado / tá inganado / comigo agora*. (PA).

Bolo de fim de feira - Algo sem valor; insignificante. *Taram pensando que voto / é bolo de fim de fêra?* (PA).

Botar curto - Fiscalizar; regularizar um assunto; imprensar alguém; expressão semelhante amanter as rédeas curtas. *Mamãe, a senhora bote / bem curto naquele loro*. (PA).

Botar pedra no sapato - Dificultar a vida, a campanha, os negócios. *Mas agora eu boto / pedra no sapato / destes candidato*. (PA).

Comprar cartilha para o outro ler - Ser enganado, traído, ludibriado. *Só pruquê meu casamento / Foi triste e foi azalado / Foi mesmo que eu tê comprado / Cartia pro ôtro lê*. (PA).

Correr estreito - Viver situação de aperturas, de dificuldades. (CAB, 1982, p. 253). *Só canta o sertão dereito / Com tudo quanto ele tem, / Quem sempre correu estreito, / Sem proteção de ninguém*. (PA).

Dar de mão beijada - De graça, gratuitamente, espontaneamente. Dar sem remuneração, sem nada receber em troca. *Sertão, minha terra amada, / De bom e sadio crima, / Que me deu de mão beijada, / Um mundo cheio de rima*. (PA). (NAS, 1986, p. 177; CAB, 1982, p. 499).

Debaixo de sete chaves - Escondido. Amufambado. Coisa ou assunto guardado com muito segredo. Em absoluto segredo. (CAB, 1982, p. 213).

Coberto de sete capas (Ceará). Em grande sigilo, muito ocultamente. *Tetê foi farsa comigo/Dibaxo de sete capa.* (PA). (NAS, 1986, p. 53).

Dobrar a língua - Ter comedimento nas palavras; falar com mais respeito. (NAS, 1986, p.166). *E me gritou: atrivido,/ Seu sem vergonha inchirido/Dobre a língua má criado.* (PA). Expressão empregada apenas no tempo imperativo, quando se repele insultos ou se exige mais comedimento no falar. (CAB, 1982, p. 307).

Vara de espichar couro [vara-de-apagar-vela, pau de virar tripa] - Sujeito alto e magro; espanador de lua. *Tão magro que é parecido/ Com vara de ispichá coro. Vara de bater feijão.* (PA). Pessoa muito alta e magra. (NAS, 1986, p. 310). Vara (ou pau) de virar tripa. Pessoa alta e magra. (CAB, 1982, p. 732).

Alinhado – Bem trajado. Vestido com esmero. *Era alinhado devera/ Aquele rico freguês,/ Uns três anelão no dedo,/ No nariz uns pichinez.* (PA).

Cabreiro – Indivíduo trapaceiro, arisco, desconfiado. *Apenas aqui eu canto/ Que ele pra tudo tá pronto,/ Ele é cabrêro e treidô.* (PA).

Considerações Finais

Aproveitamos a oportunidade para dizer que, apesar do desenvolvimento dos estudos linguísticos, principalmente, nas áreas que abrangem os aspectos regionais, há uma lacuna no sentido de esclarecer, valorizar as variações regionais e sociais em relação à língua padrão.

Para compreender o alcance das críticas é necessário aceitar o fato de que falares desprestigiados possuem gramática, isto é, são regidos por um conjunto de princípios organizados, apesar de apresentarem ao leigo e a muitos profissionais desinformados, a impressão de ignorância. Trata-se da diferença cultural e da diferença social.

A análise dos exemplos apresentados revela a importância, sempre crescente, de que se revestem os estudos sobre o léxico junto ao público leitor carente de obras de cultura regional/popular, das crenças, costumes, tradições, formas de fazer e de viver do povo brasileiro.

Os poemas de Patativa foram cantados ao som da viola, recitados e, só depois midiatisados pelo rádio, publicados em livro. O que antes não passava de um simples divertimento, hoje, à luz da linguística moderna constitui-se subsídio para o estudo da nossa língua, sua história e evolução.

Dona Guidinha do Poço é uma obra prima da arte regional. Um romance que encanta pela maneira como focaliza os traços arcaicos do mundo interiorano.

Enfim, a realização deste trabalho destacou a importância de que se revestem as pesquisas dialetais para o registro do léxico regional na literatura cearense. No dizer de Isquerdo (2001, p.91), "O estudo do léxico de uma região mostra dados que deixam transparecer elementos significativos relacionados à história, ao sistema de vida, à visão de mundo do grupo estudado".

Referências

- ASSARÉ, P. do. (1992). *Cante lá que eu canto cá*. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, co-edição Fundação Pe. Ibiapina.
- _____. (1995). *Aqui tem coisa*. 2. ed. Fortaleza: UECE/RCV.
- CÂMARA JR, Joaquim Matoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- _____. *Dicionário de linguística e gramática*. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1978.
- CABRAL, Tomé. *Novo dicionário de termos e expressões populares*. Fortaleza: UFC, 1982.
- GIRÃO, Raimundo. *Vocabulário popular cearense*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.
- ISQUERDO, Aparecida Negri, KRIEGER, Maria das Graças (Orgs.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Vol. I. 2ed. Campo Grande: UFMS, 2001.
- MARTINET, André. *Dynamique du français contemporain*. In: *Le français sans fard*. Paris, PUF, 1974.
- NASCENTES, Antenor. *Tesouro da fraseologia brasileira*. 3. ed. Por Olavo Aníbal Nascen-tes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. (obras de Referência).
- PAIVA, M. de O. (1999). *Dona Guidinha do Poço*. 3. ed. São Paulo: Ática. (Série Bom Livro).

O VOCABULÁRIO REGIONAL EM MEMORIAL DE MARIA MOURA DE RACHEL DE QUEIROZ

MARIA DO SOCORRO CARDOSO DE ABREU (IFCE-CAMPUS MARACANAÚ)

Introdução

O estudo do léxico, por meio da língua, é uma forma de resgatar a cultura dos grupos sociais, traduzir a maneira como as sociedades percebem o mundo em que estão inseridas nas diferentes etapas de sua história em uma determinada região (BIDERMANN, 2001a), ou seja, relaciona-se língua, sociedade e cultura, proporcionando a oportunidade de contatos com valores e aspectos característicos da cultura nacional, como consequência, uma visão detalhada de mundo e de valores da nossa sociedade.

Ao se estudar o léxico de uma obra literária, percebe-se também essa relação, pois toda sociedade dispõe de uma soma de palavras, cujo inventário pode estabelecer o seu universo cultural (VILELA, 1995). Isso é altamente significativo em obras literárias, reveladoras de uma cultura e do seu processo histórico (PAIS; BARBOSA, 2003, p.258).

A obra Memorial de Maria Moura de Rachel de Queiroz, pertencente à literatura do ciclo sertanejo, foi selecionada por ser uma das obras representativas da autora quanto ao regionalismo cearense, caracterizando a terra nordestina. Isso corrobora com Bagno (2003) ao afirmar que as obras literárias dos últimos cem anos se caracterizam pelo esforço de incorporação (e de eventual estilização) das regras linguísticas populares. Regionalismo são marcas linguísticas reveladoras da história, da visão de mundo e do modo de vida de uma determinada sociedade ou grupo social (ISQUERDO, 2001, p.89).

O estudo da linguagem regional em obras literárias se faz presente em várias investigações brasileiras (LEONEL, 2000; JESUS, SILVA-PORELI, 2011; GAMA, QUEIROZ, 2012; SOUZA, 2013; SANTIAGO, 2015; ARAGÃO, 2015), envolvendo os campos da So-

ciolinguística, Lexicologia, Semântica e Etnolinguística. Neste artigo, a análise se volta para os domínios da Lexicologia, Sociolinguística, Dialectologia e Etnolinguística, pois as unidades lexicais não são só estudadas na Lexicologia, mas também além das ciências do léxico. As relações entre linguagem regional, sociedade e cultura, estudadas pela dialectologia, sociolinguística e Etnolinguística, fazem parte de um todo integrado nos estudos linguísticos (ARAGÃO, 2015).

Assim, a partir do estudo da linguagem de uma obra literária pode-se compreender não só o estilo de um autor, mas também a utilização da variação regional, foco deste estudo. Este artigo tem como objetivo analisar a variação regional presente na obra *Memorial de Maria Moura* de Rachel de Queiroz direcionada para os aspectos social e cultural do Ceará, verificando se os itens lexicais encontrados estão registrados em dicionários brasileiros e em algumas obras lexicográficas cearenses.

Rachel de Queiroz tem como repertório o drama do homem das terras secas e pobres do Nordeste e em *Memorial de Maria Moura* (1992) não é diferente. A autora comenta que, em regiões de serra, espaço desta obra analisada, a seca chega até a ser um elemento de beleza. A personagem Maria Moura incorpora, por uma questão de sobrevivência, a vida agreste e sofrida do povo sertanejo, apesar de estar na serra. Outro aspecto apresentado é a ruptura de Maria Moura com o modelo patriarcal que na época dava ao homem a autoridade legal sob a mulher, ao comandar um bando de “cabras” (— Eu só ando junto com gente perigosa. Eu mesma levo uma vida muito perigosa...p. 331). Segundo Souza (2013,p.21), o regionalismo é marcante no estilo da autora, pois faz uso de um regionalismo espontâneo, devido “a “ existência de uma estreita relação da autora com a terra nordestina”.

Lexicologia e outras disciplinas

O aporte teórico se detém nas abordagens da Lexicologia, Dialectologia, Sociolinguística e Etnolinguística que de certo modo, se complementam, pois registram a diversidade lexical e o traço cultural de uma língua (BIDERMAN, 2001b), como a língua portuguesa do Brasil, que apresenta uma diversidade bastante significativa, tanto regional quanto social e cultural, especialmente em relação ao léxico (ARAGÃO,2008). Esse aspecto é bastante significativo em obras literárias, onde se verifica uma diversidade variada da linguagem característica de cada região brasileira.

A Lexicologia é uma disciplina que estuda o léxico a partir de pontos de vista diversos, como o período histórico, a região geográfica, o uso social e cultural, bem como no nível lexical, no nível de articulação fonética, morfo-sintático e/ou semântico.. Portanto, “cabe à Lexicologia dizer cientificamente em seus variados níveis o que diz o léxico, ou seja, a sua significação” (HENRIQUES, 2010, p.102). Conforme Biderman (2001a, p. 27), “o léxico é o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana”.

A Dialetologia e a Sociolinguística têm como objetivo maior o estudo da diversidade da língua. A Dialetologia é uma ciência que se volta para o estudo do dialeto, envolvendo variantes regionais e sociais de uma língua, o estilo de fala de um grupo, tanto no eixo diacrônico quanto sincrônico (CARDOSO, 2001). A Sociolinguística estuda a relação da língua com a sociedade, ou seja, as variações linguísticas motivadas pela identidade sociocultural do falante de uma comunidade, como idade, gênero, escolaridade, profissão, acarretando a heterogeneidade que se delineia sistemática e previsível (PRETI, 1994).

A Etnolinguística se diferencia da Dialetologia ao estudar aspectos socioculturais refletidos na língua, manifestados nos saberes, nas crenças, na cultura, analisando e descrevendo a língua para a construção da identidade individual do homem com objetivo de determinar quais são os itens lexicais que aparecem de forma característica em cada grupo social (BIDERMAN, 2001b). E em obras literárias, essa abordagem apresenta-se bastante rica devido aos saberes, `as crenças, `a cultura.

Como diz Souza (2013), a interseção entre Dialetologia, Sociolinguística e Etnolinguística tem “ o léxico como um dos instrumentos de aproximação e de revelação da cultura de uma suposta comunidade de fala”, correlacionando linguagem regional, sociedade e cultura, por meio da variação linguística. Assim, percebe-se que há sociedades e culturas com características diversas e com dialetos diferentes, apresentando distintas variedades linguísticas. Essas podem ser geográficas, referentes ao espaço geográfico ou social, fatores ligados à identidade dos falantes e à organização sociocultural da comunidade de fala. Neste artigo, detêm-se nas variedades geográficas, sociais e culturais, considerando o nível lexical na obra Memorial de Maria Moura Rachel de Queiroz, voltando-se para a cultura regional nordestina.

Metodologia

Neste trabalho, inicialmente, foi feita, na obra Memorial de Maria Moura de Rachel de Queiroz, a seleção de unidades lexicais¹ que retratassem a variação regional cearense em relação a comportamento, atitudes, ocupações, enfermidades de personagens, religiosidade, alimentação e ao ambiente, bem como ditos e frases populares.

A lexias levantadas foram analisadas nas abordagens da Lexicologia, Dialeto-
logia, Sociolinguística e Etnolinguística, permeadas pela pesquisa qualitativa em que houve a interpretação que cada item lexical recebia dentro de sua contextualização, tendo o cuidado de não separar a palavra de seu contexto. Por meio dele é possível verificar as nuances da significação dos itens lexicais. Ressalta-se, ainda, “ para se apreender, compreender, descrever e explicar a ‘visão de mundo’ de um grupo sócio-linguístico-cultural, o objeto de estudo principal são as unidades lexicais e suas relações em contextos” (ARAGAO,s/d, p.211).

Em seguida, houve o confronto da significação da variação regional cearense, em dicionários normativos brasileiros (FERREIRA,2009; HOUAISS,2011; BECHARA,2011; AULETE,2011) e dicionários regionalistas cearenses (CABRAL, 1982; SERAINE,1991; FONSECA JR.,2005; SOUZA,2015) para verificação de prevalência ou não de significação.

Resultados e discussão

Na obra Memorial de Maria Moura, os resultados revelam a existência do léxico da cultura regional nordestina presente ou não em dicionários padrão do Brasil e em dicionários regionalistas cearenses.

Algumas variações regionais cearenses presentes em dicionários regionalistas cearenses não são registradas nos principais dicionários brasileiros, como *desapear*, *estripulia*, *desadoro*, *inticar*. Vale ressaltar que essas variações regionais cearenses não se fizeram presente em todos os dicionários regionalistas cearenses pesquisados.

1. Neste artigo, lexia e utilizada com a expressão “item lexical” ou “unidade lexical” para referir-se às unidades coletadas, sejam elas simples, compostas ou complexas, textuais.

(01) “-Me desculpe, Sinhô, a faca na mão. Estou ali atrás, tratando de um preá que meu filho trouxe. Não que **desapear**? ” (p.189) (descer do cavalo, apear-se);

(02) “Parece que ela [Maria Moura] arranjou outro terreno..., e anda por aí fazendo **estripulia**...” (p.315) (traquinice, travessura);

(03) “E o pior, com todo aquele meu **desadorno** por ele, eu não conseguia negar a mim mesma que os nossos amores não podiam ter nenhum futuro” (p.394) (confusão, sofrimento físico);

(04) “e só para **inticar** com Firma, Rubia confirmou tudo do moço com a rabeca...” (p.91) (implicar).

Alguns itens lexicais dicionarizados não foram encontrados em obras lexicográficas regionais cearenses, como *inzonar/enzonar* e *desvalimento* considerado pelos dicionaristas normativos brasileiros como regionalismo:

(05) “e a Firma quando saiu do **inzonar** daquela notícia...” (p.94) (intrigar, enredar, mexericar);

(06) “Comigo ela mostrou caridade, na hora do meu maior **desvalimento** e desespero”. (p.425) (falta ou perda de proteção).

Ressaltar-se que as algumas lexias consideradas variação regional cearense já estão incorporadas nos dicionários normativos brasileiros e presentes em dicionários regionalistas cearenses referentes `a alimentação (exemplos 07 e 08) e enfermidades (exemplos 09, 10,11), comportamento (exemplo 12):

(07) “...Mandava um caldo de **sustância**, para me levantar as forças” (p.19) (vigoroso, forte, substancioso);

(08) “Soldado....carregando toda **versidade** de abastecimento...” (p.87) (qualidade, variedade, espécie de comida)

(09) “Vomitar. Engulhoso povo chama de **entojos**. ” (p.159)(náuseas e vômitos gestacionais);

(10) "... me doía o **espinhaço** (dorso, costas)...me atacava aquela dor que chamam dor de veado, aquela que dá uma pitada forte nos **vazios**(virilha). " (p.87).

(11) "Vomitar. **Engulhoso** povo chama de entojos. " (p.159)(náusea, regurgitação)

(12) "Mulher para ele só serve para dar **faniquitos**" (p.40)(ataque nervoso ligeiro, chlique);

Há, ainda, variações regionais cearenses, relacionadas a atitudes e comportamentos das personagens, incorporadas nos dicionários normativos brasileiros e não presentes em dicionários regionalistas cearenses:

(13) "...ou os **remoques** da Firma..." (insinuação);

(14) "-É que você mercê está muito **demudado**. Mas a voz não mudou. (p.313) (alterar (-se), transformar (-se)).

A unidade lexical *desasnar* apresenta-se distinta das anteriores, pois é registrada nos dicionários normativos brasileiros e no dicionário regional cearense de Cabral(1982) e não se faz presente nos dicionários cearenses de Seraine (1991) e Fonseca Jr.(2005):

(15) "...era só para **desasnar** o rapaz, antes de ser mandado para os estudos da cidade..." (p.255) (adquirir conhecimentos rudimentares de instrução).

Em relação `as lexias referentes `a religião as lexias complexas *valha-me a Virgem Puríssima* e *Divina Misericórdia*) estão incorporadas na cultura regional cearense, mas não presentes nos dicionários brasileiros e dicionários regionalistas cearenses consultado :

(16) "...só pedir que sejam perdoados pela **Divina Misericórdia** (p.19)

Quanto ao ambiente, lexias simples e complexas (o grande *terreiro* à frente, *parapeito do alpendre*, *capoeira* com pasto) estão incorporadas na cultura regional cearense e presentes nos dicionários brasileiros e dicionários regionalistas cearenses consultados, como:

(17) "...ainda tem por aí muita **capoeira** com pasto. " (p.15)

A obra analisada, neste trabalho, apresenta itens lexicais com usos distintos das obras consultadas como *forra* e *amontar*. *Forra* (18) tem acepção de desforra, vingança nas obras consultadas, diferente do significado alforriada e livre presente na obra de Rachel de Queiroz; já *amontar* (19) significa montar em animal, mas na obra significa encontrar-se fugitivo pelos matos. Ressaltar-se que em Cabral há a segunda acepção para *amontar*:

(18) " ...fiquei sabendo que eu sou **forra**, de papel passado, desde que peguei barriga do finado seu sogro!(p.92).

(19) " Mas veio dois anos de seca, o gado foi morrendo, o pouco que escapou **amontou** pela serra, virou 'gado do vento', quer dizer sem dono-como fala o povo."(p.240-241)

Ressaltar-se que em Memorial de Maria Moura de Rachel de Queiroz há a presença de ditos, frases populares e provérbios, caracterizando o aspecto cultural, não presentes em dicionários normativos brasileiros e dicionários regionalistas cearenses, como:

(20) "...aqui nasci e me criei. Acontece que sempre chega a hora de largar o ninho. **Do pinto quebrar a casca e pular do ovo**" (p.62);

(21) "-Pé de Bode (era essa a alcunha da cabra), minha avó dizia que **o diabo vem com uma capa e uma campã**, quando quer atentar a gente" (p.333).

(22) "... aquela não adianta rezar; porque enquanto ela reza, **"o diabo abana o rabo..."** (p.33);

(23) "-Não vê você? Grita e esperneia, **mas quando chegar a hora do pega-pra-capar**, vai correr, se esconder na cozinha, chorando. " (p.43). Nos dicionários regionalistas cearenses há registro da expressão **pega-pra-capar** (tumulto, confusão) e no dicionário de Aurelio Ferreira.

Conclusão

Os resultados revelam a existência de unidades lexicais direcionadas para os aspectos regional, social e cultural do Ceará. Algumas não estão registradas em dicionários normativos brasileiros e nem em dicionários regionalistas cearenses. Além disso, há a presença de variação regional cearense com usos distintos daquelas encontradas em dicionários normativos brasileiros e dicionários regionalistas cearenses. Portanto, estudar a variação regional de uma língua é enveredar pelos costumes, hábitos e pela estrutura de um povo.

Além dessas unidades lexicais analisadas, há uma gama delas referentes a variação regional cearense, em Memorial de Maria Moura, para as quais não há espaço neste artigo, instigando uma pesquisa maior.

Referências

- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. Os estudos dialetais e geolinguísticos no Brasil. RRL, *LIII*, 1-2, p. 125-140, București, 2008. Disponível em:< <http://www.lingv.ro/RRL%201-2%202008%20Silva%20de%20Aragao.pdf>> . Acesso em 12 agosto 2015.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de A FRASEOLOGIA EM "COITEIROS" DE JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA. In: ____ (Org.). *A linguagem regional-popular: aspectos léxico-semânticos*. João Pessoa: Ideia, p.45-56, 2015.
- AULETE, C. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Léxicon, 2011.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: 2003.
- BECHARA, E. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2011.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: teoria lexical e computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

- _____. As Ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A.M.P.P., ISQUIERDO, A.N. (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, p. 13-22, 2001b.
- CABRAL, Tomé. *Novo dicionário de termos e expressões populares*. Fortaleza: UFC, 1982.
- CARDOSO, S. A. . Dialetoлогия: trilhas seguidas, caminhos a perseguir. *Revista Delta: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. Vol.17. 2001. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-445020010003000003&script=sci_artt_ext>. Acesso em: 20 agosto 2015.
- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio*. São Paulo: Ed. Positivo, 2009.
- FONSECA JR. *Dicionário do português nordestino (Nordestinês)*. São Paulo: Factash Editora, 2005.
- JESUS, Rosimeire Moreira de; SILVA-PORELI, Greize Alves da. A construção do sertão cearense em “O Quinze”: um estudo léxico-semântico. *Pontos e Tramas*, nº 01,p.88-96, 2011.
- GAMA, Vanessa Oliveira Silva; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Léxico E literatura: o vocabulário regional da obra Menino de Engenho de José Lins do Rego. *Cadernos do CNLF*, vol. XVI, Nº 04, t. 1, *Anais... XVI CNLF*,2012. Disponível em:<http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/tomo_1/067.pdf>.Acesso em 30/06/16.
- ISQUERDO, aparecida Negri. Vocabulário do seringueiro: campo léxico da seringa. In: ISQUERDO, A. N.; OLIVEIRA, A. M. P. P. de (Orgs.). *As ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, p.91-100, 2001.
- HENRIQUES, Cláudio César. Lexicologia Aplicada: algumas contribuições didáticas. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2010, p. 102.
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss conciso*. São Paulo: Ed. Moderna, 2011.
- LEONEL, Maria Célia de Moraes. Faca e armas brancas: um campo lexical em Grande Sertão: Veredas. *Revista Alfa*, São Paulo, 44: 285-297, 2000.Disponível em:< <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/107778/ISSN1981-5794-2000-44-285-297.pdf;sequence=1>>.Acesso em 23/06/16.
- PAIS, Cidmar Teodoro; _____; BARBOSA, Maria Aparecida. Da análise de aspectos semânticos e lexicais dos discursos etnoliterários à proposição de uma etnoterminologia. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 79-100, 2004.
- PRETI, Dino. *A Linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem*. São Paulo: Queiroz, 1994.
- QUEIROZ, Rachel de. *Memorial de Maria Moura*. 9. ed., São Paulo: Editora Siciliano,1992.
- SANTIAGO, Jose Robson do Nascimento. O culto e o inculto, de Oricão a Codó: variações socio-culturais em *O Anjo do Quarto dias*. In:ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de (Org.). *A linguagem regional-popular: aspectos léxico-semânticos*. João Pessoa: Ideia, p.45-56,2015.
- SERAINÉ, Florival. *Dicionário de termos populares: registrados no Ceará*.2 ed. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

SOUZA, Carlos Alberto. A linguagem regional-popular nos romances de Rachel de Queiroz. 2013, 256f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-Ceará, 2013. Disponível em: < 02/07/16.

VILELA, Mário. *Ensino da Língua Portuguesa: Léxico, dicionário, gramática*. Coimbra: Almeida, 1995.

TU E VOCÊ NO SERIDÓ-POTIGUAR: UMA ANÁLISE SOCIOFUNCIONALISTA EM CARTAS PESSOAIS

GISONALDO ARCANJO DE SOUSA (UFRN)

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA (IFRN-CAICÓ/UFPB-PROLING)

Introdução

Este trabalho visa a uma análise sobre a competição dos itens tratamentais “tu” e “você” em cartas pessoais produzidas por seridoenses, durante o século XX, dentro de uma perspectiva sociofuncionalista. Isso significa que a análise se baseia no casamento teórico promovido pelas ideias da Sociolinguística Variacionista WEINRICH, LABOV e HERZOG (1968) e do Funcionalismo linguístico norte-americano Givón (1995), Bybee (2010).

Para compor a amostra de trabalho, selecionamos vinte (20) cartas escritas no século XX por remetentes da região do Seridó, no estado do Rio Grande do Norte, com o propósito de averiguar o uso das variantes “tu” e “você”, nesse contexto, considerando-se como critério de análise o controle das relações de poder e solidariedade, segundo a proposta de Brown e Gilman (2003 [1960]), sobretudo, observando se as escolhas tratamentais transparecem o uso da simetria ou assimetria.

É um trabalho que se organiza nas seguintes seções: além desta introdução, a seção “da teoria sociofuncionalista”, “da metodologia”, “da análise dos dados”, “considerações finais” e “referências”, das quais trataremos a seguir.

Da teoria sociofuncionalista

Pesquisas recentes acenam para a possibilidade de pressões funcionais para explicar a variação/mudança, estabelecendo pontos de aproximação entre a Sociolinguística Variacionista e o Funcionalismo Linguístico – também conhecido como Linguística Centrada no Uso (BYBEE, 2010). Esse visível contato possibilitou uma jun-

ção, a qual rotula-se de Sociofuncionalismo, sobre o qual florescem estudos cada vez mais frutíferos.

De acordo com estudos teóricos das duas teorias, bem como pesquisas mais específicas de Tavares (2003; 2013); Tavares; Gorski (2013), alguns pressupostos teórico-metodológicos comuns aos dois modelos serão destacados e comentados de forma sucinta, como pontos que se articulam entre os dois postulados.

Em primeiro lugar, revela-se a importância do caráter inerente da variação nas línguas (LABOV, 2003). Ao contrário do que se defendia na década de 1960 – a língua como sistema estático e homogêneo –, Labov centraliza seus estudos em defesa da variação do uso da língua, acreditando que ela, a língua, é dinâmica, sofre pressões do uso e continuamente se modifica (GUY, 1995). Dentro dessa perspectiva, a gramática é variável e se identifica com a proposta da sociolinguística da variabilidade-fenômeno inerente à língua (BYBEE, 2010).

Outro aspecto que une as duas abordagens é a centralidade nos trabalhos que priorizam a língua em uso. (LABOV; HERZOG, 2006; GIVÓN, 1995), porquanto se percebe que ambas as abordagens contemplam pesquisas que partem de dados da língua no momento da interação, do dinamismo do processo comunicativo, valorizando aspectos do mundo linguístico e extralinguístico do falante, elegendo métodos de natureza quantitativa da fala espontânea do povo. Em outras palavras, ambas conferem tratamento com quantificação estatística para atestar fenômenos de variação/mudança que Labov usou para estudar fonologia e gramática atreladas aos fatores sociais, estratégia que pode ser estendida para possíveis explicações de estudos morfossintáticos, inclusive, podendo-se observar dados sincrônicos e diacrônicos de mudança para se obter análises mais refinadas (LABOV, 2008; HOPPER; TRAUGOTT, 2003).

Além do uso, trabalhos comuns às duas propostas compreendem a mudança como processo contínuo, gradual (GIVÓN, 1995; GUY, 1995; HOPPER, 1997).

É mister citar também como semelhanças entre ambos, o que se denomina a “crença no uniformitarismo”, ou seja, a utilização das forças linguísticas responsáveis pela variação e mudança de hoje para explicar o que ocorreu no passado (LABOV, 2008; HOPPER; TRAUGOTT, 2003).

Outro fator de destaque para os dois estudos é a relevância da frequência de uso para as pesquisas, salientando que para o Funcionalismo, a frequência prevê

regularidade da gramática e para a Sociolinguística Variacionista, a frequência prevê o índice de difusão sociolinguística (LABOV, 2008), sendo importante também como meio para comparação nos tratamentos estatísticos.

Em meio a todos esses postulados que sustentam as duas teorias, defende-se que há relação entre a variação morfossintática e o processo de mudança por gramaticalização. Semelhantemente, como para o funcionalismo, a gramaticalização é um fenômeno em destaque para explicar mudanças induzidas pelo contexto de uso (BYBEE, 2010), para a sociolinguística é também vista como fonte de possíveis explicações para a variação/mudança. (LABOV, 2010). É digno de nota que para o primeiro, priorizam-se os estudos das trajetórias de formas e suas multifuncionalidades; para o segundo, formas alternantes para um mesmo significado. Considerando esse pensamento, na perspectiva da Sociolinguística Variacionista, a mudança decorre da variação; na perspectiva da gramaticalização, a variação decorre da mudança, conforme atesta Görski et al. (2003, p.107).

A relação entre *mudança por gramaticalização* e *variação* pode ser assim resumida: no decorrer de sua evolução um dado item passa a desempenhar múltiplas funções, que podem abranger apenas mudanças semânticas ou ser acompanhadas de mudanças categoriais (*uma forma* com mais de uma função – foco da gramaticalização). Nessa trajetória, seu uso pode expandir-se para um domínio funcional já codificado por outro item, passando a disputar com ele o direito à representação da função/significado (*mais de uma forma* com uma função/significado – foco da variação).

Desse modo, muito embora seguindo percursos com pontos iniciais (*input*) diferentes, a gramaticalização é pertinente para as duas teorias, porquanto elucida regularidades e aponta motivações funcionais para explicar a variação/mudança.

Sintetizando, grosso modo, essa via de abordagem, convém apropriar-se do pensamento de Tavares (2003, p. 144) que considera sociofuncionalista a pesquisa que

articula pressupostos do Funcionalismo (estudo da função, análise de aspectos discursivos e processos mentais, tendências de uso entendidas como reflexo da organização do processo comunicativo, dentre outros) e da Sociolinguística (variação, quantificação dos dados de acordo com variáveis sociais e estruturais, motivação social da mudança, dentre outros).

Pelo exposto, pode-se tirar bom proveito desse enlace teórico no estudo sobre a variação e a mudança linguísticas, atividade para a qual o aparato de ambas as abordagens, convergentes em tantos pontos, a despeito de algumas incongruências, deve ser visto como profícuo e estimulador de uma nova leitura para fenômenos linguísticos que podem ser desvelados à luz de perspectivas que contemplem o social, o contexto, o uso.

Da metodologia

Para tratamento dos dados verificamos a recorrência dos pronomes TVS, sendo o senhor uma parte complementar, nas cartas da amostra e, em ato posterior, foram submetidas à luz da metodologia da Sociolinguística variacionista.(cf. WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006; LABOV [1971]; 2008) e da teoria Funcionalista (Givón, 1995). A amostra analisada é constituída por um tipo de carta: as de cunho pessoal. Vale-se esclarecer que se consideram cartas pessoais

correspondências entre pessoas próximas que mantém entre si um relacionamento estreito – parentes próximos, amigos íntimos. Trata-se de uma forma de comunicação eminentemente pessoal, distinguindo-se das cartas comerciais, das cartas de propaganda, de correspondência dirigida a seções de jornais ou revistas, etc. (PAREDES SILVA, p.24, 1988)

Justificamos a escolha da carta pessoal como material de análise por conter em seu conteúdo temática espontânea. Essa característica íntima pode ser produtiva no que se diz respeito à identificação de fenômenos linguísticos em processo de mudança.

A correspondência epistolar pode, de fato, conter em sua essência tais fenômenos de forma abundante. No entanto, pode ainda, devido a sua estrutura, manter-se fixa, caracterizando-a como gênero discursivo.

Para esta pesquisa, delimitamos um *corpus* composto por uma pequena amostra de vinte cartas escritas na década de 80 do século passado. As missivas foram enviadas por mulheres seridoenses. As Cartas fazem parte dos *Corpora Essas Mal Traçadas Linhas II*, (composta por cartas de Homens e Mulheres), o qual está sendo organizado pelo pesquisador.

Vale ressaltar que o gênero carta apresenta em sua estrutura textual os seguintes constituintes: i) o contato inicial – às vezes com a presença da saudação e a captação da benevolência; ii) o núcleo da carta – motivo pelo qual ela foi escrita; iii) a despedida e, por último; iv) a assinatura. Essa estrutura fixa, prototípica, apresenta algumas variações em sua estrutura que pode interferir, além da normalidade, na análise do fenômeno linguístico buscado, quando se escolhe esse gênero como material de pesquisa da mudança/variação.

Pelo conteúdo dos textos epistolares, observa-se que as missivistas pertencem a uma classe social baixa, umas letradas e outras que não demonstram tanto domínio da escrita. Eles revelam o momento histórico pelo qual passam as escreventes: a seca, o trabalho, a busca pelo emprego, as dívidas financeiras, os amores, as notícias do dia a dia, amizade, entre outros.

Os sujeitos, objetos de estudo, são todas seridoenses, conforme buscas comprobatórias em cartórios da região. Através de entrevistas com as mesmas, percebeu-se que a maioria delas não saiu de sua região por mais de dois anos.

Quanto aos destinatários, esses são pessoas da própria família: pai, mãe, irmão, irmã, namorado, esposo, ex-namorado, compadres e comadres.

O quadro a seguir resume e estratifica o perfil dos remetentes e destinatários, situa a amostra no tempo, identificando-a em relação à natureza do seu assunto.

Quadro resumitivo da estratificação social das cartas em análise

	Sexo do remetente	Sexo do destinatário	Data da carta	Natureza do assunto
Carta 01	feminino	feminino	29/02/1980	trabalho
Carta 02	feminino	feminino	24/07/1980	trabalho
Carta 03	feminino	masculino	15/12/1980	cobrança de dinheiro
Carta 04	feminino	feminino	10/12/1980	notícias do dia a dia
Carta 05	feminino	feminino	17/12/1980	notícias do dia a dia
Carta 06	feminino	masculino	23/12/1980	notícias do dia a dia
Carta 07	feminino	feminino	12/01/1981	cobrança de dinheiro
Carta 08	feminino	feminino	14/01/1981	notícias do dia a dia
Carta 09	feminino	feminino	16/01/1981	notícias do dia a dia
Carta 10	feminino	feminino	25/01/1981	aborto
Carta 11	feminino	feminino	03/02/1982	cobrança
Carta 12	feminino	feminino	25/03/1981	notícias do dia a dia
Carta 13	feminino	masculino	18/06/1981	agradecimento
Carta 14	feminino	masculino	28/03/1982	fim de relacionamento
Carta 15	feminino	masculino	15/08/1981	notícias do dia a dia
Carta 16	feminino	masculino	11/07/1984	notícias do dia a dia
Carta 17	feminino	masculino	22/06/1984	Namoro
Carta 18	feminino	masculino	28/12/1983	Namoro
Carta 19	feminino	masculino	20/03/1984	Namoro
Carta 20	feminino	masculino	22/08/1984	notícias do dia a dia

Fonte: elaboração própria

Da análise dos dados

Nesta seção, expomos os resultados quantitativos das formas pronominais de tratamento levantadas no *corpus* desta investigação com relação à frequência de uso, mediante uma análise de vinte cartas, escolhidas aleatoriamente dos *corpora* “Essa mal traçadas linhas II”, organizado pelo autor, do qual se quantificou/percen-

tualizou o uso do TU, VOCÊ e SENHOR, em linhas gerais, para depois, quantificá-los no exercício da função de sujeito.

Tabela 1: Frequência geral das formas TVS em cartas do Seridó

FORMAS UTILIZADAS	TU	VOCÊ(S)	SENHOR(A)
	01/ (0,65%)	152 (97,43%)	03 (1,92%)

Fonte: elaboração própria

A visível predominância do *ocê* sobre *tu* já era de certa forma esperada, tendo em vista que o Seridó experimenta, na dinamicidade da língua, assim como todas as regiões e sub-regiões do país, as pressões advindas do mundo sociocomunicativo. De um ponto de vista geral, o VOCÊ é o campeão de uso, ficando a curiosidade por conta do aceno para a predominância do tratamento *SENHOR* sobre O *TU*, a despeito de se registrar em cartas pessoais. Vale ressaltar aqui que a amostra é escassa para generalizações, porém delineia-se uma preferência pelo *SENHOR* em lugar do *TU*. Atente-se para o exemplo:

Caicó, 16 de julho de 80

A, meu abraço

*A finalidade desta linha é para dar / **tes** às minhas notícias que estamos todos com saúde / graças a Deus, às mesmo desejo que / vá **ti** encontra com os seus. Camp: receber o dois mil / Cr\$ que o **senhor** mim enviou muito obrigado Deus lhe der muita saúde e o mente / os seus dias de registência... (Carta 01)*

A carta 01 é remetida por uma mulher ao seu patrão em cujo conteúdo se vê estampada a relação entre patrão/empregada, sobretudo, captada pelas relações capitalistas mantidas entre os envolvidos. Percebem-se implicitamente os sentimentos de fé e de religiosidade entre as relações seladas pelo respeito ao patrão e a Deus.

O tratamento *SENHOR* é utilizado formalmente (pelo menos é o que preconiza a gramática tradicional). Assim, cartas pessoais pela sua natureza menos formal

não deveriam aparecer com certa evidência competindo com o *TU*. Talvez a escolha fora condicionada pela dimensão de poder.

Sequencialmente, para atender às questões da pesquisa, os dados selecionados abaixo expõem os resultados quantificadores com relação às formas TVS na função de sujeito.

Observe-se:

Tabela 2: Frequência das formas TVS na função de sujeito

FORMAS UTILIZADAS	TU	VOCÊ(S)	SENHOR(A)
	01/ (0,89%)	110/ (98,22%)	01/ (0,89%)

Fonte: elaboração própria

Como se percebe, predominam nas cartas o uso do *ocê* em detrimento do *TU* e *SENHOR*. Em linhas gerais, é mister citar que o *TU* e o *SENHOR* foram usados numa mesma proporção quantitativa.

Como argumento para esse dado, convém se guiar pela posição de Brown & Gilman (1960), ao considerarem que se uma pessoa interage com outra, está exercendo uma sobre a outra, níveis de poder, fato que pode acarretar uma assimetria no tratamento.

a diferenciação sexual dos falantes não é, portanto, somente um produto de fatores físicos, ou de diferentes quantidades de informação referencial fornecida por eles, mas, sim, uma postura expressiva que é socialmente mais apropriada para um sexo do que para outro.

De acordo com o exposto, as relações são consequências de uma organização social, ou de fatores convencionais que se envolvem com as diferenças entre a fala dos homens e fala das mulheres.

Ademais, é válido considerar que uma pessoa pode exercer o poder sobre a outra na medida em que é capaz de reger o comportamento da mesma, quer seja pelo gênero, pela força física, quer seja pela situação econômica, posição familiar, etc. Tal relação não se configura como recíproca, uma vez que pode variar de acor-

do com a área de atuação. O poder, ainda, pode estar relacionado a outros fatores como diferença de idade, profissão, etc. Essas características, por vezes recorrentes, atribuem-se ao valor social, dependendo de cada comunidade linguística.

A título de ilustração, registra-se a seguir, amostras das cartas que acusam o uso do TU e SENHOR em uma carta de seridoense, na função de sujeito:

Caicó 18 de Junho de 81

Camp. A meu abraço

*Afinalidade desta linha é para| dantes ás minhas noticia que| estamos todos com saúde graças | a Deus, ás mesmo desejo que | vá ti encontra com os seus.| Camp: recibir o dois mil cr\$ | que o **senhor** mim enviou | muito obrigado Deus lhe, der | muita saúde e o mente os seus | dias de registencia. |*

Eu mim o pereu no dia 21 do | mês passado e estou muito bem | graça a Deus, diga a M | que eu estou esperando carta | dela hoje faz 15 dias que eu | botei uma carta para ela e ela | escreva logo papai manda dizer | que no dia 15 de Julho estára | ai sendo que Deus não mande | o contrario envio muita | lembrança para o senhor e coma- | M e os meninos e | M papai envia lembranças | o senhor e com. M e | Mamãe envia recomendação | também, vou termina |

recomendações | para quen pergunta por | min |

Assina|

Sua comadre que muito lhe, | estima |

M (carta 02)

A carta 02 é uma amostra de como o usuário seridoense usa as TVS, considerando se o destinatário da carta é do sexo masculino ou feminino. Como se visualiza, as cartas pessoais registram uma abundância de uso do VOCÊ em situações em que mulheres são remetentes e destinatários, como nas situações em que mulheres são remetentes e homens destinatários. As formas do TU e SENHOR aparecem em proporção muito limitada.

É interessante refletir que o VOCÊ é mais produtivo na escrita de mulheres para mulheres, fato que pode encontrar apoio nas palavras de Rumeu (2013, p. 557), ao resenhar trabalhos de Paredes Silva (1996) sobre o TU e VOCÊ para quem “as mulheres parecem ter optado por não se exporem a uma construção sintática tão seriamente rechaçada pela norma gramatical: o emprego do **Tu** sem concordância verbal”.

Para melhor situar o exemplo, a carta 02 é enviada de uma remetente do sexo feminino para um receptor do sexo masculino, e conforme podemos ver retrata relações de amizade, relata situações do dia a dia e relações de Poder e Solidariedade nas questões de assimetria e simetria embasando-se não no uso das formas TVS. Os resultados apontam uma paridade no tratamento.

Veja-se:

Tabela 4: As relações de poder e solidariedade nas formas TVS

TVS	Simetria	Assimetria	TOTAL
Mulher para mulher	07/(70%)	03/(30%)	10/ (100%)
Mulher para homem	07/ (70%)	03/(30%)	10/ (100%)

Fonte: elaboração própria

Das vinte cartas selecionadas para averiguar o nível das relações de poder e solidariedade de Brown e Gilman (1960), anote-se que 10 foram destinadas a mulheres e dez (10) foram destinadas a homens. Das dez (10) destinadas às mulheres, 07 (70%) delas revelaram relações simétricas e 03 (30%) revelaram relações assimétricas, no que diz respeito aos níveis de poder e solidariedade; das 10 cartas destinadas a homens 07(70%) delas também foram simétricas e 03 (30%) foram assimétricas. Os dados, assim, acusam uma paridade nas relações de poder e solidariedade emanadas da mulher para o homem ou de mulher para mulher, nas cartas analisadas.

Acrescente-se a isso que o contexto das cartas se desenvolve nos anos 80 do século passado, época em que a sociedade vivenciava grandes mobilizações revolucionárias femininas, estando em debate na agenda da época temas como aborto, divórcio, êxodo rural, movimentos que obrigavam a mulher a se portar como homem, em algumas ocasiões.

Merece comentário também o uso do *SENHOR* flagrado em apenas uma ocorrência na função de sujeito o que parece radiografar as relações de respeito existentes entre as velhas famílias patriarcais potiguaras.

Convém explicarmos, como há de se notar que as tabelas quantitativas por si só não são suficientes para compor a análise que pode se completar pelas análi-

ses qualitativas de fatores linguísticos e sociais, pelo caminho da gramaticalização. Desse modo, não exploramos esse ponto, tendo em vista ser uma pesquisa ainda em construção.

Considerações finais

Realizada a análise, evidenciam-se algumas considerações sobre o uso das formas TVS no Seridó potiguar. De modo geral, pode-se dizer que a forma *você* é a mais recorrente nas relações entre os informantes.

Em dados numéricos, a frequência de uso do *você* prepondera sobre o *Senhor* e o *Tu*, haja vista que das 156 ocorrências tratamentais registradas nas cartas, 52(97,43%) delas usaram o VOCÊ como interlocução entre missivistas; 03(1,93%) para o SENHOR e 01 (0,65%) para o TU. Esses números, pois, acenam para o fato de que a forma preferida de tratamento do falante seridoense é o VOCÊ, em detrimento do *senhor*, que só foi utilizado em carta dirigida a um patrão, e o *tu*, que mesmo sendo utilizado em uma ocorrência, parece que ele vem etiquetado com o valor de *você*, porquanto se registra que a concordância entre sujeito e verbo é feita no nível da terceira pessoa.

Quanto às relações de poder e solidariedade emanadas da voz dos falantes seridoenses, na posição de sujeito, essas revelaram uma paridade quando se dirigiram à mulher, comprovando um tratamento movido mais, predominantemente, pela simetria, estratégia que se mostra produtiva pelo conteúdo das cartas, observável tanto nas cartas de emissores mulheres cujos destinatários são mulheres, como naquelas em que os remetentes são mulheres e os destinatários são homens. As relações assimétricas, como já era esperado, foram observadas em apenas 30% delas, o que pode acenar para o fato de que a mulher seridoense é movida por atos de cortesia e igualdade, permitindo-se mover pela semântica da solidariedade, uma vez que as limitações do gênero/sexo não permitem ir além desse tratamento.

Ressalvamos que o contexto das cartas se desenvolve nos anos 80 do século passado, época em que a sociedade vivenciava grandes mobilizações revolucionárias femininas, estando em debate na agenda da época temas como aborto, divórcio, êxodo rural, movimentos que obrigavam a mulher a se portar como homem, em algumas ocasiões.

Referências

- BROWN, R; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G.R. (eds.). *Sociolinguistics The essencial readings*. United Kingdom: Blackwell, 2003[1960]. P. 156-176.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. John Benjamins: Amsterdam/ Philadelphia, 1995.
- GÖRSKY, E. M; TAVARES, M. A. Reflexões teórico-metodológicas a respeito de uma interface sociofuncionalista. *Revista Gelne*. Natal: EDUFRN, v. 15. Números ½, 2013, p. 75-97.
- GUY, G. R. Form and function in linguistic variation. In: GUY, G. R; FEAGIN, C.; SCHIFFRIN, D.; BAUGH, J. (eds.) *Towards a social science of language*. Amsterdam: John Benjamins, 1995, p. 121-252.
- HOPPER, P. J. *Emergent Grammar*. Bls 13. 1997, p. 139-57.
- _____.; Traugott, E. *Grammaticalization*. 2nd. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LABOV, W. *Padrão Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008. (tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso).
- _____. Some sociolinguist principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R (Eds.). *Sociolinguistic: the essencial readings*: Oxford: Blackwell, 2003[1969]. P. 234-250.
- _____. *Principles of linguistic change: cognitive and cultural factors*. Oxford: WilleyBlackwell, 2010.
- PAREDES SILVA, V. L. *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ. Faculdade de Letras, 1988.
- _____. O retorno do pronome tu à fala carioca. In RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade histórica*, Rio de Janeiro; FAPERJ, 7 letras, 2000.
- RUMEU, M. C. B. A variação “tu” e “você” no português brasileiro oitocentista e novecentista: reflexões sobre a categoria social gênero. In: *Revista Alfa*. São Paulo, 57(2): 545-576, 2013.
- TAVARES, M. A. *A gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações - um estudo sociofuncionalista*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.
- _____. Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e mudança lingüística. *Interdisciplinar*. Edição especial Abralín/SE, Itabaiana/SE. Ano VIII, v.17, jan/jun. 2013.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical Foundations for theory of language change. In: LEHMANN, W.P.; MALKIEL, Y. (Eds) *Direction for historical linguistic*. Austin & London University of Texas Press, 1968.
- _____. In: WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.